As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

TIVIT

TVIT3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 07.073.027/0001-53
NIRE: 35.300.344.511
Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, sala B – Jardim Dom Bosco
CEP 04757-000 – São Paulo, SP
30.993.481 Ações Ordinárias
Valor da Oferta: R$1.456.693.607,00
Código ISIN: "BRTVITACNOR4"
Código de negociação das Ações na B3: "TVIT3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.** ("Companhia"), a APX Brazil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("Fundo") e os demais acionistas vendedores pessoas físicas identificados na página 38 deste Prospecto, na seção "Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" ("Acionistas Vendedores Pessoa Física" e, em conjunto com o Fundo, "Acionistas Vendedores"), conjuntamente com o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), o Banco Itaú BBA S.A. ("Agente Estabilizador"), o Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual"), o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan") e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Agente Estabilizador, o Bradesco BBI, o BTG Pactual e o J.P. Morgan, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações" e "Oferta", respectivamente).

A Oferta consistirá na distribuição pública secundária de, inicialmente, 30.993.481 Ações ("Ações da Oferta Base"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão ("B3" e "Instituições Consorciadas", respectivamente, e as Instituições Consorciadas em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo Bradesco Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital, LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC e pelo Santander Investment Securities Inc. (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis deste país (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("Regulamento S"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Anúncio de Início"), a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 6.198.695 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% de Ações da Oferta Base, ou seja, em até 4.649.021 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelo Fundo ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido na seção Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional, na página 50 deste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Ações Suplementares").

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido na seção Preço por Ação, na página 41 deste Prospecto) serão normalmente, considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de aquisição por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* ("Preço por Ação").

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[2][4]	Recursos Líquidos (R$)[2][3][4]
Preço por Ação	47,00	1,65	45,36
Oferta[5]	1.456.693.607,00	50.984.276,25	1.405.709.330,76
Total da Oferta	**1.456.693.607,00**	**50.984.276,25**	**1.405.709.330,76**

(1) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta _ Custos de Distribuição", na página 43 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores na Oferta, bem como o montante a ser recebido, veja página 38 deste Prospecto.

A abertura de capital da Companhia, a sua entrada no Novo Mercado, bem como a reforma do estatuto social da Companhia, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, foram aprovadas em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 29 de março de 2017, cuja ata foi devidamente registrada em 11 de maio de 2017 perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 215.281/17-2, bem como publicada no jornal "O Estado de São Paulo" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"), ambas em 03 de agosto de 2017.

A realização da Oferta pelo Fundo e a alienação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, bem como seus termos e condições, foram aprovadas em reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, em 19 de abril de 2017.

Tendo em vista que os demais Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não há necessidade de aprovações societárias adicionais pelos demais Acionistas Vendedores para a realização da Oferta.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido na seção Cronograma Estimado da Oferta, na página 44 deste Prospecto) e neste Prospecto, para aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 04 de agosto de 2017.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de aquisição das Ações. Ao decidir adquirir e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 20 e 83, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NA PÁGINA 423, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

ANBIMA

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. O registro ou análise prévia da presente Oferta Pública não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, do(s) ofertante(s), das instituições participantes, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos. Este selo não implica recomendação de investimento.

Coordenadores da Oferta

CREDIT SUISSE — **Coordenador Líder**

Itaú BBA — **Agente Estabilizador**

Bradesco BBI

BTGPactual

J.P.Morgan

Santander GLOBAL BANKING & MARKETS

A data deste Prospecto Preliminar é 25 de setembro de 2017.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **6**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **7**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **9**
Identificação dos Administradores, Coordenadores da Oferta, Consultores e Auditores 22
SUMÁRIO DA OFERTA **24**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **36**
Composição do capital social 36
Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores 36
Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos 38
Características Gerais da Oferta 39
Descrição da Oferta 39
Aprovações societárias 40
Preço por Ação 41
Quantidade, montante e recursos líquidos 41
Custos de distribuição 43
Instituições Participantes da Oferta 44
Público Alvo 44
Cronograma Estimado da Oferta 44
Procedimento da Oferta 45
Oferta de Varejo 46
Oferta Institucional 49
Prazos da Oferta 50
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 50
Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta 51
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 52
Estabilização dos Preços das Ações 53
Violações das Normas de Conduta 54
Direitos, vantagens e restrições das Ações 54
Negociação das Ações na B3 55
Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de Lock-up) 56
Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações 56
Inadequação da Oferta 56
Condições a que a Oferta esteja submetida 56
Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta 59
Instituições Consorciadas 60
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **62**
Coordenador Líder 62
Itaú BBA 64
Bradesco BBI 65
BTG Pactual 66
J.P. Morgan 67
Santander 69

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 71
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 71
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 71
Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA 71
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI 73
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 74
Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan 75
Relacionamento entre a Companhia e o Santander 76
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA 78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder 78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA 78
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI 79
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual 80
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan 81
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander 82
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 83
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 88
CAPITALIZAÇÃO 89
DILUIÇÃO 90
Planos de Opção de Compra de Ações 90
Cálculo da Diluição considerando as opções que já foram outorgadas e não exercidas no âmbito do Plano, bem como aquelas que poderão vir a ser outorgadas nos termos do Plano Futuro 92
Histórico do Preço de Emissão de Ações 93

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 97
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA COMPANHIA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA ABERTURA DE CAPITAL 127
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 177
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 187
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 193
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 217
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017 221
DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DA COMPANHIA REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 297
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 393

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "TIVIT" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" deste Prospecto.

Acionistas Vendedores	Fundo e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Luiz Roberto Novaes Mattar, Paulo Sergio Carvalho de Freitas, Tatiana Silva Lorenzi, Carlos Renato Gazaffi, André Guimarães Frederico, Valdinei Donizete Cornatione, José Eduardo Ometto Alberto, Orlando Silva Pereira, Alexandre Ferreira da Silva e Fabiano Agante Droguetti, devidamente qualificados na seção "Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" deste Prospecto Preliminar.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual (*Compound Annual Growth Rate*).
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Companhia ou TIVIT	TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Conselheiro Independente	É o membro do Conselho de Administração que atende aos seguintes requisitos, conforme Regulamento do Novo Mercado: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). Serão considerados ainda Conselheiros Independentes aqueles eleitos mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.

EBITDA	O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida de serviços. O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil calculada a partir do EBITDA Ajustado por despesas com *stock option*, custos com rescisão posteriores a aquisições e despesas com reestruturação e reorganização. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida de serviços. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência.
EBITDA Ajustado Normalizado	O EBITDA Ajustado Normalizado é uma medição não contábil calculada a partir do EBITDA Ajustado com a exclusão de (i) gastos com gastos com leasings não capitalizados; e (ii) custos de implantação não capitalizados. Essa exclusão se justifica na medida em que a Companhia não trata tais itens como custo ou despesa operacional. A margem EBITDA Ajustado Normalizado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado Normalizado pela receita operacional líquida de serviços. O EBITDA Ajustado Normalizado e a margem EBITDA Ajustado Normalizado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	O estatuto social da Companhia.

Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto.
Fundo	APX Brazil Fundo de Investimento em Participações –Multiestratégia.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDC	*International Data Corporation*
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
Instituição Escrituradora	A Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 555	Instrução da CVM nº 555, de 17 dezembro de 2014, conforme alterada.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lucro Líquido Caixa	O Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*) da Companhia é uma medida não contábil usada para mensurar a eficiência dos resultados da companhia. Sua conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia é possível a partir do saldo da conta Lucro líquido do Exerc./Trim. das operações continuadas, acrescido de imposto de renda e contribuição social diferidos. O Lucro Líquido Caixa não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não deve ser considerado como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular nº 01/2017/CVM/SRE, divulgado em 06 de março de 2017.
PIB	Produto Interno Bruto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e do Fundo.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado da B3.
Regulamento S	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.073.027/0001-53, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.344.511.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, sala B, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. André Guimarães Frederico. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é (11) 3757-2656 e o seu endereço eletrônico é ri@tivit.com.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "TVIT3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Estado de São Paulo".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	www.tivit.com As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 83, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras basearam-se, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- condições que afetam nosso setor de atuação e a condição financeira de nossos principais clientes;
- nosso relacionamento com os nossos atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- alterações significativas nas preferências de consumo dos nossos consumidores finais;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;
- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 83, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, de forma que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário é apenas um resumo das informações da Companhia. As informações completas sobre a Companhia estão no formulário de referência, leia-o antes de aceitar a oferta. A Companhia declara que as informações apresentadas neste sumário são consistentes com as informações do Formulário de Referência. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas ações. Antes de tomar sua decisão de investir em ações da Companhia, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Visão Geral

De acordo com o IDC, empresa de inteligência de mercado focada em serviços de TI, somos um dos líderes em soluções integradas de tecnologia, com uma participação de mercado de 9,5% do total disponível para serviços de *outsourcing* de TI na América Latina[1]. Além disso, acreditamos operar um modelo de negócios rentável em termos de margem LAJIDA e conversão de caixa, que oferece soluções *end-to-end* de tecnologia por meio de três linhas de serviço:

- ***IT Services***, nossa principal linha de serviços e a maior em termos de receitas, por meio da qual oferecemos soluções de gestão de infraestrutura de TI e de aplicações, além de processamento de pagamentos e transações. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017 a linha de *IT Services* correspondeu a aproximadamente 74% da nossa receita líquida;

- ***Cloud Solutions***, lançada em 2010, por meio da qual oferecemos soluções *multicloud* que integram nuvens públicas, privadas e híbridas, oferecidas em conjunto com serviços para gestão de nuvem, incluindo gestão de aplicações e infraestrutura. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017 a linha de *Cloud Solutions* correspondeu a aproximadamente 19% da nossa receita líquida. O número de clientes da linha de serviços de *Cloud Solutions* aumentou de 0 em 2009 para mais de 200 em 2016; e

- ***Digital Business***, lançada em 2016, por meio da qual oferecemos soluções "IoT", ou "Internet das Coisas", *Smart Systems* e *Enterprise Content Management (ECM)*, utilizando soluções de *Analytics* (sistemas de análise de dados), focadas em transformar a experiência do consumidor e acelerar a competitividade de nossos clientes na economia digital. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017 a linha de *Digital Business* correspondeu a aproximadamente 7% da nossa receita líquida.

Acreditamos que através da nossa oferta de serviços, que combina ferramentas customizadas de gestão de infraestrutura de TI com o poder de processamento e a flexibilidade da computação em nuvem e de serviços digitais, buscamos ser uma fonte de soluções seguras e com ganhos em escala para clientes.

Com experiência significativa no setor de TI, adquirida em aproximadamente 20 anos, acreditamos que o sucesso da nossa operação é devido em grande parte ao foco em atendimento ao cliente e eficiência, bem como a nossa capacidade de antecipar as necessidades de nossos clientes e oferecer soluções personalizadas em múltiplas plataformas para atender a essas demandas. Acreditamos que nossa abordagem de ser "agnóstica em tecnologia", no sentido de que não somos fornecedores de soluções proprietárias de hardware ou software, nos permite manter a independência necessária para servir cada cliente usando a tecnologia mais apropriada para seu perfil corporativo e suas metas empresariais.

Em nossa opinião, desenvolvemos uma infraestrutura confiável e adquirimos expertise no fornecimento de soluções singulares para operações de missão crítica em grande escala (operações nas quais qualquer interrupção pode representar uma falha para as operações do cliente , tais como linhas de produções e cadeias logísticas) e em grande escala para diversos setores, tais como meios de pagamento, finanças, serviços e *utilities*. Acreditamos que nosso modelo de gestão transparente, posicionamento colaborativo e flexível na execução são diferenciais que tem, na nossa visão, se traduzido em um alto nível de fidelidade dos clientes.

---

[1] América Latina, excluindo o México.

Tal fidelidade é evidenciada por uma alta taxa média de renovação de contratos e a longa duração média dos relacionamentos com os clientes. Entre 2014 e 31 de dezembro de 2016, a nossa taxa média de renovação de contratos era de 97% em termos de receita bruta, sendo que 95% da receita bruta da Companhia em 2016 adveio de receitas recorrentes. Em 30 de junho de 2017, a duração média dos nossos relacionamentos com os top 20 clientes ultrapassava 10 anos.

A tabela abaixo demonstra a duração do nosso relacionamento com nossos maiores clientes, os quais representam, em conjunto, aproximadamente 44% da sua receita líquida, bem como as linhas de serviços oferecidos a cada um deles.

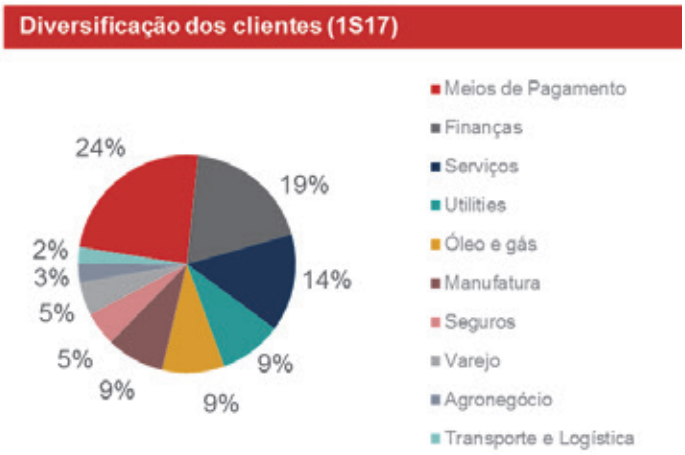
		Serviços Prestados			
#	Tempo de Relacionamento	Serviços de IT	Soluções *Cloud*	*Digital Business*	Prazo do Contrato
#1	19 anos	✓			Abr, 2021
#2	19 anos	✓	✓	✓	Dez, 2020
#3	14 anos	✓			Out, 2019
#4	19 anos	✓		✓	Jun, 2019
#5	8 anos	✓			Dez, 2020
#6	13 anos	✓	✓		Abr, 2019
#7	7 anos	✓	✓		Dez, 2020
#8	5 anos	✓	✓		Abr, 2023
#9	7 anos	✓	✓		Dez, 2020
#10	19 anos	✓	✓	✓	Mar, 2019

Acreditamos que nossa relação próxima com os clientes e entendimento de suas operações, combinado com nossa habilidade para antecipar suas necessidades, nos permite capturar vendas cruzadas ("*cross-selling*") e incrementais ("*up-selling*") entre as linhas de serviços, agregando valor para nossos clientes atuais e futuros. Entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2016, mais de 80% do nosso crescimento anual de receitas veio de clientes já existentes e em 30 de junho de 2017, aproximadamente 80% de nossos 50 maiores clientes tinha pelo menos 2 serviços contratados. Nossos contratos de serviço com clientes tipicamente incluem cláusulas de reajuste de inflação e possuíam duração média de 4 anos, em 30 de junho de 2017.

Em 30 de junho de 2017, nossa base de clientes diversificada consistia de aproximadamente 2.200 empresas. Oito entre as dez maiores empresas do Brasil, segundo a revista brasileira de finanças Exame, são nossos clientes. Possuímos cerca de 100 das 500 maiores empresas do Brasil, segundo a mesma revista, como nossos clientes, o que demonstra uma oportunidade de expansão nesse segmento de grandes empresas brasileiras.

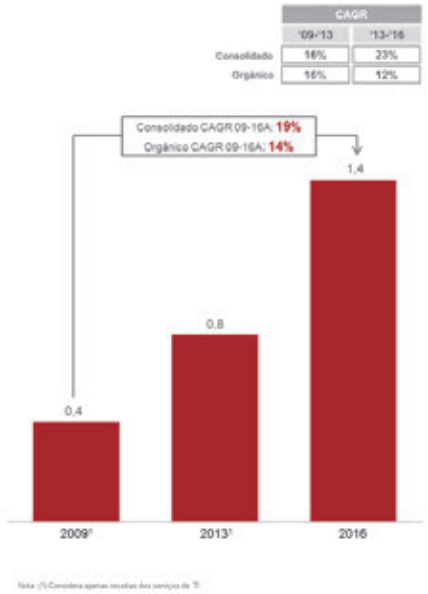
Temos uma forte presença na América Latina, com operações no Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Argentina, Equador e Panamá e, em 30 de junho de 2017, fornecíamos serviços para clientes localizados em diversos países ao redor do mundo, sendo que nenhum único cliente representasse mais de 11% de nossas receitas no semestre encerrado em 30 de junho de 2017. Nossos clientes atuam em vários setores, incluindo serviços financeiros, *utilities*, petróleo & gás, varejo, telecomunicações, manufatura e seguros, entre outros.

A tabela abaixo ilustra o percentual da receita proveniente dos setores de atuação dos nossos clientes em 30 de junho de 2017:



Acreditamos operar um modelo de negócios rentável, com um fluxo de receitas previsível. Nossa receita líquida aumentou de R$413 milhões em 2009 para R$1,414 bilhões em 2016, representando uma taxa de crescimento anual composta, ou *Compound Annual Growth Rate* ("CAGR"), de 19%. Para o mesmo período, nosso LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado cresceu de R$127,4 milhões em 2009 para R$340,1 milhões em 2016, representando uma CAGR de 15,1%, sendo que o CAGR foi de 16,4% entre os anos de 2009 e 2013 e de 23,1% entre os anos de 2013 e 2016. No primeiro semestre de 2017, nossa receita líquida cresceu 5,1% comparada com o mesmo período no ano anterior, alcançando R$720,3 milhões. Em moeda local, com taxas de câmbio constantes, a receita do primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 cresceu 7,4%. A tabela abaixo demonstra a receita liquida da Companhia em 2009, 2013 e 2016 e o CAGR orgânico e consolidado da Companhia entre os anos de 2009 e 2016.

Receita Líquida da Companhia (em bilhões de reais)



A tabela a seguir apresenta indicadores financeiros e operacionais selecionados para os períodos indicados:

	Seis meses até 30 de Junho,		Exercício encerrado em 31 de dezembro,		
	2017	**2016**	**2016**	**2015**	**2014**
	(em milhões de R$, exceto quando indicado)				
Receita líquida	720,3	685,5	1.413,9	1.343,7	1.003,0
Lucro bruto	172,1	129,5	323,3	251,9	256,1
LAJIDA (EBITDA)[1]	168,8	128,3	321,8	265,5	237,9
Margem de LAJIDA (EBITDA) %[2]	23,4%	18,7%	22,8%	19,8%	23,7%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado[1]	171,9	129,1	324,6	296,0	251,7
Margem de LAJIDA (EBITDA) ajustado %[2]	23,9%	18,8%	23,0%	22,0%	25,1%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado[1]	171,9	138,1	340,1	313,1	251,7
Margem de LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado %[2]	23,9%	20,1%	24,1%	23,3%	25,1%
Resultado líquido das operações continuadas	27,9	20,7	63,6	24,7	61,1
Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*)[3]	45,1	37,8	127,2	46,1	114,2
Investimentos (CAPEX) das operações continuadas[4]	80,0	75,0	159,7	146,4	102,2
Percentual dos Investimentos (CAPEX) em relação à Receita Líquida[5]	11%	11%	11%	11%	10%
Endividamento de Curto Prazo	205,4	–[6]	454,5	213,2	246,4
Endividamento de Longo Prazo	487,6	–[6]	273,7	613,4	571,9

(1) Nós calculamos o LAJIDA (EBITDA) considerando o resultado líquido mais resultado financeiro líquido (receita – despesa financeira), despesas de depreciação e amortização, impostos sobre renda e contribuição social sobre lucro. O LAJIDA (EBITDA) ajustado é calculado como o LAJIDA (EBITDA), ajustado por despesas com *stock option*, custos com rescisão posteriores a aquisições e despesas com reestruturação e reorganização. O LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado, por sua vez, exclui, além dos itens relativos ao cálculo do LAJIDA (EBITDA) ajustado, gastos que segundo as políticas atuais da Companhia não seriam tratados como custo ou despesa operacional, como (i) os gastos com leasings não capitalizados e; (ii) custos de implantação não capitalizados. O LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. Acreditamos que o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado fornecem informações adicionais para entender nossa condição financeira e resultados das nossas operações, porque permitem uma análise dos nossos resultados de operações sem os efeitos de nossa estrutura de capital, impactos tributários e outros resultados operacionais. O LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado também permitem uma melhor comparação entre nossos resultados e os resultados de outras companhias de nosso setor uma vez que exclui os resultados de estratégias financeiras e tributárias de cada companhia. O LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado apresentam limitações que podem prejudicar sua utilização como medida de rentabilidade, por não considerar determinados custos de negócio, que podem ter um impacto significante sobre nossos lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outras despesas afins. As nossas definições de LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) ajustado e LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado podem ser diferentes da definição adotada por outras companhias. Para a reconciliação de nosso resultado líquido com o LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) ajustado e EBITDA ajustado normalizado, veja a seção 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(2) A nossa margem de LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) ajustado e LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado é calculada dividindo o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado, respectivamente, pela receita líquida.

(3) O Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), mas somente uma medida não contábil usada para mensurar a eficiência dos resultados da Companhia. Sua conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia é possível a partir do saldo da conta Lucro líquido do Exerc/Trim. das operações continuadas, acrescido de Imposto de renda e contribuição social diferidos. O Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*) não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades.

(4) Refletem despesas extraordinárias de R$31,0 milhões em 2016 relacionadas com nossas soluções em nuvem.

(5) Os investimentos (CAPEX) para os últimos 12 meses correspondem a R$134 milhões, sendo que a relação entre os Investimentos (CAPEX) e a receita líquida para os últimos 12 meses é de 9,2%.

(6) Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária da Companhia, com o objetivo de segregar o negócio de *Business Process Outsourcing* (BPO) do restante das operações da Companhia, e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus setores de atuação de forma a impulsionar o crescimento de ambas. Essa cisão deu origem à empresa NEOBPO e as informações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2015 e 2014 foram reapresentadas para separar os resultados em operações continuadas e descontinuadas, de forma a permitir sua comparabilidade com as informações de 2016. Nas informações financeiras trimestrais da Companhia do período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2017, as informações das linhas de resultado de 30 de junho de 2016 foram incluídas já com a nova classificação para permitir sua comparabilidade, entretanto, tendo em vista que a comparação das linhas contábeis referentes ao balanço patrimonial de 30 de junho de 2017 foram comparadas com 31 de dezembro de 2016, não houve nova auditoria ou revisão do balanço patrimonial de 30 de junho de 2016 para segregar as operações continuadas das operações descontinuadas, razão pela qual as informações referentes à respectiva data não são comparáveis às informações de 30 de junho de 2017 e, portanto, não foram divulgadas.

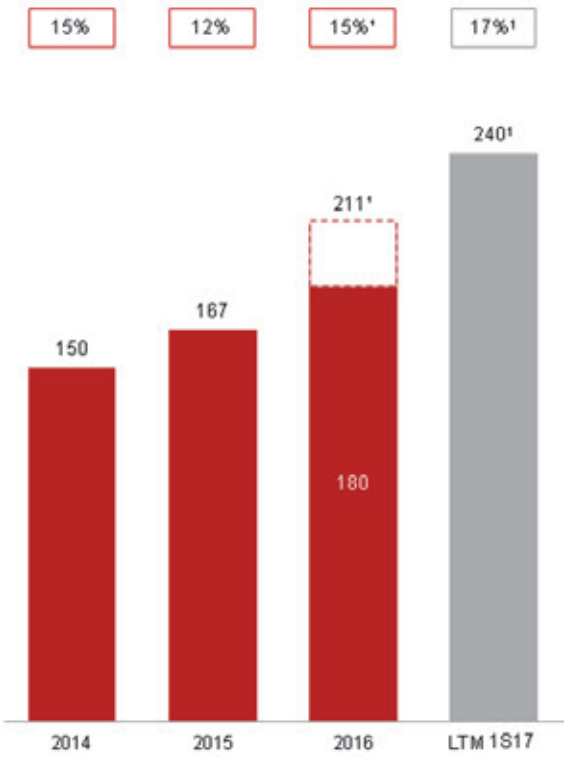
Conforme tabela acima, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2016, nossa receita líquida foi de R$685,5 milhões, o que corresponde a, aproximadamente, 48,5% da receita líquida do exercício social de 2016. Historicamente o primeiro semestre do ano é o mais fraco, tendo em vista o aumento de despesas decorrentes do reajuste dos salários dos empregados da Companhia, bem como a sazonalidade da nossa receita, a qual em parte é influenciada pela sazonalidade do setor de varejo, com alta nas datas comemorativas e no final de ano, de forma que há um aumento nas nossas receitas provenientes do processamento de pagamentos no quarto trimestre.

Adicionalmente, nossa receita liquida aumentou de R$1.003,0 milhões em 2014 para R$1.413,9 milhões em 2016, representando uma taxa de crescimento anual composta, ou CAGR de 18,7%, sendo a receita líquida dos últimos doze meses de R$1.449 milhões.

Conforme tabela acima, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2016 o LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado foi de R$138,1 milhões, em comparação à R$171,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, o que representa um crescimento de 24,5%.

Adicionalmente, apesar dos investimentos estratégicos relevantes na infraestrutura de cloud service realizados pela Companhia, a Companhia apresentou uma geração de caixa constante entre 2014 e 2016, conforme indicado no gráfico abaixo:

LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado – Capex e (LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado – Capex)/Receita Liquida



(1) Ajustado por capex não recorrente de Cloud de R$31 milhões

Entre os anos de 2013 e 2016, acreditamos que fomos capazes de alcançar e manter um crescimento sustentável apesar das dificuldades macroeconômicas no Brasil. Nesse período, nossas receitas orgânicas, ou seja, desconsiderando aquisições de outras empresas, apresentaram um CAGR de 12%, significativamente acima do CAGR de 6% do produto interno produto, ou PIB, brasileiro em termos nominais nesse mesmo período e também superior ao CAGR do mercado brasileiro de Outsourcing de TI, de 8%, conforme tabela a seguir:

Apoiados por uma infraestrutura com nove data centers interconectados ao redor da América Latina (quatro no Brasil, dois no Chile e um na Argentina, Colômbia e Peru respectivamente), buscamos fornecer soluções personalizadas em missões críticas para os nossos clientes. Além disso, nossos dois principais data centers oferecem disponibilidade de 99,999% refletindo uma indisponibilidade de apenas cinco minutos e 15 segundos em qualquer período de 365 dias.

Acreditamos que uma de nossas principais vantagens competitivas é a nossa capacidade em larga escala, permitindo que transações sejam processadas de maneira segura e com interrupções mínimas. Em 2016, fomos responsáveis pelo processamento de mais de 25,0 bilhões de transações de pagamentos, com picos de 2 mil por segundo, por meio de seus 6 centros de comando em funcionamento contínuo, representando mais de 50% de todas as transações de cartões de crédito e débito no Brasil, realizadas naquele ano. Por esse motivo, bancos e emissores de cartões de crédito nos procuram como parceiro estratégico para administrar suas operações tecnológicas. Adicionalmente, controlávamos mais de 10 *petabytes* de dados protegidos e administrávamos mais de 180 milhões de documentos eletrônicos em 31 de dezembro de 2016. Através de nossas soluções inteligentes também monitoramos mais de 340.000 km de redes de energia para nossos clientes que operam no setor energético, permitindo que eles acessem remotamente a estabilidade da rede usando medidores digitais avançados.

Acreditamos que a nossa posição de liderança nos possibilitará continuar aproveitando oportunidades atraentes no mercado de serviços de TI no Brasil e na América Latina. De acordo com a IDC, empresa de inteligência de mercado focada em serviços de *outsourcing* TI, em 2016 tínhamos a segunda maior participação do mercado (9,5%) do total disponível para serviços de TI na América Latina[2], que, em 2016, era de US$3,0 bilhões e é esperado um CAGR de 7,9% até 2020, também de acordo com a IDC.

Acreditamos que atuamos em um setor de rápida evolução, caracterizado pela constante inovação e progresso tecnológico. Nossos clientes buscam atingir duas principais metas; (i) implementar operações mais eficientes e efetivas através da migração de estruturas tradicionais de TI para a nuvem; e (ii) investir em tecnologias digitais, aproveitando das informações disponibilizadas pelas redes sociais e análises de *big data* para transformar seus modelos de negócios. Acreditamos que essa mudança nas preferências de nossos clientes está criando novas oportunidades e que estamos bem posicionados para aproveitá-las. Como exemplo, ao antecipar novas necessidades nos espaços digitais e de nuvem, respondemos com a contratação de recursos chaves e criação de parcerias estratégicas com empresas líderes em tecnologia.

[2] Considerando o mercado IT Infrastructure Outsourcing.

Somos reconhecidos no mercado pelos nossos *IT Services*, nossa principal linha de serviços e a maior em termos de receitas, por meio da qual oferecemos soluções de gestão de infraestrutura de TI e de aplicações, além de processamento de pagamentos e transações. Combinamos uma infraestrutura que acreditamos ser robusta, experiência em operações de missão crítica, um modelo de gestão transparente, uma postura colaborativa e flexível para entender como a tecnologia pode contribuir para o negócio de cada um dos nossos clientes. Esses diferenciais são evidenciados pelo nosso profundo conhecimento dos negócios de nossos clientes, o que nos permite antecipar tendências e utilizar tecnologia como impulsionador para as características de cada negócio. Através do nosso DNA de missão crítica, gerenciamos meios de pagamentos complexos com uma extensa gama de serviços, incluindo gestão de Infraestrutura de TI, serviços de *disaster recovery* e outros. Nossas soluções incluem processamento de informações críticas em larga escala e volume. A Companhia faz gestão do ambiente SAP do quinto maior mercado de *utilities*.

Construímos uma infraestrutura de nuvem híbrida segura e flexível para os nossos clientes. As nossas operações em nuvem começaram em 2010 com uma solução de nuvem privada, focada principalmente em nossos maiores clientes. Em 2016, expandimos nosso portfólio de soluções em nuvem para também incluir soluções híbridas e *multicloud*, oferecendo-as a clientes de todos os portes. Nós também prestamos serviços com o objetivo de apoiar nossos clientes durante toda a jornada para a nuvem, guiando-os enquanto definem suas estratégias de nuvem e prestando suporte na administração dos vários ambientes em nuvem (público, privado e, em alguns casos, nuvens próprias dos clientes). Nossos negócios de *Cloud Solutions* são apoiados por parcerias com diversas outras companhias, como a AWS, Azure, Google, Intel, VMWare e Openstack.

Lançamos nossos serviços de Digital Business em 2016, pelos quais acreditamos que podemos transformar a experiência do consumidor e acelerar a competitividade de nossos clientes na economia digital. Através das nossas soluções IoT, monitoramos, mantemos e administramos os dispositivos conectados, pessoas e máquinas de nossos clientes. Nossas soluções *Smart Systems* focam principalmente no monitoramento e gestão de redes inteligentes de energia ("*Smart Grid*") e medidores de consumo de energia (medidores inteligentes ou "*Smart Metering*"), ambos operados através de nossos centros de controle de *Smart Systems* em Santiago, Chile e Bogotá, Colômbia. Nossas soluções para *Enterprise Content Management – ECM* fornecem indexação inteligente de documentos dos nossos clientes, através de um portal baseado em nuvem, habilitado para gerar alertas inteligentes lembrando os clientes de manterem e atualizarem seus documentos. Todas as informações capturadas através de nossos *Smart Systems,* da IoT e ECM podem ser processadas por nossas soluções de *analytics*, onde podemos extrair *insights* e apresentar orientações preventivas para nossos clientes, recomendando ações de acordo com os dados coletados.

Vantagens Competitivas

Confiamos que estamos bem posicionados como uma empresa líder em soluções integradas de tecnologia na América Latina, sendo considerada uma das primeiras companhias deste setor no mercado brasileiro, e acreditamos que as nossas principais vantagens competitivas incluem:

Histórico de crescimento com rentabilidade consistente em vários ciclos econômicos

Acreditamos que nossa trajetória de crescimento consistente e margens de LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado refletem nosso rigoroso planejamento estratégico, a capacidade de nossa equipe de gestão e a qualidade de nossos produtos e serviços. Nós geramos, na nossa visão, resultados sólidos e consistentes e fomos lucrativos em cada um dos últimos anos, com uma margem de LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado média de 24,2% entre 2014 e 2016, e sem que em nenhum ano nesse mesmo período fosse inferior a 23,3%. De 2009 a 2016 nossas receitas orgânicas cresceram a um CAGR de 13,7%. Em 2014, nossas receitas orgânicas cresceram 16,9%, significativamente acima do crescimento de 0,1% do PIB brasileiro no mesmo período.

Enquanto o PIB brasileiro registrou uma retração de 3,8% em 2015, nossas receitas orgânicas cresceram 9,5% e, em 2016, as receitas orgânicas aumentaram em 6,7%, frente à queda de 3,6% do PIB brasileiro. Acreditamos que nosso modelo de negócios possui uma proteção inerente contra a desaceleração de atividade econômica, observado que alavancamos nossos clientes durante ciclos de retração econômica para ampliar sua escala e operar com maior eficiência. De outro lado, durante períodos de crescimento econômico, nosso modelo de negócios também se beneficia, devido ao aumento de renda e da busca dos clientes por soluções para fomentar ainda mais o crescimento e a inovação.

Um dos líderes em soluções completas de tecnologia na América Latina

Acreditamos oferecer uma extensa linha de soluções tecnológicas para os nossos clientes, cobrindo áreas tradicionais de TI, e também inovações na área de computação em nuvem e novas iniciativas em negócios digitais. Acreditamos ter estabelecido nossa reputação como uma empresa líder e possuidora de uma linha de soluções integradas de tecnologia na América Latina, antecipando as necessidades dos nossos clientes e oferecendo soluções tecnológicas de alta qualidade com confiáveis serviços gerenciados de TI. A nossa capacidade *end-to-end* nos possibilita que ativamente desenvolvamos um profundo conhecimento dos negócios de nossos clientes, com o objetivo de desenvolver, implementar e manter serviços personalizados para atender às suas necessidades atuais e futuras, em um ambiente bastante dinâmico. Nossa abordagem agnóstica de tecnologia promove uma perspectiva mais flexível, que nos permite antecipar e melhor atender às necessidades individuais de cada cliente, além de desenvolver soluções que reflitam essas necessidades. Acreditamos que nosso modelo de negócios flexível nos possibilitou acompanhar as tendências tecnológicas, se manter à frente do mercado e aproveitar mais rapidamente as inovações nessa área.

Adicionalmente, realizamos investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento através de nossas equipes dedicadas ao desenvolvimento de produtos, que buscam oportunidades de crescimento orgânico, especialmente com a adoção de novas tecnologias e aproveitamento de oportunidades de crescimento nos setores de nuvem ou de negócios digitais. Por exemplo, em 2016, investimos R$31,0 milhões no TIVIT On-Demand Cloud, um serviço de nuvem escalável operando no formato de autoatendimento.

Bem posicionada para capturar oportunidades de crescimento como resultado de tendências positivas no setor

O mercado para serviços de TI na América Latina ainda apresenta um baixo nível de penetração comparada com outras regiões, com apenas 27% de todos os investimentos em TI focados em serviços em 2016, comparado com 36% nos Estados Unidos de acordo com a IDC. Ademais, o setor de serviços de TI na América Latina é um dos mercados de crescimento mais acelerado do mundo, também de acordo com a IDC. Apesar dos desafios da atual conjuntura econômica, o setor de serviços de TI na América cresceu de forma marcante nos últimos anos e, acreditamos estar prontos para futuros crescimentos, que acreditamos poder criar oportunidades para os líderes desse mercado, como nós. Devido à nossa experiência e posição de liderança, acreditamos que estamos bem posicionados para capturar oportunidades futuras de crescimento, especialmente com nossas iniciativas para replicar nosso sucesso no mercado brasileiro (que representou 80% de todas as receitas da Companhia em 2016) em outras regiões da América Latina.

Base de clientes diversificada e fiel com alta taxa de renovação de contratos, gerando um fluxo de receitas previsível e oportunidades de vendas cruzadas

Em nossa visão, como resultado de nosso sistema flexível, personalizado e ágil de atendimento e a nossa habilidade de oferecer soluções completas e processos de missão crítica com sucesso, nós criamos uma base de clientes diversificada. Em 30 de junho de 2017, nós tínhamos aproximadamente 2.200 clientes em vários setores, como serviços financeiros, *utilities*, petróleo & gás, varejo, telecomunicações, no setor industrial e seguros, entre outros. Particularmente, acreditamos que temos sido reconhecidos por nosso conhecimento profundo dos setores de pagamentos e serviços públicos.

Nossos clientes têm demonstrado um alto nível de fidelidade. Nossa taxa média de renovação de contratos era de 97,0% entre 2010 e 2016, com uma duração média de quatro anos em 30 de junho de 2017 por contrato, proporcionando um modelo de negócios e fluxo de receitas previsíveis. Em 30 de junho de 2017, a duração média de nosso relacionamento com os 20 principais clientes da Companhia era de 10 anos. Acreditamos que essa grande proporção de renovações e a longevidade de nossos relacionamentos é um atestado da qualidade dos serviços oferecidos, combinado com as dificuldades e riscos que nossos clientes enfrentam associado ao momento de migrar processos de missão crítica para outro provedor de TI.

Nossa base de clientes fiéis e diversificados proporcionam receitas recorrentes e variadas que suportam nosso crescimento por meio de vendas cruzadas e incrementais. Fornecemos múltiplos serviços para mais de 80% da base de clientes e almejamos ser o único fornecedor para soluções de TI deles. Nos últimos três anos fiscais, uma média de 80,0% do nosso crescimento anual de receita bruta derivou-se da venda cruzada de serviços adicionais e volumes adicionais aos clientes existentes. Acreditamos que, na medida em que continuamos a aproveitar e desenvolver nossas soluções digitais e de nuvem, uma parcela dos clientes atuais que ainda contratam nossas soluções tradicionais de TI possam incorporar essas novas ferramentas em busca de mais eficiência, sustentabilidade e sucesso.

Infraestrutura interconectada e de última geração em toda a América Latina para suportar nossa estratégia de crescimento

Acreditamos que a nossa plataforma está bem preparada para suportar nosso crescimento esperado e nossa missão estratégica. Nós hoje operamos nove data centers interconectados de última geração em toda a América Latina. Nossa central regional dedicada conta com quatro data centers localizados no Brasil, dois no Chile e um na Argentina, Colômbia e Peru, respectivamente. Adicionalmente, nossos dois data centers principais oferecem disponibilidade de 99,999% refletindo uma indisponibilidade de apenas cinco minutos e 15 segundos em qualquer período de 365 dias. Como resultado de nossos investimentos e foco, acreditamos que a nossa plataforma internacional foi projetada para suportar nosso crescimento esperado nos próximos anos. Nossos data centers apresentam uma capacidade instalada significativa, resultando em capacidade ociosa e possibilitando a nossa expansão. Em 30 de junho de 2017, a taxa média de utilização de nossos data centers variava entre 70% e 80%.

Em nossa visão, a confiança de nossa infraestrutura tecnológica interconectada auxilia a manutenção da continuidade das operações comerciais de nossos clientes, o que acreditamos ser altamente valorizado, representando um aspecto muito importante de nossa estratégia de crescimento.

Capacidade de ampliar nossas operações com sucesso através de aquisições selecionadas

Nós acreditamos já termos demonstrado nossa capacidade de expandir com sucesso em outros países, através de aquisições selecionadas que complementam nosso negócio. Por exemplo, em outubro de 2014, nós concluímos a aquisição da Synapsis, no Chile, por meio da qual expandimos nossas operações para a Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Equador e Panamá. Também adquirimos a *start-up* brasileira One Cloud em abril de 2016, o que nos possibilitou acessar um novo portfólio de tecnologias e serviços com o objetivo de oferecer uma nuvem local num conceito híbrido. A experiência na aquisição e na integração de operações adquiridas é peça chave em nossa estratégia de buscar aquisições selecionadas que irão nos possibilitar expandir para outras regiões e portfolios.

Equipe de gestão experiente com forte trajetória no setor de TI

Nós acreditamos ter um grupo de profissionais talentosos e experientes, com forte reputação entre seus clientes e pares no mercado latino americano. Nossa equipe *senior* de gestão liderou nosso crescimento e fomentou uma cultura de inovação, empreendedorismo e trabalho em equipe. Em 30 de junho de 2017, todos os membros da alta administração trabalhavam com a Companhia há pelo menos sete anos, transformando a nossa Companhia durante esse período através da inovação orgânica e uma série de aquisições que reputamos bem-sucedidas. A cultura orientada por resultados enfatiza os interesses de nossos acionistas, através de uma cultura que adota uma "atitude de dono" que representa um incentivo para crescer e gerar resultados. Acreditamos que a experiência especializada de nossos profissionais e seu conhecimento profundo da Companhia contribuem muito para a eficiência de nossas operações.

Estratégias

Ampliar relacionamentos com clientes atuais e focar em oportunidade de vendas cruzadas e incrementais

Acreditamos que nossa linha de produtos oferece muitas oportunidades de gerar vendas cruzadas e incrementais entre nossas linhas de serviços. Um de nossos principais objetivos corporativos é a construção de parcerias duradouras com nossos clientes, antecipando e atendendo às suas diversas necessidades na área de TI em um ambiente de negócios dinâmico. Para atingir essa meta, a nossa intenção é de continuar ampliando o escopo dos serviços e soluções disponibilizadas aos nossos clientes atuais com o objetivo de ser seu único fornecedor de soluções, integrando múltiplos provedores e múltiplas tecnologias. Nosso relacionamento com o cliente normalmente começa prestando um único serviço, gradativamente ampliando esse relacionamento para oferecer uma linha completa de soluções de tecnologia em várias plataformas. Acreditamos ter um histórico de sempre analisar tendências tecnológicas e integrar inovações a nossas ofertas para potencializar os relacionamentos da Companhia com seus clientes, capturando oportunidades de ampliar nossas vendas e realizar vendas cruzadas entre linhas de serviços, criando valor para nossos clientes. Por esse motivo, vemos nossas soluções digitais e de nuvem como particularmente atraentes e de valor agregado para a atual base de clientes que hoje utilizam soluções de TI mais tradicionais, que temos intenção de aproveitar para apoiar nosso crescimento. Como resultado da confiança que estabelecemos com nossos clientes durante parcerias de longa data, acreditamos que esses clientes estarão mais dispostos a integrarem novas tecnologias em seus atuais portfólios de TI caso essas tecnologias sejam recomendadas, oferecidas ou administradas por nós. A medida em que continuamos a investir e desenvolver nossas capacidades digitais e em nuvem, pretendemos focar nessas linhas de serviços como impulsionadores de vendas cruzadas, incrementais e crescimento.

Continuar a desenvolver e comercializar nossas soluções digitais e de nuvem e avaliar e integrar outras tendências tecnológicas para acelerar nosso crescimento

Temos a intenção de continuar a investir e ampliar a comercialização de soluções digitais e de nuvem que acreditamos que deverá acelerar nosso crescimento, a curto e médio prazo. Realizamos investimentos de R$31 milhões em tecnologias de nuvem em 2016, demonstrando a intensidade desse foco estratégico. Temos a intenção de focar esforços para ampliar o alcance de nossas ofertas de soluções digitais e de nuvem que acreditamos ter muito potencial para otimizar os negócios de nossos clientes e aumentar as nossas receitas. Como resultado de nossas soluções customizadas, acreditamos ter a flexibilidade para oferecer a nossos clientes soluções digitais e de nuvem e serviços de gestão de nuvem feitas sob medidas para as necessidades dos negócios e o planejamento financeiro de cada cliente, através dos modelos de nuvem pública, privada e híbrida. Continuamente, nossos clientes estão colocando cada vez mais ênfase em investimentos e inovação e almejamos ajudar nossos clientes a navegar no processo de migração para serviços digitais e de nuvem como um parceiro de confiança, com experiência comprovada na gestão de suas diversas necessidades na área de TI. Adicionalmente, estamos sempre avaliando novas tendências tecnológicas que podem beneficiar nossos clientes e desenvolvendo soluções que aproveitam dessas inovações, ampliando nossas ofertas. Por exemplo, para melhor servir nossos clientes no setor de energia, desenvolvemos uma solução de "rede inteligente" que hoje monitora mais de 340.000 km de redes de energia elétrica. Usando essa tecnologia, acreditamos que podemos avaliar a estabilidade da rede de energia remotamente, usando medidores digitais avançados que automaticamente reportam quedas de energia e outras falhas, otimizando as operações e recursos da rede de distribuição.

Expansão seletiva de nossas operações na América Latina

Acreditamos que existem oportunidades atraentes para a expansão seletiva na América Latina e pretendemos aproveitar dessas oportunidades, especialmente com a expansão regional de nossos clientes brasileiros. Acreditamos que nosso sucesso no Brasil, pode ser replicado em outros mercados latino-americanos que apresentam baixos níveis de penetração e alto potencial de crescimento tendo em vista que nossas soluções são escaláveis entre regiões. Temos a intenção de aproveitar a nossa marca de alta reputação e presença regional para expandir nossos negócios pela América Latina, atingindo mercados importantes como São Paulo, Santiago e Bogotá, e comercializando nossos produtos para uma base de clientes com maior diversificação geográfica. Mais especificamente, nossa intenção é de continuar a aproveitar das condições relativamente favoráveis do mercado na América Latina e usar nossa experiência e capacidade de consolidar e expandir nossos negócios, especialmente no Peru e Colômbia, que avaliamos como locais chaves onde podemos ampliar a nossa diversificação geográfica e presença. Esses países, assim como o Brasil no início dos anos 2000, contam com uma classe média e consumidora crescente, bem como várias companhias que querem modernizar suas operações e agregar eficiência para aumentar sua sustentabilidade e sucesso na economia global. Temos como objetivo replicar a trajetória de rápido crescimento e consolidação que acreditamos ter no mercado brasileiro em outros países da América Latina.

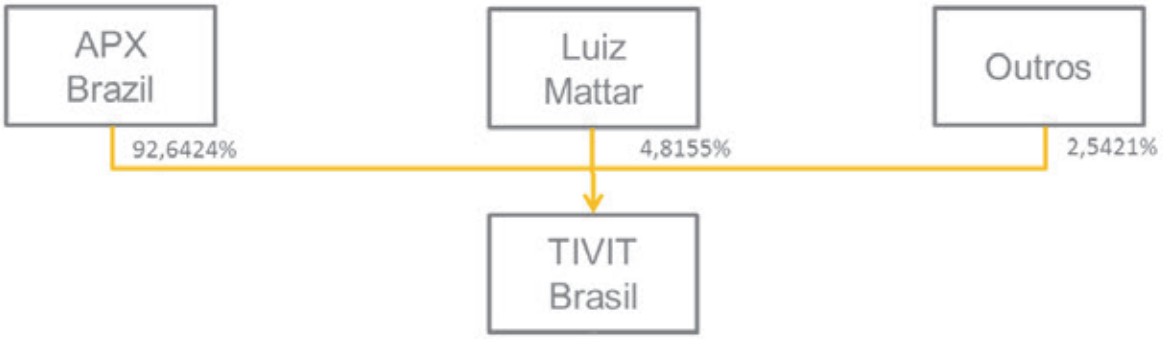
Foco em novos clientes de porte médio e clientes com alto crescimento

Devido a nossa abordagem agnóstica de tecnologia, temos, na nossa visão, a agilidade e os recursos necessários para servir diversos tipos de clientes com vários perfis corporativos, oferecendo soluções personalizadas para atender às suas necessidades específicas. Particularmente, acreditamos que existe um grande mercado de companhias de médio porte e alto crescimento que ainda não foi explorado e que estamos bem posicionados para atender essas empresas de maneira rentável com o desenvolvimento de novos serviços personalizados para atender suas necessidades específicas. Acreditamos que empresas de médio porte representam uma nova fronteira no mercado de serviços de TI, e que nossos serviços podem auxiliar clientes deste perfil a ganhar eficiência, aumentar sua flexibilidade e integrar seus negócios. Pretendemos focar nossas iniciativas de marketing em companhias de médio porte passando por uma fase de rápido crescimento e depois de capturar esses clientes, aproveitar das oportunidades de vendas cruzadas em todas nossas linhas de serviços.

Aproveitar oportunidades atraentes de crescimento através de aquisições estratégicas

Pretendemos continuar realizando aquisições, *joint ventures*, investimentos e alianças estratégicas que possam ampliar nossa experiência, capacidade tecnológica e diversidade geográfica bem como aumentar nossa plataforma. Nossa intenção é avaliar oportunidades de aquisição que complementem nosso negócio, aumentem a nossa competitividade e agreguem valor para nossos acionistas. Acreditamos ser rigorosos e prudentes na seleção de alvos para aquisição e parcerias de negócios e temos experiência comprovada em adquirir e integrar eficientemente negócios específicos. Acreditamos que será possível integrar as companhias adquiridas de maneira rápida, eficiente e rentável, minimizando custos marginais e rapidamente realizando economias de escala. Por exemplo, em outubro de 2014, concluímos a aquisição da Synapsis, do Chile, e decidimos manter a respectiva equipe de gestão como elemento crítico no processo de integração e na nossa capacidade de aproveitar das sinergias da transação. Em 2016, adquirimos a One Cloud, um start-up de corretagem de nuvem sediada no estado brasileiro de Minas Gerais. A aquisição foi realizada para ampliar nossa capacidade nas áreas de serviços digitais e de nuvem, oferecendo o primeiro portal *multicloud* da América Latina.

Estrutura Organizacional da Companhia



Nosso controle acionário não será alterado após a realização da Oferta (mesmo considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, caso exercidas), sendo certo que o Fundo permanecerá como nosso acionista controlador.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

As receitas geradas pela Companhia dependem da manutenção e renovação dos seus contratos de serviços integrados de tecnologia junto aos seus clientes

As receitas da Companhia são dependentes de serviços integrados de tecnologia suportadas por contratos com prazo médio de 48 meses. A manutenção e a renovação destes contratos dependem do cumprimento pela Companhia de determinados níveis de serviço (SLA) e qualidade. Caso a Companhia apresente queda nas suas taxas de entrega de níveis de serviços ou, ainda, caso haja aumento da concorrência ou ocorra condições adversas de mercado ou demanda por tais tipos de serviços, poderá haver um efeito adverso nos resultados operacionais, financeiros, incluindo fluxos de caixa, rentabilidade e liquidez da Companhia.

Parcela significativa das receitas da Companhia advém de contratos de prestação de serviços concentrados em poucos clientes.

Uma parcela significativa da receita da Companhia está concentrada entre os seus dez maiores clientes em termos de receita bruta anual. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, esses clientes representaram, aproximadamente, 45% da receita bruta da Companhia e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 45%. Não há garantia de que os contratos com os principais clientes serão renovados ou prorrogados ou que a Companhia obterá dos principais clientes uma receita equivalente no futuro. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia celebra contratos de longo prazo e contratos de preço fixo com seus clientes. Se a Companhia não definir corretamente o preço desses contratos, sua lucratividade pode ser afetada negativamente.

Os preços dos serviços da Companhia são definidos em contratos, muitos dos quais são de prazo longo. Em certos casos, a Companhia compromete-se com certos preços durante o prazo do contrato, assumindo o risco de aumento dos custos envolvidos. Se a Companhia não estimar precisamente os futuros índices de correção salarial, taxas de câmbio ou outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Em função dos prazos contratuais longos, em geral de 48 meses, e considerando os fatores de custos que tipicamente compõem as planilhas de preços tais como salários, energia elétrica, encargos sociais, alugueis, custos de software determinados em moeda estrangeira, além da elevada procura por profissionais de tecnologia da informação, a Companhia pode vir a sofrer variações significativas destes componentes de custos que poderão não ter as suas variações completamente aceitas pelos clientes da Companhia e que podem impactar adversamente o resultado financeiro da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preço de fornecedores

Os custos da Companhia são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores, entre outros custos. Ainda, as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para os clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio

A capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

(i) captar novos clientes e reter clientes existentes;

(ii) adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior;

(iii) financiar investimentos;

(iv) estabelecer e manter parcerias;

(v) contratar e reter mão de obra capacitada; e

(vi) aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados.

Em 31 de dezembro de 2016, o conselho de administração da Companhia aprovou a cisão do negócio de BPO para segregar as unidades de negócios das partes de acordo com as características dos seus negócios e os seus setores de atuação, de modo que a única área de serviços da Companhia passou a ser a de tecnologia (incluindo Serviços de TI, Cloud Solutions e Digital Business). A Companhia não pode assegurar que a referida cisão trará os benefícios esperados, bem como poderá incorrer em custos relacionados à cisão que podem exceder suas estimativas, podendo afetá-la adversamente.

O não atingimento de quaisquer desses objetivos, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo, pode limitar a capacidade da Companhia de executar integralmente sua estratégia de negócio, afetando negativamente seus resultados.

EVENTOS RECENTES

3ª Emissão de Debêntures

Em 04 de setembro de 2017, a Companhia aprovou a realização de sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, perfazendo o montante total de até R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476/09.

Os recursos líquidos que vierem a ser obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente ao pagamento ou pré-pagamento integral ou de parcelas de determinados contratos de dívidas. Caso, após o pagamento das referidas dívidas, sobejarem recursos decorrentes da oferta das Debêntures, estes poderão ser utilizados para recomposição de caixa e/ou capital de giro da Companhia.

Cancelamento das Ações em Tesouraria

Em reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 24 de agosto de 2017 e 25 de agosto de 2017, a Companhia aprovou o cancelamento de 1.383.369 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia e atualmente mantidas em tesouraria.

Pagamento de Dividendos

Em 06 de setembro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos a seus acionistas no valor de R$10,9 milhões, conforme previamente aprovado na assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2017.

Identificação dos Administradores, Coordenadores da Oferta, Consultores e Auditores

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar
CEP 05423-110 – São Paulo, SP
At.: Diretoria de Relações com Investidores
Tel.: (11) 3757-2656
http://www.tivit.com

Fundo

APX Brazil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia
Avenida Paulista, nº 1.111, 13º andar
CEP 01311-920 - São Paulo, SP
At.: Gestão DTVM
Tel.: 4009-3325

Coordenador Líder

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
CEP 04542-000 – São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: (11) 3701-6800
https://br.credit-suisse.com

Agente Estabilizador

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: (11) 3708-8876
https://www.itau.com.br/itaubba-pt/

Coordenador da Oferta

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar
CEP 01451-000 – São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: (11) 2169-4672
https://www.bradescobbi.com.br

Coordenador da Oferta

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133 – São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com

Coordenador da Oferta

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º, 7º e 10º ao 15º andares
CEP 04538-905 – São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: (11) 4950-3700
https://www.jpmorgan.com

Coordenador da Oferta

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235 (Bloco A), 24º andar
CEP 04543-011 – São Paulo, SP
At.: Sr. Cleomar Parisi
Tel.: (11) 3012-7017
https://www.santander.com.br

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Avenida Dr. Chuccri Zaidan, nº 1.240, 4º ao 12º andar
CEP 04709-111 – São Paulo, SP
At.: Sr. Walmir Bolgheroni
Tel.: (11) 5186-1000
https://www2.deloitte.com/br/pt.html

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Locais da Companhia
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447 CEP 01403-001, São Paulo, SP At.: Sra. Vanessa Fiusa Tel.: (11) 3147-7600 http://www.mattosfilho.com.br	**Stocche, Forbes, Padis, Filizzola, Clapis, Passaro, Meyer e Refinetti Advogados** Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 10º andar CEP 04538-132, São Paulo, SP At.: Sr. André Stocche e Sr. Henrique Filizzola Tel.: (11) 3755-5400 http://www.stoccheforbes.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos da Companhia
Simpson Thacher & Bartlett LLP Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 12º andar CEP 04543-000, São Paulo, SP At.: Sr. Grenfel Calheiros Tel.: (11) 3546-1011 http://www.stblaw.com/	**Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP** Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 7º andar CEP 04538-133, São Paulo, SP At.: Sr. J. Mathias von Bernuth Tel.: (11) 3708-1840 https://www.skadden.com/

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 187.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 83, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Fundo e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Luiz Roberto Novaes Mattar, Paulo Sergio Carvalho de Freitas, Tatiana Silva Lorenzi, Carlos Renato Gazaffi, André Guimarães Frederico, Valdinei Donizete Cornatione, José Eduardo Ometto Alberto, Orlando Silva Pereira, Alexandre Ferreira da Silva e Fabiano Agante Droguetti, devidamente qualificados na seção "Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" deste Prospecto Preliminar.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Montante de até 6.198.695 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo, correspondentes a até 20% da quantidade de Ações da Oferta Base, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações da Oferta Base	30.993.481 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta existiam 1.652.261 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 1,8% do seu capital social, em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 32.280.684 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 34,6% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 43.128.400 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 46,2% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, veja seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 36 deste Prospecto.

Ações Suplementares	Montante de até 4.649.021 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo, correspondentes a até 15% da quantidade de Ações da Oferta Base, que poderá ser acrescido à Oferta nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, as quais serão destinadas, exclusivamente, para atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção Suplementar (conforme abaixo definida). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados do primeiro dia útil, inclusive, posterior à data da disponibilização do Anúncio de Início, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Agente Estabilizador ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., agente autorizado a realizar operações de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro, nos termos do Contrato de Estabilização.
Agentes de Colocação Internacional	Credit Suisse Securities (USA) LLC, o Itau BBA USA Securities, Inc., o Bradesco Securities, Inc., o BTG Pactual US Capital, LLC, o J.P. Morgan Securities LLC e o Santander Investment Securities Inc.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser divulgado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 59 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, a ser divulgado na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, disponibilizado nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 59 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente divulgado, nos termos dispostos no artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor quando da sua decisão de investimento, disponibilizados nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 59 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua entrada no Novo Mercado, bem como a reforma do estatuto social da Companhia, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de março de 2017, cuja ata foi devidamente registrada em 11 de maio de 2017 perante a JUCESP sob o nº 215.281/17-2, bem como publicada no jornal "O Estado de São Paulo" e no DOESP, ambas em 03 de agosto de 2017.

A realização da Oferta pelo Fundo e alienação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, bem como seus termos e condições, foi aprovada em reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, em 19 de abril de 2017.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas referente à Oferta e à fixação do Preço por Ação.

Atividade de Estabilização

Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Aviso ao Mercado

Aviso divulgado em 08 de setembro de 2017, a ser novamente divulgado em e 18 de setembro de 2017, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 59 deste Prospecto.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$1.106.094.076,98, totalmente subscrito e integralizado e representado por 93.276.979 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Empréstimo	Instrumento Particular de Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., celebrado entre o Fundo, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, estes últimos na qualidade de intervenientes anuentes, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado de Governança Corporativa celebrado entre a Companhia, o Fundo e a B3 em 08 de setembro de 2017, o qual entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	Contrato de prestação de serviços celebrado, nesta data, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a B3.
Coordenador Líder ou Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, o Itaú BBA, o Bradesco BBI, o BTG Pactual, o J.P. Morgan e o Santander, considerados em conjunto.
Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta" na página 44 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais que deverá ser realizada dentro do prazo de até três dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais aos respectivos investidores.

Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até três dias úteis contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Tendo em vista que a Oferta compreende exclusivamente uma distribuição secundária, os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações e, portanto, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no seu Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos a partir da página 54 deste Prospecto e na seção 18 do Formulário de Referência.
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa.
Fatores de Risco	**Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 83 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.**
Fundo	APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.

Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais que tenham sido adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o aqui disposto não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia assinados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, bem como por cada um dos Administradores.
Investidores Estrangeiros	Os (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Investidores Institucionais	Investidores Estrangeiros e os Investidores Institucionais Locais considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, para os quais inexiste valores mínimos e máximos de investimento na Oferta, nos termos da Instrução CVM 539.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Institucionais, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00.

Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "TVIT3".
Oferta	Distribuição pública secundária das Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta de Varejo	Montante mínimo de 10% e máximo de 15% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) a ser destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada no Contrato de Colocação pelo Fundo ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações da Oferta Base, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo de até três dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em 29 de setembro de 2017 e se encerrará em 02 de outubro de 2017, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre 18 de setembro de 2017, inclusive, e 27 de setembro de 2017, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 18 de setembro de 2017, inclusive, e 19 de setembro de 2017, inclusive, data esta que antecede em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, sendo que nesse caso os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas não estarão sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda.

Pessoas Vinculadas	Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (i) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas.
Planos de Opção de Compra de Ações	Consiste nos dois planos de opção aprovados pela Companhia nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 13 de julho de 2010 e em 26 de dezembro de 2016, respectivamente, sendo certo que os termos e condições das opções a serem outorgadas no âmbito dos Planos de Opção foram aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2010 e em 26 de dezembro de 2016. Para mais informações a respeito dos Planos de Opção de Compra de Ações, veja a seção "Diluição" na página 90 deste Prospecto Preliminar e o item 13.4 do Formulário de Referência.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até 6 (seis) meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	O preço de aquisição por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, sujeito ao Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não-Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário" deste Prospecto.

Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	Prospecto Definitivo e este Prospecto Preliminar.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 04 de agosto de 2017, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" na página 22 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	Conforme estabelecido no art. 48 do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, seus Administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar os Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de cento e oitenta dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos 6 (seis) meses subsequentes à Oferta, a contar do início da vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Fundo e os administradores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Fundo e os administradores da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 aplicável aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Valor Total da Oferta da Oferta Base	R$1.456.693.607,00, considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do capital social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$1.106.094.076,98, totalmente subscrito e integralizado, representado por 93.276.979 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 134.868.561 ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Principais acionistas, Administradores e Acionistas Vendedores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, caso exercidas), o Fundo será titular de 51,0% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, o Fundo continuará como acionista controlador da Companhia.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		**Após a Oferta**	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	86.414.051	92,64	58.420.218	62,63
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.491.752	4,82	2.576.077	2,76
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	0,35	0	0,0
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	0,15	0	0,0
Carlos Renato Gazaffi	169.803	0,18	0	0,0
André Guimarães Frederico	90.157	0,10	0	0,0
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	0,12	0	0,0
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	0,07	0	0,0
Orlando Silva Pereira	69.553	0,07	0	0,0
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	0,07	0	0,0
Fabiano Agante Droguetti	56.839	0,06	0	0,0
Outros acionistas	1.287.203	1,38	32.280.684	34,61
Total	**93.276.979**	**100,00**	**93.276.979**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	86.414.051	92,64	53.771.197	57,65
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.491.752	4,82	2.576.077	2,76
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	0,35	0	0
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	0,15	0	0
Carlos Renato Gazaffi	169.803	0,18	0	0
André Guimarães Frederico	90.157	0,10	0	0
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	0,12	0	0
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	0,07	0	0
Orlando Silva Pereira	69.553	0,07	0	0
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	0,07	0	0
Fabiano Agante Droguetti	56.839	0,06	0	0
Outros acionistas	1.287.203	1,38	36.929.705	39,59
Total	**93.276.979**	**100,00**	**93.276.979**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	86.414.051	92,64	52.221.523	55,99
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.491.752	4,82	2.576.077	2,76
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	0,35	0	0
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	0,15	0	0
Carlos Renato Gazaffi	169.803	0,18	0	0
André Guimarães Frederico	90.157	0,10	0	0
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	0,12	0	0
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	0,07	0	0
Orlando Silva Pereira	69.553	0,07	0	0
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	0,07	0	0
Fabiano Agante Droguetti	56.839	0,06	0	0
Outros acionistas	1.287.203	1,38	38.479.379	41,25
Total	**93.276.979**	**100,00**	**93.276.979**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	86.414.051	92,64	47.572.502	51,00
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.491.752	4,82	2.576.077	2,76
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	0,35	0	0
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	0,15	0	0
Carlos Renato Gazaffi	169.803	0,18	0	0
André Guimarães Frederico	90.157	0,10	0	0
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	0,12	0	0
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	0,07	0	0
Orlando Silva Pereira	69.553	0,07	0	0
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	0,07	0	0
Fabiano Agante Droguetti	56.839	0,06	0	0
Outros acionistas	1.287.203	1,38	43.128.400	46,24
Total	**93.276.979**	**100,00**	**93.276.979**	**100,00**

Identificação dos Acionistas Vendedores, quantidade de ações ofertadas, montante e recursos líquidos

Segue abaixo descrição dos Acionistas Vendedores:

APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, fundo de investimento em participações constituído na forma da Instrução CVM 555, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.709.823/0001-07, representado pelo seu administrador, **Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de investimentos, conforme Ato Declaratório nº 1.223 de 08 de janeiro de 1990;

Luiz Roberto Novaes Mattar, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 757.627.4 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 072.672.558-76, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Paulo Sergio Carvalho de Freitas, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 480.103.91 (DETRAN-RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 713.295.957-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Tatiana Silva Lorenzi, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 308.648.3 (SSP-SC), inscrita no CPF/MF sob o nº 016.290.749-42, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Carlos Renato Gazaffi, brasileiro, casado, cientista da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 423.089.079 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 296.033.608-99, residente e domiciliado no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

André Guimarães Frederico, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 285.313.253 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 296.876.988-02, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Valdinei Donizete Cornatione, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº 133.698.99 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 064.495.588-06, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

José Eduardo Ometto Alberto, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 924.854.2-X (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 051.907.438-61, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Orlando Silva Pereira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 124.087.56 (SSP-BA), inscrito no CPF/MF sob o nº 022.454.648-18, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Alexandre Ferreira da Silva, brasileiro, divorciado, profissional da área de tecnologia elétrica, portador da Cédula de Identidade RG nº 204.982.95 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 125.962.838-83, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo;

Fabiano Agante Droguetti, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 228.544.051 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 120.730.288-02, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar, CEP 05423-110, no Município São Paulo, Estado de São Paulo.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública secundária das Ações, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 6.198.695 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações da Oferta Base poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% de Ações da Oferta Base, ou seja, em até 4.649.021 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Fundo nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base, conforme opção outorgada pelo Fundo ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até trinta dias contados do primeiro dia útil, inclusive, posterior à data da disponibilização do Anúncio de Início, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas e liquidadas no Brasil, em reais, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua entrada no Novo Mercado, bem como a reforma do estatuto social da Companhia, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado - B3 ("Regulamento do Novo Mercado"), foram aprovadas em assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 29 de março de 2017, cuja ata foi devidamente registrada em 11 de maio de 2017 perante a JUCESP sob o nº 215.281/17-2, bem como publicada no jornal "O Estado de São Paulo" e no DOESP, ambas em 03 de agosto de 2017.

A realização da Oferta pelo Fundo e alienação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, bem como seus termos e condições, foram aprovadas em reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, em 19 de abril de 2017.

Tendo em vista que o restante dos Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não há necessidade de aprovações societárias adicionais pelos demais Acionistas Vendedores para a realização da Oferta.

Preço por Ação

Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente, considerados e processados, observada as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.

O preço de aquisição por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Quantidade, montante e recursos líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões pagas pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante (R$)	Comissões e Despesas por Ação (R$)	Recursos Líquidos[2] [3] (R$)
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	27.993.833	47,00	1.315.710.151,00	2,03	1.258.997.746,10
Luiz Roberto Novaes Mattar	1.915.675	47,00	90.036.725,00	2,03	86.155.779,64
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	47,00	15.186.264,00	2,03	14.531.674,88
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	47,00	6.384.621,00	2,03	6.109.418,13
Carlos Renato Gazaffi	169.803	47,00	7.980.741,00	2,03	7.636.738,93
André Guimarães Frederico	90.157	47,00	4.237.379,00	2,03	4.054.730,90
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	47,00	5.169.530,00	2,03	4.946.702,44
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	47,00	3.020.925,00	2,03	2.890.710,97
Orlando Silva Pereira	69.553	47,00	3.268.991,00	2,03	3.128.084,33
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	47,00	3.026.847,00	2,03	2.896.377,71
Fabiano Agante Droguetti	56.839	47,00	2.671.433,00	2,03	2.556.283,48
Total	**30.993.481**	**47,00**	**1.456.693.607,00**	**2,03**	**1.393.904.247,51**

(1) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.

(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante (R$)	Comissões e Despesas por Ação (R$)	Recursos Líquidos[2] [3] (R$)
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	38.841.549	47,00	1.825.552.803,00	2,03	1.746.864.127,04
Luiz Roberto Novaes Mattar	1.915.675	47,00	90.036.725,00	2,03	86.155.779,64
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	47,00	15.186.264,00	2,03	14.531.674,88
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	47,00	6.384.621,00	2,03	6.109.418,13
Carlos Renato Gazaffi	169.803	47,00	7.980.741,00	2,03	7.636.738,93
André Guimarães Frederico	90.157	47,00	4.237.379,00	2,03	4.054.730,90
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	47,00	5.169.530,00	2,03	4.946.702,44
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	47,00	3.020.925,00	2,03	2.890.710,97
Orlando Silva Pereira	69.553	47,00	3.268.991,00	2,03	3.128.084,33
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	47,00	3.026.847,00	2,03	2.896.377,71
Fabiano Agante Droguetti	56.839	47,00	2.671.433,00	2,03	2.556.283,48
Total	**41.841.197**	**47,00**	**1.966.536.259,00**	**2,03**	**1.881.770.628,45**

(1) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante (R$)	Comissões e Despesas por Ação (R$)	Recursos Líquidos[2] [3] (R$)
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	32.642.854	47,00	1.534.214.138,00	2,03	1.468.083.331,50
Luiz Roberto Novaes Mattar	1.915.675	47,00	90.036.725,00	2,03	86.155.779,64
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	47,00	15.186.264,00	2,03	14.531.674,88
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	47,00	6.384.621,00	2,03	6.109.418,13
Carlos Renato Gazaffi	169.803	47,00	7.980.741,00	2,03	7.636.738,93
André Guimarães Frederico	90.157	47,00	4.237.379,00	2,03	4.054.730,90
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	47,00	5.169.530,00	2,03	4.946.702,44
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	47,00	3.020.925,00	2,03	2.890.710,97
Orlando Silva Pereira	69.553	47,00	3.268.991,00	2,03	3.128.084,33
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	47,00	3.026.847,00	2,03	2.896.377,71
Fabiano Agante Droguetti	56.839	47,00	2.671.433,00	2,03	2.556.283,48
Total	**35.642.502**	**47,00**	**1.675.197.594,00**	**2,03**	**1.602.989.832,91**

(1) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação (R$)[1]	Montante (R$)	Comissões e Despesas por Ação (R$)	Recursos Líquidos[2] [3] (R$)
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	34.192.528	47,00	1.607.048.816,00	2,03	1.537.778.541,63
Luiz Roberto Novaes Mattar	1.915.675	47,00	90.036.725,00	2,03	86.155.779,64
Paulo Sergio Carvalho de Freitas	323.112	47,00	15.186.264,00	2,03	14.531.674,88
Tatiana Silva Lorenzi	135.843	47,00	6.384.621,00	2,03	6.109.418,13
Carlos Renato Gazaffi	169.803	47,00	7.980.741,00	2,03	7.636.738,93
André Guimarães Frederico	90.157	47,00	4.237.379,00	2,03	4.054.730,90
Valdinei Donizete Cornatione	109.990	47,00	5.169.530,00	2,03	4.946.702,44
José Eduardo Ometto Alberto	64.275	47,00	3.020.925,00	2,03	2.890.710,97
Orlando Silva Pereira	69.553	47,00	3.268.991,00	2,03	3.128.084,33
Alexandre Ferreira da Silva	64.401	47,00	3.026.847,00	2,03	2.896.377,71
Fabiano Agante Droguetti	56.839	47,00	2.671.433,00	2,03	2.556.283,48
Total	**37.192.176**	**47,00**	**1.748.032.272,00**	**2,03**	**1.672.685.043,04**

(1) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e despesas da Oferta.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de distribuição

A taxa de registro da CVM relativa à Oferta será arcada de forma proporcional entre os Acionistas Vendedores, enquanto as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia, sem qualquer desembolso por parte dos Acionistas Vendedores. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

Segue, abaixo, um detalhamento dos custos estimados da Oferta:

Custos	Valor (R$)[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]	Valor por Ação (R$)	% em Relação ao Preço por Ação[1]
Comissão de Coordenação	5.826.774,43	0,40	0,19	0,40
Comissão de Garantia Firme	5.826.774,43	0,40	0,19	0,40
Comissão de Colocação	17.480.323,28	1,20	0,56	1,20
Remuneração de Incentivo[2]	21.850.404,11	1,50	0,71	1,50
Total de Comissões	**50.984.276,25**	**3,50**	**1,65**	**3,50**
Tributos	5.445.470,47	0,37	0,18	0,37
Taxa de Registro na CVM	283.291,00	0,02	0,01	0,02
Despesas com Auditores	1.200.000,00	0,08	0,04	0,08
Taxa de Registro na ANBIMA	56.621,68	0,00	0,00	0,00
Taxa de Registro da B3[6]	629.542,76	0,04	0,02	0,04
Despesas com Advogados[3]	3.200.000,00	0,22	0,10	0,22
Publicidade da Oferta[4]	1.500.000,00	0,10	0,05	0,10
Total de Despesas	**12.314.925,91**	**0,84**	**0,40**	**0,84**
Total de Comissões e Despesas	**63.299.202,16**	**4,34**	**2,05**	**4,34**

(1) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
(2) A Comissão de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta a exclusivo critério e discricionariedade dos Acionistas Vendedores. Os critérios utilizados na quantificação da Comissão de Incentivo são de ordem objetiva e subjetiva, de aferição discricionária por cada um dos Acionistas Vendedores, tais como, respectivamente, (a) a quantidade de Ações alocadas por cada um dos Coordenadores da Oferta; e (b) o engajamento de cada Coordenador da Oferta durante as atividades de preparação dos documentos e demais atividades conexas à Oferta.
(3) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.
(4) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).
(5) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(6) Com base no Preço por Ação de R$47,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$43,00 e R$51,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

Não há outra remuneração devida pelos Acionistas Vendedores e/ou pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações.

Público Alvo

O público alvo da Oferta consiste em Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM	04/08/2017
2	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	08/09/2017
3	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	11/09/2017
4	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	18/09/2017
5	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	19/09/2017
6	Encerramento do Período de Reserva	27/09/2017
7	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	28/09/2017
8	Concessão do registro da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	29/09/2017
9	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3	02/10/2017
10	Data de Liquidação	04/10/2017
11	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	31/10/2017
12	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	06/11/2017
13	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	08/11/2017

[1] Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, para aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer Anúncios de Retificação serão informados por meio de divulgação de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM. Para informações sobre "Procedimento de Distribuição na Oferta", "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Inadequação da Oferta", ler as páginas 45, 51 e 56 deste Prospecto.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma oferta destinada a Investidores Institucionais, conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores , observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00; e

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), assim como os Investidores Estrangeiros.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (i) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento de formulário específico destinado à aquisição de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, no âmbito da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada, durante o período compreendido entre 18 de setembro de 2017, inclusive, e 27 de setembro de 2017, inclusive, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o período compreendido entre 18 de setembro de 2017, inclusive, e 19 de setembro de 2017, inclusive, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, o qual terminará em data que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações da Oferta Base, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, caso haja demanda e a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 15% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), e nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violações das Normas de Conduta", a partir das páginas 51 e 54, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;

(b) **o Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Com exceção dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas fora do respectivo Período de Reserva para Pessoas Vinculadas será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço da quantidade de Ações da Oferta Base, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas;

(c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação (conforme definido no item Preço por Ação abaixo) seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não Institucional, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista na alínea (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (d) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada junto a qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (e) acima, a cada Investidor Não Institucional, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista na seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 51 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c), (e) e na seção e "Violações das Normas de Conduta", a partir da página 54 deste Prospecto, e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração, devendo ser considerada somente a quantidade inteira de Ações;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e a quantidade total das Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 51 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento aqui descrito.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 83, respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (v) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas, inexistindo valores mínimo e máximo de investimento e assumindo cada Investidor Institucional a obrigação de verificar se está cumprindo os requisitos acima para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de contrato de compra e venda de ações, cujo modelo final foi previamente apresentado à CVM e que informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente adquiridas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam consideradas Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 29 de setembro 2017, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses, contado a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em 08 de novembro de 2017, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até três dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 54-A da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta", na página 52 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e nos Acionistas Vendedores e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelo Fundo e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional nos obriga, bem como obriga os Acionistas Vendedores, a indenizarem os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia for condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na página 83 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta, ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados na seção "Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 59 deste Prospecto.

Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes na seção "Informações Adicionais" a partir da página 57 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação, (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de três dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar as Ações da Oferta Base e as Ações Adicionais que tenham sido adquiridas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A garantia firme de liquidação é vinculante a partir do momento em que for concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto de garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, adquirirá, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação efetivamente adquiridas, no Brasil, por investidores no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, ressalvado, entretanto, as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização.

Segue abaixo relação das Ações da Oferta Base e das Ações Adicionais objeto de garantia firme de liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual (%)**
Coordenador Líder	8.182.279	22
Itaú BBA	8.182.279	22
Bradesco BBI	8.182.279	22
BTG Pactual	5.578.826	15
J.P. Morgan	5.578.826	15
Santander	1.487.687	4
Total	**37.192.176**	**100%**

A proporção prevista na tabela acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores

Estabilização dos Preços das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, no âmbito da Oferta, dentro de trinta dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "Informações Adicionais" a partir da página 57 deste Prospecto.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda de ações que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de até três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, e (iii) poderá ter suspenso, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou contratos de compra e venda de ações cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso ii, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado ao(s) acionista(s) controlador(es) (*tag along*);

(g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou por seu(s) acionista(s) controlador(es), em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, de seus administradores e acionista(s) controlador(es) quanto ao poder de decisão destes;

(h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência.

Negociação das Ações na B3

A Companhia, o Fundo e a B3 celebraram, em 08 de setembro de 2017, o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia aderiu às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início sob o código "TVIT3".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto Preliminar, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de Lock-up)

A Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores se comprometerão, perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, a celebrar acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio dos quais, observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional, concordarão em não oferecer, vender, contratar a venda, penhorar, emprestar, dar em garantia, conceder qualquer opção de compra, realizar qualquer venda a descoberto ou de outra forma onerar ou dispor, direta ou indiretamente, pelo período de cento e oitenta dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber ações ordinárias de emissão da Companhia, ou que admitam pagamento mediante entrega de ações ordinárias de emissão da Companhia, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares.

Além disso, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, observadas as exceções contidas no item 3.5.1 do referido regulamento, nos seis meses subsequentes à Oferta, a contar do início de vigência do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Fundo e os administradores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Fundo e os administradores da Companhia não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Instituição financeira responsável pela escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações Adicionais

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", a partir das páginas 83 e 20, respectivamente, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços:

Companhia

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Av. das Nações Unidas, 8501, 9º andar
CEP 05423-110 – São Paulo, SP
At.: Diretoria de Relações com Investidores
Tel.: (11) 3757-2656
ri.tivit.com (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Ações")

Coordenadores da Oferta

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
CEP 04542-000 – São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Millen
Tel.: + 55 (11) 3701-6800
https://br.credit-suisse.com/site/index.seam (neste *website*, clicar em "Investment Banking", depois em "Ofertas", no campo destinado a "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A" e clicar no documento correspondente)

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sra. Renata G. Dominguez
Tel.: + 55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", clicar em "2017" e em seguida clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)")

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar
CEP 01451-000 – São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: + 55 (11) 2169-4672
https://www.bradescobbi.com.br (neste *website*, clicar em "Ofertas Públicas", sem seguida clicar em "Prospecto Preliminar" referente à seção de TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.)

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133 – São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2017" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco J.P. Morgan S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º, 7º e 10º ao 15º andares
CEP 04538-905 – São Paulo, SP
At.: Sr. Marcelo Porto
Tel.: + 55 (11) 4950-3700
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/tivit (neste *website*, clicar no título do documento desejado)

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235 (Bloco A), 24º andar
CEP 04543-011 – São Paulo, SP
At.: Sr. Cleomar Parisi
Telefone: +55 (11) 3012-7017
https://www.santander.com.br/br/pessoa-juridica/corporate-finance/ofertas-em-andamento (neste *website* identificar "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A." e, posteriormente, escolher o link específico do Prospecto Preliminar)

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

Este Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e websites:

(i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Ofertas Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível;); e

(ii) **B3** (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", depois clicar em "Empresas", depois clicar em "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A." e posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de avisos e anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das instituições consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais anúncios de retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
ri.tivit.com (neste *website*, clicar no título do documento desejado)

Coordenadores da Oferta

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

https://br.credit-suisse.com/site/index.seam (neste *website*, clicar em "Investment Banking", depois em "Ofertas", no campo destinado a "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A" clicar no documento correspondente)

Banco Itaú BBA S.A.

http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", clicar em "2017" e em seguida clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)")

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br (neste *website*, clicar em "Ofertas Públicas", sem seguida clicar no respectivo documento referente à seção de TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.)

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2017" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", clicar no título do documento correspondente)

Banco J.P. Morgan S.A.

www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/tivit (neste *website*, clicar no título do documento desejado)

Banco Santander (Brasil) S.A.

https://www.santander.com.br/br/pessoa-juridica/corporate-finance/ofertas-em-andamento (neste *website* identificar "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A." e, posteriormente, escolher o link específico do documento procurado)

Instituições Consorciadas

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 18 de setembro de 2017, dia de início do Período de Reserva da Oferta, do Período de Reserva da Oferta para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e websites: (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br - neste website acessar em "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Secundárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Secundárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) B3 (http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO PRELIMINAR E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" A PARTIR DA PÁGINA 83 DESTE PROSPECTO PRELIMINAR, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 04 de agosto de 2017.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

A estratégia do Credit Suisse – instituição fundada em 1856, com sede em Zurique, Suíça – consiste em estar entre os mais importantes bancos privados e gestores de fortunas com excelentes capacidades de Investment Banking.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: Swiss Universal Bank, International Wealth Management, Asia Pacific, Investment Banking & Capital Markets, Global Markets e Strategic Resolution Unit.

O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes. Além disso, está presente em mais de 50 países e conta com mais de 47 mil funcionários de aproximadamente 150 diferentes nacionalidades.

As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e, na forma de ADS (CS), em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's A1, Standard & Poor's A, Fitch Ratings A.

Credit Suisse Brasil

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil e o assessor de confiança de pessoas físicas e investidores institucionais, além de oferecer uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Em 1990, o Credit Suisse estabeleceu sua presença no Brasil e foi um dos primeiros bancos de investimentos globais estabelecidos no País. Em 1998, com a aquisição do Banco Garantia (fundado em 1971), passou a ser o maior banco de investimentos do Brasil. Posteriormente, em 2006, com a aquisição da Hedging-Griffo (fundada em 1981), o Credit Suisse ingressou nos setores de Private Banking e Alternative Asset Management no Brasil. Desde 2013, o Credit Suisse e a Credit Suisse Hedging-Griffo oferecem uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: Investment Banking, Private Banking e Asset Management.

Os ratings do Credit Suisse Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

Investment Banking

Na área de Investment Banking, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em Investment Banking no Brasil e, desde 2005, assessorou 296 operações, as quais movimentaram mais de US$239,2 bilhões.

- Líder em fusões e aquisições: O Credit Suisse é líder no ranking de Fusões e Aquisições (M&A) no Brasil, desde 2005 a agosto de 2017, com volume de US$240 bilhões*;

- Líder em emissões de ações: No segmento de Ofertas de Ações (ECM) no Brasil, o Credit Suisse é líder desde 2005, com volume de US$29 bilhões*;

- Líder em IPOs: No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) no Brasil, o Credit Suisse é o líder desde 2005, com volume de US$18 bilhões*; e

- Líder em corretagem de ações: A corretora do Credit Suisse é a maior dos últimos dez anos em negociação de ações no Brasil, com uma participação de 11,6%** no período.

O Credit Suisse Brasil também é o formador de mercado líder da B3 em volume financeiro negociado e número de negócios, com 30 companhias como clientes, em vários setores e segmentos, inclusive empresas de pequeno, médio e grande valor de mercado, listadas no IBrX 50, Ibovespa, IBrX 100, e diversos outros índices importantes, além de 12 dos 15 ETFs do mercado de ações brasileiro e diversas BDRs da B3. Nosso volume negociado atingiu cerca de R$31 bilhões em 2013, R$33 bilhões em 2014 e mais de R$44 bilhões em 2015, com uma média de participação de 22% nessas ações.

Adicionalmente ao volume negociado, o formador de mercado também tem uma participação de 35% no volume de negócios, que é uma variável de grande importância no cálculo do Índice de Negociabilidade, um dos parâmetros utilizados no ranking dos principais índices da B3.

CSHG Private Banking

O Private Banking da CSHG administra mais de R$102 bilhões e é um dos líderes no Brasil.

Os clientes do Private Banking da CSHG têm atendimento personalizado por bankers e especialistas que assessoram na gestão de fortunas e agregam valor na busca dos melhores produtos, tanto da CSHG quanto do mercado.

Nossos bankers dedicam a você uma assessoria única, mantendo um relacionamento de confiança e proximidade e propondo constantemente novas oportunidades e soluções integradas, sob medida para cada um de seus projetos. Nossos clientes têm acesso a experiências exclusivas e únicas, como eventos culturais, sociais e esportivos; cursos de educação financeira e preparação de herdeiros; além de palestras com gestores e economistas.

CSHG Asset Management

A CSHG Asset Management trabalha para antecipar os grandes movimentos do mercado, com o objetivo de gerar riqueza, sempre protegendo o patrimônio de seus clientes. Atualmente, administra R$52 bilhões* para pessoas físicas, empresas e fundações.

Além disso, busca excelência em gestão de recursos com uma equipe experiente e oferece uma ampla gama de produtos nas seguintes classes de ativos: Renda Fixa, Crédito, Multimercado e Imobiliário.

Joint Ventures: A CSHG também oferece a seus clientes diversificadas famílias de fundos geridos por grupos independentes de gestores, quer diretamente ou por intermédio de outras empresas parceiras do Credit Suisse: a Canvas Capital e a Verde Asset.

Responsabilidade social e cultural

Como patrocinador no Brasil, o Credit Suisse privilegia projetos nas seguintes áreas:

- Música clássica: Sociedade de Cultura Artística e Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo; e
- Artes plásticas: Bienal de São Paulo, MAM SP, Pinacoteca do Estado de São Paulo e SP-Arte/Foto.

O Instituto CSHG é o principal investimento social do Credit Suisse no Brasil. Foi criado há mais de uma década para apoiar projetos sociais que promovem o desenvolvimento do País.

O principal objetivo do Instituto CSHG – que tem como principal foco a educação – é maximizar o retorno social dos investimentos para, assim, tornar a diminuição das desigualdades, de fato, uma realidade. Nos últimos 12 anos, o Instituto CSHG beneficiou mais de 21.000 crianças, adolescentes e jovens atendidos pelos 26 projetos que patrocina.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2016, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,4 trilhão e uma carteira de crédito de R$569 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, equities e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de investment banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2016 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$2,2 bilhões, segundo dados do Dealogic.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Reuters, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 54 transações em 2015 no Brasil, obtendo a primeira colocação no ranking Thomson por quantidade de operações acumulando um total de US$18,6 bilhões. Em 2016, ainda de acordo com a Thomson Reuters, o Itaú BBA foi líder em número de operações e volume no Brasil, tendo prestado assessoria financeira a 41 transações totalizando US$14,5 bilhões, e também na América Latina, com 45 transações que totalizaram US$27,3 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015 e US$8 bilhões em 2016, equivalente a 14% e 21% do total, respectivamente.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável pela originação e execução de fusões e aquisições e pela originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de renda fixa e renda variável, no Brasil e exterior.

O Bradesco BBI foi eleito o melhor Investment Banking do Brasil em 2014 e 2016 pela Euromoney e "Best Investment Bank in Brazil" em 2013, 2015 e 2016 pela Global Finance Magazine e The Most Innovative Bank from Latin America pela The Banker em 2016, tendo assessorado, no ano de 2016, 292 transações de Investment Banking com volume de aproximadamente R$292 bilhões e presença constante em operações de renda variável nos últimos três anos, coordenando IPOs (Initial Public Offerings) e Follow-ons que foram a mercado, tendo papel de destaque em nas ultimas ofertas de ações no Brasil, tais como coordenador líder da oferta da Par Corretora do único IPO realizado em 2015, coordenador líder o Re-IPO da SANEPAR em 2016, coordenador líder da oferta da Movida, o primeiro IPO da América Latina em 2017, e coordenador líder do Follow-on da CCR, maior oferta de ações nos últimos 12 meses no Brasil.

Nos últimos 12 meses, podemos destacar a participação do Bradesco BBI no Follow-on da Rumo, no valor de R$3,6 bilhões, no Re- IPO da Energisa, no valor de R$1,5 bilhão, no Follow-on da CVC no valor de R$1,2 bilhão, na OPA de cancelamento de registro da Évora, no valor de R$111 milhões, no Re-IPO da SANEPAR, no valor de R$2,0 bilhões; no Follow–on da Rumo Logística, no valor de R$2,6 bilhões; na OPA de cancelamento de registro da DASA, no valor de R$837,1 milhões; na OPA de aquisição de controle da Alpargatas, no valor de R$499,5 milhões, na OPA de aquisição de controle da Tempo Participações, no valor de R$318,2 milhões, no IPO da Movida, no valor de R$580 milhões, no Follow-on da CCR no valor de R$4,1 bilhões e no IPO da Hermes Pardini, no valor de R$760 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o ano de 2016 com grande destaque em renda fixa. Coordenou 89 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$21 bilhões originados e R$10 bilhões distribuídos. No mercado internacional, o Bradesco BBI está constantemente ampliando sua presença em distribuição no exterior, tendo atuado como Bookrunner em treze emissões de bond e como Dealer Manager em oito tender offers e em um consente solicitation em 2016.

Em 2016, o Bradesco BBI classificou-se entre os principais bancos que assessoraram M&A no Brasil. No período, o Bradesco BBI teve 26 transações anunciadas com valor de aproximadamente R$65 bilhões. Dentre elas, destacamos as principais: (i) Assessoria à Petrobras na alienação de 90% de participação na Nova Transportadora Sudeste por R$16.851 milhões; (ii) Assessoria à BM&FBovespa na aquisição da Cetip – R$11.061 milhões; (iii) Assessoria à Estácio na aquisição da Kroton por R$6.554 milhões; (iv) Assessoria à Camargo Corrêa na venda de sua participação na CPFL por R$5.853 milhões; (v) Assessoria à Interconexión Eléctrica na aquisição de 14,9% de participação na TAESA por R$4.143 milhões; (vi) Assessoria à Ultragaz na aquisição da Liquigás por R$2.862 milhões; (vii)Assessoria ao Grupo Ultra na aquisição da Alesat por R$2.168 milhões.

Em termos de valor de mercado, o Banco Bradesco S.A. é o segundo maior banco privado da América Latina além de ter a marca mais valiosa entre instituições financeiras de acordo com pesquisa da Brand Finance de 2013. O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 99.374 pontos de atendimento, destacando-se 5.317 agências. No terceiro trimestre de 2016, o lucro líquido ajustado foi de R$17,873 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$1,294 trilhão e R$100,442 bilhões, respectivamente, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

BTG Pactual

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como do follow-on da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e da BR Malls.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco com operações de atacado e investimentos. No início de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., em março de 2008 adquiriu o Bear Stearns e em setembro do mesmo ano adquiriu grande parte das operações bancárias do Washington Mutual, fatores que não só aumentaram a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos, como fortaleceram a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *Investment Banking* oferece assessoria em operações de fusões e aquisições, reestruturações societárias, emissões de títulos de dívida e emissões de ações, no mercado local e internacional, entre outros; a área de *Local Markets*, *Sales & Trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais e de *private banking*; a corretora oferece serviços de intermediação em contratos futuros, opções, ações e empréstimo de valores mobiliários para clientes institucionais e de *private banking*; a área de *Equities* oferece produtos de equities em geral, tais como operações de derivativos; a área de *Treasury Services* oferece serviços de conta corrente, pagamento e recebimento, e investimentos em renda fixa; a área de *Trade and Loan Products* oferece produtos de trade, garantias bancárias e financiamentos; a área de *Direct Custody and Clearing* oferece serviços de custódia a investidores não residentes; e as áreas de *Asset Management* e *Wealth Management* oferecem serviços de gestão de recursos, sendo que esta última também provê crédito e assessora os clientes pessoas físicas de alta renda em seus investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,6 trilhões, em 30 de junho de 2017, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan Chase & Co. atua com empresas e investidores institucionais, além de hedge funds, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na internet. Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan Chase & Co. é o líder mundial no histórico acumulado desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. está refletida nas premiações obtidas, as quais totalizam um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca, durante a longa história da premiação, um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan Chase & Co. também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan Chase & Co. foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Em 2008, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu também o prêmio "Best M&A House in Latin America" e, em 2009, o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", ambos concedidos pela Latin Finance. Em 2011, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Best Investment Bank in Latin America", concedido pela Latin Finance, e "Best M&A House in Mexico", "Best M&A House in Chile", "Best Debt House in Brazil" e "Best Investment Bank in Chile", concedidos pela Euromoney. Em 2012, o J.P. Morgan Chase & Co. foi premiado como "Best Investment Bank in Latin America", assim como "Best M&A House", ambos pela Latin Finance. Em 2015, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu o prêmio de "Best Equity House in Latin America" pela Euromoney. A equipe de Equity Sales da América Latina do J.P. Morgan foi eleita pelo Institutional Investor número 1 nos últimos três anos, em 2014, 2015 e 2016.

Essas premiações refletem a posição de liderança do J.P. Morgan Chase & Co. na América Latina, bem como sua presença nas mais relevantes transações, como as ofertas do Atacadão, IRB-Brasil Resseguros, Biotoscana, Instituto Hermes Pardini, Azul, CCR, Lojas Americanas, Alupar, BR Malls, Jose Cuervo, IEnova, MercadoLibre, Nemak, GICSA, Par Corretora, Telefônica Brasil, Via Varejo, Grupo Lala, BB Seguridade, Enersis, Banorte, Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury, Arcos Dorados, Petrobras, Grupo Sura, Cemex, America Movil e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de outubro de 2017, US$2,322 bilhões em ações em 3.422 transações, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

No âmbito global, a equipe de equity research do J.P. Morgan Chase & Co. conquistou o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" em 2009, 2010, 2011, 2014 e 2017 concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan Chase & Co. recebeu os prêmios "Bank of the Year" (2008), "Equity House of the Year" (2008 e 2009), "Bond House of the Year" (2008), "Derivatives House of the Year" (2008), "Loan House of the Year" (2012), "Securitization House of the Year" (2008 e 2010), "Leveraged Loan House of the Year" (2008), "Leveraged Finance House of the Year" (2008), "High-Yield Bond House of the Year" (2012), "Financial Bond House of the Year" (2009), "Latin America Bond House of the Year" (2009) – concedidos pela International Financing Review – bem como o prêmio "Best Investment Bank" da revista Global Finance em 2010. Esta última publicação também nomeou o J.P. Morgan Chase & Co. como "Best Equity Bank" e "Best Debt Bank" baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

Santander

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,5 trilhão em fundos, possui cerca de 121 milhões de clientes e 13,0 mil agências.

Em 2016, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €3,4 bilhões na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 42% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina em 2016, o Grupo Santander possuía cerca de 5,8 mil agências e cerca de 86 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (Global Transaction Banking), mercados de crédito (Credit Markets), finanças corporativas (Corporate Finance), ações (Equities), taxas (Rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio da Santander Corretora.

Em 2016, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 34,4 milhões de clientes, 3.421 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 20 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R$699 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$58 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2016, possui uma participação de aproximadamente 22% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar 53% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como bookrunner em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2010, o Santander alcançou pelo segundo ano consecutivo a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com a Bloomberg, tendo atuado como coordenador líder da oferta pública inicial de ações de Renova Energia S.A. e como bookrunner da oferta pública inicial de BR Properties S.A. e das ofertas de follow-on de Anhanguera Educacional Participações S.A., Estácio Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Inpar S.A. e JBS S.A.

Em 2011, o Santander atuou como coordenador líder da oferta pública inicial de Autometal S.A e EDP – Energias do Brasil S.A., como bookrunner nas ofertas de follow-on de BR Properties S.A., Kroton Educacional S.A., Tecnisa S.A. e Direcional S.A., na oferta pública inicial de ações de IMC – Internacional Meal Company Holdings S.A., e como assessor financeiro contratado pela TIM Participações S.A. em sua migração do segmento de listagem denominado "Nível 2" para o segmento de listagem denominado "Novo Mercado" de governança corporativa da B3.

Em 2012, o Santander atuou como bookrunner na oferta pública inicial de Unicasa Indústria de Móveis S.A., na oferta de follow-on de Fibria Celulose S.A., na oferta pública inicial de units de Trasmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., esta última considerada pela Latin Finance como "Best Equity Follow On" de 2012, e na oferta de follow-on de Marfrig Alimentos S.A.

Em 2013, o Santander atuou como bookrunner na oferta pública de ações da Via Varejo S.A., na oferta pública inicial de ações da Ser Educacional S.A., na oferta pública inicial de units de Alupar Investimentos S.A. e na oferta pública inicial de Smiles S.A.

Em 2014, o Santander atuou como bookrunner na oferta de follow–on da Oi S.A.

Em 2015, o Santander atuou como bookrunner na oferta de follow-on da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador líder na oferta de follow-on da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como bookrunner na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de follow-on da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador líder na oferta de follow-on da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de follow-on da Fras-le S.A. Além de ter atuado como bookrunner na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Exceto no que se refere à Oferta, o Coordenador Líder não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Itaú BBA e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- 4 *Standby Letter of Credit* celebradas com a Companhia entre 21 de outubro de 2014 e 13 de junho de 2017, no valor total de R$104.049.400,00, com vencimentos entre 07 de fevereiro de 2018 e 19 de novembro de 2019. Tais *Standby Letter of Credit* não possuem garantia.

- 1 Contrato de fiança celebrado com a Companhia em 08 de julho de 2014, no valor total de R$3.975.172,00, com vencimento em 27 de junho de 2019. Tal contrato não possui garantia.

- 2 Contratos de *swap* celebrados com a Companhia em 31 de março de 2017 e 28 de outubro de 2014, no valor total de R$111.059.456,10, com vencimentos em 01 de abril de 2019 e em 21 de outubro de 2019. Tais contratos não possuem garantia.

- 2 Contratos de empréstimo em moeda estrangeira celebrados com a Companhia em 31 de março de 2017 e 28 de outubro de 2014, no valor total de R$110.882.123,80, com vencimentos em 01 de abril de 2019 e 21 de outubro de 2019. Tais operações contêm garantias na forma de cessão fiduciária de recebíveis oriundos do contrato de *swap* que originou tais contrato de empréstimo.

- Tais operações de crédito possuem juros e taxas que variam entre 3,63% ao ano e 4,27% ao ano.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico. Entretanto, a Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 83 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas.

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionaram, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Bradesco BBI e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Em 15 de dezembro de 2010, o Bradesco BBI atuou como coordenador da 1ª emissão de debêntures simples, com garantia real, no valor de R$550 milhões, de emissão da Companhia. Foram emitidas quinhentas e cinquenta debêntures, em série única, as quais possuem taxa de remuneração equivalente a CDI + 2,75%, com vencimento em 15 de junho de 2016. Na data deste Prospecto, não existe saldo devedor com o Bradesco BBI;

- Prestação de serviços de *cash management* para a Companhia com um volume intradiário, sem garantia, de R$6 milhões. A relação de prestação de serviços de *cash management*, entre a Companhia e Bradesco BBI, possui prazo indeterminado;

- O Bradesco BBI, por intermédio de seu grupo econômico, é gestor de conta garantida no valor de R$5 milhões em nome da Companhia, renovados em abril de 2017, com taxa efetiva de remuneração da ordem de CDI mais 0,27% ao mês e garantia de nota promissória;

- O Bradesco BBI, por intermédio de seu grupo econômico, também fornece serviços de crédito consignado para os funcionários da companhia no limite global de R$5 milhões, sem que, entretanto, o convênio de crédito consignado tenha ainda sido implantado, de tal forma que não existe, por enquanto, taxa a ser informada, a garantia das operações é a consignação;

- 5 Contratos de fiança celebrado com a Companhia até 08 de junho de 2017, no valor total de R$4.311.821,13, sendo 4 contratos de fiança no valor de R$4.099.421,13 com prazo de vencimento indeterminado e um contrato no valor de R$212.400,00 com vencimento em 08 de março de 2018. Tal contrato não possui garantia.

- O Bradesco BBI, por intermédio de seu grupo econômico, é gestor de aplicações financeiras da Companhia no valor de aproximadamente R$2,3 milhões, com remuneração da ordem de 10% do CDI;

- Nota de crédito à exportação no valor de R$50 milhões, renovada em 31 de março de 2017, pelo prazo de 3 anos, com taxa efetiva de remuneração da ordem de 125% do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária de recebíveis oriundos de outros contratos da Companhia; e

- A companhia é prestadora de serviços relativos a IT Services a empresas investidas ou pertencentes ao grupo econômico com receita líquida mensal de aproximadamente R$28 milhões.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data desta Prospecto, qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico. Entretanto, a Companhia contratou e poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta - A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionaram, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BTG Pactual e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial ou societário com a Companhia e demais sociedades do seu grupo econômico.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia, seus acionistas controladores e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de total *return swap* e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas.

Nos últimos 12 meses, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionaram, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre a Companhia e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, o J.P. Morgan e/ou as demais sociedades de seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento comercial ou societário com a Companhia e demais sociedades do seu conglomerado econômico.

A Companhia e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão; (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 (doze) meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico e não transacionaram, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

A remuneração a ser paga ao J.P. Morgan em decorrência da Oferta será paga exclusivamente pelos Acionistas Vendedores, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não havendo, portanto qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, o J.P. Morgan poderá fazer jus a eventuais ganhos oriundos da estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara, ainda, que além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- Operação de debêntures no valor de R$83.000.000,00 emitida em janeiro de 2017, com vencimento em 16 de janeiro de 2020, as quais incidem a taxa CDI acrescida de 2,60% ao ano. A operação é garantida por alienação fiduciária equivalente a 125% do valor total da emissão com ações da Companhia. Na data deste Prospecto, o saldo devedor desta operação totalizava R$83.000.000,00. O Santander atuou como coordenador líder nessa emissão;

- Operações de fiança bancária junto à Companhia contratadas entre novembro de 2014 e outubro de 2016, com vencimentos em 2017 e 2018. Sobre o valor do principal incidem comissões que variam entre 1,70% ao ano e 4,75% ao ano. Na data deste Prospecto, o saldo devedor destas operações totalizava R$13.639.797,81;

- Garantias internacionais junto à Companhia contratadas entre janeiro de 2017 e março de 2017, com vencimento em 2017 e 2019, com comissões que variam entre 2,50% ao ano e 3,50% ao ano, sem garantia. Na data deste Prospecto, o saldo devedor dessas operações totalizava US$5.290.831,00;

- Prestação de serviços de *cash management* para a Companhia, que, em 30 de junho de 2017, gerou volume de pagamento aos fornecedores de R$60.000.000,00 por mês. Além disso, possui uma linha de crédito intradiário no valor de R$65.000.000,00, com vencimento em 31 de dezembro de 2017. A relação de prestação de serviços de *cash management* entre a Companhia e o Santander tem prazo indeterminado e não possui garantia;

- Operações de *Cartão Corporativo e Voucher*, contratadas pela Companhia, no valor de R$2.100.000,00 e vencimento em 31 de dezembro de 2017, com taxa de remuneração de 1,75% sobre o respectivo faturamento mensal e sem garantias;

- Contrato de *swap* no valor de US$30.710.000,00, celebrado entre a Companhia e o Santander, com vencimento em 21 de outubro de 2019, com dispêndio atrelado à LIBOR, com pagamento semestral, mais cupom de 1,765% ao ano, e recebível atrelado à variação do Peso colombiano mais 8,25% ao ano. Operação sem garantia;

- Operação de *Trade Finance*, na modalidade *Offshore Loan*, com saldo na data deste Prospecto de US$30.710.000,00, vencimento em 21 de outubro de 2019, cuja remuneração está atrelada à LIBOR, com pagamentos semestrais, mais 1,77% ao ano. Operação sem garantia; e

- A companhia é prestadora de serviços relativos a IT Services a empresas investidas ou pertencentes ao grupo econômico, com receita líquida mensal inferior a R$1 milhão.

Adicionalmente, o Santander presta serviços de folha de pagamentos para aproximadamente 8.500 funcionários da Companhia, com 15.500 processamentos em conta corrente, desde 2010 com prazo indeterminado de duração. Por esses serviços, o Santander não é remunerado diretamente pela Companhia.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades de seu grupo financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas.

Nos últimos 12 meses, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionaram, de qualquer forma, valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pelos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Itaú BBA, por meio de sociedades de seu econômico, presta serviços bancários para alguns dos Acionistas Vendedores Pessoa Física, incluindo serviços de administração de conta corrente, investimentos e previdência privada.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico. Entretanto, os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Itaú BBA no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Itaú BBA e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Itaú BBA poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Itaú BBA ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Bradesco BBI, por meio de sociedades do seu conglomerado econômico, presta serviços de gestão e administração de cartão de crédito corporativo ao Fundo, com limite de R$250 milhões.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico prestam serviços bancários para alguns dos Acionistas Vendedores Pessoa Física, incluindo serviços de administração de conta corrente e previdência privada em valores pouco substantivos.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras usuais, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BTG Pactual e as demais sociedades de seu conglomerado financeiro não possuem relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da Oferta, o J.P. Morgan e/ou as demais sociedades de seu conglomerado econômico não possuem qualquer outro relacionamento comercial ou societário com os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações) de titularidade dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do J.P. Morgan no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários de emissão da Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores.

Exceto pela remuneração a ser paga ao J.P. Morgan pelos Acionistas Vendedores em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, o J.P. Morgan poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do J.P. Morgan como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram, ainda que além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o J.P. Morgan e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Santander e/ou empresas do seu grupo econômico, prestam serviços bancários para alguns dos Acionistas Vendedores Pessoa Física, incluindo serviços de administração de conta corrente, investimentos, seguros e previdência privada.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Entretanto, o Acionistas Vendedores poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações) dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia de titularidade dos Acionistas Vendedores ou por suas controladas e coligadas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores entendem que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 20 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, na página 423 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, contido na página 423 deste Prospecto.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2016, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R$2,4 trilhão, com um volume diário de negociação de R$7,4 bilhão durante o ano de 2016. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 42,9% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2016, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$21,3 trilhões em 30 de junho de 2017 e um volume diário médio de negociação de US$29.4 bilhões durante o ano de 2016.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelo seu acionista controlador, após a conclusão da Oferta e o período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores celebrarão acordos de restrição à venda das ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-Up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos primeiros seis meses subsequentes à Oferta, após a assinatura do Contrato de Participação no Novo Mercado, o Fundo, e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações ordinárias de emissão da Companhia e derivativos destas de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Fundo e os Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Acionistas Vendedores e Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou uma percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Acordos de restrição à venda de Ações (Instrumentos de Lock-up)" na página 56 deste Prospecto.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações da Oferta Base. Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior a um terço das Ações da Oferta Base, não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta" na página 51 deste Prospecto.

Investidores que adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Considerando o valor médio da Faixa Indicativa de R$47,00, o percentual de diluição imediata para os novos investidores será de 69,1%. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 90 deste Prospecto. Além da diluição imediata do valor contábil do investimento feito logo após a Oferta, os investidores estarão sujeitos à diluição em caso de exercício de direitos de opção de compra de ações de emissão da Companhia, caso o preço de exercício dessas opções seja inferior ao Preço por Ação.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelo seu atual acionista controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de sua emissão.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, caso exercidas, e sem considerar as Ações Suplementares), o atual acionista controlador da Companhia será titular de 56,0% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, o atual acionista controlador da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará capaz de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, incluindo sobre as estratégias de desenvolvimento, gastos e plano de distribuição de dividendos, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, veja a seção "Violações das Normas de Conduta" na página 54 deste Prospecto.

Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que suas remunerações são baseadas, em parte, em planos de opções de compra de ações.

Os Administradores são beneficiários dos Planos de Opção de Compra de Ações, nos termos do qual os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de uma parcela significativa da remuneração dos Administradores estar ligada ao desempenho de mercado das ações de emissão da Companhia pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre os Planos de Opção de Compra de Ações, ver a seção "Diluição" na página 90 deste Prospecto e o item "13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária" do Formulário de Referência.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão constituir uma porção significativa da Oferta, e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações, inclusive os recursos decorrentes do lote suplementar e do lote adicional.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre o endividamento consolidado de curto e longo prazos da Companhia e sua estrutura de capital em 30 de junho de 2017.

A tabela acima deve ser lida em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, bem como em conjunto com as demonstrações e informações financeiras da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

	30 de junho de 2017
	(em R$ milhões)
Empréstimos e financiamentos totais	693,0
Empréstimos e financiamentos curto prazo (circulante)	205,4
Empréstimos e financiamentos longo prazo (não circulante)	487,6
Patrimônio líquido	1.315,7
Capitalização Total[1]	2.008,7

[1] A capitalização total corresponde ao resultado da soma do total dos empréstimos e financiamentos com o patrimônio líquido.

Tendo em vista que a Oferta é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta e, consequentemente, a Oferta não impactará na capitalização total da Companhia.

DILUIÇÃO

Em 30 de junho de 2017, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$1.315,6 milhões e o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia, sem considerar ações em tesouraria, correspondia, na mesma data, a R$14,10. Esse valor patrimonial representa o valor contábil total do patrimônio líquido consolidado da Companhia dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão, sem considerar ações em tesouraria, em 30 de junho 2017.

Adicionalmente, tendo em vista o exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia, nos termos de determinados contratos de opção de compra de ações celebrados com colaboradores da Companhia, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 17 de abril de 2017 o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de seu capital autorizado, no montante de R$40,6 milhões, com a subscrição particular de 4.286.851 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$9,48, as quais foram integralizadas em 20 de setembro de 2017. Após a integralização dessas ações, o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia passou a ser de R$14,54. Todos os recursos decorrentes do exercício das opções outorgadas conforme descrito acima, totalizaram o montante de R$40,6 milhões.

A venda das Ações ao Preço por Ação de R$47,00, que é o ponto médio da Faixa Indicativa, representa uma diluição imediata de R$32,46 por Ação para os investidores da Oferta, considerada a diferença entre o Preço por Ação e seu valor patrimonial contábil em 30 de junho de 2017. Esta diluição representa um percentual de diluição imediata de 69,1% por Ação para os investidores da Oferta, calculada pela divisão do valor de diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os investidores da Oferta pelo Preço por Ação.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2017, considerando a realização da Oferta.

Preço por Ação[1]	R$47,00
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de junho de 2017	R$14,10
Valor patrimonial contábil por Ação após a integralização das ações subscritas em 17 de abril de 2017	R$14,54
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores[2]	32,46
Percentual de diluição imediata para os novos investidores[3]	**69,1%**

(1) Ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Resultado da subtração do (b) Preço por Ação pelo (a) valor patrimonial contábil por Ação após a integralização das ações subscritas em 17 de abril de 2017.
(3) Resultado da divisão (a) da diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores pelo (b) Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia e será fixado com base no valor de mercado das ações de emissão da Companhia, auferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do preço de emissão das Ações e das condições da presente Oferta, vide a seção "Informações Sobre a Oferta", a partir da página 36 deste Prospecto.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação de R$47,00, que é o ponto médio da faixa de preço indicado na capa deste Prospecto, aumentaria (reduziria) a diluição imediata do valor patrimonial contábil por Ação aos investidores da Oferta em R$1,00 por Ação.

Planos de Opção de Compra de Ações

Os eventos ocorridos em 17 de abril de 2017, conforme descritos acima, representaram o exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas no âmbito do primeiro plano de opção de compra de ações da Companhia, aprovado em 2010, de modo que não há quaisquer opções exercíveis ou a serem outorgadas no âmbito do referido plano ("Plano de 2010").

Assim, a Companhia possui atualmente apenas um plano de opção de compra de ações em vigor.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram o segundo plano de opção de compra de ações da Companhia para beneficiários definidos pelo Conselho de Administração da Companhia ("Plano de 2016").

O Plano de 2016 busca estimular os diretores estatutários, diretores e gerentes principais a perseguir o planejamento estratégico e garantir a geração de valor com base no cumprimento das metas da Companhia. Busca-se, com o referido Plano de 2016, alinhar as ações de curto e longo prazo dos diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia ao crescimento da rentabilidade das suas operações. Além disso, o Plano de 2016 procura auxiliar na atração e retenção dos melhores talentos da Companhia para atuação como administradores e cargos estratégicos.

O número máximo de ações disponíveis para exercício de opções no âmbito do Plano de 2016 está limitado a 3.886.498 ações ordinárias de emissão da Companhia, com preço de exercício das opções a ser pago pelos Participantes de R$28,95 por ação. Caso todas as opções outorgadas no âmbito do Plano de 2016 venham a ser exercidas os Participantes pagarão a Companhia um total de R$112.514.117,10 e a uma diluição máxima de até 4,0% do total de ações em circulação que compõem o capital social total da Companhia antes do exercício de compra de ações previsto no Plano de 2016.

Os termos e condições das opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de 2016 foram aprovados na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de dezembro de 2016 e estão detalhadamente descritos na seção 13.4 do Formulário de Referência.

Os preços de exercício estão definidos nos contratos individuais celebrados com cada beneficiário de cada Plano de 2016 e seus respectivos aditivos.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de 2016 dividem-se em dois lotes iguais, sendo que para o lote A, cada 1/3 das ações ordinária sem valor nominal objeto das opções do lote A só se tornará exercível ao final do primeiro, segundo e terceiro aniversários do Plano de 2016, respectivamente, que ocorrerá no mês de abril de cada ano e/ou no caso da ocorrência de um Evento de Liquidez.

As demais ações ordinária sem valor nominal de emissão da Companhia outorgadas no âmbito do Plano de 2016 compõem o lote B e se tornarão exercíveis em sua totalidade se, a qualquer tempo (i) ocorrer um evento de liquidez por um preço por ação igual ou acima a R$49,77, nos termos previstos no Plano de 2016, ou (ii) as ações ordinárias da Companhia estiverem listadas na B3, ao final do pregão do 90º dia consecutivo em que o preço por ação ordinária esteja sendo negociado a valor igual ou superior a R$49,77.

Sem prejuízo das condições de exercício já estabelecidas nos parágrafos acima, na ocorrência de um Evento de Liquidez, as opções objeto do lote A e do lote B somente se tornarão exercíveis nos seguintes prazos: (i) 40% das opções se tornarão exercíveis após o período de carência de 180 dias contados da conclusão do Evento de Liquidez; e (ii) os 60% restantes das opções se tornarão exercíveis após o período de carência de 360 dias contados da conclusão do Evento de Liquidez. Os períodos de carência acima previstos se aplicam, inclusive, à eventual parcela das opções do lote A que já seja exercível quando da ocorrência do Evento de Liquidez, mas que ainda não tenha sido exercida.

A tabela abaixo apresenta os principais dados do Plano de 2016:

Cargo dos Beneficiários	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Exercidas
Diretores estatutários, diretores e gerentes principais	3.299.810	0

Sem prejuízo do disposto acima, a Companhia esclarece que tem intenção de aprovar junto a seus acionistas um novo plano de opção de compra de ações no exercício social corrente ("Plano Futuro"), por meio do qual serão outorgadas 87.790 opções de compra de ações a determinados membros do Conselho de Administração, com previsão de preço de opção de compra de R$38,63 por ação (preço justo estimado, a ser validado na data da outorga) e custo estimado para a Companhia de R$640.000,00 no exercício de 2017, cujos demais termos e condições ainda serão discutidos com os acionistas da Companhia.

A tabela abaixo ilustra qual seria a participação acionária dos Acionistas Vendedores Pessoa Física considerando a colocação de todas as Ações da Oferta Base e o eventual posterior exercício pelos Acionistas Vendedores Pessoa Física da totalidade das opções a eles outorgadas no âmbito do Plano de 2016:

	Nº Total de Ações Antes da Oferta		**Nº Total de Ações Outorgadas no Plano de 2016**		**Nº Total de Ações Vendidas na Oferta**		**Nº Total de ações Após a Oferta e com o Exercício do Plano de 2016[1]**	
	Ações Ordinárias	**%[2]**	**Ações Ordinárias**	**%[3]**	**Ações Ordinárias**	**%[2]**	**Ações Ordinárias**	**%[3]**
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.491.752	4,82	1.734.810	1,80	1.915.675	2,05	4.310.887	4,46
Diretores estatutários, diretores e gerentes principais	2.371.176	2,54	1.565.000	1,62	1.083.973	1,16	2.852.203	2,95
Total	6.862.928	7,36	3.299.810	3,42	2.999.648	**3,22**	7.163.090	7,42

(1) Considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas no âmbito do Plano de 2016.
(2) Percentual em relação ao número total de ações de emissão da Companhia, sem considerar o exercício de qualquer opção outorgada no âmbito do Plano de 2016.
(3) Percentual em relação ao número total de ações de emissão da Companhia, considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas no âmbito do Plano de 2016.

Cálculo da Diluição considerando as opções que já foram outorgadas e não exercidas no âmbito do Plano de 2016, bem como aquelas que poderão vir a ser outorgadas nos termos do Plano Futuro

A tabela abaixo apresenta os efeitos hipotéticos do exercício de: (i) todas as opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas, no âmbito do Plano de 2016, considerando um preço de exercício das opções de R$28,95 por ação; (ii) todas as opções que poderão ser outorgadas, no âmbito do Plano de 2016, considerando um preço de exercício das opções de R$28,95 por ação; e (iii) todas as opções que poderão ser outorgadas, no âmbito do Plano Futuro, considerando um preço de exercício das opções de R$38,63 por ação (preço justo estimado, mas a ser validado na data da outorga):

Preço do exercício das opções do Plano de 2016 (média ponderada do preço de exercício de todas as opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas no âmbito do Plano de 2016)	R$28,95
Preço do exercício das opções do Plano Futuro (preço justo estimado, mas a ser validado na data da outorga)	R$38,63
Quantidade de ações de emissão da Companhia	93.276.979
Quantidade de opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas	0
Percentual de diluição econômica considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas e considerando o valor por ação de R$47,00 que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto	N/A
Percentual de diluição societária considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas	N/A
Quantidade de ações outorgadas, mas ainda não passíveis de exercício	3.299.810
Percentual de diluição econômica considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas, mas ainda não passíveis de exercício, considerando o valor por ação de R$47,00 que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto	68,0%
Percentual de diluição societária considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas, mas ainda não passíveis de exercício	3,4%
Quantidade de opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano de 2016	586.688
Percentual de diluição econômica considerando o exercício da totalidade das opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano de 2016, considerando o valor por ação de R$47,00 que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto	68,9%

Percentual de diluição societária considerando o exercício da totalidade das opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano de 2016	0,6%
Quantidade de opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano Futuro	87.790
Percentual de diluição econômica considerando o exercício da totalidade das opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano Futuro, considerando o valor por ação de R$47,00 que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto	69,0%
Percentual de diluição societária considerando o exercício da totalidade das opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano Futuro	0,1%
Quantidade de opções outorgadas, mas ainda não passíveis de exercício, e de opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano de 2016 e do Plano Futuro	3.974.288
Percentual de diluição econômica considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas, mas ainda não passíveis de exercício, e de opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano de 2016 e do Plano Futuro, considerando o valor por ação de R$47,00 que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto	67,8%
Percentual de diluição societária considerando o exercício da totalidade das opções outorgadas, mas ainda não passíveis de exercício, e de opções ainda não outorgadas, no âmbito do Plano de 2016 e do Plano Futuro	4,1%

Nota: Os cálculos da tabela acima foram realizados com base no valor patrimonial contábil por Ação após a integralização das ações subscritas em 17 de abril de 2017, qual seja, R$14,54.

Para informações adicionais sobre o Plano de 2016 e o Plano Futuro, veja o item "13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária" do Formulário de Referência.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta o preço pago pelos Acionistas Vendedores e por Administradores, ex-administradores e colaboradores da Companhia por conta da subscrição de ações de emissão da Companhia nos últimos cinco anos.

Data	Natureza da Operação	Quantidade de Ações Ordinárias	Valor do Aumento	Preço por Ação	Aumento/Diminuição com relação ao Preço da Oferta[1]
17/04/2017	Exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de 2010 por diretores estatutários e gerentes da Companhia	2.903.482	R$27.525 mil	R$9,48	R$9,48
22/12/2015	Exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de 2010 por diretores estatutários e gerentes da Companhia	975.536	R$12.682 mil	R$13,00	R$13,00
24/06/2015	Exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de 2010 por diretores estatutários da Companhia	52.001	R$676 mil	R$13,00	R$13,00
23/01/2015	Exercício de opções outorgadas no âmbito do Plano de 2010 por diretores estatutários e gerentes da Companhia	355.832	R$4.626 mil	R$13,00	R$13,00

(1) Diferença entre o valor por ação da Oferta de R$47,00, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto, e o preço da ação subscrita no aumento de capital em questão.

Para mais informações sobre os aumentos de capital da Companhia, vide a Seção "17. Capital Social" do Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA COMPANHIA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA ABERTURA DE CAPITAL

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2017, QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL E CONSOLIDADA DA COMPANHIA REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social Consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Parágrafo 1º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, conforme o caso.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (c) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (d) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (e) a prestação de serviços de agenciamento

e intermediação de negócios; (f) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (g) locação de espaço físico em imóveis; (h) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (i) a execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial, bem como a prestação de serviços de teleatendimento e teleatendimento técnico; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; e (j) comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

Parágrafo Único - A filial da Companhia registrada no NIRE (JUCEPE) 26.9.0065824-1, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.073.027/0044-93, localizada na Cidade de Recife, no Estado do Pernambuco, na Rua do Apolo, 181, 1º andar, conjunto 14, Ed. Cais do Porto, CEP 50030-220, tem por objeto social, além das atividades descritas no Artigo 3º acima, a atividade de comércio, importação e exportação de equipamentos relacionadas às atividades referidas neste artigo, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R$1.106.094.076,98 (um bilhão, cento e seis milhões, noventa e quatro mil, setenta e seis reais e noventa e oito centavos), sendo R$ 1.065.454.729,50 (um bilhão, sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos) integralizados, divididos em 93.276.979 (noventa e três milhões, duzentas e setenta e seis mil, novecentas e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de

134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações e deverá estabelecer se a subscrição será pública ou particular.

Parágrafo 2º – O capital pode ser aumentado por meio de subscrição de novas ações ordinárias ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º - As ações em que se divide o capital subscrito e integralizado poderão ser agrupadas ou desmembradas, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 10 - Em caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrição na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser realizados aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo para seu exercício, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 e artigo 263, da Lei nº 6.404/76 ou ainda outras hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 2º - No caso previsto no caput deste artigo, o prazo para o exercício do direito de preferência será fixado pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 3º - Não haverá direito de preferência na conversão de debêntures conversíveis em ações e na conversão de bônus de subscrição.

Artigo 11 - A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando, neste caso o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 12 – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76, pelo Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, pelo Diretor Presidente.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desses, por qualquer membro do Conselho de Administração ou qualquer Diretor Estatutário, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário, que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto:

(a) deliberar sobre o aumento do limite do capital autorizado, aumento ou redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de ações, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração nos termos da lei ou deste

Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;

(b) aprovar qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;

(c) a fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(d) deliberar sobre a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) autorizar os administradores da Companhia a confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

(f) aprovar a liquidação, dissolução e extinção da Companhia;

(g) aprovar a distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto;

(h) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle.

(i) deliberar sobre a abertura de capital, bem como sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(j) deliberar a saída do Novo Mercado ou qualquer outro segmento especial de listagem, a qual deverá ser comunicada à B3 por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; e

(k) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de saída de segmento especial de listagem, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto, dentre as empresas indicadas pelo Conselho

de Administração.

Artigo 16 - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Subseção I
Disposições Gerais

Artigo 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Estatutária.

Parágrafo 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social, privativa dos Diretores Estatutários.

Parágrafo 2º - A partir do 3º (terceiro) ano contado da data do início de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado da B3, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 3º - O administrador fica dispensado de apresentar garantia em favor da Companhia para assegurar os atos de gestão.

Parágrafo 4º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Subseção II
Conselho de Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos e

destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 3º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (meio); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (meio), ou, caso tais critérios sejam diferentes, aqueles que sejam estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador; ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculados à sociedade ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia; (f) não

é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (g) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 19 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais, observado o previsto no artigo 14 acima, bem como as reuniões do Conselho de Administração. Em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente.

Parágrafo 3° - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, o Conselho de Administração deve nomear o substituto, que servirá interinamente até a primeira Assembleia Geral realizada depois da vacância.

Parágrafo 4° - No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria Estatutária convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros de administração.

Parágrafo 5° - Para os fins deste artigo, considera-se vacante o cargo de membro do Conselho de Administração decorrente da destituição, renúncia, morte, invalidez ou ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração.

Artigo 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, e será instalado com a presença da maioria de seus membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos participantes e sua interação em tempo real.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 8 (oito) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Poderá ser dispensada a convocação prévia de todos os conselheiros para reunião, se estiverem presentes todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede ou em filial da Companhia, conforme detalhado no comunicado de convocação.

Artigo 21 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 2º - O conselheiro que participar remotamente da reunião somente se considera presente se confirmar seus votos e manifestação por meio de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho, ou seu substituto nos termos deste estatuto, por carta, telegrama, fax ou e-mail logo após o término da reunião. Uma vez recebida a manifestação, o Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto nos termos deste estatuto, ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro que participou remotamente.

Artigo 22 - Além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou por este Estatuto, compete exclusivamente ao Conselho de Administração:

(i) aprovação do orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e das controladas ("Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações, e ainda aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos no aludido Plano Anual de Negócios;

(ii) a aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer acionista ou Parte Relacionada (conforme definição do parágrafo primeiro abaixo);

(iii) a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais), ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 31 de março de 2017;

(iv) a contratação, seja a Companhia credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações financeiras, em valor que exceda a R$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais), ajustado pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(v) autorização para celebração de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(vi) autorização para celebração de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(vii) alienação, oneração ou locação, pela Companhia, de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$1.000.000,00 (um milhão de Reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017;

(viii) concessão pela Companhia de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações que sejam assumidas no curso de seus negócios, com

observância da Política de Alçadas referida na alínea (xxiii) abaixo;

(ix) contratação e substituição pela Companhia de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ter notória reputação internacional;

(x) eleição, reeleição, destituição e substituição dos Diretores Estatutários da Companhia;

(xi) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, incluindo a criação de planos de outorga de direitos sobre ações aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, nos termos do artigo 11 deste Estatuto Social;

(xii) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos pela Companhia em outras sociedades;

(xiii) realização de investimentos e aquisições de participações pela Companhia em outras sociedades;

(xiv) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(xv) fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia;

(xvi) emissões privadas de ações, até o limite do capital autorizado, bem como os termos e condições da emissão, inclusive, mas sem limitação, preço e condições de integralização;

(xvii) exercício do direito de voto pela Companhia, em relação às matérias enumeradas no artigo 15 acima e neste artigo, incluindo, mas sem limitação, eleição de administradores, membros do Conselho de Administração ou Diretores Estatutários, nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios, reuniões de Conselho de Administração ou alterações de contrato social de qualquer sociedade da qual a Companhia seja direta ou indiretamente acionista ou sócia;

(xviii) registro da Companhia como companhia aberta e demais matérias relacionadas às disposições e atendimento das condições de adesão à segmento

especial de listagem que assegure níveis diferenciados de governança corporativa;

(xix) as emissões públicas de ações, até o limite do capital autorizado e quaisquer outras matérias relacionadas a ofertas públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja competência, por lei, seja atribuída ao Conselho de Administração;

(xx) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, independente de reforma estatutária, para subscrição particular ou pública ou mediante a capitalização de lucros ou reservas com ou sem emissão de ações;

(xxi) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade à Companhia por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras, nos termos do parágrafo segundo deste artigo;

(xxii) aprovação da abertura e encerramento, no exterior, de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia;

(xxiii) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que a Companhia estará legalmente obrigada, bem como a forma pela qual a Companhia deverá se fazer representar ("Política de Alçadas");

(xxiv) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 deste Estatuto Social;

(xxv) deliberar sobre operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, bem como da forma de realização, e celebrados exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*), observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(xxvi) definir lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica, para fins de apuração do valor econômico, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, conforme disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 deste Estatuto Social;

(xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da

Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sore os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxviii) deliberar sobre a criação e sobre quaisquer futuras alterações do Código de Conduta da Companhia, o qual estabelecerá valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a companhia se relacione, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(xxix) fiscalizar a gestão dos Diretores Estatutários, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

(xxx) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração;

(xxxi) constituir, instalar e dissolver comitês de assessoramento, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento;

(xxxii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas situações previstas na legislação e neste Estatuto Social;

(xxxiii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria Estatutária e as demonstrações financeiras da Companhia;

(xxxiv) avocar e decidir sobre qualquer matéria ou assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária;

(xxxv) autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e com

instrumentos financeiros referenciados às ações de emissão da Companhia, observada legislação aplicável;

(xxxvi) autorizar a alienação e o cancelamento de ações em tesouraria.

Parágrafo 1º – Para os fins deste Estatuto, "Parte Relacionada" significa (i) qualquer Membro da Família do acionista; (ii) qualquer Afiliada do acionista; e (iii) no caso de acionista que seja Fundo de Investimento, seus quotistas e seu administrador e/ou gestor, ou qualquer de suas Afiliadas. Ainda, para os fins deste Estatuto Social, "Afiliada" significa qualquer pessoa ou sociedade que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer acionista, tendo "Controle" e suas variações, o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante; e "Membros de Família" significa, em relação a uma pessoa natural, seus pais, seu cônjuge, seus ascendentes e descendentes diretos, irmãos e colaterais até o 2º (segundo) grau, nos termos da Deliberação CVM 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05.

Parágrafo 2º - A Companhia não se obriga pela assunção de compromissos ou obrigações que envolvam lucros cessantes, danos emergentes; danos indiretos e perdas financeiras, exceto se expressamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A aprovação, pelo Conselho de Administração das operações previstas no item (xxv) deste artigo dependerá de prévia proposta da Diretoria Estatutária da Companhia, identificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (*hedge*); (iii) riscos associados a cada

estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e (iv) eventuais informações adicionais solicitadas pelo Conselho de Administração, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade.

Artigo 23 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e previstas neste Estatuto:

(a) coordenar as atividades do Conselho de Administração da Companhia;

(b) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral; e,

(c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Subseção III
Da Diretoria Estatutária

Artigo 24 - A Diretoria Estatutária será composta por 5 (cinco) Diretores Estatutários, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia de Informação ("TI"); (iii) Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional; (iv) Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores; e (v) Diretor Administrativo-Financeiro.

Parágrafo 1º - Os Diretores Estatutários serão indicados pelo Diretor Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração e devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Estatutária não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores Estatutários.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor Estatutário, o Conselho de Administração deverá ser convocado para eleição de substituto em até 90 (noventa) dias contados da data em que for constatado o impedimento ou a vacância.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor Estatutário por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor Estatutário, suas atribuições e funções devem ser exercidas e desempenhadas por outro Diretor Estatutário, indicado por escrito pelo Diretor Presidente. Um Diretor Estatutário não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor Estatutário.

Parágrafo 6º - É permitido que um Diretor Estatutário acumule 1 (um) outro cargo na Diretoria da Companhia.

Parágrafo 7º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de Diretores Estatutários.

Artigo 25 - A Diretoria Estatutária reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações da Diretoria Estatutária constarão de atas lavradas no livro de Atas das Reuniões de Diretoria Estatutária e assinadas pelos Diretores Estatutários presentes.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria Estatutária serão realizadas na sede ou em filial da Companhia, conforme detalhado no comunicado de convocação.

Artigo 26 - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições próprias a seu cargo e as demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria Estatutária, promover o desenvolvimento das atividades da Companhia como um todo e reportar sua atuação ao Conselho de Administração;

(b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária;

(c) definição a respeito da abertura e encerramento, no Brasil, de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia; e

(d) constituir, em conjunto com outro Diretor Estatutário, procuradores, de acordo com o disposto no artigo 32, parágrafo 3º abaixo.

Artigo 27 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de TI, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de TI da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de negócio de TI da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de TI ao Conselho de Administração e ao Diretor Presidente.

Artigo 28 - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) fazer a supervisão geral das atividades de recursos humanos, desenvolvimento e organização;

(b) promover o desenvolvimento dos colaboradores da Companhia; e

(c) controlar e processar a folha de salários e encargos sociais da organização em linha com os requerimentos legais vigentes.

Artigo 29 - Compete ao Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, à B3, Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e à B3, bem como observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado informações relevantes relativas à Companhia e seus negócios, na forma exigida em lei;

(c) manter atualizado o registro de companhia aberta; e

(d) reportar sobre a realização das atividades de relações com investidores ao Conselho de Administração e ao Diretor Presidente.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, fiscal e financeira; e

(c) propor alternativas de financiamento e aprovar as condições financeiras dos negócios da Companhia.

Artigo 31 - Compete aos Diretores Estatutários, de forma conjunta:

(a) administrar e gerir os negócios da Companhia;

(b) rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios e as modernas técnicas de administração;

(c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Estatutária, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados do exercício anterior, conforme aplicável; e

(e) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração as informações financeiras trimestrais da Companhia e suas controladas.

Artigo 32 - A representação da Companhia será realizada na forma descrita neste artigo.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente a representação geral da Companhia, em juízo ou fora dele, competindo-lhe assegurar o respeito às leis vigentes e à política e objetivos estabelecidos pelas autoridades governamentais, bem como à orientação geral estabelecida e às deliberações da Assembleia Geral, competindo-lhe, ainda, dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária.

Parágrafo 2º - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores Estatutários, 1 (um) Diretor Estatutário e 1 (um) procurador ou, ainda, de 2 (dois) procuradores, de acordo com a Política de Alçadas devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo Financeiro, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para substabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia.

Parágrafo 4º - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor Estatutário, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças,

avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Artigo 33 – As reuniões da Diretoria Estatutária serão convocadas na forma do artigo 25 acima, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos que compõem o corpo de diretores estatutários, incluindo-se obrigatoriamente o voto do Diretor Presidente, tendo o Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 34 - Sempre que instalado, o Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais, ou por proposta da administração.

Parágrafo 2º - Cada período de funcionamento Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação.

Parágrafo 3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Parágrafo 4º - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 35 - O exercício social corresponde ao ano civil e se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Companhia deve elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto na lei e neste Estatuto.

Parágrafo 3º - Os resultados apurados no exercício social terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) provisão para pagamento dos tributos sobre o lucro;

(b) absorção de prejuízos, se existirem;

(c) do saldo remanescente do resultado do exercício após os itens (a) e (b), se houver, devem ser deduzidas, sucessivamente e nesta ordem, as participações de empregados e de administradores; e

(d) após as deduções de (a) a (c), conforme aplicável, do restante, denominado "lucro líquido": (i) 5% (cinco por cento) será destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) haverá o pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 36 deste Estatuto e na lei; e (iii) o saldo remanescente, se houver, será distribuído como dividendos além dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 36 deste Estatuto, exceto em caso de retenção prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma da Lei nº 6.404/76.

Artigo 36 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

(a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Ata da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar a sua distribuição, salvo se outro prazo for deliberado pelos acionistas na referida Assembleia.

Parágrafo 5º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos a contar da data em que tais dividendos foram colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 6° - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria Estatutária de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37 - Na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que

o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 38 - A oferta pública referida no artigo 37 deste Estatuto também deverá ser efetivada:

(a) nas hipóteses de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou,

(b) nas hipóteses de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39 - Aquele que adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 deste Estatuto Social; e

(b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela B3 nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 40 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, nos termos do artigo 44 deste Estatuto Social.

Artigo 41 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela admitidos passem a ser negociados fora do

Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 44, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42 – Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser negociados fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo 1º - A referida assembleia geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na assembleia deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º - Na ausência da definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votarem favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 43 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação da oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 44 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações previstas no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações previstas no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 2º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações previstas no caput, os quais presentes na assembleia deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 44 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 40, 41, 42 e 43 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 45 - A Companhia não registrará: (a) qualquer transferência de ações para o Comprador do controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores; e (b) acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 46 - É facultada a efetivação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas no Capítulo V deste Estatuto, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 47 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA ARBITRAGEM

Artigo 48 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo

Mercado. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 49 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como instalar o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 50 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 51 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 52 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

Artigo 53 - As disposições constantes dos Capítulos V e VI, bem como as regras constantes dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, item (j) do Artigo 15, parágrafos 2º e 4º do Artigo 17, parágrafos 3º e 4º do Artigo 18, itens (xxvi), (xvii) e (xviii) do artigo 22 deste Estatuto Social, e parágrafo 4º do Artigo 34, somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, conforme pedidos protocolados na CVM de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de

março de 2017 e a elas estarão sujeitos a Companhia, os acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Artigo 54 - Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Estatuto Social têm os significados a eles atribuídos no Regulamento do Novo Mercado.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, Realizada em 29 de Março de 2017, que Aprovou a Realização da Abertura de Capital

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF 07.073.027/0001-53
NIRE 35.300.344.511

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 29 de março de 2017, às 10:00 horas, no escritório da Companhia, situado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 22º andar, CEP 01452-002.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no Artigo 124, §4º, da Lei 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente à Assembleia a totalidade dos acionistas da Companhia.

3. MESA: **Presidente:** Luiz Roberto Novaes Mattar; **Secretário:** Paulo Sérgio Carvalho de Freitas.

4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** a alteração do endereço de sede da Companhia; **(ii)** alteração do veículo de publicação da Companhia; **(iii)** a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(iv)** a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(v)** a aprovação da Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários da Companhia ("Política de Divulgação e Negociação"); e **(vi)** a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, para refletir as modificações deliberadas nesta assembleia geral extraordinária, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

5. DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos:

5.1. Alterar a sede social da Companhia da Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, Vila Mogilar, CEP 08773-490, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, para Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

5.2. Em virtude da alteração da sede da Companhia, os acionistas aprovaram a alteração do veículo de publicação para o Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP) e o jornal Estado de São Paulo.

5.3. A abertura de capital da Companhia e, consequentemente, a submissão pela Companhia do pedido de registro de emissora de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

5.4. A submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como a celebração com a BM&FBOVESPA do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto a BM&FBOVESPA com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado.

5.5. A Política de Divulgação e Negociação, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), que vigorará a partir da data da concessão do registro de companhia aberta pela CVM, na forma do Anexo I à presente ata.

5.6. A reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia, para adaptá-lo às exigências legais de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado, passando o estatuto social a vigorar com a redação do Anexo II à presente a partir da concessão do registro de companhia aberta pela CVM.

6. LAVRATURA: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1º do Artigo 130 da lei das Sociedades por Ações.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Luiz Roberto Novaes Mattar – Presidente; e Paulo Sérgio Carvalho de Freitas – Secretário. **Acionistas Presentes:** Luiz Roberto Novaes Mattar e APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – representada por Marcos Luciano de Oliveira Santos e Augusto Carvalho.

Certifico que a presente Ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 29 de março de 2017.

Luiz Roberto Novaes Mattar
Presidente

Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Secretário

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.073.027/0001-53
NIRE 35.300.344.511

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017

Anexo I

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES E POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DA TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

1. NORMAS GERAIS

1.1. Introdução e Princípios Gerais

1.1.1. A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Tivit" ou "Companhia") é uma companhia comprometida com boas práticas de governança corporativa e se preocupa em assegurar elevados padrões de transparência e equidade de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral.

1.1.2. Este documento estabelece a Política de Divulgação de Informações Relevantes da Tivit ("Política de Divulgação") e a Política de Negociação com Valores Mobiliários da Tivit ("Política de Negociação" e, em conjunto com a Política de Divulgação, as "Políticas"), elaboradas de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.

1.1.3. As Políticas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e estão fundamentadas nos seguintes princípios básicos:

- obediência à legislação específica, à regulamentação da CVM e outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que a Tivit esteja sujeita;

- aderência às melhores práticas de relações com investidores; e

- transparência e equidade de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral.

1.1.4. A ciência e o estrito cumprimento das Políticas são obrigatórios para todas as Pessoas Vinculadas. Quaisquer dúvidas acerca das disposições das presentes Políticas, da regulamentação aplicável pela CVM ou outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que a Tivit esteja sujeita e/ou sobre a necessidade de se divulgar ou não determinada informação ao público deverão ser esclarecidas com o Diretor de Relações com Investidores da Tivit.

1.1.5. Todas as Pessoas Vinculadas, e aquelas que venham a adquirir essa qualidade, deverão formalizar a adesão às Políticas, por meio da assinatura do Termo de Adesão às Políticas, o qual terá o teor constante no modelo que consta do Anexo 1.

1.2. Definições

1.2.1. Na aplicação e interpretação dos termos e condições contidos nas Políticas, os termos abaixo relacionados terão os seguintes significados:

"Acionistas Controladores": Acionista ou Grupo de Acionistas vinculados por acordo de acionistas ou sob Controle comum que exerça o poder de Controle da Tivit.

"Administradores": Diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, titulares e suplentes, da Tivit.

"Ato ou Fato Relevante": Toda decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Tivit ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Tivit, que possa influir de modo ponderável na: (i) cotação de Valores Mobiliários; (ii) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) determinação dos investidores de exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários da Tivit. Para melhor compreensão e identificação de situações que configurem Atos ou Fatos Relevantes, recomenda-se a leitura do parágrafo único do artigo 2º da Instrução CVM nº 358/02, o qual relaciona exemplos não exaustivos de Atos ou Fatos Relevantes.

"Aviso aos Acionistas": Instrumento por meio do qual a Tivit divulgará os anúncios previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou de outros avisos que a Tivit entenda como úteis de serem divulgados aos acionistas, tais como, mas sem limitação, avisos relativos a procedimentos que devem ser adotados no pagamento de dividendos ou de juros sob capital próprio ou no exercício de direito de recesso, bem como informações como a solicitação de

voto múltiplo ou indicação de candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal por acionistas minoritários.

"Bolsas de Valores e/ou Mercado de Balcão": A BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e/ou quaisquer outras bolsas de valores ou mercados organizados de balcão de negociação em que a Tivit tenha Valores Mobiliários admitidos à negociação, no Brasil ou no exterior.

"Comunicado ao Mercado": Instrumento por meio do qual a Tivit divulgará as comunicações previstas na Instrução CVM nº 358/02 que não sejam caracterizadas como Ato ou Fato Relevante que o Diretor de Relações com Investidores entenda como úteis de serem divulgadas aos acionistas ou ao mercado em geral, como, por exemplo, o material apresentado nas reuniões públicas ou conferências com analistas.

"Conselheiros Fiscais": Membros do conselho fiscal da Tivit, quando constituído, titulares e suplentes.

"Contatos Comerciais": Qualquer pessoa que não seja uma Pessoa Vinculada e que tenha conhecimento de Informação Privilegiada, incluindo aquelas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Tivit, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

"Controle" e suas variações, tais como "Controlador" e "Controlada": Poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de uma sociedade, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação ao acionista ou Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembleias gerais da sociedade em questão, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"CVM": Comissão de Valores Mobiliários.

"Diretor de Relações com Investidores": Diretor da Tivit responsável pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e à Bolsa de Valores ou entidades de Mercado de Balcão, bem como por administrar e fiscalizar a aplicação das Políticas, dentre outras atribuições previstas em regulamentação editada pela CVM.

"Empregados e/ou Colaboradores": Os empregados, executivos, prestadores de serviços, trabalhadores terceirizados, autônomos e estagiários da Tivit, bem como

quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo ou posição na Tivit, nas Sociedades Controladas ou nas Sociedades Coligadas, possam vir a ter acesso a qualquer Informação Privilegiada.

"Ex-Administradores": Os diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, e de quaisquer Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas, titulares ou suplentes, que deixarem de integrar a administração da Tivit.

"Grupo de Acionistas": Grupo de pessoas: (1) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas, Controladores ou sob Controle comum; ou (2) entre as quais haja relação de Controle; ou (3) sob Controle comum; ou (4) que atuem representando um interesse comum.

"Informação Privilegiada": Qualquer informação relativa a Atos ou Fatos Relevantes até que sejam divulgados aos órgãos reguladores, às Bolsas de Valores, Mercados de Balcão e outras entidades similares e, simultaneamente, aos acionistas e investidores em geral.

"Instrução CVM nº 358/02": Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre Ato ou Fato Relevante, relativos às companhias abertas, bem como sobre a negociação de valores mobiliários de emissão de companhia aberta na pendência de Ato ou Fato relevante não divulgado ao mercado, dentre outras matérias.

"Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas": Órgãos da Tivit criados por seu estatuto, com funções técnicas ou destinados a aconselhar os seus Administradores.

"Pessoas Ligadas": As pessoas que mantenham os vínculos indicados a seguir com Pessoas Vinculadas: (i) Controladores, sociedades Controladas ou sob Controle comum, direta ou indiretamente; e (ii) as demais pessoas que, segundo o da Instrução CVM nº 358/02, também devam ter indicados os Valores Mobiliários que são de sua propriedade.

"Pessoas Vinculadas": A Tivit, seus Acionistas Controladores, diretos e indiretos, Administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros Órgãos com Funções Técnicas ou Consultivas da Tivit e Empregados ou Colaboradores que, em virtude de seu cargo ou posição na Tivit, possam vir a ter acesso a qualquer Informação Privilegiada, que tenham aderido expressamente às Políticas e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas. Serão ainda consideradas Pessoas Vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da Tivit, tenham

conhecimento de Fatos Relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Tivit, em Sociedades Controladas ou Sociedades Coligadas.

"Sociedades Coligadas": Sociedades em que a Tivit participe, com influência significativa, nos termos do art. 243, §3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

"Sociedades Controladas": Sociedades nas quais a Tivit, diretamente ou por meio de outras Controladas, é titular de direitos de sócia que lhe assegurem o poder de Controle.

"Termo de Adesão": Termo de adesão a ser firmado na forma dos artigos 15, § 1º, inciso I e 16, § 1º, da Instrução CVM nº 358/02 por cada uma das Pessoas Vinculadas e reconhecido pela Tivit, por meio do qual cada Pessoa Vinculada manifesta sua ciência quanto às regras contidas nas Políticas e assume a obrigação de cumpri-las e de zelar para que as regras sejam cumpridas pelas Pessoas Ligadas com as quais guarde vínculo.

"Valores Mobiliários": Quaisquer ações, debêntures, bônus de subscrição, recibos (incluindo aqueles emitidos fora do Brasil com lastro em ações) e direitos de subscrição, notas promissórias, opções de compra ou de venda, índices e derivativos de qualquer espécie ou, ainda, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo de emissão da Tivit, ou a eles referenciados, que por determinação legal sejam considerados valor mobiliário.

2. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES RELEVANTES

2.1. Objetivo e Abrangência

A presente Política de Divulgação tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Tivit, suas Sociedades Controladas e Sociedades Controladoras, que, por sua natureza, possam ser classificadas como Ato ou Fato Relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Adicionalmente, esta Política de Divulgação visa a assegurar a transparência, eficiência e igualdade de tratamento aos acionistas, além do fortalecimento da confiança do público investidor, dos colaboradores e do mercado de capitais em geral, quanto à legitimidade e atualidade das informações operacionais e econômico-financeiras da Tivit.

As restrições e vedações estabelecidas pela Política de Divulgação também devem ser observadas pelas Pessoas Ligadas, sendo as Pessoas Vinculadas solidariamente responsáveis por eventuais descumprimentos por partes das Pessoas Ligadas com as quais tenham vínculo.

2.2. Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e Deveres e Responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores

2.2.1. Caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os Atos ou Fatos Relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Tivit sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e nesta Política de Divulgação, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor que não induzam o investidor a erro, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todas as Bolsas de Valores e Mercados de Balcão em que os Valores Mobiliários da Tivit sejam negociados.

2.2.2. A comunicação de Atos ou Fatos Relevantes à CVM, às Bolsas de Valores, Mercados de Balcão e imprensa deve ser feita sempre na forma indicada pela Instrução CVM nº 358/02 e por esta Política de Divulgação, por meio de documento escrito, na forma indicada no item 2.2.1 acima, evitando-se a emissão, pela Companhia, de juízo de valor.

2.2.3. A divulgação de Atos ou Fatos Relevantes ocorrerá por meio (a) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias www.agestado.com.br; (b) da página da rede mundial de computadores da Tivit www.tivit.com.br, e (c) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net).

2.2.4. O envio do arquivo com o texto do Ato ou Fato Relevante deve se dar por meio do Sistema Empresas.Net antes ou simultaneamente à sua divulgação pelos canais previstos no item 2.2.3 acima.

2.2.5. A mudança no canal de divulgação do anúncio de Ato ou Fato Relevante somente poderá ser efetivada após: (1) atualização desta Política de Divulgação por deliberação do Conselho de Administração da Tivit; (2) atualização do formulário cadastral da Tivit; e (3) divulgação da mudança do canal de comunicação do anúncio de Ato ou Fato Relevante, na forma até então utilizada pela Tivit para divulgação dos seus Atos ou Fatos Relevantes.

2.2.6. A Tivit poderá criar um sistema on-line de divulgação de informações a investidores, enviando Fatos Relevantes por meio de correio eletrônico (e-mail) de

pessoas cadastradas em banco de dados criado para esse fim. Tal sistema de divulgação não substituirá os outros meios de divulgação de informação previstos nesta Política de Divulgação e na legislação aplicável.

2.2.7. Sempre que possível, a divulgação de qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores e Mercados de Balcão, conforme o caso, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados que a Tivit possua Valores Mobiliários admitidos à negociação, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Bolsas de Valores e Mercados de Balcão em que os Valores Mobiliários sejam admitidos à negociação, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários da Tivit pelo tempo necessário à adequada disseminação do Ato ou Fato Relevante.

2.2.8. Sempre que for veiculado Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no país ou no exterior, o Ato ou Fato Relevante deverá ser prévio ou simultaneamente divulgado à CVM, às Bolsas de Valores, Mercados de Balcão e aos investidores em geral.

2.2.9. As Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar Ato ou Fato Relevante deverá comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que este, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e desta Política de Divulgação. Caso, diante da comunicação realizada (e não se configurando a decisão de manter sigilo, tomada na forma do artigo 6.º da Instrução CVM nº 358/02), as Pessoas Vinculadas constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, elas somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

2.2.10. Caberá ainda ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de Ato ou Fato Relevante;

(ii) acompanhar e averiguar as negociações de Valores Mobiliários efetuadas por Pessoas Vinculadas, com o objetivo de esclarecer se elas têm conhecimento de Informação Privilegiada e/ou que tenha de ser divulgada ao mercado.

(iii) na hipótese de ocorrência de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir todas as Pessoas Vinculadas com presumível conhecimento de Informações Privilegiadas, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

2.2.11. Em caso de ausência ou vacância temporária do cargo do Diretor de Relações com Investidores, as suas funções serão exercidas, interinamente, pelo Diretor Administrativo-Financeiro.

2.3. Exceção à Imediata Divulgação

2.3.1 O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante, caso ele, os Acionistas Controladores e os Administradores entendam que a divulgação colocará interesses legítimos da Tivit em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de Valores Mobiliários.

2.3.2 Caso o Diretor de Relações com Investidores julgue necessário, poderá submeter a aprovação da manutenção de Fato Relevante em sigilo à deliberação da Diretoria e esta, por sua vez, à deliberação do Conselho de Administração.

2.4. Dever de Sigilo e Outros Deveres das Pessoas Vinculadas

2.4.1. As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca das Informações Privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupem, até que tais informações relevantes sejam divulgadas ao público nos termos desta Política de Divulgação, bem como zelar para que subordinados, terceiros de sua confiança e Contatos Comerciais que possam ter acesso às Informações Privilegiadas que também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

2.4.2. As Pessoas Vinculadas não devem discutir Informações Privilegiadas em lugares públicos.

2.4.3. Os Acionistas Controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração ou do conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou Grupo de Acionistas, cuja participação, direta ou indireta, ultrapasse , para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por

cento), e assim sucessivamente de espécie ou classe de ações representativas do capital da Tivit, deve enviar à Tivit, imediatamente após o atingimento da participação, declaração contendo as informações solicitadas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02.

2.4.4. Todas as Pessoas Vinculadas devem ainda:

- não se valer de Informações Privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de Valores Mobiliários;

- zelar para que a violação do disposto nesta Política de Divulgação não ocorra por meio de Pessoas Ligadas com as quais guarde vínculo, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento;

- envidar esforços para que não haja vazamentos e assegurar que apenas pessoas estritamente necessárias tenham acesso a Informações Privilegiadas, informando-lhes da sua natureza confidencial, da qual não podem se utilizar indevidamente; e

- observar o disposto nos artigos 11 da Instrução CVM nº 358/02 no tocante às comunicações à CVM e à Companhia quando a aquisição ou alienação de Valores Mobiliários da Companhia de que sejam titulares ou de Pessoas Ligadas, conforme o caso.

2.4.5. Quaisquer violações desta Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Tivit, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

2.5. Obrigação de Indenizar

2.5.1. As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Divulgação e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Tivit e/ou as outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Tivit e/ou as outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

2.6. Projeções de Desempenho Futuro (*Guidance*)

2.6.1. Sempre que a Tivit entender necessária a divulgação de projeções e estimativas (*guidances*), tal divulgação se fará por Fato Relevante, divulgado nos termos desta Política de Divulgação.

2.6.2. A divulgação de *guidances* pela Tivit deverá observar as seguintes regras:

(i) os *guidances* deverão ser incluídos no Formulário de Referência da Tivit;

(ii) Os guidances deverão estar previamente aprovados pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor Presidente da Tivit antes da sua divulgação;

(iii) os *guidances* deverão ser identificados como dados hipotéticos que não constituem promessa de desempenho;

(iv) os *guidances* deverão ser razoáveis;

(v) os *guidances* deverão vir acompanhados das premissas relevantes, parâmetros e metodologia adotadas, sendo que, caso estas sejam modificadas, a Tivit deverá divulgar, no campo apropriado do Formulário de Referência, que realizou alterações nas premissas relevantes, parâmetros e metodologia de projeções e estimativas anteriormente divulgadas;

(vi) sempre que os *guidances* forem fornecidos por terceiros, as fontes devem ser indicadas;

(vii) os *guidances* deverão ser revisados periodicamente, em intervalo de tempo adequado ao objeto da projeção, que, em nenhuma hipótese, deve ultrapassar 1 (um) ano;

(viii) a Tivit deverá confrontar, trimestralmente, no campo "Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais" dos formulários ITR e DFP, os *guidances* divulgados no Formulário de Referência com os resultados efetivamente obtidos no trimestre, indicando as razões para eventuais diferenças; e

(ix) se os *guidances* divulgados forem descontinuados, esse fato deverá ser divulgado por meio de Ato ou Fato Relevante, na forma do item 2.2.3 acima, e por inclusão no campo próprio do Formulário de Referência, acompanhado dos motivos que levaram à sua perda de validade.

2.7. Comunicados ao Mercado

2.7.1. Com o intuito de assegurar maior transparência entre a Tivit e os seus acionistas ou investidores, caso o Diretor de Relações com Investidores julgue pertinente a divulgação de alguma informação, ainda que ela não seja exigida pela legislação e regulamentação em vigor, o Tivit levará referida informação ao conhecimento de seus acionistas e investidores por meio de Comunicado ao Mercado.

2.7.2. Esclarece-se que, caso a Tivit entenda que a informação a ser divulgada por meio de Comunicado ao Mercado tem o potencial de afetar as cotações ou decisões de investimento, tal informação deverá ser tratada internamente e divulgada da forma exigida para Ato ou Fato Relevante.

2.7.3. A divulgação de Comunicado ao Mercado deve ser feita em documento escrito, com linguagem clara, precisa e objetiva, em linguagem acessível ao público investidor, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos e indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos, eximindo-se a Tivit, em todas as hipóteses, de emitir juízo de valor.

2.7.4. A divulgação de Comunicados ao Mercado deve ser feita por meio de (1) submissão à CVM através do Sistema Empresas.Net; e (e) disponibilização na página eletrônica da Tivit na rede mundial de computadores (internet).

2.8. Outras Disposições

2.8.1. Qualquer alteração desta Política de Divulgação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração da Tivit e obrigatoriamente comunicada à CVM e às Bolsas de Valores ou Mercados de Balcão, observado ainda o previsto no item 2.2.5 acima, conforme o caso.

2.8.2. A divulgação não autorizada de Informação Privilegiada e não divulgada publicamente nos termos dessa Política de Divulgação é danosa à Tivit, sendo estritamente proibida.

2.8.3. A Tivit comunicará formalmente às Pessoas Vinculadas os termos da deliberação do Conselho de Administração que aprovar ou alterar a Política de Divulgação, obtendo dessas pessoas a respectiva adesão formal por meio de assinatura do Termo de Adesão, que será arquivado na sede da Tivit desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após o seu desligamento.

2.8.4. A relação de Pessoas Vinculadas, juntamente com as respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, será mantida atualizada na sede da Tivit, à disposição da CVM.

2.9. Vigência

2.9.1 A presente Política de Divulgação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por tempo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

3. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM VALORES MOBILIÁRIOS

3.1. Objetivo e Abrangência

3.1.1. A presente Política de Negociação tem por objetivos coibir e evitar a utilização de Informações Privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas, e as demais pessoas aqui mencionadas, em negociação com Valores Mobiliários e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais Valores Mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 e das políticas internas da própria Tivit.

3.1.2. Tais regras também procuram coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e *tipping* (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de Valores Mobiliários.

3.1.3. As regras desta Política de Negociação definem períodos nos quais as Pessoas Vinculadas ficarão impedidas de negociar com Valores Mobiliários, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de Informações Privilegiadas.

3.1.4. Além das Pessoas Vinculadas, as normas desta Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem para o seu próprio benefício, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de:

- terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; e/ou
- procuradores ou agentes.

3.1.5. As restrições contidas nesta Política de Negociação não se aplicam às negociações realizadas por fundos de investimento de que sejam cotistas as Pessoas Vinculadas desde que:

- os fundos de investimento não sejam exclusivos; e

- as decisões de negociação do administrador do fundo de investimento não possam ser influenciadas pelos cotistas.

3.2. Vedações à Negociação

3.2.1. A Tivit e as Pessoas Vinculadas ficarão impedidas de negociar seus Valores Mobiliários de emissão da Tivit em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores haja determinado a proibição de negociação ("Período de Bloqueio"). O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o Período de Bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários.

3.2.2. Anteriormente à divulgação ao público de Ato ou Fato Relevante nos termos da Política de Divulgação, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento em Valores Mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de tal Ato ou Fato Relevante e/ou da data de sua divulgação, bem como quando (i) estiver em curso distribuição pública de Valores Mobiliários, (ii) se existir a intenção de promover aumento de capital, seja por subscrição pública ou privada, incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária ou emissão de dívidas pela Tivit, e (iii) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Tivit pela própria companhia, pelas Sociedades Controladas, pelas Sociedades Coligadas ou por outra sociedade sob Controle Comum com a Tivit, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

3.2.3. As Pessoas Vinculadas deverão assegurar que as Pessoas Ligadas, seus Contatos Comerciais, aqueles com quem mantenham relação comercial, profissional ou de confiança não negociem Valores Mobiliários quando tiverem acesso a Informações Privilegiadas. Sabendo que se trata de Informação Privilegiada, as Pessoas Vinculadas envidarão seus melhores esforços para que que as pessoas mencionadas neste item 3.2.3 firmem os competentes Termo de Adesão à Política de Negociação.

3.2.4. As vedações para negociação com Valores Mobiliários devem ser observadas pelas Pessoas Vinculadas até a divulgação do Ato ou Fato Relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do Ato ou Fato Relevante, na hipótese em que eventuais negociações com Valores

Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Tivit ou de seus acionistas, no ato ou fato associado ao Fato Relevante. Em tal hipótese, o Diretor de Relações com Investidores divulgará comunicado interno informando sobre a proibição.

3.2.5. As Pessoas Vinculadas também são proibidas de negociar com Valores Mobiliários, caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos valores mobiliários da Tivit. Incluem-se nessa hipótese subsidiárias da Tivit, Sociedades Controladas, Sociedade Coligadas, competidores, fornecedores e clientes da Tivit.

3.2.6. As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Tivit anteriormente à divulgação de Fatos Relevantes originados durante seu período de gestão não poderão negociar com Valores Mobiliários de emissão da Tivit: (a) pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou (b) até a divulgação, pela Tivit, de Ato ou Fato Relevante ao mercado, relativo a operações que tenha participado ou tomado conhecimento no exercício de sua gestão, sendo aplicável, se for o caso, a determinação de abstenção de negociação descrita neste item 3.2 e no item 3.3 desta Política, que lhe será previamente comunicada pelo Diretor de Relações com Investidores.

3.3. Período de Abstenção de Negociação (*Blackout Period*)

3.3.1. As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com Valores Mobiliários, independentemente de determinação do Diretor de Relações com Investidores neste sentido:

(i) no período de 15 (quinze) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM; e

(ii) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Tivit ou dos Acionistas Controladores de: (i) modificar o capital social da Tivit mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Tivit pela própria Tivit; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

3.4. Vedação à Aquisição para Tesouraria

3.4.1. O Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição de ações para tesouraria no período que ocorrer entre os procedimentos e atos iniciais, até que se torne efetivamente público, qualquer um dos seguintes eventos: (a) transferência do Controle acionário; (b) incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão; ou (c) reorganização societária.

3.5. Exceções às Restrições à Negociação

3.5.1. Observado o disposto no item 3.5.2 abaixo, as Pessoas Vinculadas poderão negociar Valores Mobiliários com objetivo de investimento a longo prazo, sendo recomendada a manutenção da propriedade dos Valores Mobiliários emitidos pela Tivit por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, nas seguintes hipóteses: (a) subscrição, compra ou negociação privada de ações vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com planos de outorga de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral da Tivit; (b) execução, pela Tivit, de compras objeto de programas de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (c) quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em Assembleia Geral da Tivit; ou (d) aplicação de remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de Valores Mobiliários.

3.5.2. Com exceção dos casos de negociação com Valores Mobiliários permitida nos termos do item 3.5 acima e no âmbito de Planos de Investimentos nos moldes do item 3.6 abaixo, qualquer negociação de Valores Mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas deverá ser previamente submetida à apreciação e autorização do Diretor de Relações com Investidores, que deverá analisar o pedido da Pessoa Vinculada o mais brevemente possível a fim de autorizá-la ou não a realizar a negociação.

3.6. Planos de Investimento

3.6.1. A Companhia poderá aprovar a criação de planos de investimento para Pessoas Vinculadas os quais poderão, desde que respeitadas às disposições dessa seção 3.6, prever exceções para a negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas durante o período mencionado no item 3.3.1(i) acima ("Planos de Investimento"). Anteriormente à sua aprovação pela Companhia, os Planos de Investimento serão submetidos ao Diretor de Relações com Investidores para exame da sua compatibilidade com os dispositivos desta Política de Negociação.

3.6.2. Os Planos de Investimento deverão estabelecer:

(i) parâmetros de negociação precisos que eliminem ou minimizem a discricionariedade das Pessoas Vinculadas participantes, estabelecendo datas, quantidades e preços determináveis com alguma exatidão;

(ii) o compromisso irrevogável e irretratável de seus participantes de investir valores previamente estabelecidos, nas datas nele previstas;

(iii) a impossibilidade de adesão ao plano na pendência de Ato ou Fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM;

(iv) a obrigação de prorrogação do compromisso de compra, mesmo após o encerramento do período originalmente previsto de vinculação da Pessoa Vinculada ao plano, na pendência de Ato ou Fato relevante não divulgado ao mercado, e durante os 15 (quinze) dias que antecederem a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM; e

(v) obrigação de seus participantes reverterem à Tivit quaisquer perdas evitadas ou ganhos auferidos em negociações com ações de emissão da Tivit, decorrentes de eventual alteração nas datas de divulgação dos formulários das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) exigidas pela CVM, apurados através de critérios razoáveis definidos nos próprios Plano de Investimento.

3.6.3. As Pessoas Vinculadas devem comunicar às Bolsas de Valores os seus Planos de Investimento, caso os possuam, assim como as subsequentes alterações ou inobservância de tais planos.

3.7. Obrigação de Indenizar

3.7.1. Sem prejuízo do disposto no item 3.10.1 abaixo, as Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante desta Política de Negociação se obrigam a ressarcir a Tivit e/ou outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Tivit e/ou outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

3.8. Alteração

3.8.1 Qualquer alteração desta Política de Negociação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração e comunicada à CVM e às Bolsas de Valores e Mercados de Balcão, não podendo, em qualquer hipótese, ser alterada na pendência de divulgação de Ato ou Fato Relevante.

2.9. Vigência

3.9.1. A presente Política de Negociação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por tempo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

3.9.2. A ampla divulgação desta Política de Negociação é responsabilidade da Tivit, que disponibilizará o documento no site da Tivit para consulta imediata em caso de dúvidas, bem como tomará todas as providências para que seja obtida a adesão formal das pessoas que a elas devem se submeter, na forma do disposto no Anexo 1.

3.10. Disposições Finais

3.10.1. Qualquer violação ao disposto nesta Política de Negociação estará sujeita aos procedimentos e penalidades juridicamente cabíveis, incluindo as punições previstas em lei, além da responsabilização por perdas e danos causados à Tivit e/ou terceiros.

3.10.2. O Diretor de Relações com Investidores poderá estabelecer períodos de não negociação com Valores Mobiliários adicionais aos previstos nesta Política de Negociação, devendo notificar imediatamente as Pessoas Vinculadas.

3.10.3. Quaisquer violações desta Política de Negociação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser comunicadas imediatamente à Tivit, na pessoa do Diretor de Relações com Investidores.

Anexo 1

MODELO DE TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO ÀS POLÍTICAS DE DIVULGAÇÃO E USO DE INFORMAÇÕES E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DA TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

Pelo presente instrumento, [nome], [qualificação completa] ("Aderente"), na qualidade de [função] da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., [qualificação completa] ("Companhia"), vem por meio do presente Termo de Adesão declarar (1) ter tomado conhecimento das Políticas de Divulgação e Uso de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia ("Políticas"), aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia [==] de [==] de 2017; (2) conhecer a íntegra das Políticas; (3) concordar expressamente com todas as disposições e regras e sujeitar-me aos procedimentos previstos nas Políticas para uso de informação e negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ("Vedações à Negociação").

Adicionalmente, o Aderente assume expressamente responsabilidade pessoal pelo cumprimento das regras contidas nas Políticas, ficando obrigado, desde logo, a pautar suas ações na Companhia sempre em conformidade com tais regras sujeitando-se, ainda, às multas e penalidades cabíveis nos termos das referidas Políticas. O Aderente obriga-se tanto pelas obrigações a ele diretamente atribuíveis, como a fazer com que a Companhia e Pessoas Ligadas cumpram os deveres estabelecidos nas Políticas.

O Aderente firma o presente Termo de Anuência em 3 (três) vias de igual teor e conteúdo, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

[local], [data]

_____
[Nome]

Testemunhas:

1._____
Nome:
RG:
CPF

2._____
Nome:
RG:
CPF

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.073.027/0001-53
NIRE 35.300.344.511

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2017

Anexo II

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA
TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Parágrafo 1º - Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da BM&BOVESPA S.A. – Bolsa de valores, Mercadorias e Futuros ("BM&BOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&BOVESPA ("Regulamento do Novo Mercado").

Parágrafo 2º - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, conforme o caso.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de

computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (c) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (d) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (e) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (f) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (g) locação de espaço físico em imóveis; (h) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (i) a execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial, bem como a prestação de serviços de teleatendimento e teleatendimento técnico; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; e (j) comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$1.065.454.729,50 (um bilhão, sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), divididos em 90.373.497 (noventa milhões, trezentas e setenta e três mil, quatrocentas e noventa e sete mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Artigo 6º - A Companhia não poderá emitir ações preferenciais.

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) de ações ordinárias.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações e deverá estabelecer se a subscrição será pública ou particular.

Parágrafo 2º – O capital pode ser aumentado por meio de subscrição de novas ações ordinárias ou da capitalização de lucros ou reservas, com ou sem a emissão de novas ações.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º - As ações em que se divide o capital subscrito e integralizado poderão ser agrupadas ou desmembradas, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 10 - Em caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrição na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser realizados aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo para seu exercício, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 e artigo 263, da Lei nº 6.404/76 ou ainda outras hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 2º - No caso previsto no caput deste artigo, o prazo para o exercício do direito de preferência será fixado pela Assembleia Geral em, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data da publicação de anúncio no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação, exceto nos casos excepcionais previstos em lei.

Parágrafo 3º - Não haverá direito de preferência na conversão de debêntures conversíveis em ações e na conversão de bônus de subscrição.

Artigo 11 - A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando, neste caso o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 12 - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76, pelo Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, pelo Diretor Presidente.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desses, por qualquer membro do Conselho de Administração ou qualquer Diretor Estatutário, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto:

(a) deliberar sobre o aumento do limite do capital autorizado, aumento ou redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de ações, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração nos termos da lei ou deste Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;

(b) aprovar qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;

(c) a fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(d) deliberar sobre a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) autorizar os administradores da Companhia a confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

(f) aprovar a liquidação, dissolução e extinção da Companhia;

(g) aprovar a distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto;

(h) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle.

(i) deliberar sobre a abertura de capital, bem como sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(j) deliberar a saída do Novo Mercado ou qualquer outro segmento especial de listagem, a qual deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA por escrito, com antecedência prévia de 30 (trinta) dias; e

(k) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de segmento especial de listagem, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 16 - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Subseção I
Disposições
Gerais

Artigo 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Estatutária.

Parágrafo 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Companhia, na forma prevista neste Estatuto Social, privativa dos Diretores Estatutários.

Parágrafo 2º - A partir do 3º (terceiro) ano contado da data do início de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia no Novo Mercado da BM&BOVESPA S.A., os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou de principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo 3º - O administrador fica dispensado de apresentar garantia em favor da Companhia para assegurar os atos de gestão.

Parágrafo 4º - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Subseção II
Conselho de
Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão

permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 3º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (meio); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (meio), ou, caso tais critérios sejam diferentes, aqueles que sejam estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador; ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculados à sociedade ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia; (f) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (g) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 19 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais, observado o previsto no artigo 14 acima, bem como as reuniões do Conselho de Administração. Em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, o Conselho de Administração deve nomear o substituto, que servirá interinamente até a primeira Assembleia Geral realizada depois da vacância.

Parágrafo 4º - No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria Estatutária convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros de administração.

Parágrafo 5º - Para os fins deste artigo, considera-se vacante o cargo de membro do Conselho de Administração decorrente da destituição, renúncia, morte, invalidez ou ausência injustificada em 3 (três) reuniões consecutivas do Conselho de Administração.

Artigo 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, e será instalado com a presença da maioria de seus membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos participantes e sua interação em tempo real.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 8 (oito) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Poderá ser dispensada a convocação prévia de todos os conselheiros para reunião, se estiverem presentes todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas na sede ou em filial da Companhia, conforme detalhado no comunicado de convocação.

Artigo 21 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 2º - O conselheiro que participar remotamente da reunião somente se considera presente se confirmar seus votos e manifestação por meio de declaração por escrito encaminhada ao Presidente do Conselho, ou seu substituto nos termos deste estatuto, por carta, telegrama, fax ou e-mail logo após o término da reunião. Uma vez recebida a manifestação, o Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto nos termos deste estatuto, ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do conselheiro que participou remotamente.

Artigo 22 - Além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou por este Estatuto, compete exclusivamente ao Conselho de Administração:

(i) aprovação do orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e das controladas ("Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações, e ainda aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos no aludido Plano Anual de Negócios;

(ii) a aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer acionista ou Parte Relacionada (conforme definição do parágrafo primeiro abaixo);

(iii) a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais), ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 31 de março de 2017;

(iv) a contratação, seja a Companhia credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações financeiras, em valor que exceda a R$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais), ajustado pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(v) autorização para celebração de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(vi) autorização para celebração de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(vii) alienação, oneração ou locação, pela Companhia, de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$1.000.000,00 (um milhão de Reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017;

(viii) concessão pela Companhia de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações que sejam assumidas no curso de seus negócios, com observância da Política de Alçadas referida na alínea (xxiii) abaixo;

(ix) contratação e substituição pela Companhia de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ter notória reputação internacional;

(x) eleição, reeleição, destituição e substituição dos Diretores Estatutários da Companhia;

(xi) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, incluindo a criação de planos de outorga de direitos sobre ações aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, nos termos do artigo 11 deste Estatuto Social;

(xii) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos pela Companhia em outras sociedades;

(xiii) realização de investimentos e aquisições de participações pela Companhia em outras sociedades;

(xiv) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(xv) fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia;

(xvi) emissões privadas de ações, até o limite do capital autorizado, bem como os termos e condições da emissão, inclusive, mas sem limitação, preço e condições de integralização;

(xvii) exercício do direito de voto pela Companhia, em relação às matérias enumeradas no artigo 15 acima e neste artigo, incluindo, mas sem limitação, eleição de administradores, membros do Conselho de Administração ou Diretores Estatutários, nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios, reuniões de Conselho de Administração ou alterações de contrato social de qualquer sociedade da qual a Companhia seja direta ou indiretamente acionista ou sócia;

(xviii) registro da Companhia como companhia aberta e demais matérias relacionadas às disposições e atendimento das condições de adesão à segmento especial de listagem que assegure níveis diferenciados de governança corporativa;

(xix) as emissões públicas de ações, até o limite do capital autorizado e quaisquer outras matérias relacionadas a ofertas públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja competência, por lei, seja atribuída ao Conselho de Administração;

(xx) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, independente de reforma estatutária, para subscrição particular ou

pública ou mediante a capitalização de lucros ou reservas com ou sem emissão de ações;

(xxi) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade à Companhia por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras, nos termos do parágrafo segundo deste artigo;

(xxii) aprovação da abertura e encerramento, no exterior, de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia;

(xxiii) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que a Companhia estará legalmente obrigada, bem como a forma pela qual a Companhia deverá se fazer representar ("Política de Alçadas"), a qual será levada a registro na Junta Comercial competente;

(xxiv) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 deste Estatuto Social;

(xxv) deliberar sobre operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, bem como da forma de realização, e celebrados exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*), observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

(xxvi) definir lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica, para fins de apuração do valor econômico, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, conforme disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 deste Estatuto Social.;

(xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sore os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as

informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xxviii) deliberar sobre a criação e sobre quaisquer futuras alterações do Código de Conduta da Companhia, o qual estabelecerá valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a companhia se relacione, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(xxix) fiscalizar a gestão dos Diretores Estatutários, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

(xxx) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração;

(xxxi) constituir, instalar e dissolver comitês de assessoramento, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento;

(xxxii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas situações previstas na legislação e neste Estatuto Social;

(xxxiii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria Estatutária e as demonstrações financeiras da Companhia;

(xxxiv) avocar e decidir sobre qualquer matéria ou assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária;

(xxxv) autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e com instrumentos financeiros referenciados às ações de emissão da Companhia, observada legislação aplicável;

(xxxvi) autorizar a alienação e o cancelamento de ações em tesouraria.

Parágrafo 1º – Para os fins deste Estatuto, "Parte Relacionada" significa (i) qualquer Membro da Família do acionista; (ii) qualquer Afiliada do acionista; e (iii) no caso de acionista que seja Fundo de Investimento, seus quotistas e seu administrador e/ou gestor, ou qualquer de suas Afiliadas. Ainda, para os fins deste Estatuto Social, "Afiliada" significa qualquer pessoa ou sociedade que, direta ou indiretamente, controle ou

seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer acionista, tendo "Controle" e suas variações, o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas assembleias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante; e "Membros de Família" significa, em relação a uma pessoa natural, seus pais, seu cônjuge, seus ascendentes e descendentes diretos, irmãos e colaterais até o 2º (segundo) grau, nos termos da Deliberação CVM 642/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 05.

Parágrafo 2º - A Companhia não se obriga pela assunção de compromissos ou obrigações que envolvam lucros cessantes, danos emergentes; danos indiretos e perdas financeiras, exceto se expressamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A aprovação, pelo Conselho de Administração das operações previstas no item (xxv) deste artigo dependerá de prévia proposta da Diretoria Estatutária da Companhia, identificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (*hedge*); (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e (iv) eventuais informações adicionais solicitadas pelo Conselho de Administração, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade.

Artigo 23 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e previstas neste Estatuto:

(a) coordenar as atividades Conselho de Administração da Companhia;

(b) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral; e,

(c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Subseção III
Da Diretoria Estatutária

Artigo 24 - A Diretoria Estatutária será composta por 5 (cinco) Diretores Estatutários, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia de Informação ("TI"); (iii) Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional; (iv) Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores; e (v) Diretor Administrativo-Financeiro.

Parágrafo 1º - Os Diretores Estatutários serão indicados pelo Diretor Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração e devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria Estatutária não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores Estatutários.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor Estatutário, o Conselho de Administração deverá ser convocado para eleição de substituto em até 90 (noventa) dias contados da data em que for constatado o impedimento ou a vacância.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor Estatutário por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor Estatutário, suas atribuições e funções devem ser exercidas e desempenhadas por outro Diretor Estatutário, indicado por escrito pelo Diretor Presidente. Um Diretor Estatutário não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor Estatutário.

Parágrafo 6º - É permitido que um Diretor Estatutário acumule 1 (um) outro cargo na Diretoria da Companhia.

Parágrafo 7º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de Diretores Estatutários.

Artigo 25 - A Diretoria Estatutária reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações da Diretoria Estatutária constarão de atas lavradas no livro de Atas das Reuniões de Diretoria Estatutária e assinadas pelos Diretores Estatutários presentes.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria Estatutária serão realizadas na sede ou em filial da Companhia, conforme detalhado no comunicado de convocação.

Artigo 26 - Compete ao Diretor Presidente, além das atribuições próprias a seu cargo e as demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria Estatutária, promover o desenvolvimento das atividades da Companhia como um todo e reportar sua atuação ao Conselho de Administração;

(b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária;

(c) definição a respeito da abertura e encerramento, no Brasil, de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia; e

(d) constituir, em conjunto com outro Diretor Estatutário, procuradores, de acordo com o disposto no artigo 32, parágrafo 3º abaixo.

Artigo 27 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de TI, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de TI da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de negócio de TI da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de TI ao Conselho de Administração e ao Diretor Presidente.

Artigo 28 - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) fazer a supervisão geral das atividades de recursos humanos, desenvolvimento e organização;

(b) promover o desenvolvimento dos colaboradores da Companhia; e

(c) controlar e processar a folha de salários e encargos sociais da organização em linha com os requerimentos legais vigentes.

Artigo 29 - Compete ao Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, à BM&FBOVESPA, Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e à BM&FBOVESPA, bem como observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado informações relevantes relativas à Companhia e seus negócios, na forma exigida em lei;

(c) manter atualizado o registro de companhia aberta; e

(d) reportar sobre a realização das atividades de relações com investidores ao Conselho de Administração e ao Diretor Presidente.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, fiscal e

financeira; e

(c) propor alternativas de financiamento e aprovar as condições financeiras dos negócios da Companhia.

Artigo 31 - Compete aos Diretores Estatutários, de forma conjunta:

(a) administrar e gerir os negócios da Companhia;

(b) rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios e as modernas técnicas de administração;

(c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria Estatutária, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados do exercício anterior, conforme aplicável; e

(e) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração as informações financeiras trimestrais da Companhia e suas controladas.

Artigo 32 - A representação da Companhia será realizada na forma descrita neste artigo.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente a representação geral da Companhia, em juízo ou fora dele, competindo-lhe assegurar o respeito às leis vigentes e à política e objetivos estabelecidos pelas autoridades governamentais, bem como à orientação geral estabelecida e às deliberações da Assembleia Geral, competindo-lhe, ainda, dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária.

Parágrafo 2º - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita mediante a assinatura conjunta de 1 (um)

Diretor Estatutário e 1 (um) procurador ou, ainda, de 2 (dois) procuradores, de acordo com a Política de Alçadas devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores Estatutários em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para substabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia. Na ausência do Diretor Presidente, as procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Administrativo Financeiro em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação.

Parágrafo 4º - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor Estatutário, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Artigo 33 – As reuniões da Diretoria Estatutária serão convocadas na forma do artigo 25 acima, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos que compõem o corpo de diretores estatutários, incluindo-se obrigatoriamente o voto do Diretor Presidente, tendo o Diretor Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 34 - Sempre que instalado, o Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais, ou por proposta da administração.

Parágrafo 2º - Cada período de funcionamento Conselho Fiscal termina na primeira Assembleia Geral ordinária após a sua instalação.

Parágrafo 3º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Parágrafo 4º - A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 35 - O exercício social corresponde ao ano civil e se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Companhia deve elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto na lei e neste Estatuto.

Parágrafo 3º - Os resultados apurados no exercício social terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) provisão para pagamento dos tributos sobre o lucro;
(b) absorção de prejuízos, se existirem;
(c) do saldo remanescente do resultado do exercício após os itens (a) e (b), se houver, devem ser deduzidas, sucessivamente e nesta

ordem, as participações de debêntures, de empregados e de administradores; e

(d) após as deduções de (a) a (c), conforme aplicável, do restante, denominado "lucro líquido": (i) 5% (cinco por cento) será destinado para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) haverá o pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 36 deste Estatuto e na lei; e (iii) o saldo remanescente, se houver, será distribuído como dividendos além dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 36 deste Estatuto, exceto em caso de retenção prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma da Lei nº 6.404/76.

Artigo 36 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

(a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Ata da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar

a sua distribuição, salvo se outro prazo for deliberado pelos acionistas na referida Assembleia.

Parágrafo 5º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos a contar da data em que tais dividendos foram colocados à disposição dos acionistas prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 6º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria Estatutária de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37 - Na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 38 - A oferta pública referida no artigo 37 deste Estatuto também deverá ser efetivada:

(a) nas hipóteses de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou,

(b) nas hipóteses de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39 - Aquele que adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 deste Estatuto Social; e

(b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em mercado administrado pela BM&FBOVESPA nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma cabendo à BM&BOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 40 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, nos termos do artigo 44 deste Estatuto Social.

Artigo 41 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela admitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 44, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42 – Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à

realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo 1º - A referida assembleia geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, os quais, presentes na assembleia deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Parágrafo 2º - Na ausência da definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votarem favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 43 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação da oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor económico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 44 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º - O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações previstas no caput desse artigo.

Parágrafo 2º - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações previstas no caput.

Parágrafo 3º - Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar assembleia geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo 4º - Caso a assembleia geral mencionada no Parágrafo 2º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida assembleia geral deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações previstas no caput, os quais presentes na

assembleia deverão assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 44 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 40, 41, 42 e 43 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 45 - A Companhia não registrará: (a) qualquer transferência de ações para o Comprador do controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores; e (b) acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 46 - É facultada a efetivação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas no Capítulo V deste Estatuto, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 47 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA ARBITRAGEM

Artigo 48 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 49 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como instalar o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 50 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na

sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 51 - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 52 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

Artigo 53 - As disposições constantes dos Capítulos V e VI, bem como as regras constantes dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, parágrafos 3º e 4º do artigo 18 e dos itens (xxvi), (xvii) e (xviii) do artigo 22 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, assim como a disposição constante do item (e) do parágrafo 1º do artigo 35 somente terá eficácia a partir da concessão do registro de companhia aberta, conforme pedidos a serem protocolados na CVM de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de março de 2017 e a elas estarão sujeitos a Companhia, os acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

Artigo 54 - Os termos iniciados em letra maiúscula e não definidos neste Estatuto Social têm os significados a eles atribuídos no Regulamento do Novo Mercado.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, Realizada em 19 de Abril de 2017, que Aprovou a Realização da Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES
CNPJ/MF nº 11.709.823/0001-07

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS realizada em 19 de abril de 2017	**MINUTES OF THE MEETING OF THE INVESTMENT COMMITTEE** held on April 19, 2017
DATA E HORA: Aos 19 de abril de 2017, às 10:00 horas.	**DATE AND TIME:** April 19, 2017, at 10:00 a.m.
LOCAL/FORMA DE REALIZAÇÃO: Realizada por conferência telefônica, nos termos do Artigo 25, Parágrafo Quinto, do Regulamento do **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.709.823/0001-07 ("Regulamento" e "Fundo", respectivamente), sendo que os membros do Comitê de Investimentos entraram em consenso com relação aos procedimentos a serem adotados para realização da reunião pelo referido meio.	**PLACE/CARRYING OUT:** Held by conference call, in accordance with Article 25, Fifth Paragraph, of the Bylaws of **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, enrolled under CNPJ/MF # 11.709.823/0001-07 ("Bylaws" and "Fund", respectively), the members of the Investment Committee having agreed upon the procedures to be taken in order to carry out the meeting in such manner.
CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada devido à realização da reunião por meio de conferência telefônica com a participação da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos, nos termos do Artigo 25, Parágrafos Primeiro e Quinto, do Regulamento..	**CALL AND ATTENDANCE:** The call notice has been waived due to the attendance of all members of the Investment Committee to the conference call, pursuant to Article 25, First and Fifth Paragraphs, of the Bylaws.
COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Marcos Luciano de Oliveira Santos; Secretário(a): Marcelo Moreira de Sousa.	**BOARD:** Chairman: Marcos Luciano de Oliveira Santos; Secretary: Marcelo Moreira de Sousa.
ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Investimentos deliberaram, por unanimidade e sem qualquer restrição:	**AGENDA AND RESOLUTIONS:** The members of the Investment Committee, unanimously and with no reservation, have resolved to:
(i) aprovar a alienação pelo Fundo até a totalidade das ações ordinárias de emissão da **TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.** (CNPJ/MF 07.073.027/0001-53) ("Companhia") detidas pelo Fundo, em oferta pública de distribuição secundária em mercado de	**(i)** approve the sale by the Fund of up to all common stock issued by **TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.** (CNPJ/MF 07.073.027/0001-53) ("Company") held by the Fund, in a public offering in the Brazilian secondary market in non-organized over-the-counter

balcão não organizado no Brasil, nos termos da Instrução CVM nº 400, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior para investidores estrangeiros ("Oferta Pública"), conforme preço a ser determinado em processo de *bookbuilding*;	market, in accordance with CVM Instruction 400, as ammended ("**CVM Instruction 400**"), and other applicable legal provisions, with placement efforts abroad for foreign investors ("**Public Offering**"), at the price to be detemined by a bookbuilding process;
(ii) aprovar a prática de todos e quaisquer atos, no Brasil e/ou no exterior, necessários à realização da Oferta Pública, incluindo, sem limitação:	**(ii)** approve the practice of all and any acts, in Brazil and/or abroad, necessary for the Public Offering, including but not limited to:
a) o pedido de registro da oferta pública, de abertura de capital da Companhia, a sua entrada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA e a reforma de seu estatuto social de forma a adequá-lo às disposições exigidas pela BM&FBOVESPA; b) a contratação de assessores, instituições distribuidoras e agente(s) de estabilização; c) o empréstimo, pelo Fundo, de ações ordinárias de emissão da Companhia para fins de estabilização do preço de tais ações na BM&FBOVESPA; d) o pagamento dos respectivos custos e despesas; e) o comparecimento e voto em assembleias gerais da Companhia e a assinatura de quaisquer documentos necessários e correlatos às deliberações aprovadas; f) a celebração dos documentos da oferta ("**Documentos da Oferta**"), incluindo, sem limitação: pedido de registro da Oferta Pública na CVM, prospecto (preliminar e definitivo), anúncios e avisos, contrato de coordenação e colocação de ações; contrato de prestação de serviços de estabilização de preço de ações; contrato de empréstimo de ações; contrato de participação no Novo Mercado; declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400; *placement facilitation agreement* (incluindo modelo de *lock-up letter*); *services process agent agreement*; e *offering memorandum;*	a) the request for the Public Offering registration, the Company's going public, its listing in the BM&FBOVESPA's Novo Mercado and the amendment of its bylaws so as to adapt it to the provisions required by BM&FBOVESPA; b) the engagement of assessores, placing agents and stabilization agent(s); c) the loan, by the Fund, of common stock issued by the Company for purposes of stabilization of the price of said common stock at BM&FBOVESPA (Brazilian stock exchange); d) the payments of the respective costs and expenses; e) the attendance and voting in the Company's shareholders meetings and the execution of any documents necessary or related to the approved resolutions; f) the execution of the offering documents ("**Offering Documents**"), including but not limited to: request for offering registration with CVM, prospectus (preliminary and definitive), public announcements and notices, *contrato de coordenação e colocação de ações*; *contrato de prestação de serviços de estabilização de preço de ações*; *contrato de empréstimo de ações*; *Novo Mercado* Listing Agreement; representation under the terms of article 56 of CVM Instruction 400; placement facilitation agreement (including Lock-up Letter form); services process agent agreement; and offering memorandum;

(iii) autorizar a Administradora a, em nome do Fundo e observadas eventuais restrições regulatórias, tomar as medidas necessárias à implementação das deliberações acima.	**(iii)** authorize the Administrator to, on behalf of the Fund and subject to any regulatory restrictions, take the necessary measures for the implementation of the resolutions above.
DECLARAÇÕES E GARANTIAS: Os membros do Comitê de Investimentos, por unanimidade e sem ressalvas:	**REPRESENTATIONS AND WARRANTIES:** The members of the Investment Committee, unanimously and without reservations:
(i) declaram ter conhecimento técnico suficiente para entender as matérias objeto das deliberações ora aprovadas, bem como seus riscos;	(i) declare that they have sufficient technical knowledge to understand the matters submitted to their decision and approved, as well as the inherent risks;
(ii) comprometem-se a analisar atentamente todos os Documentos da Oferta, bem como os documentos relativos ao registro da Companhia como companhia aberta, até a efetiva concessão do registro da Oferta Pública, sempre zelando pelos interesses do Fundo;	(ii) undertake to carefully review all Offering Documents, as well as the documents relative to the registration of the Company as a publicly traded corporation, until the registration of the Public Offering, always in the Fund's best interests;
(iii) declaram que as matérias objeto das deliberações acima foram integralmente analisadas de forma independente;	(iii) declare that the matters decided upon have been fully and independently analyzed;
(iv) declaram que a implementação das deliberações ora aprovadas: (a) não viola ou conflita com qualquer disposição do Regulamento; (b) não viola ou conflita com qualquer disposição contratual, estatuto, norma, legislação, regulamentação, ordem, decisão, determinação ou decreto de qualquer autoridade governamental aplicável ao Fundo e/ou à Companhia; e (c) não resultará em violação ou quebra de qualquer licença, permissão, escritura, contrato ou outro instrumento do qual Fundo e/ou a Companhia seja parte ou por meio do qual o Fundo e/ou a Companhia ou qualquer de seus respectivos ativos estejam vinculados;	(iv) declare that the implementation of the resolutions approved hereby: (a) does not violate and is not contrary to any provisions of the Bylaws; (b) does not violate and is not contrary to any provisions set forth by any contract, bylaws, statutes, rule, law, regulation, order, decision, writ or decree of any government authority applicable to the Fund and/or the Company; and (c) will not result in the violation or breach of any license, permission, deed, contract or other document to which the Fund and/or the Company is a party or by which the Fund and/or the Company or any of their assets are bound;
(v) declaram que a implementação das deliberações ora aprovadas está integralmente de acordo com as disposições aplicáveis ao Fundo, incluindo, sem limitação, as regras de governança corporativa e as	(v) declare that the implementation of the resolutions approved hereby is fully in compliance with the provisions applicable to the Fund, including, but not limited to, the corporate governance rules and the provisions regarding conflict of interests set forth by

disposições que tratam de conflitos de interesse constantes das Instruções CVM nº 391 e 578 e do Regulamento, não havendo necessidade de nenhuma aprovação adicional para a implementação das deliberações; e	CVM Instructions 391 and 578 and by the Bylaws, and no additional approval is necessary for the implementation of the resolutions; and
(vi) comprometem-se a indenizar, defender, isentar e manter a Administradora e seus administradores indenes de quaisquer responsabilidades e/ou perdas decorrentes das deliberações ora aprovadas e/ou dos Documentos da Oferta.	(vi) undertake to indemnify, defend, exempt and hold the Administrator and its directors and officers harmless from any liabilities and/or losses resulting from the resolutions approved hereby and/or the Offering Documents.
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa para lavratura da presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, foi transmitida por e-mail à totalidade dos membros do Comitê de Investimentos, para as providências previstas no Artigo 25, Parágrafo Quinto, item (ii), do Regulamento.	**CLOSING:** There being nothing further to be decided, the session was suspended for the preparation of theses minutes, which, after being read and approved, were transmitted by e-mail to all members of the Investment Committee, so that the arrangements set forth by Article 25, Fifth Paragraph, item (ii), of the Bylaws can be carried out.
São Paulo, 19 de abril de 2017.	São Paulo, April 19, 2017.

Marcos Luciano de Oliveira Santos
Presidente/Chairman

Marcelo Moreira de Sousa
Secretário(a)/Secretary

DECLARAÇÃO	DECLARATION
Eu, Jason Aaron Wright, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos do **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.709.823/0001-07 ("Fundo"), administrado por **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40 ("Administradora"), declaro, nesta data, que:	I, Jason Aaron Wright, in my capacity of member of the Investment Committee of **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, enrolled under CNPJ/MF 11.709.823/0001-07 ("Fund"), administered by **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, enrolled under CNPJ/MF 33.868.597/0001-40 ("Administrator"), hereby declare that:
(i) participei da Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, realizada em 19 de abril de 2017 ("Reunião"), por meio de conferência telefônica com os demais membros do Comitê de Investimentos e representantes da Administradora, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo;	(i) I have attended the Investment Committee's Meeting of the Fund held on April 19, 2017 ("Meeting"), by conference call with the other members of the Investment Committee and representatives of the Administrator, in accordance with the Fifth Paragraph of Article 25 of the Fund's Bylaws;
(ii) em cumprimento ao item (i) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, expressei a minha concordância com os demais membros do Comitê de Investimentos quanto aos procedimentos que foram adotados para a realização da Reunião; e	(ii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (i), of the Fund's Bylaws, I have agreed with the other members of the Investment Committee on the procedures adopted for the Meeting; and
(iii) em cumprimento ao item (ii) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, recebi por e-mail a ata da Reunião, a qual li, assinei e enviarei, juntamente com a presente Declaração, à Administradora e aos demais membros do Comitê de Investimentos.	(iii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (ii), of the Fund's Bylaws, I have received by e-mail the minutes of the Meeting, which I have read, signed and will send it, along with the present Declaration, to the Administrator and the other members of the Investments Committee.
19 de abril de 2017.	April 19, 2017.

Jason Aaron Wright

DECLARAÇÃO	DECLARATION
Eu, Alexandre de Souza Pellegrini, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos do **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.709.823/0001-07 ("Fundo"), administrado por **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40 ("Administradora"), declaro, nesta data, que:	I, Alexandre de Souza Pellegrini, in my capacity of member of the Investment Committee of **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, enrolled under CNPJ/MF 11.709.823/0001-07 ("Fund"), administered by **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, enrolled under CNPJ/MF 33.868.597/0001-40 ("Administrator"), hereby declare that:
(i) participei da Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, realizada em 19 de abril de 2017 ("Reunião"), por meio de conferência telefônica com os demais membros do Comitê de Investimentos e representantes da Administradora, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo;	(i) I have attended the Investment Committee's Meeting of the Fund held on April 19, 2017 ("Meeting"), by conference call with the other members of the Investment Committee and representatives of the Administrator, in accordance with the Fifth Paragraph of Article 25 of the Fund's Bylaws;
(ii) em cumprimento ao item (i) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, expressei a minha concordância com os demais membros do Comitê de Investimentos quanto aos procedimentos que foram adotados para a realização da Reunião; e	(ii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (i), of the Fund's Bylaws, I have agreed with the other members of the Investment Committee on the procedures adopted for the Meeting; and
(iii) em cumprimento ao item (ii) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, recebi por e-mail a ata da Reunião, a qual li, assinei e enviarei, juntamente com a presente Declaração, à Administradora e aos demais membros do Comitê de Investimentos.	(iii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (ii), of the Fund's Bylaws, I have received by e-mail the minutes of the Meeting, which I have read, signed and will send it, along with the present Declaration, to the Administrator and the other members of the Investments Committee.
19 de abril de 2017.	April 19, 2017.

Alexandre de Souza Pellegrini

DECLARAÇÃO	DECLARATION
Eu, Ashish Vilas Karandikar, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos do **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.709.823/0001-07 ("Fundo"), administrado por **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40 ("Administradora"), declaro, nesta data, que:	I, Ashish Vilas Karandikar, in my capacity of member of the Investment Committee of **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, enrolled under CNPJ/MF 11.709.823/0001-07 ("Fund"), administered by **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, enrolled under CNPJ/MF 33.868.597/0001-40 ("Administrator"), hereby declare that:
(i) participei da Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, realizada em 19 de abril de 2017 ("Reunião"), por meio de conferência telefônica com os demais membros do Comitê de Investimentos e representantes da Administradora, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo;	(i) I have attended the Investment Committee's Meeting of the Fund held on April 19, 2017 ("Meeting"), by conference call with the other members of the Investment Committee and representatives of the Administrator, in accordance with the Fifth Paragraph of Article 25 of the Fund's Bylaws;
(ii) em cumprimento ao item (i) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, expressei a minha concordância com os demais membros do Comitê de Investimentos quanto aos procedimentos que foram adotados para a realização da Reunião; e	(ii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (i), of the Fund's Bylaws, I have agreed with the other members of the Investment Committee on the procedures adopted for the Meeting; and
(iii) em cumprimento ao item (ii) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, recebi por e-mail a ata da Reunião, a qual li, assinei e enviarei, juntamente com a presente Declaração, à Administradora e aos demais membros do Comitê de Investimentos.	(iii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (ii), of the Fund's Bylaws, I have received by e-mail the minutes of the Meeting, which I have read, signed and will send it, along with the present Declaration, to the Administrator and the other members of the Investments Committee.
19 de abril de 2017.	April 19, 2017.

A.V. Karandikar

Ashish Vilas Karandikar

DECLARAÇÃO	DECLARATION
Eu, Marcelo Mourão Silva, na qualidade de membro do Comitê de Investimentos do **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 11.709.823/0001-07 ("Fundo"), administrado por **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.868.597/0001-40 ("Administradora"), declaro, nesta data, que:	I, Marcelo Mourão Silva, in my capacity of member of the Investment Committee of **APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, enrolled under CNPJ/MF 11.709.823/0001-07 ("Fund"), administered by **CITIBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, enrolled under CNPJ/MF 33.868.597/0001-40 ("Administrator"), hereby declare that:
((i) participei da Reunião do Comitê de Investimentos do Fundo, realizada em 19 de abril de 2017 ("Reunião"), por meio de conferência telefônica com os demais membros do Comitê de Investimentos e representantes da Administradora, nos termos do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo;	(i) I have attended the Investment Committee's Meeting of the Fund held on April 19, 2017 ("Meeting"), by conference call with the other members of the Investment Committee and representatives of the Administrator, in accordance with the Fifth Paragraph of Article 25 of the Fund's Bylaws;
(ii) em cumprimento ao item (i) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, expressei a minha concordância com os demais membros do Comitê de Investimentos quanto aos procedimentos que foram adotados para a realização da Reunião; e	(ii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (i), of the Fund's Bylaws, I have agreed with the other members of the Investment Committee on the procedures adopted for the Meeting; and
(iii) em cumprimento ao item (ii) do Parágrafo Quinto do Artigo 25 do Regulamento do Fundo, recebi por e-mail a ata da Reunião, a qual li, assinei e enviarei, juntamente com a presente Declaração, à Administradora e aos demais membros do Comitê de Investimentos.	(iii) in compliance with Article 25, Fifth Paragraph, item (ii), of the Fund's Bylaws, I have received by e-mail the minutes of the Meeting, which I have read, signed and will send it, along with the present Declaration, to the Administrator and the other members of the Investments Committee.
19 de abril de 2017.	April 19, 2017.

Marcelo Mourão Silva

Marcelo Mourão Silva

Declaração da Companhia nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") e de titularidade de: (i) **APX Brazil Fundo de Investimento em Participações**, fundo de investimento em participações, constituído na forma da Instrução CVM 555, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.709.823/0001-07, representado pelo seu administrador, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.868.597/0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de investimentos, conforme Ato Declaratório nº 1.223, de 08 de janeiro de 1990 ("Acionista Controlador"); (ii) **Luiz Roberto Novaes Mattar**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 757.627.4 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 072.672.558-76, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Luiz"); (iii) **Paulo Sergio Carvalho de Freitas**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 480.103.91 (SSP-RJ), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 713.295.957-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Paulo"); (iv) **Tatiana Silva Lorenzi**, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 308.648.3 (SSP-SC), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 016.290.749-42, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Tatiana"); (v) **Carlos Renato Gazaffi**, brasileiro, casado, cientista da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 423.089.079 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 296.033.608-99, residente e domiciliado no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Carlos"); (vi) **André Guimarães Frederico**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 285.313.253 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 296.876.988-02, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("André"); (vii) **Valdinei Donizete Cornatione**, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº 133.698.99 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 064.495.588-06, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Valdinei");(viii) **José Eduardo Ometto Alberto**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 924.854.2-X (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 051.907.438-61, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida

das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("José");(ix) **Orlando Silva Pereira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 124.087.56 (SSP-BA), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 022.454.648-18, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Orlando"); (x) **Alexandre Ferreira da Silva**, brasileiro, divorciado, profissional da área de tecnologia elétrica, portador da Cédula de Identidade RG nº 204.982.95 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 125.962.838-83, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Alexandre"); (xi) **Fabiano Agante Droguetti**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 228.544.051 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 120.730.288-02, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Fabiano", em conjunto com o Luiz, o Paulo, a Tatiana, o Carlos, o André, o Valdinei, o José, o Orlando e o Alexandre, "Acionistas Vendedores Pessoas Físicas" e, quando em conjunto com o Acionista Controlador, os "Acionistas Vendedores"), a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

TIVIT

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

A Companhia declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações e da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, a Instrução CVM 400.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

Nome: **Luiz Roberto Novaes Mattar**
Cargo: **Diretor Presidente**

Nome: **André Guimarães Frederico**
Cargo: **Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declaração dos Acionistas Vendedores nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações constituído na forma da Instrução CVM 555, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.709.823/0001-07, representado pelo seu administrador, Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Avenida Paulista, nº 1111, 2º andar, inscrita no CPJ/MF sob o nº 33.868.597/ 0001-40, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos, conforme Ato Declaratório nº 1.223 de, de 8 de janeiro de 1990 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

TIVIT

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

Marcos Luciano de O.Santos
CPF:002.094.033-57
RG:2001002285664

Roberto Paolino

APX BRAZIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Por:

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA, brasileiro, divorciado, profissional da área de tecnologia elétrica, portador da Cédula de Identidade RG nº 204.982.95 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 125.962.838-83, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

TIVIT

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1° do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ANDRÉ GUIMARÃES FREDERICO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 285.313.253 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 296.876.988-02, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

ANDRÉ GUIMARÃES FREDERICO

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

CARLOS RENATO GAZAFFI, brasileiro, casado, cientista da computação, portador da Cédula de Identidade RG nº 423.089.079 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 296.033.608-99, residente e domiciliado no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1° do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

CARLOS RENATO GAZAFFI

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

FABIANO AGANTE DROGUETTI, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 228.544.051 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 120.730.288-02, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

FABIANO AGANTE DROGUETTI

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JOSÉ EDUARDO OMETTO ALBERTO, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 924.854.2-X (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 051.907.438-61, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

TIVIT

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO OMETTO ALBERTO

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

LUIZ ROBERTO NOVAES MATTAR, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 757.627.4 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 072.672.558-76, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

LUIZ ROBERTO NOVAES MATTAR

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ORLANDO SILVA PEREIRA, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 124.087.56 (SSP-BA), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 022.454.648-18, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, sala B, Jardim Dom Bosco, CEP 04757-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

ORLANDO SILVA PEREIRA

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

PAULO SERGIO CARVALHO DE FREITAS, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 480.103.91 (SSP-RJ), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 713.295.957-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

PAULO SERGIO CARVALHO DE FREITAS

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

TATIANA SILVA LORENZI, brasileira, casada, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 308.648.3 (SSP-SC), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 016.290.749-42, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

TATIANA SILVA LORENZI

TIVIT

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

VALDINEI DONIZETE CORNATIONE, brasileiro, casado, matemático, portador da Cédula de Identidade RG nº 133.698.99 (SSP-SP), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 064.495.588-06, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Avenida das Nações Unidas, nº 8501, 9º andar, CEP 05423-110, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, CEP 04757-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.073.027/0001-53, ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") a ser realizado no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco J.P. Morgan S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. (em conjunto, "Coordenadores da Oferta") instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a investidores não institucionais, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(C) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

TIVIT

(E) a companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do parágrafo 1º do art. 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

VALDINEI DONIZETE CORNATIONE

Declaração do Coordenador Líder nos Termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CREDIT SUISSE

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

O **Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.**, instituição financeira com endereço na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 700, 10º (parte) e 12º a 14º andar (partes), Itaim Bibi, CEP 04542-000, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.987.793/0001-33, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da **TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A** ("Ações" e "Companhia", respectivamente) e de titularidade dos Acionistas Vendedores, identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Prospecto Preliminar"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em abril de 2017 ("Auditoria"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Prospecto Definitivo");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos referidos no item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores;

(F) a Companhia e o Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

CREDIT SUISSE Depto. Jurídico

CREDIT SUISSE

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, 08 de setembro de 2017.

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Nome: **Leonardo Raibin**
Cargo: **DIRETOR**

Nome: **Marcelo Augusto Ramos**
Cargo: **DIRETOR**

CREDIT SUISSE Depto. Jurídico

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("TIVIT") vem submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Informações Financeiras Intermediárias, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2017 ("1º semestre de 2017", "1S17") e 30 de junho de 2016 ("1º semestre de 2016", "1S16"), acompanhadas das notas explicativas.

Apresentação

A TIVIT é líder em serviços integrados de Tecnologia na América Latina.

Com presença em sete países da região, a partir dos quais presta serviços para 35 países do mundo, a empresa é reconhecida por fazer a gestão de operações críticas com agilidade, segurança e flexibilidade.

A TIVIT entende profundamente os desafios de negócio dos seus clientes. Além disso, a Companhia faz a gestão de operações estratégicas e vitais de seus clientes, garantindo alta disponibilidade e segurança da informação.

Presente no mercado há 18 anos e com um portfólio único de soluções, a TIVIT transforma o dinamismo e a complexidade da tecnologia por meio de suas três linhas de serviços: *IT Services, Cloud Solutions e Digital Business*.

Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2016, foi concretizada a reorganização societária, com a cisão completa dos negócios de Business Process Outsourcing (BPO) do restante das operações da TIVIT e criação da empresa NeoBPO. Com a cisão, ambas as companhias passaram a ter estratégia, gestão e plano de investimentos independentes, focados em impulsionar o crescimento de ambos os negócios e gerar valor para seus clientes, funcionários e acionistas.

Desempenho operacional e financeiro

No primeiro semestre de 2017, a Receita Líquida de Serviços cresceu 5,1% comparada com o mesmo período no ano anterior, alcançando R$720,3 milhões. Em moeda local, com taxas de câmbio constantes, a receita do primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 cresceu 7,4%. A Diretoria da Companhia esclarece que tal evolução é decorrente principalmente da conquista de contratos de novos clientes de Cloud Solutions

e IT Services que contribuiu com R$34,5 milhões de receita adicional. O restante da variação decorre da flutuação de volume e preço da base de clientes existente.

O custo de serviços prestados do primeiro semestre de 2017 foi reduzido em 1,4%, alcançando R$548,3 milhões. A Diretoria da Companhia entende que a variação favorável decorre da captura adicional de sinergias na Synapsis (R$18,9 milhões de reduções de custos no primeiro semestre de 2017 em relação ao despendido no primeiro semestre de 2016) provenientes da sua aquisição ocorrida no final de 2014. Tal variação favorável foi parcialmente compensada pela variação de outros custos no Brasil que cresceram R$6,4 milhões.

A margem bruta da Companhia passou de 18,9% no primeiro semestre de 2016 para 23,9% no primeiro semestre de 2017, conforme demonstrado na análise vertical da demonstração do resultado do exercício. A Diretoria da Companhia entende que a melhoria de margem é explicada pela captura adicional de sinergias provenientes da aquisição da Synapsis além da produtividade operacional alcançada nos serviços de IT Services.

As despesas de vendas do primeiro semestre de 2017 totalizaram R$16,2 milhões, comparadas com R$15,9 milhões no mesmo período em 2016, representando um aumento de R$0,3 milhões. A Diretoria da Companhia entende que o aumento decorre da variação anual de salários pelo reajuste anual com incremento de despesas de R$0,8 milhões, sendo parcialmente compensada pela redução com outras despesas comerciais.

No primeiro semestre de 2017, as despesas gerais e administrativas aumentaram 9,8% quando comparadas com o mesmo período no ano anterior, alcançando R$61,2 milhões. A Diretoria da Companhia entende que o incremento de R$5,4 milhões foi causado por gastos de R$1,5 milhões ocorridos no primeiro semestre de 2017, não recorrentes, gerados por conta da reorganização administrativa necessária após a cisão dos negócios de BPO (Business Process Outsourcing) ocorrida em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, ocorreram variações de R$1,9 milhões referentes a variações anuais de salários por acordo coletivo e R$1,8 milhões de aumento de custos de ocupação e serviços de terceiros.

O lucro operacional do primeiro semestre de 2017 alcançou R$94,7 milhões, com crescimento de 63% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal evolução foi gerada pelo crescimento das receitas recorrentes, pelas sinergias adicionais capturadas após a aquisição da Synapsis, implementação de programas de produtividade nas operações de IT Services, sendo parcialmente compensados adversamente pelos aumentos anuais de salários de vendas e pessoal administrativo.

As receitas financeiras do primeiro semestre de 2017 alcançaram R$2,7 milhões apresentando um crescimento de 42,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que as receitas financeiras da Companhia são capturadas pela aplicação em banco de primeira linha das disponibilidades eventuais de excesso de caixa. Ao final de junho de 2017, a Companhia apresentou saldos de caixa e equivalentes de

R$41,8 milhões que são investidos em aplicações de curto prazo em bancos de primeira linha trazendo receita financeira de juros.

As despesas financeiras do primeiro semestre de 2017 foram de R$39,8 milhões comparadas com R$35,0 milhões do primeiro semestre de 2016, representando um crescimento horizontal de 13,7%. A Diretoria da Companhia entende que tal crescimento decorre de despesas bancárias de R$ 0,8 milhão incorridas na quitação dos contratos existentes e na contratação de novos empréstimos e financiamentos no primeiro trimestre e pela variação desfavorável de taxas de juros dos mercados do Brasil e Colombia.

A variação cambial líquida de R$9,9 milhões do primeiro semestre de 2017 deriva da flutuação desfavorável dos empréstimos contraídos em moeda estrangeira do Chile e Colômbia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos alcançaram R$19,8 milhões no primeiro semestre de 2017, com crescimento horizontal de 22,8% em relação ao mesmo período no ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal variação decorre principalmente do crescimento do lucro antes do imposto de renda do período.

O Lucro Líquido do Período das Operações Continuadas totalizou R$27,9 milhões no primeiro semestre de 2017, apresentando crescimento de 35% em comparação com o semestre encerrado em 30 de junho de 2016. A Diretoria da Companhia entende que tal crescimento se deve ao crescimento de novos contratos com receitas recorrentes, pelas sinergias adicionais capturadas após a aquisição da Synapsis, implementação de programas de produtividade nas operações de IT Services, sendo parcialmente compensados adversamente pelas variações anuais de salários.

O LAJIDA (EBITDA) ajustado atingiu R$ 171,9 milhões (23,9% da Receita Operacional Líquida), refletindo o avanço do resultado operacional e acompanhado de crescente produtividade em nossas operações.

A seguir apresentamos a conciliação do LAJIDA (EBITDA) e do LAJIDA (EBITDA) ajustado das operações continuadas:

(R$ mil)	1 S17	1 S16	%
Lucro líquido do período das operações continuadas	27.882	20.658	35%
Depreciação e Amortização	74.093	70.200	6%
Resultado financeiro líquido	46.966	21.259	121%
Imposto de renda e contribuição social	19.835	16.158	23%
LAJIDA (EBITDA)	**168.776**	**128.275**	**32%**
Despesas com reestruturação e reorganização	1.499	-	-
Pagamento baseado em ações	1.661	872	90%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado	**171.936**	**129.147**	**33%**

Apresentamos abaixo as principais linhas do resultado que compõem o LAJIDA (EBITDA) e LAJIDA (EBITDA) ajustado:

(R$ mil)	1 S17	1 S16	%
Receita Operacional Líquida	720.334	685.475	5%
Custos dos Serviços Prestados	548.270	555.942	-1%
Lucro Bruto	**172.064**	**129.533**	**33%**
Despesas Operacionais	**77.381**	**71.458**	**8%**
Gerais e Administrativas	61.154	55.700	10%
Vendas e Marketing	16.227	15.883	2%
Outras Receitas (despesas) Operacionais	-	(125)	-100%
LAJIR (EBIT)	**94.683**	**58.075**	**63%**
Depreciação e Amortização	74.093	70.200	6%
LAJIDA (EBITDA)	**168.776**	**128.275**	**32%**
Despesas com reestruturação e reorganização	1.499	-	-
Pagamento baseado em ações	1.661	872	90%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado	**171.936**	**129.147**	**33%**
Margem LAJIDA (EBITDA) Ajustado	**23,9%**	**18,8%**	**27%**

De acordo com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA é a abreviação em língua inglesa do LAJIDA, que por sua vez pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Tivit declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de revisão dos auditores independentes e com as Informações Financeiras Intermediárias relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes é contratada pela Companhia para serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras e, para efeito da Instrução Normativa CVM 381, declaramos que no semestre findo em 30 de junho de 2017, não nos prestou quaisquer outros serviços que possam afetar a sua independência profissional.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

São Paulo, 31 de julho de 2017.

A Diretoria

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Trimestre Findo em 30 de Junho de 2017 e Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de julho de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011.609/O-8

Walmir Bolgheroni
Contador
CRC nº 1 SP 139.601/O-9

2017 SPO 2693 Vr Portcredora

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 30/06/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 30/06/2017	Consolidado 31/12/2016
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.081	84.837	41.763	101.762
Contas a receber	6	210.780	154.387	274.355	219.116
Contas a receber - partes relacionadas	20	19.224	3.470	18.779	3.241
Impostos a recuperar	8	21.476	21.553	39.582	37.127
Despesas antecipadas	7	13.077	15.515	20.131	22.484
Operações com "swap"	4.5	12.235	13.517	12.235	13.517
Depósitos judiciais	15	338	2.093	338	2.093
Outros créditos		38.314	13.370	41.099	16.418
Total dos ativos circulantes		341.525	308.742	448.282	415.758
NÃO CIRCULANTES					
Operações com "swap"	4.5	18.985	30.342	18.985	30.342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	5.617	7.530
Outros créditos		-	-	1.366	343
Contas a receber - partes relacionadas	20	-	12.422	-	12.422
Despesas antecipadas	7	1.671	4.220	1.671	4.220
Depósitos judiciais e garantias	15	9.426	7.247	19.205	16.720
Investimentos	11	146.860	138.487		-
Imobilizado	12	370.364	389.971	468.529	479.563
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.311.328	1.311.328	1.455.898	1.452.122
Outros intangíveis	10	149.414	130.672	169.809	154.767
Total dos ativos não circulantes		2.008.048	2.024.689	2.141.080	2.158.029
TOTAL DOS ATIVOS		2.349.573	2.333.431	2.589.362	2.573.787

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 30/06/2017	Controladora 31/12/2016	Consolidado 30/06/2017	Consolidado 31/12/2016
CIRCULANTES					
Fornecedores	13	83.576	56.590	114.561	91.723
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	109.495	359.163	205.396	454.513
Impostos a recolher	16	22.264	25.966	25.302	31.963
Salários e encargos sociais	17	91.598	85.327	105.009	103.140
Provisão para riscos e processos judiciais	15	2.547	8.272	2.954	9.681
Dividendos a pagar	19 b)	10.919	10.919	10.919	10.919
Demais contas a pagar		1.204	5.679	8.063	20.089
Total dos passivos circulantes		321.603	551.916	472.204	722.028
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	13	-	-	3.424	2.416
Provisão para riscos e processos judiciais	15	54.404	47.138	68.943	61.497
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	398.813	202.278	487.638	273.746
Impostos a recolher	16	10.874	10.340	10.971	10.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	218.036	202.927	218.036	202.927
Contas a pagar - partes relacionadas	20	21.341	20.990	-	-
Demais contas a pagar		8.842	14.555	12.486	17.546
Total dos passivos não circulantes		712.310	498.228	801.498	568.472
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	19.a)	1.065.455	1.065.455	1.065.455	1.065.455
Ações em tesouraria		(46.715)	(46.715)	(46.715)	(46.715)
Reservas de capital	19.c)	44.633	43.080	44.633	43.080
Reservas de lucros	19.b)	218.804	218.804	218.804	218.804
Lucros acumulados		27.882	-	27.882	-
Outros resultados abrangentes	19.d)	5.601	2.663	5.601	2.663
Total do patrimônio líquido		1.315.660	1.283.287	1.315.660	1.283.287
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.349.573	2.333.431	2.589.362	2.573.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Seis meses		Três meses		Seis meses		Três meses	
	explicativa	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	22	586.292	542.487	294.239	277.222	720.334	685.475	360.428	346.932
Custo dos serviços prestados	23	(448.684)	(435.808)	(222.075)	(217.415)	(548.270)	(555.942)	(271.282)	(274.517)
LUCRO BRUTO		137.608	106.679	72.164	59.807	172.064	129.533	89.146	72.415
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS									
Vendas	23	(15.200)	(14.775)	(7.395)	(7.339)	(16.227)	(15.883)	(7.903)	(7.874)
Gerais e administrativas	23	(44.174)	(37.372)	(22.345)	(18.993)	(61.154)	(55.700)	(30.916)	(28.028)
Resultado de equivalência patrimonial	23	5.085	(5.116)	1.618	(3.878)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	-	125	(5)	53	-	125	(5)	53
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		83.319	49.541	44.037	29.650	94.683	58.075	50.322	36.566
RESULTADO FINANCEIRO									
Receitas financeiras	24	2.315	1.014	1.084	130	2.741	1.923	1.220	481
Despesas financeiras	24	(33.082)	(27.042)	(18.402)	(14.257)	(39.834)	(35.020)	(21.741)	(18.261)
Resultado de variação cambial	24	(9.560)	11.955	(8.618)	11.026	(9.873)	11.838	(8.528)	8.499
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		42.992	35.468	18.101	26.549	47.717	36.816	21.273	27.285
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.d)	-	(652)	-	(636)	(2.632)	1.014	(1.916)	1.686
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.d)	(15.110)	(14.158)	(7.019)	(10.175)	(17.203)	(17.172)	(8.275)	(13.233)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		27.882	20.658	11.082	15.738	27.882	20.658	11.082	15.738
PREJUÍZO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	(9.045)	-	(5.168)	-	(9.045)	-	(5.168)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		27.882	11.613	11.082	10.570	27.882	11.613	11.082	10.570
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS									
LUCRO BÁSCIO POR AÇÃO - R$	27	0,31	0,13	0,12	0,17	0,31	0,13	0,12	0,17
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R$	27	0,30	0,11	0,12	0,17	0,30	0,11	0,12	0,17
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS									
LUCRO BÁSCIO POR AÇÃO - R$	27	0,31	0,23	0,12	0,18	0,31	0,23	0,12	0,18
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R$	27	0,30	0,23	0,12	0,17	0,30	0,23	0,12	0,17

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora				Consolidado			
	Seis meses		Três meses		Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.882	11.613	11.082	10.570	27.882	11.613	11.082	10.570
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES								
Outros resultados abrangentes que poderão ser reciclados posteriormente no resultado:								
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	3.286	(15.113)	4.886	(7.526)	3.286	(15.113)	4.886	(7.526)
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas que não serão liquidados	(348)	754	(414)	395	(348)	754	(414)	395
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	30.820	(2.746)	15.554	3.439	30.820	(2.746)	15.554	3.439

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R$)

					Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social		Ações em tesouraria	Ágio por incorporação	Reserva de benefícios a empregados liquidados com instrumentos de patrimônio	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.207.128		(46.715)	3.263	37.185	18.409	165.339	-	18.946	1.403.555
Resultado abrangente total:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	11.613	-	11.613
Outros resultados abrangentes	19.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.359)	(14.359)
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no período	26	-	-	-	-	1.572	-	-	-	-	1.572
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		1.207.128	-	(46.715)	3.263	38.757	18.409	165.339	11.613	4.587	1.402.381
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.065.455	-	(46.715)	3.263	39.817	20.708	198.096	-	2.663	1.283.287
Aumento de capital em 17 de abril de 2017	19 a)	40.639	(40.639)	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	27.882	-	27.882
Outros resultados abrangentes	19.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.938	2.938
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no período	26	-	-	-	-	1.553	-	-	-	-	1.553
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		1.106.094	(40.639)	(46.715)	3.263	41.370	20.708	198.096	27.882	5.601	1.315.660

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	27.882	11.613	27.882	11.613
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	59.636	68.532	74.093	84.059
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	535	692	698	869
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	11	1.017	11	1.201
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.110	10.854	17.203	13.868
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	2.894	10.789	1.968	10.870
Juros sobre empréstimos	24.952	25.763	30.603	32.105
Custo de financiamento reconhecido no resultado	340	774	340	774
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	11.580	30.488	11.580	30.488
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados	13.652	16.916	21.851	20.937
Plano de opção de ações	1.553	1.572	1.661	1.572
Variação cambial	991	(37.530)	1.304	(37.413)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.085)	5.116	-	-
Outros	-	-	-	10
	154.051	146.596	189.194	170.953
Variação de ativos e passivos:				
Aumento de contas a receber	(56.928)	(31.609)	(55.937)	(23.030)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	77	22.965	(2.455)	19.105
Aumento de depósitos judiciais e garantias	(424)	(1.457)	(424)	(1.457)
Redução (Aumento) de despesas antecipadas	4.987	(8.308)	4.902	(4.396)
(Aumento) Redução de outros créditos	(24.944)	(4.644)	(25.704)	(6.390)
Aumento (Redução) de fornecedores	23.645	(12.499)	20.505	(31.406)
Aumento de partes relacionadas	3	-	-	-
(Redução) Aumento de salários e encargos sociais	(7.381)	23.227	(19.982)	20.612
Redução de impostos a recolher	(3.168)	(1.962)	(6.030)	(3.380)
(Redução) Aumento das demais contas a pagar	(4.474)	(3.540)	(11.371)	3.475
Pagamento de provisão para riscos	(1.353)	(7.545)	(1.353)	(7.545)
Efeitos caixa em operações com "swap"	(9.624)	157	(9.624)	157
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	74.467	121.381	81.721	136.698
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Empréstimos para partes relacionadas	(2.318)	(3.219)	(2.102)	-
Pagamento de aquisição - One Cloud	-	(2.000)	-	(2.000)
Pagamento de "earn-out"	(5.715)	(5.604)	(5.715)	(5.604)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do intangível	(36.153)	(33.522)	(41.704)	(46.856)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(44.186)	(44.345)	(49.521)	(54.460)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimos	152.798	72.101	186.633	93.452
Pagamento de empréstimos e debêntures	(165.136)	(71.998)	(195.408)	(96.602)
Pagamento de "leasing"	(29.090)	(27.615)	(33.345)	(30.425)
Pagamento de juros sobre "leasing"	(9.277)	(5.733)	(10.251)	(7.186)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	(38.332)	(20.804)	(43.651)	(26.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(89.037)	(54.049)	(96.022)	(67.158)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	3.823	(1.249)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(58.756)	22.987	(59.999)	13.831
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	84.837	13.691	101.762	39.783
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	26.081	36.678	41.763	53.614
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(58.756)	22.987	(59.999)	13.831

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	686.579	977.098	820.674	1.120.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(672)	(692)	(844)	(869)
	685.907	976.406	819.830	1.119.335
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(117.525)	(174.874)	(168.361)	(236.682)
	(117.525)	(174.874)	(168.361)	(236.682)
VALOR ADICIONADO BRUTO	568.382	801.532	651.469	882.653
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciações e amortizações	(59.636)	(68.532)	(74.093)	(84.059)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	508.746	733.000	577.376	798.594
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	5.085	(5.116)	-	-
Receitas financeiras	2.315	38.544	2.741	39.336
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	516.145	766.428	580.117	837.930
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	315.817	528.268	367.933	580.750
Remuneração direta	251.256	413.315	298.677	465.231
Benefícios	45.006	79.299	49.701	79.865
FGTS	19.555	35.654	19.555	35.654
Impostos, taxas e contribuições	116.686	142.004	121.468	143.352
Federais	92.734	106.990	97.516	108.338
Estaduais	40	63	40	63
Municipais	23.912	34.951	23.912	34.951
Remuneração de capital de terceiros	55.760	84.543	62.835	102.215
Juros	42.642	64.490	49.707	72.467
Aluguéis	13.118	20.053	13.128	29.748
Lucros retidos do exercício	27.882	11.613	27.882	11.613
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	516.145	766.428	580.117	837.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, software e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (c) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (d) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (e) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (f) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (g) a participação em outras empresas, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização dessas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

Plano de gestão de liquidez para os próximos 12 meses

Em 30 de junho de 2017 o ativo e o passivo circulantes consolidados são de R$448.282 e R$ 472.204, respectivamente (R$415.758 e R$722.028, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016). Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o capital circulante líquido negativo apresentou uma melhora de R$282.348. Tal melhora decorre principalmente da conclusão do processo de substituição das obrigações de curto prazo por financiamentos de longa duração.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2017, a Companhia possui linhas de crédito pré-aprovadas com instituições financeiras no montante de R$652.200.

A Administração da Companhia afirma que, com as linhas de crédito pré-aprovadas mencionadas e com a geração de caixa estimada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não há incertezas significativas que coloquem dúvidas sobre a continuidade das operações da Companhia para os próximos 12 meses. Note-se que durante o semestre findo em 30 de junho de 2017 a Companhia colocou em prática o plano de alongamento de prazos de vencimento de contratos de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa 14.

Combinações de negócios

One Cloud

Em abril de 2016, a Companhia adquiriu a empresa One Cloud Tecnologia Ltda. - ME, que passou a ser conhecida como Tivit One Cloud Tecnologia Ltda. - ME ("One Cloud"). Esse investimento teve o intuito de melhor suportar o crescimento no mercado de computação em nuvem, visando à prestação de novos serviços e à ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

O ágio alocado na rubrica "Ágio na aquisição de investimentos" nas informações financeiras intermediárias consolidadas foi identificado conforme segue:

Valor total da contraprestação transferida	6.502
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(13)
Ágio	6.489

Tivit Paris

Em julho de 2016, a controlada Tivit Paris S.A.R.L. teve suas operações encerradas. Consequentemente, esse investimento foi baixado.

Cisão – "Business Process Outsourcing – BPO"

Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou sua reorganização societária, com o objetivo de segregar o negócio "Business Process Outsourcing – BPO" do restante das operações da Companhia e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus setores de atuação, a fim de impulsionar o crescimento de ambos. Essa cisão deu origem à empresa Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Neobpo") e resultará em maior eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como garantirá uma administração de modo mais eficiente, com foco específico nos seus negócios, com maior retorno para os acionistas da Companhia.

O acervo líquido cindido em 31 de dezembro de 2016 está assim representado:

	Acervo líquido
ATIVOS	
CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	15.000
Contas a receber	90.189
Despesas antecipadas	254
Depósitos judiciais	9.773
Outros créditos	5.571
Total dos ativos circulantes	120.787
NÃO CIRCULANTES	
Depósitos judiciais e garantias	11.323
Imobilizado	102.848
Intangível:	
Ágio na aquisição de investimentos	74.070
Outros intangíveis	8.376
Total dos ativos não circulantes	196.617
Total dos ativos	317.404

	Acervo líquido
PASSIVOS	
CIRCULANTES	
Fornecedores	19.355
Empréstimos, financiamentos e debêntures	39.392
Impostos a recolher	6.347
Salários e encargos sociais	46.359
Provisão para riscos e processos judiciais	9.564
Demais contas a pagar	1.767
Total dos passivos circulantes	122.784
NÃO CIRCULANTES	
Provisão para riscos e processos judiciais	8.147
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15.608
Impostos a recolher	19.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.456
Total dos passivos não circulantes	52.947
Total dos passivos	175.731
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO CINDIDO	141.673

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária ("CPC 21 (R1)") e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting" ("IAS 34"), emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR."

A Companhia optou por apresentar as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas contábeis e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de maio de 2017.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. O custo histórico geralmente se baseia no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem sejam razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.2. Critérios de consolidação

As seguintes empresas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia:

Empresa	Tipo de controle	Participação no capital social - % 30/06/2017	31/12/2016
Tivit USA LLC	Direto	100,00	100,00
Tivit One Cloud (*)	Direto	100,00	100,00
Synapsis Colômbia S.A.	Direto	0,03	0,03
Synapsis Argentina S.R.L	Direto	10,78	10,78
Synapsis SpA	Direto	100,00	100,00
Controladas indiretas através da Synapsis SpA:			
Synapsis Peru SRL	Indireto	100,00	100,00
Synapsis Colombia S.A.S.	Indireto	99,97	99,97
Synapsis Argentina S.R.L.	Indireto	89,22	89,22
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Indireto	100,00	100,00
Ecuasynap Cia. Ltda.	Indireto	100,00	100,00
Synapsis DC. S.A.S	Indireto	100,00	100,00
Synapsis Panamá S.A.	Indireto	100,00	100,00

(*) Adquirida em abril de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Conforme mencionado anteriormente, nas informações financeiras intermediárias individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas, foram utilizadas informações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às informações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora no patrimônio líquido e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas, são eliminados integralmente.

2.3. Moeda funcional

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. As informações financeiras individuais de cada controlada da Sociedade são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa são convertidos em reais, que é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica "Outros resultados abrangentes" nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido. As moedas funcionais de cada controlada ou controlada indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção a Tivit Paris e a Tivit USA, para as quais a moeda funcional é reais, por se tratarem de uma extensão das operações e atividades da Sociedade brasileira.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.4. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao período findo em 30 de junho de 2017

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas informações financeiras da Companhia. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1	Iniciativa de Divulgação
Alterações à IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2012-2014

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
IFRS 17	Contratos de Seguro (d)

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (e)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (e)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
IFRIC 23	Incertezas sobre tratamento fiscal – imposto de renda (c)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, com adoção antecipada permitida se tanto IFRS 9 e IFRS 15 tiverem sido também adotados.

(e) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

2.5. Reclassificações nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2016

Para fins de melhorias de apresentação, as informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2016 estão sendo reclassificadas para contemplar:

a) Reclassificação entre linhas nos montantes de R$7.128 (período de seis meses) e R$4.852 (período de três meses) do grupo "despesas financeiras" para "variação cambial líquida", controladora e consolidado, na nota explicativa 24; e

b) Reclassificação de R$6.500 entre atividade operacional e atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, decorrente de movimentações de transações relacionadas a empréstimos e a operação de "swap" que foram cindidas para a Neobpo.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediarias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Operação descontinuada (nota explicativa nº 21).
- Classificação de arrendamento mercantil (notas explicativas nº 12.1 e nº 12.2).

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua; entretanto, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

  A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas informações financeiras intermediárias.

- Avaliação de instrumentos financeiros

  São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

  São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

  Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 18).

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para verificar se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Aquisições de controladas

  A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e identifica os itens em que considera necessária a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo dos referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

  A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas nem foi identificada a necessidade de alteração na vida útil utilizada.

- Contratos de compra de ações

  A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseadas no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado no fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas no fim de cada exercício (vide nota explicativa nº 26).

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado, de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as políticas de alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração e previstas no estatuto da Companhia. A área de Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos e investimentos. Os principais instrumentos financeiros utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de “swaps”.

c) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e “swaps” detalhados nas notas explicativas nº14 e nº4, respectivamente, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 19).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão assim sumariados:

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Dívida (i)	(661.814)	(684.400)
Caixa e equivalentes de caixa	41.763	101.762
Dívida líquida	(620.051)	(582.638)
Patrimônio líquido	1.315.660	1.283.287
Índice de endividamento líquido	47,1%	45,4%

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, “swaps” e debêntures circulantes e não circulantes.

4.2. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

A exposição máxima de risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e “swaps” em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5, nº 6 e nº 4.5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação de suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam “rating” AAA, com base na agência de “rating” Fitch Ratings.

A base de clientes da Companhia é bastante concentrada e os dez principais clientes representam, respectivamente, 46,0% e 44,7% da receita bruta do trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017. As vendas a clientes, individualmente consideradas, representaram não mais que 12,3% e 11,7%, respectivamente, para o trimestre e semestre findo em 2017.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação da carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

4.3. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessários, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela de riscos de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos - “swap” - peso colombiano	8,25% a.a.		
De 3 meses a 1ano		42.506	41.105
De 1 a 5 anos		63.588	84.120
Total		106.094	125.225
Empréstimos - “swap” - peso chileno	6,88% a.a.		
De 3 meses a 1ano		17.409	16.954
De 1 a 5 anos		25.624	34.007
Total		43.033	50.961
Empréstimos - “swap” – CDI	CDI + 2,60% a.a.		
Menos de 1 mês		-	32.838
De 3 meses a 1 ano		-	95.686
De 1 a 5 anos		92.166	-
Total		92.166	128.524
Empréstimos - NCE	113% do CDI a.a.		
De 3 meses a 1 ano		6.967	56.914
De 1 a 5 anos		60.880	-
Total		67.847	56.914

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Controladora	
		30/06/2017	31/12/2016
Debêntures	CDI + 2,60% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		10.643	64.276
De 1 a 5 anos		98.304	-
Total		108.947	64.276
Arrendamento financeiro	114,09% do CDI a.a.		
Menos de 1 mês		12.451	9.001
De 1 a 3 meses		28.714	16.642
De 3 meses a 1 ano		67.936	51.600
De 1 a 5 anos		269.690	116.858
Total		378.791	194.101
Fornecedores	Não aplicável		
Menos de 1 mês		6.115	3.399
De 1 a 3 meses		172	10.051
De 3 meses a 1 ano		76.935	43.136
De 1 a 5 anos		-	1
		83.223	56.587
Vencidos		353	3
Dividendos:			
De 3 meses a 1 ano		10.919	10.919
Total		10.919	10.919
Demais contas a pagar:			
De 3 meses a 1 ano		1.204	5.679
De 1 a 5 anos		8.842	14.555
Total		10.046	20.234
Total		104.541	87.743

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos - “swap” - peso colombiano	8,25% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		42.506	41.105
De 1 a 5 anos		63.588	84.120
Total		106.094	125.225
Empréstimos - “swap” - peso chileno	6,88% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		17.409	16.954
De 1 a 5 anos		25.624	34.007
Total		43.033	50.961
Empréstimos - “swap” - CDI	CDI + 2,60 a.a.		
Menos de 1 mês		-	32.838
De 3 meses a 1 ano		-	95.686
De 1 a 5 anos		92.166	-
Total		92.166	128.524
Empréstimos - NCE	113% do CDI a.a.		
De 3 meses a 1 ano		6.967	56.914
De 1 a 5 anos		60.880	-
Total		67.847	56.914
Debêntures	CDI + 2,60% a.a.		
Menos de 1 mês		10.643	64.276
De 1 a 3 meses		98.304	-
Total		108.947	64.276

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos - Itaú Chile	TAB 180 + 1,50% a.a.		
Menos de 1 mês		2.425	2.439
De 1 a 3 meses		-	-
De 3 meses a 1 ano		2.366	2.368
De 1 a 5 anos		2.310	4.550
Total		7.100	9.357
Empréstimos - BBVA Chile	TAB 180 + 1,50% a.a.		
Menos de 1 mês		4.314	4.294
De 3 meses a 1 ano		4.200	4.210
De 1 a 5 anos		4.061	8.090
Total		12.575	16.594
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	5,79% a.a.		
Menos de 1 mês		1.644	1.642
De 3 meses a 1 ano		1.592	1.590
De 1 a 5 anos		-	1.547
Total		3.236	4.779
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	6,324% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		24.398	23.645
De 1 a 5 anos		35.089	46.134
Total		59.487	69.779
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	4,91% a.a.		
Menos de 1 mês		-	6.199
Total			6.199
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	5,16% a.a.		
De 1 a 3 meses		-	2.945
Total		-	2.945
Empréstimos - Banco Santander - Tivit Chile	6,12% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		-	6.553
De 1 a 5 anos		7.617	-
Total		7.617	6.653
Empréstimos - Banco Santander - Tivit Chile	6,60% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		-	6.952
De 1 a 5 anos		7.674	-
Total		7.674	6.952
Empréstimos - Banco Santander - Tivit Chile	6,46% a.a.		
Menos de 1 mês		-	4.894
Total		-	4.894
Empréstimos - Banco BBVA - Tivit Chile	7,32% a.a.		
Menos de 1 mês		282	275
De 1 a 3 meses		282	549
De 3 meses a 1 ano		-	1.372
Total		564	2.196
Empréstimos - Banco do Brasil - Tivit Chile	6,36% a.a.		
De 1 a 3 meses		-	6.398
Total		-	6.398
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	6,24% a.a.		
Menos de 1 mês		9.454	-
Total		9.454	-

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos - Banco Santander - Tivit Chile	7,08% a.a.		
De 1 a 5 anos		5.754	-
Total		5.754	-
Empréstimos - Banco Santander - Tivit Chile	6,36% a.a.		
De 1 a 5 anos		6.755	-
Total		6.755	-
Empréstimos - Banco do Brasil – Tivit Chile	6,90% a.a.		
De 1 a 3 meses		112	-
De 3 meses a 1 ano		6.596	-
Total		6.708	-
Empréstimos - Banco Itaú – Tivit Chile	5,16% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		10.454	-
Total		10.454	-
Empréstimos - Banco de Bogotá - Colômbia	DTF 90 + 3% a.a.		
De 1 a 3 meses		1.614	1.677
De 3 meses a 1 ano		6.638	6.846
De 1 a 5 anos		1.422	5.444
Total		9.674	13.967
Empréstimos - Banco Corpbanca - Colômbia	DTF 90 + 3,16% a.a.		
Menos de 1 mês		19	21
De 1 a 3 meses		1.669	855
De 3 meses a 1 ano		855	918
De 1 a 5 anos		-	835
Total		2.543	2.629
Empréstimos - Banco de Bogotá - Colômbia	DTF 90 + 3,35% a.a.		
De 1 a 3 meses		-	381
Total		-	381
Empréstimos - Banco Occidente - Colômbia	DTF 90 + 3,75% a.a.		
Menos de 1 mês		182	189
De 1 a 3 meses		-	373
De 3 meses a 1 ano		-	367
Total		182	929
Empréstimos - Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,00% a.a.		
Menos de 1 mês		-	529
De 1 a 3 meses		-	555
De 3 meses a 1 ano		-	2.383
De 1 a 5 anos		-	1.000
Total		-	4.467
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,20% a.a.		
De 3 meses a 1 ano		497	1.025
Total		497	1.025
Empréstimos - Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,10% a.a.		
Menos de 1 mês		-	190
De 3 meses a 1 ano		-	181
De 1 a 5 anos		-	331
Total		-	702
Empréstimos - Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,50% a.a.		
Menos de 1 mês		-	277
Total		-	277

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,50% a.a.		
Menos de 1 mês		-	2.237
Total		-	2.237
Empréstimos - Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,50% a.a.		
Menos de 1 mês		279	-
De 1 a 3 meses		552	-
De 3 meses a 1 ano		2.376	-
De 1 a 5 anos		2.200	-
Total		5.407	-
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,60% a.a.		
Menos de 1 mês		8	-
De 1 a 3 meses		12	-
De 3 meses a 1 ano		34	-
De 1 a 5 anos		982	-
Total		1.036	-
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,60% a.a.		
Menos de 1 mês		19	-
De 1 a 3 meses		38	-
De 3 meses a 1 ano		2.191	-
De 1 a 5 anos		-	-
Total		2.248	-
Empréstimos - Banco Corpbanca - Colômbia	11.38% a.a.		
De 1 a 3 meses		850	-
Total		850	-
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,80% a.a.		
Menos de 1 mês		3	-
De 1 a 3 meses		7	-
De 3 meses a 1 ano		365	-
Total		374	-
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,40% a.a.		
Menos de 1 mês		6	-
De 1 a 3 meses		8	-
De 3 meses a 1 ano		475	-
De 1 a 5 anos		-	-
Total		489	-
Empréstimos - Banco Bogotá - Colômbia	IBR 3M + 3,75% a.a.		
Menos de 1 mês		-	-
De 1 a 3 meses		-	-
De 3 meses a 1 ano		6.309	-
De 1 a 5 anos		5.807	-
Total		12.116	-
Arrendamento financeiro	6,86% a.a. e 114,09% do CDI a.a.		
Menos de 1 mês		13.588	9.528
De 1 a 3 meses		30.775	18.068
De 3 meses a 1 ano		77.210	55.102
De 1 a 5 anos		283.439	124.083
Total		405.012	206.781
Fornecedores	Não aplicável		
Menos de 1 mês		12.779	21.357
De 1 a 3 meses		11.531	14.044
De 3 meses a 1 ano		76.941	43.171
De 1 a 5 anos		-	2.416
		101.251	80.988
Vencidos		16.734	13.151

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado 30/06/2017	Consolidado 31/12/2016
Dividendos			
De 3 meses a 1 ano		10.919	10.919
Total		10.919	10.919
Demais contas a pagar			
De 3 meses a 1 ano		8.063	20.089
De 1 a 5 anos		12.486	17.546
Total		20.549	37.635
Total		149.453	142.693

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures

Risco CDI

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como determinados empréstimos. Com base nos saldos existentes em 30 de junho de 2017 e nas taxas de juros nessa data, no cenário provável há uma receita financeira estimada de R$1.421 e despesas financeiras estimadas de R$45.130 para os próximos 12 meses. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 30 de junho de 2017.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

Transação	Taxas em 30/06/2017	Exposição em 30/06/2017	Cenários: Provável à taxa de 30/06/2017	Cenários: Aumento de 25%	Cenários: Aumento de 50%
Debêntures - Tivit Brasil	128,24% do CDI	(88.223)	(11.327)	(14.159)	(16.991)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil	125,00% do CDI	(51.622)	(6.540)	(8.175)	(9.810)
“Leasings” - Tivit Brasil	114,09% do CDI (*)	(151.886)	(17.471)	(21.838)	(26.206)
Operação de “swap” para CDI – Tivit Brasil	CDI + 2,60% a.a.	(75.216)	(9.792)	(12.239)	(14.687)
Aplicações financeiras	98% do CDI (*)	14.194	1.421	1.777	2.132
Efeito líquido no resultado		352.753	(43.709)	(54.634)	(65.562)
Deterioração comparada à projeção			-	(10.925)	(21.853)

(*) Média ponderada

Transação	Taxas em 31/12/2016	Exposição em 31/12/2016	Cenários: Provável à taxa de 31/12/16	Cenários: Aumento de 25%	Cenários: Aumento de 50%
Debêntures - Tivit Brasil	116,67% do CDI	(63.860)	(9.329)	(11.661)	(13.994)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil	125,00% do CDI	(50.403)	(7.132)	(8.915)	(10.698)
Leasing's - Tivit Brasil	106,09% do CDI (*)	(160.929)	(21.378)	(26.723)	(32.067)
Operação de Swap para CDI - Tivit Brasil	107,00% do CDI	(67.011)	(8.978)	(11.223)	(13.467)
Operação de Swap para CDI - Tivit Brasil	CDI + 2,00% a.a.	(32.607)	(4.660)	(5.825)	(6.990)
Operação de Swap para CDI - Tivit Brasil	CDI + 1,95% a.a.	(19.669)	(2.857)	(3.571)	(4.286)
Aplicações Financeiras	100,00% do CDI (*)	92.021	11.523	14.404	17.285
Efeito líquido no resultado		(302.458)	(42.811)	(53.514)	(64.217)
Deterioração comparada à projeção			-	(10.703)	(21.406)

(*) Média ponderada

4.4. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos e em restrições ou sobras de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de "swap", o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio - empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui determinados empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, os quais estão sujeitos às variações das taxas de câmbio das respectivas moedas em que foram contratados. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui instrumentos financeiros em pesos chilenos (CLP) e pesos colombianos (COP), cujas taxas de fechamento na referida data são de R$0,004988 e R$0,001086 (R$0,004856 e R$0,001086 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

A Companhia estimou como cenário provável para 31 de dezembro de 2017 as seguintes taxas de câmbio: R$0,005185 - pesos chilenos (CLP) e R$0,001118 - pesos colombianos (COP), com base nas projeções econômicas preparadas pelo Itaú BBA. A seguir, está apresentado o efeito no resultado da Companhia com base nessas taxas, a respectiva apreciação das moedas estrangeiras em 25% e 50%:

			Cenários		
Transação	Risco	Exposição em 30/06/2017	Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CCB internacional - dólar norte-americano- Tivit Brasil		(102.391)	(7.568)	(9.460)	(11.353)
Derivativos - ("swap") dólar norte-americano para peso colombiano - Tivit Brasil	Variação Peso Colombiano	27.498	816	1.019	1.223
Exposição liquida - peso colombiano		(74.893)	(6.752)	(8.441)	(10.130)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(1.689)	(3.378)
CCB internacional - dólar norte-americano- Tivit Brasil		(40.714)	(3.009)	(3.762)	(4.514)
Derivativos - (swap) dólar norte-americano para peso chileno - Tivit Brasil	Variação Peso Chileno	3.722	252	315	378
Exposição liquida - peso chileno		(36.992)	(2.757)	(3.447)	(4.136)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(689)	(1.379)
"Leasings" - Synapsis Chile		(14.728)	(998)	(1.248)	(1.498)
Exposição liquida – dólar norte-americano	Variação do dólar norte-americano	(14.728)	(998)	(1.248)	(1.498)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(250)	(500)

			Cenários		
Transação	Risco	Exposição em 31/12/2016	Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CCB Internacional - Dólar - Tivit Brasil		(119.954)	(3.346)	(4.183)	(5.019)
Derivativos - (Swap) Dólar para Peso Colombiano - Tivit Brasil	Variação Peso Colombiano	39.031	60	75	90
Exposição Liquida Peso Colombiano		(80.923)	(3.286)	(4.108)	(4.929)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(822)	(1.643)
CCB Internacional - Dólar - Tivit Brasil		(47.721)	(1.331)	(1.664)	(1.997)
Derivativos - (Swap) Dólar para Peso Chileno - Tivit Brasil	Variação Peso Chileno	4.828	106	133	160
Exposição Liquida Peso Chileno		(42.893)	(1.225)	(1.531)	(1.837)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(306)	(612)
Leasing's - Synapsis Chile	Variação Dólar	(10.320)	(227)	(284)	(341)
Exposição Liquida Dólares		(10.320)	(227)	(284)	(341)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(57)	(114)

A movimentação dos saldos para o semestre findo em 30 de junho de 2017 está assim representada:

Transação	Exposição em 31/12/2016	Juros	Variação Valor Justo	Variação Cambial	Liquidação Swap	Amortização Principal	Pagamento de Juros	Exposição em 30/06/2017
CCB Internacional	(119.954)	(1.495)	-	(609)	-	14.266	5.401	(102.391)
Swap COP (Peso Colombiano)	39.031	-	(7.613)	-	(3.920)	-	-	27.498
	(80.923)	(1.495)	(7.613)	(609)	(3.920)	14.266	5.401	(74.893)
CCB Internacional	(47.721)	(792)	-	(300)	-	5.679	2.420	(40.714)
Swap CLP (Peso Chileno)	4.828	-	(956)	-	(150)	-	-	3.722
	(42.893)	(792)	(956)	(300)	(150)	5.679	2.420	(36.992)

4.5. Instrumentos financeiros

Derivativos com "swap" para moeda local

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha as seguintes operações de "swap":

30/06/2017

Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (perda) na marcação a mercado	Moeda/indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Santander	27.498	-	27.498	32.282	(4.784)	"Swap" dólar norte-americano para peso colombiano	Outubro/19	101.899	balcão	(a)
Itaú	3.722	-	3.722	4.198	(476)	"Swap" dólar norte-americano para peso chileno	Outubro/19	40.557	balcão	(a)
Itaú	2.654	-	2.654	2.883	(229)	"Swap" dólar norte-americano para CDI	Novembro/17	70.000	balcão	(b)
Total	33.874	-	33.874	39.363	(5.489)					

31/12/2016

Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (perda) na marcação a mercado	Moeda/Indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Santander	39.031	-	39.031	36.531	2.500	"Swap" Dólar para Peso Colombiano	Outubro de 2019	101.899	balcão	(a)
Itaú	4.828	-	4.828	5.413	(585)	"Swap" Dólar para Peso Chileno	Outubro de 2019	40.557	balcão	(a)
Itaú	1.434	-	1.434	1.319	115	"Swap" Dólar para CDI	Novembro de 2017	50.000	balcão	(b)
Santander	(7.657)	-	(7.657)	(7.577)	(80)	"Swap" Dólar para CDI	Dezembro de 2017	28.000	balcão	(b)
Santander	(1.806)	-	(1.806)	(1.752)	(53)	"Swap" Dólar para CDI	Janeiro de 2017	18.008	balcão	(b)
Total	35.830	-	35.830	33.934	1.896					

(a) Registrados no ativo não circulante na rubrica "Derivativos".

(b) Registrados no passivo não circulante na rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", conforme nota explicativa nº 14.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e controladas, mensurados ao custo amortizado, cujos valores registrados se aproximam dos valores justos nas datas de encerramento das informações financeiras intermediárias, devido à natureza desses saldos, são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras restritas, depósitos judiciais, fornecedores, dividendos e outras contas a pagar, os quais apresentam nível 2 na hierarquia de valor justo. Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os valores estimados de mercado dos demais instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

				30/06/2017			
				Controladora		Consolidado	
	Categoria	Nota explicativa	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Derivativos ativos	Valor justo por meio do resultado	14	2	33.874	33.874	33.874	33.874
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Valor justo por meio do resultado	14	2	77.870	77.870	77.870	77.870
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos financeiros	14	2	434.836	438.562	619.562	623.288

				31/12/2016			
				Controladora		Consolidado	
	Categoria	Nota explicativa	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Derivativos ativos	Valor justo por meio do resultado	14	2	35.830	35.830	35.830	35.830
Derivativos passivos	Valor justo por meio do resultado	14	2	8.029	8.029	8.029	8.029
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Valor justo por meio do resultado	14	2	111.257	111.257	111.257	111.257
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos financeiros	14	2	442.868	446.775	609.686	613.593

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

A Companhia determina o valor justo conforme o pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, o qual define o valor justo de um título correspondente ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais (R$).

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, com base em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) também define informações observáveis, como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.

- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Técnica de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

As operações de “swap” e os empréstimos designados a valor justo são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros da moeda do respectivo contrato para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários, líquidos de saldos bancários a descoberto, quando aplicável. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	11.887	7.816	27.569	24.741
Aplicações financeiras e debêntures compromissadas (*)	14.194	77.021	14.194	77.021
Total	26.081	84.837	41.763	101.762

(*) As aplicações financeiras referem-se a aplicações automáticas e debêntures com compromisso de recompra e são remuneradas por uma taxa média de 98% (100,00% em 31 de dezembro de 2016) da variação do CDI. As aplicações têm liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas a receber faturadas	140.709	97.443	188.740	154.107
Contas a receber a faturar	76.204	62.542	93.029	71.716
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.133)	(5.598)	(7.414)	(6.707)
Total	210.780	154.387	274.355	219.116

O prazo médio de recebimentos no Consolidado é de 59 dias em 30 de junho de 2017 (50 dias em 31 de dezembro de 2016). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo a pagar. A Companhia constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores sem expectativa de realização e considerando a experiência de crédito.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
A vencer	173.549	133.156	219.428	185.394
Vencidas:				
Até 30 dias	20.886	14.175	28.945	22.927
De 31 a 60 dias	7.414	1.783	9.881	4.357
De 61 a 90 dias	2.353	837	6.281	1.259
De 91 a 180 dias	6.578	4.436	9.820	5.179
Acima de 180 dias	6.133	5.598	7.414	6.707
Total	216.913	159.985	281.769	225.823

Em 30 de junho de 2017, certas contas a receber de clientes, no montante de R$37.231 na controladora e R$ 54.927 no consolidado (R$21.231 na controladora e R$33.722 no consolidado em 31 de dezembro de 2016), estavam vencidas, mas não foram incluídas na provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não foram identificados indícios significativos de redução na qualidade do crédito, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração.

c) Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2016	31/12/2016
Vencidos:				
Até 30 dias	20.886	14.175	28.945	22.927
De 31 a 60 dias	7.414	1.783	9.881	4.357
De 61 a 90 dias	2.353	837	6.281	1.259
De 91 a 180 dias	6.578	4.436	9.820	5.179
Total	37.231	21.231	54.927	33.722

d) Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.697)	(4.968)
Adições	(4.868)	(5.384)
Cisão (*)	213	213
Baixas por perda efetiva	54	53
Reversões por recuperação	2.700	2.894
Ajuste de conversão	-	485
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5.598)	(6.707)
Adições	(2.936)	(3.116)
Reversões por recuperação	2.401	2.418
Ajuste de conversão	-	(9)
Saldo em 30 de junho de 2017	(6.133)	(7.414)

(*) Cisão do segmento de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº1

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Licença de uso de software (a)	10.572	14.773	14.204	18.145
Manutenção de software (b)	2.549	4.409	2.549	4.409
Outras	1.627	553	5.049	4.150
Total	14.748	19.735	21.802	26.704
Circulante	13.077	15.515	20.131	22.484
Não circulante	1.671	4.220	1.671	4.220

(a) Refere-se ao pagamento de licenças de uso de softwares, utilizados nas operações da Companhia. Os montantes são amortizados pelos prazos contratuais de cada licença.

(b) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social	10.156	10.313	27.593	24.503
Imposto Sobre Serviços - ISS retido sobre faturamento	1.450	2.233	1.450	2.233
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	4.151	3.501	4.151	3.501
PIS e COFINS	2.822	3.604	2.822	3.604
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	929	484	929	484
Outros impostos	1.968	1.418	2.637	2.802
Total	21.476	21.553	39.582	37.127

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e, conforme expectativa da Administração, serão compensados com o pagamento do imposto devido.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Custo:				
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A.	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Synapsis Chile	-	-	98.576	96.017
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	64.765	64.765
Work	39.669	39.669	39.669	39.669
Synapsis Colombia S.A.S.	-	-	19.801	19.277
Synapsis Peru SRL	-	-	19.240	18.731
Open	21.145	21.145	21.145	21.145
Synapsis Panama S.A.	-	-	6.953	6.769
One Cloud (*)	6.489	6.489	6.489	6.489
Outras	17.144	17.144	17.144	17.144
Subtotal	1.323.417	1.323.417	1.467.987	1.464.211
Amortização acumulada	(12.089)	(12.089)	(12.089)	(12.089)
Total	1.311.328	1.311.328	1.455.898	1.452.122

(*) Aquisição da empresa One Cloud em abril de 2016, conforme mencionado na nota explicativa n°1.

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.378.909	1.538.414
Aquisições	6.489	6.489
Cisão (d)	(74.070)	(74.070)
Ajustes de tradução	-	(18.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.311.328	1.452.122
Ajustes de tradução (*)	-	3.776
Saldo em 30 de junho de 2017	1.311.328	1.455.898

(*) Resultado da variação dos ajustes de tradução durante o semestre de ágios em moedas estrangeiras.

O valor registrado refere-se substancialmente ao ágio de R$1.174.205 gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Companhia em 7 de junho de 2010 e da Oferta Pública de Ações realizada em 20 de dezembro de 2010.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, sendo realizada avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment").

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada Synapsis do Brasil S.A. foi incorporada pela Companhia. Como consequência, o ágio correspondente a essa empresa, gerado na aquisição do Grupo Synapsis, no montante de R$21.510, anteriormente registrado na Synapsis SpA, foi transferido para a Companhia. Adicionalmente, com a conclusão da alocação do ágio gerado na aquisição da Synapsis, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, o montante de R$46.747, registrado nessa controlada, foi transferido para a Companhia.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") alocado a cada Unidade Geradora de Caixa - UGC deve ser testado para verificar a necessidade de redução ao seu valor recuperável ("impairment"). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o "goodwill") com o seu valor recuperável e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de redução ao seu valor recuperável. No fim de 2016, 2015 e 2014, a Companhia efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas a seguir descritas, não constatou a necessidade de provisão por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração.

O teste de "impairment" baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 56% do total de ativos consolidados da Companhia em 30 de junho de 2017 (56% em 31 de dezembro de 2016), é testado para fins de redução ao valor recuperável, por UGC. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais, que no caso da Companhia é a localização geográfica (cada país é uma UGC).

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição.

Premissas-chave

As premissas-chave consideradas para o teste de impairment, ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes:

- Volume de vendas - prestação de serviços;
- Margem de Lajida;
- Dispêndio anual para investimentos (Capex).

Volume de vendas – prestação de serviços:

O volume de vendas – prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017. A taxa de crescimento foi estimada com base nos estudos externos do IDC (International Data Corporation), especializado em pesquisa e informação sobre os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e produtos para o consumidor de tecnologia.

Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda – prestação de serviços são:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Brasil	15%	16%	15%	14%	13%	12%	11%	10%	8%	6%
Chile	10%	12%	11%	10%	9%	8%	8%	7%	6%	6%
Colombia	10%	11%	11%	10%	9%	8%	8%	8%	8%	8%
Peru	32%	12%	12%	12%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Argentina	54%	30%	22%	15%	15%	15%	15%	10%	10%	10%

Margem de Lajida

A margem de Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para o ano de 2017 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para o período de 2018 a 2026, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita.

Para o Brasil, país onde está localizado o maior volume de receita da Companhia, fora projetadas para 2017, 2018 e 2019 as margens de LAJIDA de 26%, 26% e 27%,respectivamente. Adicionalmente, para o Chile, que é a segunda maior operação da Companhia, foram projetadas taxas de 18%, 20% e 20%, para os anos de 2017, 2018 e2019, respectivamente. Estas duas operações representam 89% da receita líquida esperada para a Companhia em 2017.

Dispêndio anual para investimentos (Capex):

Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2017, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e para os demais períodos projetados ficou entre 6% e 10% da receita líquida, com base na particularidade de cada operação.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa:

Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2026), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento em cada país, considerado para o período perpétuo, conforme demonstrado abaixo:

	Brasil	Chile	Colômbia	Peru	Argentina
Taxa de crescimento na perpetuidade	6%	6%	8%	10%	10%

Taxa de desconto

As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo de capital médio ponderado (WACC), conforme abaixo:

	Brasil	Chile	Colômbia	Peru	Argentina
Taxa de desconto	17%	10%	12%	12%	20%

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar.

Note-se que a Administração da Companhia optou pelo período de dez anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro e por ter um histórico que demonstra sua capacidade de fazer essa previsão acurada para um período mais longo. As estimativas foram efetuadas em termos nominais.

Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Custo	484.061	450.648	548.333	513.138
Amortização acumulada	(334.647)	(319.976)	(378.524)	(358.371)
Total	149.414	130.672	169.809	154.767

A movimentação dos saldos está assim representada:

	Controladora				
	Marcas e patentes	Software (b)	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
Custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.006	285.030	2.111	98.722	432.869
Adições	-	42.385	-	4.612	46.997
Cisão	-	(25.554)	-	-	(25.554)
Baixa	-	(3.638)	-	(19)	(3.657)
Transferência (para o imobilizado)	(1.091)	(7)	-	1.091	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45.915	298.216	2.111	104.406	450.648
Adições	63	26.338	-	6.728	33.129
Baixas	-	-	-	(14)	(14)
Transferências do imobilizado	-	298	-	-	298
Saldo em 30 de junho de 2017	45.978	324.852	2.111	111.120	484.061
Amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(78)	(211.661)	(2.110)	(86.967)	(300.817)
Despesas de amortização	(10)	(37.219)	-	(2.685)	(39.914)
Cisão	-	17.179	-	-	17.179
Transferência para (do) imobilizado	(1)	142	-	-	141
Baixa	-	3.437	-	(3)	3.434
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(89)	(228.122)	(2.110)	(89.655)	(319.976)
Despesas de amortização	(4)	(12.487)	-	(2.183)	(14.674)
Baixas	-	-	-	3	3
Saldo em 30 de junho de 2017	(93)	(240.609)	(2.110)	(91.835)	(334.647)
Total líquido	45.885	84.243	1	19.285	149.414

	Consolidado				
	Marcas e patentes	Software (b)	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
Custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56.183	300.485	8.462	139.680	504.810
Adições	-	42.920	-	4.612	47.532
Cisão	-	(25.554)	-	-	(25.554)
Baixas	-	(3.638)	(131)	(19)	(3.788)
Transferências para imobilizado	(1.091)	(132)	(23)	(192)	(1.438)
Ajuste de tradução	-	(2.272)	(744)	(5.408)	(8.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.092	311.809	7.564	138.673	513.138
Adições	67	26.338	-	6.926	33.331
Baixas	-	-	-	(14)	(14)
Transferências do imobilizado	-	298	-	-	298
Ajuste de tradução	-	476	148	956	1.580
Saldo em 30 de junho de 2017	55.159	338.921	7.712	146.541	548.333
Amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.118)	(239.154)	(6.588)	(87.619)	(335.479)
Despesas de amortização	(10)	(38.219)	(653)	(10.313)	(49.195)
Cisão	-	17.179	-	-	17.179
Baixas	-	3.437	-	(3)	3.434
Transferências para o imobilizado	(1)	268	184	1.272	1.723
Ajuste de tradução	-	1.975	524	1.468	3.967
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.129)	(254.514)	(6.533)	(95.195)	(358.371)
Despesas de amortização	(10)	(12.724)	(276)	(5.638)	(18.649)
Baixas	-	-	-	3	3
Ajuste de tradução	-	(597)	(228)	(683)	(1.507)
Saldo em 30 de junho de 2017	(2.139)	(267.835)	(7.037)	(101.513)	(378.524)
Total líquido	53.020	71.086	675	45.028	169.809

(a) Refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, e os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato.

Estão registrados nesse grupo os montantes de R$11.000 e R$52.944 (R$11.000 e R$52.944 em 2015) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis. A média ponderada da amortização para o trimestre é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.

(b) Refere-se a aquisição de licenças de uso de software utilizadas na prestação de serviços a clientes.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017, os montantes de R$ 6.128 e R$ 13.938 na controladora e R$7.840 e R$17.488 no consolidado (R$9.068 e R$ 27.683 na controladora e R$11.599 e R$ 30.225 no consolidado no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016), referentes à despesa de amortização, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e na rubrica “Despesas gerais e administrativas” foram debitados os montantes de R$ 322 e R$ 736 na controladora e R$750 e R$1.161 no consolidado (R$478 e R$ 1.211 na controladora e R$478 e R$980 no consolidado no trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016).

11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas	146.860	138.487

Informações e movimentação dos saldos para o semestre findo em 30 de junho de 2017

	Synapsis	Synapsis Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud (a)
Capital social	214.110	21.324	613	2.264	10
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%
Patrimônio líquido	145.043	38.538	11.109	191	1.626
Lucro (prejuízo) do período	4.420	1	(34)	(28)	726

Informações e movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

	Synapsis	Synapsis Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	Tivit Paris (b)	One Cloud (a)
Capital social	214.110	21.324	613	2.264	235	10
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	137.370	35.117	11.773	217	243	900
Lucro (prejuízo) do período	(681)	2	349	(76)	(199)	887

Movimentação dos investimentos

	Synapsis	Synapsis Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	Tivit Paris (b)	One Cloud (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	153.040	10	1.410	147	292	-	154.899
Investimento em controladas	-	-	-	170	-	13	183
Baixa de investimento controladas	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	(681)	2	349	(76)	(199)	887	282
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(16.269)	(1)	(491)	-	-	-	(16.761)
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	(24)	(44)	-	(68)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	136.090	11	1.269	217	-	900	138.487
Resultado de equivalência patrimonial	4.420	1	(34)	(28)	-	726	5.085
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	2	-	-	2
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	3.324	-	(38)	-	-	-	3.286
Saldo em 30 de junho de 2017	143.834	12	1.197	191	-	1.626	146.860

(a) Empresa adquirida em abril de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº1.

(b) Empresa extinta em julho de 2016.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Custo	1.147.030	1.121.678	1.438.534	1.391.904
Depreciação acumulada	(776.666)	(731.707)	(970.005)	(912.341)
Total	370.364	389.971	468.529	479.563

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Computadores e periféricos	189.124	200.021	226.136	238.579
Máquinas e equipamentos	87.840	91.748	97.561	101.129
Benfeitorias	23.451	26.733	23.451	60.442
Edificações	25.809	26.081	29.323	29.605
Instalações	12.194	12.589	12.319	13.989
Terrenos	14.090	14.090	15.514	15.610
Móveis e utensílios	5.768	6.010	50.654	6.010
Obras em andamento	-	-	-	-
Veículos	12.088	12.699	13.571	14.199
Total	370.364	389.971	468.529	479.563

As movimentações dos saldos estão assim representadas:

2016:

	31/12/2015	Adições	Baixa	Cisão (c)	Transferências (a)	31/12/2016
Custo:						
Terrenos	17.360	-	-	(3.270)	-	14.090
Edificações	59.265	424		(7.293)	(2.093)	50.303
Instalações	69.510	906	(20)	(6.556)	(303)	63.537
Móveis e utensílios	52.596	2.625	(356)	(37.000)	(1.796)	16.069
Benfeitorias	234.679	15.519	(44)	(123.326)	(4.965)	121.863
Máquinas e equipamentos	230.490	10.213	(2.848)	(32.198)	(3.680)	201.977
Computadores e periféricos	640.022	67.217	(14.073)	(51.573)	(7.608)	633.985
Veículos	11.422	10.203	(528)	(1.102)	(141)	19.854
Total	1.315.344	107.107	(17.869)	(262.318)	(20.586)	1.121.678
Depreciação acumulada:						
Edificações	(25.511)	(1.226)	-	339	2.176	(24.222)
Instalações	(53.935)	(1.813)	19	4.578	203	(50.948)
Móveis e utensílios	(35.169)	(3.703)	15	27.026	1.773	(10.058)
Benfeitorias	(149.310)	(17.518)	44	66.568	5.086	(95.130)
Máquinas e equipamentos	(122.670)	(10.722)	2.740	18.400	2.023	(110.229)
Computadores e periféricos	(434.826)	(63.418)	13.404	41.826	9.050	(433.964)
Veículos	(5.786)	(2.631)	386	734	141	(7.156)
Total	(827.207)	(101.031)	16.608	159.471	20.452	(731.707)
Total líquido	488.137	6.076	(1.261)	(102.847)	(134)	389.971

	Consolidado						
	31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência (a)	Cisão (c)	Ajuste de conversão	31/12/2016
Custo:							
Terrenos	19.097	-	-	(13)	(3.270)	(203)	15.611
Edificações	59.265	424	-	1.595	(7.293)	-	53.991
Instalações	76.940	1.837	(20)	(6.710)	(6.556)	(1.001)	64.490
Móveis e utensílios	49.585	6.996	(356)	(4.736)	(37.000)	(6.887)	7.602
Benfeitorias	233.403	15.519	(44)	(4.695)	(123.326)	-	120.587
Máquinas e equipamentos	322.923	10.385	(3.345)	(5.517)	(32.198)	(3.303)	288.946
Computadores e periféricos	852.066	86.934	(14.077)	(29.612)	(51.573)	(24.829)	819.310
Veículos	11.476	11.668	(528)	(141)	(1.102)	(6)	21.367
Total	1.624.755	133.763	(18.370)	(49.698)	(262.318)	(36.229)	1.391.904
Depreciação acumulada:							
Edificações	(25.511)	(1.297)	-	2.083	339	-	(24.386)
Instalações	(57.804)	(1.876)	19	3.188	4.578	477	(51.418)
Móveis e utensílios	(33.443)	(11.044)	15	6.947	27.026	2.319	(8.180)
Benfeitorias	(148.653)	(17.518)	44	5.086	66.568	-	(94.473)
Máquinas e equipamentos	(161.469)	(11.737)	3.251	3.650	18.400	1.921	(145.985)
Computadores e periféricos	(612.817)	(72.304)	13.404	28.319	41.826	20.841	(580.731)
Veículos	(5.789)	(2.640)	386	140	734	-	(7.168)
Total	(1.045.486)	(118.415)	17.118	49.413	159.471	25.558	(912.341)
Total líquido	579.269	15.349	(1.251)	(285)	(102.847)	(10.671)	479.563

(a) Transferências de outros intangíveis.

(b) Alocação do preço pago na aquisição da Synapsis, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(c) Cisão do segmento de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

2017:

	Controladora				
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências (*)	30/06/2017
Custo:					
Terrenos	14.090	-	-	-	14.090
Edificações	50.303	239	-	-	50.542
Instalações	63.537	286	-	-	63.823
Móveis e utensílios	16.069	507	-	-	16.576
Benfeitorias	121.863	1.330	-	-	123.193
Máquinas e equipamentos	201.977	486	-	-	202.463
Computadores e periféricos	633.985	21.698	(3)	(298)	655.382
Veículos	19.854	1.107	-	-	20.961
Total	1.121.678	25.653	(3)	(298)	1.147.030
Depreciação acumulada:					
Edificações	(24.222)	(511)	-	-	(24.733)
Instalações	(50.948)	(681)	-	-	(51.629)
Móveis e utensílios	(10.058)	(750)	-	-	(10.808)
Benfeitorias	(95.130)	(4.612)	-	-	(99.742)
Máquinas e equipamentos	(110.229)	(4.394)	-	-	(114.623)
Computadores e periféricos	(433.964)	(32.297)	3	-	(466.258)
Veículos	(7.156)	(1.717)	-	-	(8.873)
Total	(731.707)	(44.962)	3	-	(776.666)
Total líquido	389.971	(19.309)	-	(298)	37'0.364

	Consolidado					
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências (*)	Ajuste de conversão	30/06/2017
Custo:						
Terrenos	15.611	-	-	-	(97)	15.514
Edificações	53.991	239	-	-	19	54.249
Instalações	64.490	286	-	-	(236)	64.540
Móveis e utensílios	7.602	12.206	-	-	65.834	85.642
Benfeitorias	120.587	1.330	-	-	1.276	123.193
Máquinas e equipamentos	288.946	2.118	-	-	(63.828)	227.236
Computadores e periféricos	819.310	28.075	(3)	(298)	(1.439)	845.645
Veículos	21.367	2.372	-	-	(1.224)	22.515
Total	1.391.904	46.626	(3)	(298)	305	1.438.534
Depreciação acumulada:						
Edificações	(24.386)	(539)	-	-	(1)	(24.926)
Instalações	(51.418)	(691)	-	-	(112)	(52.221)
Móveis e utensílios	(8.180)	(4.481)	-	-	(22.327)	(34.988)
Benfeitorias	(94.473)	(4.612)	-	-	(657)	(99.742)
Máquinas e equipamentos	(145.985)	(5.165)	-	-	21.475	(129.675)
Computadores e periféricos	(580.731)	(38.183)	3	-	(598)	(619.509)
Veículos	(7.168)	(1.773)	-	-	(3)	(8.944)
Total	(912.341)	(55.444)	3	-	(2.223)	(970.005)
Total líquido	479.563	(8.818)	-	(298)	(1.918)	468.529

(*) Transferências de outros intangíveis.

No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, os montantes de R$ 21.343 e R$ 42.714 na controladora e R$24.960 e R$50.295 no consolidado (R$23.639 e R$ 6.491 na controladora e R$28.136 e R$ 55.677 no consolidado no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados", e na rubrica "Despesas gerais e administrativas" foram debitados os montantes de R$1.123 e R$ 2.248 na controladora e R$2.027 e R$5.149 no consolidado (R$1.243 e R$2.447 na controladora e R$1.089 e R$3.189 no consolidado no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016).

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017 não foram identificados indicadores da necessidade da realização de teste para provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. O estudo é efetuado anualmente ao término de cada exercício social.

12.1. Contratos de arrendamento financeiro

Em 30 de junho de 2017, os contratos de arrendamento financeiro têm prazo médio de duração de três anos (dois anos em 31 de dezembro de 2016) e referem-se substancialmente à aquisição de software e hardware para a operação da Companhia. A Companhia possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. A Companhia não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

	Controladora				
	30/06/2017				31/12/2016
	Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	6 a 25	15.200	(8.002)	7.198	10.968
Computadores e periféricos	4 a 7	388.218	(225.473)	162.745	177.734
Software	5	47.099	(32.207)	14.892	22.801
Total		450.517	(265.682)	184.835	211.503

	Consolidado				
	30/06/2017				31/12/2016
	Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	4 a 25	63.200	(36.716)	26.483	26.721
Computadores e periféricos	4 a 7	388.218	(225.473)	162.746	177.734
Software	5	47.099	(32.207)	14.892	22.801
Total		498.517	(294.396)	204.121	227.256

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estão detalhados a seguir:

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Até 1 ano	48.315	72.000
De 1 a 5 anos	103.571	88.929
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	151.886	160.929

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Até 1 ano	57.617	77.361
De 1 a 5 anos	118.488	96.767
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	176.105	174.128

(*) Incluídos nas informações financeiras intermediárias como arrendamentos mercantis (vide nota explicativa nº 14).

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, os ativos objeto dos arrendamentos foram dados em garantia das respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, registradas na rubrica “Custo dos serviços prestados”, são de R$13.548 e R$ 41.015 na controladora e R$15.156 e R$ 44.435 no consolidado, respectivamente (R$10.487 e R$20.038 na controladora e R$ 13.019 e R$ 24.501 no consolidado no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016).

12.2. Contratos de arrendamento operacional

Os contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos têm prazos de duração de 36 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir os equipamentos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Durante os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R$11 (2017) e R$412 e R$3.861 (2016), respectivamente, referentes às despesas de arrendamento operacional no consolidado, e na controladora o montante de R$1.271 no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016.

A seguir estão demonstrados os compromissos de arrendamento operacional não canceláveis:

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Até 1 ano	-	-
De 1 a 5 anos	-	5.678
Total	-	5.678

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Até 1 ano	11	424
De 1 a 5 anos	-	15.092
Total	11	15.516

Em 2017 a Companhia renegociou determinados contratos de “leasing”. Tais contratos foram anteriormente classificados como “leasing” operacional. Em virtude da renegociação efetuada e das novas condições contratuais, a Companhia entendeu que esses contratos passaram a atender à classificação de “leasing” financeiro e, portanto, registrou os contratos contra os respectivos ativos imobilizados nos valores de R$5.134 e R$13.853, na controladora e no consolidado, respectivamente.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Licença de uso e manutenção de software	14.190	10.126	20.729	16.197
Serviços profissionais	15.224	10.710	25.053	21.347
Equipamentos de informática e telecomunicação	14.219	6.281	18.862	14.907
Telefonia	3.054	1.745	4.408	3.219
Ocupação	11.675	6.352	15.851	10.322
Benefícios	12.536	7.152	14.103	8.526
Outros itens	12.678	14.224	18.979	19.621
Total	83.576	56.590	117.985	94.139
Circulante	83.576	56.590	114.561	91.723
Não circulante	-	-	3.424	2.416

Em 30 junho de 2017, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 74 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2016). Não têm sido cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso pelos credores. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora	
	30/06/17	31/12/16
Mensurados ao custo amortizado		
Debêntures (a)	88.223	63.860
Arrendamentos mercantis (b)	151.886	160.929
Banco Bradesco S.A. (c)	51.622	50.403
Banco Itaú S.A. (d)	40.714	47.721
Banco Santander S.A. (e)	102.391	119.955
Total ao custo	434.836	442.868
Mensurados ao valor justo		
Banco Itaú S.A. (f)	77.870	68.445
Banco Santander S.A.	-	42.812
Total ao valor justo	77.870	111.257
Instrumentos financeiros derivativos (f)	(2.654)	8.029
Custo de captação de debêntures	(1.744)	(713)
Total	508.308	561.441
Parcela do circulante	109.495	359.163
Parcela do não circulante	398.813	202.278

	Consolidado	
	30/06/17	31/12/16
Mensurados ao custo amortizado		
Debêntures (a)	88.223	63.860
Arrendamentos mercantis (b)	176.105	174.128
Banco Bradesco S.A. (c)	51.622	50.403
Banco Itaú S.A. (d)	40.714	47.721

	Consolidado	
	30/06/17	31/12/16
Banco Santander S.A. (e)	102.391	119.955
Moeda local (CLP) - Banco Itaú Unibanco - Chile (g)	19.161	24.926
Moeda local (CLP) - Banco Itaú Unibanco - Chile (h)	54.740	63.584
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia (i)	24.494	16.514
Moeda local (COP) - Banco Occidente - Colômbia (j)	5.089	5.987
Moeda local (COP) - Banco Corpbanca Colômbia S.A. -Colômbia (k)	2.445	2.436
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (l)	22.627	13.772
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A.- Chile (m)	24.835	17.877
Moeda local (CLP) - Banco BBVA Chile (n)	561	2.150
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil - Chile (o)	6.555	6.373
Total ao custo	619.562	609.686
Mensurados ao valor justo		
Banco Itaú S.A. (f)	77.870	68.445
Banco Santander S.A.	-	42.812
Total ao valor justo	77.870	111.257
Instrumentos financeiros derivativos (f)	(2.654)	8.029
Custo de captação de debêntures	(1.744)	(713)
Total	693.034	728.259
Parcela do circulante	205.396	454.513
Parcela do não circulante	487.638	273.746

A movimentação dos saldos para o semestre findo em 30 de junho de 2017 está apresentada a seguir:

Controladora

	31/12/2016	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação (ganho) / perda	Variação cambial	Amortização de principal	Pagamento de juros	30/06/2017
Tivit – debêntures	63.860	84.169	4.464	-		-	(63.450)	(820)	88.223
Custo de captação	(713)	(1.371)	340	-		-	-	-	(1.744)
Tivit – "leasings"	160.929	19.370	9.954	-		-	(29.090)	(9.277)	151.886
Instrumentos financeiros derivativos	8.029	-		3.011	(13.694)	-	-	-	(2.654)
Tivit – empréstimos	329.336	70.000	11.550	-	-	909	(101.686)	(37.513)	222.597
Total da dívida bruta	561.441	172.168	26.308	3.011	(13.694)	909	(194.226)	(47.610)	508.308

Consolidado

	31/12/2016	Captações	Juros	Variação do valor justo	Liquidação (ganho) / perda	Variação cambial	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	30/06/2017
Tivit - debêntures	63.860	84.169	4.464	-	-	-	(63.450)	(820)	-	88.223
Custo de captação	(713)	(1.371)	340	-	-	-	-	-	-	(1.744)
Tivit – "leasings"	160.929	19.370	9.954	-	-	-	(29.090)	(9.277)	-	151.886
Instrumentos financeiros derivativos	8.029	-	-	3.011	(13.694)	-	-	-	-	(2.654)
Tivit Empréstimos	329.336	70.000	11.550	-	-	909	(101.686)	(37.512)	-	272.597
Synapsis – "leasings"	13.199	15.543	764	-		-	(4.255)	(974)	(58)	24.219
Synapsis - empréstimos	153.619	33.835	4.885	-	-	-	(30.272)	(5.319)	3.759	160.507
Total da dívida bruta	728.259	221.546	31.957	3.011	(13.694)	909	(228.753)	(53.902)	3.701	693.034

(a) Em 16 de janeiro de 2017, foram emitidas 8.300 debêntures, relativas à 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$83,0 milhões, integralizadas em sua totalidade em 17 de fevereiro de 2017, no valor de R$84,2 milhões, valor este acrescido dos juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 18 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 16 de julho de 2018 e a última em 16 de janeiro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa dos DIs, acrescida de sobretaxa de 2,60% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,32% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 125% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor das Debêntures era de R$ 88,2 milhões.

Em 16 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela no valor de R$ 64,3 milhões, relativa à 1ª emissão de debêntures da Companhia, emitida em 22 de dezembro de 2010.

(b) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 30 de Junho de 2017, a Companhia possuía 90 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos até 31/12/2022, com juros médios de aproximadamente 106,9 % da variação do CDI para as operações contratadas no Brasil e com juros médios de 6,8% a.a. para as operações contratadas no Chile, Peru e na Colômbia, mais variação cambial (peso chileno em relação ao dólar americano). Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem. Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de Sale & Leaseback, a valor de livros no montante de R$54,1 milhões, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 31 de março de 2017, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de Sale & Leaseback para 13 de dezembro de 2020, com juros de 100% da variação do CDI mais 1,90% a.a. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado de arrendamento mercantil e Sale Leaseback era de R$151,9 milhões para as operações no Brasil, de R$3,9 milhões para as operações na Colômbia, R$1,3 milhões para as operações no Peru e de R$ 19,0 milhões para as operações no Chile.

(c) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R$50 milhões, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 125% do CDI , para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado era de R$51,6 milhões.

(d) Em 21 de outubro de 2014, a Companhia emitiu em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$ 16,5milhões e celebrou concomitantemente um contrato de “swap”, por meio do qual captou recursos no valor de R$40,6 milhões, ao custo de 6,88% a.a. mais variação do peso chileno (em relação ao real), que será pago em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019, com 18 meses de carência, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio “swap”. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado era de R$40,7 milhões.

(e) Em 20 de outubro de 2014, a Companhia emitiu em favor do Banco Santander (Brasil) S.A, Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$ US$41,5 milhões e celebrou concomitantemente contrato de “swap”, por meio do qual captou recursos no valor de R$101 milhões, ao custo de 8,25% a.a., mais a variação do peso colombiano (em relação ao real), que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado era de R$102,4 milhões.

Em 17 de fevereiro de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a parcela do empréstimo com vencimento previsto para 24 de abril de 2017, no valor de R$19,7 milhões.

(f) Em 29 de março de 2017, a Companhia emitiu em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$22,4 milhões e celebrou concomitantemente um contrato de “swap”, por meio do qual captou recursos no valor de R$70 milhões, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 1º de abril de 2019, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio “swap”. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado líquido de efeito de swap era de R$75,2 milhões.

Em 31 de março de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a cédula de crédito, emitida em 18 de novembro de 2014, junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R$ 50 milhões e com vencimento em 03 de novembro de 2017, no montante de R$ 68,5 milhões.

(g) Em 8 de julho de 2013, a controlada direta Synapsis Chile captou junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP3.600.000 (pesos chilenos), ao custo de TAB180 mais 1,50% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 08 de janeiro de 2015 e a última com vencimento em 08 de julho de 2018. Em 8 de julho de 2013, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco BBVA, um empréstimo no valor de CLP6.400.000 (pesos chilenos), ao custo de TAB180 mais 1,50% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 8 de janeiro de 2015 e a última com vencimento em 8 de julho de 2018. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$19,2 milhões.

(h) Em 20 de outubro de 2014, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 14.690.000 (pesos chilenos), ao custo de 6,324% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de abril de 2016 e a última com vencimento em 20 de outubro de 2019, com garantia de 125% do valor do principal do empréstimo através de nota promissória avalizada pela Companhia. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$ 54,7 milhões.

(i) Em 6 de setembro de 2013, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 9.000.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,0% a.a., para pagamento em 7 parcelas semestrais, com 24 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 06 de setembro 2015 e a última com vencimento em 06 de setembro de 2018. Em 3 de abril de 2013, a referida sociedade captou junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 15.000.000 (pesos colombianos), ao custo de DTF mais 3,0% a.a., para pagamento em 7 parcelas semestrais, com 24 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 03 de abril 2015 e a última com vencimento em 03 de abril de 2018. Em 4 de maio de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 1.300.000 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 4,20% a.a., para pagamento em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 4 de novembro de 2016 e a última com vencimento em 7 de novembro de 2017. Em 17 de janeiro de 2017, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP2.000.000 (pesos colombianos), ao custo de DTF mais 4,52% a.a.,.com vencimento para 17 de abril de 2017. Em 17 de Abril de 2017, o empréstimo foi renovado, ao custo de IBR (indicador bancário de referencia) + 4,60% a.a., com vencimento em 17 de outubro de 2018. Em 03 de Abril de 2017, a Synapsis Colômbia captou junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 333.333(Pesos colombianos), ao custo de IBR + 4,8% a.a., com vencimento para 03 de outubro de 2017. Em 17 de Abril de 2017, a Synapsis Colômbia, captou junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 890.000, com custo de IBR + 4,6% a.a., com vencimento em 17 de outubro de 2018. Em 04 de maio de 2017 , a Synapsis Colômbia , captou junto ao Banco de Bogotá um empréstimo no valor de COP 433.33, ao custo de IBR + 4,4%a.a. , com vencimento pra 04 de Novembro de 2017.Em 09 de Junho de 2017 , a Synapsis Colômbia captou , junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 10.000.000(pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,75% , para pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 11 de Dezembro de 2017 e a última parcela vencimento em 09/01/2019. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$ 24,5 milhões.

(j) Em 13 de abril de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao banco de Occidente, um empréstimo no valor de COP 5.400.000 (pesos colombianos), ao custo de "Indicador Bancário de Referencia" - IBR mais 4,00% a.a., que será pago em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de maio de 2016 e a última com vencimento em 13 de abril de 2018. Em 18 de julho de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente S.A., um empréstimo no valor de COP 569.400 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 4,10% a.a., que será pago em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 14 de janeiro de 2017 e a última com vencimento em 09 de abril de 2018. Em 31 de março de 2017, o saldo devedor dos empréstimos captados em 13 de abril de 2016 e 18 de julho de 2016, no montante de COP 5.162.050(pesos colombianos), foram negociados para pagamento em 24 parcelas, ao custo de IBR mais 4,50% a.a. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$ 5,1 milhões.

(k) Em 13 de março de 2015, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco Corpbanca Colômbia S.A., um empréstimo no valor de COP 4.500.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,16% a.a., que será pago em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 25 de setembro 2015 e a última com vencimento em 25 de março de 2018. Em 28 de março de 2017, a controlada Synapsis Colômbia captou junto ao Banco Corpbanca Colômbia S.A. um empréstimo no valor de COP 750.000 pesos colombianos, ao custo de 11,38% a.a., com vencimento em 25 de setembro de 2017. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$2,4 milhões.

(l) Em 13 de janeiro de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.860.000 (pesos chilenos), ao custo de 5,79% a.a., que será pago em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de julho de 2015 e a última com vencimento em 13 de janeiro de 2018. Em 8 de Julho de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A. um empréstimo no valor de CLP 1.250.000 (pesos chilenos), ao custo 4,80% a.a., com vencimento em 07 de julho de 2016. Em 07 de julho de 2016, o empréstimo teve a sua data de vencimento prorrogada para 16 de dezembro de 2016, ao custo 6,16% a.a. Em 16 dezembro de 2016 o empréstimo foi prorrogado para 16 de junho de 2017, ao custo de 6,24% a.a. Em 16 de junho de 2017, o empréstimo foi prorrogado para 20 de junho de 2018, ao custo 6,24% a.a. Em 13 de julho de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 590.000 (pesos chilenos), ao custo 5.04% a.a., com vencimento em 12 de julho 2016. Em 12 de julho de 2016, o empréstimo teve a sua data de vencimento prorrogada para 16 de janeiro de 2017, ao custo de 6,24% a.a. Em 16 de janeiro de 2017, o empréstimo foi prorrogado para 21 de julho de 2017, ao custo de 6,24% a.a. Em 31 de maio de 2017, a controlada direta Synapsis Chile, captou junto ao Banco Itaú chile um empréstimo no valor de CLP 2.000.000 (pesos Chilenos), ao custo de 5,16% a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$ 22,6 milhões.

(m) Em 5 de fevereiro de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,12% a.a., com vencimento em 02 de junho 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 02 de abril de 2019. Em 20 de julho de 2016, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 2 de abril de 2019. Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,46% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 2 de abril de 2019. Em 29 de março de 2017, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,36% a.a., com vencimento para 28 de março de 2019. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$24,8 milhões.

(n) Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco BBVA S.A., um empréstimo no valor de CLP 653.060 (pesos chilenos), ao custo 7,32% a.a., que será pago em 12 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de setembro de 2016 e a última com vencimento em 10 de agosto de 2017. Em 30 de Junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$ 0,6 milhão.

(o) Em 8 de novembro de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,36% a.a., com vencimento para 3 de fevereiro de 2017. Em 03 de Fevereiro de 2017, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 04 de maio de 2017. Em 04 de Maio de 2017, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 31 de outubro de 2017, ao custo de 6,90%a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$ 6,6 milhões.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
2018	79.444	101.955	111.108	148.739
2019	235.440	84.489	290.975	108.320
2020	68.831	10.418	69.784	11.002
2021	10.410	5.558	10.952	5.827
2022	5.389	-	5.520	-
	399.513	202.420	488.339	273.888
Custo de captação	(700)	(142)	(700)	(142)
Total	398.813	202.278	487.639	273.746

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

"Covenants" financeiros

Controladora

Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA") ajustado, sendo:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

- O LAJIDA ajustado correspondente ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.

- O limite do índice financeiro a ser atingido pela Companhia igual ou inferior a 3 vezes o LAJIDA em cada trimestre do ano 2017 para os contratos de empréstimo (itens a, f anteriores).

- O limite do índice financeiro a ser atingido pela Companhia é igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA em cada trimestre do ano 2017 para os contratos de empréstimo (itens d, e anteriores).

Em 30 de junho de 2017, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice de 1,69 (1,89 em 31 de dezembro de 2016).

Controladas

- Contratos dos empréstimos com os Bancos Itaú, Santander e BBVA (itens g, h, i, m anteriores); o limite do índice financeiro a ser atingido pela Companhia é igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA ajustado em cada trimestre do ano 2017.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia encontra-se adimplente, tendo atingido o índice de 1,69 (1,89 em 31 de dezembro de 2016).

"Covenants" não financeiros

A seguir estão apresentados os principais "covenants" não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de dez dias.
- Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.
- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.
- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50.000, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R$30.000 em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.
- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de "stock option" aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, a Companhia estava adimplente com os "covenants" não financeiros.

15. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Tributárias (a)	30.205	28.715
Trabalhistas e previdenciárias (b)	26.746	26.695
Total	56.951	55.410
Circulante	2.547	8.272
Não circulante	54.404	47.138

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Tributárias (a)	36.005	34.475
Trabalhistas e previdenciárias (b)	35.892	36.703
Total	71.897	71.178
Circulante	2.954	9.681
Não circulante	68.943	61.497

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, o montante de R$18.927 refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião das aquisições do Grupo Work e da Synapsis.

A Companhia é, ainda, parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos, de aproximadamente R$104.337 em 30 de junho de 2017 (R$94.507 em 2016), está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. Os montantes para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimados e atualizados pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 6 de abril de 2016, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante total de R$365.742 (R$128.545 de principal e R$237.197 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias e remota para outras.

A movimentação da provisão é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	86.605	104.781
Adições e utilizações	8.027	8.443
Cisão (**)	(17.711)	(17.711)
Pagamentos	(21.511)	(21.511)
Ajuste de conversão	-	(2.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.410	71.178
Adições e utilizações	2.894	1.968
Pagamentos	(1.353)	(1.353)
Ajuste de conversão	-	104
Saldo em 30 de junho de 2017	56.951	71.897

A seguir, o cronograma estimado de desembolso das contingencias prováveis:

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Até 1 ano	2.547	8.272
De 1 a 5 anos	54.404	47.138
Total	56.951	55.410

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Até 1 ano	2.954	9.681
De 1 a 5 anos	68.943	61.497
Total	71.897	71.178

Depósitos judiciais e garantias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Companhia também reconheceu o ativo indenizável no montante de R$3.428 controladora e R$13.207 no consolidado (R$3.428 em 31 de dezembro de 2016 na controladora e R$12.901 no consolidado), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Synapsis.

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas e previdenciárias	9.764	9.340
Total	9.764	9.340
Circulante	338	2.093
Não circulante	9.426	7.247

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Trabalhistas e previdenciárias	19.543	18.813
Total	19.543	18.813
Circulante	338	2.093
Não circulante	19.205	16.720

16. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	10.875	10.340	10.875	10.340
ISS	7.592	7.654	7.657	9.205
COFINS	4.329	5.284	4.329	5.284
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	3.775	6.478	3.775	6.478
INSS	5.127	5.224	5.127	9.430
PIS	417	518	417	518
Imposto de renda e contribuição social	276	276	276	276
Outros	747	532	3.817	772
Total	33.138	36.306	36.273	42.303
Parcela do circulante	22.264	25.966	25.302	31.963
Parcela do não circulante	10.874	10.340	10.971	10.340

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado em 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota corresponde à atividade exercida em cada um de seus estabelecimentos.

17. SALÁRIOS E ENGARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Provisão para férias e encargos sociais	49.078	47.818	53.335	54.128
Provisão para 13° salário e encargos	18.254	197	18.254	197
Participação nos resultados	13.279	27.212	18.521	35.448
Salários e encargos sociais	9.803	8.490	13.715	11.757
Outros	1.184	1.610	1.184	1.610
Total	91.598	85.327	105.009	103.140

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações financeiras intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: (*)		
Provisão para fornecedores	19.816	10.941
Ágio amortizado antes da incorporação	5.230	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.085	1.976
Provisão para dissídios e encargos sociais	751	1.831
Provisão para bônus	4.737	6.168
Provisão para SAT	3.697	3.516
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	148.737	141.016
Provisão para riscos e processos judiciais oriundos de combinação de negócios	6.552	5.198
Provisão para plano de ações	2.270	2.270
Provisão para riscos e processos judiciais	866	1.496
Outros	4.165	4.997
Total	198.906	184.639

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: (*)		
Provisão para fornecedores	19.832	10.941
Ágio amortizado antes da incorporação	6.039	6.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.253	2.137
Provisão para dissídios e encargos sociais	2.165	1.831
Provisão para bônus	5.523	8.480
Provisão para SAT	3.697	3.516
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	160.874	154.199
Provisão para riscos e processos judiciais oriundos de combinação de negócios	6.552	5.198
Provisão para plano de ações	2.270	2.270
Provisão para riscos e processos judiciais	866	1.496
Outros	15.945	14.613
Total	226.016	210.814

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Ágio de incorporadas (i)	364.629	336.969	364.629	336.969
Diferenças temporárias (ii)	47.233	45.000	47.233	45.000
Ativo fixo financeiro líquido	-	-	5.709	4.411
Ativo fixo - "leasing"	-	-	4.918	2.413
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios (iii)	3.117	3.233	3.117	9.293
"Fair value" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (iii)	532	1.438	1.309	4.943
Outros	1.431	926	11.520	3.182
Total	416.942	387.566	438.435	406.211

(i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.

(ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.

(iii) Refere-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago na aquisição da Synapsis.

c) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	188.167	349.529	161.362
Adições	28.212	74.993	46.781
Cisão	(15.728)	(25.184)	(9.456)
Baixas	(750)	(11.772)	(11.022)
Perda de base negativa de prejuízo fiscal	(15.262)	-	15.262
Saldo em 31 de dezembro de 2016	184.639	387.566	202.927
Adições	20.724	38.944	18.220
Baixas	(6.457)	(9.568)	(3.111)
Saldo em 30 de junho de 2017	198.906	416.942	218.036
Classificados no ativo			-
Classificado no passivo			218.036

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	220.682	372.882	152.200
Adições	35.674	78.121	42.447
Cisão	(15.728)	(25.184)	(9.456)
Baixas	(9.914)	(15.478)	(5.564)
Perda de base negativa de prejuízo fiscal	(15.262)	-	15.262
Ajuste de tradução	(4.638)	(4.130)	508
Saldo em 31 de dezembro de 2016	210.814	406.211	195.397
Adições	24.246	42.254	18.008
Baixas	(9.668)	(10.548)	(880)
Ajuste de tradução	624	518	(106)
Saldo em 30 de junho de 2017	226.016	438.435	212.419
Classificados no ativo			5.617
Classificados no passivo			218.036

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.992	35.468	18.101	26.549
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(14.617)	(12.059)	(6.154)	(9.027)
Bônus	(1.361)	(480)	(967)	(187)
Equivalência patrimonial	1.728	(1.739)	549	(1.318)
Plano de compra de opção de ações	(528)	(463)	(264)	(249)
Brindes e doações	(125)	(9)	(73)	(5)
Depreciação de veículos	(143)	(44)	(54)	(22)
Outros	(64)	(16)	(56)	(3)
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	(15.110)	(14.810)	(7.019)	(10.811)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	-	(652)	-	(636)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos	(15.110)	(14.158)	(7.019)	(10.175)

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.717	36.816	21.273	27.285
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(16.224)	(12.517)	(7.233)	(9.277)
Bônus	(1.362)	(480)	(967)	(455)
Plano de compra de opção de ações	(528)	(463)	(264)	(321)
Brindes e doações	(125)	(9)	(73)	(5)
Depreciação de veículos	(143)	(44)	(54)	(22)
Prejuízo fiscal	(106)	(2.141)	(685)	(2.720)
Amortização de intangível	-	124	-	57
Contratos de “leasing”	-	(1.066)	-	-
Impostos pagos por presunção - exterior	(25)	(151)	(25)	274
Diferenças de alíquotas - exterior	(1.173)	-	(851)	-
Ajuste de tradução	(20)	135	415	160
Outros	(129)	454	(454)	762
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	(19.835)	(16.158)	(10.191)	(11.547)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(2.632)	1.014	(1.916)	1.686
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.203)	(17.172)	(8.275)	(13.233)

Alterações nas legislações tributárias - Colômbia e Chile

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Synapsis Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente.

Reforma tributária colombiana

Em 29 dezembro de 2016, foram introduzidas na Colômbia algumas modificações no regime fiscal para o exercício de 2017, conforme segue:

- Imposto de renda: em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, as taxas de imposto de renda para as empresas da Colômbia são as seguintes:

Tipo de sociedade	Ano	Tarifa	Sobretaxa
Sociedade nacional	2017	34%	6%
Sociedade nacional	2018	33%	4%
Sociedade nacional	2019	33%	0%
Sociedade em zona franca	2017	20%	0%

- Imposto sobre vendas: a partir de 1º de janeiro de 2017, a taxa de imposto sobre vendas passou de 16% para 19%.

  A partir de 1º de janeiro de 2017, alguns serviços foram excluídos de tributação de imposto sobre vendas; são eles:

  – Serviços de hospedagem.

  – Serviços de “cloud computing”.

  – Serviços remotos.

- Taxa de imposto de serviços prestados no exterior: a partir de 1º de janeiro de 2017, a tarifa de retenção na fonte por serviços de consultoria, serviços técnicos e assistência técnica prestados no exterior passou de 10% para 15%.

- Taxa de imposto sobre consumo: a partir de 1º de janeiro de 2017, os seguintes serviços passaram a ser tributados com taxa de 4%:

  – Serviços de telefonia.

  – Serviços de dados móveis (telefonia móvel).

  – Serviços de internet.

  – Serviços de navegação móvel.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2017 o capital social subscrito é de R$1.106.094 (R$1.065.455 em 31 de dezembro de 2016) e o capital social integralizado é de R$ 1.065.455. O capital subscrito está dividido em 94.660.348 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (90.373.497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2016), assim distribuídas:

	30/06/2017		31/12/2016	
Acionista	Número de ações	%	Número de ações	%
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações	86.414.051	91,29	86.414.051	95,62
Luiz Roberto Novaes Mattar	2.576.077	2,72	2.576.077	2,85
Total de ações integralizadas	88.990.128	-	88.990.128	-
Ações a integralizar	4.286.851	4,53	-	-
Ações em tesouraria	1.383.369	1,46	1.383.369	1,53
Total de ações	94.660.348	100,00	90.373.497	100,00

A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2016 houve a cisão do negócio BPO. O acervo líquido cindido nessa operação foi de R$141.673.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2017, tendo em vista o futuro exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia, foi deliberado o aumento do capital social no montante de R$ 40.639, com a subscrição particular de 4.286.851 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, a serem integralizadas. Em 30 de junho de 2017 essas ações ainda não tinham sido integralizadas.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2016, após a constituição da reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, foram destinados R$10.919 para dividendos propostos e R$32.757 para reserva de retenção de lucros - investimentos “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

d) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das informações financeiras intermediárias de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial das contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 20), devido ao fato de essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante:		
Contas a receber de partes relacionadas:		
Neobpo (a)	14.666	3.241
Neobpo (b)	4.113	-
Synapsis Chile	78	76
Synapsis Peru SRL	79	79
One Cloud	288	74
	19.224	3.470
Neobpo (d)	9.632	-
Total	28.856	3.470
Ativo não circulante:		
Neobpo (a)	-	12.422
Total	-	12.422
Passivo circulante:		
Neobpo (e)	3.026	-
Total	3.026	-
Passivo não circulante:		
Synapsis Argentina SRL (c)	14.818	14.819
Synapsis Chile (c)	6.498	6.147
Synapsis Peru SRL (c)	25	24
Total	21.341	20.990
Resultado:		
Neobpo	8.319	-
Total	8.319	-

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Ativo circulante:		
Contas a receber de partes relacionadas:		
Neobpo (a)	14.666	3.241
Neobpo (b)	4.113	-
	18.779	3.241
Neobpo (d)	9.632	-
Total	28.411	3.241
Ativo não circulante:		
Neobpo (a)	-	12.422
Total	-	12.422

	Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016
Passivo circulante:		
Neobpo (e)	3.026	-
Total	3.026	-
Resultado:		
Neobpo	8.319	-
Total	8.319	-

(a) Em 31 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de mútuo entre a Companhia e a Neobpo no montante de R$15.663 em decorrência da separação razoável das obrigações de financiamentos de cada uma no momento da cisão. O referido contrato tinha prazo para ser quitado em 58 parcelas e o valor será acrescido de juros calculados com base na variação do CDI mais taxa de 2,3198% ao ano. Em 31 de março de 2017 foi feito um aditivo alterando o prazo de quitação para 12 parcelas, com vencimento final em 31 de março de 2018. As taxas de juros permaneceram inalteradas.

(b) Referem-se a saldos a receber entre a Companhia e a coligada Neobpo em decorrência da separação razoável das obrigações de cada uma no momento da cisão.

(c) Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Synapsis e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar para essas empresas nos montantes de R$947 e R$18.022, respectivamente. Em fevereiro de 2016, foram amortizados R$3.204 do valor a pagar à Synapsis Argentina, e o montante de R$5.156, sendo Synapsis R$5.133 e Synapsis Peru SRL R$23. A Companhia não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo. Essas transações não têm atualização monetária.

(d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de TI e “cloud” para a Neobpo.

(e) Refere-se ao contrato de aluguel de espaços utilizados para a prestação de serviços a determinados clientes.

21. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cindiu todo seu segmento BPO (vide nota explicativa nº 1).

O segmento BPO não era classificado anteriormente como operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

a) Efeito da cisão sobre a posição financeira do Grupo

Os saldos patrimoniais decorrentes da cisão da operação descontinuada estão apresentados na nota explicativa nº 1.

b) Resultado líquido das operações descontinuadas no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016

	Semestre findo em 30/06/16 Operação descontinuada	Trimestre findo em 30/06/16 Operação descontinuada
Receita de serviços prestados	354.708	171.905
Impostos sobre serviços prestados	(34.779)	(16.882)
Receita líquida de serviços	319.929	155.023
Custo dos serviços prestados	(288.449)	(139.860)
Lucro bruto	31.480	15.163
Despesas operacionais	(32.608)	(16.074)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(1.128)	(911)
Resultado financeiro	(11.873)	(6.568)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.001)	(7.479)
Imposto de renda e contribuição social das operações descontinuadas	3.956	2.311
Prejuízo líquido do período das operações descontinuadas	(9.045)	(5.168)
Prejuízo básico por ação das operações descontinuadas	(0,10)	(0,06)
Prejuízo diluído por ação das operações descontinuadas	(0,10)	(0,06)

c) Demonstração dos fluxos de caixa das operações descontinuadas para o semestre findo em 30 de junho de 2016

	30/06/2016
Fluxo de caixa de operações descontinuadas:	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23.930
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(18.763)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	326
Caixa líquido utilizado nas operações descontinuadas	5.493

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita de serviços prestados	686.579	636.364	343.999	324.484
Impostos sobre serviços prestados (*)	(100.287)	(93.877)	(49.760)	(47.262)
Receita líquida de serviços	586.292	542.487	294.239	277.222

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receita de serviços prestados	820.674	779.468	410.202	394.310
Impostos sobre serviços prestados (*)	(100.340)	(93.993)	(49.774)	(47.378)
Receita líquida de serviços	720.334	685.475	360.428	346.932

(*) Refere-se ao PIS, à COFINS e ao ISS incidentes sobre os serviços prestados.

23. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com pessoal	315.817	293.738	158.002	146.231
Depreciações e amortizações	59.636	54.672	30.722	27.841
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	65.637	70.175	32.288	35.562
Despesas com ocupação	20.231	23.507	10.265	11.498
Telefonia, conectividade e “link”	12.135	13.698	6.016	6.867
Aluguel	13.118	7.628	5.205	3.812
Serviços de terceiros	21.946	24.575	9.403	12.720
Viagens	3.965	4.190	2.168	2.288
Equivalência patrimonial	(5.085)	5.116	(1.619)	3.877
Outros custos e despesas, (receitas)	(4.427)	(4.353)	(2.248)	(3.124)
Total	502.973	492.946	250.202	247.572
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(448.684)	(435.808)	(222.075)	(217.415)
Despesas com vendas	(15.200)	(14.775)	(7.395)	(7.339)
Despesas gerais e administrativas	(44.174)	(37.372)	(22.345)	(18.993)
Resultado de equivalência patrimonial	5.085	(5.116)	1.618	(3.878)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	125	(5)	53
Total	(502.973)	(492.946)	(250.202)	247.572

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Despesas com pessoal	367. 933	342.197	184.688	172.363
Depreciações e amortizações	74.093	70.200	38.553	35.253
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	71.354	94.728	34.776	45.050
Despesas com ocupação	27.479	30.836	14.213	16.159
Telefonia, conectividade e “link”	16.292	19.072	8.068	9.441
Aluguel	13.128	17.525	5.205	4.812
Serviços de terceiros	43.932	43.371	12.603	21.770
Viagens	6.112	6.222	3.123	3.289
Outros custos e despesas	5.328	3.249	8.877	2.229
Total	625.651	627.400	310.106	310.366
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	(548.270)	(555.942)	(271.282)	(274.517)
Despesas com vendas	(16.227)	(15.883)	(7.903)	(7.874)
Despesas gerais e administrativas	(61.154)	(55.700)	(30.916)	(28.028)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	125	(5)	53
Total	(625.651)	(627.400)	(310.106)	(310.366)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	968	364	383	170
Outras receitas	1.347	650	701	(40)
Total	2.315	1.014	1.084	130

Despesas financeiras:				
Juros passivos	(26.109)	(20.650)	(18.924)	(21.847)
Outras despesas financeiras	(3.962)	(1.479)	(2.132)	(720)
Variação do valor justo – Swap CDI	(3.011)	(4.913)	2.654	8.310
Total	(33.082)	(27.042)	(18.402)	(14.257)
Variação cambial, líquida	(991)	37.530	(7.134)	19.927
Variação do valor justo – Swap Moedas	(8.569)	(25.575)	(1.484)	(8.901)
Total	(9.560)	11.955	(8.618)	11.026
Resultado financeiro, líquido	(40.327)	(14.073)	(25.936)	(3.101)

	Consolidado			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.349	921	494	488
Outras receitas	1.392	1.002	726	(7)
Total	2.741	1.923	1.220	481
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(31.939)	(27.441)	(21.680)	(25.233)
Outras despesas financeiras	(4.884)	(2.666)	(2.715)	(1.338)
Variação do valor justo – Swap CDI	(3.011)	(4.913)	2.654	8.310
Total	(39.834)	(35.020)	(21.741)	(18.261)
Variação cambial, líquida	(1.304)	37.413	(7.044)	17.400
Variação do valor justo – Swap Moedas	(8.569)	(25.575)	(1.484)	(8.901)
Total	(9.873)	11.838	(8.528)	8.499
Resultado financeiro	(46.966)	(21.259)	(29.049)	(9.281)

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 30 de junho de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$6.672 na controladora e no consolidado (R$5.476 na controladora e no consolidado em 30 de junho de 2016), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Benefícios de curto prazo:		
Salários e bônus	5.431	4.799
Plano de opção de compra de ações	1.090	576
Outros benefícios	151	121
Total	6.672	5.476

26. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em 6 de maio de 2010, foi aprovada a proposta dos administradores para o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano 1"), cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações								Premissas de valor justo		
Plano	Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	Preço de exercício - reais (*)	Precificação de opções - reais	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo de maturidade
1	2010	4.993.106	-	-	4.993.106	9,48 e 3,52	De 2,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2011	627.607	-	(415.803)	5.204.910	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2012	1.028.401	-	(766.413)	5.466.898	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2013	337.652	-	(231.802)	5.572.748	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2013	106.827	-	-	5.679.575	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2014	15.000	-	(402.449)	5.292.126	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2015	423.547	(1.383.369)	(181.523)	4.150.781	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2016	-	-	(120.672)	4.030.109	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
1	2017	256.742	-	-	4.286.851	9,48 e 3,52	De 12,31 a 31,82	31,2	De 12,25 a 14,15	6 anos
2	2016	3.264.375	-	(80.000)	3.184.375	28,95 e 3,05	32,37	31,2	De 13,04 a 11,46	3 anos
2	2017	175.435	-	(35.000)	3.324.810	28,95 e 3,05	32,37	31,2	De 13,04 a 11,46	3 anos

(*) Em virtude da cisão do segmento BPO, conforme mencionado na nota explicativa n° 1, a Administração da Companhia aprovou a segregação do preço de exercício dos Planos 1 e 2 entre a Companhia e a Neobpo, conforme demonstrado a seguir:

	Tivit	Neobpo	Total
Plano 1	9,48	3,52	13,00
Plano 2	28,95	3,05	32,00

A Companhia teve suas ações negociadas na bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das Letras no Tesouro Nacional - LTN com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

As despesas referentes ao valor justo das opções concedidas reconhecidas no resultado do trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções de compras de ações, foram de R$776 e R$ 1.553, respectivamente (R$838 e R$ 1.572 no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016, sendo R$552 e R$ 974 na operação continuada e R$286 e R$ 598 na operação descontinuada), registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Controladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta para o Plano Phantom de Stock Options Latam. Esse plano tem prazo de quatro anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções Phantom.

Durante os anos 2015 e 2016 foram outorgadas 390.000 opções, conforme demonstrado a seguir. Não houve exercício, prescrição ou vencimento de nenhuma opção.

Outorga					Premissas valor justo		
Número	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício - reais	Precificação de opções - reais	Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo de maturidade
1º	2015	390.000	22,49	18,98	31,2	De 13,04 a 11,46	4 anos

A Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

As despesas referentes ao valor justo das opções reconhecidas no resultado do trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017 foram de R$54 e R$108, respectivamente, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” em contrapartida ao passivo.

27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido (prejuízo) e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	Operação continuada			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	27.882	20.658	11.082	15.738
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	90.743	88.990	90.743	88.990
Lucro básico por ação - R$	0,31	0,23	0,12	0,18
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	27.882	20.658	11.082	15.738
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	90.743	88.990	90.743	88.990
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	3.648	2.532	3.648	2.532
Total (em milhares)	94.391	91.522	94.391	91.522
Lucro diluído por ação - R$	0,30	0,23	0,12	0,17

	Operação continuada e descontinuada			
	Seis meses		Três meses	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	27.882	11.613	11.082	15.570
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	90.743	88.990	90.743	88.990
Lucro básico por ação - R$	0,31	0,13	0,12	0,17
Lucro atribuível aos acionistas da Sociedade	27.882	11.613	11.082	15.570
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	90.743	88.990	90.743	88.990
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	3.648	2.532	3.648	2.532
Total (em milhares)	94.391	91.522	94.391	91.522
Lucro diluído por ação - R$	0,30	0,13	0,12	0,17

28. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. O contrato teve início em julho de 2013 e não tem data de validade. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a esse contrato foram de R$8.442 e R$16.450 (R$10.221 e R$ 20.927 em 30 de junho de 2016), os quais foram apropriados ao resultado. A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.

- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a esses contratos foram de R$848 e R$1.845 (R$849 e R$1.863 em 30 de junho de 2016), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de março de 2017, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.

- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a esses contratos foram de R$6.745 e R$13.518 (R$6.290 e R$12.359 em 30 de junho de 2016), os quais foram apropriados ao resultado. Em 30 de junho de 2017, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.

- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/ suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 12 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2016. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a esse contrato foram de R$23.770 e R$49.366 (R$33.602 e R$65.732 em 30 de junho de 2016), os quais foram apropriados ao resultado. Em 30 de junho de 2017, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.

- Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Companhia é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. No trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a esses contratos foram de R$7.631 e R$ 18.310 (R$6.804 e R$13.684 em 30 de junho de 2016), os quais foram apropriados ao resultado. Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), sendo o reajuste calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 30 de junho de 2017, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com o aluguel de imóveis serão consistentes com os gastos incorridos.

- Arrendamento mercantil - a Companhia possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 14. Adicionalmente, mantém compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional de equipamentos com prazos de seis meses a quatro anos e sem cláusula de opção de compra ao término dos contratos. Em 30 de junho de 2017, o valor presente das obrigações relacionadas a esses contratos de arrendamento operacional totalizava R$412 (R$3.861 em 30 de junho de 2016).

Fianças bancárias

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

	30/06/2017		31/12/2016	
Modalidade	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	1.067	1.226	3.476	3.573
Garantias judiciais	988	10.718	2.020	11.492
Garantias de clientes	9.436	22.726	7.901	20.597
Total	11.491	34.670	13.397	35.662

29. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fornecedores de licença de uso de software não liquidados	-	1.999	-	1.999
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	3.341	6.326	3.341	8.270
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	19.370	88.185	34.913	88.185
Pagamento de contingências com depósitos judiciais	-	737	-	737
Provisão para aquisição de ágio - One Cloud	-	4.527	-	4.527
Transferência de operação de swap - cisão	-	25.373	-	25.373

30. SEGUROS

A Sociedade adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	30/06/2017	31/12/2016
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	745.772	775.654
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	36.894	37.833
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	5.000	5.000
Automóveis	Cobertura básica	10.744	10.744
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	682.106	766.481
Total		1.619.266	1.734.462

31. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As presentes informações financeiras intermediárias foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de julho de 2017.

Declaração dos Diretores da TIVIT, Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. sobre as Informações Financeiras Intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2017

Os Diretores da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, §1º, VI da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordaram ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as informações financeiras intermediárias da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

São Paulo, 31 de julho de 2017.

Luiz Roberto Novaes Mattar
Diretor Presidente

Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Renato Gazaffi
Diretor Vice Presidente de Tecnologia da Informação

Tatiana Silva Lorenzi
Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional

André Guimarães Frederico
Diretor de Estratégia e Relação com Investidores

Declaração dos Diretores da TIVIT, Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. sobre o Parecer do Auditor Independente

Os Diretores da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, §1º, VI da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordaram ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

São Paulo, 31 de julho de 2017.

Luiz Roberto Novaes Mattar
Diretor Presidente

Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Renato Gazaffi
Diretor Vice Presidente de Tecnologia da Informação

Tatiana Silva Lorenzi
Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional

André Guimarães Frederico
Diretor de Estratégia e Relação com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstração Financeira Individual e Consolidada da Companhia Referente ao Exercício Social Findo em 31 de Dezembro de 2016

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem aos Acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("TIVIT") vem submeter as suas demonstrações financeiras, relativas às atividades dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, acompanhadas das notas explicativas.

Apresentação

A TIVIT é líder em serviços integrados de Tecnologia na América Latina.

Com presença em sete países da região, a partir dos quais presta serviços para 35 países do mundo, a empresa é reconhecida por fazer a gestão de operações críticas com agilidade, segurança e flexibilidade.

A TIVIT entende profundamente os desafios de negócio dos seus clientes. Além disso, a companhia faz a gestão de operações estratégicas e vitais de seus clientes, garantindo alta disponibilidade e segurança da informação.

Presente no mercado há 18 anos e com um portfólio único de soluções, a TIVIT transforma o dinamismo e a complexidade da tecnologia por meio de suas três linhas de serviços: *IT Services, Cloud Solutions e Digital Business*.

Desempenho operacional

A partir de sua estratégia de crescimento, baseada em três grandes pilares: expansão geográfica, venda de mais serviços na atual base de clientes (*cross sell*) e ampliação do portfólio de serviços, a TIVIT deu um importante passo na sua trajetória de sucesso em 2014, quando passou a operar em sete países da América Latina: Chile, Colômbia, Argentina, Peru, Panamá e Equador, além do Brasil.

A infraestrutura da TIVIT para a gestão de serviços de tecnologia conta com 9 data centers na região – sendo 4 no Brasil, 2 no Chile, 1 na Colômbia, 1 no Peru e 1 na Argentina.

Em 2015, continuou expandindo a sua reconhecida capacidade de suportar operações complexas e de larga escala, com altos níveis de disponibilidade e confiabilidade, sempre atuado em parceria com seus clientes.

Em 2016, a TIVIT fez o maior investimento da sua história, expandido sua oferta de *Cloud Computing* para toda a América Latina e criamos a Digital Business, com objetivo de cada vez mais apoiar nossos clientes na transformação dos seus negócios.

Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2016 foi concretizada a reorganização societária, com a cisão dos negócios de *Business Process Outsourcing* (BPO) do restante das operações da TIVIT e criação da empresa NeoBPO. Com a cisão, ambas as companhias passaram a ter estratégia, gestão e

plano de investimentos independentes, focados em impulsionar o crescimento de ambos negócios e gerar valor para seus clientes, funcionários e acionistas.

Receita, EBITDA e EBITDA Ajustado

A solidez da sua estrutura de vendas, tecnologia e serviços alavancou mais um ano de resultados recordes.

Alcançamos nos 12 meses de 2016 a receita líquida de serviços de R$1,4 bilhões, apresentando um crescimento de 5% em relação ao ano de 2015.

O EBITDA ajustado de 2016 foi de R$ 325 milhões (23% da Receita Operacional Líquida), refletindo o avanço do resultado operacional e acompanhado de crescente produtividade em nossas operações.

A seguir apresentamos a conciliação do EBITDA e do EBITDA ajustado das operações continuadas:

(R$ mil)	2016	2015	%	2014	%
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	63.619	24.697	**157,6%**	61.146	**-59,6%**
Depreciação e Amortização	141.552	145.765	**-2,9%**	105.812	**37,8%**
Resultado financeiro líquido	55.369	73.729	**-24,9%**	17.558	**319,9%**
Imposto de renda e contribuição social	61.256	21.283	**187,8%**	53.427	**-60,2%**
EBITDA	**321.796**	**265.474**	**21,2%**	**237.943**	**11,6%**
Custos com Rescisões Posteriores a Aquisição/Cisão	767	17.838	**-95,7%**	-	
Despesas com reestruturação e reorganização	-	11.041	**-100,0%**	9.311	**18,6%**
Stock options	2.068	1.648	**25,5%**	4.485	**-63,3%**
EBITDA Ajustado	**324.631**	**296.001**	**9,7%**	**251.739**	**17,6%**

Apresentamos abaixo as principais linhas do resultado que compõem o EBITDA e EBITDA ajustado:

(R$ mil)	2016	2015	%	2014	%
Receita Operacional Líquida	1.413.938	1.343.691	**5,2%**	1.002.955	**34,0%**
Custos dos Serviços Prestados	1.090.601	1.091.821	**-0,1%**	746.859	**46,2%**
Lucro Bruto	**323.337**	**251.870**	**28,4%**	**256.096**	**-1,7%**
Despesas Operacionais	**143.093**	**132.161**	**8,3%**	**123.965**	**6,6%**
Gerais e Administrativas	121.408	106.394	**14,1%**	111.983	**-5,0%**
Vendas e Marketing	22.111	26.046	**-15,1%**	12.227	**113,0%**
Outras Receitas (despesas) Operacionais	(426)	(279)	**52,7%**	(245)	**13,9%**
EBIT	**180.244**	**119.709**	**50,6%**	**132.131**	**-9,4%**
Depreciação e Amortização	(141.552)	(145.765)	**-2,9%**	(105.812)	**37,8%**
EBITDA	**321.796**	**265.474**	**21,2%**	**237.943**	**11,6%**
Custos com Rescisões Posteriores a Aquisição/Cisão	(767)	(17.838)	**-95,7%**	-	
Despesas com reestruturação e reorganização	-	(11.041)	**-100,0%**	(9.311)	**18,6%**
Stock options	(2.068)	(1.648)	**25,5%**	(4.485)	**-63,3%**
EBITDA Ajustado	**324.631**	**296.001**	**9,7%**	**251.739**	**17,6%**
Margem EBITDA (Ajustado)	**23,0%**	**22,0%**		**25,1%**	

De acordo com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA é a abreviação em língua inglesa do LAJIDA, que por sua vez pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Endividamento

O endividamento bancário líquido consolidado terminou em R$ 582 milhões e representou 1,8 vezes o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.

(R$ mil)	2016	2015	2014
Dívida (i)	(684.400)	(756.056)	(803.293)
Caixa e equivalentes de caixa	101.762	39.783	169.207
Dívida líquida	**(582.638)**	**(716.273)**	**(634.086)**

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, swaps e debêntures circulantes e não circulantes.

Responsabilidade Social

A TIVIT incentiva seus colaboradores a participarem de diversos programas sociais, além de contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde está inserida. Os projetos incluem campanhas como doação e distribuição de brinquedos na época do Natal e no Dia das Crianças, arrecadação de agasalhos e doação de livros, além de projetos educacionais e de inclusão social.

Alguns dos exemplos dessas ações são: “Campanha do Agasalho”- quando são arrecadadas cerca de 50 mil peças todos os anos; “Árvore dos Sonhos” - campanha de Natal realizada com doação de presentes para crianças e idosos carentes com 7 mil presentes arrecadados; e o “Dia Encantado”- festa organizada anualmente em comemoração ao Dia das Crianças, para os filhos dos colaboradores da TIVIT, com mais de 2 mil crianças beneficiadas a cada ano.

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 1.240
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e as suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de março de 2017, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 2.32, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. Nossa opinião não está modificada em função deste assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém registrado como ágio na aquisição de investimentos o montante de R$1.311.328 mil, conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. De acordo com as práticas contábeis no Brasil e as IFRSs, a Sociedade deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. Além disso, o processo de avaliação da Administração envolve um alto grau de julgamento e estimativa pois é complexo e altamente crítico e se baseia em premissas, especificamente relacionadas ao crescimento de receitas e custos, a taxa de desconto, que são afetadas por condições de mercado ou econômicas esperadas futuras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de especialista para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Sociedade, em particular àquelas relacionadas com as premissas de crescimento da receita e custos e também, a avaliação da razoabilidade do modelo utilizado e recálculo matemático dos fluxos de caixa preparados pela Administração. Também nos concentramos na adequação das divulgações da Sociedade sobre as premissas para as quais o resultado do teste de perda do valor recuperável é mais sensível, ou seja, aquelas que têm efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do ágio e na avaliação dos desenhos e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o valor recuperável do ágio.

Gestão de liquidez para os próximos doze meses

Em seu balanço consolidado, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$306.270 mil em 31 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. De acordo com as práticas contábeis no Brasil e as IFRSs, a Sociedade deve divulgar em suas demonstrações financeiras os seus planos para administrar essa situação de iliquidez momentânea. O processo de conclusão de que não existe incerteza relevante com relação à continuidade operacional da Sociedade foi complexo e envolveu alto grau de julgamento por parte da administração, pois apresenta incerteza de estimativas com relação a capacidade de geração de caixa pela Sociedade, bem como a renegociação ou obtenção de financiamento com instituições financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a discussão dos planos de gestão de liquidez com membros da alta Administração, o exame das linhas de créditos aprovadas junto as instituições financeiras e a avaliação dos fluxos de geração de caixa para os próximos 12 meses da Sociedade, incluindo o desafio às principais premissas determinadas pela Administração. Também envolvemos membros seniores da nossa equipe da auditoria na avaliação da adequação das premissas

Adicionalmente, nos concentramos na avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras com relação a conclusão da Administração de que não existe incerteza relevante com relação a continuidade operacional da Sociedade.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Auto de Infração - Ágio Dethalas

Em 6 de abril de 2016, a Sociedade foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor total de R$ 362.121 mil, com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras. Essa disputa está na fase administrativa de discussão. De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Sociedade deve avaliar a probabilidade de perda decorrente dessa disputa para determinar se há necessidade de registro de provisão. Essa avaliação é importante para a nossa auditoria porque o montante questionado pelas autoridades tributárias é relevante para as demonstrações financeiras da Sociedade. Além disso, o processo de avaliação depende das estimativas consideradas pela Administração da Sociedade, suportada pelos seus assessores jurídicos externos, o que envolve um grau elevado de julgamento.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, leitura do Auto de Infração, circularização dos assessores jurídicos externos da Sociedade, entendimentos dos controles internos relacionados a essa contingência, confronto entre a posição dos assessores jurídicos e a posição da Administração, o envolvimento de especialistas tributários internos para desafiar o posicionamento da Administração e dos assessores jurídicos, incluindo o exame detalhado do Auto de Infração e a defesa apresentada para cada infração apontada pela Receita Federal do Brasil

Adicionalmente, nos concentramos na avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras com relação a divulgação dessa contingência de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRSs, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de maio de 2017

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walmir Bolgheroni
Contador
CRC nº 1 SP 139.601/O-9

2017-SPO-0901.docx

© 2017 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
ATIVOS	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	5	84.837	13.691	148.649	101.762	39.783	169.207
Contas a receber	6	154.387	219.019	207.128	219.116	292.841	299.292
Contas a receber - partes relacionadas	20	3.470	188	7.579	3.241	-	-
Aplicação financeira restrita	1	-	-	53.124	-	-	53.124
Impostos a recuperar	8	21.553	44.120	40.110	37.127	59.310	65.054
Despesas antecipadas	7	15.515	22.424	9.413	22.484	27.449	13.813
Operações com swap	4.5	13.517	-	-	13.517		
Depósitos judiciais	15.1	2.093	10.247	-	2.093	10.247	-
Outros créditos		13.370	16.412	11.961	16.418	19.475	20.852
Total dos ativos circulantes		308.742	326.101	477.964	415.758	449.105	621.342
NÃO CIRCULANTES							
Operações com swap ativo	4.5	30.342	70.542	15.014	30.342	70.542	15.014
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-		7.530	9.162	12.639
Outros créditos		-	-	215	343	518	2.301
Contas a receber - partes relacionadas	20	12.422	-	-	12.422	-	-
Despesas antecipadas	7	4.220	5.353	-	4.220	5.353	-
Depósitos judiciais e garantias	15.1	7.247	18.018	19.665	16.720	28.924	19.665
Investimentos	11	138.487	154.899	200.765	-	-	-
Imobilizado	12	389.971	488.137	401.091	479.563	579.269	479.521
Intangível:							
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.311.328	1.378.909	1.314.144	1.452.122	1.538.414	1.529.412
Outros intangíveis	10	130.672	132.053	145.160	154.767	169.331	158.666
Total dos ativos não circulantes		2.024.689	2.247.911	2.096.054	2.158.029	2.401.513	2.217.218
TOTAL DOS ATIVOS		2.333.431	2.574.012	2.574.018	2.573.787	2.850.618	2.838.560

	Nota	Controladora			Consolidado		
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTES							
Fornecedores	13	56.590	82.102	80.553	91.723	143.473	155.685
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	359.163	148.838	184.864	454.513	213.192	246.420
Impostos a recolher	16	25.966	34.254	31.373	31.963	37.563	40.824
Salários e encargos sociais	17	85.327	102.599	123.875	103.140	112.731	128.139
Provisão para riscos e processos judiciais	15	8.272	15.606	12.150	9.681	17.332	15.770
Dividendos a pagar	19.b)	10.919	1.724	20.413	10.919	1.724	20.413
Demais contas a pagar		5.679	6.604	8.238	20.089	10.678	8.238
Total dos passivos circulantes		551.916	391.727	461.466	722.028	536.693	615.489
NÃO CIRCULANTES							
Fornecedores	13	-	-	10.855	2.416	2.737	10.963
Provisão para riscos e processos judiciais	15	47.138	70.999	44.803	61.497	87.449	44.803
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	202.278	478.875	465.377	273.746	613.406	571.887
Impostos a recolher	16	10.340	26.800	20.267	10.340	26.800	20.267
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	202.927	161.362	147.060	202.927	161.362	147.060
Contas a pagar - partes relacionadas	20	20.990	24.720	-	-	-	-
Demais contas a pagar		14.555	15.974	18.836	17.546	18.616	22.737
Total dos passivos não circulantes		498.228	778.730	707.198	568.472	910.370	817.717
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19						
Capital social	19.a)	1.065.455	1.207.128	1.193.770	1.065.455	1.207.128	1.193.770
Capital a integralizar	19.a)	-	-	(4.626)	-	-	(4.626)
Ações em tesouraria	19.a)	(46.715)	(46.715)	-	(46.715)	(46.715)	-
Reservas de capital	19.b) e c)	43.080	40.448	37.552	43.080	40.448	37.552
Reservas de lucros	19.b)	218.804	183.748	178.214	218.804	183.748	178.214
Resultado abrangente acumulado	19.d)	2.663	18.946	444	2.663	18.946	444
Total do patrimônio líquido		1.283.287	1.403.555	1.405.354	1.283.287	1.403.555	1.405.354
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.333.431	2.574.012	2.574.018	2.573.787	2.850.618	2.838.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora			Consolidado		
	explicativa	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
		NEW TIVIT	NEW TIVIT	NEW TIVIT	NEW TIVIT	NEW TIVIT	NEW TIVIT
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	22	1.133.573	1.075.616	916.358	1.413.938	1.343.691	1.002.955
Custo dos serviços prestados	23	(865.165)	(857.344)	(680.058)	(1.090.601)	(1.091.821)	(746.859)
LUCRO BRUTO		268.408	218.272	236.300	323.337	251.870	256.096
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS							
Vendas	23	(19.992)	(15.478)	(6.683)	(22.111)	(26.046)	(12.227)
Gerais e administrativas	23	(88.044)	(73.100)	(96.113)	(121.408)	(106.394)	(111.983)
Resultado de equivalência patrimonial	23	282	(20.166)	(22.100)	-	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	23	426	279	245	426	279	245
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		161.080	109.807	111.649	180.244	119.709	132.131
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas financeiras	24	4.714	19.484	16.777	5.884	16.927	17.983
Despesas financeiras	24	(39.504)	(74.124)	(52.483)	(55.041)	(83.899)	(61.199)
Variação cambial líquida	24	(3.911)	(7.086)	25.658	(6.212)	(6.757)	25.658
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		122.379	48.081	101.601	124.875	45.980	114.573
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	-	(95)	(398)	2.348	104	(402)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	18	(58.760)	(23.289)	(40.057)	(63.604)	(21.387)	(53.025)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO OPERAÇÕES CONTINUADAS		63.619	24.697	61.146	63.619	24.697	61.146
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	21	(17.644)	(17.439)	25.202	(17.644)	(17.439)	25.202
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		45.975	7.258	86.348	45.975	7.258	86.348
			-	-			
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS							
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R$	27	0,52	0,08	0,97	0,52	0,08	0,97
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R$	27	0,49	0,08	0,95	0,49	0,08	0,95
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS							
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R$	27	0,71	0,28	0,69	0,71	0,28	0,69
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R$	27	0,67	0,27	0,67	0,67	0,27	0,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	45.975	7.258	86.348	45.975	7.258	86.348
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS						
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:						
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	(16.761)	20.896	444	(16.761)	20.896	444
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas que não serão liquidados	478	(2.394)	-	478	(2.394)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	29.692	25.760	86.792	29.692	25.760	86.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R$)

					Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Ações em tesouraria	Ágio por incorporação	Reserva de compra de ações liquidados com instrumentos de patrimônio	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.189.144	-	-	3.263	26.012	13.729	98.645	-	-	1.330.793
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	-	86.348	-	86.348
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	444	444
Outros resultados abrangentes	19.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
											-
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no exercício	26	-	-	-	-	8.482	-	-	-	-	8.482
Emissão de ações a integralizar	19.a)	4.626	(4.626)	-	-	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações	19.a)	-	-	-	-	(205)	-	-	-	-	(205)
Constituição de reserva legal	19.b)	-	-	-	-	-	4.317	-	(4.317)	-	-
Dividendos mínimos propostos	19.b)	-	-	-	-	-	-	-	(1.508)	-	(1.508)
Juros sobre o capital próprio	19.b)	-	-	-	-	-	-	-	(19.000)	-	(19.000)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.b)	-	-	-	-	-	-	61.523	(61.523)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		1.193.770	(4.626)	-	3.263	34.289	18.046	160.168	-	444	1.405.354
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	7.258	-	7.258
Outros resultados abrangentes	19.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	18.502	18.502
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no exercício	26	-	-	-	-	2.896	-	-	-	-	2.896
Integralização de ações	19.a)	13.358	4.626		-	-	-	-	-	-	17.984
Ações em tesouraria	19.a)	-	-	(46.715)	-	-	-	-	-	-	(46.715)
Constituição de reserva legal	19.b)	-	-	-	-	-	363	-	(363)	-	-
Dividendos mínimos propostos	19.b)	-	-	-	-	-	-		(1.724)	-	(1.724)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.b)	-	-	-	-	-	-	5.171	(5.171)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.207.128	-	(46.715)	3.263	37.185	18.409	165.339	-	18.946	1.403.555
Resultado abrangente total											
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	45.975	-	45.975
Outros resultados abrangentes	19.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.283)	(16.283)
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no exercício	26	-	-	-	-	2.632	-	-	-	-	2.632
Constituição de reserva legal	19.b)	-	-	-	-	-	2.299	-	(2.299)	-	-
Dividendos mínimos propostos	19.b)	-	-	-	-	-	-	-	(10.919)	-	(10.919)
Constituição de reserva de retenção de lucros	19.b)	-	-	-	-	-	-	32.757	(32.757)	-	-
Acervo líquido cindido		(141.673)	-	-	-	-	-	-	-	-	(141.673)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.065.455	-	(46.715)	3.263	39.817	20.708	198.096	-	2.663	1.283.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício	45.975	7.258	86.348	45.975	7.258	86.348
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:						
Depreciações e amortizações	140.945	136.496	122.357	167.610	170.483	127.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.168	1.182	728	2.490	3.720	792
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	1.483	41	47	1.605	8.009	(158)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.021	15.749	53.828	53.518	13.847	66.796
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	398		-	402
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	8.027	18.679	12.552	8.442	18.679	5.679
Juros sobre empréstimos e impostos parcelados	49.258	75.643	75.074	63.215	87.134	77.216
Custo de financiamento reconhecido no resultado	1.286	2.305	2.750	1.286	2.305	2.750
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros - operações com swap	19.659	(28.147)	(15.479)	19.659	(28.147)	(15.479)
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados	32.460	4.950	39.692	40.696	6.318	39.692
Plano de opção de ações	2.632	2.896	8.482	3.074	2.896	8.482
Variação cambial	(21.745)	49.815	(1.433)	(24.742)	39.125	3.874
Baixa de Investimentos	49	-	-	49	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(282)	20.166	22.100	-	-	-
Outros	-	-	(12)	5	(3.092)	3.452
	332.936	307.033	407.432	382.882	328.535	407.666
Variação de ativos e passivos:						
Redução (aumento)de contas a receber	(27.724)	2.148	(24.236)	(30.369)	35.408	(24.239)
Redução (aumento) de impostos a recuperar	22.567	2.905	(18.922)	24.248	19.045	(18.922)
Redução (aumento) de depósitos judiciais e garantias	(4.499)	(8.597)	(4.426)	(4.322)	(8.597)	(4.426)
Redução (aumento) de despesas antecipadas	7.788	(8.501)	(2.396)	6.769	(8.000)	(2.783)
Redução (aumento) de outros créditos	(2.529)	(1.879)	(2.420)	(2.140)	(962)	1.259
Aumento (redução) de fornecedores	(17.538)	(23.152)	(13.648)	(38.805)	(54.021)	(13.863)
Aumento (redução) de salários e encargos sociais	(3.373)	(30.525)	(12.924)	1.946	(27.117)	(12.924)
Aumento (redução) de impostos a recolher	1.335	5.629	2.624	3.318	(2.932)	2.624
Aumento (redução) das demais contas a pagar	5.026	(4.318)	(14.721)	13.742	(1.503)	(15.679)
Pagamento de provisão para riscos	(19.184)	(10.824)	(9.657)	(19.184)	(17.072)	(9.657)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	294.805	229.919	306.706	338.085	262.784	309.056
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(752)	-	-	(752)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	294.805	229.919	305.954	338.085	262.784	308.304
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Empréstimo para controlada	(3.208)	-	(7.579)	170	-	-
Aporte de capital em controlada	-	-	(3.886)	-	-	-
Pagamento de Aquisição "One Cloud"	(2.000)	-	-	(2.000)	-	-
Pagamento de "Earn-Out"	(5.604)	-	-	(5.604)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de itens do intangível	(72.307)	(80.451)	(44.637)	(100.567)	(87.253)	(53.089)
Investimento em controlada	-	-	(218.113)	-	-	-
Aplicação financeira restrita - Synapsis	-	66.184	(50.000)	-	66.184	(50.000)
Pagamento de aquisição - Synapsis, líquido de caixa adquirido	-	-	-	-	-	(262.287)
Pagamento de aquisição - Grupo work, líquido de caixa adquirido	-	-	(13.657)	-	-	(13.657)
Pagamento adicional em aquisições	-	-	(4.818)	-	-	(4.818)
Caixa líquido incorporado	-	561	-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(83.119)	(13.706)	(342.690)	(108.001)	(21.069)	(383.851)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Integralização de ações	-	17.984	-	-	17.984	-
Recompra de opção de ações	-	(46.715)	(205)	-	(46.715)	(205)
Pagamento de dividendos	(1.724)	(20.416)	(30.991)	(1.724)	(20.416)	(30.991)
Captação de empréstimos	72.100	28.000	260.579	115.499	57.123	324.523
Pagamento de empréstimos	(75.928)	(184.235)	(180.525)	(124.645)	(214.282)	(180.525)
Pagamento de fornecedor de ativo intangível	-	(10.855)	(11.383)	-	(10.976)	(11.383)
Pagamento de "leasing"	(79.583)	(57.484)	(25.526)	(87.116)	(65.535)	(25.526)
Pagamento de juros sobre "leasing"	(4.479)	(19.032)	(8.570)	(5.316)	(19.032)	(8.570)
Pagamento de juros sobre empréstimos	(35.926)	(58.418)	(63.837)	(47.287)	(69.019)	(71.215)
Caixa cindido após restruturação societária	(15.000)	-	-	(15.000)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(140.540)	(351.171)	(60.458)	(165.589)	(370.868)	(3.892)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(2.516)	(271)	2.329
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	71.146	(134.958)	(97.194)	61.979	(129.424)	(77.110)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	13.691	148.649	245.843	39.783	169.207	246.317
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	84.837	13.691	148.649	101.762	39.783	169.207
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	71.146	(134.958)	(97.194)	61.979	(129.424)	(77.110)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016, 2015 E 2014
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS						
Vendas de servicos, líquidas de cancelamentos e abatimentos	1.960.750	1.994.182	1.900.383	2.241.194	2.261.222	2.151.245
Outras receitas	8.673	1.356	930	8.734	2.143	3.204
Receitas relativas a construção de ativos prórios	154.104	176.015	122.037	169.553	195.707	143.379
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.168)	(1.182)	(728)	(2.490)	(3.720)	(792)
	2.121.359	2.170.371	2.022.622	2.416.991	2.455.352	2.297.036
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Licença de uso e manutenção de softwares, telefones e outros	(154.104)	(176.015)	(122.037)	(169.553)	(195.707)	(143.379)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(349.273)	(344.702)	(320.029)	(461.339)	(452.964)	(429.893)
	(503.377)	(520.717)	(442.066)	(630.892)	(648.671)	(573.272)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.617.982	1.649.654	1.580.556	1.786.099	1.806.681	1.723.764
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO						
Depreciações e amortizações	(140.945)	(136.496)	(122.357)	(167.610)	(170.483)	(127.820)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	1.477.037	1.513.158	1.458.199	1.618.489	1.636.198	1.595.944
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Resultado de equivalência patrimonial	282	(20.166)	(22.100)	-	-	-
Receitas financeiras	117.127	139.277	33.257	121.485	145.748	13.452
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.594.446	1.632.269	1.469.356	1.739.974	1.781.946	1.609.396
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal	1.043.201	1.137.568	1.036.382	1.147.083	1.242.307	1.141.889
Remuneração direta	818.411	888.728	818.473	921.644	991.430	923.096
Benefícios	152.701	171.140	158.096	153.350	173.177	158.980
FGTS	72.089	77.700	59.813	72.089	77.700	59.813
Impostos, taxas e contribuições	284.352	219.199	240.463	286.989	221.268	251.292
Federais	279.642	214.964	236.899	282.279	217.033	247.728
Estaduais	77	121	80	77	121	80
Municipais	4.633	4.114	3.484	4.633	4.114	3.484
Remuneração de capital de terceiros	220.918	268.244	106.163	259.927	311.113	129.867
Juros	178.537	222.396	69.290	199.356	240.938	83.987
Aluguéis	42.381	45.848	36.873	60.571	70.175	45.880
Remuneração de capital próprio						
Lucros retidos do exercício	45.975	7.258	86.348	45.975	7.258	86.348
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.594.446	1.632.269	1.469.356	1.739.974	1.781.946	1.609.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Sociedade") foi constituída em 2 de março de 2006, com sede na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, 490, Vila Mogilar, Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (c) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (d) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (e) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (f) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (g) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Sociedade utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Sociedade poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

Plano de Gestão de Liquidez para os próximos doze meses

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R$306.270, representando um crescimento de R$218.682 em relação a 31 de dezembro de 2015. Tal crescimento decorre principalmente do vencimento nos doze meses subsequentes ao encerramento do exercício dos financiamentos obtidos para a aquisição de empresas e investimentos decorrentes de novos projetos.

A Administração da Sociedade se encontra em processo de substituição das obrigações vincendas nos doze meses seguintes, por financiamentos de longa duração, no valor de R$294.000 e planeja que tais liberações sejam realizadas durante o 1º trimestre de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade já possui linhas de crédito pré-aprovadas com instituições financeiras no montante de R$456.500.

Por conta deste plano de substituição de obrigações, a Sociedade já conduziu a oferta pública de Debêntures de acordo com a instrução número 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e captou, em 17 de fevereiro de 2017, a importância de R$84.169, com vencimento em 2020 e quitação da primeira parcela do principal em 16 de julho de 2018, conforme descrito na nota explicativa nº 32 às demonstrações financeiras - Eventos subsequentes.

A Administração da Sociedade afirma em seu Plano de Gestão de Liquidez, aprovado pelo Conselho de Administração, que com a conclusão das operações previstas acima, o equilíbrio do capital circulante liquido estará restabelecido antes do vencimento dos financiamentos previstos no curto prazo, não apresentando incertezas significativas que coloquem em dúvida sobre a continuidade das operações da Sociedade.

A Administração afirma ainda que a substituição das obrigações de curto prazo para outras de longo prazo não foi conduzida em 2016 em decorrência das condições desfavoráveis do mercado financeiro naquele ano, onde apresentavam-se taxas de captação de empréstimos em condições desfavoráveis, com grande instabilidade e oscilações.

Adicionalmente, ressaltamos que, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida total da Sociedade foi reduzida em R$133.635 (R$716.273 em 31 de dezembro de 2015 e R$582.638 em 31 de dezembro de 2016) e a dívida bruta foi reduzida em R$71.656 (R$756.056 em 31 de dezembro de 2015 e R$684.400 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrado na nota explicativa nº4.1 c. às demonstrações financeiras.

Combinações de negócios

Grupo Work

Em março de 2014, a Sociedade celebrou o Certificado de Fechamento ("Certificado") concluindo a aquisição de 100% (cem por cento) das cotas das empresas Workimage Comércio e Serviços Ltda. ("Workimage), Workfile Gestão Documental Ltda. ("Workfile"), Worksul Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Worksul"), Workrio Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Workrio") e Workvale Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Workvale"), em conjunto Grupo Work, especializadas na gestão digital e física de documentos (física e digital). Ainda em março de 2014, os acervos líquidos dessas Sociedades foram incorporados pela Sociedade com base em laudos de avaliação, a valores contábeis com data-base 28 de fevereiro de 2014, preparados por avaliadores independentes. A incorporação deu-se em virtude de uma maior racionalização e simplificação da estrutura societária, consolidando e reduzindo gastos e despesas operacionais combinadas, com redução de custos e ampliação do controle sobre os resultados, a fim de otimizar a estrutura de capital e a gestão de ativos, passivos e projetos. Os valores dos bens, dos direitos e das obrigações que integravam o patrimônio líquido (passivo a descoberto) de cada empresa, estimados na aquisição, estão demonstrados a seguir.

Informações adicionais da aquisição

a) Valor total da aquisição

O valor total da aquisição foi de R$34.858, sendo a contraprestação transferida em caixa de R$13.858 em março de 2014. Em 2014, 2015 e 2016 foram efetuados pagamentos no valor total de R$12.334, restando um contas a pagar de R$8.666, classificado no passivo não circulante, na linha "Demais contas a pagar".

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição (valores incorporados pela Sociedade)

Para a aquisição do Grupo Work, o valor total da aquisição foi alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, e o valor residual foi alocado inicialmente como ágio, no montante de R$46.739.

A alocação final do valor total da aquisição foi concluída em dezembro de 2014 e resultou na seguinte alocação:

	Valores em 28/02/2014 - R$
ATIVO	
Circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	201
Outros	3.508
Não circulante:	
Imobilizado	6.042
Intangível - carteira de clientes	2.624
Outros	7.405
Total do ativo	19.780
PASSIVO	
Circulante:	
Outros	3.920
Não circulante-	
Provisão passivos contingentes	20.670
Total do Passivo	24.590
Passivo a descoberto	4.810
Valor total da consideração	34.858
Ágio	39.668

O montante do ágio pago por essa aquisição, cujo fundamento econômico é a rentabilidade futura do Grupo Work, será dedutível para fins fiscais, limitado ao valor total pago pela aquisição, correspondente a R$34.858.

O ativo imobilizado possui uma vida útil estimada remanescente de 4 a 10 anos. A carteira de clientes tem uma vida útil estimada de 5 anos. Portanto, tais ativos serão depreciados ou amortizados por estas vidas úteis.

Synapsis SpA

Em 21 de outubro de 2014, através de sua controlada Tivit Tecnologia, Servicios e Inversiones de Chile SpA. (“Tivit Chile”), constituída em 26 de agosto de 2014, a Sociedade finalizou a aquisição de 100% das ações da Synapsis SpA (“Synapsis”) e suas subsidiárias, conforme descrito na Nota 2.3. Posteriormente, a Tivit Chile foi incorporada pela Synapsis em 30 de dezembro de 2014, com a data-base 31 de outubro de 2014.

Foi efetuado um depósito em garantia, mantido em uma aplicação financeira no banco Citibank, N.A. (“Citibank”) em dólares, no montante de US$20.000 (R$53.124 em 31 de dezembro de 2014), alocada na rubrica “Aplicação financeira restrita” em 31 de dezembro de 2014. Essa aplicação restrita não está incluída no valor total de aquisição e foi revertida durante o exercício de 2015, pois determinadas condições previstas no contrato de compra não foram alcançadas. A Sociedade incorreu em custos relacionados à aquisição de aproximadamente R$4.600, referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Esses custos excepcionais foram incluídos nas despesas administrativas do exercício.

Em setembro de 2015, foi concluída a alocação final do preço pago da aquisição da Synapsis ao valor justo, baseado em laudo de avaliação econômico financeiro preparado por terceiros.

A Administração da Sociedade não espera que os valores alocados como carteira de clientes, mais valia de imobilizado, provisão para contingências e garantias sejam dedutíveis e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados às diferenças entre os valores alocados e a base fiscal destes ativos.

As reclassificações efetuadas decorrentes da alocação final do preço de aquisição estão apresentadas a seguir:

	Contabilização inicial	Alocação	Contabilização final
ATIVO			
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	16.235	-	16.235
Outros ativos	128.611	-	128.611
Não circulante:			
Imobilizado	70.312	19.734	90.046
Intangível	14.920	41.944	56.864
Garantias	-	11.293	11.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.226	7.527	35.753
Outros ativos	503	-	503
TOTAL DO ATIVO	258.807	80.498	339.305
PASSIVO			
Circulante:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.502	-	19.502
Outros passivos circulantes	85.483	-	85.483
Não circulante:			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	78.158	-	78.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.660	15.786	17.446
Contingências	1.001	34.402	35.403
Outros passivos não circulantes	5.383	-	5.383
TOTAL DO PASSIVO	191.187	50.188	241.375
Ativo líquido adquirido	67.620	30.310	97.930
Valor total da contraprestação transferida (em caixa)	278.522	-	278.522
Ágio	210.902	(30.310)	180.592

Técnicas utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos e passivos adquiridos:

Imobilizado: para terrenos foi utilizado o método comparativo direto de dados de mercado, o qual consiste na comparação dos valores de vendas com ativos similares. Para os demais ativos imobilizados, foi utilizado o método indireto da quantificação de custos, que consistiu em aplicar aos valores originais de aquisição índices inflacionários, para cada grupo de ativo de acordo com sua natureza e indústria.

Intangível: para a carteira de clientes foi utilizado o método de abordagem de receita - *multi-period excess earning*. Para o ágio foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado.

Contingências: com base nos relatórios de *due diligence*, a Administração avaliou as contingências materializadas e não materializadas, e suas respectivas probabilidades de perda. Foi registrado o montante que se espera que seja a saída de caixa decorrente dessas contingências.

Garantias: foram registradas de acordo com as cláusulas contratuais do acordo de compra e venda com o vendedor.

Impostos diferidos: foram registrados com base nas diferenças temporárias geradas na aquisição da Synapsis.

Fatores qualitativos que compõe o ágio

O ágio é composto, substancialmente, pela mão de obra dos funcionários da empresa adquirida, bem como a quebra da barreira de entrada nos países que a Synapsis opera na América Latina e a sinergia das operações, em função do reduzido número de clientes que as duas sociedades tinham em comum. Nenhuma parte do ágio reconhecido tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Outras informações sobre a transação

Em 1º de janeiro de 2015, foram assinados contratos referentes à venda de participações que as controladas Synapsis SpA e Synapsis Argentina SRL detinham na então controlada Synapsis Brasil S.A. para a Sociedade. A Synapsis SpA e Synapsis Argentina SRL venderam suas participações de 4,99% (222.677 ações) e 95,01% (4.239.789 ações), respectivamente, pelo valor total de R$18.968 para a Sociedade, que serão pagos dentro dos próximos cinco anos a contar da data de fechamento de referido contrato.

Em 2 de janeiro de 2015, a controlada Cyberlynxx S.A. foi incorporada por sua controladora Synapsis Brasil S.A. e essa, por sua vez, incorporada pela Sociedade, com base em laudo de avaliação, a valores contábeis, com data-base 30 de setembro de 2014, preparado por avaliadores independentes. O acervo líquido incorporado da Synapsis Brasil S.A. foi de R$18.968. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	561
Circulante	23.087
Não circulante	34.166
Total do ativo	57.814
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	19.138
Não circulante	19.708
Patrimônio líquido	18.968
Total do passivo e patrimônio líquido	57.814

Em julho de 2015, as controladas indiretas AQB Chile e Agitek foram incorporadas pela controlada direta Synapsis SpA. Posteriormente, a AQB Peru foi incorporada pela Synapsis Peru, ambas controladas indiretas da Sociedade. Essas movimentações societárias foram realizadas de forma a simplificar a estrutura operacional da Sociedade.

One Cloud

Em abril de 2016, a Sociedade adquiriu a empresa One Cloud Tecnologia Ltda-ME, passando a ser conhecida como Tivit One Cloud Tecnologia Ltda-ME. ("One Cloud"). Esse investimento teve o intuito de melhor suportar o seu crescimento no mercado de computação em nuvem, visando a prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

O ágio alocado na rubrica "Ágio na aquisição de investimentos" nas informações financeiras consolidadas foi identificado conforme segue:

Valor total da contraprestação transferida	6.502
Valor justo dos ativos líquido identificáveis	(13)
Ágio	6.489

Tivit Paris

Em julho de 2016, a controlada Tivit Paris S.A.R.L. teve suas operações encerradas. Consequentemente, esse investimento foi baixado, conforme apresentando na nota explicativa nº 11.

Cisão - *Business Process Outsourcing* (BPO)

Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a reorganização societária da Sociedade, com o objetivo de segregar o negócio de *Business Process Outsourcing* (BPO) do restante das operações da Sociedade, e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus setores de atuação de maneira a impulsionar o crescimento de ambas. Essa cisão deu origem à empresa Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Neobpo") e resultará em maior eficiência operacional, administrativa e financeira, bem como garantirá uma administração de modo mais eficiente, com foco específico nos seus negócios, com maior retorno para os acionistas da Sociedade.

O acervo líquido cindido em 31 de dezembro de 2016 está assim representado:

	Acervo líquido
ATIVOS	
CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	15.000
Contas a receber	90.189
Despesas antecipadas	254
Depósitos judiciais	9.773
Outros créditos	5.571
Total dos ativos circulantes	120.787
NÃO CIRCULANTES	
Depósitos judiciais e garantias	11.323
Imobilizado	102.848
Intangível:	
Ágio na aquisição de investimentos	74.070
Outros intangíveis	8.376
Total dos ativos não circulantes	196.617
Total dos ativos	317.404

	Acervo líquido
PASSIVOS	
CIRCULANTES	
Fornecedores	19.355
Empréstimos, financiamentos e debêntures	39.392
Impostos a recolher	6.347
Salários e encargos sociais	46.359
Provisão para riscos e processos judiciais	9.564
Demais contas a pagar	1.767
Total dos passivos circulantes	122.784
NÃO CIRCULANTES	
Provisão para riscos e processos judiciais	8.147
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15.608
Impostos a recolher	19.736
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.456
Total dos passivos não circulantes	52.947
Total dos passivos	175.731
TOTAL DO ACERVO LÍQUIDO	141.673

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras da Sociedade compreendem as informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Critérios de consolidação

As seguintes empresas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

Empresa	Tipo de controle	Participação no capital social - % 31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Tivit USA LLC	Direto	100,00	100,00	100,00
Tivit Paris S.A.R.L. (c)	Direto	-	100,00	100,00
Tivit One Cloud (b)	Direto	100,00	100,00	-
Synapsis Colômbia S.A	Direto	0,03	0,03	-
Synapsis Argentina S.R.L	Direto	10,78	10,78	-
Synapsis SpA.	Direto	100,00	100,00	100,00
Controladas indiretas através da Synapsis SpA:				
Synapsis Brasil S.A. (a)	Indireto	-	-	100,00
Synapsis Peru SRL	Indireto	100,00	100,00	100,00
Synapsis Colombia S.A.S.	Indireto	99,97	99,97	100,00
Synapsis Argentina S.R.L.	Indireto	89,22	89,22	100,00
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Indireto	100,00	100,00	100,00
Cyberlynxx S.A. (a)	Indireto	-	-	100,00
Ecuasynap Cia. Ltda.	Indireto	100,00	100,00	100,00
AQB DEL Peru S.A.C (a)	Indireto	-	-	100,00
Automatizacion Y Gestion de la Informacion AS (a)	Indireto	-	-	100,00
Synapsis DC. S.A.S	Indireto	100,00	100,00	100,00
Synapsis Panamá S.A.	Indireto	100,00	100,00	100,00

(a) Incorporadas durante 2015.

(b) Adquirida em abril de 2016, conforme mencionado na nota 1.

(c) Extinta em julho de 2016, conforme mencionando na nota 1.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Conforme mencionado anteriormente, nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Sociedade. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Sociedade.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos contingentes, estes são mensurados pelo valor justo na data de aquisição. As variações no valor justo desses ativos e passivos contingentes classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Sociedade registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

<u>Demonstrações financeiras individuais</u>

Nas demonstrações financeiras individuais, a Sociedade aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Sociedade no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.5. Operações descontinuadas

As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram baixados ou classificados como mantido para venda são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Sociedade.

Na demonstração do resultado as receitas e despesas de operações descontinuadas são apresentados em uma única rubrica “Resultado de Operações Descontinuadas”, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. As demonstrações de resultado de 2015 e de 2014, apresentadas para fins comparativos foram reclassificadas retrospectivamente. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Sociedade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto da Sociedade e que:

- Representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- É parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- É uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

2.6. Informações por segmento

As divulgações dos segmentos operacionais da Sociedade são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração, a qual segue a segmentação de negócio por atividade operacional.

Os resultados de segmentos que são reportados ao Conselho de Administração da Sociedade (o principal tomador de decisões operacionais) incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

2.7. Moeda funcional

As informações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Sociedade são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa são convertidos em reais, que é a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados sob a rubrica “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações do resultado abrangente e no patrimônio líquido. As moedas funcionais de cada controlada ou controlada indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção a Tivit Paris e a Tivit USA, para as quais a moeda funcional é reais, por se tratarem de uma extensão das operações e atividades da Sociedade brasileira.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.8. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

Ativos financeiros

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; (iii) ativos financeiros disponíveis para venda; e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Sociedade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.
- For parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Sociedade, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e as práticas contábeis permitirem que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, que a Sociedade tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizável com base no método da taxa efetiva de juros, menos eventual perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados em mercados ativos ou não cotados em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Incluem os ativos e passivos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida com a aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, caso em que o reconhecimento dos juros seria imaterial.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no fim de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais listados e não listados classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte.
- Inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal.
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.
- Mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizável, o valor da redução ao valor recuperável registrada corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que é reduzido pelo uso de uma provisão. Quando um contas a receber é considerado irrecuperável, este é baixado contra a respectiva provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" devem ser reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

Baixa de ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se a Sociedade não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, ela reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Sociedade continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

2.9. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (b) outros passivos financeiros.

a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para a recompra no curto prazo.
- Fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e gerenciados em conjunto pela Sociedade e tiver um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo.
- For um derivativo não designado como instrumento de "hedge" efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.

- For parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou da estratégia de investimentos documentados da Sociedade, e quando as informações a respeito da Sociedade forem fornecidas internamente com a mesma base.

- O passivo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e as práticas contábeis permitirem que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado pelo valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

b) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação.

Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

<u>Baixa de passivos financeiros</u>

A Sociedade baixa os passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

2.10. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Sociedade e por suas controladas, resumem-se em "swaps", que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Sociedade com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

2.11. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Sociedade, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Sociedade não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante.

2.12. Ativos Intangíveis

a) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado; entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), o ágio foi alocado para a Sociedade como um todo por este representar o menor nível dentro da Sociedade no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior.

Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (UGC). No caso da Sociedade, essa segregação é feita por país.

b) Outros intangíveis

<u>Software</u>

Registrado pelo custo de aquisição e amortizado durante o prazo da licença (cinco anos).

<u>Direitos de prestação de serviços a clientes</u>

Apresentados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada.

Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato.

2.13. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	Anos
Edifícios	40
Instalações	10 a 20
Móveis e utensílios	7 a 10
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	3 a 10
Geradores	25
Computadores e periféricos	4 a 7
Veículos	5

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGCs para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15. Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Sociedade pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral da Sociedade em relação aos custos de empréstimos.

2.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.18. Reconhecimento da receita

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita é reconhecida quando efetivamente realizada, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos e debêntures e operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap”.

2.19. Programa de Compra de Ações

O Programa de Compra de Ações da Sociedade para empregados e administradores é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 26.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa operacional com um correspondente aumento no patrimônio líquido, quando a liquidação do plano é feita através de instrumentos patrimoniais, ou passivo, quando a liquidação do plano é feita através do caixa, durante o período que os participantes adquirem incondicionalmente o direito as opções. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido ou passivo, nas rubricas "Reserva compra de ações liquidados com instrumentos de patrimônio" ou "Demais contas a pagar" no passivo não circulante, respectivamente, que registrou o benefício aos participantes.

2.20. Capital Social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.21. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. No caso da Sociedade, esses itens poderão ser revertidos para a demonstração do resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

2.22. Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentadas como reservas de capital.

2.23. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

2.24. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Sociedade.

2.25. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar".

2.26. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.27. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

2.28. Demonstrações do valor adicionado (DVA)

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a DVA foi apresentada incluindo os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

2.29. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.30. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A seguir estão apresentadas as normas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
IFRS 11	Negócios em conjunto
IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras
Alterações à IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Modificação à IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34	Melhorias anuais nas IFRS ciclo 2012-2014
IAS 16	Ativo Imobilizado
Modificações à IAS 27 -	Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas

2.31. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas pela Sociedade:

Pronunciamento	Descrição
Modificações à IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos (b)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (b)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Modificações à IFRS 2	Pagamentos Baseados em Ações
Modificações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou “Joint Venture” (d)
Modificações à IAS 7	Demonstrações dos fluxos de caixa (d)
Modificações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (a)
IFRIC 22	Transações com Moedas Estrangeiras (b)
Esclarecimentos do IFRS 15	Receitas de Contrato com Clientes
IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

(a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

(c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

(d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Sociedade não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações, exceto pelas IFRS 9 e IFRS 15 cujos impactos efetivos da sua adoção nas demonstrações financeiras da Sociedade em 2018 não podem ser estimados com confiança, pois dependerá de decisões e julgamentos operacionais e contábeis que a Sociedade fará no futuro.

2.32. Reapresentação de demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 estão sendo reapresentadas para contemplar divulgações adicionais em relação ao teste de recuperabilidade de ágio por expectativa de rentabilidade futura (nota explicativa nº 9), em cumprimento aos itens 134 (d).(i) e 134 (d).(iv) do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Operação descontinuada (nota explicativa nº 21)
- Classificação de arrendamento mercantil (notas explicativas nº 12.1 e 12.2)

Estimativas e premissas

A Sociedade revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

  A Sociedade é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

- Avaliação de instrumentos financeiros

  São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Sociedade na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

  São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Sociedade espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Sociedade e fatores que podem diferir dos resultados reais.

  Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 18).

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

  (i) Ativos financeiros

  Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

  A Sociedade e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

  Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Sociedade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

  A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

  a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Aquisições de controladas

A Sociedade efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada. (Nota 2.13).

- Contratos de compra de ações

A Sociedade mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício. (vide nota explicativa nº 26).

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Sociedade, segundo as políticas de alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e protege a Sociedade de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Sociedade não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Sociedade ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Sociedade ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b) Risco de moeda estrangeira

A Sociedade incorre em risco cambial sobre empréstimos e investimentos. Os principais instrumentos financeiros utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de swaps.

c) Gestão do risco de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital da Sociedade é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e swap detalhados na nota explicativa nº14 e nº4, respectivamente, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5) dividido pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 19).

A Sociedade monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 estão assim sumariados:

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Dívida (i)	(684.400)	(756.056)	(803.293)
Caixa e equivalentes de caixa	101.762	39.783	169.207
Dívida líquida	(582.638)	(716.273)	(634.086)
Patrimônio líquido (ii)	1.283.287	1.403.555	1.405.354
Índice de endividamento líquido	45,4%	51,0%	45,1%

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, swaps e debêntures circulantes e não circulantes.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

4.2. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Sociedade a incorrer em perdas financeiras. A Sociedade adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e swap, a exposição máxima corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº5, 6 e 4.5, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Sociedade tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

A base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam 50% da receita bruta do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (48% em 2015 e 52% em 2014). Nenhum cliente apresentou receita superior a 12% em 2016 (10% em 2015 e 12% em 2014).

A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.3. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Sociedade gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 1.

<u>Tabela de riscos de liquidez e juros</u>

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Controladora		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos - BNDES	11,75% a.a.			
De 3 meses a 1ano		-	-	69
Total		-	-	69
Empréstimos - "swap" - peso colombiano	8,25% a.a.			
De 3 meses a 1ano		41.105	24.071	-
De 1 a 5 anos		84.120	150.034	123.686
Total		125.225	174.105	123.686
Empréstimos - "swap" - peso chileno	6,88% a.a.			
De 3 meses a 1ano		16.954	10.445	-
De 1 a 5 anos		34.007	61.057	55.425
Total		50.961	71.502	55.425
Empréstimos - "swap" - CDI	110,95% do CDI a.a			
Menos de 1 mês		32.838	-	-
De 3 meses a 1 ano		95.686	-	-
De 1 a 5 anos		-	143.551	104.867
Total		128.524	143.551	104.867
Empréstimos - NCE	113% do CDI a.a.			
De 3 meses a 1 ano		56.914	7.976	-
De 1 a 5 anos		-	58.107	74.932
Total		56.914	66.083	74.932
Debêntures	CDI + 2% a.a.			
Menos de 1 mês		64.276	73.784	190.290
De 1 a 3 meses		-	69.585	170.034
Total		64.276	143.369	360.324
Empréstimos - Banco Bradesco - Brasil	CDI + 2,85% a.a.			
Menos de 1 mês		-	267	310
De 1 a 3 meses		-	534	579
De 3 meses a 1 ano		-	2.267	2.529
De 1 a 5 anos		-	2.699	5.767
Total		-	5.767	9.185
Empréstimos - Banco Bradesco - Brasil	16,77% a.a.			
Menos de 1 mês		-	70	70
De 1 a 3 meses		-	140	140
De 3 meses a 1 ano		-	629	629
De 1 a 5 anos		-	420	1.259
Total		-	1.259	2.098
Arrendamento financeiro	106,09% do CDI a.a.			
Menos de 1 mês		9.001	5.523	4.829
De 1 a 3 meses		16.642	10.595	7.912
De 3 meses a 1 ano		51.600	45.078	28.213
De 1 a 5 anos		116.858	66.742	51.330
Total		194.101	127.938	92.284
Fornecedores				
Menos de 1 mês		3.399	27.151	21.367
De 1 a 3 meses		10.051	43.534	59.151
De 3 meses a 1 ano		43.136	10.052	35
De 1 a 5 anos		1	-	10.855
		56.587	80.737	91.408
Vencidos		3	1.365	-
Dividendos				
De 3 meses a 1 ano		10.919	1.724	20.413
Total		10.919	1.724	20.413
Demais contas a pagar				
De 1 a 5 anos		5.679	6.604	8.238
Total		5.679	6.604	8.238
Total		73.188	90.430	120.059

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos BNDES	11,75% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		-	-	69
Total		-	-	69
Empréstimos - "swap" - peso colombiano	8,25% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		41.105	24.071	-
De 1 a 5 anos		84.120	150.034	123.686
Total		125.225	174.105	123.686
Empréstimos - "swap" - peso chileno	6,88% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		16.954	10.445	-
De 1 a 5 anos		34.007	61.057	55.425
Total		50.961	71.502	55.425
Empréstimos - "swap" - CDI	110,95% do CDI a.a			
Menos de 1 mês		32.838	-	-
De 3 meses a 1 ano		95.686	-	-
De 1 a 5 anos		-	143.551	104.867
Total		128.524	143.551	104.867
Empréstimos - NCE	113% do CDI a.a.			
De 3 meses a 1 ano		56.914	7.976	-
De 1 a 5 anos		-	58.107	74.932
Total		56.914	66.083	74.932
Debêntures	CDI + 2% a.a.			
Menos de 1 mês		64.276	73.784	190.290
De 1 a 3 meses		-	69.585	170.034
Total		64.276	143.369	360.324
Empréstimos - Banco Bradesco - Brasil	CDI + 2,85% a.a.			
Menos de 1 mês		-	267	310
De 1 a 3 meses		-	534	579
De 3 meses a 1 ano		-	2.267	2.529
De 1 a 5 anos		-	2.699	5.767
Total		-	5.767	9.185
Empréstimos - Banco Bradesco - Brasil	16,77% a.a.			
Menos de 1 mês		-	70	70
De 1 a 3 meses		-	140	140
De 3 meses a 1 ano		-	629	629
De 1 a 5 anos		-	420	1.259
Total		-	1.259	2.098
Empréstimos - Itaú Chile	TAB 180 + 1,5% a.a.			
Menos de 1 mês		2.439	2.880	2.432
De 3 meses a 1 ano		2.368	2.809	15.359
De 1 a 5 anos		4.550	10.571	-
Total		9.357	16.260	17.791
Empréstimos - BBVA Chile	TAB 180 + 1,5% a.a.			
Menos de 1 mês		4.294	5.121	4.324
De 3 meses a 1 ano		4.210	4.994	27.305
De 1 a 5 anos		8.090	18.793	-
Total		16.594	28.908	31.629
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	5,79% a.a.			
Menos de 1 mês		1.642	1.957	-
De 3 meses a 1 ano		1.590	1.905	-
De 1 a 5 anos		1.547	5.416	-
Total		4.779	9.278	-
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	6,324% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		23.645	14.734	4.104
De 1 a 5 anos		46.134	79.178	74.382
Total		69.779	93.912	78.486
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	4,91% a.a.			
Menos de 1 mês		6.199	-	-
De 3 meses a 1 ano		-	7.210	-
Total		6.199	7.210	-

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos - Banco Itaú - Tivit Chile	5,16% a.a.			
De 1 a 3 meses		2.945	-	-
De 3 meses a 1 ano		-	3.411	-
Total		2.945	3.411	-
Empréstimos Banco Santander - Tivit Chile	6,12% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		6.653	-	-
Total		6.653	-	-
Empréstimos Banco Santander - Tivit Chile	6,60% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		6.952	-	-
Total		6.952	-	-
Empréstimos Banco Santander - Tivit Chile	6,46% a.a.			
Menos de 1 mês		4.894	-	-
Total		4.894	-	-
Empréstimos Banco BBVA - Tivit Chile	7,32% a.a.			
Menos de 1 mês		275	-	-
De 1 a 3 meses		549	-	-
De 3 meses a 1 ano		1.372	-	-
De 1 a 5 anos		-	-	-
Total		2.196	-	-
Empréstimos Banco do Brasil - Tivit Chile	6,36% a.a.			
De 1 a 3 meses		6.398	-	-
Total		6.398	-	-
Empréstimos - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia	DTF 90 + 3% a.a.			
Menos de 1 mês		-	-	351
De 1 a 3 meses		1.677	1.965	1.786
De 3 meses a 1 ano		6.846	10.786	5.860
De 1 a 5 anos		5.444	15.574	22.814
Total		13.967	28.325	30.811
Empréstimos - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia	DTF 90 + 3,16% a.a.			
Menos de 1 mês		21	31	-
De 1 a 3 meses		855	991	-
De 3 meses a 1 ano		918	1.139	-
De 1 a 5 anos		835	2.948	-
Total		2.629	5.109	-
Empréstimos - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia	DTF 90 + 3,35% a.a.			
De 1 a 3 meses		381	462	-
De 3 meses a 1 ano		-	465	-
De 1 a 5 anos		-	462	-
Total		381	1.389	-
Empréstimos - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia	DTF 90 + 3,75% a.a.			
Menos de 1 mês		189	232	-
De 1 a 3 meses		373	458	-
De 3 meses a 1 ano		367	1.986	-
De 1 a 5 anos		-	1.050	-
Total		929	3.726	-
Empréstimos Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,00% a.a.			
Menos de 1 mês		529	-	-
De 1 a 3 meses		555	-	-
De 3 meses a 1 ano		2.383	-	-
De 1 a 5 anos		1.000	-	-
Total		4.467	-	-
Empréstimos Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,20% a.a.			
De 3 meses a 1 ano		1.025	-	-
Total		1.025	-	-
Empréstimos Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,10% a.a.			
Menos de 1 mês		190	-	-
De 3 meses a 1 ano		181	-	-
De 1 a 5 anos		331	-	-

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Consolidado		
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Total		702	-	-
Empréstimos Banco Occidente - Colômbia	IBR + 4,50% a.a.			
Menos de 1 mês		277	-	-
Total		277	-	-
Empréstimos Banco Bogotá - Colômbia	IBR + 4,50% a.a.			
Menos de 1 mês		2.237	-	-
Total		2.237	-	
Arrendamento financeiro	6,60% a.a. e 106,09% do CDI a.a.			
Menos de 1 mês		9.528	6.331	6.366
De 1 a 3 meses		18.068	12.789	10.084
De 3 meses a 1 ano		55.102	49.455	35.398
De 1 a 5 anos		124.083	80.362	63.630
Total		206.781	148.937	115.479
Fornecedores	Não aplicável			
Menos de 1 mês		21.357	48.921	34.933
De 1 a 3 meses		14.044	67.812	65.240
De 3 meses a 1 ano		43.170	22.486	55.215
De 1 a 5 anos		2.417	2.737	10.963
		80.988	141.956	166.351
Vencidos		13.151	4.254	297
Dividendos				
De 3 meses a 1 ano		10.919	1.724	20.413
Total		10.919	1.724	20.413
Demais contas a pagar				
De 1 a 5 anos		20.089	10.678	8.238
Total		20.089	10.678	8.238
Total		125.147	158.612	195.299

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures

Risco CDI

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como determinados empréstimos. Com base nos saldos existentes em 31 de dezembro de 2016 e nas taxas de juros nessa data, no cenário provável há uma receita financeira estimada de R$11.523 e despesas financeiras estimadas de R$54.334 para o período dos próximos 12 meses. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de dezembro de 2016.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

			Cenários		
Transação	Taxas em 31/12/2016	Exposição em 31/12/2016	Provável à taxa de 31/12/16	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures - Tivit Brasil	116,67% do CDI	(63.860)	(9.329)	(11.661)	(13.994)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil	113,00% do CDI	(50.403)	(7.132)	(8.915)	(10.698)
Leasing's - Tivit Brasil	106,09% do CDI (*)	(160.929)	(21.378)	(26.723)	(32.067)
Operação de Swap para CDI - Tivit Brasil	107,00% do CDI	(67.011)	(8.978)	(11.223)	(13.467)
Operação de Swap para CDI - Tivit Brasil	CDI + 2,00% a.a.	(32.607)	(4.660)	(5.825)	(6.990)
Operação de Swap para CDI - Tivit Brasil	CDI + 1,95% a.a.	(19.669)	(2.857)	(3.571)	(4.286)
Aplicações Financeiras	100,00% do CDI (*)	92.021	11.523	14.404	17.285
Efeito liquido no resultado		(302.458)	(42.811)	(53.514)	(64.217)
Deterioração comparada à projeção			-	(10.703)	(21.406)

(*) Média ponderada

4.4. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos e em restrições ou sobras de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Sociedade trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio - empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade possui determinados empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, os quais estão sujeitos às variações das taxas de câmbio das respectivas moedas em que foram contratados. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possui instrumentos financeiros em pesos chilenos (CPL) e pesos colombianos (COP) , cujas taxas de fechamento na referida data são de R$0,004856 e R$0,001086 (R$0,005500 e R$0,001232 em 2015 e R$0,004379 e R$0,001112 em 2014), respectivamente.

A Sociedade estimou como cenário provável para 31 de dezembro de 2017 as seguintes taxas de câmbio: R$0,00496 - pesos chilenos (CPL) e R$0,00109 - pesos colombianos (COP) , com base nas projeções econômicas preparadas pelo Itaú BBA. A seguir, está apresentado o efeito no resultado da Sociedade com base nessas taxas a respectiva apreciação das moedas estrangeiras em 25% e 50%:

			Cenários		
Transação	Risco	Exposição em 31/12/2016	Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CCB Internacional - Dólar - Tivit Brasil	2,89% a.a.	(119.954)	(3.346)	(4.183)	(5.019)
Derivativos - (Swap) Dólar para Peso Colombiano - Tivit Brasil	Variação Peso Colombiano	39.031	60	75	90
Exposição Liquida Peso Colombiano		(80.923)	(3.286)	(4.108)	(4.929)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(822)	(1.643)
CCB Internacional - Dólar - Tivit Brasil	4,27% a.a.	(47.721)	(1.331)	(1.664)	(1.997)
Derivativos - (Swap) Dólar para Peso Chileno - Tivit Brasil	Variação Peso Chileno	4.828	106	133	160
Exposição Liquida Peso Chileno		(42.893)	(1.225)	(1.531)	(1.837)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(306)	(612)
Leasing's - Synapsis Chile	5,83% a.a. – Variação Dólar	(10.320)	(227)	(284)	(341)
Exposição Liquida Dólares		(10.320)	(227)	(284)	(341)
Deterioração comparada ao cenário provável			-	(57)	(114)

4.5. Instrumentos financeiros

Derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, a Sociedade detinha as seguintes operações de “swap”:

2016:

Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (perda) na marcação a mercado	Moeda/Indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Santander	39.031	-	39.031	36.531	2.500	“Swap” Dólar para Peso Colombiano	Outubro de 2019	101.899	balcão	(a)
Itaú	4.828	-	4.828	5.413	(585)	“Swap” Dólar para Peso Chileno	Outubro de 2019	40.557	balcão	(a)
Itaú	1.434	-	1.434	1.319	115	“Swap” Dólar para CDI	Novembro de 2017	50.000	balcão	(b)
Santander	(7.657)	-	(7.657)	(7.577)	(80)	“Swap” Dólar para CDI	Dezembro de 2017	28.000	balcão	(b)
Santander	(1.806)	-	(1.806)	(1.752)	(53)	“Swap” Dólar para CDI	Janeiro de 2017	18.008	balcão	(b)
Total	35.830	-	35.830	33.934	1.896					

2015:

Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (perda) na marcação a mercado	Moeda/Indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Santander	59.477	-	59.477	54.980	4.498	“Swap” Dólar para Peso Colombiano	Outubro de 2019	101.899	Balcão	(a)
Itaú	11.065	-	11.065	10.519	546	“Swap” Dólar para Peso Chileno	Outubro de 2019	40.557	Balcão	(a)
Itaú	19.842	-	19.842	20.521	(679)	“Swap” Dólar para CDI	Novembro de 2017	50.000	Balcão	(b)
Itaú	6.388	-	6.388	6.900	(512)	“Swap” Dólar para CDI	Dezembro de 2017	20.000	Balcão	(b)
Santander	614	-	614	415	199	“Swap” Dólar para CDI	Janeiro de 2017	28.000	Balcão	(b)
Total	97.386	-	97.386	93.335	4.052					

2014:

Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	Ganho (perda) na marcação a mercado	Moeda/Indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Santander	14.153	-	14.153	13.844	309	"Swap" Dólar para Peso Colombiano	Outubro de 2019	101.899	Balcão	(a)
Itaú	860	-	860	863	(3)	"Swap" Dólar para Peso Chileno	Outubro de 2019	40.557	Balcão	(a)
Itaú	356	-	356	628	(272)	"Swap" dólar para CDI	Novembro de 2017	50.000	Balcão	(b)
Itaú	-	(821)	(821)	(510)	(311)	"Swap" dólar para CDI	Dezembro de 2017	20.000	Balcão	(b)
Total	15.369	(821)	14.548	14.825	(277)					

(a) Registrados no ativo não circulante na rubrica "Derivativos".

(b) Registrados no passivo não circulante na rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", conforme nota explicativa nº 14.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado, cujos valores registrados se aproximam dos valores justos nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, devido à natureza desses saldos, são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras restritas, depósitos judiciais, fornecedores, dividendos e outras contas a pagar, os quais apresentam nível 2 na hierarquia de valor justo. Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e de 2014, os valores estimados de mercado dos demais instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

				31/12/2016			
				Controladora		Consolidado	
	Categoria	Nota explicativa	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Derivativos ativos	Valor justo por meio do resultado	14	Nível 2	35.830	35.830	35.830	35.830
Derivativos passivos	Valor justo por meio do resultado	14	Nível 2	8.029	8.029	8.029	8.029
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Valor justo por meio do resultado	14	Nível 2	111.258	111.258	111.258	111.258
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos financeiros	14	Nível 2	442.868	446.775	609.686	613.593

				31/12/2015			
				Controladora		Consolidado	
	Categoria	Nota explicativa	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Derivativos ativos	Valor justo por meio do resultado	4.5	Nível 2	97.386	97.386	97.386	97.386
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Valor justo por meio do resultado	14	Nível 2	138.209	138.209	138.209	138.209
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos financeiros	14	Nível 2	518.347	524.286	717.232	723.171

				31/12/2014			
				Controladora		Consolidado	
	Categoria	Nota explicativa	Nível (*)	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Derivativos ativos	Valor justo por meio do resultado	4.5	Nível 2	15.369	15.369	15.369	15.369
Derivativos passivos	Valor justo por meio do resultado	14	Nível 2	465	465	465	465
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Valor justo por meio do resultado	14	Nível 2	72.250	72.250	72.250	72.250
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Outros passivos financeiros	14	Nível 2	581.830	585.127	749.896	753.193

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

A Sociedade determina o valor justo conforme o pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, o qual define o valor justo de um título correspondente ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais (R$).

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos financeiros: Evidenciação, requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, com base em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) também define informações observáveis, como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Técnica de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

As operações de swap e os empréstimos designados a valor justo são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros da moeda do respectivo contrato para cada data-base, conforme informado pela BM&F BOVESPA.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Sociedade e os depósitos bancários, líquidos de saldos bancários a descoberto, quando aplicável. Estão representados por:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	7.816	5.212	1.134	24.741	31.304	21.154
CDBs e debêntures compromissadas (*)	77.021	8.479	147.515	77.021	8.479	148.053
Total	84.837	13.691	148.649	101.762	39.783	169.207

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100,00% (100,81% em 2015 e 100,44% em 2014) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber faturadas	97.443	138.731	114.099	154.107	202.082	181.312
Contas a receber a faturar	62.542	83.985	93.651	71.716	95.727	122.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.598)	(3.697)	(622)	(6.707)	(4.968)	(4.093)
Total	154.387	219.019	207.128	219.116	292.841	299.292

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 50 dias em 31 de dezembro de 2016 (50 dias em 2015 e 46 dias em 2014). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo a pagar. A Sociedade constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos há mais de 180 dias, sem expectativa de realização e levando em consideração sua experiência histórica.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	133.156	185.651	193.750	185.394	242.892	239.005
Vencidas:						
Até 30 dias	14.175	25.115	11.163	22.927	29.299	53.917
De 31 a 60 dias	1.783	2.278	1.161	4.357	3.265	2.430
De 61 a 90 dias	837	3.853	498	1.259	7.258	994
De 91 a 180 dias	4.436	2.122	556	5.179	10.127	2.946
Acima de 180 dias	5.598	3.697	622	6.707	4.968	4.093
Total	159.985	222.716	207.750	225.823	297.809	303.385

Em 31 de dezembro de 2016, certas contas a receber de clientes, no montante de R$21.232 na Controladora e R$33.722 no Consolidado (R$33.368 na Controladora e R$49.949 no Consolidado em 2015 e R$13.378 na Controladora e R$60.287 no Consolidado em 2014), estavam vencidas, mas não foram incluídas na provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito, e os valores são considerados recuperáveis pela Administração.

c) Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Vencidos:						
Até 30 dias	14.175	25.115	11.163	22.927	29.299	53.917
De 31 a 60 dias	1.783	2.278	1.161	4.357	3.265	2.430
De 61 a 90 dias	837	3.853	498	1.259	7.258	994
De 91 a 180 dias	4.436	2.122	556	5.179	10.127	2.946
Total	21.232	33.368	13.378	33.722	49.949	60.287

d) Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(141)	(141)
Combinação de negócios	-	(3.005)
Adições	(751)	(1.039)
Baixas por perda efetiva	247	225
Reversões por recuperação	23	23
Ajuste de conversão	-	(156)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(622)	(4.093)
Adições	(2.976)	(3.720)
Incorporação de controlada	(1.955)	-
Baixas por perda efetiva	62	1.971
Reversões por recuperação	1.794	1.938
Ajuste de conversão	-	(1.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(3.697)	(4.968)
Adições	(4.868)	(5.384)
Cisão (*)	213	213
Baixas por perda efetiva	54	53
Reversões por recuperação	2.700	2.894
Ajuste de conversão	-	485
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(5.598)	(6.707)

(*) Cisão do segmento de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº1

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Licença de uso de software (a)	14.773	20.314	5.320	18.145	23.508	8.970
Manutenção de software (b)	4.409	5.945	3.344	4.409	5.945	3.344
Outras	553	1.518	749	4.150	3.349	1.499
Total	19.735	27.777	9.413	26.704	32.802	13.813
Circulante	15.515	22.424	9.413	22.484	27.449	13.813
Não circulante	4.220	5.353	-	4.220	5.353	-

(a) Refere-se ao pagamento de licenças de uso de softwares, utilizados nas operações da Sociedade. Os montantes são amortizados pelos prazos contratuais de cada licença.

(b) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social	10.313	32.706	27.452	24.503	46.965	50.711
Imposto Sobre Serviços - ISS retido sobre faturamento	2.233	3.343	3.174	2.233	3.343	4.193
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	3.501	3.241	4.189	3.501	3.241	4.189
PIS e COFINS	3.604	2.963	4.414	3.604	2.963	4.414
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	484	252	158	484	252	158
Outros impostos	1.418	1.615	723	2.802	2.546	1.389
Total	21.553	44.120	40.110	37.127	59.310	65.054

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento do imposto devido.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Custo:						
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A.	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Tivit Investimentos	-	98.623	98.623	-	98.623	98.623
Synapsis Chile	-	-	-	84.320	95.502	202.740
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	-	64.765	64.765	10.087
Work	39.669	39.669	39.669	39.669	39.669	39.669
Synapsis Colombia S.A.S.	-	-	-	19.277	21.834	2.441
Synapsis Peru SRL	-	-	-	18.731	21.215	-
Open	21.145	21.145	21.145	21.145	21.145	21.145
Synapsis Panama S.A.	-	-	-	6.769	7.667	-
One Cloud (*)	6.489	-	-	6.489	-	-
Outras	17.144	17.486	17.486	28.841	30.773	17.486
Subtotal	1.323.417	1.415.893	1.351.128	1.464.211	1.575.398	1.566.396
Amortização acumulada	(12.089)	(36.984)	(36.984)	(12.089)	(36.984)	(36.984)
Total	1.311.328	1.378.909	1.314.144	1.452.122	1.538.414	1.529.412

(*) Aquisição da empresa One Cloud em abril de 2016, conforme mencionado na nota explicativa n°1.

Movimentação do exercício:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.274.476	1.274.476
Aquisições (a)	39.668	247.696
Ajustes de tradução	-	7.240
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.314.144	1.529.412
Transferências - alocação final do ágio (b)	7.929	(30.310)
Transferências (c)	46.747	-
Incorporação da controlada - Cyberlynxx Brasil	10.089	-
Ajustes de tradução	-	39.312
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.378.909	1.538.414
Aquisições	6.489	6.489
Cisão (d)	(74.070)	(74.070)
Ajustes de tradução	-	(18.711)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.311.328	1.452.122

(a) Refere-se à aquisição do Grupo Work (controladora e consolidado) e da Synapsis (consolidado) no montante de R$ 208.028

(b) Refere-se à alocação final do ágio da aquisição da Synapsis, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(c) Refere-se à transferência de ágio entre a Tivit e a Synapsis, decorrente da conclusão da alocação do preço pago na aquisição da Synapsis, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(d) Refere-se à cisão do negócio de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

O valor registrado refere-se substancialmente ao ágio de R$1.174.205 gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Sociedade em 7 de junho de 2010 e da Oferta Pública de Ações realizada em 20 de dezembro de 2010.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, sendo realizada avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável (“impairment”).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada Synapsis do Brasil S.A. foi incorporada pela Sociedade. Como consequência, o ágio correspondente a essa empresa, gerado na aquisição do Grupo Synapsis, anteriormente registrado na Synapsis, foi transferido para a Sociedade. Adicionalmente com a conclusão da alocação do ágio gerado na aquisição da Synapsis, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, o montante de R$46.747, registrado nessa controlada, foi transferido para a Sociedade.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) alocado à cada UGC (Unidade Geradora de Caixa) deve ser testado para verificar a necessidade de redução ao seu valor recuperável (impairment). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o goodwill), com o seu valor recuperável, e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de redução ao seu valor recuperável. Ao final de 2016, 2015 e 2014 a Sociedade efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não apurou provisão por redução ao valor recuperável de ativos.

A Sociedade não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Sociedade acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar.

O teste de impairment baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 56% do total de ativos consolidados da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 (54% em 31 de dezembro de 2015, 54% em 31 de dezembro de 2014), é testado para fins de redução ao valor recuperável, por UGC. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais, que no caso da Sociedade é a localização geográfica (cada país é uma UGC).

A metodologia utilizada pela Sociedade está de acordo com o IAS 36 / CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, no qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição.

Premissas-chave

As premissas-chave consideradas para o teste de *impairment*, ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes:

- Volume de vendas - prestação de serviços;
- Margem de Lajida;
- Dispêndio anual para investimentos (Capex).

Volume de vendas – prestação de serviços:

O volume de vendas – prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Sociedade e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017. A taxa de crescimento foi estimada com base nos estudos externos do IDC (*International Data Corporation*), especializado em pesquisa e informação sobre os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e produtos para o consumidor de tecnologia.

Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda – prestação de serviços são:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Brasil	15%	16%	15%	14%	13%	12%	11%	10%	8%	6%
Chile	10%	12%	11%	10%	9%	8%	8%	7%	6%	6%
Colombia	10%	11%	11%	10%	9%	8%	8%	8%	8%	8%
Peru	32%	12%	12%	12%	10%	10%	10%	10%	10%	10%
Argentina	54%	30%	22%	15%	15%	15%	15%	10%	10%	10%

Margem de Lajida

A margem de Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para o ano de 2017 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade. Para o período de 2018 a 2026, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Sociedade atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita.

Para o Brasil, país onde está localizado o maior volume de receita da Sociedade, foram projetadas para 2017, 2018 e 2019 as margens de LAJIDA de 26%, 26% e 27%, respectivamente. Adicionalmente, para o Chile, que é a segunda maior operação da Sociedade, foram projetadas taxas de 18%, 20% e 20%, para os anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Estas duas operações representam 89% da receita líquida esperada para a Sociedade em 2017.

Dispêndio anual para investimentos (*Capex*):

Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2017, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade e para os demais períodos projetados ficou entre 6% e 10% da receita líquida, com base na particularidade de cada operação.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa:

Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2026), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento em cada país, considerado para o período perpétuo, conforme demonstrado abaixo:

	Brasil	Chile	Colômbia	Peru	Argentina
Taxa de crescimento na perpetuidade	6%	6%	8%	10%	10%

Taxa de desconto

As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo de capital médio ponderado (WACC), conforme abaixo:

	Brasil	Chile	Colômbia	Peru	Argentina
Taxa de desconto	17%	10%	12%	12%	20%

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Sociedade. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Sociedade é obrigada a honrar.

Note-se que a Administração da Sociedade optou pelo período de dez anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro e por ter um histórico que demonstra sua capacidade de fazer essa previsão acurada para um período mais longo. As estimativas foram efetuadas em termos nominais.

Apesar de a Sociedade acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Custo	450.648	432.869	402.803	513.138	504.810	441.338
Amortização acumulada	(319.976)	(300.816)	(257.643)	(358.371)	(335.479)	(282.672)
Total	130.672	132.053	145.160	154.767	169.331	158.666

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 está assim representada:

	Controladora					
	Marcas e patentes	Software (b)	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Cisão(c)	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	45.915	229.272	2.111	86.189	-	363.487
Adições	-	35.428	-	-	-	35.428
Incorporação de controlada	-	-	-	2.624	-	2.624
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios	-	-	-	-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-
Transferências para o imobilizado	-	1.264	-	-	-	1.264
Saldo em 31 de dezembro de 2014	45.915	265.964	2.111	88.813	-	402.803
Adições	-	17.370	-	-	-	17.370
Incorporação de controlada	1.091	1.771	-	2.454	-	5.316
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios	-	-	-	11.000	-	11.000
Baixa	-	-	-	(3.545)	-	(3.545)
Transferências para o imobilizado	-	(75)	-	-	-	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	47.006	285.030	2.111	98.722	-	432.869
Adições		42.385		4.612		46.997
Cisão	-	-	-	-	(25.554)	(25.554)
Baixa	-	(3.638)	-	(19)	-	(3.657)
Transferências (para) do imobilizado	(1.091)	(7)		1.091	-	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45.915	323.770	2.111	104.406	(25.554)	450.648
Amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(59)	(145.190)	(1.805)	(63.711)	-	(210.765)
Despesas de amortização	(9)	(32.906)	(153)	(13.810)	-	(46.878)
Transferência para o imobilizado	-	-		-	-	-
Baixa	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(68)	(178.096)	(1.958)	(77.521)	-	(257.643)
Despesas de amortização	(10)	(33.565)	(152)	(9.387)	-	(43.114)
Incorporação de controlada	-	-	-	(1.474)	-	(1.474)
Baixa	-	-	-	1.415	-	1.415
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(78)	(211.661)	(2.110)	(86.967)	-	(300.817)
Despesas de amortização	(10)	(37.219)	-	(2.685)	-	(39.914)
Cisão	-	-	-	-	17.179	17.179
Transferência para (do) imobilizado	(1)	142	-	-	-	141
Baixa	-	3.437	-	(3)	-	3.434
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(89)	(245.301)	(2.110)	(89.655)	17.179	(319.977)
Total líquido	45.826	78.469	1	14.751	(8.375)	130.672

	Consolidado					
	Marcas e patentes	Software (b)	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Cisão(c)	Total
Custo:						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	45.915	229.273	2.111	86.189	-	363.488
Adições	-	35.790	-	-	-	35.790
Baixas	-	-	(1.304)	-	-	(1.304)
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios	10.188	21.785	6.118	2.624	-	40.715
Transferências para o imobilizado	-	1.264	-	-	-	1.264
Ajuste de tradução	80	922	383	-	-	1.385
Saldo em 31 de dezembro de 2014	56.183	289.034	7.308	88.813	-	441.338
Adições	-	14.035	-	2.912	-	16.947
Baixas	-	(6.805)	-	(6.848)	-	(13.653)
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios	-	-	-	52.944	-	52.944
Transferências para o imobilizado	-	(2.020)	285	(777)	-	(2.512)
Ajuste de tradução	-	6.241	869	2.636	-	9.746
Saldo em 31 de dezembro de 2015	56.183	300.485	8.462	139.680	-	504.810
Adições	-	42.920	-	4.612	-	47.532
Cisão	-	-	-	-	(25.554)	(25.554)
Baixas	-	(3.638)	(131)	(19)	-	(3.788)
Transferências (para) do imobilizado	(1.091)	(132)	(23)	(192)	-	(1.438)
Ajuste de tradução	-	(2.272)	(744)	(5.408)	-	(8.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.092	337.363	7.564	138.673	(25.554)	513.138
Amortização:						
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(59)	(145.190)	(1.805)	(63.711)	-	(210.765)
Despesas de amortização	(422)	(32.793)	(169)	(13.810)	-	(47.194)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências para o imobilizado	-	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	(1.514)	(18.028)	(3.628)	-	-	(23.170)
Ajuste de tradução	(113)	(1.184)	(246)	-	-	(1.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.108)	(197.195)	(5.848)	(77.521)	-	(282.672)
Despesas de amortização	(10)	(44.088)	(1.108)	(10.699)	-	(55.905)
Baixas	-	7.506	-	2.114	-	9.620
Transferências para o imobilizado	-	386	903	(40)	-	1.249
Incorporação de controlada	-	-	-	(1.474)	-	(1.474)
Ajuste de tradução	-	(5.763)	(535)	1	-	(6.297)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(2.118)	(239.154)	(6.588)	(87.619)	-	(335.479)
Despesas de amortização	(10)	(38.219)	(653)	(10.313)	-	(49.195)
Cisão	-	-	-	-	17.179	17.179
Baixas	-	3.437	-	(3)	-	3.434
Transferências para o imobilizado	(1)	268	184	1.272	-	1.723
Ajuste de tradução	-	1.975	524	1.468	-	3.967
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.129)	(271.693)	(6.533)	(95.195)	17.179	358.371
Total líquido	52.963	65.670	1.031	43.478	(8.375)	154.767

(a) Refere-se ao contrato entre a Sociedade e determinado cliente (contratante), para prestação de serviços de processamento de dados, que possui compromisso de confidencialidade das informações. O prazo do referido contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços, foi pago o valor de R$40.000 pela Sociedade ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a despesa de amortização foi de R$1.000 (R$4.000 em 2015 e R$4.000 em 2014).

Adicionalmente, refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, e os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato.

Estão registrados nesse grupo, os montantes de R$11.000 e R$52.944 (R$11.000 e R$52.944 em 2015) na controladora e no consolidado, respectivamente, referente à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis. A média ponderada da amortização para os três exercícios é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. A amortização desses saldos nos três exercícios está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda., em 14 de março de 2012, pelo prazo de cinco anos e no valor total de R$61.035, a ser pago em sete parcelas. Durante o ano 2012 foram pagas três parcelas, e no primeiro trimestre de 2013 foi paga uma parcela, assim como no primeiro trimestre de 2014 e de 2015. A última parcela foi paga em fevereiro de 2016, reajustada com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear pelo período do contrato.

(c) Cisão do segmento de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº. 1.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos em controladas	138.487	154.899	200.765

Informações e movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014

Em 31 de dezembro de 2016:

	Synapsis	Synapsis Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	Tivit Paris (*)	One Cloud (*)
Capital social	214.110	21.324	613	2.264	235	10
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido das controladas	137.370	35.117	11.773	217	243	900
Participação no patrimônio líquido	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) do exercício das controladas	(681)	2	349	(76)	(199)	887

Em 31 de dezembro de 2015:

	Synapsis	Synapsis Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	Tivit Paris (*)
Capital social	214.111	21.324	613	2.094	235
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%
Patrimônio líquido das controladas	153.040	32.355	13.088	147	292
Participação no patrimônio líquido	100%	0,03%	2,78%	100%	100%
Prejuízo do exercício das controladas	(19.435)	(5)	(608)	(112)	(6)

Em 31 de dezembro de 2014:

	Synapsis	Tivit USA	Tivit Paris (*)
Capital social	214.110	2.094	235
Percentual de participação	100%	100%	100%
Patrimônio líquido das controladas	200.359	179	227
Participação no patrimônio líquido	100%	100%	100%
Prejuízo do exercício das controladas	(22.084)	(4)	(12)

Movimentação dos investimentos

	Synapsis	Synapsis Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	Tivit Paris (*)	One Cloud (*)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-	162	240	-	402
Investimento em controlada	218.113	-	-	-	-	-	218.113
Resultado de equivalência patrimonial	(22.084)	-	-	(4)	(12)	-	(22.100)
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	21	(1)	-	20
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	444	-	-	-	-	-	444
Aumentos de capital	3.886	-	-	-	-	-	3.886
Saldo em 31 de dezembro de 2014	200.359	-	-	179	227	-	200.765
Resultado de equivalência patrimonial	(19.435)	(5)	(608)	(112)	(6)	-	(20.166)
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	20.714	2	180	-	-	-	20.896
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-			80	71	-	151
Transferência de ágio (*)	(46.747)			-		-	(46.747)
Investimento em controladas	-	13	1.838	-	-	-	1.851
Baixa de investimento controladas	(1.851)	-	-	-	-	-	(1.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	153.040	10	1.410	147	292	-	154.899
Investimento em controladas	-	-	-	170	-	13	183
Baixa de investimento controladas	-	-	-	-	(49)	-	(49)
Resultado de equivalência patrimonial	(681)	2	349	(76)	(199)	887	282
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(16.269)	(1)	(491)	-	-	-	(16.761)
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	(24)	(43)	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	136.090	11	1.269	217	-	900	138.487

(*) Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, a parcela do ágio referente à Synapsis do Brasil S.A. foi transferida para a Sociedade.

(*) Empresa extinta em julho de 2015 conforme mencionado na nota explicativa nº1.

(*) Empresa adquirida em abril de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº1.

12. IMOBILIZADO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Custo	1.121.678	1.315.344	1.128.278	1.391.904	1.624.755	1.400.671
Depreciação acumulada	(731.707)	(827.207)	(727.187)	(912.340)	(1.045.486)	(921.150)
Total	389.971	488.137	401.091	479.563	579.269	479.521
Computadores e periféricos	200.021	205.196	150.508	238.579	239.249	184.289
Máquinas e equipamentos	91.748	107.820	108.669	101.129	161.454	137.806
Benfeitorias	26.733	85.369	67.040	60.442	84.750	67.040
Edificações	26.081	33.754	27.326	29.605	33.754	32.294
Instalações	12.589	15.575	16.136	13.989	19.136	16.728
Terrenos	14.090	17.360	14.700	15.610	19.097	17.803
Móveis e utensílios	6.010	17.427	12.266	6.010	16.142	12.267
Obras em andamento	-	-	-	-	-	6.847
Veículos	12.699	5.636	4.446	14.199	5.687	4.447
Total	389.971	488.137	401.091	479.563	579.269	479.521

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 está assim representada:

	31/12/2015	Adições	Baixa	Cisão (c)	Transferências (a)	31/12/2016
Custo:						
Terrenos	17.360	-	-	(3.270)	-	14.090
Edificações	59.265	424		(7.293)	(2.093)	50.303
Instalações	69.510	906	(20)	(6.556)	(303)	63.537
Móveis e utensílios	52.596	2.625	(356)	(37.000)	(1.796)	16.069
Benfeitorias	234.679	15.519	(44)	(123.326)	(4.965)	121.863
Máquinas e equipamentos	230.490	10.213	(2.848)	(32.198)	(3.680)	201.977
Computadores e periféricos	640.022	67.217	(14.073)	(51.573)	(7.608)	633.985
Veículos	11.422	10.203	(528)	(1.102)	(141)	19.854
Total	1.315.344	107.107	(17.869)	(262.318)	(20.586)	1.121.678
Depreciação acumulada:						
Edificações	(25.511)	(1.226)	-	339	2.176	(24.222)
Instalações	(53.935)	(1.813)	19	4.578	203	(50.948)
Móveis e utensílios	(35.169)	(3.703)	15	27.026	1.773	(10.058)
Benfeitorias	(149.310)	(17.518)	44	66.568	5.086	(95.130)
Máquinas e equipamentos	(122.670)	(10.722)	2.740	18.400	2.023	(110.229)
Computadores e periféricos	(434.826)	(63.418)	13.404	41.826	9.050	(433.964)
Veículos	(5.786)	(2.631)	386	734	141	(7.156)
Total	(827.207)	(101.031)	16.608	159.471	20.452	(731.707)
Total líquido	488.137	6.076	(1.261)	(102.847)	(134)	389.971

	Consolidado						
	31/12/2015	Adições	Baixa	Transferência (a)	Cisão (c)	Ajuste de conversão	31/12/2016
Custo:							
Terrenos	19.097	-	-	(13)	(3.270)	(203)	15.611
Edificações	59.265	424	-	1.595	(7.293)	-	53.991
Instalações	76.940	1.837	(20)	(6.710)	(6.556)	(1.001)	64.490
Móveis e utensílios	49.585	6.996	(356)	(4.736)	(37.000)	(6.887)	7.602
Benfeitorias	233.403	15.519	(44)	(4.695)	(123.326)	-	120.587
Máquinas e equipamentos	322.923	10.385	(3.345)	(5.517)	(32.198)	(3.303)	288.946
Computadores e periféricos	852.066	86.934	(14.077)	(29.612)	(51.573)	(24.829)	819.310
Veículos	11.476	11.668	(528)	(141)	(1.102)	(6)	21.367
Total	1.624.755	133.763	(18.370)	(49.698)	(262.318)	(36.229)	1.391.904
Depreciação acumulada:							
Edificações	(25.511)	(1.297)	-	2.083	339	-	(24.386)
Instalações	(57.804)	(1.876)	19	3.188	4.578	477	(51.418)
Móveis e utensílios	(33.443)	(11.044)	15	6.947	27.026	2.319	(8.180)
Benfeitorias	(148.653)	(17.518)	44	5.086	66.568	-	(94.473)
Máquinas e equipamentos	(161.469)	(11.737)	3.251	3.650	18.400	1.921	(145.985)
Computadores e periféricos	(612.817)	(72.304)	13.404	28.319	41.826	20.841	(580.731)
Veículos	(5.789)	(2.640)	386	140	734	-	(7.168)
Total	(1.045.486)	(118.415)	17.118	49.413	159.471	25.558	(912.341)
Total líquido	579.269	15.349	(1.251)	(285)	(102.847)	(10.671)	479.563

	Controladora						
	31/12/2014	Adições	Baixa	Incorporação de controlada	Transferência (a)	PPA (b)	31/12/2015
Custo:							
Terrenos	14.700	-	-	-	-	2.660	17.360
Edificações	49.553	691	-	7.091	264	1.666	59.265
Instalações	67.874	266	(48)	1.120	-	298	69.510
Móveis e utensílios	42.387	7.022	(40)	3.011	103	113	52.596
Benfeitorias	197.662	35.719	(501)	1.277	522	-	234.679
Máquinas e equipamentos	220.516	8.551	(1.977)	3.349	(878)	929	230.490
Computadores e periféricos	527.151	103.510	(6.648)	17.001	150	(1.142)	640.022
Veículos	8.435	2.886	(93)	155	(2)	41	11.422
Total	1.128.278	158.645	(9.307)	33.004	159	4.565	1.315.344
Depreciação acumulada:							
Edificações	(22.228)	(1.122)	-	(2.120)	(41)	-	(25.511)
Instalações	(51.737)	(2.027)	48	(202)	(17)	-	(53.935)
Móveis e utensílios	(30.120)	(3.345)	40	(1.726)	(18)	-	(35.169)
Benfeitorias	(130.622)	(18.316)	501	(657)	(216)	-	(149.310)
Máquinas e equipamentos	(111.847)	(11.286)	1.976	(1.848)	335		(122.670)
Computadores e periféricos	(376.644)	(55.549)	6.633	(9.165)	(101)	-	(434.826)
Veículos	(3.989)	(1.737)	68	(102)	(26)	-	(5.786)
Total	(727.187)	(93.382)	9.266	(15.820)	(84)	-	(827.207)
Total líquido	401.091	65.263	(41)	17.184	75	4.565	488.137

	Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Baixa	Transferência (a)	PPA (b)	Ajuste de conversão	31/12/2015
Custo:							
Terrenos	17.803	-	(2.164)	(199)	2.859	798	19.097
Edificações	56.373	691	(1.491)	(221)	2.151	1.762	59.265
Instalações	71.615	266	(48)	329	3.827	951	76.940
Móveis e utensílios	42.387	7.022	(40)	(181)	397	-	49.585
Benfeitorias	197.663	35.719	(501)	522	-	-	233.403
Máquinas e equipamentos	276.052	17.955	(14.837)	25.918	3.192	14.643	322.923
Computadores e periféricos	730.241	114.167	(4.539)	(53.731)	7.267	58.661	852.066
Veículos	8.537	2.940	(66)	(2)	41	26	11.476
Total	1.400.671	178.760	(23.686)	(27.565)	19.734	76.841	1.624.755
Depreciação acumulada:							
Edificações	(24.079)	(1.188)	209	25	-	(478)	(25.511)
Instalações	(54.887)	(2.142)	48	(17)	-	(806)	(57.804)
Móveis e utensílios	(30.120)	(3.345)	40	(18)	-	-	(33.443)
Benfeitorias	(130.622)	(18.316)	501	(216)	-	-	(148.653)
Máquinas e equipamentos	(138.246)	(21.364)	8.711	(3.363)	-	(7.207)	(161.469)
Computadores e periféricos	(539.106)	(66.482)	7.977	32.443	-	(47.649)	(612.817)
Veículos	(4.090)	(1.741)	94	(26)	-	(26)	(5.789)
Total	(921.150)	(114.578)	17.580	28.828	-	(56.166)	(1.045.486)
Total líquido	479.521	64.182	(6.106)	1.263	19.734	20.675	579.269

	Controladora					
	31/12/2013	Adições	Baixa	Combinação de negócios (b)	Transferências (a)	31/12/2014
Custo:						
Terrenos	14.700	-	-	-	-	14.700
Edificações	49.435	118	-	-	-	49.553
Instalações	62.611	416	-	3.643	1.204	67.874
Móveis e utensílios	38.635	3.682	(13)	75	8	42.387
Benfeitorias	189.347	8.296	-	-	19	197.662
Máquinas e equipamentos	207.372	13.735	(51)	1.887	(2.783)	220.160
Computadores e periféricos	469.322	57.846	(92)	253	178	527.507
Veículos	5.707	2.516	(80)	184	108	8.435
Total	1.037.129	86.609	(236)	6.042	(1.266)	1.128.278
Depreciação acumulada:						
Edificações	(21.203)	(1.025)	-	-	-	(22.228)
Instalações	(49.715)	(2.022)	-	-	-	(51.737)
Móveis e utensílios	(26.579)	(3.554)	13	-	-	(30.120)
Benfeitorias	(115.490)	(15.132)	-	-	-	(130.622)
Máquinas e equipamentos	(101.440)	(10.453)	48	-	(2)	(111.847)
Computadores e periféricos	(334.464)	(42.276)	92	-	4	(376.644)
Veículos	(2.853)	(1.172)	36	-	-	(3.989)
Total	(651.744)	(75.634)	189	-	2	(727.187)
Total líquido	385.385	10.975	(47)	6.042	(1.264)	401.091

	Consolidado						
	31/12/2013	Adições	Baixa	Combinação de negócios	Transferências (a)	Ajuste de conversão	31/12/2014
Custo:							
Terrenos	14.700	607	-	2.324	-	172	17.803
Edificações	49.435	118	(424)	6.796	-	448	56.373
Instalações	62.611	416	(12)	7.158	1.204	238	71.615
Móveis e utensílios	38.635	3.682	(13)	75	8	-	42.387
Benfeitorias	189.347	8.296	(1.724)	1.655	19	70	197.663
Máquinas e equipamentos	207.372	18.293	(1.860)	51.264	(2.427)	3.410	276.052
Computadores e periféricos	469.322	57.846	(20.807)	203.960	(178)	13.252	723.395
Veículos	5.707	2.516	(87)	286	108	7	8.537
Obra em Andamento	-	4.073	(607)	3.088	-	292	6.846
Total	1.037.129	95.847	(25.534)	276.606	(1.266)	17.889	1.400.671
Depreciação acumulada:							
Edificações	(21.203)	(1.067)	364	(2.045)	-	(128)	(24.079)
Instalações	(49.715)	(2.119)	1.965	(4.747)	-	(271)	(54.887)
Móveis e utensílios	(26.579)	(3.554)	13	-	-	-	(30.120)
Benfeitorias	(115.490)	(15.132)	-	-	-	-	(130.622)
Máquinas e equipamentos	(101.440)	(12.486)	48	(22.789)	(2)	(1.577)	(138.246)
Computadores e periféricos	(334.464)	(45.094)	22.598	(170.570)	4	(11.580)	(539.106)
Veículos	(2.853)	(1.174)	45	(102)	-	(6)	(4.090)
Total	(651.744)	(80.626)	25.033	(200.253)	2	(13.562)	(921.150)
Total líquido	385.385	15.221	(501)	76.353	(1.264)	4.327	479.521

(a) Transferências de outros intangíveis.

(b) Alocação do preço pago na aquisição da Synapsis, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(c) Cisão do segmento de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os montantes de R$95.963 na controladora e R$109.871 no consolidado (R$88.712 na controladora e R$105.669 no consolidado em 2015 e R$71.851 na controladora e R$ 76.843 no consolidado em 2014), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e os montantes de R$5.068 na controladora e R$ 8.544 no consolidado (R$4.670 na controladora e R$ 8.909 no consolidado em 2015 e R$3.783 na controladora e R$3.783 no consolidado em 2014), na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e na rubrica de operação descontinuada.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores da necessidade da realização de teste para provisão para redução a seu valor recuperável.

12.1 Contratos de arrendamento financeiro

Em 31 de dezembro de 2016, os contratos de arrendamento financeiro têm prazo médio de duração de dois anos (dois anos em 31 de dezembro de 2015 e 2014) e referem-se, substancialmente a aquisição de softwares e hardwares para a operação da Sociedade. A Sociedade possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. Adicionalmente, a Sociedade não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

	Controladora					
	31/12/2016				31/12/2015	31/12/2014
	Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	6 a 25	18.810	(7.842)	10.968	2.822	3.079
Computadores e periféricos	4 a 7	383.376	(205.642)	177.734	125.880	72.414
Software	5	58.134	(35.333)	22.801	8.106	10.750
Total		460.320	(248.817)	211.503	136.808	86.243

	Consolidado					
	31/12/2016				31/12/2015	31/12/2014
	Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	4 a 25	54.218	(27.497)	26.721	2.822	19.046
Computadores e periféricos	4 a 7	383.376	(205.642)	177.734	144.588	72.414
Software	5	58.134	(35.333)	22.801	8.106	10.750
Total		495.728	(268.472)	227.256	155.516	102.210

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos objeto dos arrendamentos foram dados em garantia das respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, registradas na rubrica “Custo dos serviços prestados”, são de R$48.303 na controladora e R$59.723 no consolidado, respectivamente (R$32.722 na controladora e R$41.281 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e R$ 19.834 na controladora e R$ 22.117 no consolidado).

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 estão detalhados a seguir:

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	72.000	53.745	32.026
De 1 a 5 anos	88.929	52.493	36.352
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	160.929	106.238	68.378

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	77.361	60.717	39.341
De 1 a 5 anos	96.767	64.892	50.570
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	174.128	125.609	89.911

(*) Incluídos nas demonstrações financeiras como arrendamentos mercantis (vide nota explicativa nº 14).

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, exceto pelas garantias dadas às operações de arrendamento mercantil, não existem outros ativos imobilizados dados em garantia.

12.2. Contratos de arrendamento operacional

Os contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos têm prazos de duração entre 33 e 60 meses. A Sociedade não tem a opção de adquirir os equipamentos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Sociedade reconheceu no resultado os montantes de R$3.340 R$7.084 e R$12.602, referentes as despesas de arrendamento operacional na controladora e R$8.079, R$14.284 e R$19.148 no consolidado.

A seguir estão demonstrados os compromissos de arrendamento operacional não canceláveis:

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	-	-	7.327
De 1 a 5 anos	5.678	468	-
Total	5.678	468	7.327

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	424	6.768	7.677
De 1 a 5 anos	15.092	8.039	4.553
Total	15.516	14.807	12.230

13. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Licença de uso e manutenção de software	10.126	20.724	45.239	16.197	32.752	59.728
Serviços profissionais	10.710	7.774	7.126	21.347	29.506	23.870
Equipamentos de informática e telecomunicação	6.281	2.387	2.350	14.907	18.894	24.652
Telefonia	1.745	7.032	6.765	3.219	9.147	7.757
Ocupação	6.352	12.137	5.254	10.322	18.572	11.540
Benefícios	7.152	15.163	14.413	8.526	16.324	18.316
Outros itens	14.224	16.885	10.261	19.621	21.015	20.785
Total	56.590	82.102	91.408	94.139	146.210	166.648
Circulante	56.590	82.102	80.553	91.723	143.473	155.685
Não circulante	-	-	10.855	2.416	2.737	10.963

Em 31 de dezembro de 2016, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 48 dias (59 dias em 2015 e 44 dias em 2014). Não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Sociedade coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora		
	31/12/16	31/12/2015	31/12/2014
Mensurados ao custo amortizado			
Debêntures (a)	63.860	127.745	308.271
Arrendamentos mercantis (b)	160.929	106.238	68.378
Banco Bradesco S.A. (c)	50.403	50.238	50.123
Banco Itaú S.A. (d)	47.721	64.972	44.158
Banco Santander S.A. (e)	119.955	163.022	110.838
BNDES	-	-	62
Banco Bradesco S.A. - Synapsis Brasil S.A. (f)	-	6.132	-
Total ao custo	442.868	518.347	581.830
Mensurados ao valor justo			
Banco Itaú S.A. (g)	68.445	108.994	72.250
Banco Santander S.A. (h)	42.812	29.215	-
Total ao valor justo	111.257	138.209	72.250
Instrumentos financeiros derivativos (e)	8.029	(26.844)	465
Custo de captação de debêntures	(713)	(1.999)	(4.304)
Total	561.441	627.713	650.241
Parcela do circulante	359.163	148.838	184.864
Parcela do não circulante	202.278	478.875	465.377

Consolidado

	31/12/16	31/12/15	31/12/14
Mensurados ao custo amortizado			
Debêntures (a)	63.860	127.745	308.271
Arrendamentos mercantis (b)	174.128	125.609	89.911
Banco Bradesco S.A. (c)	50.403	50.238	50.123
Banco Itaú S.A. (d)	47.721	64.972	44.159
Banco Santander S.A. (e)	119.955	163.022	110.838
BNDES		-	62
Moeda local (CLP) - Banco BBVA S.A. - Chile (i)	24.926	42.327	44.912
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (j)	63.584	81.817	65.135
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia (k)	16.514	28.148	27.222
Moeda local (COP) - Banco Occidente - Colômbia (l)	5.987	3.493	-
Moeda local (COP) - Banco Corpbanca Colômbia S.A. - Colômbia S.A (m)	2.436	4.612	-
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (n)	13.772	19.117	-
Banco Bradesco - Synapsis Brasil S.A. (f)	-	6.132	9.263
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (o)	17.877	-	-
Moeda local (CLP) - Banco BBVA Chile (p)	2.150	-	-
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil (q)	6.373	-	-
Total ao custo	609.686	717.232	749.896
Mensurados ao valor justo			
Banco Itaú S.A. (g)	68.445	108.994	72.250
Banco Santander S.A. (h)	42.812	29.215	-
Total ao valor justo	111.257	138.209	72.250
Instrumentos financeiros derivativos (e)	8.029	(26.844)	465
Custo de captação de debêntures	(713)	(1.999)	(4.304)
Total	728.260	826.598	818.307
Parcela do circulante	454.513	213.192	246.420
Parcela do não circulante	273.746	613.406	571.887

(a) Em 4 de junho de 2010, a Sociedade emitiu, em favor do Banco Santander S.A., Cédulas de Crédito Bancário - CCBs no valor de R$150.000. Os encargos correspondiam à variação do CDI, acrescida de sobretaxa, de 2,75% ao ano, para pagamento em dez parcelas semestrais a partir de janeiro de 2011. Os custos da captação das CCBs estavam apresentados como redutores da dívida e eram apropriados ao resultado de acordo com o prazo das CCBs. Em 15 de dezembro de 2011, o saldo devedor atualizado do empréstimo era de R$126.000 milhões. Nessa data, o empréstimo foi convertido em debêntures, somando-se às debêntures detalhadas a seguir.

Em 22 de dezembro de 2010 foram emitidas 550 debêntures no valor nominal unitário de R$1.000, totalizando R$550.000, sendo 400 debêntures, totalizando R$400.000, integralizadas até 31 de dezembro de 2010. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não serão conversíveis em ações, e serão pagas em oito parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de junho de 2013 e a última em 15 de dezembro de 2016, com remuneração semestral pela variação da taxa dos DIs, acrescida de sobretaxa de 2,75% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. Como garantia, a Sociedade constituiu contrato de penhor das ações ordinárias de sua emissão em favor do Banco Santander S.A., do Banco Bradesco BBI S.A., dos credores das CCBs e de outros debenturistas. Em 15 de dezembro de 2011, após a conversão mencionada, havia um saldo de 511 debêntures emitidas e integralizadas, ao valor unitário de R$1.000, totalizando R$511.000, com remuneração semestral pela variação da taxa dos DIs, acrescida de sobretaxa de 2,75% ao ano.

Em 22 de novembro de 2012, a Sociedade realizou a amortização parcial antecipada de duas parcelas de principal e respectivos juros. O valor total dessa antecipação foi de R$63.876, sendo R$31.938 cada parcela, cujo vencimento original seria 15 de junho e 15 de dezembro de 2013, respectivamente, com juros incorridos até a data da antecipação de R$2.864. O cronograma das demais parcelas permanece o mesmo, e a sobretaxa utilizada foi de 2,5% ao ano, a partir de 15 de dezembro de 2012 até 22 de março de 2013. Em virtude de renegociação contratual, a sobretaxa foi reduzida para 1,75% no período de 22 de março a 15 de junho de 2013. De 15 de junho de 2013 até 15 de junho de 2015, a sobretaxa passou a ser de 1,5% ao ano. Em 15 de junho de 2015 foi realizada amortização conforme cronograma de amortizações, no valor total de R$96.874 (R$76.650 de principal e R$20.224 de juros). De 15 de junho de 2015 até 15 de dezembro de 2015, a sobretaxa passou a ser de 1,75% ao ano. Em 15 de dezembro de 2015 foi realizada a amortização conforme cronograma de amortizações, no valor total de R$94.657 (R$76.650 de principal e R$18.007 de juros). A partir de 15 de dezembro de 2015, a sobretaxa passou a ser de 2,00%. Em 30 de dezembro de 2015 foi realizada a amortização conforme cronograma de amortizações, no valor total de R$26.559 (R$26.400 de principal e R$159 de juros). Em 15 de junho de 2016, foi realizada a amortização conforme cronograma de amortizações, no valor total de R$73.304 (R$63.450 de principal e R$9.854 de juros)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo atualizado das debêntures é de R$63.860, líquido do custo de captação.

(b) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possui 84 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos até 31 de dezembro de 2021, com juros médios de aproximadamente 106,09 % da variação do CDI para as operações contratadas no Brasil e com juros médios de 6,60% a.a. para as operações contratadas no Chile e na Colômbia, mais variação cambial (peso chileno em relação ao dólar americano) para as operações contratadas no Chile. Os contratos de arrendamento mercantil, têm como garantia o próprio bem. Em 15 de junho de 2016, a sociedade realizou uma operação de Sale & Leaseback, a valor de livros no montante de R$54.092, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado de arrendamento mercantil é de R$160.929, para as operações no Brasil, de R$1.445 para as operações na Colômbia e de R$11.754 para as operações no Chile.

(c) Em 23 de dezembro de 2014, a Sociedade emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R$50.000, com garantia de Cessão Fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDIs, com pagamento de juros semestrais. O principal tem vencimento em 7 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos é de R$50.403.

(d) Em 21 de outubro de 2014, a Sociedade emitiu em favor do Banco Itaú S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$ e celebrou concomitantemente um contrato de "swap", por meio do qual captou recursos no valor de R$40.557, ao custo de 6,88% a.a. mais variação do peso chileno (em relação ao real), que será pago em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019, com 18 meses de carência, com garantia de Cessão Fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap". Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado é de R$47.721.

(e) Em 20 de outubro de 2014, a Sociedade emitiu em favor do Banco Santander S.A, Cédulas de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$ e celebrou concomitantemente contrato de "swap", por meio do qual captou recursos no valor de R$101.000, ao custo de 8,25% a.a., mais a variação do peso colombiano (em relação ao real), que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado é de R$119.955.

(f) Em 23 de junho de 2014, a então controlada indireta Synapsis do Brasil, posteriormente incorporada pela sociedade, emitiu em favor do Banco Bradesco S.A., uma Cédula de Crédito Bancário - CCB no valor de R$2.000, ao custo de 16,77% a.a., que será pago em 36 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 23 de julho de 2014 e a última parcela em 23 de junho de 2017. Em 28 de dezembro de 2012, a sociedade emitiu em favor do Banco Bradesco S.A., uma Cédula de Crédito Bancário - CCB no valor de R$10.000, ao custo de 100% da variação do CDI, acrescida da sobretaxa de 2,85% ao ano, que será pago em 48 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de janeiro de 2014 e a última parcela com vencimento em 28 de dezembro de 2017. Esse empréstimo foi cindido para a Neobpo, conforme demonstrado na nota explicativa nº.1.

(g) Em 18 de novembro de 2014, a Sociedade emitiu em favor do Banco Itaú S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$ e celebrou concomitantemente um contrato de "swap", por meio do qual captou recursos no valor de R$50.000, ao custo de 107% do CDI, com vencimento de juros e principal em 3 de novembro de 2017, com garantia de Cessão Fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap". Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado é de R$68.445.

(h) Em 29 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu em favor do Banco Santander S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$ e celebrou concomitantemente um contrato de "swap", por meio do qual captou recursos no valor de R$28.000, ao custo de 100% da variação do CDI, acrescida da sobretaxa de 2,00% ao ano, com vencimento de juros e principal em 17 de janeiro de 2017, com garantia de Cessão Fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap". Em 20 de junho de 2016, a Sociedade emitiu em favor do Banco Santander S.A., FINIMP (floating rate note), originalmente denominada em US$ e celebrou concomitantemente um contrato de "swap", por meio do qual captou recursos no valor de R$18.008, ao custo de 100% da variação do CDI, acrescida da sobretaxa de 1,95% ao ano, com vencimento de juros e principal em 17 de janeiro de 2017, com garantia de Cessão Fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap". Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$42.812.

(i) Em 8 de julho de 2013, a controlada direta Synapsis Chile tomou, junto ao Banco Itaú S.A., um empréstimo no valor de CLP3.600.000 (pesos chilenos), ao custo de TAB180 mais 1,50% a.a., que será pago em 08 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 08 de janeiro de 2015 e a última com vencimento em 08 de julho de 2018. Em 8 de julho de 2013, a controlada direta Synapsis Chile tomou, junto ao Banco BBVA, um empréstimo no valor de CLP6.400.000 (pesos chilenos), ao custo de TAB180 mais 1,50% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 8 de janeiro de 2015 e a última com vencimento em 8 de julho de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$24.926

(j) Em 20 de outubro de 2014, a controlada direta Synapsis Chile tomou, junto ao Banco Itaú S.A., um empréstimo no valor de CLP14.690.000 (pesos chilenos), ao custo de 6,324% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de abril de 2016 e a última com vencimento em 20 de outubro de 2019, com garantia de 125% do valor do Principal do empréstimo através de nota Promissória avalizada pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado equivale a R$63.584.

(k) Em 6 de setembro de 2013, a controlada indireta Synapsis Colômbia tomou, junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP9.000.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,0% a.a., que será pago em 7 parcelas semestrais, com 24 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 06 de setembro 2015 e a última com vencimento em 06 de setembro de 2018. Em 03 de Abril de 2013, a sociedade emitiu em favor do Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP15.000.000 (pesos colombianos), ao custo de DTF mais 3,0% a.a., que será pago em 7 parcelas semestrais, com 24 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 03 de abril 2015 e a última com vencimento em 03 de abril de 2018. Em 14 de setembro de 2015, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 1.000.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,35% a.a, que será pago em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 7 de abril de 2016 e a última com vencimento em 7 de março de 2017. Em 5 de maio de 2016, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 1.300.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 4,20% a.a, que será pago em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 4 de novembro de 2016 e a última com vencimento em 7 de novembro de 2017. Em 11 de outubro de 2016, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 2.000.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 4,50% a.a, que será pago em 1 parcela com vencimento em 10 de janeiro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$16.514.

(l) Em 20 de novembro de 2015, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente, um empréstimo no valor de COP 3.000.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,75% a.a, que será pago em 18 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de dezembro de 2015 e a última com vencimento em 13 de maio de 2017. Em 14 de abril de 2016, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao banco de Occidente, um empréstimo no valor de COP 5.400.000 (pesos colombianos), ao custo de "Indicador Bancario de Referencia" - IBR mais 4,00% a.a, que será pago em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de maio de 2016 e a última com vencimento em 03 de abril de 2018. Em 18 de julho de 2016, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente S.A., um empréstimo no valor de COP569.400 (pesos colombianos), ao custo de "Indicador Bancario de Referencia" - IBR mais 4,10% a.a, que será pago em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 14 de janeiro de 2017 e a última com vencimento em 09 de abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$5.987.

(m) Em 13 de março de 2015, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco Corpbanca Colômbia S.A., um empréstimo no valor de COP 4.500.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,16% a.a., que será pago em 6 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de setembro 2015 e a última com vencimento em 26 de março de 2018. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado equivale a R$2.436.

(n) Em 13 de janeiro de 2015, a controlada direta Synapsis Spa captou, junto ao Banco Itaú S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.860.000 (pesos chilenos), ao custo de 5,79% a.a., que será pago em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de julho de 2015 e a última com vencimento em 13 de janeiro de 2018. Em 13 de julho de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Itaú S.A., um empréstimo no valor de CLP1.250.000.000 (pesos chilenos), ao custo 4,80% a.a., com vencimento em 18 de janeiro 2017. Em 13 de julho de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Itaú S.A., um empréstimo no valor de CLP590.000.000 (pesos chilenos), ao custo 5.04% a.a., com vencimento em 26 de fevereiro 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado equivale a R$13.772.

(o) Em 5 de fevereiro de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.300.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,12% a.a., com vencimento em 02 de junho 2017. Em 20 de julho de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.300.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 28 de julho de 2017. Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.000.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,46% a.a., com vencimento em 5 de janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$17.877.

(p) Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco BBVA S.A., um empréstimo no valor de CLP653.060.000 (pesos chilenos), ao custo 7,32% a.a., que será pago em 12 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de setembro de 2016 e a última com vencimento em 10 de agosto de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$2.150.

(q) Em 8 de novembro de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.300.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,36% a.a., que será pago em 1 parcela, com vencimento em 3 de fevereiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivale a R$6.373.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	-	191.143	-	-	218.937
2017	-	347.036	175.980	-	403.592	208.262
2018	101.955	80.104	50.490	148.739	130.705	76.750
2019	84.489	76.067	49.285	108.320	103.093	69.459
2020	10.418	3.182	-	11.002	3.530	-
2021	5.558	-	-	5.827	-	-
	202.420	506.389	466.898	273.888	640.920	573.408
Custo de captação	(142)	(670)	(1.986)	(142)	(670)	(1.986)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(26.844)	465	-	(26.844)	465
Total	202.278	478.875	465.377	273.746	613.406	571.887

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

Covenants financeiros

Controladora

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Sociedade possuía debêntures com cláusulas restritivas (“covenants”). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo:

a) A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

b) O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.

c) O limite do índice financeiro a ser atingido pela Sociedade é de até 2,5 vezes o LAJIDA até 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice de 1,89 (2,37 em 31 de dezembro de 2015 e 1,74 em 31 de dezembro de 2014).

Controladas

- Contratos dos empréstimos com os Bancos Itaú e Santander (itens e, f, g e j): os “covenants” são a relação dívida Líquida/LAJIDA e os percentuais são os mesmos das debêntures (item a) e são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

  a) Relação entre dívida financeira líquida/LAJIDA igual ou inferior a 2,65 vezes em cada trimestre do ano 2015.

b) Relação entre dívida financeira líquida/ LAJIDA igual ou inferior a 2,50 vezes em cada trimestre a partir do ano 2016.

c) Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade encontra-se adimplente, tendo atingido o índice de 1,89 (2,37 em 31 de dezembro de 2015 e 1,74 em 31 de dezembro de 2014).

- Contratos dos empréstimos com os Bancos BBVA e Itaú (itens i e j):

a) Relação entre a dívida financeira líquida/LAJIDA (manter uma razão não superior a 2,5 vezes).

b) Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade encontra-se adimplente, tendo atingido o índice de 1,89 (2,37 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade encontrava-se inadimplente com relação ao índice de razão de liquidez e por essa razão, o montante de R$36.091 foi reclassificado para o passivo circulante. A Administração, em 11 de março de 2015, obteve *waiver* das instituições financeiras anuindo com a dispensa do cumprimento do referido índice para 31 de dezembro de 2014.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 todos os índices de todos os empréstimos foram unificados.

Covenants não financeiros

A seguir estão apresentados os principais covenants não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Sociedade de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de 10 dias;
- Transformação da forma societária de sociedade por ações para sociedade limitada;
- Redução de capital da Sociedade, exceto se previamente aprovada Debenturistas que representem no mínimo 90% das debêntures em circulação ou se para absorver prejuízos;
- Mudança ou transferência de controle direto da Sociedade, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas (2/3 das debentures em circulação);
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Sociedade ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50.000;
- Distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Sociedade esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária, exceto (a) pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por ações, (b) pelo pagamento de despesas relacionadas à atuação dos administradores da Sociedade ou de seus acionistas, conforme indicado por seus acionistas, incorridas no âmbito dos negócios sociais da Sociedade limitado a US$2.500.000,00, ou o equivalente em reais, por ano; e (c) pelo pagamento de comissões e despesas relacionadas com aportes de capital em dinheiro realizados pelo Apax FIP na Sociedade, limitadas a 3% do valor total de investimentos realizados pela Sociedade em determinado ano;

- Qualquer distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre a Dívida Total e EBITDA for igual ou maior de 1,85 vezes em todos os anos até a data de vencimento, exceto (a) pelo pagamento de despesas relacionadas à atuação dos administradores da Sociedade ou de seus acionistas, incorridas no âmbito dos negócios sociais da sociedade, limitado a US$ 2.500.000,00 ou o equivalente em reais, por ano; (b) pelo pagamento de comissões e despesas relacionadas com aportes de capital em dinheiro realizados pelo Apax FIP na Sociedade, limitadas a 3% do valor total de investimentos realizados pela Sociedade em determinado ano; e (c) pelo pagamento de taxas de administração e de gestão pagas qualquer sociedade ou entidade que faça parte do grupo Apax, limitadas a US$4.500.000,00, ou o equivalente em reais, por ano.

Em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Sociedade estava adimplente com os covenants não financeiros.

15. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias (a)	28.715	38.159	17.015
Trabalhistas e previdenciárias (b)	26.695	48.446	39.938
Total	55.410	86.605	56.953
Circulante	8.272	15.606	12.150
Não circulante	47.138	70.999	44.803

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Tributárias (a)	34.475	43.911	19.236
Trabalhistas e previdenciárias (b)	36.703	60.870	41.337
Total	71.178	104.781	60.573
Circulante	9.681	17.332	15.770
Não circulante	61.497	87.449	44.803

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, o montante de R$ 23.193 refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião da aquisição do Grupo Work e Synapsis.

A Sociedade é, ainda, parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos, de aproximadamente R$94.507 em 31 de dezembro de 2016 (R$110.260 em 2015 e R$57.299 em 2014), está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 6 de abril de 2016, a Sociedade foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor total de R$ 362.121 (R$ 128.545 de principal e R$ 233.576 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Sociedade estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias e remota para outras.

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	23.993	23.993
Combinação de negócios	-	2.281
Adições e utilizações	12.552	13.964
Transferências	10.649	10.649
Incorporação de controlada	20.671	20.671
Pagamentos	(10.912)	(11.167)
Ajuste de conversão	-	182
Saldo em 31 de dezembro de 2014	56.953	60.573
Adições e utilizações	18.679	18.679
Adições de passivos contingentes (*)	22.052	38.502
Incorporação de controlada	3.170	-
Pagamentos	(14.249)	(17.072)
Ajuste de conversão	-	4.099
Saldo em 31 de dezembro de 2015	86.605	104.781
Adições e utilizações	8.027	8.443
Cisão (**)	(17.711)	(17.711)
Pagamentos	(21.511)	(21.511)
Ajuste de conversão	-	(2.824)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	55.410	71.178

(*) A Sociedade reconheceu, na data da aquisição da Synapsis, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios no montante de R$22.052 na controladora e R$38.502 consolidado, decorrentes de riscos trabalhistas e tributários.

(**) Refere-se à cisão do negócio de BPO conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A seguir apresentamos o cronograma de desembolso das contingencias prováveis:

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	8.272	15.606	12.150
De 1 a 5 anos	47.138	70.999	44.803
Total	55.410	86.605	56.953

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Até 1 ano	9.681	17.332	15.770
De 1 a 5 anos	61.497	87.449	44.803
Total	71.178	104.781	60.573

15.1. Depósitos judiciais e garantias

A Sociedade é parte em ações judiciais de natureza, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Sociedade também reconheceu o ativo indenizável no montante de R$3.428 controladora e R$12.901 no consolidado (R$3.428 em 2015 na controladora e R$10.906 em 2015 no consolidado), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Synapsis.

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas e previdenciárias	9.340	28.265	19.665
Total	9.340	28.265	19.665
Circulante	2.093	10.247	-
Não circulante	7.247	18.018	19.665

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas e previdenciárias	18.813	39.171	19.665
Total	18.813	39.171	19.665
Circulante	2.093	10.247	-
Não circulante	16.720	28.924	19.665

16. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	10.340	26.800	20.267	10.340	26.800	20.267
ISS	7.654	11.469	9.249	9.205	11.469	9.249
COFINS	5.284	6.716	9.123	5.284	6.716	11.919
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	6.478	6.896	6.930	6.478	6.896	7.443
INSS	5.224	6.664	3.718	9.430	8.538	6.146
PIS	518	1.368	2.003	518	1.368	2.003
Imposto de renda e contribuição social	276	276	-	276	276	-
Outros	532	865	350	772	2.300	4.064
Total	36.306	61.054	51.640	42.303	64.363	61.091
Parcela do circulante	25.966	34.254	31.373	31.963	37.563	40.824
Parcela do não circulante	10.340	26.800	20.267	10.340	26.800	20.267

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Sociedade como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota corresponde à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

17. SALÁRIOS E ENGARGOS SOCIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para férias e encargos sociais	47.818	79.139	73.868	54.128	85.149	73.868
Provisão de 13°salário e encargos	197	-	-	197	-	-
Participação nos resultados	27.212	5.119	30.221	35.448	5.619	30.221
Salários e encargos sociais	8.490	17.425	18.938	11.757	21.047	20.876
Outros	1.610	916	848	1.610	916	3.174
Total	85.327	102.599	123.875	103.140	112.731	128.139

A Sociedade tem como política a distribuição de bônus a seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada exercício, com base, quando aplicável, em um plano formal firmado com os sindicatos da categoria. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a pagar da provisão para participação nos lucros e resultados é de R$27.212 na controladora e R$35.448 no consolidado (R$5.119 na controladora e R$5.619 no consolidado em 2015 e R$30.221 na controladora e consolidado em 2014), e R$37.701 foram apropriados ao resultado nas rubricas “Custos dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas (R$11.315 em 2015 e R$39.692 em 2014).

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: (*)			
Provisão para fornecedores	10.941	4.405	4.204
Ágio amortizado antes da incorporação	5.230	5.230	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.976	1.256	212
Provisão para dissídios e encargos sociais	1.831	968	1.400
Provisão para bônus	6.168	-	7.625
Provisão para SAT	3.516	9.112	6.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	141.016	145.048	94.750
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	5.198	6.332	-
Provisão para plano de ações	2.270	2.270	5.294
Provisão para contingências	1.496	10.268	9.242
Outros	4.997	3.278	1.195
Total	184.639	188.167	136.043

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias: (*)			
Provisão para fornecedores	10.941	5.108	4.204
Ágio amortizado antes da incorporação	6.133	7.729	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.137	1.445	890
Provisão para dissídios e encargos sociais	1.831	2.155	2.250
Provisão para bônus	8.480	272	8.017
Provisão para SAT	3.516	9.112	6.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	154.199	159.890	103.445
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	5.198	6.332	-
Provisão para plano de ações	2.270	2.270	5.294
Provisão para contingências	1.496	10.268	9.242
Outros	14.613	16.101	7.024
Total	210.814	220.682	152.487

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ágio de incorporadas (i)	336.969	306.750	251.439	336.969	306.750	251.439
Diferenças temporárias (ii)	45.000	36.785	22.254	45.000	36.785	22.254
Ativo fixo financeiro líquido	-	-	-	4.411	3.349	-
Ativo fixo - "leasing"	-	-	-	2.413	4.638	-
Ajuste no prazo de depreciação (iii)	-	-	9.410	-	-	9.410
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios (iv)	3.233	3.467	-	9.293	11.763	-
"Fair value" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (iv)	1.438	1.112	-	4.943	6.372	-
Outros	926	1.415	-	3.182	3.225	3.805
Total	387.566	349.529	283.103	406.211	372.882	286.908

(i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.

(ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.

(iii) Refere-se à diferença entre a despesa com depreciação, revisada a partir de 1º de janeiro de 2010, com base na vida útil estimada do bem, conforme laudo de avaliação dos peritos independentes, e a depreciação calculada com base nas taxas fiscais.

(iv) Referem-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago da aquisição da Synapsis, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

c) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	113.237	213.452	100.215
Adições	31.930	73.497	41.567
Combinações de negócios	6.983	-	(6.983)
Baixas	(16.107)	(3.846)	12.261
Saldo em 31 de dezembro de 2014	136.043	283.103	147.060
Adições	49.351	68.754	19.403
Incorporação de controlada	1.642	1.235	(407)
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	6.332	-	(6.332)
"Fair value" de intangível oriundo de combinação de negócios	-	3.740	3.740
"Fair value" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios	-	1.552	1.552
Baixas	(5.201)	(8.855)	(3.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	188.167	349.529	161.362
Adições	28.212	74.993	46.781
Cisão	(15.728)	(25.184)	(9.456)
Baixas	(750)	(11.772)	(11.022)
Perda de base negativa de prejuízo fiscal (*)	(15.262)	-	15.262
Saldo em 31 de dezembro de 2016	184.639	387.566	202.927
Classificados no ativo	-	-	-
Classificado no passivo	-	-	202.927

(*) Refere-se à perda da base negativa de prejuízo fiscal decorrente do efeito reflexo do patrimônio líquido cindido (vide nota explicativa nº 1).

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2013	113.237	213.452	100.215
Combinações de negócios	35.248	3.712	(31.536)
Adições	32.209	74.813	42.604
Baixas	(28.038)	(3.846)	24.192
Ajuste de tradução	(169)	(1.223)	(1.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	152.487	286.908	134.421
Adições	69.803	90.686	20.883
Baixas	(9.190)	(16.226)	(7.036)
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	7.527	-	(7.527)
“Fair value” de intangível oriundo de combinação de negócios	-	9.365	9.365
“Fair value” de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios	-	5.256	5.256
Ajuste de tradução	55	(3.107)	(3.162)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	220.682	372.882	152.200
Adições	35.674	78.121	42.447
Cisão	(15.728)	(25.184)	(9.456)
Baixas	(9.914)	(15.478)	(5.564)
Perda de base negativa de prejuízo fiscal (*)	(15.262)	-	15.262
Ajuste de tradução	(4.638)	(4.130)	508
Saldo em 31 de dezembro de 2016	210.814	406.211	195.397
Classificados no ativo	-	-	7.530
Classificados no passivo	-	-	202.927

(*) Refere-se à perda da base negativa de prejuízo fiscal decorrente do efeito reflexo do patrimônio líquido cindido (vide nota explicativa nº 1).

d) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	122.379	48.081	101.601	124.875	45.980	114.573
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(41.609)	(16.348)	(34.544)	(42.458)	(15.633)	(38.955)
Bônus	(1.466)	(230)	(1.086)	(1.466)	(230)	(1.086)
Juros sobre o capital próprio	-	-	6.460	-	-	6.460
Imposto da incorporada	-	-	(310)	-	-	(310)
Resultado da incorporada	-	-	187	-	-	187
Depreciação de veículos - Diretoria	(342)	(220)	(263)	(342)	(220)	(263)
Equivalência patrimonial	97	(6.856)	(7.514)	-	-	-
Constituição de prejuízo fiscal	-	-	-	864	(4.257)	(4.907)
Amortização de diferido	-	-	-	-	(2.625)	(3.026)
Contratos de “leasing”	-	-	-	200	(372)	(429)
“Stock option”	(930)	(883)	(1.498)	(930)	(883)	(1.498)
Brindes e doações	(85)	(28)	(1.944)	(85)	(28)	(1.944)
Imposto pago por presunção - exterior	-	-	-	(68)	(3.650)	(6.359)
Amortização de intangível	-	-	-	184	1.472	-
Diferenças permanentes - exterior	-	-	-		-	(1.407)
Diferença de alíquota - exterior	-	-	-	(1.255)	-	(249)
Ajuste de tradução	-	-	-	47	(976)	(47)
Amortização PPA - Synapsis	-	328	-	-	5.266	-
Baixa de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (*)	(15.262)	-	-	(15.262)	-	-
Outros	837	853	57	(685)	853	406
Despesa de IRPJ e CSLL debitada ao resultado do exercício	(58.760)	(23.384)	(40.455)	(61.256)	(21.283)	(53.427)
Despesa com IRPJ e CSLL correntes	-	(95)	(398)	2.348	104	(402)
Despesa com IRPJ e CSLL diferidos	(58.760)	(23.289)	(40.057)	(63.604)	(21.387)	(53.025)

(*) Refere-se à perda da base negativa de prejuízo fiscal decorrente do efeito reflexo do patrimônio líquido cindido (vide nota explicativa nº 1).

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Synapsis Chile registrou imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal decorrente da perspectiva de tributação futura. Durante os anos de 2015 e 2016 não foi registrado nenhum valor adicional.

Alterações nas legislações tributárias - Colômbia e Chile

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Synapsis Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente.

Reforma tributária colombiana

Em 29 dezembro de 2016, na Colômbia, foram introduzidas algumas modificações no regime fiscal para o exercício de 2017, conforme a seguir:

Imposto de Renda: em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, a taxa de imposto de renda para as empresas da Colômbia:

Tipo Sociedade	**Ano**	**Tarifa**	**Sobretaxa**
Sociedade Nacional	2017	34%	6%
Sociedade Nacional	2018	33%	4%
Sociedade Nacional	2019	33%	0%
Sociedade em Zona franca	2017	20%	0%

A partir de 1º de janeiro de 2017 a taxa de impostos sobre vendas passa de 16% para 19%.

A partir de 1º de janeiro de 2017 alguns serviços foram excluídos de tributação de imposto sobre vendas; são eles:

- Serviços de Hospedagem;
- Serviços de Cloud Computing;
- Serviços Remotos;

Taxa de imposto de serviços prestados no exterior: a partir de 1º de janeiro de 2017 a tarifa de retenção na fonte pelos serviços de consultoria, serviço técnico e assistência técnica, prestados no exterior, passa de 10% a 15%.

Taxa de Imposto sobre consumo: a partir de 1º de janeiro de 2017, os seguintes serviços serão tributados com taxa de 4%; são eles:

- Serviços de telefonia;
- Serviços de dados móveis (telefonia móvel);
- Serviços de internet;
- Serviços de navegação móvel;

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social é de R$1.065.455 (R$1.207.128 em 2015 e R$1.193.770 em 2014) e está dividido em 90.373.497 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Número de ações	%	Número de ações	%	Número de ações	%
	2016		2015		2014	
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações	86.414.051	95,62	86.414.051	95,62	86.414.051	96,72
Luiz Roberto Novaes Mattar	2.576.077	2,85	2.576.077	2,85	2.576.077	2,88
Ações em tesouraria	1.383.369	1,53	1.383.369	1,53	355.832	0,40
Total	90.373.497	100,00	90.373.497	100,00	89.345.960	100,00

A Sociedade, mediante autorização do Conselho de Administração, poderá aumentar o capital social, com emissão de até 44.495.064 ações ordinárias adicionais. O Conselho de Administração fixará as condições da possível emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Em 29 de dezembro de 2014, a Sociedade emitiu 355.832 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal subscritas em 2015, para funcionários e executivos que exerceram as opções de compra de ações. O exercício dessas opções resultou em um aumento de capital social no montante de R$ 4.626. Em janeiro de 2015, a Sociedade efetuou a aquisição das ações subscritas pelo valor de R$13.522 para manutenção em tesouraria.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade emitiu 1.027.537 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal subscritas em 2015, para funcionários e executivos que exerceram as opções de compra de ações, resultando em um aumento de capital no valor de R$ 13.358. Ainda durante 2015, a Sociedade efetuou a aquisição das ações subscritas pelo valor de R$33.193 para manutenção em tesouraria.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2016 houve a cisão do negócio BPO. O acervo líquido cindido nessa operação foi de R$141.673.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 31 de dezembro 2014, após a constituição da reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, foram destinados R$1.508 para dividendos propostos, R$19.000 para juros sobre o capital próprio e R$61.523 para reserva de retenção de lucros - investimentos “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Em 8 de maio de 2015, a Sociedade efetuou o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, referentes ao exercício de 2014, no valor total de R$20.508.

Em 31 de dezembro de 2015, após a constituição da reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, foram destinados R$1.724 para dividendos propostos e R$5.171 para reserva de retenção de lucros - investimentos “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Em 17 de outubro de 2016, a Sociedade efetuou o pagamento de dividendos, referentes ao exercício de 2015, no valor total de R$ 1.724.

Em 31 de dezembro 2016, após a constituição da reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, foram destinados R$10.919 para dividendos propostos e R$32.757 para reserva de retenção de lucros - investimentos “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

d) Outros resultados abrangentes acumulados

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das demonstrações financeiras de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial do contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 20), devido a essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

e) Destinação do lucro

	2016	2015	2014
(+) Lucro do exercício	45.975	7.258	86.348
(-) Reserva legal - 5%	(2.299)	(363)	(4.317)
(-) JCP/Dividendos mínimos obrigatórios	(10.919)	(1.724)	(20.508)
Reserva de lucros constituída	32.757	5.171	61.523
Dividendos por ação	0,12	0,02	0,23

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante:			
Neobpo (a)	3.241	-	-
Synapsis Brasil S.A. (b)	-	-	7.579
Synapsis Chile	76	92	-
Synapsis Peru SRL	79	96	-
One Cloud	74	-	
Total	3.470	188	7.579
Ativo não circulante:			
Neobpo (a)	12.422	-	-
Total	12.422	-	-
Passivo não circulante:			
Synapsis Argentina SRL (c)	14.819	18.969	-
Synapsis Chile (c)	6.147	5.721	-
Synapsis Peru SRL (c)	24	30	-
Total	20.990	24.720	-

	Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante:			
Neobpo (a)	3.241	-	-
Total	3.241	-	-
Ativo não circulante:			
Neobpo (a)	12.422	-	-
Total	12.422	-	-

(a) Em 31 de dezembro de 2016 foi celebrado o contrato de mútuo entre a Sociedade e a Neobpo no valor de R$ 15.663 em decorrência da separação razoável das obrigações de financiamentos de cada sociedade no momento da cisão. O referido contrato será quitado em 58 parcelas e o valor será acrescido de juros calculados com base na variação do CDI mais taxa de 2,3198% a.a.

(b) Em novembro de 2014, a Sociedade emprestou o montante de R$7.579 para sua controlada indireta Synapsis Brasil S.A., devido à necessidade de caixa para saldar obrigações correntes. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Synapsis Brasil S.A. foi incorporada pela Sociedade, restando apenas os montantes de R$92 (Chile) e R$96 (Peru).

(c) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em janeiro de 2015, a Sociedade adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Synapsis e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar para essas empresas nos montantes de R$947 e R$18.022, respectivamente, e o montante de R$5.751, sendo Synapsis R$5.721 e Synapsis Peru SRL R$30. A Sociedade não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo. Essas transações não possuem atualização monetária.

21. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade cindiu todo seu segmento de BPO (ver nota explicativa nº 1).

O segmento de BPO não era classificado anteriormente como operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

a) Efeito da cisão sobre a posição financeira do Grupo

Os saldos patrimoniais decorrentes da cisão da operação descontinuada estão apresentados na nota explicativa nº1.

b) Resultado líquido das operações descontinuadas

	2016	2015	2014
	Operação descontinuada	Operação descontinuada	Operação descontinuada
Receita de serviços prestados	665.477	785.891	873.786
Impostos sobre serviços prestados	(65.164)	(70.040)	(75.432)
Receita líquida de serviços	600.313	715.851	798.354
Custo dos serviços prestados	(541.094)	(654.272)	(655.761)
Lucro bruto	59.219	61.579	142.593
Despesas operacionais	(61.361)	(64.619)	(77.020)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(2.142)	(3.040)	65.573
Resultado financeiro	(23.241)	(21.939)	(26.600)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(25.383)	(24.979)	38.973
Imposto de renda e contribuição social das operações descontinuadas	7.739	7.540	(13.771)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	(17.644)	(17.439)	25.202
(Prejuízo) lucro básico por ação das operações descontinuadas	(0,19)	(0,20)	0,28
(Prejuízo) lucro diluído por ação das operações descontinuadas	(0,18)	(0,19)	0,28

c) Demonstrações dos fluxos de caixa das operações descontinuadas:

	2016	2015	2014
Fluxo de Caixa de operações descontinuadas:			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	20.965	51.160	85.565
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(21.600)	(43.764)	(17.242)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(40.798)	(118.761)	(162.670)
Caixa líquido utilizado nas operações descontinuadas	(41.433)	(111.365)	(94.348)

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Receita de serviços prestados	1.327.574	1.237.639	1.054.330	1.608.078	1.505.714	1.142.555
Impostos sobre serviços prestados	(194.001)	(162.023)	(137.972)	(194.140)	(162.023)	(139.600)
Receita líquida de serviços	1.133.573	1.075.616	916.358	1.413.938	1.343.691	1.002.955

(*) Refere-se ao PIS, à COFINS e ao ISS incidentes sobre os serviços prestados.

23. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	573.932	573.271	445.576	678.680	679.373	509.317
Depreciações e amortizações	113.031	110.259	100.504	141.552	145.765	105.812
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	131.250	100.522	96.780	145.073	144.382	97.237
Despesas com ocupação	45.455	42.025	26.226	63.521	51.210	32.946
Telefonia, conectividade e “link”	17.423	16.186	13.681	24.249	27.719	13.681
Aluguel	17.683	21.136	13.262	35.873	45.453	16.556
Serviços de terceiros	69.311	53.245	58.568	91.780	87.359	66.031
Viagens	7.966	13.221	11.314	12.393	16.718	11.314
Equivalência Patrimonial	(282)	20.166	22.100	-	-	-
Outros custos e despesas	(3.276)	15.778	16.698	40.573	26.003	17.930
	972.493	965.809	804.709	1.233.694	1.223.982	870.824
Classificados como:						
Custo dos serviços prestados	865.165	857.344	680.058	1.090.601	1.091.821	746.859
Despesas com vendas	19.992	15.478	6.683	22.111	26.046	12.227
Despesas gerais e administrativas	88.044	73.100	96.113	121.408	106.394	111.983
Resultado de equivalência patrimonial	(282)	20.166	22.100	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(426)	(279)	(245)	(426)	(279)	(245)
	972.493	965.809	804.709	1.233.694	1.223.982	870.824

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras:						
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.814	16.258	16.135	4.954	12.571	16.806
Outras receitas	900	3.226	642	930	4.356	1.177
Total	4.714	19.484	16.777	5.884	16.927	17.983
Despesas financeiras:						
Juros passivos	(34.221)	(66.383)	(46.516)	(47.034)	(71.974)	(46.516)
Despesas bancárias	(3.309)	(6.226)	(4.285)	(6.033)	(9.973)	(13.001)
Outras despesas	(1.974)	(1.515)	(1.682)	(1.974)	(1.952)	(1.682)
Total	(39.504)	(74.124)	(52.483)	(55.041)	(83.899)	(61.199)
Variação cambial, líquida:						
Positiva	118.106	116.770	13.706	121.296	108.722	13.706
Negativa	(102.358)	(152.003)	(2.597)	(107.849)	(143.626)	(2.597)
“Swap” - marcação a mercado	(19.659)	28.147	14.549	(19.659)	28.147	14.549
Total	(3.911)	(7.086)	25.658	(6.212)	(6.757)	25.658
Resultado financeiro	(38.701)	(61.726)	(10.048)	(55.369)	(73.729)	(17.558)

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R$11.885 na controladora e consolidado (R$6.480 e R$12.700 na controladora e consolidado em 2015 e 2014, respectivamente), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados:	
Salários	5.658
Bônus	4.909
Plano de opção de compra de ações	1.079
Outros benefícios	239
Total	11.885

26. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em 6 de maio de 2010, foi aprovada a proposta dos administradores para o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano 1”), cujo objetivo é contribuir com os interesses da Sociedade mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações								Premissas valor justo		
Plano	Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	(*) Preço de exercício - Reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
1	2010	4.993.106	-	-	4.993.106	9,48 e 3,52	De R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2011	627.607	-	(415.803)	5.204.910	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2012	1.028.401	-	(766.413)	5.466.898	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	337.652	-	(231.802)	5.572.748	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	106.827	-	-	5.679.575	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2014	15.000	-	(402.449)	5.292.126	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2015	423.547	(1.383.369)	(181.523)	4.150.781	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2016	-	-	(120.672)	4.030.109	9,48 e 3,52	de R$ 12,31 a R$ 31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
2	2016	3.264.375	-	(80.000)	3.184.375	28,95 e 3,05	32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos

(*) Em função da cisão do segmento de BPO, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Administração da Sociedade aprovou a segregação do preço de exercício dos Planos 1 e 2 entre a Sociedade e a Neobpo, conforme demonstrado abaixo:

	Tivit	Neobpo	Total
Plano 1	9,48	3,52	13,00
Plano 2	28,95	3,05	32,00

A Sociedade teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Sociedade, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das letras no tesouro nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

As despesas referentes ao valor justo das opções concedidas reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções de compras de ações, foram de R$2.632 (R$2.896 em 2015 e R$8.482 em 2014), registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Controladas:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta para o Plano Phantom de Stock Options Latam. Esse plano possui o prazo de 4 anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções phantom.

Durante os anos de 2015 e 2016 foram outorgadas 390.000 opções, conforme demonstrado abaixo. Não houve exercício, prescrição ou vencimento de nenhuma opção.

Outorga					Premissas valor justo		
Número	Data	Quantidade de opções	Preço de exercício - Reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
1º	2015	390.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	4 anos

A Sociedade teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Sociedade, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

As despesas referentes ao valor justo das opções reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R$575, registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas em contrapartida ao passivo.

27. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido (prejuízo) e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	Operação Continuada			Operação Continuada e Descontinuada		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade	63.619	24.697	61.146	45.975	7.258	86.348
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	88.990	88.990	89.020	88.990	88.990	89.020
Lucro por ação (em R$) - básico	0,71	0,28	0,69	0,52	0,08	0,97
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade	63.619	24.697	61.146	45.975	7.258	86.348
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	88.990	88.990	89.020	88.990	88.990	89.020
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	5.312	2.417	2.313	5.312	2.417	2.313
Total (em milhares)	94.302	91.407	91.333	94.302	91.407	91.333
Lucro diluído por ação (em R$)	0,67	0,27	0,67	0,49	0,08	0,95

28. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Sociedade são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica da Sociedade para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. O contrato teve início em julho de 2013 e não possui data de validade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos relacionados a esse contrato foram de R$42.407 (R$37.172 em 2015 e R$17.987 em 2014), os quais foram apropriados ao resultado. A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.

- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia da Sociedade, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos relacionados a esses contratos foram de R$3.913 (R$5.364 em 2015 e R$2.930 em 2014), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de dezembro de 2016, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.

- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos relacionados a esses contratos foram de R$25.199 (R$20.859 em 2015 e R$10.896 em 2014), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de dezembro de 2016, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.

- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 12 de março de 2012 a 31 de dezembro de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos relacionados a esse contrato foram de R$108.820 (R$84.196 em 2015 e R$59.241 em 2014), os quais foram apropriados ao resultado. Em 31 de dezembro de 2016, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.

- Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos relacionados a esses contratos foram de R$29.137 (R$36.736 em 2015 e R$14.325 em 2014), os quais foram apropriados ao resultado. Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), sendo o reajuste calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 31 de dezembro de 2016, com base nos contratos vigentes, a Administração entende que os gastos futuros com o aluguel de imóveis serão consistentes com os gastos incorridos.

- Arrendamento mercantil - a Sociedade possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 14. Adicionalmente, a Sociedade mantém compromissos decorrentes de contratos de arrendamento operacional de equipamentos com prazos de seis meses a quatro anos e sem cláusula de opção de compra ao término dos contratos. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente das obrigações relacionadas a esses contratos de arrendamento operacional totalizava R$10.558 (R$7.467 em 2015 e R$7.327 em 2014).

Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2016, de 2015 e de 2014, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
Modalidade	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	3.476	3.573	23.597	23.813	21.726	21.884
Garantias judiciais	2.020	11.492	3.865	14.992	1.919	1.919
Garantias de clientes	7.901	20.597	25.752	42.383	22.426	22.854
Total	13.397	35.662	53.214	81.188	46.071	46.657

29. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de licença de uso de software não liquidados	216	9.863	21.364	216	9.863	21.364
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	11.165	13.056	11.519	15.010	13.056	11.519
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	124.508	78.339	44.518	128.880	91.229	44.518
Pagamento de contingências com depósitos judiciais	2.326	3.425	1.254	2.326	3.425	1.254
Transferência entre imobilizado e intangível	134	75	1.264	285	1.263	1.264
Provisão de aquisição da "One Cloud" a pagar	4.527	-	-	4.527	-	-
Provisão de Dividendos	10.919	1.724	20.413	10.919	1.724	20.413

Os efeitos "não caixa" decorrentes da alocação final do preço pago pela Synapsis e da cisão dos ativos da operação de BPO estão demonstrados na nota explicativa nº 1.

30. SEGUROS

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2016, com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

		Limite máximo de indenização consolidado		
Descrição	Ramo da apólice	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	775.654	670.769	608.352
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	37.833	38.448	12.833
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	5.000	5.000	5.000
Automóveis	Cobertura básica	10.744	10.744	5.372
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750	138.750
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	766.481	778.653	710.169
Total		1.734.462	1.642.364	1.480.476

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 31 de maio de 2017.

32. EVENTO SUBSEQUENTE

a) Emissão de debêntures

Em 16 de janeiro de 2017, foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos. Nessa data foram emitidas 8.300 debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R$ 10, totalizando R$ 83.000. O prazo de amortização das debêntures será de 3 anos contados da data de emissão e as mesmas serão pagas em 3 parcelas, com 18 meses de carência, sendo a primeira em 16 de julho de 2018, a segunda em 16 de janeiro de 2019 e a última na data de vencimento. Sobre o valor das debêntures incidirão juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros, acrescidos de sobretaxa de 2,60% a.a., durante o primeiro período de capitalização. Em cada um dos demais períodos a sobre taxa será equivalente a:

(a) 3,10% a.a., se a relação entre a Dívida Líquida e EBITDA for igual ou maior de 2,5 vezes e menor que 3,0 vezes;

(b) 2,85% a.a. se a relação entre a Dívida Líquida e EBITDA for igual ou maior que 2,0 vezes e menor de 2,5 vezes; e

(c) 2,60% a.a., se a relação entre a Dívida Líquida e EBITDA for menor que 2,0 vezes.

Como garantia foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 ações de emissão da Sociedade e de titularidade da APX FIP, correspondentes a 4,32% do capital social total da Sociedade.

As respectivas debêntures foram totalmente integralizadas em 17 de fevereiro de 2017 pelo valor de R$ 84.169.

TIVIT

Declaração dos Diretores da TIVIT, Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Os Diretores da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, §1º, VI da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordaram ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

São Paulo, 31 de maio de 2017.

Luiz Roberto Novaes Mattar
Diretor Presidente

Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Renato Gazaffi
Diretor Vice Presidente de Tecnologia da Informação

Tatiana Silva Lorenzi
Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional

André Guimarães Frederico
Diretor de Estratégia e Relação com Investidores

TIVIT

Declaração dos Diretores da TIVIT, Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. sobre o Parecer do Auditor Independente

Os Diretores da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, §1º, VI da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordaram ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

São Paulo, 31 de maio de 2017.

Luiz Roberto Novaes Mattar
Diretor Presidente

Paulo Sérgio Carvalho de Freitas
Diretor Administrativo-Financeiro

Carlos Renato Gazaffi
Diretor Vice Presidente de Tecnologia da Informação

Tatiana Silva Lorenzi
Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional

André Guimarães Frederico
Diretor de Estratégia e Relação com Investidores

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Formulário de Referência da Companhia nos Termos da Instrução CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores 4

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 5

2.3 - Outras informações relevantes 6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições não contábeis 8

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 13

3.4 - Política de destinação dos resultados 14

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 16

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 17

3.7 - Nível de endividamento 18

3.8 - Obrigações 19

3.9 - Outras informações relevantes 20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 21

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 40

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 44

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 48

4.5 - Processos sigilosos relevantes 49

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 50

4.7 - Outras contingências relevantes 51

Índice

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 52

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 53

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 54

5.3 - Descrição dos controles internos 56

5.4 - Alterações significativas 58

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 59

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 60

6.3 - Breve histórico 61

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 64

6.6 - Outras informações relevantes 65

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 66

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 75

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 78

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 86

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 87

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 88

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 89

7.8 - Políticas socioambientais 90

7.9 - Outras informações relevantes 91

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 96

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 97

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 98

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 99

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 100

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 101

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 102

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 107

9.2 - Outras informações relevantes 109

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 110

10.2 - Resultado operacional e financeiro 140

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 143

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 146

10.5 - Políticas contábeis críticas 147

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 150

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 151

10.8 - Plano de Negócios 152

10.9 - Outros fatores com influência relevante 153

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 154

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 155

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 156

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 162

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 165

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 166

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 167

12.7/8 - Composição dos comitês 171

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 172

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 173

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 174

12.12 - Práticas de Governança Corporativa 175

12.13 - Outras informações relevantes 176

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 177

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 181

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 185

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 187

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 192

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 194

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 195

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 196

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 198

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 199

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 200

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 201

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 202

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 203

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 204

13.16 - Outras informações relevantes 205

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 206

Índice

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 208

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 209

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 212

14.5 - Outras informações relevantes 213

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 214

15.3 - Distribuição de capital 217

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 218

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 219

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 220

15.7 - Principais operações societárias 221

15.8 - Outras informações relevantes 229

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 231

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 232

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 237

16.4 - Outras informações relevantes 238

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 239

17.2 - Aumentos do capital social 240

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 241

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 242

17.5 - Outras informações relevantes 243

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 244

Índice

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 245

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 246

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 247

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 248

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 249

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 250

18.8 - Títulos emitidos no exterior 251

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 252

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 253

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 254

18.12 - Outras infomações relevantes 255

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 262

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 263

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 265

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 266

20.2 - Outras informações relevantes 267

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 268

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 269

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 271

21.4 - Outras informações relevantes 272

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luiz Roberto Novaes Mattar**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**André Guimarães Frederico**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

LUIZ ROBERTO NOVAES MATTAR, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.576.274-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 072.672.558-76, residente e domiciliado na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, declara que:

(a) reviu o formulário de referência;

(b) todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 e 19; e

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

Luiz Roberto Novaes Mattar
Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

ANDRÉ GUIMARÃES FREDERICO, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.531.325-3-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 296.876.988-02, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com domicílio comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, declara que:

(a) reviu o formulário de referência;

(b) todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, em especial aos artigos 14 e 19; e

(c) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

André Guimarães Frederico
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os cargos de Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores da Companhia são ocupados por pessoas diferentes. As declarações individuais de cada um dos diretores estão disponíveis nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	10/03/2009
Descrição do serviço contratado	Auditoria externa das demonstrações financeiras, revisão das informações financeiras trimestrais (Controladora e Consolidado) e elaboração do laudo de cisão a valores contábeis.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Companhia e suas controladas no exercício social de 2016 foi de R$1.677.152,00, dos quais: R$1.136.200,00 pela auditoria contábil das demonstrações financeiras anuais, R$470.952,00 pela revisão das informações financeiras intermediárias (ITR) e R$70.000,00 pela elaboração do laudo de cisão a valores contábeis.
Justificativa da substituição	Não houve substituição de auditores no período.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Marcelo Magalhães Fernandes	01/07/2012 a 30/06/2016	110.931.498-17	Av. Dr. Chucri Zaidan,, 1240, Chác. Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51812744, e-mail: mfernandes@deloitte.com
Walmir Bolgheroni	01/07/2016	012.725.828-09	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1240, Chác. Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861000, Fax (11) 51812744, e-mail: wbolgheroni@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

Previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2017)	Exercício social (31/12/2016)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)
Patrimônio Líquido	1.315.660.484,86	1.283.287.583,11	1.403.555.491,01	1.405.353.520,94
Ativo Total	2.589.362.493,57	2.573.787.625,74	2.850.618.462,34	2.838.560.354,96
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	720.334.000,00	1.413.938.000,00	1.343.691.000,00	1.002.955.000,00
Resultado Bruto	172.064.000,00	323.337.000,00	251.870.000,00	256.096.000,00
Resultado Líquido	27.882.217,85	45.975.853,43	7.258.951,12	86.347.579,35
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	93.276.979	88.990.128	88.990.128	88.990.128
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,100000	14,420000	15,770000	15,790000
Resultado Básico por Ação	0,310000	0,520000	0,080000	0,970000
Resultado Diluído por Ação	0,30	0,49	0,08	0,95

3.2 - Medições não contábeis

As medições não contábeis abaixo estão sendo apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

a) Valor das medições não contábeis

LAJIDA (EBITDA)

		Exercício/Semestre (R$ mil)				
Descrição	**Últimos 12 meses**	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
LAJIDA (EBITDA)	362.297	168.776	128.275	321.796	265.474	237.943
LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO	367.420	171.936	129.147	324.631	296.001	251.739
Margem de LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO	25,36%	23,87%	18,84%	22,96%	22,03%	25,10%
LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO NORMALIZADO	373.885	171.936	138.105	340.054	313.107	251.739
Margem de LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO NORMALIZADO	25,81%	23,87%	20,15%	24,05%	23,30%	25,10%

Dívida Líquida

	Exercício/Semestre (R$ mil)			
Descrição	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Dívida líquida	(620.051)	(582.638)	(716.273)	(634.086)
Dívida líquida/LAJIDA Ajustado Normalizado	1,66	1,71	2,29	2,52

Lucro líquido caixa (Cash Earnings)

		Exercício/Semestre (R$ mil)				
Descrição	**Últimos 12 meses**	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Lucro líquido caixa (Cash Earnings)	134.478	45.085	37.830	127.223	46.084	114.171
Margem de Lucro líquido caixa	9,28%	6,26%	5,52%	9,00%	3,43%	11,38%

Conversão de Caixa (Cash Conversion)

		Exercício / Semestre - (R$ mil)				
	Últimos 12 meses	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Conversão em caixa	56%	53%	46%	53%	53%	59%
Conversão em caixa ajustado[(1)]	64%	53%	46%	62%	53%	59%

(1) Resultado da seguinte conta: (EBITDA Ajustado Normalizado – Capex operações continuadas ajustado) / EBITDA Ajustado Normalizado.

3.2 - Medições não contábeis

b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

LAJIDA (EBITDA)

Descrição / Valores em RS mil (Consolidado)	Últimos 12 meses	30/06/2017	30/06/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Lucro Líquido do Exercício/Semestre.....	**62.244**	**27.882**	**11.613**	**45.975**	**7.258**	**86.348**
Lucro (prej.) Líquido do Exerc. (Trim.) das Operações Descontinuadas.....	(8.599)	**–**	**(9.045)**	(17.644)	(17.439)	25.202
Lucro Líquido do Exerc. (Trim.) Operações Continuadas	**70.843**	**27.882**	**20.658**	**63.619**	**24.697**	**61.146**
Depreciação/Amortização.....	145.445	74.093	70.200	141.552	145.765	105.812
Resultado Financeiro.....	81.076	46.966	21.259	55.369	73.729	17.558
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	64.933	19.835	16.158	61.256	21.283	53.427
LAJIDA (EBITDA)	**362.297**	**168.776**	**128.275**	**321.796**	**265.474**	**237.943**
Despesas com reestruturação e reorganização	–	–	–	–	11.041	9.311
Custos com rescisões posteriores a Aquisição/Cisão	2.266	1.499	–	767	17.838	–
Pagamento Baseado em Ações.....	2.857	1.661	872	2.068	1.648	4.485
LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO.....	**367.419**	**171.935**	**129.147**	**324.631**	**296.001**	**251.739**
Margem de LAJIDA (EBITDA) AJUSTADO (%).....	**25,36%**	**23,87%**	**18,84%**	**22,96%**	**22,03%**	**25,10%**
Leasing Financeiro Não Capitalizado	4.237	–	3.821	8.057	10.280	–
Custos de implantação Não Capitalizado	2.228	–	5.138	7.366	6.826	–
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado.....	**373.885**	**171.936**	**138.105**	**340.054**	**313.107**	**251.739**
Mrgem LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado	**25,81%**	**23,87%**	**20,15%**	**24,05%**	**23,30%**	**25,10%**

Dívida Líquida

	Exercício/Semestre			
(R$ mil)	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Empréstimos – circulante.....	205.396	454.513	213.192	246.420
Swap – circulante.....	-12.235	-13.517	–	–
Dívida de curto prazo	**193.161**	**440.996**	**213.192**	**246.420**
Empréstimos – não circulante.....	487.638	273.746	613.406	571.887
Swap – não circulante.....	-18.985	-30.342	-70.542	-15.014
Dívida de curto prazo	**468.653**	**243.404**	**542.864**	**556.873**
Dívida total.....	**661.814**	**684.400**	**756.056**	**803.293**
Caixa e equivalentes de caixa	-41.763	-101.762	-39.783	-169.207
Dívida líquida.....	**620.051**	**582.638**	**716.273**	**634.086**

Lucro líquido caixa (Cash Earnings)

		Exercício/Semestre				
(R$ mil)	**Últimos 12 meses**	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Lucro liquido do Exercício/Sem. das operações continuadas.....	70.843	27.882	20.658	63.619	24.697	61.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63.635	17.203	17.172	63.604	21.387	53.025
Lucro líquido caixa	**134.478**	**45.085**	**37.830**	**127.223**	**46.084**	**114.171**

3.2 - Medições não contábeis

Conversão de Caixa (Cash Conversion)

		Exercício / Semestre - (R$ mil)				
	Últimos 12 meses	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Receita líquida de serviços	**1.448.797**	**720.334**	**685.475**	**1.413.938**	**1.343.691**	**1.002.955**
EBITDA Ajustado Normalizado (1)	**373.885**	**171.936**	**138.105**	**340.054**	**313.107**	**251.739**
Adições no Custo de Outros Intangíveis	60.615	33.331	20.248	47.532	16.947	35.790
Adições no Custo de Imobilizado	110.398	46.626	69.991	133.763	178.760	95.847
Capex total	171.013	79.957	90.239	181.295	195.707	131.637
Capex operações continuadas (2)	**164.632**	**79.957**	**75.020**	**159.695**	**146.407**	**102.237**
Capex operações continuadas / Receita líquida de serviços	11%	11%	11%	11%	11%	10%
Capex operações descontinuadas	6.381	0	15.219	21.600	49.300	29.400
Conversão em caixa (3)	**56%**	53%	46%	53%	53%	59%
Geração em caixa (4)	**14%**	**13%**	**9%**	**13%**	**12%**	**15%**
Capex não recorrente de cloud	**30.957**			30.957		
Capex operações continuadas ajustado (5)	**133.675**	**79.957**	**75.020**	**128.738**	**146.407**	**102.237**
Capex operações continuadas / Receita líquida de serviços	9%	11%	11%	9%	11%	10%
Conversão em caixa ajustado (6)	**64%**	**53%**	**46%**	**62%**	**53%**	**59%**
Geração em caixa ajustado (7)	**17%**	**13%**	**9%**	**15%**	**12%**	**15%**

(1) Calculado conforme a primeira tabela deste item.
(2) A separação do Capex total em Capex operações continuadas e Capex operações descontinuadas é calculada pela Companhia com base no custo aplicável ao segmento de *Business Process Outsourcing* (BPO), o qual foi segregado por meio de cisão em 2016.
(3) Resultado da seguinte conta: (EBITDA Ajustado Normalizado – Capex operações continuadas) / EBITDA Ajustado Normalizado.
(4) Resultado da seguinte conta: (EBITDA Ajustado Normalizado – Capex operações continuadas) / Receita líquida de serviços.
(5) Ajustado por capex não recorrente de Cloud de R$31 mm em 2016.
(6) Resultado da seguinte conta: (EBITDA Ajustado Normalizado – Capex operações continuadas ajustado) / EBITDA Ajustado Normalizado.
(7) Resultado da seguinte conta: (EBITDA Ajustado Normalizado – Capex operações continuadas ajustado) / Receita líquida de serviços.

c) Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

LAJIDA (EBITDA)

O EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*) é utilizado como uma medida de desempenho da Companhia, motivo pelo qual a Companhia entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

De acordo com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, o EBITDA é a abreviação em língua inglesa do LAJIDA, que por sua vez pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado fornecem informações adicionais para entender sua condição financeira e resultados operacionais porque permite uma análise de seus resultados de operações excluindo os efeitos de sua estrutura de capital, impactos tributários e outros resultados não operacionais. Da mesma forma, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado Normalizado fornece informações adicionais para entender seus resultados operacionais porque permite uma análise de seus resultados de operações, excluindo os efeitos de certos ajustes contábeis não monetários que a Companhia acredita que de outra forma prejudicariam a comparabilidade entre os períodos.

3.2 - Medições não contábeis

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado Normalizado, a margem EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado Normalizado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como o lucro líquido ou seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez ou performance da Companhia ou base para a distribuição de dividendos. EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado Normalizado, margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado Normalizado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Adicionalmente, a administração da Companhia entende que os ajustes e normalizações descritos acima, efetuados sobre o EBITDA e refletidos consequentemente na apuração da margem de EBITDA Ajustado (calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida da Companhia) e da margem de EBITDA Ajustado Normalizado (calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado Normalizado pela receita líquida da Companhia), são relevantes pois consideram também situações extraordinárias ou não recorrentes, bem como ajustes de normalização, e contribuem para ilustrar de forma mais clara o desempenho da Companhia em cada período.

No cálculo do EBITDA Ajustado a Companhia exclui (i) os gastos não-recorrentes provenientes da aquisição da Synapsis, que corresponderam a R$0,8 milhões no exercício de 2016, R$28,9 milhões no exercício de 2015, e R$9,3 milhões no exercício de 2014, incluindo, no exercício social encerrado em 2015, gastos de aproximadamente R$17,8 milhões relacionados a demissão de funcionários excedentes; (ii) gastos de R$1,5 milhão ocorridos no primeiro semestre de 2017, não recorrentes, gerados por conta da reorganização administrativa necessária após a cisão dos negócios de BPO (*Business Process Outsourcing*) ocorrida em 31 de dezembro de 2016; e (iii) gastos relacionados aos planos de opção de compra de ações da Companhia, correspondente a R$1,7 milhão no primeiro semestre de 2017, R$2,1 milhões no exercício de 2016, R$1,6 milhão no exercício de 2015 e R$4,5 milhões no exercício de 2014.

No cálculo do EBITDA Ajustado Normalizado a Companhia exclui, além dos itens relativos ao cálculo do EBITDA Ajustado, gastos que segundo as políticas atuais da Companhia não seriam tratados como custo ou despesa operacional, como (i) os gastos com leasings não capitalizados que corresponderam a R$3,8 milhões no primeiro semestre 2016, R$8,1 milhões no exercício de 2016 e R$10,3 milhões no exercício de 2015; e (ii) custos de implantação não capitalizados que totalizaram R$5,1 milhões no primeiro semestre de 2016, R$7,4 milhões no exercício de 2016 e R$6,8 milhões no exercício de 2015.

Dívida Líquida

A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), descontada de (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) saldos de ativos e passivos de swap (circulante e não circulante).

Lucro líquido caixa (Cash Earnings)

O Lucro Líquido Caixa (Cash Earnings) da Companhia é uma medida não contábil usada para mensurar a eficiência dos resultados da companhia. Sua conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia é possível a partir do saldo da conta Lucro líquido do Exerc/Trim. das operações continuadas, acrescido de Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A Companhia calcula o Lucro Caixa pelo lucro líquido do período de operações contínuas mais imposto de renda diferido e contribuição social e impactos não recorrentes de variações de câmbio. A administração da Companhia acredita que a apresentação adicional de Lucro Caixa fornece aos investidores uma compreensão mais significativa de sua capacidade de financiar os investimentos em suas operações em andamento e em novos investimentos de capital.

O Lucro líquido caixa (Cash Earnings) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e tampouco deve ser considerado isoladamente ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como o lucro líquido ou seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez ou performance da Companhia ou base para a distribuição de dividendos. O Lucro líquido caixa (Cash Earnings) não possui um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.2 - Medições não contábeis

Conversão de Caixa (Cash Conversion)

A Conversão de Caixa (*Cash Conversion*) e a Conversão em Caixa ajustado da Companhia são medidas não contábeis usadas para mensurar a eficiência de geração de caixa da Companhia após a quitação de seus Dispêndios de Capital (CAPEX).

Seu cálculo é possível a partir do saldo do LAJIDA Ajustado Normalizado do Exercício/Semestre das operações continuadas, deduzido dos Dispêndios de Capital (CAPEX) e então dividido pelo LAJIDA Ajustado Normalizado do Exercício/Semestre das operações continuadas.

A Companhia entende que a Conversão de Caixa (*Cash Conversion*) e a Conversão em Caixa ajustado fornecem informações adicionais para entender seus fluxos de caixa, demonstrando razoavelmente a proporção de seus lucros que são convertidos em fluxo de caixa.

A Conversão de Caixa (*Cash Conversion*) e a Conversão em Caixa ajustado não são medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e tampouco devem ser consideradas isoladamente ou como alternativa a outros indicadores financeiros, como o lucro líquido ou seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez ou performance da Companhia ou base para a distribuição de dividendos. A Conversão de Caixa (*Cash Conversion*) e a Conversão em Caixa ajustado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Não ocorreram eventos subsequentes às informações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
a) Regras sobre retenção de lucros	Nos termos do artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, os resultados apurados no exercício social terão obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) provisão para o imposto de renda da pessoa jurídica e para a contribuição social sobre o lucro líquido; (b) absorção de prejuízos, se existirem; (c) do saldo remanescente do resultado do exercício após os itens (a) e (b), se houver, devem ser deduzidas, sucessivamente e nesta ordem, as participações de debêntures, de empregados e de administradores; (d) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (e) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 36 do Estatuto Social; e (f) o saldo remanescente será distribuído como dividendos além dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 36 do Estatuto Social, exceto em caso de retenção prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). Nos últimos três exercícios sociais, houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital para investimentos pela Companhia.		
Valores das retenções de lucros	R$ 32.757 milhões referente à reserva de retenção de lucros.	R$ 5.171 milhões referente à reserva de retenção de lucros.	R$ 61.523 milhões referente à reserva de retenção de lucros.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia, em seu artigo 36, prevê a destinação de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: (i) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (ii) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas. Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral de acionistas da Companhia aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. A Assembleia Geral de Acionistas poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.		
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual, desde que a Companhia apure lucro no exercício em questão. O Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.		

3.4 - Política de destinação dos resultados

	O pagamento do dividendo mínimo obrigatório não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre tal informação. Ademais, o Conselho de Administração da Companhia encaminhará à CVM, dentro de 5 dias da realização da referida Assembleia Geral Ordinária, exposição justificativa da informação transmitida aos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Além disso, o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia prevê às seguintes hipótese de vencimento antecipado das debêntures: • Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das S.A. • Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., caso a relação entre Dívida Total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia) e EBITDA for igual ou maior que 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes nas verificações a serem feitas pelo Agente Fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de *stock option* aprovados pelo conselho de administração da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2016	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014
Lucro líquido ajustado	0,00	43.677.062,06	6.896.003,56	82.030.200,38
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	25,000000	25,000000	25,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,000000	4,000000	1,000000	6,000000
Dividendo distribuído total	0,00	10.919.265,51	1.724.000,81	20.507.478,29
Lucro líquido retido	0,00	35.056.589,29	5.534.950,31	65.840.101,06
Data da aprovação da retenção		14/03/2017	07/04/2016	07/04/2015

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	0,00							
Dividendo Obrigatório								
Ordinária			10.919.265,51	06/09/2017	1.724.000,81	17/10/2016	1.507.478,29	08/05/2015
Juros Sobre Capital Próprio								
Ordinária							19.000.000,00	08/05/2015

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não houve, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2017	1.273.703.008,84	Índice de Endividamento	0,97000000	
31/12/2016	1.290.500.043,07	Índice de Endividamento	1,01000000	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2017)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		4.897.000,00	81.581.000,00	0,00	0,00	86.478.000,00
Empréstimo	Garantia Real		46.439.000,00	223.504.000,00	0,00	0,00	269.943.000,00
Financiamento	Garantia Real		67.461.000,00	85.134.000,00	23.510.000,00	0,00	176.105.000,00
Empréstimo	Quirografárias		86.599.000,00	73.909.000,00	0,00	0,00	160.508.000,00
Total			205.396.000,00	464.128.000,00	23.510.000,00	0,00	693.034.000,00
Observação							

Exercício social (31/12/2016)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		63.147.000,00	0,00	0,00	0,00	63.147.000,00
Financiamento	Garantia Real		77.361.000,00	79.949.000,00	16.818.000,00	0,00	174.128.000,00
Empréstimo	Garantia Real		223.205.000,00	114.159.000,00	0,00	0,00	337.364.000,00
Empréstimo	Quirografárias		90.800.000,00	62.820.000,00	0,00	0,00	153.620.000,00
Total			454.513.000,00	256.928.000,00	16.818.000,00	0,00	728.259.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

No item 10.1.(f).(iv) deste Formulário de Referência, a Companhia informa eventuais restrições impostas nos diversos instrumentos financeiros que possui com as instituições financeiras. A Companhia possui restrições, em especial, em relação a limites de endividamento. Ainda que não aplicável integralmente a todos os contratos em vigor nesta data, inclusive com estipulação de limites distintos para cada contrato, a Companhia informa que possui disposições de "*cross default*" em seus instrumentos financeiros vigentes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As informações de Fatores de Risco descritas neste formulário se referem aos riscos inerentes a Companhia e suas Controladas. Para fins desse Formulário de Referência entende-se por "Controladas" as seguintes sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia: (i) Synapsis SPA; (ii) Tivit USA LLC; (iii) Tivit One Cloud Tecnologia Ltda.; (iv) Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Ltda.; (v) Synapsis Peru S.R.L; (vi) TIVIT Colombia Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia S.A.S; (vii) Synapsis Argentina S.R.L; (viii) Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.; (ix) AGI-TEK – Automatizacion y Gestion de la Informacion S.A.; (x) TIVIT Colombia DC Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S; (xi) Synapsis Panama S.A.; e (xii) Consorcio Synapsis S.A. (Panamá).

Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia

a) COM RELAÇÃO À COMPANHIA

As receitas geradas pela Companhia dependem da manutenção e renovação dos seus contratos de serviços integrados de tecnologia junto aos seus clientes

As receitas da Companhia são dependentes de serviços integrados de tecnologia suportadas por contratos com prazo médio de 4 anos. A manutenção e a renovação destes contratos depende do cumprimento pela Companhia de determinados níveis de serviço (SLA) e qualidade. Caso a Companhia apresente queda nas suas taxas de entrega de níveis de serviços ou, ainda, caso haja aumento da concorrência ou ocorra condições adversas de mercado ou demanda por tais tipos de serviços, poderá haver um efeito adverso nos resultados operacionais, financeiros, incluindo fluxos de caixa, rentabilidade e liquidez da Companhia.

A Companhia celebra contratos de longo prazo e contratos de preço fixo com seus clientes. Se a Companhia não definir corretamente o preço desses contratos, sua lucratividade pode ser afetada negativamente.

Os preços dos serviços da Companhia são definidos em contratos, muitos dos quais são de longo prazo. Em certos casos, a Companhia compromete-se com certos preços durante o prazo do contrato, assumindo o risco de aumento dos custos envolvidos. Se a Companhia não estimar precisamente os futuros índices de correção salarial, taxas de câmbio ou outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Em função dos prazos contratuais longos, em geral de 4 anos, e considerando os fatores de custos que tipicamente compõem as planilhas de preços tais como salários, energia elétrica, encargos sociais, alugueis, custos de software determinados em moeda estrangeira, além da elevada procura por profissionais de tecnologia da informação, a Companhia pode vir a sofrer variações significativas destes componentes de custos que poderão não ter as suas variações completamente aceitas pelos clientes da Companhia e que podem impactar adversamente o resultado financeiro da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preço de fornecedores

Os custos da Companhia são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores, entre outros custos. Ainda, as receitas oriundas dos contratos firmados com clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para os clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, o que pode afetar adversamente a Companhia

A capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

(i) captar novos clientes e reter clientes existentes;

(ii) adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior;

(iii) financiar investimentos;

(iv) estabelecer e manter parcerias;

(v) contratar e reter mão de obra capacitada; e

(vi) aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados.

Em 31 de dezembro de 2016, o conselho de administração da Companhia aprovou a cisão do negócio de BPO para segregar as unidades de negócios das partes de acordo com as características dos seus negócios e os seus setores de atuação, de modo que a única área de serviços da Companhia passou a ser a de tecnologia (incluindo Serviços de TI, Cloud Solutions e Digital Business). A Companhia não pode assegurar que a referida cisão trará os benefícios esperados, bem como poderá incorrer em custos relacionados à cisão que podem exceder suas estimativas, podendo afetá-la adversamente.

O não atingimento de quaisquer desses objetivos, bem como de outros objetivos que venham a ser estabelecidos pela Companhia, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo, ou por qualquer outro motivo, pode limitar a capacidade da Companhia de executar integralmente sua estratégia de negócio, afetando negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

A Companhia enfrenta um longo ciclo de venda e negociações para garantir um novo contrato e períodos de implementação que exigem significativos compromissos de recursos, o que pode afetar as receitas da Companhia

A Companhia enfrenta um ciclo de venda e negociações de alguns meses para garantir um novo contrato para novos clientes e novos serviços a clientes já existentes, com a significativa utilização de recursos humanos e esforços comerciais que representam custos que podem não vir a ser compensados pela captura das receitas caso tais contratos não sejam capturados.

Mesmo após a celebração do novo contrato, caso haja falhas, atrasos na implementação ou perda de eficiência da área comercial e operacional, seja por fatores internos ou externos, o cronograma de implementação e a manutenção dos serviços contratados pode ser afetada, acarretando perda de rentabilidade, o que pode impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais da Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a pedidos de indenização substanciais feitos por clientes, decorrentes de interrupções em seus negócios ou de serviço inadequado.

A maior parte dos contratos de prestação de serviço com clientes, incluindo os contratos com os 10 principais clientes da Companhia, contém exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão dos mesmos. O fato de a Companhia não cumprir de forma consistente as exigências de serviço de um cliente e/ou de errar no curso da prestação dos serviços, pode interromper os negócios do cliente e resultar em uma redução nas receitas e/ou em um pedido de indenização contra a Companhia. Além disso, a Companhia pode incorrer em responsabilidade para danos diretos e eventualmente indiretos ou mesmo por responsabilidade civil e/ou criminal em caso de dolo, falta grave e culpa se a Companhia vier a cometer danos aos clientes para as quais presta serviços. Dessa forma, a Companhia pode ter sua situação financeira, seu fluxo de caixa e resultados operacionais adversamente afetados, caso tais eventos venham a ocorrer.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não conseguir atrair novos talentos ou manter funcionários qualificados ou manter os membros da sua administração, para dar apoio às operações no futuro, o que poderá afetar adversamente o negócio, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia

A atividade da Companhia depende de um grande número de empregados com conhecimento técnico específico e o seu sucesso depende, em grande parte, da capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Ademais, a conjuntura econômica pode influenciar a capacidade de retenção de empregados, devido, entre outros, ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos em determinadas cidades onde a Companhia atua, elevando a taxa de *turn over*. Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em que a Companhia atua quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional, técnica e em outras. A Companhia pode não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender aos clientes, o que poderá afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, a capacidade de manter uma posição competitiva e alcançar estratégias de crescimento depende da administração da Companhia. Os administradores necessitam de habilidades técnicas e negociais específicas que dificultam sua reposição por outro profissional. Ademais, a Companhia pode não obter sucesso em atrair e manter membros qualificados para integrá-la.

No caso da Companhia vir a perder membros de sua alta gestão, a Companhia poderá incorrer em custos significativos para a contratação de novos executivos com a mesma experiência e atributos. Ainda, no mercado em que a Companhia atua, há uma contínua concorrência quanto à contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas de vendas, marketing, técnica e em outras, e a Companhia concorre, em mercado global, para a retenção desses profissionais. Por consequência, a Companhia pode vir a incorrer no pagamento de salários e remunerações maiores para atrair e manter tais executivos. Caso qualquer destes fatos ocorra, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante em sua situação financeira e em seus resultados operacionais.

Em um cenário de demanda pelos clientes de terceirização mais abrangente de soluções de negócio a Companhia pode vir a perder clientes e negócios

O aumento da demanda por serviços de *outsourcing* de infraestrutura e tecnologia da informação, serviços de soluções em nuvem, soluções de serviços digitais e outras ofertas trazidas ao mercado pode levar a um ambiente mais complexo e de intensa demanda por evolução das soluções necessárias para o cliente. Tal movimento pode demandar maior e mais profundo conhecimento das operações do cliente. A capacidade da Companhia em atender a tais eventuais demandas vai depender de uma série de fatores, incluindo o desenvolvimento e capacidade dos profissionais da Companhia e ferramentas de sua gestão. Por estes motivos, se a Companhia não for capaz de satisfazer a velocidade e abrangência de tais demandas os serviços da Companhia podem vir a não atender as necessidades do cliente que irão buscar outras empresas, o que pode adversamente impactar as receitas, lucros e fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia é resultado de aquisições e reorganizações societárias e parte de sua estratégia de crescimento está baseada na continuidade destas aquisições não apenas no Brasil, mas também no exterior. As aquisições e reorganizações societárias apresentam riscos que poderão afetar adversamente as operações e receitas da Companhia

A Companhia é resultado de aquisições e reorganizações societárias e do contínuo processo de aquisição de ativos e negócios no Brasil e no exterior, fato que constitui elemento importante da estratégia de crescimento da Companhia que deverá continuar a adquirir empresas, serviços e tecnologias. Estas aquisições e reorganizações societárias incluem, entre outros, os seguintes riscos:

(i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial na velocidade ou intensidade desejada, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor real;

(ii) a Companhia poderá não ser capaz de integrar de forma satisfatória as empresas e negócios adquiridos por variadas razões;

(iii) a Companhia poderá ter dificuldade em assimilar as tecnologias adquiridas à sua linha de serviços, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes;

(iv) o relacionamento com os atuais e novos funcionários, clientes e fornecedores poderá ficar prejudicado;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(v) o processo de diligência de negócios pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas à qualidade ou estrutura de serviços da empresa adquirida;

(vi) a Companhia pode não obter aprovações necessárias rápidas ou ter determinadas limitações, restrições ou mesmo outras sanções impostas por sindicatos ou órgãos similares sob as leis trabalhistas aplicáveis à região da empresa adquirida, como resultado de uma aquisição;

(vii) a Companhia poderá vir sofrer questionamentos das autoridades fiscais federais, estaduais ou municipais quanto ao tratamento contábil e tributário que venha a ser dado ao ágio apurado em potenciais futuras aquisições;

(viii) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros;

(ix) o processo de aquisição pode sofrer contratempos e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração;

(x) a Companhia pode vir a perder os principais executivos e pessoal chave da empresa adquirida; e

(xi) a Companhia pode não ser capaz de reter os contratos e clientes adquiridos. Adicionalmente, a Companhia poderá assumir um passivo contingente das empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias relativo a questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas alvo.

A Companhia tem feito e pretende continuar a fazer, como parte da sua estratégia de complementariedade de soluções e cobertura de mercado, aquisições onde possa vir a assumir o compromisso de pagamento futuro atrelado ao cumprimento de indicadores financeiros com a intenção de garantir a manutenção de parte da gestão da empresa adquirida por um prazo determinado, sujeito a determinadas condições. A metodologia de cálculo dos indicadores financeiros utilizados no contrato pode ser questionada em função de mudanças nas práticas contábeis, critérios de apropriação de receitas, custos, despesas e investimentos entre linhas de negócios que estão atrelados às métricas do contrato de aquisição. O prazo de garantia de permanência dos gestores da empresa adquirida pode ser inferior ao período de vigência dos pagamentos futuros, e os gestores podem ser desligados. Este fato pode também gerar questionamentos em relação à condução dos negócios e seu impacto nos pagamentos futuros.

No caso da ocorrência desses riscos, a Companhia poderia ter um efeito material adverso sobre os seus negócios, resultados de operações, rentabilidade, condição financeira ou fluxos de caixa, particularmente no caso de uma grande aquisição ou de várias aquisições menores.

As instalações físicas da Companhia e seus sistemas de informação estão sujeitos a infortúnios em decorrência de falhas humanas, desastres catastróficos, eclosão de doenças contagiosas ou eventos similares

A sede da Companhia, seus centros de processamento de dados, seus sistemas de informação e centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções em seu funcionamento, em decorrência de falhas humanas, catástrofes imprevisíveis que se encontram além do controle da Companhia, tais como desastres naturais e eclosão de doenças contagiosas. Se alguma dessas instalações for afetada por algum dos acontecimentos apontados acima ou eventos similares, isso poderá interromper as operações, retardar a prestação de serviços, resultando na interrupção das principais atividades da Companhia, o que poderá afetar significativamente as operações e receitas da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de administrar o crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia

Para administrar seu crescimento de forma efetiva, a Companhia precisa implementar e aprimorar seus sistemas operacionais, seus procedimentos e seus controles internos de forma oportuna. A Companhia pode não conseguir calcular qualitativamente e quantitativamente de forma precisa os custos e riscos de negócio associados com tal expansão. Caso não consiga implementar esses sistemas, procedimentos e/ou controles de forma oportuna, a Companhia pode não ser capaz de manter os clientes ou obter novos negócios, contratar e manter novos funcionários, concluir aquisições em andamento e/ou futuras ou operar os negócios de forma efetiva, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Aumentos de salários dos empregados da Companhia podem reduzir sua margem de lucro

Os salários e benefícios dos empregados da Companhia são custos significativos para a Companhia. Os níveis de salário para empregados podem aumentar em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como o crescimento econômico do País e maior concorrência por empregados. É possível que a Companhia não consiga repassar completamente os aumentos de salário aos preços de seus serviços, o que pode vir a reduzir suas margens de lucro. Ainda, a Companhia pode deixar de ser competitiva com os novos preços de seus serviços, o que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, os empregados da Companhia são filiados a 18 sindicatos laborais, sendo os denominados SindPD – SP, SindPD RJ, Sinttel DF, SindPD PE, SitePD PR, SindPD CE, SINTRAMMSP – SP, SINDPPD – RS, SINDPD – GO, SINDADOS – BA, SINDPD – SC, SINDAUT – RJ, SEMAPI – RS, SINTESP – SP, SINDPD – DF, SINTTEL – RJ, SINDADOS – MG e SIMTRATECOR - SP e, de acordo com as leis trabalhistas, a Companhia é obrigada a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros. Se a Companhia não for capaz de satisfatoriamente negociar com os sindicatos de seus empregados, a Companhia pode ser obrigada a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento nas despesas, o que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira. Ainda, tais negociações podem gerar insatisfações dos empregados, que podem resultar em greves e paralisações, o que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Os contratos financeiros da Companhia possuem obrigações específicas, dentre as quais restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia. Qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode afetar adversamente e de forma relevante a Companhia

A Companhia está sujeita a certas cláusulas e condições dos contratos de empréstimos e financiamentos existentes que restringem em certas circunstâncias a sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. Na hipótese de descumprimento, inclusive nas medições semestrais, de qualquer disposição dos respectivos contratos, tornar-se-ão exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ("*cross default*") de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em diversos contratos de empréstimos e financiamento existentes. No caso de vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros, a Companhia poderá não ser capaz de quitar o saldo devedor da respectiva dívida, o que poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e na situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, 3.907.339 ações de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas controladores foram alienadas fiduciariamente em garantia das obrigações por conta da 2ª emissão de debêntures da Companhia ("Debêntures"), cujo saldo devedor em aberto em 30 de junho de 2017 correspondia a R$88,2 milhões. Caso a Companhia não cumpra suas obrigações no âmbito das Debêntures, os titulares das Debêntures poderão se tornar acionistas da Companhia e, nesse caso, a participação dos acionistas controladores na Companhia seria proporcionalmente diluída.

A Companhia está sujeita a erros, atrasos ou falhas de medidas de segurança de tecnologia da informação ("TI") (incluindo ataques cibernéticos ou hackers), que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estar sujeita a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas

A Companhia é comumente contratada para a coleta e armazenagem de informações relacionadas às atividades de seus clientes e, portanto, a manutenção ininterrupta da segurança de computadores e de redes de conectividade é crítica para a Companhia e para os seus clientes. Tentativas por qualquer pessoa, incluindo seus funcionários, de violar dados ou invadir a segurança de redes para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais, bem como a invasão de rede por vírus de qualquer natureza, ataques cibernéticos ou falhas de sistema ou de funcionários que acarretem no uso indevido de informações confidenciais, podem acarretar a interrupção da prestação dos serviços da Companhia e, consequentemente, afetar as operações dos seus clientes. Em tais hipóteses, a Companhia estará sujeita a responsabilidades significativas perante seus clientes ou os clientes de seus clientes em virtude da violação das disposições contratuais de confidencialidade ou leis de privacidade.

Ademais, a Companhia pode ser obrigada a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos sistemas internos de TI.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A divulgação não autorizada de dados exclusivos ou confidenciais de clientes, quer seja pela violação de sistemas de computador, falha de sistema, ataques cibernéticos ou por qualquer outra forma, pode (i) prejudicar a reputação da Companhia e fazer com que esta perca os clientes existentes e os clientes em potencial, (ii) sujeitar a Companhia a penalidades previstas em lei; e (iii) afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

A Companhia está sujeita à interrupções e falhas de funcionamento em seus serviços e softwares decorrentes de suas atividades no setor de tecnologia, que é altamente complexo

O setor de atividade da Companhia exige uma estrutura tecnológica altamente complexa. A Companhia está sujeita a falhas e interrupções totais ou parciais em seus serviços e softwares, que poderiam ensejar possíveis ações indenizatórias impostas por seus clientes, além de afetar negativamente sua reputação entre seus clientes e nos mercados em que atua. Adicionalmente, dependendo da relevância do dano causado, a Companhia poderá estar sujeita a penalidades de natureza regulatória, tais como a perda das homologações de seus softwares. Em qualquer destes casos, a Companhia pode ter seus resultados financeiros e negócios afetados adversamente.

Há riscos para os quais a Companhia não possui cobertura de seguros.

A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro mantidas por ela serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Ainda a Companhia está sujeita a riscos para os quais não possui cobertura de seguros, como caso fortuito ou força maior. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, pode implicar dispêndio, pela Companhia, de valores significativos. Além disso, a Companhia não pode garantir se no futuro conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices da Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os negócios ou a condição financeira da Companhia. Todas as situações descritas acima poderão provocar impactos adversos para a Companhia, afetando negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia, incluindo sua própria liquidez.

A Companha está sujeita a resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira

A Companhia é e pode vir a ser parte em processos judiciais e administrativos relevantes em diversas esferas, inclusive a fiscal, a cível e a trabalhista. Nesse caso, as provisões existentes ou que venham a ser constituídas podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos, especialmente se a Companhia for alvo de novas ações envolvendo valores relevantes.

Com relação às contingências fiscais, em 6 de abril de 2016, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante total de R$ 365,7 milhões (R$ 128,5 milhões de principal e R$ 237,2 milhões de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014. As provisões constituídas aos processos nos quais a Companhia é parte podem ser insuficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos. Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos. Decisões desfavoráveis no julgamento deste ou de outros processos poderão afetar negativamente os negócios, os resultados e a situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os processos individualmente relevantes da Companhia, vide seção 4.3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não materializar o valor de ágio pago em aquisições registradas nos seus ativos

A Companhia possui em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 os seguintes valores registrados por conta de ágios incorridos na aquisição de outras companhias:

	Em milhares de Reais	
	30/06/2017	**31/12/2016**
Custo:		
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A.	1.174.205	1.174.205
Synapsis Chile	98.576	96.017
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765
Work	39.669	39.669
TIVIT Colombia Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia S.A.S	19.801	19.277
Synapsis Peru SRL	19.240	18.731
Open	21.145	21.145
Synapsis Panama S.A.	6.953	6.769
One Cloud	6.489	6.489
Outras	17.144	17.144
Subtotal	**1.467.987**	**1.464.211**
Amortização acumulada	(12.089)	(12.089)
Total	**1.455.898**	**1.452.122**

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. Eventos ou circunstâncias que podem indicar que o valor contábil do ágio pode não ser recuperável incluem, entre outros, alterações relevantes no ambiente de negócios, atritos com funcionários chave, mudanças nas condições financeiras ou resultados operacionais, competição, redução contínua do preço das ações da Companhia e capitalização de mercado. No caso da ocorrência de um ou mais eventos adversos, a materialização dos valores pagos como ágio poderá ser impedida, levando a uma baixa contábil de tais valores e impactando adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, impactando o valor da ação da Companhia no mercado.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das ações e resultar em uma diluição da participação do acionista nas ações

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço das ações, incluindo a potencial redução do preço por ação no mercado de ações, e na diluição da participação do referido acionista no capital social da Companhia, caso este não exerça, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de novas ações emitidas em decorrência de tais novas ofertas de ações para obtenção de capital adicional no futuro.

Os acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das S.A. e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das S.A. permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira. O não recebimento de dividendos pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores da Companhia, podendo levar a perda no valor das ações da Companhia no mercado.

Os interesses dos administradores que também são acionistas da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia

Em 26 de dezembro de 2016, a Companhia aprovou um novo plano de opção de compra de ações de sua emissão, em benefício de seus diretores, estatutários ou não, e principais gerentes. O fato dos beneficiários participarem de planos de opções de ações pode levar à administração a direcionar os negócios da Companhia com foco em resultados de curto prazo, que podem não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que possuem uma estratégia de investimento de longo prazo.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b) COM RELAÇÃO AO SEU CONTROLADOR, DIRETO OU INDIRETO, OU GRUPO DE CONTROLE

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos demais acionistas da Companhia

Os acionistas controladores, na qualidade de detentores da maioria do capital social da Companhia, terão poderes para decidir grande parte das matérias sujeitas à aprovação de acionistas da Companhia, incluindo a eleição dos administradores, a distribuição e o pagamento de dividendos e outros assuntos operacionais e administrativos. Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Ainda, em circunstâncias que envolvam conflito de interesses entre os interesses dos acionistas controladores com outros acionistas, os acionistas controladores podem exercer sua capacidade de controlar a Companhia de uma maneira que beneficiaria os acionistas controladores em detrimento de outros acionistas.

A Companhia pode celebrar contratos de prestação de serviços e acordos de administração com os acionistas controladores e suas afiliadas que podem não estar em condições de concorrência com outros participantes do mercado. Caso qualquer dos fatores descritos anteriormente venha a ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios e/ou condição financeira afetados adversamente.

c) COM RELAÇÃO A SEUS ACIONISTAS

Os riscos aos quais a Companhia está sujeita cuja fonte sejam seus acionistas estão devidamente descritos nos itens “a” e “b” acima.

d) COM RELAÇÃO A SUAS CONTROLADAS E COLIGADAS

A Companhia entende que não existem riscos específicos relacionados às suas Controladas, com exceção daqueles previstos nos itens (a) acima e (i) abaixo.

e) COM RELAÇÃO A SEUS FORNECEDORES:

A Companhia depende de tecnologias de terceiros, às quais a Companhia pode deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, podendo acarretar custos adicionais.

Os serviços de TI dependem do uso intensivo de propriedade intelectual. A Companhia não detém a propriedade de grande parte do *software* que utiliza no desenvolvimento de alguns produtos, contando com a licença para sua utilização dos detentores desse *software*. Caso tais licenças não sejam renovadas, por qualquer razão, ou caso a Companhia seja acionada judicialmente por uso indevido desse *software* ou propriedade intelectual relacionada, isto poderá afetar negativamente suas operações e seu fluxo de caixa.

Para prestar os seus serviços a Companhia depende, em parte, da tecnologia que licencia de terceiros de forma não exclusiva. Como resultado da estratégia de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de serviços, a Companhia pode se tornar mais dependente da tecnologia fornecida por terceiros. Tais tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e a Companhia pode não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, a Companhia pode não conseguir renegociar tais licenças em termos aceitáveis para refletir mudanças em sua estrutura de preços. Mudanças ou perdas dessas licenças podem aumentar os custos com licenças, bem como levar à redução de desempenho dos serviços. Adicionalmente, a tecnologia licenciada de terceiros pode conter erros não detectados que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso de sua integração às atividades da Companhia. Como resultado dessas mudanças ou perdas, a Companhia pode incorrer em custos adicionais para garantir o contínuo desempenho de seus serviços, bem como sofrer atrasos na prestação desses serviços até que a reposição da tecnologia, se disponível, seja obtida e integrada às suas atividades. Quaisquer erros, atrasos, incapacidades ou omissões que a Companhia tiver no acesso à tecnologia de terceiros, podem impactar negativamente os negócios da Companhia, bem como prejudicar o relacionamento comercial com seus clientes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O mercado em que a Companhia atua e seu negócio dependem dos serviços de telecomunicações e energia elétrica. O desenvolvimento inadequado da infraestrutura da rede pública necessária para expansão das atividades da Companhia poderá causar um impacto adverso ao seu negócio.

Mudanças no serviço ou disponibilidade insuficiente dos serviços de telecomunicação e/ou de energia elétrica, especialmente no caso de mercados emergentes, bem como o desenvolvimento inadequado da infraestrutura da rede pública necessária ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias podem causar tempos de resposta mais lentos, afetando a conectividade necessária à prestação dos serviços da Companhia. A escassez de energia elétrica ocorreu ocasionalmente no Brasil e em outros países nos quais a Companhia opera e pode ocorrer novamente, bem como não há garantia de que a capacidade de geração de energia crescerá o suficiente para atender a demanda da Companhia, podendo tal escassez afetar de forma relevante o custo e o fornecimento de energia elétrica para as operações da Companhia. Além disso, o aumento de preços de serviços de energia e/ou transmissão de dados gera elevação de custos para o mercado em que a Companhia atua, o que pode afetar os negócios na medida em que a Companhia não consiga repassar esses custos de forma eficiente aos preços que pratica. A eventual incapacidade da rede pública de prestar adequadamente os serviços de telecomunicações e energia elétrica pode impactar negativamente ou impedir os negócios e resultados da Companhia.

A maioria dos centros de serviços da Companhia opera em propriedades alugadas ou arrendadas e a incapacidade da Companhia de renovar seus contratos de arrendamento em termos comercialmente aceitáveis pode afetar adversamente seus resultados operacionais.

A maioria dos centros de serviços da Companhia operam em propriedades alugadas ou arrendadas. Os contratos de arrendamento ou aluguel estão sujeitos a renovação e talvez a Companhia não possa renová-los em termos comercialmente aceitáveis. A incapacidade da Companhia de renovar seus contratos de arrendamento ou aluguel ou a renovação de tais contratos com uma taxa superior à taxa vigente nos termos dos referidos contratos antes do vencimento pode ter um impacto adverso nas operações da Companhia, incluindo a interrupção de suas operações ou o aumento do custo de suas operações. Além disso, em caso de não renovação dos contratos em questão, a Companhia poderá não ser capaz de localizar propriedades para substituição adequadas para seus centros de serviços ou poderá ter atrasos em encontrar uma nova localidade, o que poderia levar a uma interrupção em suas operações. Qualquer interrupção nas operações da Companhia poderá ter um efeito adverso sobre seus resultados de operação.

f) COM RELAÇÃO A SEUS CLIENTES:

Parcela significativa das receitas da Companhia advém de contratos de prestação de serviços concentrados em poucos clientes.

Uma parcela significativa da receita da Companhia está concentrada entre os seus dez maiores clientes em termos de receita bruta anual. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, esses clientes representaram, aproximadamente, 44% da receita da Companhia e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente 43%. Não há garantia de que os contratos com os principais clientes serão renovados ou prorrogados ou que a Companhia obterá dos principais clientes uma receita equivalente no futuro. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais da Companhia.

Alguns dos contratos de longo prazo celebrados pela Companhia com clientes contêm disposições de "benchmarking" que, caso acionadas, poderiam afetar adversamente as receitas futuras oriundas desses contratos.

Alguns dos contratos que a Companhia celebrou com clientes contêm disposições de "*benchmarking*". Disposições de "*benchmarking*" são cláusulas contratuais pelas quais um cliente poderá, sob certas circunstâncias, requerer que um terceiro designado pelas partes produza um estudo de mercado comparando determinados fatores, como preço, desempenho e o ganho de eficiência proporcionado ao cliente, com os mesmos fatores de empresas que prestam serviços comparáveis aos da Companhia. Com base nos resultados dos estudos de "*benchmarking*" e dependendo das razões que deram ensejo a uma variação desfavorável à Companhia, a mesma pode ser obrigada a reduzir os preços nos contratos objeto do "*benchmarking*" pelo seu prazo de vigência restante, o que poderia acarretar um impacto adverso relevante nas suas receitas, rentabilidade e geração de caixa destes contratos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As receitas da Companhia são altamente dependentes de clientes concentrados em certas indústrias, incluindo os serviços financeiros. A consolidação e os fatores que afetam negativamente essas indústrias podem afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia obteve 25% de sua receita de clientes do segmento de serviços de meios de pagamento e 17% de clientes de outros segmentos financeiros. A consolidação significativa ou uma diminuição no crescimento nos setores de meios de pagamentos ou serviços financeiros pode reduzir a demanda por serviços da Companhia e afetar negativamente seus negócios, situação financeira e resultados das operações. Por exemplo, caso dois ou mais dos clientes atuais da Companhia resolvam se fundir ou consolidar e combinar suas operações, tal ocorrência pode fazer com que a Companhia deixe de prestar os serviços atualmente contratados ou de conseguir prestar serviços adicionais. O poder de mercado aumentado de companhias maiores pode também aumentar preços e pressões competitivas na Companhia. Qualquer um desses possíveis resultados da consolidação da indústria poderia afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, se a Companhia não puder antecipar com êxito as mudanças nas condições regulatórias, econômicas e políticas que afetam as indústrias em que opera, talvez não consiga planejar ou reagir efetivamente a essas mudanças, e seus negócios, resultados operacionais e situação financeira poderão ser afetados negativamente.

Os negócios da Companhia, resultados operacionais e condição financeira podem ser afetados pela taxa de crescimento do uso da tecnologia nos negócios e pelo tipo e nível de gastos com tecnologia por parte de seus clientes.

O negócio da Companhia depende, em parte, do crescimento contínuo do uso da tecnologia nos negócios por seus clientes atuais e potenciais, bem como por seus fornecedores. Em ambientes econômicos desafiadores, os clientes da Companhia podem reduzir ou adiar seus gastos em novas tecnologias, a fim de se concentrar em outras prioridades, ou podem escolher por usar os seus próprios recursos internos ao invés de contratar uma empresa externa para executar os tipos de serviços e soluções que a Companhia oferece. Além disso, muitas empresas já investiram recursos substanciais em seus atuais meios de conduzir o comércio e trocar informações, e podem ser relutantes ou lentos em adotar novas abordagens que possam perturbar os seus funcionários, os processos e as infraestruturas existentes.

Se o crescimento da utilização de tecnologia nos negócios, ou os gastos de clientes da Companhia em tecnologia nos negócios diminuir, ou se a Companhia não conseguir convencer seus clientes ou potenciais clientes a adotar novas soluções tecnológicas, seus negócios, resultados operacionais e condições financeiras poderão ser afetados negativamente.

A Companhia pode sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes

Em caso de inadimplência recorrente de um ou mais clientes relevantes ou de um ou mais grupos de clientes, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

As hipóteses que podem gerar a interrupção no pagamento destes clientes incluem rescisão de contrato por fusões ou aquisições de clientes, dificuldades financeiras nos negócios de clientes (sendo certo que tal risco é particularmente maior em um cenário macroeconômico negativo, assim como o Brasil se encontra atualmente), término de vigência de contratos, recuperação judicial ou extrajudicial, falência de clientes e outros, inclusive inadimplemento não justificado. Além disso, uma falha da Companhia na análise de crédito ou no acompanhamento da situação financeira destes clientes pode provocar a não identificação prévia deste e as provisões para créditos de liquidação duvidosa da Companhia podem ser insuficientes.

A Companhia pode vir a sofrer cancelamento por seus clientes de projetos de implementação por fatores econômicos levando a perda da receita destes projetos

A Companhia oferece como parte dos seus serviços a implementação de projetos de solução SAP que possuem duração de seis a 24 meses suportados por contratos que preveem fases de implementação e medição para o seu faturamento e cobrança junto ao cliente. A Companhia pode vir a ser impactada financeiramente na materialização do restante da receita destes projetos no caso do cancelamento ou adiamento da implementação destes projetos por fatores tais como:

- dificuldades financeiras do cliente;
- mudança nas prioridades estratégicas do cliente, levando inclusive a menor dependência de tecnologia;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- demanda por redução de preços;
- mudança na estratégia de terceirização de serviços de TI pelo cliente;
- substituição pelo cliente da solução em desenvolvimento por pacotes novos e prontos de soluções;
- fusão ou aquisição do cliente por outra empresa;
- consolidação de tecnologia pelo cliente; ou
- mudanças no cronograma do projeto solicitadas pelo cliente provocadas por fatores econômicos.

Tais fatores poderão causar a não materialização da receita remanescente do projeto, acarretando perda significativa de receita, lucros e fluxo de caixa da Companhia.

Alguns dos contratos de longo prazo celebrados pela Companhia com clientes contêm disposições que permitem a rescisão unilateral de tais contratos por seus clientes.

A maior parte dos contratos de prestação de serviço com clientes da Companhia, incluindo os contratos com os 10 principais clientes da Companhia, contém exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade dos serviços e ao tempo demandado para a conclusão dos mesmos. Caso a Companhia não cumpra de forma consistente, reincidente e sem remediação as exigências de serviço de um cliente e/ou haja falhas no curso da prestação dos serviços, os contratos poderão ser (i) rescindidos unilateralmente pelo cliente, (ii) renovados em condições desvantajosas para a Companhia, ou (iii) não ser renovados.

g) COM RELAÇÃO AOS SETORES DE ATUAÇÃO:

Se as leis trabalhistas e previdenciárias tornarem-se mais rigorosas e onerosas, o mercado em que a Companhia atua e, consequentemente, seus negócios poderão ser adversamente afetados

O Brasil tem legislações trabalhista e previdenciária rigorosas, que protegem os interesses dos empregados, e onerosas, com diversos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a remuneração paga aos empregados. Como a atividade da Companhia é bastante dependente de mão de obra, em termos quantitativos e qualitativos, se as leis trabalhistas e previdenciárias atualmente em discussão se tornarem mais rigorosas ou impuserem encargos adicionais, bem como aumentarem as alíquotas dos encargos existentes, o mercado em que a Companhia atua será afetado e, como consequência, os negócios e resultados da Companhia serão adversamente afetados.

Nesse sentido, considerando o encerramento da vigência da Medida Provisória nº 774, de 30 de março de 2017 (que dispunha sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta – e não sobre as despesas com folhas de pagamentos), caso a nova proposta de legislação não beneficie o setor de tecnologia, os negócios e resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

O desaquecimento da economia e movimentos de consolidação podem fazer com que a demanda por serviços de TI caia no mercado em que a Companhia atua ou nos setores em que a Companhia concentra sua atuação, gerando uma redução da receita da Companhia

Alterações na atividade econômica afetam significativamente o resultado das operações da Companhia. As atividades da Companhia dependem principalmente do volume e frequência de transações realizadas diariamente, as quais, por sua vez, dependem do aquecimento da economia nacional e, em menor escala, internacional. Reduções na atividade econômica nacional, em razão de variados fatores, tais como reduções no crescimento do PIB, aumentos das taxas de juros, inflação alta, reflexos de crises internacionais etc., reduzem as receitas da Companhia porque elas são impactadas, diretamente ou indiretamente, pela redução no volume de processos de negócio. Especificamente, os clientes da Companhia do setor de pagamentos são particularmente vulneráveis aos efeitos de uma condição macroeconômica adversa devido ao impacto correspondente que os fatores macroeconômicos geralmente causam nos gastos dos consumidores e no volume e frequência com os quais são realizadas transações de pagamento. O desaquecimento na atividade econômica poderá afetar substancialmente o mercado em que a Companhia atua e, como consequência, o seu negócio, resultados operacionais e situação financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A maioria dos clientes da Companhia se concentra nos setores de serviços financeiros, meios de pagamento, seguros, concessionárias de energia elétrica e manufatura. O sucesso do negócio da Companhia depende em grande parte da demanda continuada por serviços pelos clientes desses setores, bem como da manutenção de tendências de terceirização de processos de negócios verificadas nesses setores. O desaquecimento de quaisquer desses setores por força do mercado ou mesmo por conta de alterações regulatórias, a desaceleração ou diminuição de terceirização de processos de negócios em quaisquer desses setores resultará em diminuição da demanda pelos serviços da Companhia, o que, por sua vez, afetará o seu negócio, resultados operacionais e situação financeira. Outros acontecimentos também poderão conduzir à diminuição da demanda por serviços da Companhia nesses setores, como, por exemplo, a verificação de movimentos de consolidação em quaisquer desses setores ou aquisições em que participem os clientes da Companhia, diminuindo o número de consumidores potenciais de seus serviços, o que poderá afetar adversamente o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Os clientes da Companhia podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Muitos dos principais clientes da Companhia têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam da Companhia. Adicionalmente, a maioria dos contratos comerciais da Companhia, incluindo os contratos com seus 10 principais clientes, é celebrada por prazos de três a dez anos, sem previsão de exclusividade e sem obrigatoriedade de renovação. Alguns destes contratos podem conter dispositivos que permitem a sua rescisão unilateral por liberalidade do cliente. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os resultados operacionais da Companhia. Pode haver situações onde a prestação dos serviços durante o processo de formalização contratual, bem como situações onde a demora na conclusão do processo de formalização contratual ou contestação pelo cliente da medição dos serviços prestados podem gerar perdas e/ou atrasos no faturamento, reduzindo as receitas da Companhia. No vencimento desses contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A redução na demanda por serviços por parte dos clientes também poderá afetar o negócio, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos, aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes e acompanhar a evolução tecnológica

O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e introduções de frequentes melhorias a novos produtos. Caso a Companhia deixe de prever e de desenvolver melhorias acompanhando a evolução tecnológica e a atualização da legislação, de aperfeiçoar e incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de software e serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes. Ademais, os padrões de protocolos de rede, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia ou para a Internet, estão sujeitos à rápida evolução, não podendo a Companhia garantir que os padrões com base nos quais ela optou por desenvolver novos produtos permitir-lhe-ão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua.

Adicionalmente, para a manutenção dos serviços a determinados clientes, a Companhia precisa apresentar capacidade de atender exigências de qualidade determinadas pelos padrões da Organização Internacional de Padronização (ISO) e de outros institutos de qualidade e padronização. Tais padrões e normas reguladoras estão sujeitas a alterações e a Companhia não pode garantir que conseguirá acompanhar as modificações destes padrões na velocidade determinada pelos seus clientes.

A ocorrência dos eventos descritos acima, individualmente ou em conjunto, podem vir a afetar adversamente e substancialmente a receita, rentabilidade e o fluxo de caixa da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os setores em que a Companhia atua são competitivos e a Companhia pode não ser capaz de competir eficientemente, o que pode dificultar a expansão dos seus negócios

Os mercados nos quais a Companhia atua são altamente competitivos, fragmentados e sujeitos a rápidas mudanças. A Companhia acredita que os principais fatores competitivos no setor sejam a amplitude e complexidade dos processos que emprega, *expertise* tecnológica, qualidade de serviço, capacidade de atrair, treinar e reter pessoal qualificado, controles eficientes, capacidade de aproveitar a inovação tecnológica, capacidade de atuação global, preço, conhecimento das indústrias atendidas e capacidade de marketing e vendas. A Companhia compete com uma grande variedade de companhias, incluindo empresas multinacionais que prestam serviços de consultoria, tecnologia e/ou de terceirização de processos de negócios, localizados em áreas competitivas de termos de preço e empresas de *software,* bem como inúmeros pequenos competidores locais nos diversos países nos quais a Companhia opera.

Alguns de seus competidores têm mais recursos financeiros, de marketing, tecnológicos e outros, além de uma maior base de clientes do que a Companhia, e podem expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários. Adicionalmente, alguns desses competidores multinacionais que não atuam no Brasil podem expandir sua capacidade de atuação até o Brasil, podendo ocasionar um aumento na concorrência para contratação de funcionários. Mudanças nos rumos de terceirização e tecnologia podem resultar no surgimento de novos e diferentes competidores nos mercados. Poderão também surgir novos competidores de maior expressão oriundos da fusão de competidores menores ou de companhias que prestam diferentes serviços ou serviços a diferentes divisões de negócios.

A Companhia espera que a concorrência se intensifique no futuro, com a entrada de mais empresas nos mercados. Uma maior concorrência pode resultar em preços e volumes mais baixos, maiores custos de recursos, especialmente de pessoal, lucratividade mais baixa, maior pressão sobre os preços, perda de *market share* e pressão inflacionária sobre os salários dos funcionários. A Companhia pode não ser capaz de prestar aos clientes os serviços que eles consideram superiores e a preços competitivos e a Companhia pode perder negócios para os concorrentes. Qualquer incapacidade de concorrer de forma efetiva afetará de forma negativa os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de processos baseados em alegações de quebra dos direitos de propriedade intelectual de terceiros e direitos autorais registrados por empresas de tecnologia

A Companhia pode ser forçada a revisar, total ou parcialmente, produtos ou *softwares* utilizados em suas plataformas que supostamente tenham infringido direito de propriedade intelectual de terceiros e/ou pagar quantias significativas de indenização, *royalties* ou licenciamento pelo uso de patentes ou materiais com direitos autorais de terceiros. A propositura de uma ação ou a revisão de um produto que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual e/ou industrial de terceiros poderá afetar adversamente a imagem e a demanda por produtos da Companhia.

Adicionalmente, novas ações exigem a atenção da administração, bem como custos adicionais para a defesa da Companhia e, em determinados casos, a constituição de provisões que podem afetar os resultados financeiros da Companhia.

h) COM RELAÇÃO À REGULAÇÃO DOS SETORES EM QUE A COMPANHIA ATUA

Algumas instalações da Companhia estão localizadas em municípios com alíquota favorável de Imposto sobre Serviços e a modificação de tais alíquotas pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia possui instalações em municípios nos quais a alíquota do Imposto sobre Serviços é reduzida em relação à alíquota praticada nas grandes capitais. A majoração de tal alíquota ou das bases de cálculo por legislação posterior poderá acarretar aumento do custo operacional e os resultados financeiros e situação financeira da Companhia poderão ser afetados negativamente. Ainda, a Companhia pode não conseguir cumprir as metas de negócios e de investimentos exigidas como contra-partida pelos municípios nos quais tem benefícios fiscais. Se a Companhia sofrer qualquer aumento de custos com impostos, poderá ter seus resultados afetados adversamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A imposição de leis e regulamentos proibindo ou restringindo as atividades de terceirização de processos de negócios no Brasil ou no exterior poderão afetar adversamente as operações e receitas da Companhia.

Empresas que terceirizam serviços a prestadores de serviços estrangeiros tornaram-se tópico de discussão política em muitos países, em função dos efeitos da terceirização vis-à-vis a perda de empregos nos mercados domésticos. Além disso, tem havido uma recente publicidade sobre experiências negativas relacionadas à terceirização no exterior, tais como roubo e apropriação indébita de dados confidenciais de clientes.

Os clientes estrangeiros podem ser estimulados à terceirização de serviços ou processos para prestadores locais, para evitar as percepções negativas que podem ser associadas ao uso de uma prestadora estrangeira. Qualquer desaceleração ou mudança das atuais tendências do segmento para a terceirização prejudicará a capacidade da Companhia de concorrer de forma efetiva com prestadoras de serviços.

i) COM RELAÇÃO AOS PAÍSES ESTRANGEIROS ONDE A COMPANHIA ATUA

A Companhia opera em diversos países da América Latina e pela característica dos seus negócios está sujeita a mudanças no cenário político e econômico desses países

A Companhia opera em diversos países da América Latina por meio de suas Controladas, tais como Chile, Colômbia, Peru, Argentina, Equador e Panamá, sendo certo que a receita oriunda dos países da América Latina, excluindo o Brasil, correspondeu a 18,6% da receita líquida total da Companhia em 30 de junho de 2017 (19,8% em 2016, 20,0% em 2015 e 8,6% em 2014). A Companhia pode enfrentar as seguintes dificuldades, dentre outras, relacionadas aos mercados estrangeiros em que atualmente opera ou operará no futuro: (i)mudanças regulatórias imprevistas; (ii) incapacidade de atrair pessoal e gerir operações fora do Brasil; (iii) mudança da legislação tributária; (iv) mudanças das políticas e regulamentos comerciais e de investimento; (v) dificuldades no registro e proteção de marcas e softwares; (vi) adoção de medidas de proteção, subsídio e outras formas de favorecimento governamental a concorrentes originários de tais mercados estrangeiros; e (vii) barreiras culturais e linguísticas. Caso um ou mais desses riscos se materializem e a Companhia não seja capaz de superar tais dificuldades, os negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia poderão ser afetados adversamente.

Eventuais aumentos nas alíquotas de impostos ou modificações adicionais nos sistemas tributários dos países em que a Companhia opera podem ter um efeito adverso relevante sobre o resultado da Companhia.

As recentes reformas tributárias no Chile e na Colômbia podem afetar os resultados operacionais das subsidiárias chilenas e colombianas da Companhia, reduzindo o montante de dividendos líquidos de impostos que a Companhia venha a receber de tais subsidiárias.

Em 29 de setembro de 2014, o Chile promulgou a Lei nº 20.780, que introduziu mudanças: (i) na alíquota de imposto corporativo, exigindo um aumento gradual da alíquota de 20% para 25% ou 27%, conforme o caso, (ii) nas regras relativas à capitalização mínima e (iii) na tributação dos investimentos chilenos no exterior (regras sobre empresas controladas no exterior), entre outros. As novas regras devem entrar em vigor gradualmente, com o processo de implementação iniciado em 1 de outubro de 2014 e deverá ser concluído até 1º de janeiro de 2018.

Além disso, em dezembro de 2014, o Poder Legislativo da Colômbia aprovou uma lei de reforma tributária que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2015. De acordo com as novas regras, as empresas colombianas terão que pagar um imposto de riqueza anual (entre 0,2% e 1,5%, dependendo da base tributável) e um imposto de renda mais alto (3% de sobretaxa para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018).

O aumento resultante dos encargos tributários das subsidiárias chilenas e colombianas da Companhia deverá diminuir o montante a ser distribuído à Companhia como dividendos, podendo afetá-la adversamente. Além disso, a Companhia não pode assegurar que as alíquotas do imposto de renda das empresas sediadas no Chile, na Colômbia e nos demais países nos quais a Companhia opera não serão aumentadas no futuro, resultando em um efeito adverso adicional sobre seus resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

j) COM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

A Companhia entende que não existem riscos específicos relacionados a questões socioambientais.

k) COM RELAÇÃO ÀS QUESTÕES MACROECONÔMICAS

A volatilidade e a iliquidez inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de venderem ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e no momento desejados.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como a ações ordinárias da Companhia, com frequência envolve um risco maior que o investimento em valores mobiliários de emissoras em outros países e geralmente são considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitado a:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e
- restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, como nos Estados Unidos ou Europa. A Companhia não pode assegurar que, após a conclusão de oferta de ações, haverá um mercado líquido, o que poderá limitar a capacidade do respectivo subscritor de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião desejados. O preço das ações de emissão da Companhia poderá flutuar significativamente em resposta a diversos fatores que estão fora do controle da Companhia. Adicionalmente, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ou órgão que venha a sucedê-la pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejado. Além disso, o preço das ações vendidas em uma oferta pública está, frequentemente, sujeito à volatilidade imediatamente após sua realização. O preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia pode variar significativamente como resultado de vários fatores, alguns dos quais estão fora do controle da Companhia.

O Governo Federal tem exercido, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. Essa influência e as condições políticas e econômicas brasileiras podem afetar desfavoravelmente os negócios, condição financeira e o resultado operacional da Companhia, bem como o valor de mercado de suas ações.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a regulamentação da economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram no passado, dentre outras, controle de salários e preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados. Tais alterações têm consequência direta no fluxo de capitais no mercado bursátil e consequente flutuações de preços. Adicionalmente, tal interferência e mudanças de política econômica e fiscal podem trazem impactos aos custos, receitas e impostos da Companhia.

Os negócios, condição financeira e resultados das operações da Companhia, bem como o valor de mercado de suas ações, podem ser desfavoravelmente afetados em razão de mudanças na política pública que envolvam ou afetem diversos fatores, tais como:

- variação nas taxas de crescimento da economia em geral;
- variação nas taxas de câmbio, controle de câmbio e de remessas de valores para o exterior;
- inflação;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;

4.1 - Descrição dos fatores de risco

- escassez ou racionamento de água ou energia elétrica;
- instabilidade de preços;
- restrição à importação e exportação de software, equipamentos e outros insumos necessários à operação da Companhia;
- política fiscal e regime tributário;
- mudanças na legislação trabalhista;
- modificações em leis e regulamentos para atender a interesses políticos, sociais e econômicos; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer ou possam afetar o Brasil.

A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro e não podem prevê-las.

As medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como especulação acerca de quaisquer atos futuros do governo, poderão gerar incertezas na economia brasileira e aumentar a volatilidade do mercado de capitais doméstico, afetando adversamente o negócio, resultados operacionais ou situação financeira da Companhia.

Qualquer degradação da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

O Brasil perdeu sua classificação de dívida soberana de grau de investimento pelas três principais agências de *rating* dos Estados Unidos: Standard & Poor's, Moody's e Fitch. A Standard & Poor's rebaixou a classificação de dívida soberana do Brasil de BBB- negativo para BB- positivo em setembro de 2015, que foi rebaixada para o BB em fevereiro de 2016 e manteve sua perspectiva negativa sobre a classificação, citando as dificuldades fiscais e a contração econômica do Brasil como sinais de piora situação de crédito. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação da dívida soberana Baa3 no Brasil e revisou a classificação de crédito soberano do Brasil em fevereiro de 2016 para Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração dos valores do endividamento do Brasil em meio à recessão e ao ambiente político desafiador. A Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para o BB- positivo com perspectivas negativas em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário de rápido crescimento do país e recessão pior do que o esperado e baixou a classificação da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para o BB com uma perspectiva negativa.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu PIB, flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. O Brasil experimentou um crescimento real de 0,1% de sua economia em 2014 e uma contração de 3,8% em 2015. Em 2016, o PIB brasileiro contraiu 3,6% adicionais.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de *rating* acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem influenciar significativamente a incerteza econômica no Brasil, podendo afetar desfavoravelmente os resultados operacionais da Companhia

No passado, o Brasil experimentou altíssimas taxas de inflação. A inflação e algumas das medidas do Governo Federal tomadas na tentativa de combatê-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, afetaram de forma negativa e significativa a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Medidas futuras a serem tomadas pelo Governo Federal, incluindo aumentos ou reduções da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações visando a ajustar ou fixar o valor do real, poderão acarretar aumentos da inflação. Considerando que uma parte significativa das despesas operacionais de caixa da Companhia é denominada em reais, caso o Brasil experimente inflação alta no futuro e não seja possível ajustar as tarifas cobradas pela Companhia de seus clientes visando a compensar os efeitos da inflação sobre sua estrutura de custos, os negócios, condição financeira e o resultado das operações da Companhia poderão ser negativamente afetados. Ademais, as pressões inflacionárias e a eventual política adotada pelo Governo Federal para combatê-la poderão impactar o custo dos endividamentos atuais da Companhia e os custos de captação de novos empréstimos, bem como restringir a capacidade de acesso de tais sociedades a mercados financeiros estrangeiros, afetando adversamente os negócios, as condições financeiras e os resultados da Companhia.

De acordo com o IPCA, as taxas de inflação no Brasil foram de 6,3%, 10,7% e 6,4% em 2016, 2015 e 2014, respectivamente. Em 30 de junho de 2017, a inflação acumulada nos últimos 12 meses era de 3,0%.

Adicionalmente, a eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal poderá resultar na continuação da desaceleração no nível de atividade econômica e queda do poder aquisitivo da população, o que também poderá gerar consequências negativas para os negócios, condição financeira e o resultado das operações da Companhia.

Restrições sobre a movimentação de capitais para fora do Brasil poderão prejudicar a capacidade da Companhia e de suas Controladas de cumprir determinadas obrigações de pagamentos em moedas estrangeiras.

A lei brasileira permite que o Governo Federal imponha restrições temporárias à conversão da moeda brasileira em moedas estrangeiras e à remessa para investidores estrangeiros dos recursos de seus investimentos no Brasil sempre que houver um desequilíbrio grave na balança de pagamentos brasileira ou motivos para que se preveja a ocorrência de um sério desequilíbrio. A última vez que o Governo Federal impôs restrições de remessa foi por aproximadamente seis meses em 1989 e no começo de 1990. O Governo Federal poderá tomar medidas semelhantes no futuro, caso julgue necessário. A imposição de restrições à conversão e à remessa de divisas ao exterior pode prejudicar o acesso da Companhia e/ou de qualquer controlada ao mercado de capitais internacional, além de impedi-las de efetuar pagamentos de suas obrigações de dívida denominadas em moeda estrangeira. Como resultado, essas restrições poderiam afetar adversamente a capacidade da Companhia e suas Controladas de cumprirem suas obrigações de pagamentos em moedas estrangeiras, incluindo o pagamento de dividendos a investidores no exterior.

Crises políticas recentes no País podem afetar a economia brasileira e o mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores, bem como custos e disponibilidade de financiamento.

Nos últimos anos, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas ou ilegais. Essas acusações, atualmente investigadas pelo Congresso Nacional do Brasil, incluem financiamento de campanhas e violações nas práticas eleitorais, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção.

Durante as últimas eleições presidenciais, foi observada volatilidade nas taxas de câmbio, juros, nos índices de inflação e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Mais recentemente, o Senado votou a favor do *impeachment* da Ex-presidente Dilma Rousseff.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Todos esses eventos causam incertezas e especulações sobre as medidas do Governo Federal e podem influenciar a percepção dos investidores nacionais e estrangeiros com relação a riscos, prejudicando o acesso da Companhia aos mercados nacionais e internacionais e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia e nas suas capacidades de pagamentos.

Como resultado de várias investigações recentes relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil, a maior delas conhecida como Lava-Jato, vários políticos, membros do executivo e executivos de algumas das empresas mais renomadas do Brasil, incluindo grandes empresas estatais, renunciaram ou foram presos enquanto outros estão sendo investigados por alegações de conduta antiética e ilegal. Mais recentemente, novas acusações de conduta imprópria surgiram contra o atual presidente do Brasil, Michel Temer, que resultou em pedidos de *impeachment* ou renúncia.

As questões que vêm e podem vir a surgir como resultado ou em conexão com a investigação da Lava-Jato e outras investigações semelhantes têm afetado negativamente a economia, os mercados e os preços de negociação brasileiros de títulos emitidos por emissores brasileiros. A Companhia entende que tais impactos negativos possam continuar em um futuro próximo e enquanto essas investigações estiverem em andamento.

A Companhia não pode prever que reformas, se houver, serão adotadas pelo novo governo brasileiro e como essas reformas afetarão a economia ou a própria Companhia. Além disso, a Companhia não pode prever se, ou em que medida, o presidente em exercício ou seu governo podem estar envolvidos nas investigações de corrupção em andamento e, em caso afirmativo, como eventuais alegações afetarão o apoio popular ao governo, sua agenda de reformas, sua estabilidade política e social.

Qualquer aumento da instabilidade social, política ou econômica ou impacto negativo na agenda de reformas do atual governo pode afetar adversamente a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

Adicionalmente, qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou o descumprimento das leis anticorrupção no Brasil ou nos demais países nos quais a Companhia opera pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, funcionários ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou nos demais países nos quais a Companhia opera. Em qualquer dos casos acima, a Companhia pode sofrer um impacto adverso relevante sobre sua imagem, seus negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Alterações em políticas fiscais brasileiras poderão causar um efeito adverso relevante na Companhia

O Governo Federal implementou e poderá implementar novamente no futuro, mudanças em suas políticas fiscais que poderão afetar adversamente os negócios da Companhia. Essas mudanças incluem alterações a alíquotas de tributos, taxas, encargos setoriais e, ocasionalmente, o recolhimento de contribuições temporárias relacionadas a propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em um aumento de tributos, o que poderá afetar negativamente os negócios da Companhia. Caso não haja o repasse desses tributos adicionais aos consumidores em valores suficientes e prazo hábil, os resultados operacionais e condição financeira da Companhia podem ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia, além de poder limitar o acesso aos mercados internacionais.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente dos Estados Unidos e da China, bem como países da América Latina e países de economia emergente. A crise financeira nos Estados Unidos que emergiu no terceiro trimestre de 2008 causou uma recessão econômica global. Condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram algumas vezes em significativos fluxos de saída de recursos do Brasil ao exterior. Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações da Companhia, além de poder limitar o acesso aos mercados internacionais.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições do mercado internacional e condições econômicas em geral, especialmente as condições econômicas dos Estados Unidos. Crises e instabilidade política nos Estados Unidos, Europa ou outros países poderiam diminuir a demanda por títulos brasileiros, como as ações ordinárias de emissão da Companhia. Em junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo no qual a maioria dos participantes votou pela saída da União Europeia. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia nem sobre se e em que efeito qualquer outro Estado membro decidirá sair da União Europeia no futuro. Em 20 de janeiro de 2017, Donald Trump tornou-se o presidente dos Estados Unidos. A Companhia não tem controle e não pode prever os efeitos da administração ou das políticas de Donald Trump. Esses desenvolvimentos, bem como possíveis crises e formas de instabilidade política decorrentes desse desenvolvimento ou qualquer outro desenvolvimento ainda imprevisto, podem afetar adversamente a Companhia e o preço de suas ações ordinárias. Além disso, os preços das ações ordinárias negociadas na B3 são, por exemplo, altamente afetados pelas flutuações da taxa de câmbio do dólar americano e pelo desempenho das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Qualquer aumento na taxa de juros em outros países, especialmente nos Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores em investir no mercado de capitais brasileiro.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco Cambial

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações com relação ao dólar norte-americano e outras moedas fortes ao longo das últimas décadas em decorrência de diversas pressões. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. A desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o dólar dos Estados Unidos e moedas de outros países.

Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional, nem se pode garantir que o real não desvalorizará novamente em relação ao dólar dos Estados Unidos.

Caso o real continue a se valorizar em relação ao dólar, os serviços da Companhia denominados em reais poderão ficar mais caros, especialmente para clientes estrangeiros, podendo deixar a Companhia menos competitiva em termos globais, afetando o resultado das operações. Adicionalmente, as desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado das operações e o preço de mercado das ações da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas.

Flutuações adversas do real brasileiro em relação à moeda destes países poderão levar a potenciais perdas de receita e rentabilidade da Companhia, quando da conversão das receitas para reais. A exposição da Companhia a variações cambiais é principalmente oriunda de contratos comerciais em moeda local dos países da América Latina, incluindo Chile, Colômbia, Peru, Panamá, Equador e Argentina. O volume de receita proveniente destas operações representou 18,6% da receita líquida da Companhia em 30 de junho de 2017 e 19,8% da receita líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

A Companhia é parte em diversos contratos financeiros em moedas estrangeiras, bem como em operações de swap em moeda estrangeira. Em 30 de junho de 2017, 47,0% do endividamento total da Companhia (equivalente a R$327,8 milhões em 30 de junho de 2017 era denominado em moedas estrangeiras. As demais obrigações de empréstimos e financiamentos estão denominadas em Reais brasileiros, com base na variação do CDI.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio – empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui determinados empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos, os quais estão sujeitos às variações das taxas de câmbio das respectivas moedas em que foram contratados, conforme descritos mais abaixo. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possui instrumentos financeiros em dólares americanos com swap cambial para pesos chilenos (CPL) e pesos colombianos (COP), cujas taxas de fechamento na referida data são de R$3,3082, R$0,004988 e R$0,001086 (R$3,2591, R$0,004856 e R$0,001086 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

Informaçôes dos Contratos

Em 20 de outubro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A, Cédula de Crédito Bancário (CCB) Internacional, ao custo de variação do dólar americano – US$ + 2,89% a.a., no valor de US$41,5 milhões, correspondente a R$101,9 milhões e celebrou concomitantemente um contrato de “swap”, ao custo de 8,25% a.a., mais a variação do peso colombiano (em relação ao real), para pagamento em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019 e, portanto, o risco para a Companhia no “swap” em questão é a variação do peso colombiano. Em 30 de junho de 2017, a exposição líquida da Companhia a essa transação era de R$74,9 milhões.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em 21 de outubro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, ao custo de variação do dólar americano – US$ + 4,27% a.a., no valor de US$16,5milhões, correspondente a R$40,6 milhões e celebrou concomitantemente um contrato de "swap", ao custo de 6,88% a.a. mais variação do peso chileno (em relação ao real), para pagamento em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019, com 18 meses de carência, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap", e, portanto, o risco para a Companhia no "swap" em questão é a variação do peso chileno. Em 30 de junho de 2017, a exposição líquida da Companhia a essa transação era de R$36,9 milhões.

Adicionalmente, a subsidiária da Companhia TIVIT Chile possui diversos contratos de arrendamento mercantil (contratos de *leasing* financeiros) contratados ao custo de variação cambial + 6,86%a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado destes contratos era de R$14,7 milhões.

Para realização da análise de sensibilidade, a Companhia utilizou como base as seguintes taxas de câmbio: R$0,005185 – pesos chilenos (CLP), R$0,001118 – pesos colombianos (COP) e R$3,50 – dólares americanos. A seguir, está apresentado o efeito das transações descritas acima no resultado da Companhia com base nessas taxas, a respectiva apreciação das moedas estrangeiras em 25% e 50%:

			Cenários		
Transação	**Risco**	**Exposição em 30/06/2017**	**Cenário I**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
CCB internacional - dólar norte-americano- Tivit Brasil		(102.391)	(7.568)	(9.460)	(11.353)
Derivativos – ("swap") dólar norte-americano para peso colombiano – Tivit Brasil	Variação Peso Colombiano	27.498	816	1.019	1.223
Exposição liquida – peso colombiano		(74.893)	(6.752)	(8.441)	(10.130)
Deterioração comparada ao cenário I			–	(1.689)	(3.378)
CCB internacional – dólar norte-americano – Tivit Brasil		(40.714)	(3.009)	(3.762)	(4.514)
Derivativos – (swap) dólar norte-americano para peso chileno – Tivit Brasil	Variação Peso Chileno	3.722	252	315	378
Exposição liquida – peso chileno		(36.992)	(2.757)	(3.447)	(4.136)
Deterioração comparada ao cenário I			–	(689)	(1.379)
"Leasings" – Synapsis Chile		(14.728)	(998)	(1.248)	(1.498)
Exposição liquida – dólar norte-americano	Variação do dólar norte-americano	(14.728)	(998)	(1.248)	(1.498)
Deterioração comparada ao cenário I			–	(250)	(500)

			Cenários		
Transação	**Risco**	**Exposição em 31/12/2016**	**Provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
CCB Internacional – Dólar – Tivit Brasil		(119.954)	(3.346)	(4.183)	(5.019)
Derivativos – (Swap) Dólar para Peso Colombiano – Tivit Brasil	Variação Peso Colombiano	39.031	60	75	90
Exposição Liquida Peso Colombiano		(80.923)	(3.286)	(4.108)	(4.929)
Deterioração comparada ao cenário I			–	(822)	(1.643)
CCB Internacional – Dólar – Tivit Brasil		(47.721)	(1.331)	(1.664)	(1.997)
Derivativos – (Swap) Dólar para Peso Chileno – Tivit Brasil	Variação Peso Chileno	4.828	106	133	160
Exposição Liquida Peso Chileno		(42.893)	(1.225)	(1.531)	(1.837)
Deterioração comparada ao cenário I			–	(306)	(612)
Leasing's – Synapsis Chile	Variação Dólar	(10.320)	(227)	(284)	(341)
Exposição Liquida Dólares		(10.320)	(227)	(284)	(341)
Deterioração comparada ao cenário I			–	(57)	(114)

A Companhia esclarece que as variações acima refletem eventuais valorizações das moedas estrangeiras em relação ao real brasileiro, lembrando que tais variações poderão ocorrer em percentuais superiores que o demonstrado no quadro acima, levando a maiores perdas financeiras e desvalorização das suas ações no mercado.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco de Liquidez

O risco de liquidez, no contexto das operações da Companhia e de suas controladas, pode ser definido pela possibilidade de descumprimento de obrigações da Companhia associadas a seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Dessa forma, não se pode garantir que haverá recursos suficientes em caixa ou provenientes de novos financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. Para mais informações sobre o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais, vide seção 10.1. deste Formulário de Referência.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir (em milhares de reais):

	Consolidado em milhares de reais	
	30/06/2017	**31/12/2016**
2018	111.108	148.739
2019	290.975	108.320
2020	69.784	11.002
2021	10.952	5.827
2022	5.520	–
Sub-total	**488.339**	**273.888**
Custo de captação	(700)	(142)
Total	**487.639**	**273.746**

Risco de Taxa de Juros

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo contraídos pela Companhia. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

As medidas do governo brasileiro para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, limitando assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2016, 2015 e 2014 foram de 13,75%, 14,25% e 11,75%, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM). As taxas de juros brasileiras permaneceram altas e qualquer aumento poderia afetar negativamente o lucro e o resultado das operações da Companhia, aumentando o custo associado ao financiamento de suas atividades.

A alta das taxas de juros poderá impactar ainda no custo de captação de empréstimos pela Companhia como também no custo do endividamento, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Este aumento, por sua vez, poderá afetar adversamente a capacidade de pagamento de obrigações assumidas pela Companhia, na medida em que reduzirá sua disponibilidade de caixa. Descasamentos entre índices contratados em ativos versus passivos e/ou altas volatilidades nas taxas de juros, ocasionam perdas financeiras para a Companhia.

Em 30 de junho de 2017, 62%dos empréstimos e financiamentos da Companhia estavam sujeitos a taxas de juros flutuantes, especialmente a CDI, enquanto 38% estavam sujeitos a taxas de juros fixas.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Risco CDI

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI, assim como determinados empréstimos. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 30 de junho de 2017.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

			Cenários		
Transação	**Taxas em 30/06/2017**	**Exposição em 30/06/2017**	**Provável à taxa de 30/06/2017**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
Debêntures – Tivit Brasil	128,24% do CDI	(88.223)	(11.327)	(14.159)	(16.991)
NCE Banco Bradesco – Tivit Brasil	125,00% do CDI	(51.622)	(6.540)	(8.175)	(9.810)
“Leasings” – Tivit Brasil	114,09% do CDI (*)	(151.886)	(17.471)	(21.838)	(26.206)
Operação de “swap” para CDI – Tivit Brasil	CDI + 2,60% a.a.	(75.216)	(9.792)	(12.239)	(14.687)
Aplicações financeiras	98% do CDI (*)	14.194	1.421	1.777	2.132
Efeito líquido no resultado		(352.753)	(43.709)	(54.634)	(65.562)
Deterioração comparada à projeção			–	(10.925)	(21.853)

(*) Média ponderada

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas Controladas são parte em 481 processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas respectivas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária e trabalhista.

Em 30 de junho de 2017, as contingências da Companhia e de suas Controladas, classificadas como perda provável, totalizavam aproximadamente R$71.897 mil, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, para as quais foi constituída provisão para perda. Não foi constituída provisão para as contingências relativas às empresas adquiridas, quando estas contingências estão garantidas pelos respectivos vendedores, nos termos dos respectivos contratos de aquisição. Nessa mesma data, as contingências da Companhia e suas Controladas (incluindo os valores decorrentes de aquisições de sociedades) avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo risco de perda possível totalizavam aproximadamente R$104.337 mil.

A Companhia entende que não possui processos que sejam considerados individualmente relevantes, com exceção dos processos de natureza fiscal indicados abaixo:

Processo n° 13864.720085/2013-51

a. Juízo	Processo Administrativo Federal
b. Instância	1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
c. Data de instauração	19/06/2013
d. Partes no processo	Receita Federal do Brasil e TIVIT Terceirização de Processos Serviços e Tecnologia S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$17.091.641,39
f. Principais fatos	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos a janeiro, junho, setembro, novembro e dezembro de 2008, cumulados com juros de mora, multa agravada (150%) e multa isolada. De acordo com a fiscalização, a Companhia teria aproveitado, indevidamente, despesas de amortização de ágio gerado em cinco operações societárias distintas. Ressalte-se que também foi lavrado auto de infração de CSLL, sob a alegação de que não seria possível à Companhia ter retificado sua DIPJ após o início da Fiscalização. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso voluntário pela 1ª Turma Ordinária da 3ª Câmara da 1ª Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
g. Chance de perda	(i) Multa isolada: perda REMOTA, em razão da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF; (ii) Demais matérias: perda POSSÍVEL.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda financeira dentro do valor envolvido.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n° 13864.720171/2015-25

a.	**Juízo**	Processo Administrativo Federal
b.	**Instância**	2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
c.	**Data de instauração**	28/12/2015
d.	**Partes no processo**	Receita Federal do Brasil e TIVIT Terceirização de Processos Serviços e Tecnologia S/A
e.	**Valores, bens ou direitos envolvidos**	R$80.373.299,58
f.	**Principais fatos**	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-calendário de 2009 e 2010, cumulados com juros de mora, multa agravada (150%) e multa isolada. De acordo com a fiscalização, a Companhia teria aproveitado, indevidamente, despesas de amortização de ágio gerado em cinco operações societárias distintas. Atualmente o processo aguarda julgamento do recurso voluntário pela 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
g.	**Chance de perda**	(i) Multa isolada: perda REMOTA, em razão da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF; (ii) Demais matérias: perda POSSÍVEL.
h.	**Análise do impacto em caso de perda do processo**	Perda financeira dentro do valor envolvido.

Processo n° 16561.720034/2016-74

a.	**Juízo**	Processo Administrativo Federal
b.	**Instância**	Serviço de Recepção e Triagem-DRJ-RJ, aguardando julgamento da impugnação.
c.	**Data de instauração**	10/05/2016
d.	**Partes no processo**	Receita Federal do Brasil e TIVIT Terceirização de Processos Serviços e Tecnologia S/A
e.	**Valores, bens ou direitos envolvidos**	R$409.665.126,35
f.	**Principais fatos**	Trata-se de processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011 a 2014, cumulados com juros de mora e multa agravada.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

De acordo com a fiscalização, a Companhia teria incorrido nas seguintes infrações: (i) amortização indevida de ágio indedutível para fins fiscais , apenas sob o fundamento de suposta utilização de empresa veículo (Dethalas Empreendimentos e Participações S/A, "Dethalas"); (ii) indevido aproveitamento de despesas pela Companhia, incorridas pela incorporada Dethalas; (iii) dedução em excesso de juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio; (iv) aproveitamento fiscal de despesas financeiras indedutíveis.

Ademais, por ter a fiscalização entendido que a Companhia, juntamente com os fundos do Grupo Apax Partners, seus agentes e o Sr. Luiz Mattar (sócio e colaborador da Companhia à época dos fatos), teriam praticado fraude e conluio nas operações analisadas nos presentes autos, por intermédio de um planejamento tributário abusivo, procedeu à qualificação da multa de ofício.

Atualmente o processo aguarda julgamento da impugnação apresentada pela Companhia.

g. Chance de perda

(i) Impossibilidade de aplicação da multa qualificada de 150%: perda REMOTA, em razão da atual jurisprudência do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF;

(ii) Amortização do ágio: perda POSSÍVEL;

(iii) Dedutibilidade das despesas da Dethalas pela Tivit incorridas antes da incorporação: perda POSSÍVEL;

(iv) Dedução em excesso de juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio: perda POSSÍVEL; e

(v) Dedutibilidade das despesas financeiras (empréstimo): perda POSSÍVEL.

h. Análise do impacto em caso de perda do processo

Perda financeira dentro do valor envolvido.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n° 0016817-09.2013.8.26.0577

a.	**Juízo**	Execução Fiscal Municipal
b.	**Instância**	2ª Instância – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
c.	**Data de instauração**	15/04/2013
d.	**Partes no processo**	Município de São José dos Campos e TIVIT Terceirização de Processos Serviços e Tecnologia S/A
e.	**Valores, bens ou direitos envolvidos**	R$25.064.139,38
f.	**Principais fatos**	Trata-se de execução fiscal de ISS dos anos de 2010 a 2012, em função da glosa de créditos do Programa de Incentivo Fiscal da Prefeitura de São José dos Campos. Em 15/04/2013, foi ajuizada a execução fiscal. Em 17/04/2013, proferido despacho determinando a citação. Em 13/08/2013, foi apresentada petição pela Companhia informando ao Juízo acerca da decisão proferida nos autos da ação anulatória, que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário objeto desta ação executiva. Em 24/09/2013, foi publicada decisão determinando o sobrestamento da execução fiscal até o julgamento da ação anulatória. Em 27/06/2016, foi proferido despacho determinando que seja informado às partes sobre o decidido na ação anulatória.
g.	**Chance de perda**	Remota
h.	**Análise do impacto em caso de perda do processo**	Perda financeira dentro do valor envolvido

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Em relação aos processos fiscais destacados na seção 4.3 acima, não há provisão, uma vez que as respectivas chances de perda são remotas e/ou possíveis.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não figura como parte em processos de qualquer natureza cujas partes contrárias sejam administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas da Companhia.

4.4.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4 acima

Não aplicável, tendo em vista que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não figura como parte em processos de qualquer natureza cujas partes contrárias sejam administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou acionistas da Companhia.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Até a data deste Formulário de Referência, não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia estão apresentados a seguir:

Ações relevantes (10 processos)

a. Valores envolvidos (Em milhares de reais)	Valor de cada ação: Vide tabela abaixo. Valor Total ações relevantes: R$ 25.687 mil
b. prática da Companhia ou da Controlada que casou tal contingência	As ações possuem objetos semelhantes, qual sejam, horas extras e reflexos, equiparação salarial, devolução de descontos indevidos, adicional de sobreaviso, adicional noturno, adicional de periculosidade e indenização de dano moral. Os valores são em sua grande maioria definidos pelas diferenças de períodos de contratação e remunerações dos empregados. A discussão das horas extras é basicamente alegações de que as horas realizadas foram inferiores as pagas, o que apesar de não assistir razão em sua maioria, acaba sendo objeto de discussão nos casos em que nossos empregados laboram externamente ou nos clientes ou nos casos mais antigos em que ainda não havia sido homologado por convenção coletiva o ponto por exceção.
Partes no processo:	Autores: Vide tabela abaixo. Réu: TIVIT
Principais fatos:	As ações trabalhistas da companhia via de regra versam sobre horas extras e equiparação salarial, sendo que com o ponto de exceção a questão da discussão das horas extras ficou com prova mais definida, mas ainda temos os casos mais antigos em que não havia o ponto por exceção homologado, o que dificulta um pouco nossa prova. A equiparação salarial a questão é de ordem técnica entre a capacitação técnica para o exercício de funções. Quem recebe menos por ter menos capacitação técnica tende a se sentir injustiçado e ingressar com processo. Por fim, quanto ao adicional de sobreaviso é matéria pacificada em nossos tribunais, mas no ITO também é pedido comum por uso de celular, por exemplo. Os demais são praticamente ritos comuns de pedir da Justiça do Trabalho no seguimento de TI.
Chance de perda (provável, possível ou remota):	Provável em R$ 2.192 mil Possível em R$ 23.495 mil
Análise do impacto em caso de perda do processo:	Perda financeira dentro do valor contingenciado.

Status do Process	Reclamante	No do Processo	Data da Reclamação	Fase do Processo	Valor Pleiteado em Reais	Valor Provável em Reais	Avaliação
Ativo	ALEXANDRE PAULO RUSSO	1001141.21.2016.5.02.0705	23/06/2016	CONHECIMENTO	4.461.179	–	Possível
Ativo	MARCELO ASTRACHAN	0010837.87.2015.5.01.0050	19/06/2015	CONHECIMENTO	3.120.000	–	Possível
Ativo	FELIPE LEMES DA SILVA	1000143.98.2017.5.02.0711	31/01/2017	CONHECIMENTO	2.911.024	–	Possível
Ativo	ADJALMA MICHEL ALVES TAVORA	0000554-51.2016.5.07.0034	08/05/2015	EXECUÇÃO	2.191.820	2.191.820	Provável (parte)
Ativo	JORGE PAGAN	00041004120135020202	29/10/2013	CONHECIMENTO	1.976.632	–	Possível
Ativo	LUCIO HENRIQUE FRANCO	1000384-96.2017.5.02.0703	13/03/2017	CONHECIMENTO	1.943.374	–	Possível
Ativo	ANGELO PALERMI JUNIOR	1001998.43.2016.5.02.0713	21/10/2016	CONHECIMENTO	1.903.342	–	Possível
Ativo	RONDINEI DA SILVA	0011368.67.2016.5.09.0002	14/09/2016	CONHECIMENTO	1.863.284	–	Possível
Ativo	DERICK RIEMER	1002393.65.2016.5.02.0703	19/12/2016	CONHECIMENTO	1.841.477	–	Possível
Ativo	CARLOS EVAL EGITO DO AMARAL	0101310.48.2016.5.01.0030	30/08/2016	CONHECIMENTO	1.742.384	–	Possível
Ativo	JULIANO PEDROSO DA SILVA	0010910.38.2016.5.09.0006	01/07/2016	CONHECIMENTO	1.733.248	–	Possível

4.6.1 INDICAR O VALOR TOTAL PROVISIONADO, SE HOUVER, DOS PROCESSOS DESCRITOS NO ITEM 4.6

O valor provisionado para os processos listados na seção 4.6 acima em 30 de junho de 2017é de R$ 2.192 mil.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as contingências que a Companhia entende relevantes foram divulgadas nos itens acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não estabeleceu uma política formalizada para gerenciamento de riscos, pois entende que sua rotina de gestão, análise e acompanhamento dos riscos que possam impactar negativamente os resultados dos seus negócios e as suas condições financeiras é suficiente para gerenciar os riscos aos quais está exposta.

Adicionalmente, a Companhia está permanentemente acompanhando através de indicadores econômicos e concorrenciais as alterações nas condições macroeconômicas e setoriais dos mercados onde atua e as consequências que tais modificações possam vir a trazer para as suas atividades.

De formar a mitigar impactos adversos, a Companhia adota uma gestão conservadora de caixa e obrigações e mantém acompanhamento constante nos seus indicadores de desempenho. Finalmente, a Companhia estabeleceu ferramentas de governança que acompanham os seus resultados operacionais, incluindo a disponibilidade de sistemas, acompanhamento de níveis de serviços (SLA) e satisfação dos seus clientes.

A Companhia possui um código de ética e de conduta o qual define uma política de ética a ser adotada por todos os colaboradores da Companhia. Cada colaborador recebe treinamento sobre a importância do seu cumprimento para o sucesso nos negócios da Companhia e mecanismos que deverão ser utilizados para reportar casos de desvios percebidos em relação a tal política. O treinamento é reapresentado a cada 12 meses de modo a manter os conceitos e valores da Companhia vivos em cada funcionário, assegurando a sua maior aderência.

Dentre os principais aspectos incluídos no código de ética a Companhia destaca: potenciais conflitos de interesses, conduta fora da Companhia, preconceito, postura da gerência da Companhia, situações de assédio e abuso de poder, uso de álcool, drogas, portes de arma e comercialização de mercadorias, participação política, relações sindicais, proteção ao patrimônio da Companhia, segurança da informação, relacionamento com parceiros comerciais e concorrentes, relações de negócio entre acionistas e familiares, relações com as comunidades onde a Companhia atual, relações com fornecedores, relações com Governo em suas diversas esferas, relações com a imprensa e cuidados com a saúde e o meio ambiente.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 houve a adesão de 90,4% ao treinamento do código de conduta da Companhia.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 2014, 2015, 2016 não houve nos canais para denúncia dos empregados qualquer denúncia ou caso envolvendo corrupção, tráfico de influência, desvios financeiros, vazamento de segurança da informação, má prática nas relações com o Governo ou descumprimento de obrigações ambientais.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Apesar da ausência de uma política formalizada de gerenciamento de risco, a Companhia entende que sua estrutura operacional de gerenciamento de riscos é adequada e é acompanhada continuamente de forma a evoluir com o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, tendo em vista a natureza e características de suas operações que não a deixa exposta de forma relevante a riscos de mercado, com exceção dos riscos de variação cambial e taxa de juros, para os quais a Companhia faz uso de operações com derivativos (swaps), conforme descritos no item (b).(v) abaixo.

A Companhia considera que não há necessidade de proteção adicional ou especial para qualquer tipo de risco de mercado porque seus administradores consideram que os riscos existentes não influenciariam diretamente as operações da Companhia e não trariam impactos adversos significativos nos seus resultados.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Não obstante o disposto acima, como proteção a riscos cambiais, a Companhia faz uso de “swaps”, conforme descrito nos itens abaixo.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge); e (iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge):

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial aproximando as ferramentas de financiamento ao fluxo de caixa gerado nos países onde atua.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Os instrumentos financeiros derivativos (swaps) têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Para fins contábeis, tais contratos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, como as referentes às flutuações das taxas de câmbio.

Quando aplicável, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos:

A Companhia e suas controladas possuem operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Essas operações contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais e taxas de juros associados a posições no balanço patrimonial, e são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Para mais informações, vide nota explicativa número 14 das Informações Financeiras Trimestrais de 30 de junho de 2017.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado:

Embora não haja uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, eventual processo de gestão de risco de mercado financeiro é de responsabilidade da tesouraria da Companhia, subordinada ao seu Diretor Financeiro (CFO), operando dentro dos parâmetros estabelecidos pela política de alçadas da Companhia.

c) Adequação da estrutura operacional e controle interno para verificação da efetividade da política adotada:

Apesar da ausência de uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia entende que sua estrutura operacional de gerenciamento de riscos de mercado é adequada e é acompanhada continuamente de forma a evoluir com o desenvolvimento dos negócios da Companhia.

5.3 - Descrição dos controles internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui um grau de eficiência de controles internos que é capaz de assegurar a adequada elaboração das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) pronunciadas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil e não foram verificadas distorções relevantes.

A Companhia adota procedimentos e controles descritos abaixo de forma a garantir a integridade e razoabilidade das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Adicionalmente, são conduzidas revisões de qualidade interna pelos gestores da controladoria financeira, pelo Diretor Financeiro, pelo Conselho de Administração da Companhia e pelos auditores independentes para assegurar a consistência do tratamento contábil dado aos fatos derivados das suas operações.

Os controles e processos adotados pela Companhia buscam reduzir de modo permanente os principais riscos aos quais a Companhia está exposta.

Tais controles incluem ferramentas atualizadas e seguras de sistemas, revisão e controle de dados de acesso limitado, estrutura profissional suficiente, treinada e capacitada, separação de funções conflitantes, análise das contas patrimoniais e de resultado financeiro e de caixa e planejamento e análise de resultados operacionais e financeiros. Adicionalmente, os controles internos adotados pela Companhia incluem processos de ação integrada e contínua de pessoal especializado nas áreas de Controladoria Financeira e de Auditoria Interna da Companhia que contam com ferramentas de tecnologia da informação e sistemas integrados e de acesso restrito que são adequados às necessidades das operações e controles financeiros e operacionais.

O conjunto de controles internos da Companhia inclui também os limites e procedimentos estabelecidos pela política de alçadas e pelo código de conduta e ética além dos demais procedimentos de controles previstos nas manuais internos da Companhia.

Conforme previsto nos respectivos manuais internos das práticas e controles da Companhia, os responsáveis pelos controles devem manter (i) registros que reflitam as operações e alienações de ativos da Companhia de forma razoavelmente detalhada, precisa e correta; (ii) razoável segurança de que as operações sejam registradas da forma necessária para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e os dispêndios da Companhia estejam sendo feitos somente conforme as autorizações da administração e do conselho de administração da Companhia; e (iii) razoável segurança com relação à prevenção ou detecção oportuna da aquisição, uso ou alienação não autorizados de ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Falhas eventualmente identificadas na aplicação destes controles são corrigidas através de aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a correta e adequada elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório.

Adicionalmente, a Companhia busca tornar os seus controles ainda mais robustos por meio de melhorias de sistemas, processos e treinamento para atualização dos profissionais envolvidos para melhor eficiência na prestação e consolidação de informações financeiras.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

As estruturas organizacionais envolvidas na elaboração das demonstrações financeiras são compostas pelos seguintes órgãos da administração:

- Conselho de Administração que revisa e aprova trimestralmente as demonstrações de resultados;
- Auditoria Interna que é subordinada ao Diretor Financeiro (CFO), é responsável por monitorar a qualidade dos processos e rotinas da Companhia, a fim de levantar potenciais riscos ao negócio; e
- Diretor Presidente (CEO) e Diretor Financeiro (CFO) que são responsáveis por acompanhar os resultados das auditorias internas e pelo relacionamento com os auditores externos para compreender possíveis riscos ao negócio da Companhia e acionar os departamentos responsáveis para a pronta implementação de planos de ação corretivos.

5.3 - Descrição dos controles internos

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles internos é supervisionada por revisões regulares conduzidas pelo Departamento de Auditoria Interna da Companhia. Os resultados de tais revisões e deficiências dos controles internos são reportados ao Diretor Financeiro (CFO) em conjunto com qualquer um dos Diretores (as) Estatutários(as) para o acompanhamento em conjunto pelos dois Diretores de eventual plano de ação corretivo que seguirá ao final de cada revisão.

Deficiências graves, insuficiência de controles relevante, de estrutura operacional ou de sistemas de controle são reportadas ao Conselho de Administração para ciência e acompanhamento das ações de correção.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nas comunicações de deficiências de controles internos dos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016 da Companhia, não foram apontadas pelos auditores independentes deficiências significativas que viessem a impactar a qualidade e segurança das informações contidas nas demonstrações financeiras destes períodos.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Embora não tenham sido apontadas, nos relatórios descritos no item (d) acima, deficiências significativas que viessem a impactar a qualidade e segurança das informações contidas nas demonstrações financeiras, os Diretores da Companhia apreciaram os pontos e recomendações encaminhadas pelos auditores, que foram objeto de plano de ação implementados e acompanhados pela gerência da Companhia.

5.4 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas nos principais riscos ou na política de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao último exercício social.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Todas as informações que a Companhia entende relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	20/10/2004
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

Histórico do Grupo

A Companhia é resultado da combinação dos negócios de duas outras sociedades: a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura") e Tivit Tecnologia da Informação S.A. ("Tivit Tecnologia"), esta última conhecida anteriormente como Optiglobe Telecomunicações S.A. ("Optiglobe"), conforme detalhamento descrito abaixo.

A Telefutura foi fundada em 1998 por um grupo de empreendedores como uma prestadora de serviços de *business process outsourcing* ("BPO"), especialmente nas indústrias de serviços financeiros e serviços públicos. Com o passar dos anos, o modelo de negócios da Telefutura evoluiu de uma prestadora de serviços isolados de BPO para uma companhia de múltiplos processos de BPO, desenvolvendo e realizando atividades de maior complexidade.

A Optiglobe, por sua vez, foi fundada em 1999 como uma prestadora de serviços de infraestrutura de tecnologia da informação ("TI"). Em 2002, o Grupo Votorantim adquiriu 100% das ações de emissão da Optiglobe, transformando seu modelo de negócios em uma prestadora de serviços completos de terceirização de TI. Em 2005, a Proceda Tecnologia e Informática S.A. ("Proceda"), uma sociedade prestadora de serviços de infraestrutura de TI e especializada em processamento *mainframe* e de serviços de BPO, também integrante do Grupo Votorantim desde 2005, foi incorporada pela Optiglobe, de forma a criar uma plataforma unificada e integrada de infraestrutura de TI e serviços de BPO. Todas as funções e *back-offices* operacionais, comerciais e administrativos foram integrados.

Já em 2005, após a fusão entre a Optiglobe e a Proceda, a nova empresa começou a operar sob uma marca e entidade legal unificadas chamada de Tivit Tecnologia da Informação S.A. ("Tivit Tecnologia"), uma prestadora de serviços integrados de TI e BPO, que buscava estender a abrangência dos serviços de TI e entrar em novos segmentos do mercado de BPO.

Tanto a Tivit Tecnologia quanto a Telefutura evoluíram em seus modelos de negócios, compartilhando culturas semelhantes e direções estratégicas. Em 14 de maio de 2007, entendendo que os modelos de negócio de ambas as empresas eram altamente complementares e que, juntas, as empresas estariam melhor posicionadas para competir nas indústrias de serviços de BPO e de TI, a Tivit Tecnologia, a Telefutura e seus respectivos acionistas celebraram um contrato de associação para unir as atividades da Companhia e da Telefutura, formando uma companhia integrada de prestação de serviços de TI e BPO. Em 2007, as plataformas de TI e BPO pertencentes às duas companhias foram combinadas, com significativo ganho de escala. Também foram integrados os *back-offices* comerciais, de recursos humanos, finanças, contabilidade, operacionais e administrativos das duas companhias. Em maio de 2007, a Companhia, na época denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A. ("TAT") incorporou a Telefutura, na época sua controladora.

Em junho de 2007, Lit Tele LLC, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - FIP ("Pátria FIP"), por meio de sua controlada Varanasi Administração de Bens S.A. – ("Varanasi") e Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia da Informação Ltda. ("Profill") contribuíram ao capital social da Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("TTS"), na época uma empresa não operacional, a totalidade de suas participações na Companhia, com base em laudos contábeis em 31 de maio de 2007, de forma que a Companhia passou a ser controlada pela TTS e referidos acionistas receberam ações da TTS em troca da participação que detinham na Companhia.

Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social da TTS, controladora da Companhia, ainda sob a denominação de TAT, parte do seu acervo líquido, incluindo os ativos operacionais, com base no valor contábil de 30 de junho de 2007.

Em julho de 2007, a Companhia adquiriu a Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway"), uma plataforma de BPO especializada na gestão de recebíveis e cobrança. Durante o segundo semestre de 2007, tais operações foram integradas às plataformas de BPO da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia incorporou a Varanasi, tendo em vista que referida empresa não possuía bens relevantes além de sua participação societária na Companhia. Ainda em 31 de dezembro de 2007, a Companhia incorporou a sua controlada, Tivit Locação de Equipamentos Ltda., com o intuito de otimizar o desenvolvimento de suas atividades operacionais.

6.3 - Breve histórico

Em maio de 2008, a Companhia adquiriu a Open Concept Serviços Ltda. e a Open Concept Tecnologia em Informática Ltda. (em conjunto, "Open Concept"), ambas as companhias especializadas em software de processamento de alto volume e de soluções críticas para transações financeiras, incorporando-as em junho de 2008. Uma vez que o acervo líquido de tais sociedades já estava refletido no patrimônio líquido da Companhia, não houve nenhuma emissão de ações ou aumento de capital em decorrência de tais incorporações. O objetivo dessa aquisição foi aumentar a exportação de serviços e o desenvolvimento de sistemas, bem como agregar o *know how* em projetos de sistemas transacionais críticos de alto volume e alta disponibilidade.

Ainda em maio de 2008, a TTS constituiu a Tivit USA em Delaware, Estados Unidos. A Tivit USA é utilizada como um veículo para implementação da estratégia de internacionalização da Companhia. Em junho do mesmo ano, a Companhia incorporou a Softway, para otimização de resultados e aproveitamento de sinergias, sem aumento do capital social, uma vez que a totalidade do acervo líquido da Softway já estava refletida no patrimônio líquido da Companhia.

Em dezembro de 2008, a denominação social da Tivit Atendimentos Telefônicos S.A. foi alterada para a atual da Companhia, qual seja, Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

Em janeiro de 2009, a Companhia incorporou sua respectiva controladora, a TTS. Como consequência, todas as ações de emissão da Companhia foram canceladas, reemitidas e conferidas aos antigos acionistas da TTS, à proporção da participação por eles antes detida em tal companhia.

Em 25 de setembro de 2009, foi realizada a oferta pública inicial de distribuição secundária de ações da Companhia visando garantir seu crescimento e performance de forma plenamente sustentável.

Em 10 de maio de 2010, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações, por meio do qual Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações alienaram as ações de emissão da Companhia de sua titularidade à Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. Essa operação representou a alienação de 48.278.068 ações de emissão da Companhia, representativas de 54,25% do seu capital social total e votante.

Em 13 de julho de 2010, a Companhia realizou o fechamento de seu capital com o objetivo de atender aos seus interesses em implementar uma estratégia de desenvolvimento do negócio focada na utilização de sua plena capacidade para suprir as necessidades dos seus clientes e parceiros. Ainda neste ano, o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, tornou-se acionista da Companhia.

Em março de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das cotas das empresas Workimage Comércio e Serviços Ltda., Workfile Gestão Documental Ltda., Worksul Sistemas de Gestão Documental Ltda., Workrio Sistemas de Gestão Documental Ltda. e Workvale Sistemas de Gestão Documental Ltda. (em conjunto, "Grupo Work"), especializadas na gestão de documentos (física e digital). Ainda em março de 2014, os acervos líquidos dessas sociedades foram incorporados pela Companhia com base em laudos de avaliação, a valores contábeis com data-base 28 de fevereiro de 2014, preparados por avaliadores independentes. A incorporação deu-se em virtude de uma maior racionalização e simplificação da estrutura societária, consolidando e reduzindo gastos e despesas operacionais combinadas, com redução de custos e ampliação do controle sobre os resultados, a fim de otimizar a estrutura de capital e a gestão de ativos, passivos e projetos.

Em outubro de 2014, por meio de sua controlada Tivit Tecnologia, Servicios e Inversiones de Chile SpA. ("Tivit Chile"), constituída em agosto de 2014, a Companhia adquiriu 100% das ações da Synapsis SpA ("Synapsis") e suas subsidiárias. Posteriormente, a Tivit Chile foi incorporada pela Synapsis em 30 de dezembro de 2014, com a data-base 31 de outubro de 2014.

Em janeiro de 2015, foram assinados contratos referentes à venda de participações que as controladas Synapsis SpA e Synapsis Argentina SRL detinham na então controlada Synapsis Brasil S.A. para a Companhia. Além disso, a controlada Cyberlynxx S.A. foi incorporada por sua controladora Synapsis Brasil S.A. e essa, por sua vez, incorporada pela Companhia.

6.3 - Breve histórico

Em julho de 2015, as controladas indiretas AQB Chile e Agitek foram incorporadas pela controlada direta Synapsis SpA. Posteriormente, a AQB Peru foi incorporada pela Synapsis Peru, ambas controladas indiretas da Sociedade. Essas movimentações societárias foram realizadas de forma a simplificar a estrutura operacional da Companhia.

Em abril de 2016 a Companhia adquiriu a One Cloud Tecnologia Ltda. – ME ("One Cloud"). Essa aquisição teve o intuito de promover o crescimento da Companhia no mercado de computação em nuvem, visando à prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

Em dezembro de 2016, foi realizada a cisão parcial da Companhia com o objetivo de cindir o segmento de negócios de BPO, anteriormente desenvolvido pela Companhia, e que passou a ser desenvolvido exclusivamente pela NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.

O objetivo da cisão parcial foi segregar as unidades de negócios, de maneira a garantir o foco nas respectivas estratégias, com times de gestão dedicados e planos de investimento independentes.

Para informações mais detalhadas a respeito das principais operações societárias ocorridas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, vide seção 15.7 do presente Formulário de Referência.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a presente data, não foi apresentado qualquer pedido de falência fundado em valor relevante nem qualquer pedido de recuperação judicial ou extrajudicial com relação à Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

De acordo com o IDC, empresa de inteligência de mercado focada em serviços de TI, a Companhia é um dos líderes em soluções integradas de tecnologia, com uma participação de mercado de 9,5% do total disponível para serviços de *outsourcing* de TI na América Latina[1]. Além disso, a Companhia acredita operar um modelo de negócios rentável em termos de margem LAJIDA e conversão de caixa, que oferece soluções *end-to-end* de tecnologia por meio de três linhas de serviço:

- ***IT Services***, principal linha de serviços e a maior em termos de receitas, por meio da qual a Companhia oferece soluções de gestão de infraestrutura de TI e de aplicações, além de processamento de pagamentos e transações. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017, a linha de serviços de *IT Services* correspondeu a aproximadamente 74% da receita líquida da Companhia;

- ***Cloud Solutions***, lançada em 2010, por meio da qual a Companhia oferece soluções *multicloud* que integram nuvens públicas, privadas e híbridas, oferecidas em conjunto com serviços para gestão de nuvem, incluindo gestão de aplicações e infraestrutura. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017, a linha de serviços de *Cloud Solutions* correspondeu a aproximadamente 19% da receita líquida da Companhia. O número de clientes da linha de serviços de *Cloud Solutions* aumentou de 0 em 2009 para mais de 200 em 2016; e

- ***Digital Business***, lançada em 2016, por meio da qual a Companhia oferece soluções "IoT", ou "Internet das Coisas", *Smart Systems* e *Enterprise Content Management (ECM)*, utilizando soluções de *Analytics* (sistemas de análise de dados) focadas em transformar a experiência do consumidor e acelerar a competitividade de seus clientes na economia digital. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017, a linha de serviços de *Digital Business* correspondeu a aproximadamente 7% da receita líquida da Companhia.

A Companhia acredita que, através de sua oferta de serviços, que combina ferramentas customizadas de gestão de infraestrutura de TI com o poder de processamento e a flexibilidade da computação em nuvem e de serviços digitais, busca ser uma fonte de soluções seguras e com ganhos em escala para seus clientes.

Com experiência significativa no setor de TI, adquirida em aproximadamente 20 anos, a Companhia acredita que o sucesso de sua operação se deve em grande parte ao foco em atendimento ao cliente e eficiência, bem como a sua capacidade de antecipar as necessidades dos clientes e oferecer soluções personalizadas em múltiplas plataformas para atender a essas demandas. A Companhia acredita que sua abordagem de ser "agnóstica em tecnologia", no sentido de não ser fornecedora de solução proprietária de *hardware* ou *software*, permite que a Companhia mantenha a independência necessária para servir cada cliente usando a tecnologia mais apropriada para seu perfil corporativo e suas metas empresariais.

Em sua opinião, a Companhia desenvolveu uma infraestrutura confiável e adquiriu expertise no fornecimento de soluções singulares para operações de missão crítica (operações nas quais qualquer interrupção pode representar uma falha para as operações do cliente, tais como linhas de produções e cadeias logísticas) e em grande escala para diversos setores, tais como meios de pagamento, finanças, serviços e *utilities*.. A Companhia acredita que seu modelo de gestão transparente e posicionamento colaborativo e flexível na execução são os diferenciais que têm, em sua visão, se traduzido em um alto nível de fidelidade dos clientes.

Tal fidelidade é evidenciada por uma alta taxa média de renovação de contratos e a longa duração média dos relacionamentos com os clientes da Companhia. Entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2016, a taxa média de renovação de contratos era de 97% em termos de receita bruta, sendo que 95% da receita bruta da Companhia em 2016 adveio de receitas recorrentes, e, em 30 de junho de 2017, a duração média dos relacionamentos da Companhia com seus 20 maiores clientes ultrapassava 10 anos.

[1] América Latina, excluindo México.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A tabela abaixo demonstra a duração do relacionamento da Companhia com seus dez maiores clientes, os quais representam, em conjunto, aproximadamente 44% da sua receita líquida, bem como as linhas de serviços oferecidas a cada um deles.

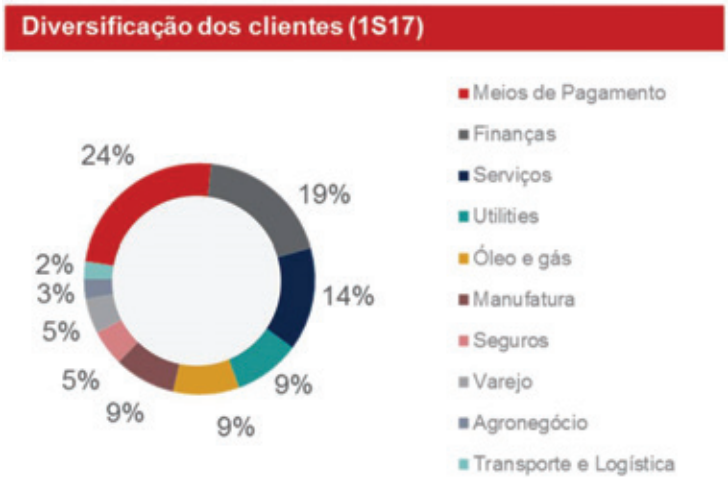
		Serviços Prestados			
#	Tempo de Relacionamento	Serviços de IT	Soluções *Cloud*	*Digital Business*	Prazo do Contrato
#1	19 anos	✓			Abr, 2021
#2	19 anos	✓	✓	✓	Dez, 2020
#3	14 anos	✓			Out, 2019
#4	19 anos	✓		✓	Jun, 2019
#5	8 anos	✓			Dez, 2020
#6	13 anos	✓	✓		Abr, 2019
#7	7 anos	✓	✓		Dez, 2020
#8	5 anos	✓	✓		Abr, 2023
#9	7 anos	✓	✓		Dez, 2020
#10	19 anos	✓	✓	✓	Mar, 2019

A Companhia acredita que sua relação próxima com os clientes e entendimento de suas operações, combinados com a sua habilidade para antecipar suas necessidades, permitiu que a Companhia capturasse vendas cruzadas ("*cross-selling*") e incrementais ("*up-selling*") entre as linhas de serviços, agregando valor para seus clientes atuais e futuros. Entre 2014 e 31 de dezembro de 2016, mais de 80% do seu crescimento anual de receitas veio de clientes já existentes e em 30 de junho de 2017, aproximadamente 80% de seus 50 maiores clientes tinha pelo menos 2 serviços contratados. Os contratos de serviço com clientes da Companhia tipicamente incluem cláusulas de reajuste de inflação e possuíam duração média de 4 anos, em 30 de junho de 2017.

Em 30 de junho de 2017, a base de clientes diversificada da Companhia consistia em aproximadamente 2.200 empresas. Oito entre as dez maiores empresas do Brasil, segundo a revista brasileira de finanças Exame, são clientes da Companhia. A Companhia possui cerca 100 das 500 maiores empresas do Brasil, segundo a mesma revista, como seus clientes, o que demonstra uma oportunidade de expansão nesse segmento de grandes empresas brasileiras. A Companhia possui forte presença na América Latina, com operações no Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Argentina, Equador e Panamá e, em 30 de junho de 2017, fornecia serviços para clientes localizados em diversos países ao redor do mundo. Seus clientes atuam em vários setores, incluindo serviços financeiros, *utilities*, petróleo & gás, varejo, telecomunicações, manufatura e seguros, entre outros.

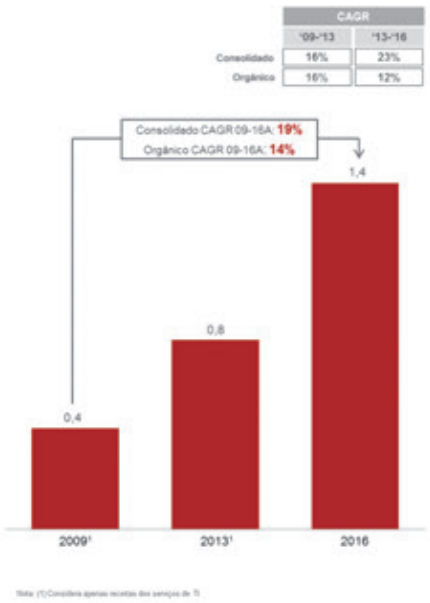
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A tabela abaixo ilustra o percentual da receita proveniente dos setores de atuação dos clientes da Companhia no semestre encerrado em 30 de junho de 2017:



A Companhia acredita operar um modelo de negócios rentável, com um fluxo de receitas previsível. Sua receita líquida aumentou de R$413 milhões em 2009 para R$1,414 bilhões em 2016, representando uma taxa de crescimento anual composta, ou *Compound Annual Growth Rate* ("CAGR") de 19%. Para o mesmo período, o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado cresceu de R$127,4 milhões em 2009 para R$340,1 milhões em 2016, representando uma CAGR de 15,1%, sendo que o CAGR foi de 16,4% entre os anos de 2009 e 2013 e de 23,1% entre os anos de 2013 e 2016. No primeiro semestre de 2017, a receita líquida da Companhia cresceu 5,1% comparada com o mesmo período no ano anterior, alcançando R$720,3 milhões, excluindo o impacto cambial de R$15,9 milhões. Em moeda local, com taxas de câmbio constantes, a receita do primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 cresceu 7,4%. A tabela abaixo demonstra a receita liquida da Companhia em 2009, 2013 e 2016 e o crecimento (CAGR) orgânico e consolidado da Companhia entre os anos de 2009 e 2016.

Receita Líquida da Companhia (em bilhões de reais)



7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A tabela a seguir apresenta indicadores financeiros e operacionais selecionados para os períodos indicados:

	Seis meses até 30 de Junho		Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2017	2016	2016	2015	2014
	(em milhões de R$, exceto quando indicado)				
Receita líquida	720,3	685,5	1.413,9	1.343,7	1.003,0
Lucro bruto	172,1	129,5	323,3	251,9	256,1
LAJIDA (EBITDA)(1)	168,8	128,3	321,8	265,5	237,9
Margem de LAJIDA (EBITDA) %(2)	23,4%	18,7%	22,8%	19,8%	23,7%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado(1)	171,9	129,1	324,6	296,0	251,7
Margem de LAJIDA (EBITDA) ajustado %(2)	23,9%	18,8%	23,0%	22,0%	25,1%
LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado(1)	171,9	138,1	340,1	313,1	251,7
Margem de LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado %(2)	23,9%	20,1%	24,1%	23,3%	25,1%
Resultado líquido das operações continuadas	27,9	20,7	63,6	24,7	61,1
Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*)(3)	45,1	37,8	127,2	46,1	114,2
Investimentos (CAPEX) das operações continuadas(4)	80,0	75,0	159,7	146,4	102,2
Percentual dos Investimentos (CAPEX) em relação à Receita Líquida (5)	11%	11%	9%	11%	10%
Endividamento de Curto Prazo	205,4	– (6)	454,5	213,2	246,4
Endividamento de Longo Prazo	487,6	– (6)	273,7	613,4	571,9

(1) A Companhia calcula o LAJIDA (EBITDA) considerando o resultado líquido mais resultado financeiro líquido (receita – despesa financeira), despesas de depreciação e amortização, impostos sobre renda e contribuição social sobre lucro. O LAJIDA (EBITDA) ajustado é calculado como o LAJIDA (EBITDA), ajustado por despesas com *stock option*, custos com rescisão posteriores a aquisições e despesas com reestruturação e reorganização. O LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado, por sua vez, exclui, além dos itens relativos ao cálculo do LAJIDA (EBITDA) ajustado, gastos que segundo as políticas atuais da Companhia não seriam tratados como custo ou despesa operacional, como (i) os gastos com leasings não capitalizados e; (ii) custos de implantação não capitalizados. O LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. A Companhia acredita que o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado fornecem informações adicionais para entender a condição financeira e resultados das operações da Companhia, porque permitem uma análise dos nossos resultados de operações sem os efeitos da estrutura de capital da Companhia, impactos tributários e outros resultados operacionais. O LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado também permitem uma melhor comparação entre nossos resultados e os resultados de outras companhias de nosso setor uma vez que exclui os resultados de estratégias financeiras e tributárias de cada companhia. O LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado apresentam limitações que podem prejudicar sua utilização como medida de rentabilidade, por não considerar determinados custos de negócio, que podem ter um impacto significante sobre nossos lucros, como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outras despesas afins. As definições de LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) ajustado e LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado da Companhia podem ser diferentes da definição adotada por outras companhias. Para a reconciliação de nosso resultado líquido com o LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) ajustado e EBITDA ajustado normalizado, veja a seção 3.2 do nosso Formulário de Referência.

(2) A margem de LAJIDA (EBITDA), LAJIDA (EBITDA) ajustado da Companhia e LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado é calculada dividindo o LAJIDA (EBITDA), o LAJIDA (EBITDA) ajustado e o LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado, respectivamente, pela receita líquida.

(3) O Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), mas somente uma medida não contábil usada para mensurar a eficiência dos resultados da Companhia. Sua conciliação com as demonstrações financeiras da Companhia é possível a partir do saldo da conta Lucro líquido do Exerc/Trim. das operações continuadas, acrescido de Imposto de renda e contribuição social diferidos. O Lucro Líquido Caixa (*Cash Earnings*) não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras sociedades.

(4) Refletem despesas extraordinárias de R$31,0 milhões em 2016 relacionadas com soluções em nuvem da Companhia.

(5) Os investimentos (CAPEX) para os últimos 12 meses corresponde à R$ 134 milhões, sendo que a relação entre os Investimentos (CAPEX) e a receita líquida para os últimos 12 meses é de 9,2%.

(6) Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária da Companhia, com o objetivo de segregar o negócio de *Business Process Outsourcing* (BPO) do restante das operações da Companhia, e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus setores de atuação de forma a impulsionar o crescimento de ambas. Essa cisão deu origem à empresa NEOBPO e as informações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2015 e 2014 foram reapresentadas para separar os resultados em operações continuadas e descontinuadas, de forma a permitir sua comparabilidade com as informações de 2016. Nas informações financeiras trimestrais da Companhia do período de seis meses encerrados em 30 de junho de 2017, as informações das linhas de resultado de 30 de junho de 2016 foram incluídas já com a nova classificação para permitir sua comparabilidade, entretanto, tendo em vista que a comparação das linhas contábeis referentes ao balanço patrimonial de 30 de junho de 2017 foram comparadas com 31 de dezembro de 2016, não houve nova auditoria ou revisão do balanço patrimonial de 30 de junho de 2016 para segregar as operações continuadas das operações descontinuadas, razão pela qual as informações referentes à respectiva data não são comparáveis às informações de 30 de junho de 2017 e, portanto, não foram divulgadas.

Conforme tabela acima, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2016, receita líquida da Companhia foi de R$685,5 milhões, o que corresponde a, aproximadamente, 48,5% da receita líquida do exercício social de 2016. Historicamente o primeiro semestre do ano é o mais fraco, tendo em vista o aumento de despesas decorrentes do reajuste dos salários dos empregados da Companhia, bem como a sazonalidade da sua receita, a qual em parte é influenciada pela sazonalidade do setor de varejo, com alta nas datas comemorativas e no final de ano, de forma que há um aumento nas receitas da Companhia provenientes do processamento de pagamentos no quarto trimestre.

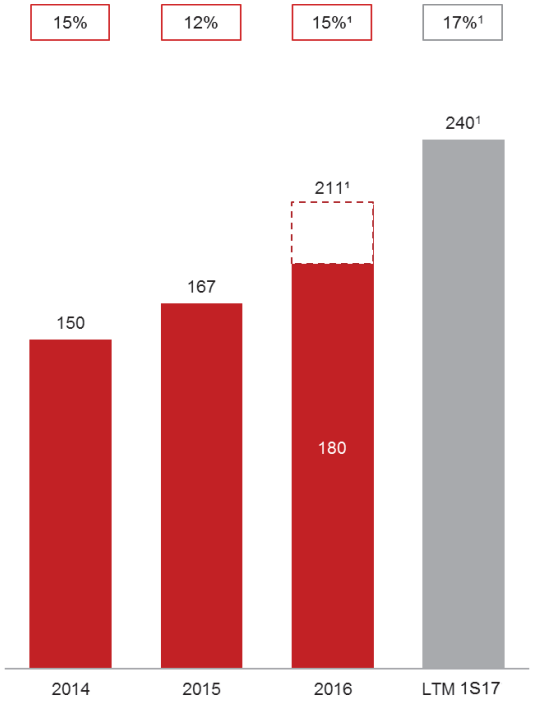
7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Adicionalmente, receita liquida da Companhia aumentou de R$1.003,0 milhões em 2014 para R$1.413,9 milhões em 2016, representando uma taxa de crescimento anual composta, ou CAGR de 18,7%, sendo a receita líquida dos últimos doze meses de R$1.449 milhões.

Conforme tabela acima, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2016 o LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado foi de R$138,1 milhões, em comparação à R$171,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, o que representa um crescimento de 24,5%.

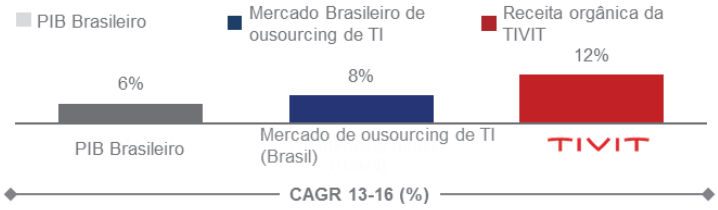
Adicionalmente, apesar dos investimentos estratégicos relevantes na infraestrutura de cloud service realizados pela Companhia, a Companhia apresentou uma geração de caixa constante ao entre 2014 e 2016, conforme indicado no gráfico abaixo:

LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado – Capex e (LAJIDA (EBITDA) Ajustado Normalizado – Capex)/ Receita Liquida



(1) Ajustado por capex não recorrente de Cloud de R$ 31 milhões.

Entre os anos de 2013 e 2016, a Companhia acredita que foi capaz de alcançar e manter um crescimento sustentável apesar das dificuldades macroeconômicas no Brasil. Nesse período, suas receitas orgânicas, ou seja, desconsiderando aquisições de outras empresas, apresentaram um CAGR de 12%, significativamente acima do CAGR de 6% do produto interno produto, ou PIB, brasileiro em termos nominais nesse mesmo período e também superior ao CAGR do mercado brasileiro de Outsourcing de TI, de 8%, conforme tabela a seguir



7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia acredita que uma de suas principais vantagens competitivas é a sua capacidade em larga escala, que permite que transações sejam processadas de maneira segura e com interrupções mínimas. Em 2016, a Companhia foi responsável pelo processamento de mais de 25,0 bilhões de transações de pagamentos, com picos de 2 mil por segundo, por meio de seus 6 centros de comando em funcionamento contínuo, gerenciando mais de 50% de todas as transações de cartões de crédito e débito no Brasil realizadas naquele ano[2]. Por esse motivo, bancos e emissores de cartões de crédito nos procuram como parceiro estratégico para administrar suas operações tecnológicas. Adicionalmente, a Companhia controlava mais de 10 *petabytes* de dados protegidos e administrava mais de 180 milhões de documentos eletrônicos em 31 de dezembro de 2016. Através de suas soluções inteligentes também monitora mais de 340.000 km de redes de energia para clientes que operam no setor energético, permitindo que eles acessem remotamente a estabilidade da rede usando medidores digitais avançados.

A Companhia acredita que a sua posição de liderança lhe possibilitará continuar aproveitando oportunidades atraentes no mercado de serviços de TI no Brasil e na América Latina. De acordo com a IDC, em 2016 a Companhia tinha a segunda maior participação do mercado (9,5%) do total disponível para serviços de *outsourcing* de TI na América Latina,[3] que, em 2016, era de US$3,0 bilhões e é esperado um crescimento CAGR de 7,9% até 2020, também de acordo com a IDC.

A Companhia acredita que atua em um setor de rápida evolução, caracterizado pela constante inovação e progresso tecnológico. Seus clientes buscam atingir duas principais metas, de implementar operações mais eficientes e efetivas através da migração de estruturas tradicionais de TI para a nuvem, enquanto, ao mesmo tempo, investir em tecnologias digitais, aproveitando das informações disponibilizadas pelas redes sociais e análises de *big data* para transformar seus modelos de negócios. A Companhia acredita que essa mudança nas preferências de seus clientes está criando novas oportunidades e que está bem posicionada para aproveitá-las. Como exemplo, ao antecipar novas necessidades nos espaços digitais e de nuvem, a Companhia responde com a contratação de recursos chaves e criação de parcerias estratégicas com empresas líderes em tecnologia.

A Companhia é reconhecida no mercado pelos seus *IT Services*, principal linha de serviços da Companhia e a maior em termos de receitas, por meio da qual a Companhia oferece soluções de gestão de infraestrutura de TI e de aplicações, além de processamento de pagamentos e transações. A Companhia combina uma infraestrutura que acredita ser robusta, experiência em operações de missão crítica, um modelo de gestão transparente e uma postura colaborativa e flexível para entender como a tecnologia pode contribuir para o negócio de cada um dos seus clientes. Esses diferenciais são evidenciados pelo profundo conhecimento dos negócios de seus clientes, o que lhe permite antecipar tendências e utilizar tecnologia como impulsionador para as características de cada negócio. Através do seu DNA de missão crítica, a Companhia gerencia meios de pagamentos robustos e complexos com uma extensa gama de serviços, incluindo gestão de Infraestrutura de TI, serviços de *disaster recovery* e outros. Suas soluções incluem processamento de informações críticas em larga escala e volume. A Companhia faz a gestão do ambiente SAP do quinto maior mercado de *utilities*.

A Companhia construiu uma infraestrutura de nuvem híbrida segura e flexível para os seus clientes, após investir em infraestrutura de nuvem (*Cloud Services*) entre 2010 e 2016, sendo certo que em 2016 tal investimento foi de aproximadamente R$31,0 milhões, demonstrando a intensidade de nosso foco estratégico. As operações em nuvem começaram em 2010 com uma solução de nuvem privada, focada principalmente nos maiores clientes da Companhia. Em 2016, a Companhia expandiu seu portfólio de soluções em nuvem para também incluir soluções híbridas e *multicloud*, oferecendo-as a clientes de todos os portes. A Companhia também presta serviços com o objetivo de apoiar seus clientes durante toda a jornada para a nuvem, guiando-os enquanto definem suas estratégias de nuvem e prestando suporte na administração dos vários ambientes em nuvem (público, privado e, em alguns casos, nuvens próprias dos clientes). Os negócios de *Cloud Solutions* são apoiados por parcerias com diversas outras companhias, como a AWS, Azure, Google, Intel, VMWare e Openstack.

---

[2] Nesse tipo de transação, que dura até 3 segundos, o adquirente envia o pedido para os data centers da Companhia, que iniciam o processo de pagamento. A Companhia envia a informação à bandeira atrelada ao cartão. As bandeiras de cartão operam globalmente, indicando o banco ao qual o cartão está vinculado, permitindo o uso em qualquer lugar do mundo. Uma vez que a transação é recebida, o banco verifica se o cartão é válido, limite de crédito e saldo em conta, sendo então responsável pela aprovação. Se aprovado, as ordens são direcionadas para empresas de processamento de pagamento, que enviam a confirmação para a Companhia. Aprovada ou negada, a operação faz o caminho de volta para os adquirentes.

[3] América Latina, excluindo o México.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

A Companhia lançou serviços de *Digital Business* em 2016, pelos quais acredita que pode transformar a experiência do consumidor e acelerar a competitividade de seus clientes na economia digital. Através das soluções IoT, a Companhia monitora, mantemos e administra os dispositivos conectados, pessoas e máquinas de seus clientes. As soluções *Smart Systems* focam principalmente no monitoramento e gestão de redes inteligentes de energia ("*Smart Grid*") e medidores de consumo de energia (medidores inteligentes ou "*Smart Metering*"), ambos operados através de centros de controle de *Smart Systems* em Santiago, Chile e Bogotá, Colômbia. As soluções para *Enterprise Content Management – ECM* fornecem indexação inteligente de documentos dos seus clientes, através de um portal baseado em nuvem, habilitado para gerar alertas inteligentes lembrando os clientes de manterem e atualizarem seus documentos. Todas as informações capturadas através de *Smart Systems*, IoT e *ECM* podem ser processadas por soluções de *analytics*, onde a Companhia pode extrair *insights* e apresentar orientações preventivas para seus clientes, recomendando ações de acordo com os dados coletados. As soluções de *Digital Business* desenvolvidas para o setor de *utilities* estão sendo utilizadas para outros setores.

Adicionalmente, segue abaixo breve descrição das controladas diretas e indiretas mais relevantes da Companhia:

- ***One Cloud:*** atua no Brasil na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *One Cloud* é: o (a) desenvolvimento e licenciamento de programas de computados customizáveis; (ii) prestação de serviços de gerenciamento e monitoramento de Tecnologia da Informação (TI) hospedados e acessíveis por meio da internet; (iii) mediação entre clientes e provedores de serviços no processo de aquisição e gestão de serviços, bem como hospedagem e prestação de serviços de TI (Computação em Nuvem), abrangendo softwares, discos, servidores, plataformas de serviços, processos de negócios e banco de dados virtuais; (iv) suporte técnico e manutenção de dados; e (v) consultoria em serviços de TI.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- ***Synapsis SpA:*** atua no Chile na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *Synapsis SpA* é: fornecer e comercializar serviços e equipamentos relacionados à computação e ao processamento de dados a empresas públicas e demais nacionais e estrangeiras; comercializar e fornecer no país e no exterior, serviços, equipamentos e capacitação relacionados com computação e processamento de dados e tele controle; fornecer serviços de transmissão de dados e imagens, telecomunicações em todas as suas formas, organização e funcionamento de *call centers* e centros de processamento de dados para todos os tipos de empresas; adquirir e alienar todos os tipos de bens tangíveis e intangíveis, serviços e representações; organizar, formar, juntar-se, adquirir, alienar e participar em todos os tipos de empresas, parcerias ou contas conjuntas; fazer todos os tipos de aportes em dinheiro, bens e serviços, independentemente da sua espécie, e celebrar contratos de prestação de serviços e consultoria na área de gestão de ambos os serviços de energia elétrica, limpeza, água potável e saneamento básico, gás para uso doméstico e de telefonia, tais como os relacionados com a segurança social, medicina e saúde e intermediação financeira, seja no Chile ou no exterior; e investir em empresas cujo objeto é, relacionado ou ligado de alguma forma a telecomunicações, consultoria, segurança, centro de dados e computação em geral.

- ***TIVIT Colombia Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia S.A.S:*** atua na Colômbia na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *TIVIT Colombia Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia S.A.S* é: “atividades de consultoria em informática e atividades de administração de instalações de informática”.

- ***TIVIT Colombia DC Tercerizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S.:*** atua na Colômbia na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *TIVIT Colombia DC Tercerizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S.* é: “outras atividades de telecomunicações”.

- ***Synapsis Peru SRL:*** atua no Peru na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *Synapsis Peru SRL* é: (a) prestar serviços relacionados a computação, processamento de dados e demais serviços informáticos, serviços de telecomunicações e de controle; (b) prestar serviços de capacitação relativos às atividades acima mencionadas; e (c) fabricar a comercializar todos os tipos de produtos relativos com as atividades acima mencionadas, incluindo compra, venda, distribuição, importação e exportação de tais bens.

- ***Synapsis Argentina S.R.L.:*** atua na Argentina na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *Synapsis Argentina S.R.L.* é: (a) prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo; serviços de armazenamento de dados e outros bens relativos ao objeto social; .serviços de assessoramento e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração, manutenção de programas de informática, *softwares* e bases de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados ao objeto social; serviços de processamento de dados em geral; treinamento em serviços de informativa; (b) prestação de serviços de consultaria em sistemas de gestão de documentos; (c) execução de serviços de digitação e digitalização de imagens; (d) prestação de serviços de tratamento, organização, custódia e armazenamento de documentos de terceiros; (e) prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (f) prestação de serviços de gestão de processos de negócios; (g) aluguel de imóveis; (h) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista; e (i) prestação de serviços de telecomunicação incluindo: serviços de *call center*; implementação de centrais de atendimento de terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão de obra especializada; aluguel de equipamentos de telefonia e informática em geral; desenvolvimento, implementação, manejo, execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados relativos aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendar e serviços variados; investigação de mercado e marketing direto de qualquer naturas; e serviços de cobrança extrajudicial.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

- ***Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.:*** atua na Argentina na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.* é: (a) prestar todo tipos de serviço de consultoria, assessoria e estudos de viabilidade relativos à computação, telecomunicação, tecnologia em geral e marketing, desenho e produção; (b) produção, importação, exportação, compra, venda, comercialização e distribuição em qualquer formar, tanto no mercado nacional como no estrangeiro, de todas as espécies de equipamentos, artigos, acessórios, programas de computação e demais bens e produtos relacionados com a computação e a informática em geral; fabricar, instalar, distribuir, manter, reparar e arrendar todas as espécies de equipamentos, peças e partes em geral, incluindo operações de *leasing*; representar comercialmente empresas nacionais e estrangeiras

- ***Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Ltda.:***: atua no Equador na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Ltda.* é: (a) prestar serviços relacionados a computação, processamento de dados e demais serviços informáticos e de controle; (b) prestação de serviços de telecomunicação; (c) prestação de serviços de capacitação relativos às atividades anteriormente mencionadas, bem como fabricar e comercializar dos os bens relacionados às suas atividades.

- ***Synapsis Panamá S.A.:*** atua no Panamá na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *Synapsis Panamá S.A.* é: “atividades de consultoria em informática e atividades de administração de instalações de informática”.

- ***TIVIT USA LLC:*** atua nos Estados Unidos da América na prestação de serviços de tecnologia. Nos termos de seu estatuto social, o objeto da *TIVIT USA LLC* é: exercer quaisquer atividades que possam ser exercidas nos termos da lei.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a) PRODUTOS E SERVIÇOS COMERCIALIZADOS

Em dezembro de 2016, foi realizada a cisão parcial da Companhia com o objetivo de cindir o segmento de negócios de BPO, anteriormente desenvolvido pela Companhia, e que passou a ser desenvolvido exclusivamente pela NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A ("NEOBPO").

Desde então, o único segmento operacional da Companhia é o de serviços de tecnologia, que conta com uma linha extensa de soluções agrupadas sob três linhas de serviço:

- ***IT Services:*** a Companhia acredita oferecer soluções de gestão de infraestrutura de TI, aplicações e *cybersecurity*, além de processamento de pagamentos e transações. Para isso, combina uma infraestrutura consolidada, experiência em operações de missão crítica, um modelo de gestão transparente, uma postura colaborativa e flexível para entender como a tecnologia pode contribuir para o negócio de seus clientes. A Companhia gerencia meios de pagamentos com uma variada gama de serviços, incluindo processamento de informações críticas em larga escala e volume e serviços de *disaster recovery*, o que permite que transações sejam processadas com altos níveis de disponibilidade[4] e segurança.

- ***Cloud Solutions:*** A Companhia oferece uma infraestrutura de nuvem híbrida altamente segura e flexível para seus clientes, que combina soluções de nuvem privada, focadas principalmente em clientes de maior porte, e soluções híbridas (combinação de estruturas *on-premise* com nuvens privadas e públicas além de *managed services*) e *multicloud* (gestão e alocação de dados em diversos provedores de servidores na nuvem), voltadas a clientes de todos os portes, com modernização de aplicativos usando DevOps e métodos ágeis. Adicionalmente, a Companhia presta serviços com o objetivo de suportar seus clientes durante toda a jornada para a nuvem, que dura em torno de 3 anos, guiando-os enquanto definem suas estratégias de nuvem e prestando suporte na administração dos vários ambientes em nuvem (público, privado e, em alguns casos, nuvens próprias dos clientes), com adequada segurança, conformidade e governança. Mesmo após a migração da jornada para a nuvem, mais de 50% do volume de trabalho dos clientes permanece nas estruturas tradicionais TI. Os negócios de Cloud Solutions são apoiados por parcerias com diversas outras companhias, como a Amazon Web Services – AWS, Microsoft Azure, Google, Intel, VMWare e Openstack. Atualmente a Companhia administra 100% da infraestrutura de nuvem híbrida de uma das maiores seguradoras da América Latina, sem considerar o México, sendo que a partir de 2018, a Companhia assumirá também a operação deste cliente no México. A Companhia fatura em moeda da localidade de seus clientes, bem como realiza o pagamento dos impostos devidos.

  - ***Digital Business:*** A Companhia oferece soluções capazes de transformar a experiência do consumidor e acelerar a competitividade de seus clientes na economia digital. Através de suas soluções IoT, a Companhia monitora, mantém e administra os dispositivos conectados, pessoas e máquinas de seus clientes. Suas soluções de *Smart Systems* focam principalmente no monitoramento e gestão de redes inteligentes de energia ("*Smart Grid*") e medidores de consumo de energia (medidores inteligentes ou "*Smart Metering*"), ambos operados através de centros de controle de *Smart Systems* em Santiago, Chile e Bogotá, Colômbia, visando a gestão de interrupções e fraudes. As soluções para *Enterprise Content Management (ECM)* fornecem indexação inteligente de documentos dos clientes da Companhia, por meio de um portal baseado em nuvem, habilitado para gerar alertas inteligentes lembrando os clientes de manterem e atualizarem seus documentos. Todas as informações capturadas por meio de *Smart Systems* e de IoT podem ser processadas por soluções de *analytics*, onde é possível extrair *insights* e apresentar orientações preventivas para os clientes, recomendando ações de acordo com os dados coletados. A experiência da Companhia em desenvolver soluções para os desafios enfrentados pelos seus clientes no setor de *utilities*, tais como (i) a gestão de equipes distribuídas em distintas zonas geográfica, (ii) dificuldades de planejamento, (iii) ociosidade e saídas com atraso, (iv) falta de visibilidade na execução de visitas e (v) alto custo de operações, permitiu com o que a Companhia desenvolvesse soluções em *Digital Business* para companhias em outros setores, como varejo e manufatura, de forma a reduzir custos, padronizar o tempo médio de atendimento e aumentar a eficiência operacional de seus clientes. Atualmente, a Companhia monitora os times responsáveis pela entrega de produtos de uma das maiores empresas de cimento do Brasil, por meio de sensores de georreferenciamento instalados nos caminhões que alertam anormalidade, por meio de check-in automático de serviços e paradas, indicando ao referido cliente se a carga está fora da área de entrega, o que assegura a entrega dos produtos dentro do prazo. Essas soluções oferecem oportunidades às companhias em diferentes setores e tamanhos para reavaliar seus processos, reduzindo custos e melhorando seus modelos de negócio.

[4] A Companhia possui dois Data Centers com disponibilidade de 99,999%.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

A tabela abaixo representa o portfólio de serviços de tecnologia oferecidos pela Companhia em suas três linhas de serviços prestados:

IT Services

- **Gestão de Infraestrutura de TI:** Soluções que combinam serviços como (i) gestão de ambientes multiplataforma, (ii) armazenagem, proteção e replicação de dados, (iii) gerenciamento de redes e conectividade, (iv) *disaster recovery* (v) e governança de TI;
- **Gestão de Aplicações:** Desenvolvimento, sustentação, modernização e transformação de aplicações para um novo mundo digital.
- **Soluções SAP:** Portfólio completo de serviços e soluções SAP de gestão empresarial, envolvendo a sustentação, customização, integração, governança e suporte perene. A Companhia administra o 5º maior ambiente SAP de *utilities* no mundo;
- **Gestão de Meios de Pagamento:** Com ampla expertise em serviços de missão crítica, a Companhia gerencia operações de meios de pagamento com serviços *end-to-end* que vão desde a gestão da infraestrutura de TI até serviços de *disaster recovery* e aplicações específicas desse segmento. A Companhia realiza anualmente, em média, mais de 25 bilhões de transações de pagamento, Para um de seus clientes, a Companhia gerencia 4 principais plataformas[5]: (i) Débito Direto Autorizado (DDA), por meio da qual a Companhia realiza o processamento e apresentação de boletos bancários eletrônicos, com mais de 1,2 bilhões de transações anuais; (ii) Câmara de Cessões de Crédito (C3), por meio da qual a Companhia realiza o registro unificado das operações de cessão e bloqueio de contratos de crédito, com mais de 760 milhões de parcelas registradas e controladas; (iii) Sistema de Controle de Consignados (SCC), por meio do qual a Companhia gerencia o sistema centralizado *online* para padronização de cálculo, controle e gerenciamento de consignação, com mais de 85 milhões de transações anuais; e (iv) Sistema de Controle de Garantias (SGC), por meio do qual a Companhia promove a integração entre bancos e empresas de credenciamento de cartão de crédito, de forma a controlar a antecipação de recebíveis de cartões de crédito, com mais de 20 milhões de operações anuais; e
- ***Cybersecurity*:** Por meio do TIVIT Security Operations Center (SOC), a Companhia gerencia planos de prevenção, recuperação e combate a falhas de segurança de seus clientes; identificando e tratando potenciais exposições em regime ininterrupto, aliando a experiência de seu corpo técnico com práticas de segurança cibernética.

Cloud Solutions

- **TIVIT Enterprise Cloud:** Solução de nuvem multiplataforma de infraestrutura como serviço (IaaS), robusta e customizável;
- **TIVIT On Demand Cloud:** Solução de nuvem em um modelo de infraestrutura como serviço (IaaS) e plataforma como serviço (PaaS) que proporcionam eficiência, agilidade e pagamento pelo uso;
- **TIVIT One Cloud:** Solução para pesquisas, comparação, aquisição e gestão unificada de nuvens públicas e privadas, dentro do conceito *multicloud;*
- **Cloud Managed Services:** Serviços gerenciados para auxiliar e acelerar a jornada para a nuvem dos clientes da Companhia, desde a definição da estratégia de *cloud*, avaliação dos ambientes do cliente, comparação de caraterísticas e preços de nuvens, configuração inicial dos requisitos, migração e gestão de ambientes na nuvem.

Digital Business

- **Internet das Coisas (IoT)** – Soluções que aliam plataformas e serviços especializados de aplicações, para gerenciamento de times de campo, frotas e maquinários pesados, gerando automação e inteligência para os negócios dos clientes;[6]

---

5 Além disso a Companhia gerencia as seguintes plataformas: (i) Nova plataforma de Cobranças; (ii) Transporte de Dados e Faturas; (iii) Portabilidade de crédito; (iv) Compensação de Cartão de Crédito; e (v) Informações de Cheques.

6 Em um desses clientes, as soluções apresentadas representaram um aumento de eficiência operacional para o cliente superior a 25%.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

- ***Smart Systems*** – Plataforma para monitoramento e gestão de redes inteligentes de energia ("*Smart Grid*") e medidores de consumo de energia (medidores inteligentes ou "*Smart Metering*"),
- **Enterprise Content Management (ECM):** Gestão de documentos e informações com acesso facilitado de forma rápida e segura;
- **Analytics:** Soluções de análises massiva de dados em tempo real que trazem *insights* relevantes para os negócios dos clientes.

Adicionalmente, a tabela abaixo apresenta, de forma exemplificativa, algumas necessidades dos clientes da Companhia, em suas três linhas de serviços prestados, bem como as respectivas soluções oferecidas:

	Exemplos de Necessidades dos Clientes e Soluções	NECESSIDADES DOS CLIENTES	SOLUÇÕES DA TIVIT
IT Services	IT Infrastructure & Applications Mgmt	• Alta disponibilidade, desempenho e segurança • Gerenciamento de ambientes de TI heterogêneos e complexos • Gerenciamento / suporte para aplicações (pacotes padrão ou customizados)	• Infraestrutura robusta e profissionais certificados • Experiência em operações de missão crítica • Agilidade e flexibilidade para construir melhores soluções de TI para cada cliente
IT Services	Gestão de Pagamentos & Transações	• Capacidade de suportar altos volumes de transações nos meses de pico • Equipe experiente e certificada para gerenciar comportamentos inesperados • Ações imediatas e assertivas sobre desvios de desempenho	• A TIVIT é referência no mercado de meios de pagamento • Conhecimento profundo em operações críticas complexas e tecnologias que garantem alta disponibilidade e segurança para processamento de transações
Cloud Solution	Cloud Journey	• Cloud está se tornando o novo núcleo da TI • Definir e executar a estratégia mais apropriada de nuvem • Apoio na transformação digital de seus negócios	• Avaliação de cada workload, aconselhando a melhor solução (nuvens públicas, privadas ou híbridas) • Estratégia assertiva multi-cloud, conhecimento profundo sobre provedores de serviços de nuvem • Modernização de aplicações durante a Cloud Journey
Cloud Solution	Cloud Managed Services	• Monitoramento e suporte proativo / reativo para carga de trabalho em nuvem • Conhecimento na gestão de ambientes tradicionais e nuvem • Capacidade de lidar com uma ampla gama de tecnologias dos fornecedores de nuvem • Capturar as vantagens da nuvem, mantendo os custos no budget	• Gerenciamento técnico-financeiro integrado de todas as nuvens • Especialistas qualificados nas principais nuvens públicas • Gerenciamento e suporte para soluções em nuvem (privadas, públicas e híbridas, com capacidade para manter as tecnologias legadas do cliente
Digital Business	Digital Solutions	• Melhorar a eficiência de processos e aprimorar a experiência dos seus clientes • Aproveitar os dados gerados a partir de dispositivos conectados • Dificuldade para acessar / compartilhar documentos, falta de informações e riscos de compliance legal	• Plataforma integrada proprietária de IoT que conecta dispositivos e fornece monitoramento em tempo real • Plataforma proprietária de Analytics e soluções de mercado • Times técnicos especializadas na transformação de dados em insights • Solução para armazenamento de documentos com indexação digital para controle / acesso de forma rápida, organizada e segura

b) RECEITA PROVENIENTE DO SEGMENTO E SUA PARTICIPAÇÃO NA RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA DA COMPANHIA

Após a cisão parcial da Companhia ocorrida em 2016, o único segmento operacional da Companhia passou a ser o de serviços de tecnologia. Dessa forma, nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os serviços de BPO passaram a ser indicados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Nesse sentido, as referidas demonstrações financeiras de 2016 também reclassificaram retrospectivamente as demonstrações de resultado de 2015 e de 2014 para fins comparativos, de modo que o único segmento operacional fosse o de serviços de tecnologia.

c) RESULTADO POR SEGMENTO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E SUA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO CONSOLIDADO DA COMPANHIA:

Conforme informado acima, considerando apenas suas operações continuadas, conforme descrito em suas informações financeiras, o único segmento operacional da Companhia é o de serviços de tecnologia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a) CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

A Companhia possui ampla presença na América Latina, com mais de 40 operações no Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Argentina, Equador e Panamá[7]. Os países da América Latina nos quais a Companhia tem presença representam 87% do PIB da América Latina, sem considerar o México.

Os serviços prestados pela Companhia são suportados por uma infraestrutura com nove data centers interconectados ao redor da América Latina (quatro no Brasil, dois no Chile e um na Argentina, Colômbia e Peru, respectivamente). Os dois principais *datacenters* oferecem disponibilidade de 99,999%, refletindo uma indisponibilidade de no máximo cinco minutos e 15 segundos em qualquer período de 365 dias.

A Companhia desenvolve uma oferta completa de serviços de terceirização de TI, por meio da qual seus clientes podem terceirizar desde suas necessidades de infraestrutura e suporte técnico até a integração e desenvolvimento de sistemas.

A Companhia pode gerenciar a infraestrutura de seus clientes a partir de seus *datacenters*, ou migrá-las para os *datacenters* da Companhia, desenvolver um novo pacote completo de sistemas ou desenvolver soluções para o próprio ambiente do cliente e gerenciá-las remotamente.

Além disso, a Companhia adota uma abordagem de ser "agnóstica em tecnologia", no sentido de não ser fornecedora de solução proprietária de *hardware* ou *software*. Assim, os serviços prestados pela Companhia dependem do uso intensivo de propriedade intelectual. A Companhia não detém a propriedade de grande parte do *software* que utiliza na prestação de serviços, contando com a licença para sua utilização dos detentores desses *software*. Para mais informações da relação da Companhia com seus fornecedores e eventual dependência, vide alínea (e) abaixo.

Em adição à infraestrutura e à propriedade intelectual, a prestação de serviços pela Companhia depende também do seu grupo de profissionais.

b) CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO

Processo de Venda

A Companhia conta com uma base de clientes diversificada, com aproximadamente 2.200 empresas em 30 de junho de 2017, que incluem cerca de 100 das 500 maiores empresas brasileiras de acordo com a revista brasileira de finanças Exame.

Entre 2014 e 2016, uma média de 80% do crescimento anual de receita bruta derivou-se da venda cruzada de serviços adicionais e volumes adicionais aos clientes existentes e, no semestre encerrado em 30 de junho de 2017, mais de 80% da base de clientes[8] consumiu múltiplos serviços da Companhia.

A Companhia oferece e vende seus serviços por meio de seus profissionais especializados em vendas, apoiados por consultores e especialistas técnicos, bem como por meio dos membros de sua administração.

A equipe de vendas da Companhia é estruturada por linhas de serviço, região de atuação e indústria, garantindo que o atendimento aos clientes seja feito localmente e de forma especializada. Atualmente, a Companhia conta com mais de 115 profissionais no Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Argentina para suportar clientes da base (clientes que utilizam serviços da Companhia) e novos clientes (clientes que não utilizam serviços da Companhia), organizados conforme a seguir:

- *Executivos de Contas* – a Companhia conta com mais de 90 profissionais dedicados ao relacionamento com clientes da base, responsáveis pela gestão dos resultados de seus contratos e também pela oferta de novos serviços a esses clientes.
- *Executivos de Vendas* – a Companhia conta com mais de 25 profissionais dedicados à aquisição de novos clientes e conversão de novas receitas à Companhia.

[7] Sendo os serviços de TI do Brasil, Chile e Argentina totalmente administrados pela Companhia.
[8] Considerando os 50 maiores clientes da Companhia.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Antes de abordar um potencial cliente, a equipe especializada em vendas investe tempo considerável estudando e analisando necessidades do cliente e de seu segmento de atuação, com o objetivo de formular uma proposta consultiva que traga valor agregado.

O processo de vendas é estruturado pelas equipes comerciais para abordar os clientes de forma efetiva, conforme exemplificado abaixo:

- *Definição de clientes que serão alvo de prospecção comercial* – A Companhia define seus alvos de prospecção comercial considerando (i) as maiores empresas nos países em que atua, bem como suas estimativas de gasto com serviços de TI e (ii) clientes da base que têm potencial de contratar serviços adicionais da Companhia. A equipe de vendas, por meio de comitês semanais, define quais alvos abordar, observado o plano estratégico elaborado para os trimestres seguintes. Como resultado dessa fase, a equipe de vendas cria um mapa de oportunidades com os serviços potenciais a serem prestados aos clientes e respectivas estimativas de receita.

- *Estratégia de entrada* – As equipes de vendas realizam a primeira abordagem apresentando seus serviços e soluções para os clientes e atualizando-os constantemente sobre experiências de sucesso com clientes atuais, sempre enfatizando a experiência no segmento e localidade do cliente. Com essa primeira abordagem a Companhia espera desenvolver um relacionamento com o cliente. O comitê semanal da equipe de vendas também discute e define a estratégia de entrada e as oportunidades mapeadas para os clientes.

- *Proposta* – Os termos e condições para que a proposta apresentada ao cliente seja competitiva são determinados pelo Comitê de Avaliação de Oportunidades Comerciais (Comitê de Bid/No-Bid). Em seguida, é formada uma equipe multidisciplinar para análise das necessidades do cliente e desenvolvimento da solução a ser proposta. Essa equipe é sempre formada por executivos de contas/vendas e especialistas em soluções de tecnologia, a fim de otimizar o desenvolvimento da proposta técnica e condições comerciais. Como etapa final, a proposta é submetida ao Comitê de Aprovação que avalia todos os aspectos da proposta antes da submissão ao cliente.

- *Negociação e processo de fechamento* – Nesta fase, a equipe de vendas e os gestores seniores trabalham junto com o cliente para negociar a proposta final, fazendo os ajustes finais para refletir as necessidades do cliente, especificações técnicas e negociação financeira. Após o processo de refinamento da proposta, um comitê interno revisa os aspectos técnicos e financeiros para determinar se as condições negociadas são satisfatórias, de acordo com o orçamento anual e planejamento estratégico da Companhia. O resultado dessa fase é a proposta final negociada com o cliente e aprovada internamente em comitês da Companhia.

- *Implementação* – A equipe interna, formada pelas pessoas que fizeram parte da equipe multidisciplinar que desenvolveu a proposta, tem uma reunião inicial com o cliente para implementar a solução contratada. A equipe responsável pela implementação segue todos os processos para fazer qualquer ajuste necessário e monitorar o processo. Como resultado dessa fase, a Companhia assume a operação do cliente.

Os contratos comerciais celebrados entre a Companhia e seus clientes possuem prazo médio de 4 anos, com cláusulas de resolução antecipada prevendo uma multa de média de 30% do valor da receita remanescente. Adicionalmente, tais contratos possuem determinados marcadores de desempenho, conforme negociados com cada um dos clientes.

Com relação ao modelo de receita, a Companhia adota dois formatos: (i) valor apurado por volume computacional ou de transações do período, *vis-à-vis* um valor mínimo estipulado em contrato (utilizado para contratos de *Cloud Solutions*, *Digital Business* e serviços de TI); e (ii) valor fixo mensal, utilizado especialmente para contratos de prestação de serviços de TI

c) CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE ATUAÇÃO, EM ESPECIAL: (I) PARTICIPAÇÃO EM CADA UM DOS MERCADOS; E (II) CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO NOS MERCADOS

A alta complexidade do ambiente de negócios atual, resultado das rápidas mudanças tecnológicas, dos processos de virtualização, da crescente globalização e da diversidade de exigências regulatórias, tem elevado consideravelmente a pressão competitiva entre as empresas. Em uma ampla gama de setores industriais e mercados, as empresas estão constantemente buscando maneiras inovadoras de adaptar seus modelos de negócios a uma nova realidade de mercado, que foca prioritariamente no uso de serviços digitais.

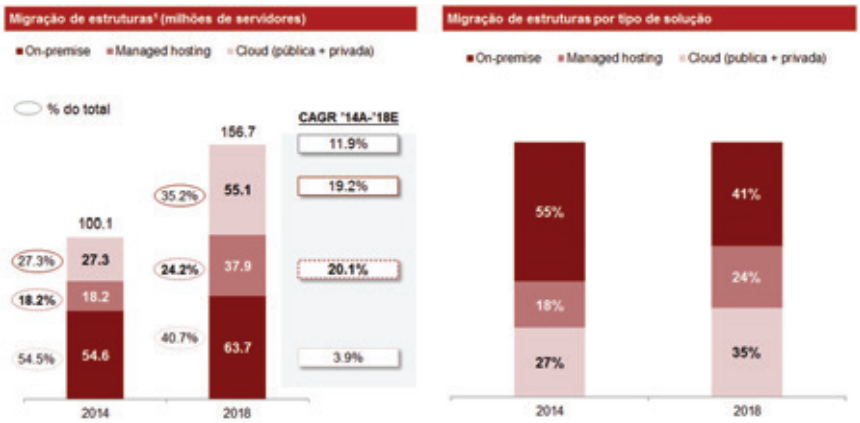
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Atualmente, são as novas tecnologias que guiam a criação de produtos e soluções inteligentes, capazes de atender demandas cada vez mais sofisticadas. Como consequência, as empresas estão utilizando cada vez mais tecnologias digitais, uma tendência que representa uma nova oportunidade de crescimento e que continua a transformar a forma como empresas se relacionam com clientes, funcionários e mercados. Dessa forma, empresas estão transformando seus modelos de negócio, tecnológico e operacional visando assegurar a competitividade em um ambiente cada vez mais digitalizado.

A transformação digital tem sido alavancada por tecnologias como *cloud computing*, mobilidade e internet das coisas (IoT – Internet of Things). A IoT deverá impulsionar uma forte expansão no volume de dados a serem processados, armazenados, gerenciados e analisados. De acordo com dados da Gartner a previsão é de que o ecossistema de IoT no mundo duplique de tamanho até o final da década, superando US$ 2,9 trilhões. O avanço do IoT estará conectado com o uso de ferramentas de análise, fundamentais para transformar dados em valor para os negócios, somadas a computação em nuvem, que será a principal plataforma para processamento de tais dados. Segundo a IDC até 2019, cerca de 43% dos dados de IoT serão tratados em nuvem.

Ao mesmo tempo que novas tecnologias alteram a forma que as empresas conduzem seus negócios, na visão da Companhia, o modelo de *outsourcing* (contratação de parceiro para gerenciar suas operações de tecnologia) deve continuar sendo visto por gestores como um importante meio para operar de forma mais eficiente. Diversas empresas continuam migrando sua estrutura de TI proprietária para modelos terceirizados, adotando soluções hibridas com o objetivo de aprimorar sua competitividade. Essa movimentação em direção a estruturas terceirizadas, de *on-premise* para um modelo híbrido (combinação de estruturas *on-premise* com nuvens privadas e públicas além de *managed services*) está sendo implementada globalmente em larga escala e deverá continuar a impulsionar o forte crescimento na indústria de Serviços de TI.

A Companhia acredita que as soluções de tecnologia deverão continuar apresentando forte demanda à medida que empresas continuam a buscar ganhos de eficiência por meio da terceirização de estruturas de TI, além de necessitarem cada vez mais de sistemas sólidos para a gestão de serviços de missão crítica em especial nos setores financeiros e de meios de pagamento.



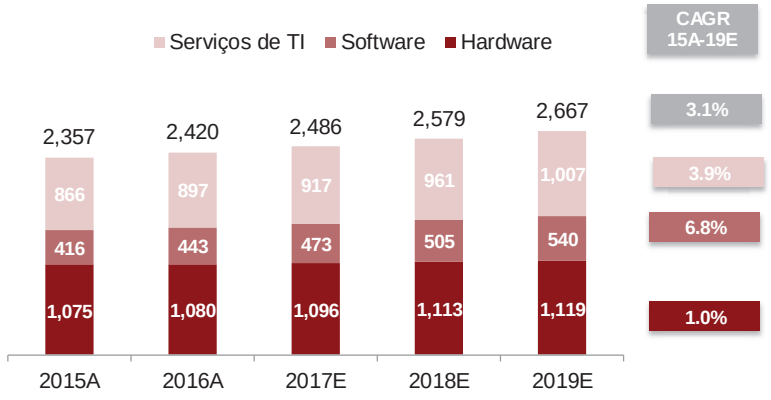
Fonte: AltmanVilandrie & Company

[1] Migração de estruturas nos EUA, excluindo serviços de *colocation*

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Espera-se para 2017, de acordo com dados do Gartner e IDC, um crescimento anual de 2,7% nos gastos globais com TI, totalizando US$2,5 trilhões (incluindo gastos com hardware, software e Serviços de TI). Os gastos com Serviços de TI globais serão um dos principais vetores de crescimento da indústria, tendo um CAGR estimado para o período de 2015 a 2019 de 3,9%, acima do crescimento total do setor de 3,1%.

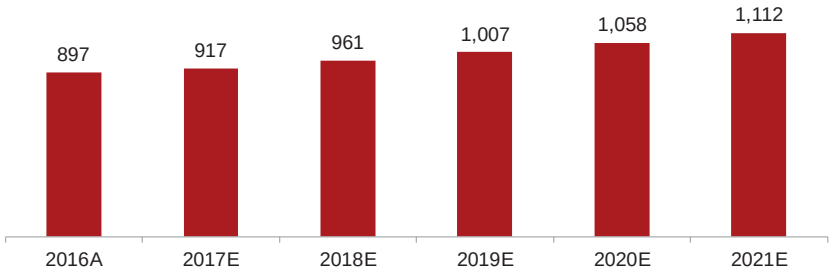
Gastos globais com TI (US$ bilhões)



Fonte: Gartner e IDC

De acordo com dados do Gartner, o mercado global de Serviços de TI em 2016 atingiu US$897 bilhões, sendo esperada uma taxa anual de crescimento composta (CAGR) de 4,4% entre 2016 e 2021.

Gastos globais com Serviços de IT (US$ bilhões)



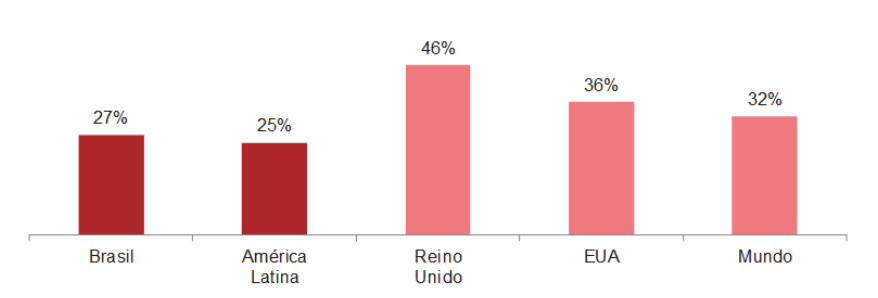
Fonte: Gartner

O mercado nos países da América Latina é considerado grande, subdesenvolvido e pouco penetrado, o que, consequentemente, o leva a apresentar elevadas taxas de crescimento esperado. Conforme estudos da IDC e Gartner, de um mercado total de US$129,2 bilhões gastos com TI na América Latina (incluindo gastos com hardware, software e Serviços de TI) em 2016, aproximadamente 25% foram gastos com Serviços de TI.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A América Latina, quando comparada a mercados maduros como os da América do Norte, Europa Ocidental e Ásia, ainda apresenta um baixo nível de penetração de Serviços de TI, o que demonstra o forte potencial de crescimento do setor na região e em especial no pouco penetrado mercado brasileiro.

Penetração de Serviços de TI

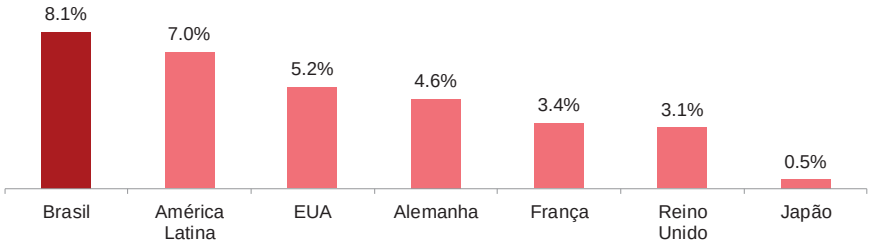


Fonte: IDC

Nota: Gastos em Serviços de TI em 2016 como percentual do mercado total

Como resultado, de acordo com dados da Gartner, o mercado latino-americano de Serviços de TI deverá estar entre os de maior crescimento no mundo, espera-se para o período de 2016 a 2021 um CAGR de 7,0%.

Crescimento esperado dos gastos com Serviços de TI (CAGR 16A-21E)



Fonte: Gartner

Conforme informações da Gartner, o mercado brasileiro está entre os que mais crescem na América Latina em gastos com Serviços de TI, com um CAGR esperado de 8,1% de 2016 a 2021. Adicionalmente, o crescimento esperado do mercado brasileiro também está acima dos níveis esperados para mercados maduros como os 5,2% para os EUA, 4,6% para Alemanha, 3,4% para o França, 3,1% para o Reino Unido e 0,5% para o Japão.

Apesar de ser o maior mercado para Serviços de TI na América Latina, espera-se que o Brasil deva continuar a apresentar forte crescimento dado sua baixa penetração e a continua necessidade de aprimoramento e expansão das estruturas de TI para o segmento corporativo.

Os investimentos em soluções para infraestrutura de TI deverão continuar a crescer à medida que a adoção de serviços em nuvem demanda estruturas de TI com maior robustez e sofisticação. Adicionalmente, a terceirização de estruturas de TI no Brasil continua a representar uma atrativa oportunidade para redução de custos corporativos, através da eliminação da necessidade de investimentos em estruturas proprietárias e a virtualização de data centers e servidores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No Brasil espera-se que o setor financeiro continue a ser o maior investidor privado de TI, segundo dados da FEBRABAN já sendo responsável por 13% dos investimentos nacionais em TI. Adicionalmente, o mercado de meios de pagamentos continua a crescer em ritmo acelerado, como resultado da baixa penetração de cartões de crédito no Brasil vis a vis mercados maduros. Conforme dados da ABECS de 2016, a quantidade de operações pagas com cartões de débito ou crédito mais do que triplicou nos últimos 10 anos. Espera-se que o mercado de transações de pagamentos continue a crescer, aumentando ainda mais a necessidade por Serviços Terceirizados de TI com foco especial em estruturas dedicadas a serviços de missão crítica.

Em adição, espera-se que a computação em nuvem sustente o crescimento no médio prazo à medida que o Brasil emerge como um líder regional em serviços em nuvem por meio da adoção acelerada de *Software-as-a-Service (SaaS)* por empresas e significativos investimentos de empresas locais e globais em datacenters para o fornecimento de *Infrastructure-as-a-Service (IaaS)* e *Platform-as-a-Service (PaaS).*

Estima-se que o Brasil será um dos mais promissores mercados regionais em computação em nuvem, com crescimento da demanda impulsionado, principalmente, por setores como varejo, financeiro e saúde, além de apresentar um potencial significativo para a computação em nuvem tanto no nível empresarial (pequenas, médias e grandes empresas) quando no setor público.

Em função desses fatores, acredita-se que oportunidades no mercado de Serviços de TI no Brasil e América Latina serão bastante expressivas, dado que: (i) a indústria de Serviços de TI no mundo será impactada por um conjunto de novas tecnologias que devem transformar a forma como empresas se relacionam com clientes, funcionários e mercados, (ii) a América Latina deve apresentar o maior crescimento vis a vis outras regiões do mundo, (iii) o Brasil possui o maior mercado na América Latina; (iv) o mercado ainda é pouco penetrado e há expressivas oportunidades de crescimento.

CONCORRÊNCIA

A Companhia está entre as empresas líderes em soluções de tecnologia na América Latina. Os concorrentes da Companhia podem ser classificados de acordo com sua abrangência geográfica ou sua oferta de serviço, conforme segue:

- Grandes concorrentes multinacionais: IBM, Accenture, HP/CSC, Capgemini e outros. Esses concorrentes têm uma oferta de serviços de TI abrangente, com extensa infraestrutura em todo o mundo e podem prestar diferentes serviços a seus clientes a partir de diversos locais, focando em contratos globais com os clientes.

- Concorrentes regionais: Sonda IT e outros. Esses concorrentes são companhias locais, focadas no mercado latino-americano, e que normalmente competem com concorrentes multinacionais por contratos de serviços de TI.

d) SAZONALIDADE

Tendo em vista a forte atuação da Companhia no processamento de pagamentos e transações, a Companhia pode estar sujeita a reflexos da sazonalidade aplicável ao setor de varejo, com alta nas datas comemorativas e no final de ano, de forma que, historicamente, há um aumento na receita da Companha proveniente do processamento de pagamentos no quarto trimestre.

e) PRINCIPAIS PRODUTOS, INSUMOS E MATÉRIAS-PRIMAS: (I) DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES MANTIDAS COM FORNECEDORES; (II) EVENTUAL DEPENDÊNCIA DE POUCOS FORNECEDORES; E (III) EVENTUAL VOLATILIDADE DOS PREÇOS

(I) DESCRIÇÃO DAS RELAÇÕES MANTIDAS COM FORNECEDORES

A Companhia conta com uma extensa lista de fornecedores. Para determinados serviços que presta, a Companhia utiliza certos equipamentos que são produzidos por poucas companhias no mercado. Todavia, devido à escala de suas operações, a Companhia acredita que também representa um grande e importante contrato para estes fornecedores, garantindo certo equilíbrio de forças na negociação destes contratos.

Além disso, as operações da Companhia também conferem vantagens a esses fornecedores, como a oportunidade de alavancar suas vendas nos mercados em que a Companhia atua. Por exemplo, diversas vezes um fornecedor importa novas tecnologias para determinado mercado e, em parceria com a Companhia, beneficia-se do pioneirismo no lançamento de uma solução que utiliza essa nova tecnologia. Essa parceria com os fornecedores proporciona ótimas condições comerciais para essas novas tecnologias.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia acredita ser um importante cliente para seus fornecedores, devido à escala de suas operações. Os contratos celebrados entre a Companhia e seus fornecedores possuem as seguintes características principais:

- **Contratos de licença:** Os custos da Companhia mais significativos com fornecedores dizem respeito aos vários contratos de licença que a Companhia celebrou com fornecedores de hardware, software, *Cloud Services* e serviços digitais para o uso de sua propriedade intelectual como parte das soluções tecnológicas que a Companhia oferece aos seus clientes, incluindo (a) licenças perpétuas para o uso de módulos e aplicativos do sistema; (b) licenças de atualização/serviços de suporte técnico; e (c) licenças de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. Os contratos de licenças atualmente operacionais foram celebrados entre 12 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2016. Os custos relacionados a estes contratos, para o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, foram de R$49,4 milhões (em comparação com R$65,7 milhões no semestre encerrado em 30 de junho de 2016). Em 2016, os custos relacionados a este contrato foram de R$ 108,8 milhões (em comparação a R$ 84,2 milhões e R $ 59,2 milhões em 2015 e 2014, respectivamente).

- **Contrato de fornecimento de energia elétrica**: O contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado pela Companhia entrou em vigor em julho de 2013 e tem prazo indeterminado. Para o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a este contrato totalizaram R$16,5 milhões (em comparação com R$20,9 milhões no semestre encerrado em 30 de junho de 2016). Em 2016, os custos relacionados a este contrato totalizaram R$ 42,4 milhões (em comparação com R$ 37,2 milhões e R $ 18,0 milhões em 2015 e 2014, respectivamente).

- **Contratos de aluguel:** Uma parcela significativa dos imóveis utilizados para desenvolvimento das atividades operacionais da Companhia é alugada. Cada contrato estabelecerá o prazo da locação, que pode variar de 4 a 6 anos, e o valor do aluguel. Os referidos contratos são ajustados pela inflação, geralmente anualmente. Para o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, os custos referentes a esses contratos foram de R$18,3 milhões (em comparação com R$13,7 milhões no semestre encerrado em 30 de junho de 2016). Em 2016, os custos relacionados a esses contratos foram de R$ 29,1 milhões (em comparação com R$ 36,7 milhões e R $ 14,3 milhões em 2015 e 2014, respectivamente).

- **Contratos de serviços telefônicos:** A Companhia é parte em diversos contratos referentes a serviços de telefônia. Esses contratos possuem diferentes prazos e são renováveis por iguais e consecutivos períodos. Para o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, os custos relacionados a esses contratos totalizaram R$1,8 milhão (em comparação com R$ 1,9 milhões no semestre encerrado em 30 de junho de 2016). Em 2016, os custos relacionados a esses contratos totalizaram R$ 3,9 milhões (em comparação com R$ 5,4 milhões e R$ 2,9 milhões em 2015 e 2014, respectivamente).

- **Contratos de transmissão e entrega de sinal digital**: A Companhia é parte em contratos referentes ao recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre locais pré-definidos. Estes contratos têm prazo variável e são renováveis por iguais e consecutivos períodos. Para o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, os custos referentes a esses contratos foram de R$13,5 milhões (em comparação com R $ 12,4 milhões no semestre encerrado em 30 de junho de 2016). Em 2016, os custos relacionados a esses contratos foram de R$ 25,2 milhões (em comparação com R$ 20,9 milhões e R$ 10,9 milhões em 2015 e 2014, respectivamente).

Adicionalmente, a Companhia possui diversas parcerias com determinados fornecedores, especialmente referentes a *Cloud Services* e com desenvolvedores de *softwares* e *hardwares*. Essas parcerias, geralmente, têm duração de um a três anos com condição de renovação automática e trazem para a Companhia diversos benefícios, tais como condições diferenciadas na aquisição de produtos e serviços e treinamentos específicos para as áreas de negócio das empresas.

(II) EVENTUAL DEPENDÊNCIA DE POUCOS FORNECEDORES;

Os serviços prestados pela Companhia dependem do uso intensivo de propriedade intelectual. A Companhia não detém a propriedade de grande parte do *software* que utiliza na prestação de serviços, contando com a licença para sua utilização dos detentores desses *softwares*. Caso tais licenças não sejam renovadas, por qualquer razão, ou caso a Companhia seja acionada judicialmente por uso indevido desses *softwares* ou propriedade intelectual relacionada, isto poderá afetar negativamente suas operações e sua geração de receita. A Companhia tem uma combinação de proteções oferecidas pela propriedade intelectual, tais como marcas e de segredos de negócio e indústria, procedimentos de confidencialidade e compromissos contratuais para proteção das suas informações confidenciais e de terceiros. Apesar de seus esforços, não se pode garantir que essas proteções serão adequadas para proteção de suas informações e propriedade intelectual.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Para prestar os seus serviços a Companhia depende, em parte, da tecnologia que licencia de terceiros de forma não exclusiva. Como resultado da estratégia de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de serviços, a Companhia pode se tornar mais dependente da tecnologia fornecida por terceiros. Tais tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e a Companhia pode não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, mudanças nos termos contratuais envolvendo tais licenças, ou a perda do direito de utilizá-las, podem impactar os custos da Companhia, bem como levar à redução do desempenho de serviços prestados. Adicionalmente, a tecnologia licenciada de terceiros pode conter erros não detectados que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso de sua integração aos sistemas e às atividades da Companhia e de seus clientes. Como resultado, a Companhia poderá incorrer em custos adicionais para garantir o contínuo desempenho de seus serviços, bem como sofrer atrasos na prestação desses serviços até que a reposição da tecnologia utilizada, se disponível, seja obtida e integrada às suas atividades. Quaisquer erros, atrasos ou omissões que a Companhia sofrer em relação à tecnologia de terceiros podem impactar negativamente os negócios, bem como prejudicar o relacionamento comercial com seus clientes.

(III) EVENTUAL VOLATILIDADE DOS PREÇOS

A Companhia possui receitas recorrentes provenientes de contratos de longo prazo com cláusulas de ajuste de preços, de forma que não sofre grandes impactos com a volatilidade de preços.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

A Companhia possui 1 cliente que, individualmente, foi responsável por 11,3% da receita líquida total da Companhia no semestre encerrado em 30 de junho de 2017, sendo que os 10 maiores clientes são responsáveis, em conjunto, por 44% da receita da Companhia. As receitas provenientes deste cliente afetam um único segmento operacional da Companhia, que corresponde a *IT Services*.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia não possui necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As atividades desenvolvidas pela Companhia não geram impactos ambientais significativos, pois não ocasionam a emissão de poluentes e os produtos por elas desenvolvidos decorrem de trabalho intelectual e de equipamentos, quando podem causar algum impacto potencial ambiental, são devidamente licenciados pelas autoridades ambientais competentes.

Dessa forma, a Companhia possui Certificados de Dispensa de Licença, emitidos pelos órgãos competentes dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, considerando que as atividades de escritório, data center e armazenamento dos produtos da Companhia não são sujeitas a licenciamento ambiental.

Adicionalmente, a Companhia adota medidas concretas de análise dos aspectos ambientais e consequentes impactos, tais como o descarte de lâmpadas fluorescentes, baterias, óleos e caixas de coleta, atendendo às regulamentações legais.

Por fim, a Companhia possui, ainda, uma área de preservação ambiental junto à sua unidade localizada na Barra da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia não tem a obrigação de aderir, e não adere a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia, diretamente ou por meio de suas sociedades controladas, é titular de diversos registros e processos de registros de marcas no Brasil, tais como, mas não se limitando a, “TIVIT”, “TivitOneCloud” e “Synapsis”, bem como nomes de domínio relevantes, tais como, mas também não se limitando a, “tivit.com” e “onecloud.com.br”. A Companhia também utiliza diversos softwares relevantes que são de titularidade de terceiros que autorizam o uso de tais softwares pela Companhia, mediante a celebração de contratos pela Companhia com os titulares dos softwares. Para maiores informações sobre as principais marcas, nomes de domínio e softwares utilizados pela Companhia vide o item 9.1 (b) deste Formulário de Referência. Atualmente não temos outras dependências específicas e materiais sobre patentes, franquias ou contratos de royalties.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

A receita líquida proveniente das atividades da Companhia no Brasil referente ao último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017 está descrito na tabela abaixo:

	Receita Líquida Proveniente de clientes no Brasil (R$ milhões)	Porcentagem da Receita Líquida total da Companhia (%)
31 de dezembro de 2014	916,4	91,4%
31 de dezembro de 2015	1.075,6	80,0%
31 de dezembro de 2016	1.133,6	80,2%
30 de junho de 2017	586,3	81,4%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía receita proveniente dos seguintes países estrangeiros, sendo certo que nenhum deles representava mais do que 10% de sua receita líquida total: Chile, Colômbia, Peru e Argentina, Panamá e Equador.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Em 31 de dezembro de 2016 e em 30 de junho de 2017, a receita da Companhia proveniente de países estrangeiros representava participação na receita líquida total da Companhia conforme tabela abaixo.

	Receita Líquida Proveniente de clientes em Países Estrangeiros (R$ milhões)	Porcentagem da Receita Líquida total da Companhia (%)
31 de dezembro de 2014(1)	86,6	8,6%
31 de dezembro de 2015	268,1	20,0%
31 de dezembro de 2016	280,4	19,8%
30 de junho de 2017	134,0	18,6%

Nota:
(1) Receita de outubro a dezembro, posterior à aquisição da Synapsis.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não estava sujeita à regulação estrangeira nos países em que atua, não obstante sua exposição aos riscos descritos no item 4.1(i) deste Formulário de Referência.

7.8 - Políticas socioambientais

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia não publica relatório de sustentabilidade, nem possui política de responsabilidade ambiental, por ter sua atividade econômica muito pouco atrelada ao viés ambiental. A Companhia possui sua atividade baseada na prestação de serviços de tecnologia em geral, que não trazem impacto ao meio-ambiente, mas em muitos casos ajudam a promovê-lo. Entretanto, ainda que não o publique nem a possua, considera importante a conscientização social em torno do tema e, por isso, realiza campanhas internas nesse sentido com seus colaboradores, conforme detalhadas na seção 7.9 abaixo.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações;

Não aplicável, pois a Companhia não divulga informações sociais e ambientais nem possui uma política socioambiental.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente; e

Não aplicável, pois a Companhia não divulga informações sociais e ambientais nem possui uma política socioambiental.

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações.

Não aplicável, pois a Companhia não divulga informações sociais e ambientais nem possui uma política socioambiental.

7.9 - Outras informações relevantes

A Companhia desenvolve regularmente as seguintes iniciativas de responsabilidade social nas localidades em que atua:

- ***Árvore dos sonhos:*** Campanha de Natal realizada desde 2007 com doação de presentes para crianças e idosos carentes;
- ***Campanha do agasalho:*** Iniciativa realizada anualmente entre os meses de abril e julho, quando a Companhia promove internamente uma campanha de arrecadação de agasalhos que são doados aos Fundos de Solidariedade dos municípios em que a Companhia está presente;
- ***Dia encantado:*** Festa organizada anualmente em comemoração ao Dia das Crianças, para os filhos dos colaboradores da Companhia;
- ***Gestação consciente:*** Semestralmente a Companhia organiza o Programa Gestação Consciente em todas as suas unidades, a fim de esclarecer e ampliar os conhecimentos das colaboradoras grávidas sobre questões relacionadas aos cuidados com a gestante e bebê, durante e pós-gestação; e
- ***Inclusão de pessoas com deficiência (PCDs):*** Programa que visa proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional a pessoas com deficiência.

Vantagens Competitivas da Companhia

A Companhia confia que está bem posicionada como uma empresa líder em soluções integradas de tecnologia na América Latina, sendo uma das primeiras companhias deste setor no mercado brasileiro, e acredita que as suas principais vantagens competitivas incluem:

Histórico de crescimento com rentabilidade consistente em vários ciclos econômicos

A Companhia acredita que sua trajetória de crescimento consistente e margens de LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado refletem seu rigoroso planejamento estratégico, a capacidade de sua equipe de gestão e a qualidade de seus produtos e serviços. A Companhia gera, em sua visão, resultados sólidos e consistentes e foi lucrativa em cada um dos últimos anos, com uma margem de LAJIDA (EBITDA) ajustado normalizado média de 24,2% entre 2014 e 2016, e sem que em nenhum ano nesse mesmo período fosse inferior a 23,3%. De 2009 a 2016 as receitas orgânicas da Companhia cresceram a um CAGR de 13,7%. Em 2014, as receitas orgânicas da Companhia cresceram 16,9%, significativamente acima do crescimento de 0,1% do PIB brasileiro no mesmo período.

Enquanto o PIB brasileiro registrou uma retração de 3,8% em 2015, as receitas orgânicas da Companhia cresceram 9,5% e, em 2016, as receitas orgânicas aumentaram em 6,7%, frente à queda de 3,6% do PIB brasileiro. A Companhia acredita que seu modelo de negócios possui uma proteção inerente contra a desaceleração de atividade econômica, observado que a Companhia alavancava seus clientes durante ciclos de retração econômica para ampliar sua escala e operar com maior eficiência. De outro lado, durante períodos de crescimento econômico, o modelo de negócios também se beneficia, devido ou aumento de renda e da busca dos clientes por soluções para fomentar ainda mais o crescimento e a inovação.

Um dos líderes em soluções completas de tecnologia na América Latina

A Companhia acredita oferecer uma extensa linha de soluções tecnológicas para seus clientes, cobrindo áreas tradicionais de TI, e também inovações na área de computação em nuvem e novas iniciativas em negócios digitais. A Companhia acredita ter estabelecido sua reputação como uma empresa líder e possuidora de uma linha de soluções integradas de tecnologia na América Latina, antecipando as necessidades dos seus clientes e oferecendo soluções tecnológicas de alta qualidade com confiáveis serviços gerenciados de TI. A capacidade *end-to-end* da Companhia a possibilita desenvolver um profundo conhecimento dos negócios de seus clientes, com o objetivo de desenvolver, implementar e manter serviços personalizados para atender às necessidades atuais e futuras, em um ambiente bastante dinâmico. A abordagem agnóstica de tecnologia da Companhia promove uma perspectiva mais flexível, que a Companhia acredita permitir antecipar e melhor atender às necessidades individuais de cada cliente, além de desenvolver soluções que reflitam essas necessidades. A Companhia acredita que seu modelo de negócios flexível a possibilita acompanhar as tendências tecnológicas, se manter à frente do mercado e aproveitar mais rapidamente as inovações nessa área.

7.9 - Outras informações relevantes

Adicionalmente, a Companhia realiza investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento através de suas equipes dedicadas ao desenvolvimento de produtos, que buscam oportunidades de crescimento orgânico, especialmente com a adoção de novas tecnologias e aproveitamento de oportunidades de crescimento nos setores de nuvem ou de negócios digitais. Por exemplo, em 2016, a Companhia investiu R$31,0 milhões no TIVIT On-Demand Cloud, um serviço de nuvem escalável operando no formato de autoatendimento.

Bem posicionada para capturar oportunidades de crescimento como resultado de tendências positivas no setor

O mercado para serviços de TI na América Latina ainda apresenta um baixo nível de penetração comparada com outras regiões, com apenas 27% de todos os investimentos em TI focados em serviços em 2016, comparado com 36% nos Estados Unidos de acordo com a IDC. Ademais, o setor de serviços de TI na América Latina é um dos mercados de crescimento mais acelerado do mundo, também de acordo com a IDC. Apesar dos desafios da atual conjuntura econômica, o setor de serviços de TI na América cresceu de forma marcante nos últimos anos e, a Companhia acredita estar pronta para futuros crescimentos, que a Companhia acredita que podem criar oportunidades para os líderes desse mercado, como é o seu caso. Devido à sua experiência e posição de liderança, a Companhia acredita que está bem posicionada para capturar oportunidades futuras de crescimento, especialmente com suas iniciativas para replicar seu sucesso no mercado brasileiro (que representou 80% de todas as receitas da Companhia em 2016) em outras regiões da América Latina.

Base de clientes diversificada e fiel com alta taxa de renovação de contratos, gerando um fluxo de receitas previsível e oportunidades de vendas cruzadas

Na visão da Companhia, como resultado de seu sistema flexível, personalizado e ágil de atendimento e a sua habilidade de oferecer soluções completas e processos de missão crítica com sucesso, a Companhia criou uma base de clientes diversificada. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía aproximadamente 2.200 clientes em vários setores, como serviços financeiros, *utilities*, petróleo & gás, varejo, telecomunicações, no setor industrial e seguros, entre outros. Particularmente, a Companhia acredita que tem sido reconhecida por seu conhecimento profundo dos setores de pagamentos e serviços públicos.

Os clientes da Companhia têm demonstrado um alto nível de fidelidade. A taxa média de renovação de contratos era de 97,0% entre 2010 e 2016, com uma duração média de cada contrato de quatro anos em 30 de junho de 2017, proporcionando um modelo de negócios e fluxo de receitas previsíveis. Em 30 de junho de 2017, a duração média do relacionamento da Companhia com seus 20 principais clientes era de 10 anos. A Companhia acredita que essa grande proporção de renovações e a longevidade dos relacionamentos é um atestado da qualidade dos serviços oferecidos, combinado com as dificuldades e riscos que seus clientes enfrentam associado ao momento de migrar processos de missão crítica para outro provedor de TI.

A base de clientes fiéis e diversificados da Companhia proporcionam receitas recorrentes e variadas que suportam o crescimento por meio de vendas cruzadas e incrementais. A Companhia fornece múltiplos serviços para mais de 80% da base de clientes e a Companhia almeja ser o único fornecedor para soluções de TI deles. Nos últimos três anos fiscais, uma média de 80,0% do crescimento anual de receita bruta da Companhia derivou-se da venda cruzada de serviços adicionais e volumes adicionais aos clientes existentes. A Companhia acredita que, na medida em que continua a aproveitar e desenvolver suas soluções digitais e de nuvem, uma parcela dos clientes atuais que ainda contratam suas soluções tradicionais de TI possam incorporar essas novas ferramentas em busca de mais eficiência, sustentabilidade e sucesso.

Infraestrutura interconectada e de última geração em toda a América Latina para suportar a estratégia de crescimento da Companhia

A Companhia acredita que a sua plataforma está bem preparada para suportar o crescimento esperado e sua missão estratégica. Hoje a Companhia opera nove data centers interconectados de última geração em toda a América Latina. Sua central regional dedicada conta com quatro data centers localizados no Brasil, dois no Chile e um na Argentina, Colômbia e Peru, respectivamente. Adicionalmente, os dois data centers principais oferecem disponibilidade de 99,999% refletindo uma indisponibilidade de apenas cinco minutos e 15 segundos em qualquer período de 365 dias. Como resultado dos seus investimentos e foco, a Companhia acredita que a sua plataforma internacional foi projetada para suportar seu crescimento esperado nos próximos anos. Os data centers da Companhia apresentam uma capacidade instalada significativa, resultando em capacidade ociosa o que possibilita a sua expansão. Em 30 de junho de 2017, a taxa média de utilização de seus data centers variava entre 70% e 80%.

7.9 - Outras informações relevantes

Na visão da Companhia, a confiança de sua infraestrutura tecnológica interconectada auxilia a manutenção da continuidade das operações comerciais de seus clientes, o que a Companhia acredita ser altamente valorizado, representando um aspecto muito importante de sua estratégia de crescimento.

Capacidade de ampliar as suas operações com sucesso através de aquisições selecionadas

A Companhia acredita já ter demonstrado sua capacidade de expandir com sucesso em outros países, através de aquisições selecionadas que complementam seu negócio. Por exemplo, em outubro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição da Synapsis, no Chile, por meio da qual expandiu suas operações para a Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Equador e Panamá. A Companhia também adquiriu a *start-up* brasileira One Cloud em abril de 2016, o que a possibilitou acessar um novo portfólio de tecnologias e serviços com o objetivo de oferecer uma nuvem local num conceito híbrido. A experiência na aquisição e na integração de operações adquiridas é peça chave na estratégia da Companhia de buscar aquisições selecionadas que irão nos possibilitar expandir para outras regiões e portfolios.

Equipe de gestão experiente com forte trajetória no setor de TI

A Companhia acredita ter um grupo de profissionais talentosos e experientes, com forte reputação entre seus clientes e pares no mercado latino americano. A equipe senior de gestão da Companhia liderou seu crescimento e fomentou uma cultura de inovação, empreendedorismo e trabalho em equipe. Em 30 de junho de 2017, todos os membros da alta administração trabalhavam com a Companhia há pelo menos sete anos[9], transformando a Companhia durante esse período através da inovação orgânica e uma série de aquisições que reputamos bem-sucedidas. A cultura orientada por resultados enfatiza os interesses dos acionistas da Companhia, através de uma cultura que adota uma "atitude de dono" que representa um incentivo para crescer e gerar resultados. A Companhia acredita que a experiência especializada dos seus profissionais e o conhecimento profundo que possuem da Companhia contribui muito para a eficiência de suas operações.

Estratégias

Ampliar relacionamentos com clientes atuais e focar em oportunidade de vendas cruzadas e incrementais

A Companhia acredita que sua linha de produtos oferece muitas oportunidades de gerar vendas cruzadas e incrementais entre suas linhas de serviços. Um dos principais objetivos corporativos da Companhia é a construção de parcerias duradouras com os seus clientes, antecipando e atendendo às suas diversas necessidades na área de TI em um ambiente de negócios dinâmico. Para atingir essa meta, a intenção da Companhia é de continuar ampliando o escopo dos serviços e soluções disponibilizadas aos seus clientes atuais com o objetivo de ser seu único fornecedor de soluções, integrando múltiplos provedores e múltiplas tecnologias. O relacionamento da Companhia com o cliente normalmente começa prestando um único serviço, gradativamente ampliando esse relacionamento para oferecer uma linha completa de soluções de tecnologia em várias plataformas. A Companhia acredita ter um histórico de sempre analisar tendências tecnológicas e integrar inovações as ofertas da Companhia para potencializar os relacionamentos da Companhia com seus clientes, capturando oportunidades de ampliar suas vendas e realizar vendas cruzadas entre linhas de serviços, criando valor para seus clientes. Por esse motivo, a Companhia vê suas soluções digitais e de nuvem como particularmente atraentes e de valor agregado para a sua atual base de clientes que utilizam soluções de TI mais tradicionais, e que a Companhia tem a intenção de aproveitar para apoiar seu crescimento. Como resultado da confiança que a Companhia estabelece com seus clientes durante parcerias de longa data, a Companhia acredita que esses clientes estarão mais dispostos a integrarem novas tecnologias em seus atuais portfólios de TI caso essas tecnologias sejam recomendadas, oferecidas ou administradas pela Companhia. A medida em que a Companhia continua a investir e desenvolver suas capacidades digitais e em nuvem, a Companhia pretende focar nessas linhas de serviços como impulsionadores de vendas cruzadas, incrementais e crescimento.

[9] (i) Luiz Mattar (CEO e Co-fundador) trabalha na Companhia há 19 anos; (ii) Carlos Gazaffi (COO) trabalha na Companhia há 16 anos; (iii) Paulo Souza (CFO) trabalha na Companhia há 7 anos; (iv) Tatiana Lorenzi (CHRO) trabalha na Companhia há 14 anos; (v) Andre Frederico (DRI) trabalha na Companhia há 7 anos; (vi) Leonardo Covalshi (responsável pelas operações na América do Sul) trabalha na Companhia há 19 anos, considerando seu tempo trabalhando na Synapsis; e (vii) Valdinei Cornatione (responsável pelas operações no Brasil) trabalha na Companhia há 19 anos.

7.9 - Outras informações relevantes

Continuar a desenvolver e comercializar as soluções digitais e de nuvem da Companhia e avaliar e integrar outras tendências tecnológicas para acelerar seu crescimento

A Companhia tem a intenção de continuar a investir e ampliar a comercialização de soluções digitais e de nuvem que a Companhia acredita que deverá acelerar seu crescimento, a curto e médio prazo. A Companhia realizou investimentos de R$31 milhões em tecnologias de nuvem em 2016, demonstrando a intensidade desse foco estratégico. A Companhia tem a intenção de focar esforços para ampliar o alcance de suas ofertas de soluções digitais e de nuvem que, a Companhia acredita ter muito potencial para otimizar os negócios de seus clientes e aumentar as suas receitas. Como resultado de suas soluções customizadas, a Companhia acredita ter a flexibilidade para oferecer a seus clientes soluções digitais e de nuvem e serviços de gestão de nuvem feitas sob medidas para as necessidades dos negócios e o planejamento financeiro de cada cliente, através dos modelos de nuvem pública, privada e híbrida. Continuamente, os clientes da Companhia estão colocando cada vez mais ênfase em investimentos e inovação e a Companhia almeja ajudar seus clientes a navegar no processo de migração para serviços digitais e de nuvem como um parceiro de confiança, com experiência comprovada na gestão de suas diversas necessidades na área de TI. Adicionalmente, a Companhia está sempre avaliando novas tendências tecnológicas que podem beneficiar seus clientes e desenvolvendo soluções que aproveitam dessas inovações, ampliando as ofertas da Companhia. Por exemplo, para melhor servir seus clientes no setor de energia, desenvolvemos uma solução de “rede inteligente” que hoje monitora mais de 340.000 km de redes de energia elétrica. Usando essa tecnologia, a Companhia acredita que pode avaliar a estabilidade da rede de energia remotamente, usando medidores digitais avançados que automaticamente reportam quedas de energia e outras falhas, otimizando as operações e recursos da rede de distribuição.

Expansão seletiva das operações da Companhia na América Latina

A Companhia acredita que existem oportunidades atraentes para a expansão seletiva na América Latina e pretende aproveitar dessas oportunidades, especialmente com a expansão regional de seus clientes brasileiros. A Companhia acredita que seu sucesso no Brasil, pode ser replicado em outros mercados latino-americanos que apresentam baixos níveis de penetração e alto potencial de crescimento tendo em vista que as soluções da Companhia são escaláveis entre regiões. A Companhia tem a intenção de aproveitar a sua marca de alta reputação e presença regional para expandir seus negócios pela América Latina, atingindo mercados importantes como São Paulo, Santiago e Bogotá, e comercializando seus produtos para uma base de clientes com maior diversificação geográfica. Mais especificamente, a intenção da Companhia é de continuar a aproveitar das condições relativamente favoráveis do mercado na América Latina e usar sua experiência e capacidade de consolidar e expandir seus negócios, especialmente no Peru e Colômbia, que a Companhia avalia como locais chaves onde ela pode ampliar a sua diversificação geográfica e presença. Esses países assim como o Brasil no início dos anos 2000, contam com uma classe média e consumidora crescente, bem como várias companhias que querem modernizar suas operações e agregar eficiência para aumentar sua sustentabilidade e sucesso na economia global. A Companhia tem como objetivo replicar a trajetória de rápido crescimento e consolidação que acredita ter no mercado brasileiro em outros países da América Latina.

Foco em novos clientes de porte médio e clientes com alto crescimento

Devido a sua abordagem agnóstica de tecnologia, a Companhia tem, em sua visão, a agilidade e os recursos necessários para servir diversos tipos de clientes com vários perfis corporativos, oferecendo soluções personalizadas para atender às suas necessidades específicas. Particularmente, a Companhia acredita que existe um grande mercado de companhias de médio porte e alto crescimento que ainda não foi explorado e que a Companhia está bem posicionada para atender essas empresas de maneira rentável com o desenvolvimento de novos serviços personalizados para atender suas necessidades específicas. A Companhia acredita que empresas de médio porte representam uma nova fronteira no mercado de serviços de TI, e que seus serviços podem auxiliar clientes deste perfil a ganhar eficiência, aumentar sua flexibilidade e integrar seus negócios. A Companhia pretende focar suas iniciativas de marketing em companhias de médio porte passando por uma fase de rápido crescimento e depois de capturar esses clientes, aproveitar das oportunidades de vendas cruzadas em todas linhas de serviços da Companhia.

7.9 - Outras informações relevantes

Aproveitar oportunidades atraentes de crescimento através de aquisições estratégicas

A Companhia pretende continuar realizando aquisições, *joint ventures*, investimentos e alianças estratégicas que possam ampliar sua experiência, capacidade tecnológica e diversidade geográfica bem como aumentar a plataforma da Companhia. A intenção da Companhia é avaliar oportunidades de aquisição que complementem seu negócio, aumentem a sua competitividade e agreguem valor para seus acionistas. A Companhia acredita ser rigorosa e prudente na seleção de alvos para aquisição e parcerias de negócios, e tem experiência comprovada em adquirir e integrar eficientemente negócios específicos. A Companhia acredita que será possível integrar as companhias adquiridas de maneira rápida, eficiente e rentável, minimizando custos marginais e rapidamente realizando economias de escala. Por exemplo, em outubro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição da Synapsis, do Chile, e decidiu manter a respectiva equipe de gestão como elemento crítico no processo de integração e na sua capacidade de aproveitar das sinergias da transação. Em 2016, a Companhia adquiriu a One Cloud, uma start-up de corretagem de nuvem sediada no estado brasileiro de Minas Gerais. A aquisição foi realizada para ampliar a capacidade da Companhia nas áreas de serviços digitais e de nuvem, oferecendo o primeiro portal *multicloud* da América Latina.

8.1 - Negócios extraordinários

2017

No exercício social corrente, não houve qualquer aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia que não se enquadre como operação normal nos seus negócios.

2016

Cisão Parcial da Companhia com a segregação do segmento de negócios de *business process outsourcing*

Em dezembro de 2016, foi concluída a cisão parcial da Companhia com o objetivo de cindir o segmento de negócios de *business process outsourcing*, anteriormente desenvolvido pela Companhia, e que passou a ser desenvolvido exclusivamente pela NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("NEOBPO" e "Cisão Parcial", respectivamente).

O objetivo da Cisão Parcial foi segregar as unidades de negócios das partes de acordo com as características dos seus negócios e os seus setores de atuação, de maneira a impulsionar o crescimento de ambas e, de acordo com a Companhia, espera-se que a Cisão Parcial traga os seguintes benefícios de ordem operacional, administrativa, financeira e econômica:

(i) otimização da estrutura de capital e de gestão das partes, com maior facilidade e menores custos para alocação de capital para desenvolvimento das respectivas atividades econômicas;

(ii) melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, trazendo consideráveis benefícios às sociedades de ordem administrativa e econômica, sem o comprometimento do bom andamento dos negócios sociais; e

(iii) maior dedicação aos produtos e soluções que cada unidade de negócio desenvolve e oferece aos seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2016 a NEOBPO possuía receita líquida de serviços de R$ 600,3 milhões e possuía 17 mil funcionários.

O valor contábil estimado do acervo cindido foi objeto de laudo de avaliação elaborado pelo critério contábil. De acordo com o referido laudo de avaliação, o valor contábil estimado do acervo cindido vertido à NEOBPO foi de R$ 141.673.124,49.

Anteriormente à Cisão Parcial, o capital social da Companhia era de R$ 1.207.127.853,99, divididos em 90.373.497 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os seus acionistas da seguinte maneira:

Capital Social da TIVIT

Sócios	Ações
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.....	86.414.051
Luiz Roberto Novaes Mattar	2.576.077
Tesouraria	1.383.369
Total	**90.373.497**

Como resultado da Cisão Parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R$ 141.673.124,49, passando de R$ 1.207.127.853,99 para R$ 1.065.454.729,50, sem cancelamento de ações e preservando-se a distribuição indicada na tabela acima.

Em decorrência da Cisão Parcial o capital social da NEOBPO foi aumentado em R$88.990.128,00, com a emissão de 88.990.128 novas ações nominativas e sem valor nominal, que foram distribuídas entre os acionistas da Companhia.

2015 e 2014

Nos exercícios sociais de 2015 e 2014, não houve qualquer aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia que não se enquadre como operação normal nos seus negócios.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Com exceção da descontinuação do segmento operacional de negócios de *business process outsourcing*, descrita no quadro 8.1 deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente, não existem ou existiram contratos celebrados pela Companhia e/ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Adicionalmente às informações prestadas no item (c) desta seção 9.1, a Companhia esclarece que a sua controlada Synapsis SpA. possui participação nas seguintes sociedades:

Sociedade	Participação da Synapsis SpA. no capital social total da sociedade
Synapsis Peru SRL	100,00%
Synapsis Colombia S.A.S	99,97%
Synapsis Argentina S.R.L.	89,22%
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	100,00%
Ecuasynap Cia. Ltda.(1)	100,00%
Synapsis DC. S.A.S(2)	100,00%
Synapsis Panamá S.A.	100,00%

(1) Participação indireta.
(2) Participação indireta.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
EDIFÍCIO BARRA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
BENFEITORIAS SEDE TIVIT LOCALIZADO NO SITE TRANSAMERICA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
TERRENO	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Z10 CPU MAINFRAME / Softwares	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
BENFEITORIAS SEDE TIVIT LOCALIZADO NO SITE TRANSAMERICA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Storage DS 8800 - Mainframe Z-196	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
2094-s54 Mainframe IBM	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
MAINFRAME IBM SYSTEM Z9 E	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
STORAGE MCA EMC 2 MOD CENTERA C/16 SERVIDORES E 1	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CPU MAINFRAME	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
STORAGE IBM	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
STORAGE MCA EMC2 MOD 89815	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
MAINFRAME 2094-S28 IBM	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
STORAGE	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
STORAGE	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
SISTEMAS ELETRICOS E CABEAMENTO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
STORAGE	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
NO BREAK MCA MGE UPS SYSTEMS MOD EPS6000 POT 800 K	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
REFRESH STORAGE DMX-3000 DMX3-4500	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Z196 - PROCESSADOR MAINFR	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
SWITC BMC - CONTRATO LEASING	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
NO BREAK MCA MGE UPS SYSTEMS MOD EPS6000 POT 800 K	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Z10 CPU MAINFRAME	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
INSTALACOES ELETRICAS SITE RJ PROFESSIONAL FEE	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
STORAGE HYDRA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
STORAGE VMAX	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
STORAGE XTREME IO	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
TERRENO URBANO ZONA FRANCA	Colômbia		Bogotá	Própria
EDIFICIO ZONA FRANCA	Colômbia		Bogotá	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Licenças	SOFTWARE-CONTRATO CA Tech. (CA Applic. L. C; CA Applic. T. P. U; Rel. A; Serv. V. P. U; e Dev. R. U)	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato.	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos.
Licenças	LICENÇAS CONTRATO IBM SRO (Software e Serviços (ESSO) Nº ER-D6YFMYU)	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato.	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos.
Licenças	SOFTWARE CA Technologies MAINFRAME (Lista de Softwares lic. disp. - Anexo A - Pedido de Compra MWP)	29/12/2019	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato.	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos.
Patentes	Software “WISE IT” e todos os seus módulos	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato.	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos.
Licenças	SOFTWARE IBM PARA AMBIENTE MAINFRAME	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato.	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos.
Marcas	SYNAPSIS (Processo n°820242900)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	SYNAPSIS (Processo n° 820242918)	04/04/2006 até 04/04/2026	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la..
Marcas	TIVIT (Processo n° 827496052)	15/06/2010 até 15/06/2020	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 827496060)	22/07/2008 até 22/07/2018	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 827496079)	22/07/2008 até 22/07/2018	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 827496087)	30/08/2011 até 30/08/2021	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	TIVIT (Processo n° 827496109)	22/07/2008 até 22/07/2018	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182306)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182101)	06/09/2011 até 06/09/2021	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182128)	06/09/2011 até 06/09/2021	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182314)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182152)	13/10/2010 até 13/10/2020	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182292)	06/09/2011 até 06/09/2021	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182284)	06/09/2011 até 06/09/2021)	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT (Processo n° 829182241)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT Processo n° 829182322)	22/12/2009 até 22/12/2019	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT(Processo n° 829182330)	22/12/2009 até 22/12/2019	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDI TIVIT (Processo n° 903308444)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	EDI TIVIT (Processo n° 90338452)	24/06/2014 até 24/06/2024	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT CLOUD (Processo n° 906275970)	15/03/2016 até 15/03/2026	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT CLOUD (Processo n° 906275989)	22/03/2016 até 22/03/2026	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVIT CLOUD (Processo n° 906275997)	22/03/2016 até 22/03/2026	(i) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (ii) declaração de caducidade. (iii) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	One CLOUD (Processo nº 908677790)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVITOneCloud (Processo n° 910877190)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVITOneCloud (Processo n° 910877300)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	TIVITOneCloud (Processo n° 910877378)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudBroker (Processo n° 910877424)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	OneCloudBroker (Processo n° 910877467)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudBroker (Processo n° 910877491)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudPortal (Processo n° 910877548)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudPortal (Processo n° 910877572)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudPortal Processo n° 910877602)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudTIVIT (Processo n° 910877645)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudTIVIT (Processo n° 910877688)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Marcas	OneCloudTIVIT (Processo n° 910877696)	10 anos após a concessão	(i) Indeferimento do registro da marca pelo INPI, sem que a Companhia obtenha decisão judicial contrária. (ii) Expiração do prazo de vigência sem que haja renovação do registro. (iii) declaração de caducidade. (iv) reconhecimento da nulidade do registro.	Terceiros poderão usar a marca e, se obtiverem o registro da marca, poderão impedir a Companhia de utilizá-la.
Nome de domínio na internet	onecloud.com.br	26/06/2015 até 26/06/2018	Não pagamento da taxa de renovação no prazo.	Terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tivit.com.br	13/06/2005 até 13/06/2018	Não pagamento da taxa de renovação no prazo.	Terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Licenças	LICENÇA SOFTWARE USO DE PROGRAMAS SRO	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos.
Licenças	LICENÇA DE SOFTWARE CA	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos
Licenças	LICENÇA BMC CONTROL M	Indeterminado	Emprestar, sublicenciar, sublocar, dar em comodato, transferir ou ceder a terceiros os sistemas licenciados no contrato	Interrupção temporária dos serviços e aumento dos custos
Nome de domínio na internet	tivit.com	30/06/1999 até 30/06/2018	Não pagamento da taxa de renovação no prazo	Terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
One Cloud Tecnologia Ltda. – ME – (Tivit One Cloud)	20.081.213/0001-00	-	Controlada	Brasil	MG	Belo Horizonte	Serviço TI e cloud	100,000000
30/06/2017	80,666670	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2016	100,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2017	1.626,00		
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expertise no desenvolvimento e comercialização de soluções de nuvem pública.								
Synapsis Argentina SRL	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Argentina		Buenos Aires	Serviços de tecnologia	10,780000
30/06/2017	-5,678233	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2016	-10,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2017	1.196,00		
31/12/2015	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão geográfica, ampliação de serviços e suporte ao crescimento de nossos clientes no país.								
Synapsis Colômbia S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Colômbia		Bogotá	Serviços de tecnologia	0,030000
30/06/2017	9,090909	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2016	10,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2017	12,00		
31/12/2015	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2014	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão geográfica, ampliação de serviços e suporte ao crescimento de nossos clientes no país.								
Synapsis SpA	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Chile		Santiago	Serviços de tecnologia	100,000000
30/06/2017	5,690352	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2016	-11,075536	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2017	143.834,00		
31/12/2015	-23,617107	0,000000	0,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2014	100,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão geográfica, ampliação de serviços e suporte ao crescimento de nossos clientes no país.								
Tivit USA LLC	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Delaware	Controlada da Companhia utilizada para realizar operações nos Estados Unidos.	100,000000
30/06/2017	-11,981567	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2016	47,619048	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2017	191,00		
31/12/2015	-17,877095	0,000000	0,00					
31/12/2014	10,493827	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Atender a alguma demanda de um eventual cliente com operações nos Estados Unidos.								

9.2 - Outras informações relevantes

A Companhia é proprietária de imóveis localizados no Rio de Janeiro e Bogotá. Adicionalmente, a Companhia desenvolve suas atividades em imóveis alugados ou arrendados, conforme descritos na seção 9.1 acima. No semestre encerrado em 30 de junho de 2017 as despesas mensais com aluguel de imóveis totalizaram R$18.310 mil. Por fim, a Companhia é proprietária dos equipamentos, computadores, telefones, servidores, softwares, móveis e equipamentos de escritório, utilizados para o desenvolvimento de suas atividades.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores ressaltam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

(A) CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

Os diretores consideram que a Companhia apresenta situação financeira e patrimonial condizente com as suas necessidades de implementação do seu plano estratégico de negócios e que tal situação é adequada para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. A administração entende que os recursos existentes, o seu capital de giro e a sua estrutura de financiamentos são suficientes para atender as necessidades do plano de negócios para os próximos 12 (doze) meses.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 os índices de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante) e de endividamento total (divisão do total do passivo circulante e passivo não circulante pelo patrimônio líquido) foram os seguintes:

	Em 30/06/2017	Em 31/12/2016	Em 31/12/2015	Em 31/12/2014
Índice de Liquidez Corrente	0,95	0,58	0,84	1,01
Índice de Endividamento Total	0,97	1,01	1,03	1,02

Em 30 de junho de 2017, o ativo circulante consolidado da Companhia foi de R$448,3 milhões comparado com R$415,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, R$449,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$621,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. O passivo circulante destas mesmas datas eram respectivamente R$472,2 milhões, R$722,0 milhões, R$536,7 milhões e R$615,5 milhões. A administração entende que a melhoria da relação ativo circulante em relação ao passivo circulante decorre da redução dos níveis do passivo circulante pela renovação dos financiamentos da Companhia ocorrida no primeiro trimestre de 2017 em prazos superiores a 360 dias em comparação aos prazos inferiores a 360 existentes ao final de 2016, além da própria geração de caixa proveniente das operações ocorrida nos primeiros seis meses de 2017.

Em 30 de junho de 2017, o índice de endividamento total foi de 0,97. Em 31 de dezembro de 2016 o índice de endividamento total foi de 1,01 e em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi de 1,03 e 1,02, respectivamente. A administração entende que a evolução do índice de endividamento total de 30 de junho de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016 decorre dos lucros gerados e convertidos em caixa neste período além da geração de caixa proveniente das operações da Companhia.

Para mais informações sobre a variação entre esses períodos, vide alínea (h) deste item 10.1.

(B) ESTRUTURA DE CAPITAL

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada pela relação da dívida líquida, incluindo empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes menos o caixa e equivalentes de caixa, em 30 de junho de 2017 segue em linha com os níveis históricos da Companhia, conforme tabela abaixo:

Em milhares de reais	**30/06/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Empréstimos – circulante	205.396	454.513	213.192	246.420
Empréstimos – não circulante	487.638	273.746	613.406	571.887
Swap – circulante	(12.235)	(13.517)	–	–
Swap – não circulante	(18.985)	(30.342)	(70.542)	(15.014)
Dívida total	**661.814**	**684.400**	**756.056**	**803.293**
Caixa e equivalentes de caixa	(41.763)	(101.762)	(39.783)	(169.207)
Dívida líquida	**620.051**	**582.638**	**716.273**	**634.086**
Patrimônio Líquido	**1.315.660**	**1.283.287**	**1.403.555**	**1.405.354**
Índice de Endividamento Líquido	***47,1%***	***45,4%***	***51,0%***	***45,1%***

Nota: Divida Liquida corresponde a empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, operações de swap menos o caixa e equivalentes de caixa.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração da Companhia entende que o percentual de Dívida Líquida em relação ao Patrimônio Líquido que mede a utilização de recursos próprios e de terceiros da Companhia ao final de cada período foi sendo reduzido pela geração de caixa proveniente da rentabilidade da Companhia e pela geração de fluxo de caixa. O fluxo de caixa proveniente de atividades operacionais em 2016 foi de R$338,1 milhões, enquanto o fluxo de caixa despendido com atividades de investimento neste mesmo período foi de R$108,0 milhões.

Adicionalmente, a Diretoria da Companhia considera que o índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido contínua em níveis saudáveis que, adicionado à geração de fluxo de caixa das operações, são suficientes para absorver as despesas e obrigações com empréstimos e financiamentos de modo a satisfazer o plano de crescimento da Companhia.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, conforme quadro demonstrado abaixo, a Companhia apresentou uma relação de aproximadamente 50% de participação de capital de terceiros oriundos de empréstimos e financiamentos em linha com a tendência de períodos anteriores.

Em milhares de Reais	**Em 30/06/2017**	**Em 31/12/2016**	**Em 31/12/2015**	**Em 31/12/2014**
Capital de Terceiros (Passivos)	1.273.702	1.290.500	1.447.063	1.433.206
Capital Próprio	1.315.660	1.283.287	1.403.555	1.405.354
Capital Total	**2.589.362**	**2.573.787**	**2.850.618**	**2.838.560**
Proporção de Capital de Terceiros	*49,2%*	*50,1%*	*50,8%*	*50,5%*
Proporção de Capital Próprio.....	*50,8%*	*49,9%*	*49,2%*	*49,5%*

(C) CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Os diretores da Companhia destacam a posição consolidada de caixa e aplicações financeiras que em 30 de junho de 2017 era de R$41,8 milhões e em 31 de dezembro de 2016 era de R$101,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as posições de caixa e aplicações financeiras da Companhia eram de respectivamente R$39,8 milhões e R$169,2 milhões.

Em 30 de junho de 2017, o passivo circulante consolidado era de R$472,2 milhões, contra R$722,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, R$536,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R$615,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. A diretoria da Companhia esclarece que as principais obrigações se referem a empréstimos contraídos para o financiamento do capital de giro e investimentos necessários para o crescimento do negócio.

A Companhia apresentou em 30 de junho de 2017, e em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, plena capacidade de pagamento das suas obrigações, na visão de sua diretoria. A Companhia possui em suas operações significativa geração de caixa operacional e possui uma carteira de clientes com contas a receber, em geral, com prazos inferiores a 360 dias. Nestes períodos encerrados, a Companhia cumpriu com as suas obrigações devidas em compromissos financeiros, com assiduidade de pagamento das suas obrigações.

Não obstante o disposto acima, a diretoria esclarece que, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou nas suas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R$306,3 milhões, representando um crescimento de R$218,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015. Tal crescimento decorre principalmente da concentração do vencimento de empréstimos e financiamentos nos doze meses subsequentes (curto prazo) ao encerramento do exercício dos financiamentos obtidos para a aquisição de empresas e investimentos decorrentes de novos projetos. Tal posição de capital negativo foi significativamente atenuada no primeiro semestre de 2017 com o alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Os diretores da Companhia esclarecem que em linha com o seu Plano de Gestão de Liquidez, aprovado pelo Conselho de Administração, ao longo do primeiro trimestre de 2017, renovou os empréstimos e financiamentos da Companhia que se encontravam com vencimentos inferiores a 12 meses e em 30 de junho de 2017 apresentava o seu índice de liquidez corrente próximo a 1.

A diretoria da Companhia esclarece que a Companhia possui um quadro de liquidez e geração de caixa operacional que os seus diretores acreditam que serão suficientes para fazer frente aos investimentos, despesas, obrigações financeiras de empréstimos e financiamentos e outros valores a serem pagos nos próximos 360 dias.

Adicionalmente, devido à recorrência da receita da Companhia, das taxas históricas de renovação de contratos e dos resultados positivos de geração de caixa, os diretores da Companhia avaliam que a Companhia tem alta

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

capacidade de cumprir com seus compromissos financeiros junto a fornecedores, credores, acionistas e empregados, além de garantir os seus investimentos.

Finalmente, a Companhia tem por norma um perfil conservador de investimentos dos excessos eventuais de caixa, não operando em mercados de risco ou especulativos.

(D) FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS

A principal fonte de recursos da Companhia deriva do caixa gerado pelas suas operações, mas a Companhia e suas controladas também acessam diversos mercados, tanto no Brasil quanto no exterior, no caso de suas controladas localizadas fora do Brasil. As captações são realizadas por meio de contratos financeiros junto a bancos comerciais, bem como oriundas do mercado de capitais.

No caso de empréstimos e financiamentos, a captação de recursos financeiros de curto e longo prazo nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente foi, majoritariamente, realizada por meio das seguintes modalidades:

- Empréstimos Em moeda Estrangeira (Lei 4.131) com *Swap* para Reais Brasileiro pela taxa do CDI;
- Emissão de Debêntures via Instrução CVM 476; e
- NCE – Indireta.

Para os casos de financiamento de investimentos de capital (CAPEX), a captação de recursos normalmente é feita por meio de operações de Leasing Financeiro.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 10.1.

(E) FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

A diretoria da Companhia esclarece que a Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado pelas suas operações, bem como buscar financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento utilizando as fontes de financiamento descritas na alínea (d) acima para financiar o seu capital de giro e cumprir as suas obrigações junto a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

Além disso, por conta de garantias para eventuais descasamentos entre obrigações e disponibilidades financeiras, a Companhia conta com linhas de crédito com bancos de primeira linha, com taxas e condições em linha com aquelas praticadas pelo mercado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(F) NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS

Os quadros a seguir demonstram as dívidas consolidadas de curto e longo prazo da Companhia, em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

	Consolidado			
	30/06/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
Mensurados ao custo amortizado				
Debêntures (a)	88.223	63.860	127.745	308.271
Arrendamentos mercantis (b)	176.105	174.128	125.609	89.911
Banco Bradesco S.A. (c)	51.622	50.403	50.238	50.123
Banco Itaú S.A. (d)	40.714	47.721	64.972	44.159
Banco Santander S.A. (e)	102.391	119.955	163.022	110.838
BNDES	–	–	–	62
Moeda local (CLP) - Banco Itaú - Chile (g)	19.161	24.926	42.327	44.912
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (h)	54.740	63.584	81.817	65.135
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia (i)	24.494	16.514	28.148	27.222
Moeda local (COP) - Banco Occidente - Colômbia (j)	5.089	5.987	3.493	–
Moeda local (COP) - Banco Corpbanca Colômbia S.A. - Colômbia S.A (k)	2.445	2.436	4.612	–
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (l)	22.627	13.772	19.117	–
Banco Bradesco - Synapsis Brasil S.A.	–	–	6.132	9.263
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (m)	24.835	17.877	–	–
Moeda local (CLP) - Banco BBVA Chile (n)	561	2.150	–	–
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil (o)	6.555	6.373	–	–
Total ao custo	**619.562**	**609.686**	**717.232**	**749.896**
Mensurados ao valor justo				
Banco Itaú S.A. (f)	77.870	68.445	108.994	72.250
Banco Santander S.A. (h)	–	42.812	29.215	–
Total ao valor justo	**77.870**	**111.257**	**138.209**	**72.250**
Instrumentos financeiros derivativos (f)	(2.654)	8.029	(26.844)	465
Custo de captação de debêntures	(1.744)	(713)	(1.999)	(4.304)
Total	**693.034**	**728.259**	**826.598**	**818.307**
Parcela do circulante	**205.396**	**454.513**	**213.192**	**246.420**
Parcela do não circulante	**487.638**	**273.746**	**613.406**	**571.887**

(a) Em 16 de janeiro de 2017, foram emitidas 8.300 debêntures, relativas à 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R$10 mil, totalizando R$83,0 milhões, integralizadas em sua totalidade em 17 de fevereiro de 2017, no valor de R$84,2 milhões, valor este acrescido dos juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não serão conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 18 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 16 de julho de 2018 e a última em 16 de janeiro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa dos DIs, acrescida de sobretaxa de 2,60% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,32% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 125% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor das Debêntures era de R$88,2 milhões.

Em 16 de janeiro de 2017, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela no valor de R$64,3 milhões, relativa à 1ª emissão de debêntures da Companhia, emitida em 22 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía 90 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos até 31 de dezembro de 2022, com juros médios de aproximadamente 106,9 % da variação do CDI para as operações contratadas no Brasil e com juros médios de 6,8% a.a. para as operações contratadas no Chile, Peru e na Colômbia, mais variação cambial (peso chileno em relação ao dólar americano) . Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem. Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de Sale & Leaseback, a valor de livros no montante de R$54,1 milhões, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 31 de março de 2017, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de Sale & Leaseback para 13 de dezembro de 2020, com juros de 100% da variação do CDI mais 1,90% a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado de arrendamento mercantil e Sale Leaseback era de R$151,9 milhões para as operações no Brasil, de R$3,9 milhões para as operações na Colômbia, R$1,3 milhões para as operações no Peru e de R$19,0 milhões para as operações no Chile.

c) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R$50 milhões, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 125% do CDI , para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado era de R$51,6 milhões.

d) Em 21 de outubro de 2014, a Companhia emitiu em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$16,5milhões e celebrou concomitantemente um contrato de "s*wap*", por meio do qual captou recursos no valor de R$40,6 milhões, ao custo de 6,88% a.a. mais variação do peso chileno (em relação ao real), que será pago em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019, com 18 meses de carência, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "s*wap*". Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado era de R$40,7 milhões.

e) Em 20 de outubro de 2014, a Companhia emitiu em favor do Banco Santander (Brasil) S.A, Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$41,5 milhões e celebrou concomitantemente contrato de "s*wap*", por meio do qual captou recursos no valor de R$101 milhões, ao custo de 8,25% a.a., mais a variação do peso colombiano (em relação ao real), que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 22 de abril de 2016 e a última com vencimento em 21 de outubro de 2019. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado era de R$102,4 milhões.

Em 17 de fevereiro de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a parcela do empréstimo com vencimento previsto para 24 de abril de 2017, no valor de R$19,7 milhões.

f) Em 29 de março de 2017, a Companhia emitiu em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US$22,4 milhões e celebrou concomitantemente um contrato de "s*wap*", por meio do qual captou recursos no valor de R$70 milhões, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 1º de abril de 2019, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "s*wap*". Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado líquido de efeito de s*wap* era de R$75,2 milhões.

Em 31 de março de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente a cédula de crédito, emitida em 18 de novembro de 2014, junto ao Itaú Unibanco S.A., no valor principal de R$50 milhões e com vencimento em 03 de novembro de 2017, no montante de R$68,5 milhões.

g) Em 8 de julho de 2013, a controlada direta Synapsis Chile captou junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP3.600.000 (pesos chilenos), ao custo de TAB180 mais 1,50% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 08 de janeiro de 2015 e a última com vencimento em 08 de julho de 2018. Em 8 de julho de 2013, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco BBVA, um empréstimo no valor de CLP6.400.000 (pesos chilenos), ao custo de TAB180 mais 1,50% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 8 de janeiro de 2015 e a última com vencimento em 8 de julho de 2018. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$19,2 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) Em 20 de outubro de 2014, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 14.690.000 (pesos chilenos), ao custo de 6,324% a.a., que será pago em 8 parcelas semestrais, com 18 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de abril de 2016 e a última com vencimento em 20 de outubro de 2019, com garantia de 125% do valor do principal do empréstimo através de nota promissória avalizada pela Companhia. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$54,7 milhões.

i) Em 6 de setembro de 2013, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 9.000.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,0% a.a., para pagamento em 7 parcelas semestrais, com 24 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 06 de setembro 2015 e a última com vencimento em 06 de setembro de 2018. Em 3 de abril de 2013, a referida sociedade captou junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 15.000.000 (pesos colombianos), ao custo de DTF mais 3,0% a.a., para pagamento em 7 parcelas semestrais, com 24 meses de carência, sendo a primeira parcela com vencimento em 03 de abril 2015 e a última com vencimento em 03 de abril de 2018. Em 4 de maio de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 1.300.000 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 4,20% a.a., para pagamento em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 4 de novembro de 2016 e a última com vencimento em 7 de novembro de 2017. Em 17 de janeiro de 2017, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP2.000.000 (pesos colombianos), ao custo de DTF mais 4,52% a.a., com vencimento para 17 de abril de 2017. Em 17 de abril de 2017, o empréstimo foi renovado, ao custo de IBR (indicador bancário de referencia) + 4,60% a.a., com vencimento em 17 de outubro de 2018. Em 03 de abril de 2017, a Synapsis Colômbia captou junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 333.333(Pesos colombianos), ao custo de IBR + 4,8% a.a., com vencimento para 03 de outubro de 2017. Em 17 de abril de 2017, a Synapsis Colômbia, captou junto ao Banco de Bogotá, um empréstimo no valor de COP 890.000, com custo de IBR + 4,6% a.a., com vencimento em 17 de outubro de 2018. Em 04 de maio de 2017, a Synapsis Colômbia captou junto ao Banco de Bogotá um empréstimo no valor de COP 433.33, ao custo de IBR + 4,4%a.a., com vencimento pra 04 de novembro de 2017.Em 09 de junho de 2017, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 10.000.000(pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,75%, para pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 11 de dezembro de 2017 e a última parcela vencimento em 09 de janeiro de 2019. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$24,5 milhões.

j) Em 13 de abril de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao banco de Occidente, um empréstimo no valor de COP 5.400.000 (pesos colombianos), ao custo de "Indicador Bancário de Referencia" - IBR mais 4,00% a.a., que será pago em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de maio de 2016 e a última com vencimento em 13 de abril de 2018. Em 18 de julho de 2016, a Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente S.A., um empréstimo no valor de COP 569.400 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 4,10% a.a., que será pago em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 14 de janeiro de 2017 e a última com vencimento em 09 de abril de 2018. Em 31 de março de 2017, o saldo devedor dos empréstimos captados em 13 de abril de 2016 e 18 de julho de 2016, no montante de COP 5.162.050(pesos colombianos), foram negociados para pagamento em 24 parcelas, ao custo de IBR mais 4,50% a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$5,1 milhões.

k) Em 13 de março de 2015, a controlada indireta Synapsis Colômbia captou, junto ao Banco Corpbanca Colômbia S.A., um empréstimo no valor de COP 4.500.000 (pesos colombianos), ao custo de "Depósito a Termino Fijo" - DTF mais 3,16% a.a., que será pago em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 25 de setembro 2015 e a última com vencimento em 25 de março de 2018. Em 28 de março de 2017, a controlada Synapsis Colômbia captou junto ao Banco Corpbanca Colômbia S.A. um empréstimo no valor de COP 750.000 pesos colombianos, ao custo de 11,38% a.a., com vencimento em 25 de setembro de 2017. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$2,4 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

l) Em 13 de janeiro de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.860.000 (pesos chilenos), ao custo de 5,79% a.a., que será pago em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de julho de 2015 e a última com vencimento em 13 de janeiro de 2018. Em 8 de julho de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.250.000 (pesos chilenos), ao custo 4,80% a.a., com vencimento em 07 de julho de 2016. Em 07 de julho de 2016, o empréstimo teve a sua data de vencimento prorrogada para 16 de dezembro de 2016, ao custo 6,16% a.a. Em 16 dezembro de 2016, o empréstimo foi prorrogado para 16 de junho de 2017, ao custo de 6,24% a.a. Em 16 de junho de 2017, o empréstimo foi prorrogado para 20 de junho de 2018, ao custo 6,24% a.a. Em 13 de julho de 2015, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Itaú Unibanco S.A., um empréstimo no valor de CLP 590.000 (pesos chilenos), ao custo 5.04% a.a., com vencimento em 12 de julho 2016. Em 12 de julho de 2016, o empréstimo teve a sua data de vencimento prorrogada para 16 de janeiro de 2017, ao custo de 6,24% a.a. Em 16 de janeiro de 2017, o empréstimo foi prorrogado para 21 de julho de 2017, ao custo de 6,24% a.a. Em 31 de maio de 2017, a controlada direta Synapsis Chile, captou junto ao Banco Itaú Chile um empréstimo no valor de CLP 2.000.000 (pesos Chilenos), ao custo de 5,16% a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado equivalia a R$22,6 milhões.

m) Em 5 de fevereiro de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,12% a.a., com vencimento em 02 de junho 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 02 de abril de 2019. Em 20 de julho de 2016, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 2 de abril de 2019. Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,46% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 2 de abril de 2019. Em 29 de março de 2017, a Synapsis Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,36% a.a., com vencimento para 28 de março de 2019. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$24,8 milhões.

n) Em 11 de agosto de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco BBVA S.A., um empréstimo no valor de CLP 653.060 (pesos chilenos), ao custo 7,32% a.a., que será pago em 12 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 10 de setembro de 2016 e a última com vencimento em 10 de agosto de 2017. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$0,6 milhão.

o) Em 8 de novembro de 2016, a controlada direta Synapsis Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,36% a.a., com vencimento para 3 de fevereiro de 2017. Em 03 de fevereiro de 2017, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 04 de maio de 2017. Em 04 de maio de 2017, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 31 de outubro de 2017, ao custo de 6,90%a.a. Em 30 de junho de 2017, o saldo devedor atualizado dos empréstimos equivalia a R$6,6 milhões.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**
	(em R$ mil)			
2016		–	–	218.937
2017		–	403.592	208.262
2018	111.108	148.739	130.705	76.750
2019	290.975	108.320	103.093	69.459
2020	69.784	11.002	3.530	–
2021	10.952	5.827	–	–
2022	5.520	–	–	–
Sub-total	**488.339**	**273.888**	**640.920**	**573.408**
Custo de captação	(700)	(142)	(670)	(1.986)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(26.844)	465
Total	**487.639**	**273.746**	**613.406**	**571.887**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que o custo médio da dívida estava em linha com os níveis do mercado conforme demonstrado nas tabelas acima. Ao longo dos anos de 2014, 2015 e 2016 e no primeiro semestre de 2017, mesmo com a contínua geração de caixa da Companhia proveniente das suas operações, o custo de novos financiamentos se elevou em decorrência do aumento de spread bancários cobrados em geral no primeiro semestre nos mercados do Brasil e da Colômbia.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

Os contratos de empréstimo e financiamento relevantes já estão descritos nos parágrafos acima.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia e suas controladas possuem operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Estas operações contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em "*swaps*", que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, e são mensuradas ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Para mais informações, vide nota explicativa número 14 das Informações Financeiras Trimestrais de 30 de junho de 2017.

Além das operações acima descritas, a Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Conforme descrito acima, as debêntures da 2ª emissão da Companhia, a NCE – Indireta com o Banco Bradesco S.A., as CCBs emitidas pela Companhia em favor do Itaú Unibanco S.A. e as operações de leasing financeiro contam, respectivamente com as seguintes garantias reais: alienação fiduciária de ações de emissão da Companhia, cessão fiduciária de recebíveis e alienação fiduciária do(s) bem(ns) objeto do *leasing*.

As dívidas mencionadas acima, garantidas por garantias reais, representavam 76,8% da dívida consolidada da Companhia em 30 de junho de 2017. As demais dívidas da Companhia eram da espécie quirografária.

Em eventual concurso de credores, prevalecerá os termos da Lei 11.101/05, que determina a ordem de prioridade de recebimento entre os credores.

A Diretoria da Companhia entende que não há determinação contratual com relação à subordinação entre as dívidas junto a instituições financeiras e de emissão, exceto o determinado pela lei conforme a classificação de cada instrumento.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

<u>Covenants financeiros</u>:

Em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia possuía debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA") ajustado, sendo:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- O LAJIDA ajustado correspondente ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.

- O limite do índice financeiro a ser atingido pela Companhia igual ou inferior a 3 vezes o LAJIDA em cada trimestre do ano 2017 para os contratos de empréstimo (itens a, f anteriores).

- O limite do índice financeiro a ser atingido pela Companhia é igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA em cada trimestre do ano de 2017 para os contratos de empréstimo (itens d, e anteriores).

Em 30 de junho de 2017, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice de 1,69 (1,89 em 31 de dezembro de 2016).

Controladas

- Contratos dos empréstimos com os Bancos Itaú, Santander e BBVA (itens g, h, i, m anteriores); o limite do índice financeiro a ser atingido pela Companhia é igual ou inferior a 2,5 vezes o LAJIDA ajustado em cada trimestre do ano 2017.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia encontra-se adimplente, tendo atingido o índice de 1,69 (1,89 em 31 de dezembro de 2016).

Em dezembro de 2014, a Companhia violou os índices de financeiros estabelecidos em certos instrumentos de financiamento da Synapsis, resultando na reclassificação do saldo devedor em tais instrumentos de financiamento para o passivo circulante, uma vez que a venda da Synapsis para a Companhia não foi devidamente informada aos bancos. Em 11 de março de 2015, a Companhia obteve *waivers* por tal descumprimento junto às respectivas instituições financeiras.

"Covenants" não financeiros

A seguir estão apresentados os principais "covenants" não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de dez dias.

- Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.

- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.

- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.

- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50 milhões, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.

- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R$30 milhões em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de "stock option" aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, a Companhia estava adimplente com os "covenants" não financeiros.

(G) LIMITES DOS FINANCIAMENTOS CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

A Diretoria da Companhia esclarece que, em 30 de junho de 2017, não havia limites de financiamentos contratados e ainda não utilizados pela Companhia. Entretanto, em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía linhas de crédito pré-aprovadas porém não utilizadas com instituições financeiras no montante de R$569,4 milhões.

(H) ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Principais alterações nas Demonstrações de Resultado

Comparação das Demonstrações de Resultado nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2017 e 2016

Os diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2017 e 2016, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

	Consolidado		Analise Vertical		Análise
Demonstração de Resultados	**Seis meses**		**Seis meses**		**Horizontal**
Em milhares de reais	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**30/06/2017**	**30/06/2016**	**2017 vs 2016**
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	**720.334**	**685.475**	**100,0%**	**100,0%**	**5,1%**
Custo dos serviços prestados	(548.270)	(555.942)	(76,1%)	(81,1%)	(1,4%)
LUCRO BRUTO	**172.064**	**129.533**	**23,9%**	**18,9%**	**32,8%**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	(16.227)	(15.883)	(2,3%)	(2,3%)	2,2%
Gerais e administrativas	(61.154)	(55.700)	(8,5%)	(8,1%)	9,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	125	0,0%	0,0%	(100,0%)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**94.683**	**58.075**	**13,1%**	**8,5%**	**63,0%**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	2.741	1.923	0,4%	0,3%	42,5%
Despesas financeiras	(39.834)	(35.020)	(5,5%)	(5,1%)	13,7%
Resultado de variação cambial	(9.873)	11.838	(1,4%)	1,7%	(183,4%)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**47.717**	**36.816**	**6,6%**	**5,4%**	**29,6%**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.632)	1.014	(0,4%)	0,1%	(359,6%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.203)	(17.172)	(2,4%)	(2,5%)	0,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	**27.882**	**20.658**	**3,9%**	**3,0%**	**35,0%**
PREJUÍZO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	–	**(9.045)**	**0,0%**	**(1,3%)**	**(100,0%)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**27.882**	**11.613**	**3,9%**	**1,7%**	**140,1%**

Nota: a análise vertical compara o percentual da rubrica em relação ao total de receita líquida. A análise horizontal compara o percentual de variação entre os dois períodos medidos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receita Líquida de Serviços

No primeiro semestre de 2017, a Receita Líquida de Serviços cresceu 5,1% comparada com o mesmo período no ano anterior, alcançando R$720,3 milhões. Em moeda local, com taxas de câmbio constantes, a receita do primeiro semestre de 2017 em relação ao mesmo período de 2016 cresceu 7,4%. A Diretoria da Companhia esclarece que tal evolução é decorrente principalmente da conquista de contratos de novos clientes de serviços de Cloud Solutions e IT Services que contribuiu com R$33,9 milhões de receita adicional. Adicionalmente, a Companhia teve receitas adicionais na base de clientes existentes de R$14,3 milhões decorrentes flutuações de volume e preços, principalmente por meio de vendas cruzadas (*cross-selling*) e incrementais (*up-selling*) entre as linhas de serviços oferecidas pela Companhia, e preço, inclusive em decorrência de inflação e variações anuais de custos previstos em contrato. Finalmente a descontinuação de contratos na base de clientes resultou numa variação adversa neste período de R$12,7 milhões.

Custo dos Serviços Prestados

O custo de serviços prestados do primeiro semestre de 2017 foi reduzido em 1,4% , alcançando R$548,3 milhões. A Diretoria da Companhia entende que a variação favorável decorre principalmente da economia de custos obtida com a captura adicional de sinergias na Synapsis (R$20,5 milhões de reduções de custos no primeiro semestre de 2017 em relação ao despendido no primeiro semestre de 2016) provenientes da sua aquisição ocorrida no final de 2014. A captura adicional de sinergias teve como efeito a redução dos custos com a contratação de serviços externos e com gastos de infraestrutura de TI e telecom de R$14,4 milhões e de ocupação de R$1,6 milhões, em razão da otimização dos contratos, a centralização e aumento da escala das compras, assim como um maior poder de negociação para a Companhia, diminuindo custos de manutenção e aquisição de *software* e com serviços contratados. Tal variação favorável foi parcialmente compensada pela variação de outros custos no Brasil que cresceram R$12,9 milhões, incluindo R$16,7 milhões gastos com salários, em razão do acordo coletivo anual de salários, parcialmente compensado por reduções em outras despesas.

Lucro Bruto

A margem bruta da Companhia passou de 18,9% no primeiro semestre de 2016 para 23,9% no primeiro semestre de 2017, conforme demonstrado na análise vertical da demonstração do resultado do exercício. A Diretoria da Companhia entende que a melhoria de margem é explicada pelos fatores indicados acima, mas principalmente pela captura adicional de sinergias provenientes da aquisição da Synapsis além da produtividade operacional alcançada nos serviços de IT Services.

Despesas de Vendas

As despesas de vendas do primeiro semestre de 2017 totalizaram R$16,2 milhões, comparadas com R$15,9 milhões no mesmo período em 2016, representando um aumento de R$0,3 milhões. A Diretoria da Companhia entende que o aumento decorre da variação anual de salários pelo reajuste anual devido à inflação com incremento de despesas de R$0,8 milhões, e a contratação de empregados adicionais para expandir a cobertura de vendas dos serviços de Cloud Solution e Digital Business, sendo parcialmente compensada pela redução de R$0,4 milhão com outras despesas comerciais.

Despesas Gerais e Administrativas

No primeiro semestre de 2017, as despesas gerais e administrativas aumentaram 9,8% quando comparadas com o mesmo período no ano anterior, alcançando R$61,2 milhões. A Diretoria da Companhia entende que o incremento de R$5,4 milhões foi causado por gastos de R$1,5 milhões ocorridos no primeiro semestre de 2017, não recorrentes, gerados por conta da reorganização administrativa necessária após a cisão dos negócios de BPO (Business Process Outsourcing) ocorrida em 31 de dezembro de 2016. Adicionalmente, ocorreram variações de R$1,8 milhões referentes a variações anuais de salários por acordo coletivo e R$1,8 milhões de aumento associado a custos de ocupação e serviços de terceiros.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O lucro operacional do primeiro semestre de 2017 alcançou R$94,7 milhões, com crescimento de 63% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal evolução foi gerada pelo crescimento das receitas recorrentes, pelas sinergias adicionais capturadas após a aquisição da Synapsis, implementação de programas de produtividade nas operações de IT Services, sendo parcialmente compensados adversamente pelos aumentos anuais de salários de vendas e pessoal administrativo, conforme indicado nos itens acima.

Resultado Financeiro Líquido

As receitas financeiras da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2017 totalizaram R$2,7 milhões, representando um aumento de R$0,8 milhão, ou 42,5%, em comparação com R$1,9 milhão para o semestre findo em 30 de junho de 2016. Esse aumento deveu-se principalmente a um aumento do valor médio de caixa investido em investimentos de curto prazo e remunerados durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2016, resultando em um aumento de R$0,4 milhão nas receitas financeiras parcialmente compensado por uma diminuição nas outras receitas financeiras de outros investimentos no mesmo período.

As despesas financeiras do primeiro semestre de 2017 foram de R$39,8 milhões comparadas com R$35,0 milhões do primeiro semestre de 2016, representando um crescimento horizontal de 13,7%. A Diretoria da Companhia entende que tal crescimento decorre de (1) um aumento de R$4,5 milhões em despesas com juros remuneratórios no período, de R$27,4 milhões durante o primeiro semestre de 2016 para R$31,9 milhões durante o primeiro semestre de 2017, refletindo principalmente o aumento da taxa de juros no Brasil e na Colômbia e, (2) um aumento de R$2,2 milhões em outras despesas financeiras principalmente relacionado a despesas e taxas bancárias incorridas no primeiro semestre de 2017, se comparado ao primeiro semestre de 2016, como resultado do refinanciamento de determinados empréstimos e outros acordos financeiros durante o primeiro semestre de 2017. Esses efeitos foram compensados parcialmente pela redução em R$1,9 milhão no valor justo da marcação a mercado das variações nas operações de s*wap* de peso chileno e peso colombiano em relação ao real.

A variação cambial líquida de R$9,9 milhões do primeiro semestre de 2017 deriva da flutuação cambial desfavorável dos empréstimos contraídos em moeda estrangeira do Chile e Colômbia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social diferidos alcançaram R$19,8 milhões no primeiro semestre de 2017, com crescimento horizontal de 22,8% em relação ao mesmo período no ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal variação decorre principalmente do crescimento do lucro antes do imposto de renda e contribuições sociais do período.

Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas

A rubrica Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas totalizou R$27,9 milhões no primeiro semestre de 2017, apresentando crescimento de 35,0% em comparação com o semestre encerrado em 30 de junho de 2016. A Diretoria da Companhia entende que tal crescimento se deve aos fatores descritos acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Demonstrações de Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014

Os diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

Demonstrações de Resultados	Consolidado			Análise Vertical			Análise Horiz.	
Valores em milhares de Reais	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**2016 v 2015**	**2015 v 2014**
Receita Líquida de Serviços	**1.413.938**	**1.343.691**	**1.002.955**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**5,2%**	**34,0%**
Custo dos serviços prestados	(1.090.601)	(1.091.821)	(746.859)	(77,1%)	(81,3%)	(74,5%)	(0,1%)	46,2%
Lucro Bruto	**323.337**	**251.870**	**256.096**	**22,9%**	**18,7%**	**25,5%**	**28,4%**	**(1,7%)**
Receitas (despesas) Operacionais								
Vendas	(22.111)	(26.046)	(12.227)	(1,6%)	(1,9%)	(1,2%)	(15,1%)	113,0%
Gerais e administrativas	(121.408)	(106.394)	(111.983)	(8,6%)	(7,9%)	(11,2%)	14,1%	(5,0%)
Resultado de equivalência patrimonial							na	na
Outras receitas operacionais, líquidas	426	279	245	0,0%	0,0%	0,0%	52,7%	13,9%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	**180.244**	**119.709**	**132.131**	**12,7%**	**8,9%**	**13,2%**	**50,6%**	**(9,4%)**
Resultado Financeiro								
Receitas financeiras	5.884	16.927	17.983	0,4%	1,3%	1,8%	(65,2%)	(5,9%)
Despesas financeiras	(55.041)	(83.899)	(61.199)	(3,9%)	(6,2%)	(6,1%)	(34,4%)	37,1%
Variação cambial líquida	(6.212)	(6.757)	25.658	(0,4%)	(0,5%)	2,6%	(8,1%)	(126,3%)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**124.875**	**45.980**	**114.573**	**8,8%**	**3,4%**	**11,4%**	**171,6%**	**(59,9%)**
Imposto de renda e contribuição social – correntes	2.348	104	(402)	0,2%	0,0%	(0,0%)	2157,7%	(125,9%)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(63.604)	(21.387)	(53.025)	(4,5%)	(1,6%)	(5,3%)	197,4%	(59,7%)
Lucro Líquido do exercício operações continuadas	**63.619**	**24.697**	**61.146**	**4,5%**	**1,8%**	**6,1%**	**157,6%**	**(59,6%)**
Lucro (prejuizo) Liquido operações descontinuadas	**(17.644)**	**(17.439)**	**25.202**	**(1,2%)**	**(1,3%)**	**2,5%**	**1,2%**	**(169,2%)**
Lucro Líquido do Exercício	**45.975**	**7.258**	**86.348**	**3,3%**	**0,5%**	**8,6%**	**533,4%**	**(91,6%)**

Nota: a análise vertical compara o percentual da rubrica em relação ao total de receita líquida. A análise horizontal compara o percentual de variação entre os dois períodos medidos.

Principais alterações nas Demonstrações de Resultados

Comparação das Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Receita Líquida de Serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida de serviços cresceu 5,2% em relação ao mesmo período no ano anterior, alcançando R$1.413,9 milhões comparado a R$1.343,6 milhões no mesmo período do ano anterior.

A Diretoria da Companhia entende que o crescimento orgânico da receita decorre da venda de novos contratos (R$85,2 milhões), em suas linhas de serviços, incluindo IT Services, Cloud Solutions e Digital Business, e receitas oriundas de contratos na base de clientes existentes (receita adicional gerada de R$14,1 milhões em 2016), por meio de vendas cruzadas (cross selling) e incrementais (up selling) entre as linhas de serviço oferecidas pela Companhia, e aumento do preço, inclusive em decorrência de inflação. Os resultados de receita e lucros do período foram impactados pelo aumento da alíquota de desoneração de impostos que foi corrigida para 4,5% a partir de dezembro de 2015. O impacto adverso desta oneração tributária foi de R$30,2 milhões no ano findo de 2016 ou de 2,4 pontos percentuais de crescimento nos resultados da Companhia.

Custo dos Serviços Prestados

O custo de serviços prestados composto por depreciação de equipamentos, pagamentos de licenças de *software*, energia elétrica, salários e benefícios e outras despesas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 na análise horizontal manteve-se praticamente estável quando comparado com o ano anterior, atingindo R$1.090,6 milhões, mesmo com o crescimento da receita líquida de serviços de 5,2% em relação ao ano anterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que os resultados favoráveis na variação de custos em 2016 foram beneficiados pelos gastos não recorrentes com readequação da estrutura operacional para absorção das operações adquiridas da Synapsis registrados em 2015 no valor de R$23,3 milhões, dos quais R$10,3 milhões corresponderam a gastos relativos a rescisões de vínculos trabalhistas, R$4,9 milhões corresponderam a gastos com rescisões contratuais e as respectivas multas, R$3,9 milhões corresponderam a gastos com honorários advocatícios e auditores independentes, R$2,9 milhões com adaptações de sistemas e processos nas empresas adquiridas, além da captura adicional em 2016 dos benefícios de sinergia de custos provenientes da aquisição da Synapsis ocorrida no final de 2014 e R$1,3 milhão com outros gastos. O resultado favorável dos custos mencionados acima foi compensado pela variação de outros custos, incluindo o aumento nos gastos com energia elétrica no exercício de 2016, o aumento no gasto com salários de R$10,3 milhões, em razão de ajustes de inflação e aumento de outros gastos em decorrência da renovação dos contratos com os fornecedores de *software* a preços maiores.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no ano fiscal de 2016 atingiu R$323,3 milhões com crescimento de 28,4% em relação ao mesmo período no ano anterior. A margem bruta evoluiu de 18,7% em 2015 para 22,9% em 2016 mesmo com os impactos adversos do aumento de alíquota de impostos sobre a desoneração da folha ocorrida em dezembro de 2015. A melhoria de margem em 2016 comparada com 2015 se deve aos fatores descritos acima.

Despesas de Vendas

As despesas de vendas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 atingiram R$22,1 milhões, em comparação com R$26,0 milhões em 2015, apresentando uma redução de 15,1% em relação ao ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que a variação decorre da sinergia adicional de R$4,0 milhões em relação ao mesmo período no ano anterior em razão da economia de custos gerada pela consolidação da força de vendas e marketing da Companhia com as empresas adquiridas da Synapsis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas alcançaram R$121,4 milhões em 2016 com aumento de 14,1% em relação ao ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal variação ocorreu principalmente pelo incremento do bônus e programa de participação de resultados que tiveram resultados superiores quando comparados com 2015, ano em que certas metas do programa de participação de resultados não foram completamente atingidas, representando R$28,9 milhões de custos adicionais. Parte dos impactos pelo incremento do bônus e do programa de participação nos resultados foram mitigados pela captura de sinergias provenientes da aquisição da Synapsis ocorrida no final de 2014, com a redução dos gastos da Companhia relacionados a despesas administrativas de R$3,7 milhões, reduções nos gastos com ocupação e serviços de R$1,7 milhão e gastos não recorrentes com reestruturação dos negócios adquiridos no valor de R$5,3 milhões ocorridos em 2015.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R$180,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 50,6% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Diretoria da Companhia esclarece que, como percentual da Receita Líquida, a rubrica Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro representou 12,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma evolução de 3,8 p.p. em relação a o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Diretoria da Companhia entende que tal variação é justificada pelo conjunto das variações das rubricas Lucro Bruto, Despesas com Vendas, Despesas Gerais e Administrativas e Outras Despesas Operacionais, Líquidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado Financeiro Líquido

As receitas financeiras do ano fiscal de 2016 alcançaram R$5,9 milhões, apresentando uma redução de 65,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que esta variação deriva da menor disponibilidade de caixa e equivalentes por conta das grandes flutuações no mercado de taxas de juros para a captação de novos empréstimos que levou a Companhia a postergar a captação de novos financiamentos e empréstimos até uma maior estabilização no mercado. Essa redução decorre principalmente (1) da redução de 60,6% das receitas de investimentos de curto prazo, de R$12,6 milhões em 2015 para R$5,0 milhões em 2016 e (2) da redução de 78.7% em outras receitas financeiras, de R$4,4 milhões em 2016 para R$0,9 milhão em 2015, refletindo em ambos os casos a redução no montante médio de recursos investidos em aplicações financeiras nesse período devido à decisão da administração da Companhia de se abster de tomar novos empréstimos no período em que havia um ambiente de volatilidade de taxa de juros.

As despesas financeiras da Companhia no ano encerrado em 2016 totalizaram R$55,0 milhões, com redução sobre o mesmo período de 2015 de 34,4%. A Diretoria da Companhia entende que esta variação decorre da geração de caixa operacional ocorrida em 2016 que levou a redução dos níveis de endividamento da Companhia de R$716,3 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R$582,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, resultando na redução de 34,7% ou de R$24,9 milhões nas despesas com juros no período, de R$72,0 milhões no exercício de 2015 para R$47,0 milhões no exercício de 2016.

A rubrica de variação cambial líquida manteve-se praticamente estável em 2016, registrando despesas de R$6,2 milhões geradas pela depreciação do real brasileiro. Tal variação desfavorável decorre de valores contidos nos empréstimos e financiamentos contraídos no Exterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social diferidos alcançaram R$63,6 milhões no exercício findo em 2016, com aumento de 197,4% em relação ao mesmo período no ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal aumento se deu pelo incremento de 171,6% nos lucros antes do Imposto de Renda e Contribuição Social verificado em 2016 em relação a 2015 e pela despesa excepcional e não recorrrente de Imposto de Renda e Contribuição Social de R$15,3 milhões reconhecida ao final de 2016 por conta do prejuízo fiscal acumulado referente a parcela do acervo cindido e destinado à NEOBPO.

Lucro Líquido do Exercício

A rubrica Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas totalizou R$63,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, apresentando um aumento de 157,6% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Como percentual da Receita Líquida, a rubrica Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas representou 4,5% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma evolução de 2,7 p.p. em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Diretoria da Companhia entende que tal evolução é justificada pelo conjunto das variações positivas das rubricas Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e negativas do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Finalmente, o impacto da despesa excepcional e não recorrente de Imposto de Renda e Contribuição Social de R$15,3 milhões, por conta do prejuízo fiscal acumulado referente a parcela do acervo cindido e destinado à NEOBPO, foi 1,1 p.p adverso, no percentual de comparação em 2016 do Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas em relação a Receita Líquida de Serviços do período.

O lucro líquido total da Companhia no exercício, incluindo as operações descontinuadas, foi de R$46,0 milhões em 2016, um aumento de R$38,7 milhões em relação a R$7,3 milhões em 2015, refletindo os efeitos de uma perda de R$17,6 milhões no exercício de operações descontinuadas em 2016, em comparação com a perda de R$17,4 milhões para os exercícios de operações descontinuadas em 2015, em ambos os períodos correspondentes aos resultados do negócio de BPO que foi cindido em 31 de dezembro de 2016.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Demonstrações de Resultados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Receita Líquida de Serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida de serviços cresceu 34,0%, passando de R$1.003,0 milhões em 2014 para R$1.343,7 milhões em 2015. A Diretoria da Companhia entende que o resultado foi parcialmente favorecido pela aquisição da Synapsis ocorrida no final de 2014 e que, portanto, apenas impactou o último trimestre de 2014 em relação ao ano inteiro de 2015. Adicionalmente, o aumento se deu em razão do crescimento orgânico da Companhia. Quando excluído o impacto da aquisição da Synapsis (R$239,9 milhões favoráveis) nos dois períodos, a receita do ano de 2015 evoluiu 11,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Diretoria da Companhia esclarece também que o crescimento orgânico de R$100,8 milhões da receita decorre da venda de novos contratos de R$85,2 milhões, nas linhas de serviço da Companhia, e por volume adicional, no valor de R$15,6 milhões, de transações na base de clientes existentese recorrência da receita dos contratos anteriormente existentes que são atualizados anualmente pela inflação dos índices contratuais.

Custo dos Serviços Prestados

O custo de serviços prestados composto por depreciação de equipamentos, pagamentos de licenças de *software*, energia elétrica, salários e benefícios e outras despesas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 cresceu 46,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$1.091,8 milhões. A Diretoria da Companhia entende que tais custos foram adversamente impactados pela compra da Synapsis em 2014 que resultaram em custos adicionais de R$167,7 milhões pelo fato da Synapsis passar a ter operado como parte da Tivit apenas a partir de outubro de 2014 enquanto em 2015, as despesas foram consolidadas nos 12 meses de operações e pelos gastos não recorrentes com readequação da estrutura operacional para absorção das operações adquiridas registrados em 2015, no valor de R$23,3 milhões. Tais gastos incluíram custos com rescisões trabalhistas, reorganizações societárias, implementação de sistemas de unificação de processos e informações e implementações de novos processos nas empresas adquiridas.

Além dos resultados das operações da Synapsis, bem como outros gastos de integração operacional registrados em 2015 o custo dos serviços prestados aumentou em decorrência do crescimento orgânico da Companhia, incluindo um aumento de R$23,7 milhões em gastos de locação, refletindo entre outros, aumento do custo da energia elétrica, um aumento de R$9,8 milhões na depreciação e amortização de custos de aquisição de *software* e um aumento no gasto com salários, em razão do acordo coletivo anual de salários com um impacto de R$26,7 milhões e R$90,1 milhõs em decorrência do crescimento folha de pagamento de pessoal operacional para atender o crescimento das operações.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Companhia no ano fiscal de 2015 atingiu R$251,9 milhões com queda de 1,7% em relação ao mesmo período no ano anterior, quando o lucro bruto atingiu R$256,1 milhões. A Diretoria da Companhia esclarece que, apesar do crescimento orgânico e inorgânico da receita da companhia no período, os custos de serviços adicionais não recorrentes por conta da readequação da estrutura operacional para absorção das operações adquiridas registrados em 2015 impactaram adversamente o lucro bruto do período.

Despesas de Vendas

As despesas de vendas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 atingiram R$26,0 milhões e tiveram o crescimento de 113,0% em relação ao ano anterior quando somaram R$12,2 milhões. A Diretoria da Companhia entende que a variação decorre da consolidação das empresas adquiridas da Synapsis (R$5,0 milhões) que passou a operar como parte da Tivit apenas a partir de outubro de 2014 enquanto, em 2015, as despesas foram consolidadas nos 12 meses de operações, além dos gastos com expansão de vendas e marketing para as operações de Cloud Solutions (R$4,8 milhões) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas alcançaram R$106,4 milhões em 2015 com redução de 5,0% em relação ao ano anterior. A Diretoria da Companhia entende que tal variação ocorreu principalmente em decorrência do menor valor de R$25,4 milhões, de custos relativos a bônus e programas de participação nos resultados de 2015 quando comparados com o ano anterior. Tal redução foi parcialmente compensada pelos custos de serviços adicionais não recorrentes, no valor de R$17,4 milhões, por conta da readequação da estrutura operacional para absorção das operações adquiridas registrados em 2015, e pelo aumento nos gastos com salários em decorrência do ajuste anual da remuneração da administração da Companhia.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro

O Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R$119,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, apresentando uma redução de 9,4% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando totalizou R$132,1 milhões. A Diretoria da Companhia esclarece que, como percentual da Receita Líquida, a rubrica Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro representou 8,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 4,3 p.p. em relação a o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Diretoria da Companhia entende que tal variação é justificada pelo conjunto das variações das rubricas Lucro Bruto, Despesas com Vendas, Despesas Gerais e Administrativas e Outras Despesas Operacionais, Líquidas.

Resultado Financeiro Líquido

As receitas financeiras do ano fiscal de 2015 alcançaram R$16,9 milhões, apresentando uma redução de 5,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizaram R$18,0 milhões. A Diretoria da Companhia entende que esta variação deriva da redução dos montantes investidos em aplicações financeiras de curto prazo, em razão da menor disponibilidade de caixa e equivalentes uma vez que parte das disponibilidades da Companhia foram utilizadas na aquisição da Synapsis.

As despesas financeiras da Companhia no ano encerrado em 2015 totalizaram R$83,9 milhões, com crescimento sobre o mesmo período de 2014 de 37,1%, quando totalizaram R$61,2 milhões. A Diretoria da Companhia entende que esta variação decorre principalmente do aumento dos custos com juros de R$46,5 milhões no exercício de 2014, para R$72,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2015, apresentando um aumento de 54,7%, refletindo o aumento do endividamento em razão dos empréstimos contraídos para parcialmente absorver a aquisição da Synapsis no final de 2014, bem como do aumento da taxa média do CDI, que indexa uma parcela significativa das dívidas da Companhia, que aumentou de 10,8% em 2014 para 13,4% em 2015.

A rubrica de variação cambial líquida registrou despesas de R$6,8 milhões em 2015 em comparação com uma receita de R$25,7 milhões em 2014, em razão da depreciação do real brasileiro causando variação desfavorável nos valores de empréstimos e financiamentos contraídos no Chile e Colômbia na moeda destes países, refletindo a apreciação de 25,6% e 10,8% dos pesos chileno e colombiano, respectivamente, contra o real brasileiro em 31 de dezembro de 2015, em comparação com 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía dívidas mensuradas a valor justo no valor total de R$72,2 milhões comparado com R$138,2 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social diferidos alcançaram R$21,4 milhões no exercício findo em 2015 com redução de 59,6% em relação ao mesmo período no ano anterior de R$53,0 milhões. A Diretoria da Companhia entende que tal redução se deu em linha com a variação do lucro antes do imposto de renda da contribuição social.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido do Exercício

A rubrica Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas totalizou R$24,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, apresentando redução de R$36,4 milhões ou 59,6% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Como percentual da Receita Líquida, a rubrica Lucro Líquido do Exercício Operações Continuadas representou 1,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma redução de 4,3 p.p. em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A Diretoria da Companhia entende que tal redução é justificada pelo conjunto das variações das rubricas Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e Imposto de Renda e Contribuição Social, cujas variações são explicadas acima.

O lucro líquido total do exercício, incluindo as operações descontinuadas, foi de R$7,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma queda de R$79,1 milhões, ou 91,7%, em comparação com R$86,3 milhões em 2014, refletindo as despesas de juros adicionais derivadas de empréstimos contraídos para adquirir a Synapsis, bem como custos de reestruturação incorridos em 2015, a fim de capturar sinergias nos negócios adquiridos.

Principais alterações no Balanço Patrimonial

Comparação do Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Os diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

	Consolidado			
ATIVOS em milhares de reais	**30/06/2017**	**AV%**	**31/12/2016**	**AH%**
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	41.763	1,6%	101.762	(59,0%)
Contas a receber	274.355	10,6%	219.116	25,2%
Contas a receber - partes relacionadas	18.779	0,7%	3.241	479,4%
Impostos a recuperar	39.582	1,5%	37.127	6,6%
Despesas antecipadas	20.131	0,8%	22.484	(10,5%)
Operações com "s*wap*"	12.235	0,5%	13.517	(9,5%)
Depósitos judiciais	338	0,0%	2.093	(83,9%)
Outros créditos	41.099	1,6%	16.418	150,3%
Total dos ativos circulantes	**448.282**	**17,3%**	**415.758**	**7,8%**
NÃO CIRCULANTES				
Operações com "s*wap*"	18.985	0,7%	30.342	(37,4%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.617	0,2%	7.530	(25,4%)
Outros créditos	1.366	0,1%	343	298,3%
Contas a receber - partes relacionadas	–	0,0%	12.422	(100,0%)
Despesas antecipadas	1.671	0,1%	4.220	(60,4%)
Depósitos judiciais e garantias	19.205	0,7%	16.720	14,9%
Investimentos			–	
Imobilizado	468.529	18,1%	479.563	(2,3%)
Intangível:				
Ágio na aquisição de investimentos	1.455.898	56,2%	1.452.122	0,3%
Outros intangíveis	169.809	6,6%	154.767	9,7%
Total dos ativos não circulantes	**2.141.080**	**82,7%**	**2.158.029**	**(0,8%)**
TOTAL DOS ATIVOS	**2.589.362**	**100,0%**	**2.573.787**	**0,6%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Consolidado			
PASSIVOS em milhares de reais	**30/06/2017**	**AV%**	**31/12/2016**	**AH%**
CIRCULANTES				
Fornecedores	114.561	4,4%	91.723	24,9%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	205.396	7,9%	454.513	(54,8%)
Impostos a recolher	25.302	1,0%	31.963	(20,8%)
Salários e encargos sociais	105.009	4,1%	103.140	1,8%
Provisão para riscos e processos judiciais	2.954	0,1%	9.681	(69,5%)
Dividendos a pagar	10.919	0,4%	10.919	0,0%
Demais contas a pagar	8.063	0,3%	20.089	(59,9%)
Total dos passivos circulantes	**472.204**	**18,2%**	**722.028**	**(34,6%)**
NÃO CIRCULANTES				
Fornecedores	3.424	0,1%	2.416	41,7%
Provisão para riscos e processos judiciais	68.943	2,7%	61.497	12,1%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	487.638	18,8%	273.746	78,1%
Impostos a recolher	10.971	0,4%	10.340	6,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218.036	8,4%	202.927	7,4%
Contas a pagar - partes relacionadas	–	0,0%	–	
Demais contas a pagar	12.486	0,5%	17.546	(28,8%)
Total dos passivos não circulantes	**801.498**	**31,0%**	**568.472**	**41,0%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	1.065.455	41,1%	1.065.455	0,0%
Ações em tesouraria	(46.715)	(1,8%)	(46.715)	0,0%
Reservas de capital	44.633	1,7%	43.080	3,6%
Reservas de lucros	218.804	8,5%	218.804	0,0%
Lucros acumulados	27.882	1,1%	–	
Outros resultados abrangentes	5.601	0,2%	2.663	110,3%
Total do patrimônio líquido	**1.315.660**	**50,8%**	**1.283.287**	**2,5%**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.589.362**	**100,0%**	**2.573.787**	**0,6%**

Nota: a análise vertical compara o percentual da rubrica em relação ao total dos ativos e passivos. A análise horizontal compara o percentual de variação entre os dois períodos medidos.

Ativo Circulante

Em 30 de junho de 2017, o ativo circulante da Companhia era de R$448,3 milhões comparados com R$415,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, apresentando crescimento de 7,8% quando comparado com os saldos de 31 de dezembro de 2016. A Diretoria da Companhia entende que as variações foram registradas pelos seguintes fatores:

A rubrica de caixa e equivalentes foi reduzida de R$101,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$41,8 milhões em 30 de junho de 2017, uma redução de 59%. A redução foi gerada pela quitação de R$42,8 milhões de empréstimos junto ao Banco Santander.

O Contas a receber de R$274,4 milhões em 30 de junho 2017 apresentou aumento de 25,2% em relação ao saldo de R$219,1 milhões em 31 de dezembro de 2016. O incremento se deve ao aumento sazonal e típico de contas a receber nos primeiros meses do ano quando comparados com os saldos de final do ano onde há, por parte dos clientes, maior velocidade na quitação de valores pendentes e por eles a pagar em seus orçamentos anuais.

Os saldos de contas a receber de partes relacionadas de R$3,2 milhões de 31 de dezembro de 2016 passaram para R$18,7 milhões em 30 de junho de 2017, um aumento de 479,4%. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo fato de, em 31 de dezembro de 2016, R$12,4 milhões relativos à parcela cindida dos empréstimos e financiamentos provenientes da cisão dos negócios de BPO ocorrida em 31 de dezembro de 2016 estarem representadas no ativo não circulante, sendo transferidas em 30 de junho de 2017 para o ativo circulante em decorrência dos prazos de vencimento inferiores a 360 registrados no encerramento do segundo trimestre de 2017.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não Circulante

Em 30 de junho de 2017, o saldo de ativos não circulantes era de R$2.141,1 milhões comparados com R$2.158,0 milhões em 31 de dezembro de 2016. A Diretoria da Companhia entende que o maior saldo das contas de ativos não circulantes se refere ao ágio contabilizado na aquisição de empresas adquiridas complementares aos negócios da Companhia no valor de R$1.455,9 milhões, bem como pelos demais fatores abaixo descritos:

A rubrica de Operações com s*wap* ativo apresentou em 30 de junho de 2017 o total de R$19,0 milhões com redução de 37,4% em relação ao saldo de R$30,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 refletindo, principalmente, a menor valorização do real frente às outras moedas.

Conforme mencionado acima, o saldo existente em 31 de dezembro de 2016 de R$12,4 milhões de contas a receber de partes relacionadas reclassificado para o ativo circulante no semestre findo em 30 de junho de 2017 em função dos prazos de vencimento inferiores a 360 dias registrados no encerramento do segundo trimestre de 2017, o que justifica a ausência de contas a receber – partes relacionadas em 30 de junho de 2017.

Passivo Circulante

O total de passivo circulante da Companhia foi reduzido de R$722,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$472,2 milhões em 30 de junho de 2017, uma redução de 34,6%. A Diretoria da Companhia entende que tal redução decorre principalmente dos seguintes fatores:

A rubrica Fornecedores apresentou em 30 de junho de 2017 um aumento de 24,9% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2016, passando de R$91,7 milhões para R$114,6 milhões, em função principalmente de aquisições de investimento de capital (CAPEX) de R$24,5 milhões registradas tipicamente no primeiro semestre porém com vencimentos após 30 de junho de 2017, em linha com os prazos de pagamento da Companhia.

O saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures foi reduzido de R$454,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$205,4 milhões em 30 de junho de 2017, uma redução de 54,8%. Tal redução decorre do pagamento e renovações das obrigações empréstimos da Companhia ocorridos no primeiro trimestre de 2017. A redução dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures de R$249,1 milhões de curto prazo ocorrida no primeiro semestre de 2017 foram acompanhadas pelo incremento de R$213,9 milhões verificada nos saldos de longo prazo de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

A rubrica de Salários e encargos sociais a pagar aumentou de R$103,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$105,0 milhões em 30 de junho de 2017, um aumento de 1,8%, refletindo o aumento anual de salários ocorrida no início de 2017.

O saldo de dividendos a pagar de R$10,9 milhões em 30 de junho de 2017 se manteve o mesmo em relação a 31 de dezembro de 2016 por tratar-se de dividendos relativos aos lucros do período findo em 31 de dezembro de 2016, provisionados e ainda não distribuídos.

O saldo de demais contas a pagar foi reduzido de R$20,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$8,0 milhões em 30 de junho de 2017, uma redução de 59,9%, em decorrência do menor volume de receitas diferidas a apropriar pela conclusão de projetos que se encontravam em implementação.

Passivo não Circulante

O total de passivo não circulante alcançou o total de R$801,5 milhões em 30 de junho de 2017 comparados com R$568,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de 41,0%. A Diretoria da Companhia entende que as variações se devem aos seguintes fatores:

O saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures aumentou de R$273,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R$487,6 milhões em 30 de junho de 2017, um aumento de 78,1%. Conforme mencionado acima, tal aumento decorre do pagamento e renovações das obrigações empréstimos da Companhia ocorridos no primeiro trimestre de 2017. A redução dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures de R$249,1 milhões de curto prazo ocorrida no primeiro semestre de 2017 foram acompanhadas pelo incremento de R$213,9 milhões verificada nos saldos de longo prazo de Empréstimos, financiamentos e debêntures.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentou um aumento de 7,4% refletindo a movimentação das diferenças temporárias que são base para a apuração desse saldo.

Patrimônio Líquido

O saldo de Patrimônio Líquido em 30 de junho de 2017 foi de R$1.315,6 milhões comparado com R$1.283,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. A Diretoria da Companhia entende que esta variação de 2,5% se deve ao aumento dos lucros acumulados desde 31 de dezembro de 2016.

Comparação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

	Consolidado			Análise Vertical			Análise Horiz.	
ATIVOS	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**2016 v 2015**	**2015 v 2014**
				(Em milhares de reais - R$)				
CIRCULANTES								
Caixa e equivalentes de caixa	101.762	39.783	169.207	4,0%	1,4%	6,0%	155,8%	(76,5%)
Contas a receber	219.116	292.841	299.292	8,5%	10,3%	10,5%	(25,2%)	(2,2%)
Contas a receber - partes relacionadas	3.241	–	–	0,1%	–	–	na	na
Aplicação financeira restrita	–	–	53.124	–	–	1,9%	na	na
Impostos a recuperar	37.127	59.310	65.054	1,4%	2,1%	2,3%	(37,4%)	(8,8%)
Despesas antecipadas	22.484	27.449	13.813	0,9%	1,0%	0,5%	(18,1%)	98,7%
Operações *com swap*	13.517			0,5%	–	–	na	na
Depósitos judiciais	2.093	10.247	–	0,1%	0,4%	–	(79,6%)	na
Outros créditos	16.418	19.475	20.852	0,6%	0,7%	0,7%	(15,7%)	(6,6%)
Total dos ativos circulantes	**415.758**	**449.105**	**621.342**	**16,2%**	**15,8%**	**21,9%**	**(7,4%)**	**(27,7%)**
NÃO CIRCULANTES								
Operações *com swap ativo*	30.342	70.542	15.014	1,2%	2,5%	0,5%	(57,0%)	369,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.530	9.162	12.639	0,3%	0,3%	0,4%	(17,8%)	(27,5%)
Outros créditos	343	518	2.301	0,0%	0,0%	0,1%	(33,8%)	(77,5%)
Contas a receber - partes relacionadas	12.422	–	–	0,5%	–	–	na	na
Despesas antecipadas	4.220	5.353	–	0,2%	0,2%	–	(21,2%)	na
Depósitos judiciais e garantias	16.720	28.924	19.665	0,6%	1,0%	0,7%	(42,2%)	47,1%
Investimentos	–	–	–	–	–	–	na	na
Imobilizado	479.563	579.269	479.521	18,6%	20,3%	16,9%	(17,2%)	20,8%
Intangível:								
Ágio na aquisição de investimentos	1.452.122	1.538.414	1.529.412	56,4%	54,0%	53,9%	(5,6%)	0,6%
Outros intangíveis	154.767	169.331	158.666	6,0%	5,9%	5,6%	(8,6%)	6,7%
Total dos ativos não circulantes	**2.158.029**	**2.401.513**	**2.217.218**	**83,8%**	**84,2%**	**78,1%**	**(10,1%)**	**8,3%**
Total dos Ativos	**2.573.787**	**2.850.618**	**2.838.560**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**(9,7%)**	**0,4%**

	Consolidado			Análise Vertical			Análise Horiz.	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**2016 v 2015**	**2015 v 2014**
				(Em milhares de reais - R$)				
CIRCULANTES								
Fornecedores	91.723	143.473	155.685	3,6%	5,0%	5,5%	(36,1%)	(7,8%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	454.513	213.192	246.420	17,7%	7,5%	8,7%	113,2%	(13,5%)
Impostos a recolher	31.963	37.563	40.824	1,2%	1,3%	1,4%	(14,9%)	(8,0%)
Salários e encargos sociais	103.140	112.731	128.139	4,0%	4,0%	4,5%	(8,5%)	(12,0%)
Provisão para riscos e processos judiciais	9.681	17.332	15.770	0,4%	0,6%	0,6%	(44,1%)	9,9%
Dividendos a pagar	10.919	1.724	20.413	0,4%	0,1%	0,7%	533,4%	(91,6%)
Demais contas a pagar	20.089	10.678	8.238	0,8%	0,4%	0,3%	88,1%	29,6%
Total dos passivos circulantes	**722.028**	**536.693**	**615.489**	**28,1%**	**18,8%**	**21,7%**	**34,5%**	**(12,8%)**
NÃO CIRCULANTES								
Fornecedores	2.416	2.737	10.963	0,1%	0,1%	0,4%	(11,7%)	(75,0%)
Provisão para riscos e processos judiciais	61.497	87.449	44.803	2,4%	3,1%	1,6%	(29,7%)	95,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	273.746	613.406	571.887	10,6%	21,5%	20,1%	(55,4%)	7,3%
Impostos a recolher	10.340	26.800	20.267	0,4%	0,9%	0,7%	(61,4%)	32,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	202.927	161.362	147.060	7,9%	5,7%	5,2%	25,8%	9,7%
Contas a pagar - partes relacionadas	–	–	–	–	–	–	na	na
Demais contas a pagar	17.546	18.616	22.737	0,7%	0,7%	0,8%	(5,7%)	(18,1%)
Total dos passivos não circulantes	**568.472**	**910.370**	**817.717**	**22,1%**	**31,9%**	**28,8%**	**(37,6%)**	**11,3%**
PATRTMÔNTO LÍQUIDO								
Capital social	1.065.455	1.207.128	1.193.770	41,4%	42,3%	42,1%	(11,7%)	1,1%
Capital a integralizar	–	–	(4.626)	–	–	(0,2%)	na	na
Ações em tesouraria	(46.715)	(46.715)	–	(1,8%)	(1,6%)	–	–	na
Reservas de capital	43.080	40.448	37.552	1,7%	1,4%	1,3%	6,5%	7,7%
Reservas de lucros	218.804	183.748	178.214	8,5%	6,4%	6,3%	19,1%	3,1%
Resultado abrangente acumulado	2.663	18.946	444	0,1%	0,7%	0,0%	(85,9%)	4167,1%
Total do patrimônio líquido	**1.283.287**	**1.403.555**	**1.405.354**	**49,9%**	**49,2%**	**49,5%**	**(8,6%)**	**(0,1%)**
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	**2.573.787**	**2.850.618**	**2.838.560**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**(9,7%)**	**0,4%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2016 e 2015:

Comentário Geral: Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária da Companhia, com o objetivo de segregar o negócio de *Business Process Outsourcing* (BPO) do restante das operações da Companhia, e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus setores de atuação de forma a impulsionar o crescimento de ambas. Essa cisão deu origem à empresa NEOBPO, portanto uma parcela significativa das variações ocorridas nos saldos de balanço em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 deve-se à cisão dos saldos correspondentes a cada empresa.

Ativos circulantes

Os ativos circulantes da Companhia eram de R$415,8 milhões e R$449,1 milhões, respectivamente, ao final de 2016 e 2015, apresentando uma redução de 7,4%, e a Diretoria da Companhia entende que tal redução pode ser explicada pelo conjunto dos fatores a seguir:

O aumento na conta Caixa e equivalentes de caixa no montante de R$62,0 milhões (155,8%) em relação a 31 dezembro de 2015, que passou de R$39,8 milhões para R$101,8 milhões, deveu-se principalmente à maior geração de caixa operacional em 2016 comparado a 2015 e derivado principalmente pela melhoria da rentabilidade da Companhia neste período.

O Contas a receber apresentou redução de R$73,7 milhões (25,2%) em comparação com 31 de dezembro de 2015, que passou de R$292,8 milhões para R$219,1 milhões, em função principalmente do saldo cindido de R$90,2 milhões para a NEOBPO, que se referia ao valor a receber sobre os serviços prestados por esse segmento até 31 de dezembro de 2016.

O saldo na rubrica Contas a receber – partes relacionadas de R$3,2 milhões, que não havia em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a NEOBPO em 31 de dezembro de 2016. A parcela registrada no ativo circulante refere-se à parcela que será recebida nos próximos 12 meses.

A redução do saldo de Impostos a Recuperar de 37,4% em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2015, que passou de R$59,3 milhões para R$37,1 milhões, deveu-se à mudança do regime de compensação desses tributos de anual em 2015 (os saldos foram acumulados durante o ano inteiro de 2015 e compensados a partir de janeiro de 2016) para trimestral em 2016, o que significa que a cada trimestre de 2016 a Companhia compensou os créditos que haviam sido acumulados no trimestre anterior.

O resultado positivo de R$13,5 milhões na rubrica Operações com s*wap*, que não havia em 31 de dezembro de 2015, refere-se ao resultado de curto prazo apurado nas operações de s*wap* contratadas para fins de proteção de determinados contratos de empréstimos firmados em moeda estrangeira. Em 2016 houve a reclassificação de parte desse resultado para o ativo circulante em função do vencimento dos contratos.

Em Depósitos judiciais, a redução de 79,6% em relação a 2015, que passou de R$10,2 milhões para R$2,1 milhões, deveu-se basicamente à cisão dos depósitos trabalhistas correspondentes aos processos de responsabilidade da NEOBPO.

A redução de 15,7% na rubrica de Outros créditos, que passou de R$19,5 milhões para R$16,4 milhões, refere-se principalmente à cisão para a NEOBPO de saldos de adiantamentos a funcionários e retenções contratuais de clientes.

Ativos não Circulantes

Os ativos não circulantes apresentaram redução de R$2.401,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R$2.158,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 (10,1%) e a Diretoria da Companhia entende que tal redução pode ser explicada pelo conjunto dos fatores a seguir:

A rubrica de Operações com s*wap* ativo apresentou redução de R$40,2 milhões (57,0%),passando de R$70,5 milhões para R$30,3 milhões, refletindo, principalmente, a valorização do real frente às outras moedas, além da reclassificação de R$13,5 milhões efetuada para o ativo circulante.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos reflete o imposto diferido ativo sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal apurados nas controladas da Companhia. Sua redução de R$9,2 milhões para R$7,5 milhões (17,8%) deveu-se basicamente ao efeito da variação cambial.

O saldo registrado na rubrica Contas a receber – partes relacionadas, que não existia em 31 de dezembro de 2015, refere-se à parte do contrato de mútuo firmado com a NEOBPO que será recebida após 12 meses.

A redução de 42,2% de Depósitos judiciais e garantias, que passou de R$28,9 milhões para R$16,7 milhões, refletiu a parte cindida para a NEOBPO dos depósitos judiciais correspondentes aos processos sob sua responsabilidade, cuja previsão de realização é superior a 12 meses.

O ativo imobilizado totalizou o valor de R$479,6 milhões, apresentando uma redução de R$99,7 milhões (17,2%) que se refere aos ativos relacionados às atividades da NEOBPO e que, portanto, foram transferidos para essa empresa.

A redução na rubrica Ágio na aquisição de investimentos de 5,6%, que passou de R$1.538,4 milhões para R$1.452,1 milhões, deveu-se ao efeito da variação cambial sobre os saldos registrados nas controladas da Companhia e à cisão de R$74 milhões para a NEOBPO, uma vez que a origem desse saldo se deu com aquisições de empresas do segmento de BPO.

O principal fator de redução da rubrica Outros intangíveis de 8,6%, que passou de R$169,3 milhões para R$154,8 milhões) foi a cisão de R$8,4 milhões para a NEOBPO.

Passivos Circulantes

O total de passivos circulantes em 31 de dezembro de 2016 foi de R$722,0 milhões comparado a R$536,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 34,5%, e a Diretoria da Companhia entende que tal aumento pode ser explicada pelo conjunto dos fatores a seguir:

A rubrica Fornecedores apresentou uma redução de 36,1%, passando de R$143,5 milhões para R$91,7 milhões, em função da redução do prazo de pagamento de 59 dias em 2015 para 48 dias em 2016. Adicionalmente, no processo de cisão o montante de R$19,4 milhões foi cindido para a NEOBPO.

O saldo de Empréstimos, financiamentos e debêntures aumentou 113,2%, passando de R$213,2 milhões para R$454,5 milhões, refletindo basicamente a transferência de uma parcela significativa da dívida do passivo não circulante para o passivo circulante em função do seu vencimento no curto prazo (próximos 12 meses).

A redução de 14,9% na rubrica Impostos a recolher, que passou de R$37,6 milhões para R$32,0 milhões, deveu-se principalmente ao valor cindido para a NEOBPO de R$6,3 milhões.

A rubrica Salários e encargos sociais apresentou variação de 8,5%, passando de R$112,7 milhões para R$103,1 milhões, em função principalmente da cisão do montante de R$46,4 milhões para a NEOBPO referente a salários, provisões de férias e encargos, porém em contrapartida houve o aumento da provisão para participação nos resultados no montante de R$29,8 milhões.

A redução de R$7,6 milhões (44,1%) na rubrica Provisão para riscos e processos judiciais, que passou de R$17,3 milhões para R$9,7 milhões, é consequência principalmente da cisão de R$9,6 milhões para a NEOBPO, pois referia-se à parcela da provisão para contingências que a Companhia estimava pagar nos próximos 12 meses de processos relacionados às atividades dessa empresa. Adicionalmente, esse saldo também foi impactado pelos pagamentos efetuados durante 2016 e pela transferência de saldo do passivo não circulante.

O aumento de 533,4% do saldo de dividendos a pagar em relação a 31 dezembro de 2015, que passou de R$1,7 milhão para R$10,9 milhões, ocorreu em função da melhora do resultado operacional da Companhia em 2016, aumentando assim a base de cálculo de dividendos para esse ano.

O crescimento do saldo de Demais contas a pagar de 88,1%, passando de R$10,7 milhões para R$20,1 milhões, deve-se principalmente ao aumento do saldo de receitas a apropriar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo não Circulante

O total de passivos não circulantes em 31 de dezembro de 2016 foi de R$568,5 milhões comparado a R$910,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 37,6%, e a Diretoria da Companhia entende que tal redução pode ser explicada pelo conjunto dos fatores a seguir:

A redução do saldo de Provisão para riscos e processos judiciais em 29,7%, passando de R$87,4 milhões para R$61,5 milhões, reflete a cisão de R$8,1 milhões para a NEOBPO além de transferência de saldos para o passivo circulante.

A redução significativa de 55,4% ocorrida na rubrica Empréstimos, financiamentos e debêntures, que passou de R$613,4 milhões para R$273,4 milhões, reflete basicamente a reclassificação de saldo efetuada em função do vencimento de parte substancial da dívida nos próximos 12 meses.

A rubrica de Impostos a recolher apresentou redução de 61,4%, passando de R$26,8 milhões para R$10,3 milhões, em função da cisão do montante de R$19,7 milhões para NEOBPO. Esse valor refere-se à medida liminar concedida com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota correspondente à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentou um aumento de 25,8%, passando de R$161,4 milhões para R$202,9 milhões, refletindo a movimentação das diferenças temporárias que são base para a apuração desse saldo, além da cisão do montante de R$9,5 milhões para a NEOBPO e a baixa de R$15,3 milhões decorrente da perda da base negativa de prejuízo fiscal decorrente do efeito reflexo do patrimônio líquido cindido da Companhia.

Patrimônio Líquido

A Companhia encerrou 2016 com o Patrimônio Líquido de R$1.283,3 milhões, com uma redução de 8,6% em relação a 2015. A Diretoria da Companhia entende que essa redução deu-se principalmente em função da parcela do patrimônio líquido cindida para a NEOBPO no montante de R$141,7 milhões.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2015 e 2014:

Ativos Circulantes:

O total de ativos circulantes em 31 de dezembro de 2015 foi de R$449,1 milhões e apresentou uma variação de 27,7% em relação ao mesmo período no ano anterior, quando apresentou R$621,3 milhões. A Diretoria da Companhia entende que a redução dos ativos circulantes ocorreu principalmente pelos seguintes fatores:

A redução de 76,5% na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, que passou de R$169,2 milhões para R$39,8 milhões, deveu-se principalmente à menor geração de caixa operacional durante o ano de 2015.

Em função da aquisição da Synapsis realizada em 2014, foi efetuado um depósito em garantia no montante de R$53,1 milhões registrado na rubrica Aplicação financeira restrita. Essa aplicação foi resgatada durante o ano de 2015, uma vez que determinadas condições previstas no contrato de compra não foram alcançadas.

O crescimento do saldo de despesas antecipadas de R$13,6 milhões (98,7%), que passou de R$13,8 milhões para R$27,4 milhões, deve-se ao maior volume de aluguel de licenças para atendimento de projetos durante esse ano.

O saldo de depósitos judiciais de R$10,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 se refere aos depósitos necessários para a defesa de casos trabalhistas oriundos principalmente das empresas adquiridas.

Ativos não Circulantes:

O total de ativos não circulantes em 31 de dezembro de 2015 foi de R$2.401,5 milhões comparado com R$2.217,2 milhões, apresentando um crescimento de 8,3%, e a Diretoria da Companhia entende que tal redução pode ser explicada pelo conjunto dos fatores a seguir:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O aumento significativo de 369,8% na rubrica de Operações com s*wap* ativo, que passou de R$15,0 milhões para R$70,5 milhões, ocorreu devido à desvalorização do real perante outras moedas durante o ano de 2015.

A redução de 27,5% no saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos, que passou de R$12,6 milhões para R$9,2 milhões, deveu-se principalmente à variação das diferenças temporárias que fazem parte da base de cálculo desses impostos.

O aumento de 47,1% na rubrica de Depósitos judiciais e garantias, que passou de R$19,7 milhões para R$28,9 milhões, ocorreu em função do registro de garantias contratuais firmadas com os antigos donos da Synapsis no montante de R$12,9 milhões.

A variação positiva de 20,8% no saldo do Imobilizado, que passou de R$479,5 milhões para R$579,3 milhões, deveu-se em função de: (i) aquisições ocorridas durante o período no montante de R$178,8 milhões, menos depreciação de R$114,6 milhões; (ii) alocação da parcela do ágio gerado na aquisição da Synapsis no montante total de R$19,7 milhões e do efeito de conversão dos saldos das controladas sujeitos a variação cambial no montante de R$20,6 milhões.

Passivos circulantes:

O saldo de passivos circulantes em 31 de dezembro de 2015 foi de R$536,7 milhões, apresentando uma redução de 12,8% em relação ao mesmo período no ano anterior, quando foi de R$615,5 milhões, e a Diretoria da Companhia entende que tal redução pode ser explicada pelo conjunto dos fatores a seguir:

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou em 31 de dezembro de 2015 o saldo de R$213,2 milhões comparado com o saldo de R$246,2 no mesmo período em 2014. A variação de 13,5% decorre do alongamento em 2015 dos contratos de empréstimos dos empréstimos existentes nas operações da Synapsis no Chile e Colômbia.

A variação de 12,0% na rubrica de Salários e encargos sociais, que passou de R$128,1 milhões para R$112,7 milhões, ocorreu basicamente em função da redução da provisão para participação nos resultados em 2015.

A rubrica de Dividendos a pagar apresentou variação negativa de 91,6%, passando de R$20,4 milhões para R$1,7 milhão, em função da redução do resultado líquido, base para cálculo dos dividendos.

Passivos não circulantes

O total de passivos não circulantes em 31 de dezembro de 2015 era de R$910,4 milhões, com um aumento de 11,3% em relação ao mesmo período no ano anterior, quando foi de R$817,7 milhões, e a Diretoria da Companhia entende que tal aumento pode ser explicado pelo conjunto dos fatores a seguir:

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou em 31 de dezembro de 2015 o saldo de R$613,4 milhões comparado com o saldo de R$571,9 milhões no mesmo período em 2014. O aumento de 7,3% se deve, conforme mencionado nas contas de passivos circulantes, do alongamento em 2015 dos contratos de empréstimos dos empréstimos existentes nas operações da Synapsis no Chile e Colômbia.

A redução de 75,0% apresentada no saldo de Fornecedores, que passou de R$11,0 milhões para R$2,7 milhões, ocorreu em função da reclassificação para o passivo circulante de saldo a pagar para determinado fornecedor devido ao seu vencimento no curto prazo.

O aumento de 95,2% na rubrica de Provisão para riscos e processos judiciais, que passou de R$44,8 milhões para R$87,4 milhões, ocorreu devido ao registro de passivos contingentes por conta da aquisição da Synapsis, avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios no montante de R$38,5 milhões, decorrentes de riscos trabalhistas e tributários.

A rubrica de Impostos a recolher no passivo não circulante apresentou aumento de 32,2%, passando de R$20,3 milhões para R$26,8 milhões, em função, basicamente, da atualização durante o ano do SAT sobre a parcela que está sendo questionada pela Companhia e, portanto, apenas a sua provisão é registrada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O saldo de Imposto de renda e contribuição social diferidos de R$161,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 teve incremento de 9,7% quando comparado a 31 de dezembro de 2014. Tal incremento reflete o imposto diferido ativo sobre as diferenças temporárias.

Patrimônio Líquido

O saldo de patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi de R$1.403,6 milhões, apresentando-se praticamente inalterado em relação ao ano anterior, quando foi de R$1.405,4.

Principais alterações nas Demonstrações de Fluxo de Caixa

Comparação das Demonstrações de Fluxo de Caixa nos semestres encerrados em 30 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016

Os diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa consolidadas para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2017 e 2016, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

	Consolidado				
	30/06/2017	**AV%**	**30/06/2016**	**AV%**	**AH%**
	Em milhares de Reais				
Lucro líquido do período	**27.882**	**34,1%**	**11.613**	**8,5%**	**140,1%**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	81.721	100,0%	136.698	100,0%	(40,2%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(49.521)	(60,6%)	(54.460)	(39,8%)	(9,1%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(96.022)	(117,5%)	(67.158)	(49,1%)	43,0%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	3.823	4,7%	(1.249)	(0,9%)	(406,1%)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES	**(59.999)**	**(73,4%)**	**13.831**	**10,1%**	**(533,8%)**

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$81,7 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2017, representando uma redução de R$55,0 milhões, ou 40,2%, em relação ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$136,7 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2016. Esse decréscimo foi principalmente resultado de (1) o impacto de caixa negativo de R$40,6 milhões da diminuição no saldo de contas a pagar por folha de pagamento e impostos relacionados para o semestre findo em 30 de junho de 2017, em comparação com os seis meses encerrados em 30 de junho de 2016, principalmente devido ao aumento do bônus gerencial e dos pagamentos anuais de participação nos lucros durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, (2) o impacto negativo de R$32,9 milhões resultante de um aumento nas contas a receber durante os seis meses findos em 30 de junho de 2017, em comparação com o semestre findo em 30 de junho de 2016, refletindo principalmente o período de conversão de caixa mais longo do que o esperado como resultado da degradação da capacidade de alguns clientes para pagar nos prazos de vencimento, (3) o impacto negativo de R$21,6 milhões decorrente de um aumento nos impostos recuperáveis para o semestre findo em 30 de junho de 2017, em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2016, principalmente devido a uma alteração na política de cálculo de imposto de renda e contribuição social de trimestral para anual, (4) R$19,3 milhões de impactos de caixa negativos, resultantes principalmente do aumento de outros ativos, principalmente relativos a antecipação legal da metade do 13º salário anual dos empregados legais (R$11,0 milhões), ocorrido em junho de 2017 e ocorrido em julho em 2016 e (5) R$9,8 milhões de efeito de caixa adverso em operações de s*wap* de emprestimos em moeda estrangeira. Esses fatores foram parcialmente compensados por (1) o impacto líquido positivo positivo de R$51,9 milhões resultante do aumento nas contas a pagar no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, em relação ao semestre findo em 30 de junho de 2016, principalmente devido a negociação de mais dias de pagamento e (2) o aumento de R$16,3 milhões no lucro líquido da Companhia para o semestre.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento foi de R$49,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2017, representando uma redução de R$5,0 milhões, ou 9,1%, em relação ao caixa líquido utilizado em atividades de investimento de R$54,5 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2016. Esta diminuição foi principalmente resultado de (1) redução de R$5,2 milhões no caixa utilizado para aquisição de bens imóveis e ativos intangíveis, refletindo principalmente a redução na aquisição de equipamentos e infraestrutura para a área de negócios Cloud Solutions e (2) um aumento de R$2,1 milhões referente a um empréstimo a parte relacionada como parte do *spin-off* realizado em 31 de dezembro de 2016. Esses efeitos foram parcialmente compensados por um efeito de caixa positivo de R$2,0 milhões associado ao pagamento em conexão com a aquisição da OneCloud durante o semestre findo em 30 de junho de 2016, sem despesas correspondentes durante o mesmo período de 2017.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou (R$96,0 milhões) em nos primeiros seis meses de 2017 comparado com (R$67,2 milhões) em nos primeiros seis meses de 2016. A Diretoria da Companhia entende que esse aumento foi principalmente resultado de (1) um aumento de R$98,8 milhões referente à quitação de empréstimos no semestre encerrado em 30 de junho de 2017, refletindo principalmente a quitação de determinadas dívidas com vencimento durante esse período e (2) um aumento de R$17,2 milhões no pagamento de juros sobre os empréstimos correntes da Companhia, ocorrido no semestre encerrado em 30 de junho de 2017, refletindo os termos do endividamento renegociado da Companhia. Esses aumentos foram parcialmente compensados pelo aumento de R$93,2 milhões, correspondente aos novos empréstimos contratados no semestre encerrado em 30 de junho de 2017.

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Como resultado dos fatores destacados acima, o saldo de caixa e equivalentes de caixa resultou em uma redução de R$60,0 milhões no primeiro semestre de 2017 comparado com um crescimento de R$13,8 milhões registrado no mesmo período do ano anterior.

Comparação das Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Os diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

	31/12/2016	AV %	31/12/2015	AV %	AH %
		(Em milhares de reais - R$)			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício	**45.975**	**13,6%**	**7.258**	**2,8%**	**533,4%**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	338.085	100,0%	262.784	100,0%	28,7%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(108.001)	(31,9%)	(21.069)	(8,0%)	412,6%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(165.589)	(49,0%)	(370.868)	(141,1%)	(55,4%)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(2.516)	**(0,7%)**	(271)	**(0,1%)**	**828,4%**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**61.979**	**18,3%**	**(129.424)**	**(49,3%)**	**(147,9%)**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais no exercício de 2016 foi de R$338,1 milhões comparado com R$262,8 milhões no mesmo período em 2015 representando um crescimento de 28,7% pela análise horizontal de variação. A Diretoria da Companhia entende que os principais fatores para o crescimento foram (i) o aumento do lucro líquido do período (R$46,0 milhões em 2016 e R$7,3 milhões em 2015), refletindo a melhora na performance operacional da Companhia e o impacto positivo no caixa do ajuste no valor justo de instrumentos financeiros relativos aos contratos de s*wap*, além da maior constituição da provisão de bônus em 2016 quando comparado com 2015 (R$34,4 milhões favoráveis em 2016) , que foram parcialmente compensados pelo impacto negativo no caixa da variação de taxas de câmbio; (ii) o impacto positivo no caixa no valor de R$29,1 milhões relativo na rubrica Salários e encargos sociais, em decorrência do aumento do pagamento de bônus no exercício de 2016; e (iii) o impacto positivo no caixa no valor de R$15,3 milhões em relativos ao aumento de demais contas a pagar no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2016, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os fatores acima foram parcialmente compensados pelo impacto negativo de caixa em decorrência do aumento de contas a receber, resultando em perdas no valor de R$30,4 milhões em 2016, comparado a ganhos de 35,4 milhões em 2015.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento totalizou (R$108,0 milhões) em 31 de dezembro de 2016, o que representa um aumento de R$86,9 milhões no fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento, comparado com (R$21,1 milhões) em 2015. A Diretoria da Companhia entende que as principais variações decorreram por maior movimentação por aquisição de bens do ativo imobilizado em 2016 (R$13,3 milhões de investimentos adicionais para infraestrutura de Cloud Solutions) e pelo recebimento de caixa no valor de R$66,2 milhões em decorrência da liberação de conta vinculada relativa à aquisição da Synapsis ocorrida em 2015 e não repetida em 2016.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou (R$165,6 milhões) em 31 de dezembro de 2016 comparado com (R$370,9 milhões) em 31 de dezembro de 2015. A Diretoria da Companhia entende que as principais variações decorrem (i) da diminuição do pagamento de empréstimos e de pagamento de juros sobre empréstimos no valor de R$111,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, conforme cronograma de amortização de empréstimos da Companhia, (ii) novos recursos captados no valor de R$58,4 milhões em decorrência de empréstimos contraídos em 2016, e (iii) dos pagamentos por conta do programa de recompra de ações realizado em 2015 (R$46,7 milhões), não ocorrido em 2016.

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Como resultado dos fatores destacados acima, o saldo de caixa e equivalentes de caixa resultou em um aumento de R$62,0 milhões em 2016 comparado com uma redução de R$129,4 milhões registrada no do ano anterior.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Os diretores da Companhia apresentam nas tabelas abaixo os valores relativos às demonstrações de fluxo de caixa consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

	31/12/2015	AV %	AH %	31/12/2014	AV %	AH %
	(Em milhares de reais - R$)					
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício	**7.258**	**2,8%**	**533,4%**	**86.348**	**28,0%**	**(91,6%)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	262.784	100,0%	28,7%	308.304	100,0%	(14,8%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.069)	(8,0%)	412,6%	(383.851)	(124,5%)	(94,5%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(370.868)	(141,1%)	(55,4%)	(3.892)	(1,3%)	9429,0%
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(271)	**(0,1%)**	**828,4%**	2.329	**0,8%**	**(111,6%)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(129.424)**	**(49,3%)**	**(147,9%)**	**(77.110)**	**(25,0%)**	**67,8%**

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido proveniente de atividades operacionais no exercício de 2015 foi de R$262,8 milhões, o que representa uma diminuição de R$45,5 milhões ou 14,8%, comparado com o caixa líquido proveniente das atividades operações de R$308,3 milhões no mesmo período em 2014. A Diretoria da Companhia entende que os principais fatores para a variação foram (i) a redução do lucro líquido do período (R$7,2 milhões em 2015 e R$86,3 milhões em 2014, o que representa uma diminuição de R$79,1 milhões, em relação a 2015); (ii) impacto negativo no caixa no valor de R$40,2 milhões em razão da diminuição de Contas a Pagar em 2015, em comparação com 2014; (iii) impacto negativo no caixa no valor de R$14,2 milhões de Salários e Encargos Sociais, em decorrência da diminuição do pagamento de bônus no exercício de 2015, em comparação ao exercício de 2014, além da menor provisão de bônus em 2015 (R$33,4 milhões). Os fatores acima foram parcialmente compensados por (1) reduções no Contas a Receber de R$59,6 milhões) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, e (2) uma variação monetária líquida positiva de R$38,0 milhões em 2016, decorrente de impostos recuperáveis, principalmente devido a redução de ativos tributários provenientes principalmente da Synapsis emrelação a 2015.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento totalizou (R$21,1 milhões) em 31 de dezembro de 2015, o que representa uma diminuição de R$362,7 milhões, ou 94,5% comparado com o fluxo de caixa proveniente de investimentos de R$383,8 milhões em 2014. A Diretoria da Companhia entende que as principais variações decorreram do pagamento das aquisições da Synapsis e da Work ocorridas em 2014 (R$396,9 milhões), que incluem os seguintes investimentos de caixa (i) R$262,3 milhões para pagar o preço de aquisição da Synapsis; (ii) R$50,0 milhões depositados em contas vinculadas em favor dos vendedores, sendo que tais recursos foram liberados em 2015; (iii) R$13,7 milhões para pagamento da aquisição das empresas do Grupo Work, e (iv) R$4,8 milhões relativos a pagamentos adicionais contratuais de *earn out* em aquisições. Os pagamentos acima foram parcialmente compensados adversamente pela maior aquisição de bens do ativo imobilizado como equipamentos, *software* e outros bens intangíveis (R$34,2 milhões) em 2015, em comparação a 2014, refletindo o aumento necessário nas despesas da Companhia para cumprir os novos contratos de IT Services celebrados no período, para renovar a estrutura de *software* e equipamentos da Companhia, bem como para realizar investimentos em Cloud Solutions.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento totalizou (R$370,9 milhões) em 31 de dezembro de 2015, o que representa um aumento de R$367,0 milhões comparado com o fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento de R$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. A Diretoria da Companhia entende que tal variação decorre (i) da diminuição de R$267,4 milhões na captação de empréstimos em 2015, em comparação a 2014, refletindo os empréstimos contraídos para a aquisição da Synapsis em 2014; (ii) do aumento no valor de R$50,5 milhões dos pagamentos de contratos de arrendamento (leasing financeiro) em 2015, em comparação ao exercício de 2014, dos quais R$40,0 milhões corresponderam ao pagamento de principal dos contratos de arrendamento (leasing financeiro) e R$10,4 milhões relativo ao pagamento dos juros sobre contratos de arrendamento (leasing financeiro) no exercício de 2015; (iii) de pagamentos por conta do programa de recompra de ações realizado em 2015 (R$46,7 milhões), não ocorrido em 2014; e (iv) do aumento no valor de R$31,6 milhões no pagamento de empréstimos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2014.

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa

Como resultado dos fatores destacados acima, o saldo de caixa e equivalentes de caixa resultou em uma redução de R$129,4 milhões em 2015 comparado com uma redução de R$77,1 milhões registrada no do ano anterior.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(A) RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Receita Líquida de Serviços

A Diretoria da Companhia reconhece que as principais fontes de receita da Companhia são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, por meio de suas três linhas de serviços: (i) IT Services, (ii) Cloud Solutions e (iii) Digital Business. As vendas de serviços que foram faturadas, mas ainda não reconhecidas como receita, são registradas como receita diferida e contabilizadas nas contas a pagar e outras contas a pagar.

As receitas de serviços da Companhia são suportadas por contratos de longa duração, com prazos médios de 4 anos , elevadas taxas de renovação, com proteção para variações inflacionárias e garantias de valores mínimos a fim de assegurar o retorno dos investimentos efetuados para a implementação das operações previstas nos contratos.

A Companhia está presente no mercado brasileiro há 18 anos e conta com um portfólio de soluções para missão crítica dos seus clientes incluindo três linhas de serviços: IT Services, Cloud Solutions e Digital Business.

Adicionalmente, a Companhia apresentou nos últimos três anos a sua estratégia de crescimento baseada em três grandes pilares: expansão geográfica, venda de mais serviços na atual base de clientes (cross sell) e ampliação do portfólio de serviços. Nesta trajetória, a Diretoria da Companhia esclarece que em 2014, a Companhia concluiu a aquisição da Synapsis, passou a operar em sete países da América Latina: Chile, Colômbia, Argentina, Peru, Panamá e Equador, além do Brasil.

A infraestrutura da Companhia para a gestão de serviços de tecnologia conta com 9 data centers na região – sendo 4 no Brasil, 2 no Chile, 1 na Colômbia, 1 no Peru e 1 na Argentina.

Em 2015, a Companhia continuou expandindo a sua capacidade de suportar operações complexas e de larga escala, com altos níveis de disponibilidade e confiabilidade, sempre atuando em parceria com seus clientes.

Em 2016, a Companhia fez um investimento substancial de R$31,0 milhões, expandido sua oferta de Cloud Computing para toda a América Latina e criou a Digital Business, com objetivo de apoiar seus clientes na transformação dos seus negócios.

As receitas de serviços da Companhia são reconhecidas nas demonstrações de resultado após a sua efetiva realização. Os valores apresentados nas demonstrações de resultados compreendem o valor justo pela contraprestação recebida ou a receber pelos serviços prestados, deduzido de devoluções, descontos negociados e qualquer outra dedução similar. A receita da Companhia é registrada quando efetivamente realizada quando os seguintes aspectos tiverem sido atendidos:

a) Que haja a evidência da existência de contrato ou equivalente documento com força comercial;

b) O serviço tenha sido efetivamente prestado;

c) O preço esteja previamente fixado e determinado; e

d) O recebimento dos valores faturados ou provisionados sejam julgados pelos administradores da Companhia como prováveis.

As deduções incluem tributos incidentes sobre as vendas de serviços de soluções de tecnologia prestados pela Companhia, como a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, que são deduzidos da sua receita líquida às alíquotas de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centéstimos por cento) e 7,6% (sete inteiros e sessenta centésimos por cento), respectivamente. Adicionalmente é incidente sobre a receita bruta da Companhia decorrente de serviços, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, à alíquota de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

No primeiro semestre de 2017, a Receita Líquida de Serviços alcançou R$720,3 milhões, o que representou um crescimento de 5,1% em comparação com o mesmo período em 2016. A evolução da receita é decorrente de três fatores importantes: a) do crescimento de negócios na base de clientes existente; b) da conquista de novas contas ocorrida ao longo de 2016 que agora estão implementadas; e c) pela recorrência de receita dos contratos anteriormente existentes que são atualizados anualmente pela inflação dos índices contratuais.

Custo dos Serviços Prestados

A rubrica custo dos serviços prestados representa os custos diretamente associados com a prestação dos serviços de soluções em tecnologia pela Companhia, associados à operação diária da Companhia. Tais custos incluem principalmente salário e benefícios dos empregados, materiais, manutenção (incluindo serviços de reparo), seguros, depreciação e amortização, bem como outros custos operacionais recorrentes.

Despesas de Vendas

As despesas de vendas são incorridas nos estabelecimentos e data centers da Companhia, e incluem taxas de empresas de cartão de crédito, aluguel de lojas, taxa de licenciamento de propriedade intelectual, gastos com publicidade e marketing, energia elétrica, manutenção e segurança.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e Administrativas incluem gastos associados com suporte operacional e infraestrutura, como aquisições, recursos humanos, contabilidade, administração financeira, custos de reestruturação e custos legais e de *due diligence*, bem como outros gastos incorridos em relação às aquisições da Companhia, como custos de transporte.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reflete a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras da Companhia. As receitas financeiras da Companhia incluem principalmente os investimentos financeiros da Companhia, que são diretamente relacionados ao caixa disponível, enquanto as despesas financeiras incluem principalmente os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social incidentes sobre seu lucro líquido tributável. A alíquota atual do imposto de renda é de 15% (quinze por cento), mais um adicional de 10% (dez por cento) incidente sobre os lucros excedentes a R$20 mil por mês. A alíquota atual da contribuição social é de 9% (nove por cento) incidente sobre o lucro líquido tributável da Companhia. Os impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

Lucro Líquido do Exercício das Operações Continuadas

O lucro líquido do exercício operações continuadas reflete os ganhos (ou perdas) da Companhia nas operações continuadas, menos os ganhos (ou perdas) das nossas operações descontinuadas. Do lucro líquido das operações continuadas antes do imposto de renda e contribuição social são descontados o imposto de renda e contribuição social incidentes durante o exercício social.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Os diretores da Companhia entendem que os resultados das operações da Companhia em 30 de junho de 2017, 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foram significativamente afetados pela aquisição de novas empresas que possuíam ofertas e carteira de clientes complementares aos objetivos e estratégias da Companhia.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reorganização societária da Companhia, com o objetivo de segregar o negócio de *Business Process Outsourcing* (BPO) do restante das operações da Companhia, e assim segregar as unidades de negócios de acordo com as suas características e os seus respectivos setores de atuação de forma a impulsionar o crescimento de ambas. Essa cisão deu origem à empresa NEOBPO, portanto uma parcela significativa das variações ocorridas nos saldos de balanço em 31 de dezembro de 2016 em relação a 31 de dezembro de 2015 deve-se à cisão dos saldos correspondentes a cada empresa.

O entendimento das variações ocorridas e impactos nos resultados operacionais está descrito na seção 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

(B) VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CÂMBIO, INFLAÇÃO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A Diretoria da Companhia esclarece que os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o real, moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera, considerando sua atuação nos seguintes países: Estados Unidos da América, Chile, Colômbia, Argentina, Peru, Panamá e Equador, além do Brasil. No primeiro semestre de 2017, a receita operacional bruta da Companhia decorrente de suas atividades no exterior correspondeu a 18,6% de sua receita operacional bruta total (em 31 de dezembro de 2016, esse percentual foi de 19,8%, em 31 de dezembro de 2015, esse percentual foi de 20,0% e em 31 de dezembro de 2014, esse percentual foi de 8,6%, sendo certo que a Companhia começou a operar no exterior apenas no último trimestre de 2014 com a aquisição da Synapsis).

A diretoria da Companhia esclarece que a variação cambial destas moedas pode causar variações desfavoráveis e favoráveis causando impactos sobre a receita da Companhia e sobre a sua rentabilidade. Adicionalmente, a Companhia possui as suas receitas de serviços suportadas por contratos com cláusulas de reajustes anuais suficientes para recompor as variações de custos decorrentes de variações de inflação.

(C) IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇOS DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DA COMPANHIA (QUANDO RELEVANTE)

A Diretoria da Companhia esclarece que os seus resultados financeiros são impactados pela atualização dos preços contratuais por conta de variações de inflação nas suas receitas e adversamente pelas variações de salários por acordos coletivos, variações inflacionárias em custos, gastos com energia elétrica e despesas e variações cambiais favoráveis ou desfavoráveis nos gastos e investimentos em *software* e equipamentos necessários para os serviços prestados de IT Services, Cloud Solutions e Digital Business.

As variações desfavoráveis de câmbio dos empréstimos e financiamentos contraído em moeda estrangeira foram incluídas nas Demonstrações de Resultado sob a rubrica de Variação Cambial Líquida tendo sido reconhecidas em 2016 e 2015 respectivamente a despesa de R$6,2 milhões e R$6,8 milhões. Em 2014 foi reconhecido a receita de R$25,7 milhões nesta mesma rubrica.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(A) INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL

2017

A Diretoria da Companhia esclarece que, no exercício social corrente, não houve qualquer introdução ou alienação de segmento operacional.

2016

Em 31 de dezembro de 2016, foi concluída a cisão parcial da Companhia com o objetivo de cindir o segmento de negócios de *business process outsorcing*, anteriormente desenvolvido pela Companhia, e que passou a ser desenvolvido exclusivamente pela NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("NEOBPO" e "Cisão Parcial", respectivamente).

O objetivo da Cisão Parcial foi segregar as unidades de negócios das partes de acordo com as características dos seus negócios e os seus setores de atuação, de maneira a impulsionar o crescimento de ambas. De acordo com a Diretoria da Companhia, a cisão parcial trará os seguintes benefícios de ordem operacional, administrativa, financeira e econômica:

(i) otimização da estrutura de capital e de gestão das partes, com maior facilidade e menores custos para alocação de capital para desenvolvimento das respectivas atividades econômicas;

(ii) melhor aproveitamento dos recursos das Companhias envolvidas, trazendo consideráveis benefícios às Companhias de ordem administrativa e econômica, sem o comprometimento do bom andamento dos negócios sociais; e

(iii) maior dedicação aos produtos e soluções que cada unidade de negócio desenvolve e oferece aos seus clientes.

O valor contábil estimado do acervo cindido foi objeto de laudo de avaliação elaborado pelo critério contábil, pela Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda. De acordo com o referido laudo de avaliação, o valor contábil estimado do acervo cindido vertido à NEOBPO foi de R$141,7 milhões.

Anteriormente à Cisão Parcial, o capital social da Companhia era de R$1.207,1 milhões, divididos em 90.373.497 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os seus acionistas da seguinte maneira:

Capital Social da TIVIT

Sócios	Ações
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	86.414.051
Luiz Roberto Novaes Mattar	2.576.077
Ações em Tesouraria	1.383.369
Total	**90.373.497**

Como resultado da Cisão Parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R$141,7 milhões, passando de R$1.207,1 milhões para R$1.065,5 milhões, sem cancelamento de ações e preservando-se a distribuição indicada na tabela acima.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de abril de 2017, tendo em vista o futuro exercício de opções de compra de ações de emissão da Companhia, foi deliberado o aumento do capital social no montante de R$40.639 mil, com a subscrição particular de 4.286.851 novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, a serem integralizadas. Em 30 de junho de 2017 essas ações ainda não tinham sido integralizadas.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2017 e 30 de dezembro de 2016 a composição de ações da companhia era a seguinte:

	30/06/2017		31/12/2016	
Acionista	**Número de ações**	**%**	**Número de ações**	**%**
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações	86.414.051	91,29	86.414.051	95,62
Luiz Roberto Novaes Mattar	2.576.077	2,72	2.576.077	2,85
Total de ações integralizadas	88.990.128	–	88.990.128	–
Ações a integralizar	4.286.851	4,53	–	–
Ações em tesouraria	1.383.369	1,46	1.383.369	1,53
Total de ações	**94.660.348**	**100,00**	**90.373.497**	**100,00**

2015 e 2014

A Diretoria da Companhia esclarece que, nos exercícios sociais de 2015 e 2014, não houve qualquer introdução ou alienação de segmento operacional.

(B) CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

2017

A Diretoria da Companhia esclarece que, no exercício social corrente, não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

2016

A Diretoria da Companhia esclarece que, em abril de 2016, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avenças, por meio do qual a Companhia adquiriu quotas de emissão da One Clound Tecnologia Ltda.- ME ("One Cloud"), bem como adquiriu também opções de compra outorgada pela One Cloud, representativas de 12%, 4% e 5% do seu capital social, de modo que, ao final da operação a Companhia detinha 100% do capital social da One Cloud.

A totalidade das opções foram adquiridas por aproximadamente R$0,4 milhões e as quotas foram adquiridas por aproximadamente R$1,6 milhão, observadas as disposições do referido Contrato de Compra e Venda. A Diretoria da Companhia entende que essa aquisição teve o intuito de promover o crescimento da Companhia no mercado de computação em nuvem, visando à prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes neste segmento de rápida expansão em complementariedade do portfólio de soluções da Companhia.

Para mais informações sobre esta transação, vide seção 15.7 deste Formulário de Referência.

2015

A Diretoria da Companhia esclarece que, no exercício social encerrado em 2015, não houve qualquer constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

2014

A Diretoria da Companhia esclarece que, em outubro de 2014, foi concluída a aquisição da Companhia chilena Synapsis SPA e suas subsidiárias Synapsis Brasil, Synapsis Argentina, Synapsis Colômbia, Synapsis Peru, Synapsis Equador, Synapsis Panamá, Synapsis Data Center, Cyberlynxx, AQB Chile, AQB Argentina, AQB Peru e AGI-TEK Chile, RW Chile Uno, RW Chile Dos, RW It Latam Holdings e RW Chile Tres pelo valor de aproximadamente R$357,8 milhões.

A Diretoria da Companhia entende que tal aquisição foi importante para ampliar a atuação da Companhia na América Latina, tendo em vista a atuação da Synapsis SPA no Chile, Colômbia, Argentina, Perú, Panamá e Equador. A Diretoria considera que tal aquisição irá permitir o alcance de clientes baseados nestes países que já eram clientes da Companhia, maior escala de serviços, conhecimentos mais profundos no setor de Utilities além da captura nos países de operações adquiridas de oportunidades de negócios na América Latina face a experiência que a Companhia já possui no Brasil no segmento de serviços transacionais financeiros.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia não espera que os valores alocados como carteira de clientes, valorização de imóveis e equipamentos, provisão para riscos e garantias sejam dedutíveis e, portanto, reconhecidos como imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados a diferenças entre os valores alocados e a base de imposto desses ativos.

Adicionalmente, a Diretoria da Companhia esclarece que em março de 2014, a Companhia celebrou o Certificado de Fechamento ("Certificado") concluindo a aquisição de 100% (cem por cento) das cotas das empresas Workimage Comércio e Serviços Ltda. ("Workimage), Workfile Gestão Documental Ltda. ("Workfile"), Worksul Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Worksul"), Workrio Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Workrio") e Workvale Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Workvale"), em conjunto Grupo Work, especializadas na gestão digital e física de documentos (física e digital). Ainda em março de 2014, os acervos líquidos dessas sociedades foram incorporados pela Companhia com base em laudos de avaliação, a valores contábeis com data-base 28 de fevereiro de 2014, preparados por avaliadores independentes. A incorporação deu-se em virtude de uma maior racionalização e simplificação da estrutura societária, consolidando e reduzindo gastos e despesas operacionais combinadas, com redução de custos e ampliação do controle sobre os resultados, a fim de otimizar a estrutura de capital e a gestão de ativos, passivos e projetos. O valor total da aquisição foi de R$34,9 milhões.

Finalmente, a Diretoria da Companhia esclarece que a aquisição da Workimage veio trazer importante capacidade na gestão de documentos digitais e físicos, expandindo o portfolio de clientes e soluções da Companhia.

Para mais informações sobre essas transações, vide seção 15.7 deste Formulário de Referência.

(C) EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS

A Diretoria da Companhia esclarece que o único evento ou operação não usual ocorrido no exercício social corrente ou nos últimos três exercícios sociais foi a Cisão Parcial descrita no item (A) acima.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(A) Mudanças Significativas nas Práticas Contábeis e (B) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

Não houve mudanças significativas de práticas contábeis no período compreendido entre 31 de dezembro de 2014 e 30 de junho de 2017.

(B) Efeitos Significativos das Alterações em Práticas Contábeis

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017 e as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, refletidas neste material, não contêm entre si efeitos significativos de alterações em práticas contábeis.

(C) Ressalvas e Ênfases Presentes no Relatório do Auditor

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017 e às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 não conteve quaisquer ressalvas ou ênfases, com exceção da ênfase abaixo descrita constante das demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016:

Reapresentação das Demonstrações Financeiras, com maior detalhamento dos valores correspondentes ao teste de impairment dos ágios provenientes de aquisições – Com o objetivo de adequar as demonstrações financeiras aos requerimentos previstos nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e adequar as demonstrações financeiras ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2016, 2015 e 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). A opinião dos auditores independentes não tem modificação em relação a esse assunto.

A Diretoria da Companhia esclarece que a ênfase acima descrita é referente à inclusão de Demonstração do Valor Adicionado, melhorias gerais de divulgação, divulgações adicionais em relação ao teste de recuperabilidade de ágio por expectativa de rentabilidade futura e reclassificação de empréstimo de longo prazo para curto prazo, sendo este último item aplicável apenas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os diretores da Companhia esclarecem que a preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas para registro de certas transações que afetam ativos, passivos e resultados. Os resultados finais dessas transações e informações, quando da sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem divergir das estimativas anteriormente registradas.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se às operações descontinuadas e à classificação de arrendamento mercantil, as quais encontram-se detalhadamente descritos nas notas explicativas nºs 3, 12.1 e 12.2, respectivamente, às Informações Financeiras Trimestrais de 30 de junho de 2017.

A classificação como uma operação descontinuada, conforme IFRS 5 e CPC 31, ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

A Companhia revisa continuamente as estimativas e premissas, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Adicionalmente, as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os diretores da Companhia entendem que as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas estão relacionadas à provisão para riscos e processos judiciais, às avalições de instrumentos financeiros, à imposto de renda e contribuição social diferido ativos, à redução ao valor recuperável (impairment), à aquisição de controladas, à vida útil de ativos imobilizados e intangíveis e à contratos de compra e venda de ações, uma vez que essas estimativas contábeis envolvem alto grau de julgamento complexo e subjetivo. Os itens abaixo detalham os motivos que tornam essas práticas contábeis críticas na avaliação dos diretores da Companhia.

- **Provisão para riscos e processos judiciais**

  A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração da Companhia acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

- **Avaliação de instrumentos financeiros**

  São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.

  A Companhia determina o valor justo conforme o pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do Valor Justo, o qual define o valor justo de um título correspondente ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

  O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, com base em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) também define informações observáveis, como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

  Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

  Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.

  Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

  Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

As transações de swap são mensuradas pelo valor justo, utilizando a interpolação de taxas de mercado para contratos cambiais a prazo do respectivo contrato em cada data-base, conforme informado pela B3.

Para mais informações, veja a Nota 4.5 das informações financeiras contábeis da Companhia, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, que contêm informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas para medir o valor justo dos instrumentos financeiros e uma análise de sensibilidade de tais premissas.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

  São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela administração da Companhia. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

  Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual.

- **Redução ao valor recuperável ("impairment")**

  (i) Ativos financeiros

  Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

  A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

  Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração da Companhia quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

  A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

  Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos não financeiros.

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- **Aquisições de controladas**

  A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do CPC 15 (Combinação de negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de peritos externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- **Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis**

  A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada.

- **Contratos de compra de ações**

  A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(A) ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO BALANÇO

A Companhia possui contratos de arrendamentos operacionais de equipamentos que têm prazos de duração de 36 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir os equipamentos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, a Companhia reconheceu no resultado o montante de R$11 mil reais (2017) e R$412 mil reais e R$3.861 mil reais (2016), respectivamente, referentes às despesas de arrendamento operacional no consolidado, e na controladora o montante de R$1.271 mil reais no trimestre e semestre findo em 30 de junho de 2016.

A seguir estão demonstrados os compromissos de arrendamento operacional não canceláveis:

	Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**
Até 1 ano	11	424
De 1 a 5 anos	–	15.092
Total	**11**	**15.516**

(B) OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não há.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(A) COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA

A Companhia esclarece, conforme mencionado no item 10.6 deste Formulário de Referência, que possuía em 30 de junho de 2017 contratos de arrendamento de bens e equipamentos de natureza operacional que poderão representar desembolsos de caixa e consequente despesas já comprometidos em tais contratos.

(B) NATUREZA E O PROPÓSITO DA OPERAÇÃO

Contratos de arrendamento (leasing operacional) de bens e equipamentos necessários para a prestação dos serviços operacionais da Companhia.

(C) NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DA COMPANHIA EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO

A seguir estão demonstrados os compromissos de arrendamento operacional não canceláveis:

	Consolidado	
	30/06/2017	**31/12/2016**
Até 1 ano	11	424
De 1 a 5 anos	–	15.092
Total	**11**	**15.516**

10.8 - Plano de Negócios

(A) INVESTIMENTOS

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos de capital (Capex) projetados para 2017 estão estimados em R$140,0 milhões para atender a necessidade de capacidade que será demandada pela conquista de contratos junto a novos clientes ou mesmo em clientes da base atual da Companhia. Adicionalmente, a Companhia esclarece que atualizações tecnológicas são constantemente necessárias, daí a necessidade de tal orçamento.

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, a Companhia e suas controladas realizaram investimentos de capital (Capex) no montante de R$80,0 milhões, sendo certo que tais investimentos foram destinados principalmente à aquisição de equipamentos e *software* necessários para suportar o crescimento de receita planejado para a Companhia e implementação da infraestrutura necessária para o cumprimento dos contratos já negociados com os clientes.

Em 2016, a Companhia e suas controladas possuíam investimentos no montante de R$138,5 milhões, contra R$154,9 milhões investidos em 2015 e R$200,8 milhões investidos em 2014, sendo certo que tais investimentos foram relativos principalmente a investimentos a controladas, com o objetivo de suportar as operações nos países onde encontram-se as atividades das empresas adquiridas.

	Controladora (em R$ mil)		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Investimentos em controladas.....	138.487	154.899	200.765

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Companhia e de suas controladas foram realizados com as fontes de financiamento descritas nas seções 10.1(d) e 10.1(f) deste Formulário de Referência. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas na seção 10.1(e) deste Formulário de Referência.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou desinvestimentos relevantes e não possui desinvestimentos previstos.

(B) AQUISIÇÕES JÁ DIVULGADAS DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE PODEM INFLUENCIAR MATERIALMENTE A CAPACIDADE PRODUTIVA DA COMPANHIA

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

(C) NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Não aplicável.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas neste Formulário de Referência.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a) Atribuições de cada órgão e comitê, identificando se possuem regimento interno próprio:

A Administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária em caráter permanente e um Conselho Fiscal em caráter não permanente. Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal não está instalado.

Conselho de Administração

Composição

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral.

No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento de Listagem do Novo Mercado – B3 ("Regulamento de Listagem do Novo Mercado"), e expressamente declarados como tais na ata de Assembleia Geral que os eleger. Quando da aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (meio); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (meio), ou, caso tais critérios sejam diferentes, aquelas que sejam estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Para os fins do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto"), o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador; ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculados à sociedade ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia; (f) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (g) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

A partir do 3º (terceiro) ano contado da data de início de negociação das ações da Companhia no segmento especial do mercado de ações da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), denominado Novo Mercado, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser cumulados pela mesma pessoa.

No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este será substituído por seu respectivo suplente.

Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, o Conselho de Administração deve nomear o substituto, que servirá interinamente até a primeira Assembleia Geral realizada depois da vacância. No caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria Estatutária convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros de administração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Atribuições

O Conselho de Administração possui as seguintes competências exclusivas, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Lei das S.A. ou por meio do Estatuto: (i) a aprovação do orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e das controladas (o "Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações, e ainda aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos no aludido Plano Anual de Negócios; (ii) a aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer acionista ou Parte Relacionada (conforme definido no Estatuto); (iii) a realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 31 de março de 2017; (iv) a contratação, seja a Companhia credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações financeiras, em valor que exceda a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ajustado pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social); (v) autorização para celebração de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social); (vi) autorização para celebração de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social); (vii) alienação, oneração ou locação, pela Companhia, de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ajustada pelo IPCA desde 31 de março de 2017; (viii) concessão pela Companhia de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações que sejam assumidas no curso de seus negócios, com observância da Política de Alçadas referida na alínea (xxiii) abaixo; (ix) contratação e substituição pela Companhia de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ter notória reputação internacional; (x) eleição, reeleição, destituição e substituição dos Diretores Estatutários da Companhia; (xi) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, incluindo a criação de planos de outorga de direitos sobre ações aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, nos termos do artigo 11 do Estatuto; (xii) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos pela Companhia em outras sociedades; (xiii) realização de investimentos e aquisições de participações pela Companhia em outras sociedades; (xiv) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, *know how*, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível; (xv) fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia; (xvi) emissões privadas de ações, até o limite do capital autorizado, bem como os termos e condições da emissão, inclusive, mas sem limitação, preço e condições de integralização; (xvii) exercício do direito de voto pela Companhia, em relação às matérias enumeradas nos artigos 15 e 22 do Estatuto, incluindo, mas sem limitação, eleição de administradores, membros do Conselho de Administração ou Diretores Estatutários, nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios, reuniões de Conselho de Administração ou alterações de contrato social de qualquer sociedade da qual a Companhia seja direta ou indiretamente acionista ou sócia; (xviii) registro da Companhia como companhia aberta e demais matérias relacionadas às disposições e atendimento das condições de adesão à segmento especial de listagem que assegure níveis diferenciados de governança corporativa; (xix) as emissões públicas de ações, até o limite do capital autorizado e quaisquer outras matérias relacionadas a ofertas públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja competência, por lei, seja atribuída ao Conselho de Administração; (xx) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, independente de reforma estatutária, para subscrição particular ou pública ou mediante a capitalização de lucros ou reservas com ou sem emissão de ações; (xxi) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade à Companhia por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras, nos termos do parágrafo segundo do artigo; 22 do Estatuto; (xxii) aprovação da abertura e encerramento, no exterior, de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia; (xxiii) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que a Companhia estará legalmente obrigada, bem como a forma pela qual a Companhia deverá se fazer representar ("Política de Alçadas"), a qual será levada a registro na Junta Comercial competente; (xxiv) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 do Estatuto; (xxv) deliberar sobre operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, bem como da forma de realização, e celebrados exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*),

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

observado o disposto no parágrafo terceiro do artigo 22 do Estatuto; (xxvi) definir lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica, para fins de apuração do valor econômico, nos casos de oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado, conforme disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43 do Estatuto; (xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sore os interesses da Companhia; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xxviii) deliberar sobre a criação e sobre quaisquer futuras alterações do Código de Conduta da Companhia, o qual estabelecerá valores e princípios que orientam a Companhia e que devem ser preservados no seu relacionamento com administradores, funcionários, prestadores de serviço e demais pessoas e entidades com as quais a Companhia se relacione, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado; (xxix) fiscalizar a gestão dos Diretores Estatutários, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (xxx) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração; (xxxi) constituir, instalar e dissolver comitês de assessoramento, elegendo e destituindo, a qualquer tempo, os respectivos membros e estabelecendo os regimentos internos de funcionamento; (xxxii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas situações previstas na legislação e neste Estatuto Social; (xxxiii) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria Estatutária e as demonstrações financeiras da Companhia; (xxxiv) avocar e decidir sobre qualquer matéria ou assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária; e (xxxv) autorizar a negociação da Companhia com suas próprias ações e com instrumentos financeiros referenciados às ações de emissão da Companhia, observada legislação aplicável; (xxxvi) autorizar a alienação e o cancelamento de ações em tesouraria.

O Conselho de Administração não possui regimento interno.

Diretoria Estatutária

Composição

A Diretoria Estatutária será composta por 5 (cinco) Diretores Estatutários, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, com as seguintes designações: (i) Diretor-Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia de Informação ("TI"); (iii) Diretor de Desenvolvimento Humano e Organizacional; (iv) Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores; e (v) Diretor Administrativo-Financeiro.

Os Diretores Estatutários serão indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração e devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei das S.A. Os membros da Diretoria Estatutária não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores Estatutários. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor Estatutário, o Conselho de Administração deverá ser convocado para eleição de substituto, em até 90 (noventa) dias contados da data em que for constatada o impedimento ou a vacância, sendo certo que a ausência ou impedimento de qualquer Diretor Estatutário por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, exceto se de outra forma autorizado pelo Conselho de Administração.

No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor Estatutário, suas atribuições e funções devem ser exercidas e desempenhadas por outro Diretor Estatutário, indicado por escrito pelo Diretor Presidente. Um Diretor Estatutário não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor Estatutário, sendo permitido que um Diretor Estatutário acumule 1 (um) outro cargo na Diretoria da Companhia. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de Diretores Estatutários.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Atribuições

Compete à Diretoria Estatutária da Companhia: (a) administrar e gerir os negócios da Companhia; (b) rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios e as modernas técnicas de administração; (c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria Estatutária, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados do exercício anterior e conforme aplicável; e (e) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração as informações financeiras trimestrais da Companhia e suas controladas.

Para mais informações sobre as atribuições específicas de cada diretor da Companhia, veja o item 12.1(d) deste Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

Composição

O Estatuto prevê um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais, ou por proposta da administração. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, foi atribuída a cada Diretor Estatutário, não computados os benefícios, verbas de apresentação e participação nos lucros.

Atribuições

Nos termos da Lei das S.A., as competências do Conselho Fiscal são as seguintes: (a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (d) denunciar aos órgãos de administração, e se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Companhia; (e) denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia; (f) convocar a Assembleia Geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; (g) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (h) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e (i) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

b) Data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:

O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado nos últimos três exercícios sociais.

c) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado:

A fiscalização e avaliação da Diretoria Estatutária é feita pelo Conselho de Administração, enquanto que as atividades do Conselho de Administração da Companhia são fiscalizadas e avaliadas pela Assembleia Geral.

A Companhia não adota mecanismos específicos de avaliação de desempenho de cada órgão para determinação da parcela fixa da remuneração.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Com relação à parcela variável da remuneração, aplicável apenas aos membros da Diretoria Estatutária, os indicadores de desempenho levados em consideração estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados. Os principais indicadores utilizados são: Fluxo de Caixa Gerado, Receita, EBITDA, Capex, Satisfação de Clientes e Total de Venda de Novos Contratos.

Para mais informações, veja o item 13 deste Formulário de Referência.

d) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

Compete ao Diretor-Presidente, além das atribuições próprias a seu cargo e as demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) indicar os demais Diretores Estatutários, os quais serão eleitos pelo Conselho de Administração;

(b) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria Estatutária, promover o desenvolvimento das atividades da Companhia como um todo e reportar sua atuação ao Conselho de Administração;

(c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Estatutária;

(d) definição a respeito da abertura e encerramento, no Brasil, de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia; e

(e) constituir, em conjunto com outro Diretor Estatutário, procuradores, de acordo com o disposto no Estatuto.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de TI, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de TI da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de negócio de TI da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de TI ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Compete ao Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento Humano e Organizacional, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) fazer a supervisão geral das atividades de recursos humanos, desenvolvimento e organização;

(b) promover o desenvolvimento dos colaboradores da Companhia; e

(c) controlar e processar a folha de salários e encargos da organização em linha com os requerimentos legais vigentes.

Compete ao Diretor de Estratégia e de Relações com Investidores, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e à B3, bem como observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor e divulgar ao mercado informações relevantes relativas à Companhia e seus negócios, na forma exigida pela lei;

(c) manter atualizado o registro de companhia aberta; e

(d) reportar sobre a realização das atividades de relações com investidores ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, fiscal e financeira; e

(c) propor alternativas de financiamento e aprovar as condições financeiras dos negócios da Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a) Prazos de convocação:

A Companhia adota os prazos previstos na Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, sendo que as Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e oito dias corridos de antecedência em segunda convocação.

A CVM poderá, a seu exclusivo critério, mediante decisão fundamentada de seu Colegiado, a pedido de qualquer acionista, e ouvida a Companhia: (i) aumentar, para até 30 dias, a contar da data em que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas forem colocados à disposição dos acionistas, o prazo de antecedência de publicação do primeiro anúncio de convocação da assembleia geral de companhia aberta, quando esta tiver por objeto operações que, por sua complexidade, exijam maior prazo para que possam ser conhecidas e analisadas pelos acionistas; e (ii) interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação de assembleia geral extraordinária de companhia aberta, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à assembleia e, se for o caso, informar à Companhia, até o término da interrupção, as razões pelas quais entende que a deliberação proposta à assembleia viola dispositivos legais ou regulamentares.

A Companhia não adota prática diferenciada em relação ao previsto na legislação societária.

b) Competências:

De acordo com o seu Estatuto, compete à Assembleia Geral, sem prejuízo das atribuições previstas na Lei das S.A.:

(a) deliberar sobre o aumento do limite do capital autorizado, aumento ou redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão de ações, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração nos termos da lei ou do Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;

(b) aprovar qualquer alteração do Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;

(c) a fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;

(d) deliberar sobre a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) autorizar os administradores da Companhia a confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

(f) aprovar a liquidação, dissolução e extinção da Companhia;

(g) aprovar a distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto;

(h) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle.

(i) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

(j) deliberar a saída do Novo Mercado, a qual deverá ser comunicada à B3 por escrito, com antecedência prévia de 30 dias: e

(k) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de segmento especial de listagem, conforme previsto no Estatuto, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços Eletrônicos:

- http://www.tivit.com
- http://www.cvm.gov.br
- http://www.bmfbovespa.com.br

Endereços Físicos:

- Rua Bento Branco de Andrade Filho, nº 621, sala B, Jardim Dom Bosco, São Paulo/SP, CEP 04757-000.
- Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 9º andar, São Paulo/SP, CEP 05423-110

d) Identificação e administração de conflitos de interesses:

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar e administrar conflitos de interesses nas assembleias gerais.

e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, além do disposto na legislação aplicável.

f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Nos termos da Lei das S.A., o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

O procurador ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral munido de documentos que comprovem sua identidade. A Companhia não exige o reconhecimento de firma, notarização, consularização e/ou tradução juramentada das procurações, sendo admitidas, inclusive, procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, sendo certo que, no último exercício social, nenhum acionista foi representado por procurador.

g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto à distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no art. 11 da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

h) Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto à distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no art. 11 da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada.

i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto à distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no art. 11 da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada.

j) Se a Companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adotou o voto à distância no exercício social de 2017, conforme faculdade prevista no art. 11 da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.

a) número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias:

O Estatuto prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, e será instalado com a presença da maioria de seus membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação dos participantes e sua interação em tempo real.

No último exercício social, os membros do Conselho de Administração da Companhia se reuniram 29 (vinte e nove) vezes, das quais 4 (quatro) foram reuniões ordinárias e 25 (vinte e cinco) foram extraordinárias.

b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não aplicável, tendo em vista que não existem acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia.

c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

O parágrafo 2º do Artigo 18 do Estatuto prevê que o membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Havendo interesses conflitantes com os interesses da Companhia por parte de membro do Conselho de Administração, este deve manifestar tempestivamente seu conflito de interesse ou interesse particular, declarando-se impedido de participar das discussões e deliberações sobre o assunto.

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas específicas quanto à realização de transações com partes relacionadas. Contudo, para a celebração, aprovação e contabilização de referidas transações, adota as melhores práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação vigente, incluindo aquelas previstas na Lei das S.A.

Para mais informações a respeito das regras de governança corporativa adotadas pela Companhia, veja o item 12.12 deste Formulário de Referência.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto da Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado ("Regulamento de Arbitragem"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Paulo Sérgio Carvalho de Freitas	04/02/1962	Pertence apenas à Diretoria	14/03/2017	Até a AGO de 2018	7
713.295.957-34	Contador		14/03/2017	Sim	0.00%
Não há.		Diretor Administrativo-Financeiro			
Carlos Renato Gazaffi	18/01/1982	Pertence apenas à Diretoria	14/03/2017	Até a AGO de 2018	3
296.033.608-99	Cientista da Computação	19 - Outros Diretores	14/03/2017	Sim	0.00%
Não há.		Diretor Vice Presidente de Tecnologia da Informação			
Tatiana Silva Lorenzi	26/01/1976	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	Até a AGO de 2018	3
016.290.749-42	Psicóloga	19 - Outros Diretores	14/03/2017	Sim	0.00%
Não há.		Diretora de Desenvolvimento Humano e Organizacional			
André Guimarães Frederico	16/09/1980	Pertence apenas à Diretoria	29/03/2017	Até a AGO de 2018	1
296.876.988-02	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	14/03/2017	Sim	0.00%
Não há.					
Jason Aaron Wright	03/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/03/2017	14/03/2019	8
234.162.608-48	Assessor de Investimentos	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	14/03/2017	Sim	100.00%
Não há.					
Alexandre de Souza Pellegrini	15/04/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/03/2017	14/03/2019	8
234.162.638-63	Assessor de Investimentos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/03/2017	Sim	100.00%
Não há.					
Ashish Vilas Karandikar	10/10/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/03/2017	14/03/2019	8
234.162.648-35	Assessor de Investimentos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/03/2017	Sim	100.00%
Não há.					
Marcelo Mourão Silva	12/05/1984	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/03/2017	14/03/2019	5
063.420.916-76	Assessor de Investimentos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	14/03/2017	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não há.					
David Kostman	31/12/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	14/03/2017	14/03/2019	2
000.000.000-00	Assessor de Investimentos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	14/03/2017	Sim	100.00%
Não há.					
Luiz Roberto Novaes Mattar	18/08/1963	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	14/03/2017	14/03/2019	13
072.672.558-76	Empresário	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	14/03/2017	Sim	100.00%
Não há.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Paulo Sérgio Carvalho de Freitas - 713.295.957-34

Experiência profissional: Paulo Freitas é CFO da Companhia, sendo responsável por toda a gestão financeira da empresa, relatórios financeiros e múltiplas funções corporativas, tais como Tesouraria, Controladoria, Planejamento e Controle Tributário, Gestão de Faturamento e Contratos Comerciais, Compras, Assessoria Jurídica, Administração de Imóveis, Auditoria Interna e Excelência Operacional e Administração Geral.
Paulo tem 55 anos, graduou-se em contabilidade com programa executivo na Kellogg School of Management e tem grande experiência internacional em funções financeiras e operacionais, como vendas, marketing, cadeia de suprimentos e terceirização de serviços gerenciados.
Paulo iniciou sua carreira na Companhia em janeiro de 2011 e anteriormente atuou como diretor financeiro e country manager no Brasil para a Motorola Mobility. Ele também atuou como diretor de operações da Xerox Corporation, com vasta experiência em operações nos Estados Unidos, Europa e América Latina. Paulo iniciou sua carreira na PricewaterhouseCoopers no departamento de auditoria.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Carlos Renato Gazaffi - 296.033.608-99

Experiência profissional: Carlos Gazaffi é COO e Vice-Presidente de TI da TIVIT, sendo responsável por toda a gestão das áreas de vendas, operações e tecnologia da empresa, compreendendo os serviços de TI, Cloud Solutions e Digital Business na América Latina.
Iniciou sua carreira na TIVIT em 2001, tendo atuado em posições gerencias em áreas técnicas de operações, engenharia e tecnologia. Atuou também como Diretor de Vendas sendo responsável pela expansão de novos negócios em clientes de grande e médio porte nas indústrias de energia, serviços, finanças e manufatura.
Liderou também a implementação da estratégia de Cloud e Digital Business da empresa e desempenhou papel fundamental na expansão dos negócios da companhia para a América Latina.
Possui extensa experiência na gestão de projetos e operações de infraestrutura, sistemas e serviços de TI e Cloud, bem como na implementação de melhores práticas de Governança de TI utilizando estruturas como COBIT e ITIL.
Graduou-se em Ciência da Computação e possui MBA em Tecnologia da Informação pela FIA-USP e MBA em Sistemas de Informação e Organizações pelo IAE Grenoble - França.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Tatiana Silva Lorenzi - 016.290.749-42

Experiência profissional: Tatiana Lorenzi é CHRO na TIVIT, responsável por toda área de Recursos Humanos e Desenvolvimento Organizacional.
Graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina em Psicologia, possui MBA em Recursos Humanos pela FIA e MBA em Gestão de Relacionamento com o Cliente pelo IBMEC.
Possui sólida experiência na área, adquirida em empresas de capital nacional e internacional nos setores de Serviços de Telecomunicações e Tecnologia da Informação. Tem experiência no desenvolvimento, implantação e gestão de programas locais e na América Latina dos sistemas de RH: Desenvolvimento Organizacional, Gestão do Desempenho, Plano Sucessório, Desenvolvimento de Carreiras, Avaliação 360º, Remuneração e Benefícios, Gestão do Clima e Cultura Organizacional, Comunicação Interna, Expatriados, Relações Trabalhistas & Operações de RH, Budget & Metrics, Segurança e Medicina do Trabalho e Responsabilidade Social Corporativa. Tatiana Lorenzi trabalha há 14 anos na Companhia.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

André Guimarães Frederico - 296.876.988-02

Experiência profissional: André Guimarães Frederico é CSO da TIVIT, responsável pelas áreas de Estratégia, Fusões e Aquisições, Relações com Investidores e Marketing. Tem grande experiência em Fusões e Aquisições e Finanças. Na Companhia conduziu a aquisição da Synapsis, que levou a Companhia a expandir suas atividades para a América Latina, o que representa hoje quase 20% das receitas da empresa. Mais recentemente, foi responsável pelo spin-off de negócios BPO e criação do NeoBPO.
André iniciou sua carreira na TIVIT em outubro de 2010 e anteriormente atuou como diretor financeiro da BRQ IT Services, na área de Investment Banking da Merrill Lynch e na área de Private Equity do Patria Investimentos.
Graduado pela Fundação Getúlio Vargas em Administração de Empresas, possui MBA Executivo pela Universidade de Wharton.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Jason Aaron Wright - 234.162.608-48

Experiência profissional: Jason Wright é sócio da equipe da Tech & Telco e ingressou na Apax Partners em 2000, passando e integrar o escritório de Nova York. Liderou e participou de várias operações importantes, incluindo Duck Creek, Exact, Paradigm, Epicor Software Corporation, Realpage, Trizetto, Plex Systems, WebClients, Planview, Spectrum Labs e Yell, além da própria aquisição da Companhia pelos Fundos Apax.
Atualmente além de membro do Conselho de Administração da Companhia, também integra o Conselho de Administração da Duck Creek, Aptos, Exact, Paradigm e Realpage.
Antes de ingressar na Apax Partners, Sr. Jason desempenhou diversos cargos na GE Capital, incluindo o de investidor em nome da GE Ventures. Anteriormente, trabalhou na Accenture, projetando e implementando sistemas para os serviços financeiros e indústrias farmacêuticas.
O Sr. Jason é formado em Economia pela Tufts University e realizou um MBA em Finanças na Wharton School da Universidade da Pensilvânia. Além disso, atua no conselho da Opportunity Network, uma instituição de caridade com foco na educação em Nova York e é administrador da Fundação Apax.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Alexandre de Souza Pellegrini - 234.162.638-63

Experiência profissional: Alexandre Pellegrini é sócio da equipe de Consumo da Apax Partners. Integra o escritório de Nova York desde que ingressou na Apax em 2000. O Sr. Alex liderou e participou de diversas operações importantes, incluindo FULLBEAUTY Brands, Cole Haan, Advantage Sales & Marketing, rue21, Spectrum Laboratory Holdings, MagnaCare, Encompass Home Health e Voyager, além da aquisição da Companhia. Atualmente, integra o Conselho de Administração da Companhia, bem como da Cole Haan, FULLBEAUTY Brands e rue21.
É formado com honras em finanças na Pennsylvania State University e, antes de ingressar na Apax Partners, trabalhou na Merrill Lynch & Co. no departamento de banco de investimentos.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Ashish Vilas Karandikar - 234.162.648-35

Experiência profissional: Ashish Karandikar é sócio da equipe de Serviços da Apax Partners, com sede em Nova York. Juntou-se à Apax Partners em 2007, sendo que desde seu ingresso liderou e participou de diversos negócios importantes, incluindo Assured Partners, Dealer.com, Garda, HUB International, Quality Distribution, e a aquisição da Companhia.
Antes de ingressar na Apax Partners, trabalhou no departamento de banco de investimentos do Morgan Stanley, nos escritórios de Mumbai e Nova York, onde se especializou em assessorar clientes em fusões e aquisições, em operações de financiamento e na avaliação de investimentos em imóveis. É formado pela Universidade de Mumbai e possui MBA (Honors) pela University of Chicago. Adicionalmente é contador juramentado.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

Marcelo Mourão Silva - 063.420.916-76

Experiência profissional: Marcelo Silva é Diretor na equipe de Serviços com sede em São Paulo desde 2014. Ingressou na Apax Partners em 2011 como Associado, e em 2012 assumiu o cargo de Vice-Presidente no escritório de Nova York. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia.
Antes de ingressar na Apax Partners, o Sr. Marcelo foi consultor associado da Advisia Management Consulting, onde assessorou clientes nos setores de telecomunicações, mineração, petroquímica, serviços e bens de consumo. É formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde também concluiu um Mestrado em Engenharia Elétrica (Inteligência Computacional). Possui ainda um MBA (High Honors) pela University of Chicago.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

David Kostman - 000.000.000-00

Experiência profissional: David Kostman é presidente do Conselho de Administração da NICE Systems Ltd. (Nasdaq: NICE) desde fevereiro de 2013 e atua como diretor da NICE Systems Ltd. desde 2001 (com exceção de um curto período entre junho de 2007 e julho 2008). Além disso, o Sr. David atualmente é Presidente Executivo da Nanoosh LLC, uma cadeia de restaurantes casuais rápidos em Nova York e Berlim. Além disso atua como um diretor de empresas privadas de Internet, a Outbrain e a ironSource.
Até recentemente, era membro do conselho de administração da Retalix Ltd., que era uma companhia aberta ações negociadas na Nasdaq e na Bolsa de Valores de Tel Aviv, a qual foi adquirida pela NCR Corporation em fevereiro de 2013. O Sr. David também foi membro do conselho de administração de diversas outras empresas privadas nos setores de Internet, tecnologia e vestuário ao longo de sua carreira.
De 2006 até 2008, foi Diretor Gerente na divisão de banco de investimento do Lehman Brothers, liderando o Global Internet Group. De abril de 2003 a julho de 2006, foi Diretor de Operações e, em seguida, Diretor Presidente da Delta Galil USA, subsidiária da Delta Galil Industries Ltd. De 2000 a 2002 foi, inicialmente, Presidente da Divisão Internacional e posteriormente Diretor de Operações da VerticalNet Inc. Antes disso, trabalhou nas divisões de banco de investimento da Lehman Brothers (1994-2000) com foco nos setores de tecnologia e Internet e da NM Rothschild & Sons (1992-1993), com foco em M & A e privatizações na América do Sul.
É bacharel em Direito pela Universidade de Tel Aviv e tem mestrado em Administração de Empresas pelo INSEAD

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente. Os critérios de independência são determinados pelo Regulamento de Listagem do Novo Mercado e pelo artigo 18 parágrafo 4º do Estatuto Social da Companhia.

Luiz Roberto Novaes Mattar - 072.672.558-76

Experiência profissional: Luiz Mattar é o atual CEO, presidente do conselho e co-fundador da Companhia.
Foi responsável pela estratégia que levou a Companhia à liderança em serviços integrados de tecnologia na América Latina desde sua fundação, em 1998. Luiz Mattar é também membro do conselho de administração da Brasscom - Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação. Antes de se tornar um empreendedor, Luiz Mattar foi tenista profissional, chegando a ser número 1 no ranking brasileiro. Mattar estudou Engenharia na Universidade Mackenzie, em São Paulo, por 4 anos.

O administrador declara que, com relação aos últimos 5 anos: (i) não sofreu qualquer condenação criminal; (ii) não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.
Adicionalmente, o administrador acima declara que não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

12.7/8 - Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Atualmente a Companhia não possui comitês instalados.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há quaisquer relações conjugais, de união estável ou de parentesco entre (a) administradores da Companhia; (b) administradores da Companhia, e administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (c) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (d) administradores da Companhia, e administradores das sociedades controladoras diretas ou indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve qualquer relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantida nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores da Companhia e qualquer sociedade controlada, direta e indiretamente, pela Companhia, qualquer sociedade controladora, direta e indiretamente, da Companhia e/ou qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A Companhia mantém vigente duas apólices de seguro de responsabilidade civil para seus administradores, com a finalidade de cobrir danos causados a terceiros, no exercício de suas atividades, com as seguintes características:

Zurich Seguradora S.A. (apólice de excesso com relação à apólice de primeiro risco)

Objeto: cobertura dos riscos descritos na apólice de primeiro risco, exceto para o limite máximo de garantia, o prêmio ou qualquer outras forma de endosso feita na apólice de excesso. A cobertura desta apólice de excesso será aplicada após serem esgotados todos os limites da apólice de primeiro risco, por meio dos pagamentos realizados pela seguradora da respectiva apólice de primeiro risco.

Tomador do seguro: TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e suas controladas

Período de vigência da apólice: das 24:00 horas do dia 06 de junho de 2017 até as 24:00 horas do dia 06 de junho de 2018.

Limite de responsabilidade: R$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Franquia: Não há.

Prêmio Líquido: R$61.005,00 (sessenta e um mil e cinco reais).

Âmbito de cobertura: mundial.

Chubb Seguros Brasil S.A. (apólice de primeiro risco)

Objeto: pagamento e/ou reembolso, a título de indenização securitária das quantias, respectivamente, devidas ou pagar a terceiros, pelo segurado ou pelo tomador, suas controladas ou subsidiárias, quando este antecipar valores correspondentes à indenização e perdas do segurado, relativamente à responsabilidade civil de diretores e administradores e responsabilidade civil ambiental por danos causados ao meio ambiente e a terceiros, exceto pagamento de penalidades impostas por agentes estatais.

Tomador do seguro: TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e suas controladas e subsidiárias

Período de vigência da apólice: das 24:00 horas do dia 06 de junho de 2017 até as 24:00 horas do dia 06 de junho de 2018.

Limite de responsabilidade: R$78.750.000,00 (setenta oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais).

Franquia: Não há.

Prêmio Líquido: R$ 86.075,95 (oitenta e seis mil, setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos.

Âmbito de cobertura: mundial.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

Práticas de Governança Corporativa adotadas pela Companhia

A Companhia está sujeita ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado que prevê determinadas regras mais rígidas de governança corporativa do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) manter o capital social composto exclusivamente de ações ordinárias com direito a voto; (ii) manter as ações representativas de 25% do total de seu capital social em circulação (*free-float*); (iii) cumprir com os padrões mínimos de divulgação de informações trimestrais; (iv) divulgar as negociações com os valores mobiliários de sua emissão que envolvam acionistas controladores, executivos e diretores da Companhia; (v) divulgar relatórios financeiros anuais em padrões internacionalmente aceitos; (vi) fazer com que seu Conselho de Administração seja composto por no mínimo 5 (cinco) membros, sendo 20% conselheiros independentes, todos com mandato de, no máximo, 2 (dois) anos.; (vii) fazer oferta pública de aquisição, para recomprar as ações de todos os acionistas pelo valor econômico, no mínimo, em caso de deslistagem ou cancelamento do contrato com a B3; e (viii) dar a todos os acionistas o direito a vender suas ações pelo mesmo preço no caso de alienação do controle (*tag along* de 100%).

O Novo Mercado é o segmento de listagem mais elevado em governança corporativa da B3, e suas regras visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes aos acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Adicionalmente, a Companhia informa que seus administradores adotam, na condução de seus negócios, as melhores práticas de governança corporativa, contudo, exceto pelas práticas do Novo Mercado e aquelas descritas neste documento, a Companhia não aderiu a outras práticas de governança corporativa diferenciadas, como por exemplo, aquelas estabelecidas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

12.13 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) e Extraordinárias (AGE) realizadas nos últimos três anos.

AGO:
07/04/2014 – Quórum: 100% do capital social votante
07/04/2015 – Quórum: 100% do capital social votante
07/04/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
28/04/2017 – Quórum: 100% do capital social votante

AGE:
04/02/2014 – Quórum: 100% do capital social votante
31/03/2014 – Quórum: 100% do capital social votante
02/01/2015 – Quórum: 100% do capital social votante
02/03/2015 – Quórum: 100% do capital social votante
27/04/2015 – Quórum: 100% do capital social votante
14/07/2015 – Quórum: 100% do capital social votante
21/12/2015 – Quórum: 100% do capital social votante
25/02/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
11/03/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
30/05/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
30/11/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
26/12/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
30/12/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
31/12/2016 – Quórum: 100% do capital social votante
12/01/2017 – Quórum: 100% do capital social votante
14/03/2017 – Quórum: 100% do capital social votante
29/03/2017 - Quórum: 100% do capital social votante
20/06/2017 - Quórum: 100% do capital social votante
14/07/2017 - Quórum: 100% do capital social votante
01/08/2017 - Quórum: 100% do capital social votante
04/09/2017 - Quórum: 97,8% do capital social votante

Não houve qualquer assembleia geral instalada em segunda convocação.

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3, para informações acerca dos membros da nossa administração, incluindo eventuais cargos ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide o item 12.5/12.6 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) OBJETIVOS DA POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO

A política de remuneração dos órgãos de administração da Companhia está baseada nas seguintes premissas:

- Garantir a atração e retenção de forma duradoura dos melhores talentos em suas áreas de atuação, com políticas competitivas e reconhecimento por superação de resultados.
- Assegurar a necessária flexibilidade para as demandas e transformações do negócio com os melhores talentos do mercado.

b) COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Conselho de Administração

(a) Remuneração Fixa Anual:

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem uma remuneração fixa correspondente a 12 (doze) pagamentos mensais, mais um 13º (décimo terceiro) pagamento, em linha com a remuneração praticada pelas melhores empresas do setor de atuação da Companhia, com base em pesquisas de mercado contratadas anualmente pela Companhia junto a empresas especializadas. Os administradores entendem que o pagamento de uma remuneração fixa para os membros do Conselho de Administração tem por objetivo estar em linha com as melhores práticas de mercado.

Com relação a benefícios, os membros do Conselho de Administração recebem seguro de vida.

(b) Remuneração Variável:

Não há qualquer remuneração variável ou benefício pós-emprego para os membros do Conselho de Administração da Companhia.

(c) Benefícios pós-emprego:

Não há.

Adicionalmente, nos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016, 5 (cinco) dos 7 (sete) membros do Conselho de Administração não receberam remuneração, sendo (4) membros funcionários remunerados do Apax Partners LLP que assessora os fundos investidores do APX Brazil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, e que portanto não recebem remuneração como membro do conselho de administração da Companhia. Adicionalmente, 1 (um) dos membros é diretor estatutário da Companhia e por isso não recebe remuneração como membro do conselho de administração da Companhia.

Além disso, a Companhia esclarece que tem a intenção de aprovar junto a seus acionistas um novo plano de opção de compra de ações no exercício social corrente para determinados membros do Conselho de Administração, conforme descrito nas seções 13.4 e seguintes deste Formulário de Referência.[1]

Diretoria Estatutária:

(a) Remuneração Fixa Anual:

Pro-labore: A remuneração dos diretores estatutários inclui 12 (doze) pagamentos mensais, mais um 13º (décimo terceiro) pagamento, em linha com a remuneração praticada pelas melhores empresas do setor de atuação da Companhia, com base em pesquisas de mercado contratadas anualmente pela Companhia junto a empresas especializadas.

[1] A Companhia preencheu esta seção 13 do Formulário de Referência com base na regulamentação da CVM e nas regras contábeis sobre o tema. Vale ressaltar, entretanto, que, considerando as características dos seus Planos de Opção de Compra de Ações, os valores relacionados à remuneração baseada em ações não configuram "remuneração" para fins trabalhistas, fiscais e previdenciários. Para fins contábeis, tal como disposto no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 10 (CPC 10), os valores relacionados aos planos de opção de compra de ações outorgados aos colaboradores da Companhia são contabilizados como pagamento baseado em ações, devendo constar nas demonstrações financeiras como tal.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Benefícios Diretos e Indiretos: o pacote de benefícios oferecido conforme prática do mercado, com o objetivo de atrair e reter os executivos, inclui o benefício de carro executivo designado com cobertura para despesas de combustível e manutenção, plano de saúde médico e odontológico para o executivo e dependentes e seguro de vida.

(b) Remuneração Variável:

Participação nos resultados: Para os diretores estatutários está previsto bônus anual que será pago no caso de superação das metas financeiras e operacionais. No caso, de alcance de 100% (cem por cento) das metas, tal bônus equivale de 10 (dez) a 14 (quatorze) valores mensais de *pro-labore* fixo.

(c) Benefícios pós-emprego:

Não há.

Adicionalmente, os diretores estatutários também fazem jus a planos de opção de compra de ações, os quais estão descritos nas seções 13.4 e seguintes deste Formulário de Referência.[1]

Conselho Fiscal:

Embora previsto no seu estatuto social, atualmente, o conselho fiscal da Companhia não se encontra instalado.

ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a proporção de cada elemento da remuneração total reconhecida nas demonstrações financeiras do referido exercício social era de:

Órgão	Salário/Pro-labore/Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos resultados	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração.....	99,8%	0,2%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	45,3%	2,1%	0%	43,1%	0%	9,5%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a proporção de cada elemento da remuneração total reconhecida nas demonstrações financeiras do referido exercício social era de:

Órgão	Salário/Pro-labore/Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos resultados	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração.....	99,8%	0,2%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	76,7%	3,7%	0%	0%	0%	19,6%	100%

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a proporção de cada elemento da remuneração total reconhecida nas demonstrações financeiras do referido exercício social era de:

Órgão	Salário/Pro-labore/Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos resultados	Benefícios pós-emprego	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração.....	99,8%	0,2%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	40,2%	2,2%	0%	29,5%	0%	28,1%	100%

iii) Metodologia do cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

O reajuste da remuneração dos membros do conselho de administração e dos integrantes da diretoria estatutária é definido pela variação percentual anual dos doze últimos meses que antecedem o mês de maio de cada ano dos seguintes índices de inflação: INPC, IGP-M e IPC da FIPE, bem como com base em pesquisa salarial realizada por empresa de consultoria contratada anualmente pela Companhia, em linha com a remuneração praticada pelas melhores empresas do setor de atuação da Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv) Razões que justificam a composição da remuneração:

Os executivos da Companhia são remunerados de acordo com as respectivas responsabilidades do cargo exercido e o nível de competitividade da Companhia, em linha com outras empresas do mesmo setor de atuação da Companhia, com base em pesquisas de mercado contratadas anualmente pela Companhia junto a empresas especializadas.

v) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Todos os membros da diretoria estatutária são remunerados pela Companhia.

Com relação ao Conselho de Administração, nos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016, 4 (quatro) dos 7 (sete) membros do Conselho de Administração são funcionários remunerados do Apax Partners LLP que assessora os fundos investidores do APX Brazil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, e que portanto não recebem remuneração como membro do conselho de administração da companhia. Adicionalmente, 1 (um) dos membros é diretor estatutário da Companhia e por isso não recebe remuneração como membro do conselho de administração da Companhia.

c) PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO QUE SÃO LEVADOS EM CONSIDERAÇÃO NA DETERMINAÇÃO DE CADA ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO

Parcela Fixa da Remuneração: A parcela fixa de remuneração de diretores estatutários e membros do Conselho de Administração é atualizada a cada ano com base nos seguintes índices de inflação: INPC, IGP-M e IPC da FIPE, bem como de acordo com pesquisa salarial realizada por empresa de consultoria contratada anualmente pela Companhia, em linha com a remuneração praticada por outras empresas do setor de atuação da Companhia.

Não são utilizados indicadores de desempenho para a parcela fixa da remuneração.

Parcela da Remuneração Variável: Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação da parcela de remuneração variável (participação nos resultados) dos diretores estatutários estão alinhados com os objetivos da Companhia e contemplam todas as importantes dimensões de seus resultados. Os principais indicadores de desempenho utilizados são: Fluxo de Caixa Gerado, Receita, EBITDA, Investimentos em Capex, Satisfação de Clientes e Total de Venda de Novos Contratos.

Não há remuneração variável para os membros do Conselho de Administração.

d) COMO A REMUNERAÇÃO É ESTRUTURADA PARA REFLETIR A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO:

Os indicadores de desempenho dos diretores estatutários são determinados ao início de cada ano, sendo medidos e reportados mensalmente de forma independente. Os indicadores são equilibrados em pesos de participação para que haja uma evolução consistente e sustentável dos diversos objetivos de negócio da Companhia.

e) COMO A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO SE ALINHA AOS INTERESSES DO EMISSOR DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO:

A política de remuneração dos diretores estatutários e membros do conselho de administração é determinada em linha com a remuneração praticada por outras empresas do setor de atuação da Companhia, com base em pesquisas de mercado contratadas anualmente pela Companhia junto a empresas especializadas.

A política de participação nos resultados anual da Companhia está baseada na motivação para a superação de metas de forma equilibrada, preservando a saúde e equilíbrio da Companhia nos seus diversos objetivos de negócio.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Adicionalmente, a Companhia possui para os seus diretores estatutários e principais colaboradores programas de opção de compra de ações da Companhia, conforme Planos de Opção descritos na seção 13.4 deste Formulário de Referência, o qual está atrelado ao crescimento do valor de mercado da Companhia. [2]

Dessa forma, a curto prazo, a Companhia busca o alinhamento de interesses por meio de remuneração fixa e pacote de benefícios compatíveis com os níveis de mercado. A médio prazo, por meio do pagamento de participação nos resultados da Companhia a determinados colaboradores, buscando premiar o alcance e a superação de metas da Companhia. Finalmente, a longo prazo, o alinhamento de interesses se dará por meio do crescimento do valor de mercado da Companhia, ou seja, da valorização das ações em longo prazo.

f) EXISTÊNCIA DE REMUNERAÇÃO SUPORTADA POR SUBSIDIÁRIAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS:

Toda a remuneração paga aos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária (conforme aplicável) da Companhia pelos serviços prestados na Companhia são por ela exclusivamente pagos.

g) EXISTÊNCIA DE QUALQUER REMUNERAÇÃO OU BENEFÍCIO VINCULADO À OCORRÊNCIA DE DETERMINADO EVENTO SOCIETÁRIO, TAL COMO A ALIENAÇÃO DE CONTROLE SOCIETÁRIO DO EMISSOR:

No caso de realização de operação societária que resulte na alienação de controle societário da Companhia, os membros da administração e/ou funcionário da Companhia que fizerem jus à opção de compra de ações descrita no item 13.4 (h) deste Formulário de Referência, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, poderão exercer essas opções, nos termos ali previstos.

Nos últimos 3 exercícios não foram pagos nenhuma remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

[2] A Companhia preencheu esta seção 13 do Formulário de Referência com base na regulamentação da CVM e nas regras contábeis sobre o tema. Vale ressaltar, entretanto, que, considerando as características dos seus Planos de Opção de Compra de Ações, os valores relacionados à remuneração baseada em ações não configuram "remuneração" para fins trabalhistas, fiscais e previdenciários. Para fins contábeis, tal como disposto no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 10 (CPC 10), os valores relacionados aos planos de opção de compra de ações outorgados aos colaboradores da Companhia são contabilizados como pagamento baseado em ações, devendo constar nas demonstrações financeiras como tal.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00		12,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	546.337,31	6.175.399,23		6.721.736,54
Benefícios direto e indireto	1.237,86	303.222,61		304.460,47
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	5.623.630,01		5.623.630,01
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	640.000,00	1.586.601,00		2.226.601,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17. A remuneração baseada em ações de R$640.000,00 prevista para 2017 prevista para o conselho de administração, considerando a quantidade de 88.164 opções de compras de ações ordinárias.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.		
Total da remuneração	1.187.575,17	13.688.852,85		14.876.428,02

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00		11,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00		6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	503.068,00	5.154.824,00		5.657.892,00
Benefícios direto e indireto	1.149,00	238.340,00		239.489,00

Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	4.909.175,00		4.909.175,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.079.000,00		1.079.000,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.		
Total da remuneração	504.217,00	11.381.339,00		11.885.556,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	429.422,16	4.641.551,46	0,00	5.070.973,62
Benefícios direto e indireto	1.015,20	221.415,24	0,00	222.430,44
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.187.000,00	0,00	1.187.000,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.	
Total da remuneração	430.437,36	6.049.966,70	0,00	6.480.404,06

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00		12,00
Nº de membros remunerados	2,00	5,00		7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	336.346,10	4.973.011,93		5.309.358,03
Benefícios direto e indireto	759,12	272.635,80		273.394,92
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	3.641.667,67		3.641.667,67
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.476.000,00		3.476.000,00

Observação	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.	O número de membros de cada órgão (letra “b”) foi apurado na forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 01/17.		
Total da remuneração	337.105,22	12.363.315,40		12.700.420,62

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros.....	7	5	–	12
Número de membros remunerados	2	5	–	7
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	–	–	–
Participação no resultado (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	0,00	–	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	8.435.445,01	–	8.435.445,01
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	5.623.630,01	–	5.623.630,01

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatuária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	4	–	11
Número de membros remunerados.....	2	4	–	6
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....	–	–	–	–
Participação no resultado (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	0,00	–	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (2).....	–	7.145.887,98	–	7.145.887,98
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	4.763.925,32	–	4.763.925,32
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....	–	4.909.175,00	–	4.909.175,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatuária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7	4	–	11
Número de membros remunerados.....	2	4	–	6
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....	–	–	–	–
Participação no resultado (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	0,00	–	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração (2).....	–	6.694.020,04	–	6.694.020,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	4.462.680,04	–	4.462.680,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....	–	0,00	–	0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatuária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	7,00	5,00	–	12,00
Número de membros remunerados.....	2,00	5,00	–	7,00
Bônus (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	–	–	–
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	–	–	–
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....	–	–	–	–
Participação no resultado (em R$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração.....	–	0,00	–	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração.....	–	6.292.854,06	–	6.292.854,06
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.....	–	4.195.236,04	–	4.195.236,04
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social.....	–	3.641.667,67	–	3.641.667,67

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia preencheu esta seção 13 do Formulário de Referência com base na regulamentação da CVM e nas regras contábeis sobre o tema. Vale ressaltar, entretanto, que, considerando as características dos seus Planos de Opção de Compra de Ações, os valores relacionados à remuneração baseada em ações não configuram "remuneração" para fins trabalhistas, fiscais e previdenciários. Para fins contábeis, tal como disposto no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 10 (CPC 10), os valores relacionados aos planos de opção de compra de ações outorgados aos colaboradores da Companhia são contabilizados como pagamento baseado em ações, devendo constar nas demonstrações financeiras como tal.

a) Termos e condições gerais

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 13 de julho de 2010 ("Plano de 2010") e em 26 de dezembro de 2016 ("Plano de 2016" e, em conjunto com o Plano de 2010, "Planos de Opção"), os acionistas da Companhia aprovaram os planos de opção de compra de ações da Companhia para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia, mediante outorga de ações ordinárias de sua emissão.

Os termos e condições das opções a serem outorgadas no âmbito de cada um dos Planos de Opção, foram aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, realizadas em 13 de setembro de 2010 e em 26 de dezembro de 2016, respectivamente.

As principais características dos Planos de Opção estão descritas abaixo.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que tem a intenção de aprovar junto a seus acionistas um novo plano de opção de compra de ações no exercício social corrente, por meio do qual serão outorgadas 87.790 opções de compra de ações a determinados membros do Conselho de Administração, com previsão de preço de opção de compra de R$38,63 por ação (preço justo estimado, mas a ser validado na data da outorga) e custo estimado para a Companhia de R$640.000,00 no exercício de 2017, cujos demais termos e condições ainda serão discutidos com os acionistas da Companhia.

b) Principais objetivos dos planos

Os Planos de Opção buscam estimular os diretores estatutários, diretores e gerentes principais a perseguir o planejamento estratégico e garantir a geração de valor com base no cumprimento das metas da Companhia de metas. Busca-se, com os referidos Planos de Opção, alinhar as ações de curto e longo prazo dos diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia e ao crescimento da rentabilidade das suas operações. Além disso, os Planos de Opção procuram auxiliar na atração e retenção dos melhores talentos da Companhia para atuação como administradores e cargos estratégicos.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Ao possibilitar que os diretores estatutários, e principais colaboradores se tornem seus acionistas, a Companhia espera que estes tenham fortes incentivos para se comprometer efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos estratégicos e aos planos de crescimento, de forma a maximizar os lucros da Companhia, ao curto, médio e longo prazo.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

Os Planos de Opção fazem parte da política de investimento e participação dos diretores estatutários e principais colaboradores e se encaixa na política da Companhia de oferecer retorno na compra e venda de suas ações aos beneficiários que contribuam significativamente para o seu ou cuja contratação seja relevante para a boa execução das estratégias da Companhia.

Os Planos de Opção, porém, não compõem a base da remuneração para fins dos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários. Os beneficiários terão que eventualmente apurar um ganho de capital tributável no momento da alienação (total ou parcial) das ações adquiridas no contexto dos Planos de Opção.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Os Planos de Opção existentes alinham os interesses da Companhia aos de seus diretores estatutários e principais colaboradores e acionistas por meio de benefícios de acordo com o desempenho das ações de emissão da Companhia, bem como ao período que estes permanecem na Companhia.

Por meio dos Planos de Opção, busca-se estimular a melhoria na gestão da Companhia e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho geral da Companhia de curto prazo. Ademais, os Planos de Opção visam possibilitar a obtenção e a manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos nos Planos de Opção.

f) Número máximo de ações abrangidas

De acordo com os Planos de Opção, as opções de compra de ações não poderão exceder o limite global de diluição do número de ações de 4,61% para o Plano de 2010 e de 4,00% para o Plano de 2016, do número total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de 2010 é de 4.296.851, sendo certo que todas essas opções já foram outorgadas, e no Plano de 2016 é de 3.886.498, das quais 3.299.810 opções já foram outorgadas.

h) Condições de aquisição de ações

Plano de 2010

Os beneficiários do Plano de 2010 terão o direito de exercer as opções de compra com base: (i) no período que permanecerem na administração da Companhia ("Opções por Tempo de Casa"); (ii) na *performance* da Companhia ("Opções por *Performance*"), ou (iii) caso as ações de emissão da Companhia atinjam determinados preços no mercado ou em eventual operação societária de alienação de controle da Companhia ("Opções por Preço das Ações").

(i) Opções por Tempo de Casa do Plano de 2010:

De acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 13 de setembro de 2010, as Opções por Tempo de Casa englobarão o total de 2% das ações emitidas pela Companhia. Em referida reunião, foi aprovada a outorga de Opções por Tempo de Casa das quais são objeto ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Cada parcela de 1/4 das ações objeto das Opções por Tempo de Casa se tornarão exercíveis a partir do último dia útil do mês de maio dos exercícios de 2011, 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

(ii) Opções por *Performance* do Plano de 2010:

De acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 13 de setembro de 2010, as Opções por *Performance* englobarão o total de 2% das ações emitidas pela Companhia. Em referida reunião, foi aprovada a outorga de Opções por *Performance* das quais são objeto ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Cada 1/5 (um quinto) se tornará exercível, com o atingimento de metas de *performance* determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia em cada um dos anos fiscais de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia para o respectivo ano fiscal.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(iii) Opções por Preço das Ações do Plano de 2010:

De acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 13 de setembro de 2010, as Opções por Preço das Ações englobarão o total de 2% das ações emitidas pela Companhia. Em referida reunião, foi aprovada a outorga de Opções por Preço das Ações das quais são objeto ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. As Opções por Preço das Ações se tornarão exercíveis de acordo com as metas estabelecidas no Plano de 2010.

Ao final de 2014 e início de 2015, a companhia emitiu 1.383.369 ações para permitir o exercício pelos colaboradores participantes de parte das opções de compra previstas no plano de opção de compra de 2010. Por conta de tal emissão e compra de ações pelos participantes, o capital social da companhia foi aumentado em R$17.983.797,00.

Após o exercício das opções ocorrido em 17 de abril de 2017, não há mais quaisquer opções exercíveis e a Companhia não tem intenção de fazer novas outorgas relativas ao Plano de 2010. Com o exercício das opções relativas ao Plano de 2010, a Companhia receberá por compra das ações pelos participantes o valor de R$40.639.347,48.

No âmbito do Plano de 2010 foram exercidas opções de compra de 1.915.675 ações da Companhia por Luiz Roberto Novaes Mattar e opções de compra de 2.371.176 ações da Companhia pelos demais diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia.

Plano de 2016

As opções outorgadas no âmbito do Plano de 2016 dividem-se em dois lotes iguais, sendo que, para o lote A, cada 1/3 das ações ordinária sem valor nominal objeto das opções do lote A se tornará exercível ao final do primeiro, segundo e terceiro aniversários do Plano de 2016 a ocorrer no mês de abril de cada ano e no caso da ocorrência de um Evento de Liquidez, respectivamente. Para fins deste Formulário de Referência, “Evento de Liquidez” significa qualquer das operações a seguir: (i) uma oferta pública de ações de emissão da Companhia que resulte na listagem e negociação das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; (ii) a cessão, venda, permuta ou qualquer outra forma de alienação (incluindo operações societárias, tais como incorporação, incorporação de ações, cisão e fusão, envolvendo a Companhia), direta ou indireta, de ações de emissão da Companhia pelos acionistas a qualquer terceiro que não uma Afiliada dos acionistas, desde que implique na transferência de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia.

As demais ações ordinária sem valor nominal de emissão da Companhia outorgadas no âmbito do Plano de 2016 compõem o lote B e se tornarão exercíveis em sua totalidade se, a qualquer tempo (i) ocorrer um evento de liquidez por um preço por ação igual ou acima a R$49,77, nos termos previstos no Plano de 2016, ou (ii) as ações ordinárias da Companhia estiverem listadas na BMF&BOVESPA, ao final do pregão do 90º dia consecutivo em que o preço por ação ordinária esteja sendo negociado a valor igual ou superior a R$49,77.

Sem prejuízo das condições de exercício já estabelecidas nos parágrafos acima, na ocorrência de uma oferta pública de ações da companhia (conforme definido no Plano de 2016), as opções objeto do lote A e do lote B somente se tornarão exercíveis nos seguintes prazos: (i) 40% das opções se tornarão exercíveis após o período de carência de 180 dias contados da conclusão do Evento de Liquidez; e (ii) os 60% restantes das opções se tornarão exercíveis após o período de carência de 360 dias contados da conclusão do Evento de Liquidez. Os períodos de carência acima previstos se aplicam, inclusive, à eventual parcela das opções do lote A que já seja exercível quando da ocorrência do Evento de Liquidez, mas que ainda não tenha sido exercida.

A Companhia espera receber, com o exercício das opções relativas ao Plano de 2016, rendimentos no valor de R$112.514.117,00.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício de compra das opções outorgadas nos termos do Plano de 2010 foi determinado com base no valor de R$9,48 por ação ordinária.

O preço de exercício de compra das opções outorgadas nos termos do Plano de 2016 foi determinado com base no valor de R$28,95 por ação ordinária.

Os preços para o exercício de compra das opções outorgados relativas aos planos foram determinados com base no valor justo por ação no momento da outorga, considerando a valorização e múltiplos de empresas comparáveis com a Companhia no momento da aprovação dos referidos planos de opção.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício foi fixado para contemplar o incentivo e retenção dos diretores estatutários e principais colaboradores no longo prazo. Ao mesmo tempo, buscou-se refletir no plano a performance de curto e médio prazo dos beneficiários, por meio das metas anuais estabelecidas.

k) Forma de liquidação

Mediante o exercício das opções, a Companhia deverá (i) emitir o número correspondente de ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, ou (ii) entregar ações ordinárias mantidas na tesouraria. A Companhia deverá, anteriormente à entrega das ações ordinárias nos termos dos Planos de Opção: (a) observar todas as disposições legais aplicáveis à emissão e entrega das ações ordinárias, e (b) se as ações ordinárias forem, na data de entrega, listadas em qualquer bolsa ou mercado de balcão organizado, deverão as ações ordinárias a serem entregues ser listadas ou autorizadas a serem listadas em tal bolsa ou mercado de balcão organizado.

l) Restrições à transferência das ações

Não há restrição à transferência de ações.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, poderá alterar a qualquer tempo revogar ou suspender os Planos de Opção e a outorga futura de opções de compra, ressalvado que o Conselho de Administração não poderá suspender ou revogar os termos de uma opção de compra ou dos Planos de Opção sem a prévia autorização do participante se esta suspensão ou revogação afetar adversamente os direitos do participante. Quaisquer alterações aos Planos de Opção dependerão da aprovação dos acionistas na medida em que tal aprovação seja necessária por lei, conforme entendimento do Conselho de Administração.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de 2010

Exceto se o Conselho de Administração decidir em contrário, nos termos do contrato de opção, caso ocorra o término do relacionamento com um participante do Plano de 2010, as opções de compra serão canceladas no limite em que não forem exercíveis quando do término do relacionamento, permanecendo a parcela exercível da opção exercível até (i) o 5º aniversário da data da outorga; (ii) 12 meses após a data do encerramento do relacionamento do participante com a Companhia devido à morte ou invalidez; (iii) 90 noventa dias após a data do encerramento do relacionamento do participante, por qualquer outro motivo que não demissão por Justa Causa ou morte e invalidez; e (iv) 10 dias após a data do encerramento do relacionamento do participante demitido por justa causa, observado os termos e condições estabelecidos no Plano de 2010.

Caso o término do relacionamento seja decorrente de (i) qualquer ato de desonestidade ou negligência do diretor no cumprimento de seus deveres, ou (ii) condenação por crime doloso nos termos da legislação brasileira ou má conduta relevante e grave por parte do diretor em relação à sua função como executivo da Companhia, a qual envolva roubo, falsificação, apropriação indébita de fundos ou fraude, todas as opções (exercíveis ou não) serão imediatamente encerradas e canceladas, não podendo mais ser exercidas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Plano de 2016

Se, a qualquer tempo durante a vigência do Plano de 2016 o participante:

(1) desligar-se da Companhia, por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao cargo de administrador: (i) as opções já exercíveis permanecerão exercíveis até a ocorrência de um evento de liquidez ou fim da vigência do respectivo contrato de opção; e (ii) as opções não exercíveis serão automaticamente extintas, observado o disposto no respectivo contrato de outorga de opção.

(2) for desligado por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa ou destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador: todas as opções (exercíveis ou não) restarão automaticamente extintas, observado o disposto no respectivo contrato de outorga de opção ;

(3) for desligado por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa ou destituição de seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) todas as opções exercíveis poderão ser exercidas mediante ocorrência de um evento de liquidez; e (ii) todas as opções não exercíveis restarão automaticamente extintas, observado o disposto no respectivo contrato de outorga de opção.

(4) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez: (i) as opções ainda não exercíveis restarão automaticamente extintas, observado o disposto no respectivo contrato de outorga de opção; e (ii) as opções já exercíveis poderão ser exercidas até o final do prazo de vigência do respectivo contrato de outorga de opção, desde ocorra um evento de liquidez.

(5) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) as opções não exercíveis restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções já exercíveis poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais até o final do prazo de vigência do respectivo contrato de outorga de opção, desde ocorra um evento de liquidez.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	Plano 2010	Plano 2016	Plano 2010	Plano 2016
Nº total de membros	7		5	
Nº de membros remunerados	2		5	
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	–	–	9,48	28,95
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	–		**8,41%**	

Nota: a Companhia esclarece que tem a intenção de aprovar junto aos seus acionistas o plano de outorga de 87.790 opções de compra de ações aos membros remunerados do Conselho de Administração, com preço de opção de compra de R$38,63 por ação (preço justo previsto na data da outorga prevista) e custo estimado para a Companhia de R$640.000,00 no exercício de 2017, elevando a diluição total para 8,49%.

Exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	Plano 2010	Plano 2016	Plano 2010	Plano 2016
Nº total de membros	7		4	
Nº de membros remunerados	2		4	
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	–	–	9,48	28,95
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	–		**9,06%**	

Exercício social encerrado em 31.12.2015

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	Plano 2010	Plano 2016	Plano 2010	Plano 2016
Nº total de membros	7		5	
Nº de membros remunerados	2		5	
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	–	–	9,48	28,95
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	–		**10,31%**	

Exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	Plano 2010	Plano 2016	Plano 2010	Plano 2016
Nº total de membros	7		5	
Nº de membros remunerados	7		5	
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	–	–	9,48	28,95
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	–	–	9,48	28,95
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	–		**10,75%**	

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Outorgas reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
	Outorga de opções de compra de ações	
Data da outorga	–	11/04/2016
Quantidade de opções outorgadas	–	2.234.810
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	–	Tempo de casa: 1/3 em 11/04/2017, 1/3 em 11/04/2018 e 1/3 em 11/04/2019. Opções por alcance de preço alvo: não havendo evento de liquidez, não há prazo para que se tornem exercíveis
Prazo máximo para exercício das opções	–	Havendo um evento de liquidez, o prazo máximo de exercício é o quinto aniversário da data da outorga.
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia.
Valor justo das opções na data de cada outorga	–	R$1,56

Nota: As 2.234.810 opções outorgadas em 2016 se referem ao “Plano de 2016” aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2016. Adicionalmente, o preço de compra destas opções foi estabelecido nos respectivos contratos de outorga ao valor de R$28,95 por ação.

Outorgas reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31.12.2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
	Outorga de opções de compra de ações	
Data da outorga	–	10/03/2015
Quantidade de opções outorgadas	–	158.446
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	–	Não há
Prazo máximo para exercício das opções	–	Não há
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia
Valor justo das opções na data de cada outorga	–	R$30,99

Outorgas reconhecidas no resultado do exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
	Outorga de opções de compra de ações	
Data da outorga	–	15/07/2014
Quantidade de opções outorgadas	–	30.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	–	Não há
Prazo máximo para exercício das opções	–	Não há
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia
Valor justo das opções na data de cada outorga	–	R$31,82

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Número de membros	7	4	
Número de membros remunerados	2	4	
	Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	–	2.234.810	
		Tempo de casa:	Preço Alvo:
Data em que se tornarão exercíveis	–	1/3 em 11/04/2017, 1/3 em 11/04/2018 1/3 em 11/04/2019. No caso de um evento de liquidez.	90 dias após o evento de liquidez, se sustentado o preço alvo.
Prazo máximo para exercício das opções	–	Havendo um evento de liquidez, o prazo máximo de exercício é o quinto aniversário da data da outorga	Havendo um evento de liquidez, o prazo máximo de exercício é o quinto aniversário da data da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia
Preço médio ponderado de exercício	–	R$ 28,95	R$ 28,95
Valor justo das opções no último dia do exercício social (2)	–	R$ 1,56	R$ 1,56
	Opções exercíveis		
Quantidade	–	2.334.551	
Prazo máximo para exercício das opções	–	Não há	Não há
Prazo de restrição à transferência das ações	–	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia	Não há prazo definido, porem transferência de direitos e obrigações do contrato de opções requerem anuência da Companhia
Preço médio ponderado de exercício	–	R$ 9,48	R$ 9,48
Valor justo das opções no último dia do exercício social	–	R$ 38,62	R$ 38,62
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	–	R$ 90.160.359,62	R$ 90.160.359,62

Nota: As 2.234.810 opções “ainda não exercíveis em 31 de dezembro de 2016” se referem ao “Plano de 2016” aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2016. O preço de compra destas opções foi estabelecido nos respectivos contratos de outorga ao valor de R$28,95 por ação. Adicionalmente, as 2.334.551 opções “exercíveis em 31 de dezembro de 2016” se referem ao “Plano de 2010” aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de julho de 2010, cujas outorgas ocorreram entre 2010 e 2015. O preço de compra destas opções vestidas foi estabelecido em tais contratos de opção de compra ao valor de R$9,48 por ação. Após o exercício das opções ocorrido em 17 de abril de 2017, não há mais quaisquer opções exercíveis e a Companhia não tem intenção de fazer novas outorgas relativas ao Plano de 2010.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31.12.2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	4
Número de membros remunerados	2	4
Opções exercidas		
Número de ações	–	–
Preço médio ponderado de exercício	–	–
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	–	–
Ações entregues		
Número de ações entregues	–	–
Preço médio ponderado de aquisição	–	–
Diferença entre o valor de aquisição e valor de mercado das ações adquiridas	–	–

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31.12.2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	5
Número de membros remunerados	2	5
Opções exercidas		
Número de ações	–	814.185
Preço médio ponderado de exercício	–	R$32,37
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	–	R$0,00
Ações entregues		
Número de ações entregues	–	–
Preço médio ponderado de aquisição	–	–
Diferença entre o valor de aquisição e valor de mercado das ações adquiridas	–	–

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31.12.2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	7	5
Número de membros remunerados	2	5
Opções exercidas		
Número de ações	–	–
Preço médio ponderado de exercício	–	–
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	–	–
Ações entregues		
Número de ações entregues	–	–
Preço médio ponderado de aquisição	–	–
Diferença entre o valor de aquisição e valor de mercado das ações adquiridas	–	–

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Com relação às opções exercíveis em 31 de dezembro de 2016, relativas ao programa de opção de compra de ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de julho de 2010 ("Plano de 2010"), como as ações da Companhia não possuíam valor de mercado, a Companhia considerou, como valor justo de opções, o mesmo valor justo calculado para suas ações na referida data, qual seja, R$38,62, conforme facultado pelos itens 10 a 12 do CPC10.

Para determinar a precificação das opções não exercíveis em 31 de dezembro de 2016, relativas ao programa de opção de compra de ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 26 de dezembro de 2016 ("Plano de 2016"), foi utilizado o modelo "Black-Scholes-Merton" que é uma das metodologias utilizadas na atribuição de valor de opções de compra de ações. Os administradores consideram esta metodologia como ferramenta adequada para precificar tais tipos de instrumento de acordo com as normas do IFRS, em decorrência da sólida e consistente base teórica de informações e avaliação dos exercícios de valorização.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço médio ponderado das ações:

Os preços médios ponderados das ações foram determinados tomando como base o valor médio de avaliação pré-monetaria da Companhia divido pelo seu número de ações, correspondendo no exercício financeiro terminado em 31 de dezembro de 2016 ao valor de R$38,62 por ação.

Preço de Exercício:

O preço de exercício (Strike Price) do Plano de 2010 é de R$9,48 por ação enquanto este mesmo preço para o Plano de 2016 é de R$28,95 por ação.

Volatilidade Esperada:

Para a determinação da volatilidade das opções foram utilizadas as flutuações médias históricas de empresas comparáveis com a Companhia no mercado de bolsas internacionais. Com base nesta análise, foi utilizada a volatilidade média de 12,50%.

Prazo de vida das Opções:

Em 31 de dezembro de 2016, não havia prazo remanescente para as opções de compra de ações previstas no Plano de 2010; tais opções foram integralmente exercidas em 17 de abril de 2017. O Plano de 2016 possui o prazo de 3 anos.

Dividendos:

Para cálculo de dividendos projetados para os exercícios seguintes, a Companhia incluiu as potenciais remunerações aos seus acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio, utilizando nas suas projeções destas duas formas de pagamento aos acionistas a taxa de 10% ao ano.

Taxa de Juros Livre de Risco:

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada as taxas de títulos do Tesouro Nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções, sendo consideradas neste contexto as taxas anuais médias de 12,750%.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Foram utilizadas as seguintes premissas para o caso de exercício antecipado:

Withdraw Rate (saída antecipada do participante da Companhia):

Representa uma decisão involuntária do participante de exercício antecipado das opções (saída da empresa), reduzindo a expectativa de vida da opção. A Companhia utilizou a taxa de 10,0% ao ano.

Farfeiture Rate (que representa o *turnover* antes do prazo de *vesting*):

A Companhia utiliza a taxa média de 5% ao ano.

Probabilidade de utilização de regime de emprego em jornada parcial, licenças e ausências:

A Companhia utiliza 0% neste caso, com base em seu histórico dos participantes dos Planos de Opção.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Para a determinação da volatilidade das opções foram utilizadas as flutuações médias históricas de empresas comparáveis com a Companhia no mercado de bolsas internacionais. Com base nesta análise, foi utilizada a volatilidade média de 12,50%.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Além das informações fornecidas nos itens anteriores, nenhuma outra característica específica foi incorporada na mensuração do valor justo das opções.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Posição acionária na Companhia em 31 de dezembro de 2016:

Órgão	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações	% do Capital Total
Diretoria	2.576.077	–	2.576.077	2,85%
Conselho de Administração	–	–	–	–

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não possui planos de previdência em vigor para seus diretores estatutários e membros do Conselho de Administração.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	4,00	4,00	5,00	7,00	7,00	7,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	5,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	4.999.323,00	2.047.383,43	3.629.237,00	252.108,50	215.218,68	168.552,61
Valor da menor remuneração(Reais)	1.277.444,00	645.925,01	845.993,00	252.108,50	215.218,68	168.552,61
Valor médio da remuneração(Reais)	2.845.334,75	1.512.491,68	2.472.663,08	252.108,50	215.218,68	168.552,61

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração	
31/12/2016	Para o cálculo do valor médio foi utilizado apenas 2 membros do conselho, pois os demais 5 membros não receberam remuneração.
31/12/2015	Para o cálculo do valor médio foi utilizado apenas 2 membros do conselho, pois os demais 5 membros não receberam remuneração.
31/12/2014	Para o cálculo do valor médio foi utilizado apenas 2 membros do conselho, pois os demais 5 membros não receberam remuneração.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2014	2015	2016
Conselho de Administração.....	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária.....	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	–	–	–

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração ou dos Diretores Estatutários nos últimos três exercícios sociais.

13.16 - Outras informações relevantes

Adicionalmente, foi aprovado em 2015 plano de *phantom stock options* ("*Phantom Stock Option Plan*") baseado na concessão de uma premiação financeira, baseada na valorização das ações da Synapsis SPA em cada exercício social, em comparação ao preço de exercício inicial das opções de R$22,49, aos seus diretores e colaboradores, bem como aos diretores e colaboradores de suas subsidiárias no Chile, no Peru e na Colômbia.

Até 30 de junho de 2017, foram outorgadas 390.000 opções no âmbito do *Phanton Stock Option Plan*, sendo certo que nenhumas dessas opções outorgadas foi exercida e que desde 30 de junho de 2017 até a data deste Formulário de Referência, não foram outorgadas mais opções no âmbito do *Phanton Stock Option Plan*.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a) NÚMERO DE EMPREGADOS (TOTAL, POR GRUPOS COM BASE NA ATIVIDADE DESEMPENHADA E POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA)

Posição em 30 de junho de 2017

País	Área de Negócio	Áreas Corporativas	Total
Brasil	7.974	118	8.092
Colômbia	524	33	557
Chile	354	22	376
Peru	56	7	63
Argentina	28	3	31
Panamá	5	1	6
Total	**8.941**	**184**	**9.125**

Posição em 31 de dezembro de 2016

País	Área de Negócio	Áreas Corporativas	Total
Brasil	7.428	355	7.783
Colômbia	516	29	545
Chile	315	24	339
Peru	58	7	65
Argentina	28	3	31
Panamá	15	2	17
Total	**8.360**	**420**	**8.780**

Posição em 31 de dezembro de 2015

País	Área de Negócio	Áreas Corporativas	Total
Brasil	7.345	423	7.768
Colômbia	422	33	455
Chile	309	27	336
Argentina	63	2	65
Peru	51	7	58
Panamá	–	–	–
Total	**8.190**	**492**	**8.682**

Posição em 31 de dezembro de 2014

País	Área de Negócio	Áreas Corporativas	Total
Brasil	6.595	417	7.012
Colômbia	–	–	–
Chile	–	–	–
Argentina	–	–	–
Peru	–	–	–
Panamá	–	–	–
Total	**6.595**	**417**	**7.012**

b) NÚMERO DE TERCEIRIZADOS (TOTAL, POR GRUPOS COM BASE NA ATIVIDADE DESEMPENHADA E POR LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA)

A Companhia não possui colaboradores terceirizados.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

c) ÍNDICE DE ROTATIVIDADE

O índice de rotatividade dos empregados das Operações Continuadas da Companhia foi de 2,6% para o semestre encerrado em 30 de junho de 2017, 2,2% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2,9% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2,7% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de em 2014.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

A Companhia entende que não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a) POLÍTICA DE SALÁRIO E REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

A política de remuneração tem o objetivo de definir práticas e critérios de aprovação e acompanhamento que garantam, justifiquem e apoiem todas as movimentações, sendo: "Promoções", "Mérito", "Enquadramento Salarial" e "Enquadramento de Cargo" ("Política de Remuneração").

Além disso, visa a garantir que os colaboradores estejam realmente preparados, capacitados para realizar as suas atividades, acompanhando seu período de adaptação à nova atividade.

Descrição da Política de Remuneração

A administração de cargos e salários será feita considerando:

- O equilíbrio interno: cada cargo terá sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função.
- A visão externa: os salários serão estabelecidos conforme os padrões de mercado para cargos com responsabilidades semelhantes.
- A análise da área: a área de remuneração sempre irá avaliar se as promoções ocorrem de forma que os colaboradores da mesma área fiquem com salários equilibrados em si conforme função exercida, evitando desequilíbrio entre pares.

Admissão / Preenchimento de Vagas Internas

Todas as vagas deverão ser obrigatoriamente publicadas no portal de vagas, na ausência de profissionais que atendam os requisitos mínimos da vaga, a mesma será aberta externamente.

O candidato deverá preencher os requisitos mínimos de formação e tempo de experiência estabelecido para o cargo.

Alterações Salariais

As alterações por "Mérito" poderão ocorrer somente nos meses de junho e novembro limitados a 20%, salvo situações de exceção onde deverá ser avaliado e aprovado conforme fluxo de movimentações abaixo.

Somente terá direito ao reajuste de salário por "Mérito" o colaborador com o mínimo de 01 ano na função atual e intervalo de um ano entre a última movimentação por mérito.

As alterações salariais, deverão passar pela avaliação do RH Local, onde será detectado se o profissional preenche os requisitos mínimos de formação, especificações e tempo de experiência estabelecido para a execução das funções do cargo e a área de remuneração fará a validação técnica da solicitação, observando o cumprimento da Política de Remuneração vigente.

As alterações de "Promoção" ou "Enquadramento Salarial", poderão ocorrer mensalmente, após avaliação de acordo com o fluxo de aprovação vigente. São elegíveis os colaboradores que atendem os requisitos do cargo e tenham no mínimo 6 meses na função.

Os colaboradores com elegibilidade a movimentação deverão ter um posicionamento nos quadrantes Q1, Q2, Q3 e Q5 na avaliação de *Nine Blocks*. Caso o colaborador não tenha posicionamento definido (devido a sua data de admissão), será considerado o posicionamento Q5.

Programa de Aceleração de Carreira

Para as promoções decorrentes de Programa de Aceleração de Carreira ("PAC") os candidatos finalistas serão submetidos a aprovação de um par do gestor da vaga. Após a aprovação pelo time de recrutamento e seleção, o gestor responsável pela vaga, deverá preencher o formulário de Avaliação de Entrevista Técnica PAC (RHE-FOR-001-047) e entrega-lo ao recrutador. Adicionalmente deverá submeter as MOPs de Alteração (Promoção do colaborador aprovado) e Substituição (do colaborador aprovado).

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

A liberação do colaborador por parte da área cedente deverá acontecer em até 2 semanas após a aprovação da vaga de substituição do mesmo.

Nesse momento, o colaborador aprovado iniciará um treinamento em campo "*on the job*" por um período de 4 meses e as alterações serão processadas (Centro de Custo, Hierarquia Funcional).

O aumento salarial será limitado a 60% e/ou mínimo da faixa salarial da nova função, toda e qualquer alteração salarial terá um teto de 20% por parcela (exceto para Contratos de Governo conforme edital ou acordo vigente), sendo a primeira a partir do 4º mês e as demais serão programadas e acompanhadas a cada 4 meses até atingir o valor do salário proposto.

A alteração de cargo para uma função de liderança em casos de PAC será imediata para que o profissional possa seguir com os acessos devidos, porém o aumento salarial ocorrerá somente no 4º mês.

Todas as alterações salariais com reembolso retroativo necessitarão da autorização de BO sem prejuízo do procedimento acima informado.

A comunicação às partes (Gestor Cedente, Gestor Receptor, Colaborador) sempre será efetuada pelo time de Recrutamento e Seleção que fará o papel de Centralização da Comunicação do Processo.

Fluxo de Aprovação

ITEM	Classificação	LÌDER CC	LÍDER IMEDIATO	REM	RAM / RCM	DIRETOR	B.O.	VP	DIRETORIA DHO		PRESIDÊNCIA
A	Movimentação de centro de custo	x	x		x		x	Não se Aplica			
B	Enquadramento de Cargo	x	x	x	x	x	x	Apenas quando elegivel ao BSC			
C	Promoção: PAC limitado a 60% de aumento ou inicio da faixa	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Não se Aplica
D	Movimentação: enquadramento salarial, mérito e promoção (fora PAC).	x	x	x	x	x	x	x	x	x	Salário > 5K aumento superior A 20%
											Salário = < 5K aumento superior A 1K
											Elegivesi ao BSC

Ajustes da Tabela Salarial

A tabela salarial será ajustada anualmente conforme percentual estabelecido nas Convenções/Acordos Coletivos de Trabalho regionais, visando a manutenção do posicionamento dos profissionais em relação as faixas salariais e da estrutura salarial vigente.

O ajuste da tabela salarial, também, poderá ocorrer, após análise de resultados de pesquisas de mercado, de acordo com o mesmo segmento de atuação, podendo aplicar-se a todos os grupos salariais, levando em consideração a equidade externa ou grupos salariais específicos, visando à retenção de talentos.

A remuneração dos empregados da Companhia é composta pelos elementos abaixo descritos:

- Remuneração Fixa: salário base mensal, tendo como objetivo remunerar o empregado pelas atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo exercido.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

- Bonificação Anual: remuneração variável anual destinada aos cargos com GS 17 acima (com o objetivo de recompensar o empregado pelos resultados da Companhia). A bonificação anual está atrelada ao atingimento das metas pré-definidas no início de cada ano. As metas pré-estabelecidas nas quatro dimensões estratégicas e deverá ser composto por no máximo 9 (nove) e no mínimo 5 (três) indicadores, respeitando a distribuição por dimensão e o peso mínimo permitido para cada indicador de 10 pontos percentuais.

Dimensão	Mínimo de indicador	Máximo de indicador
Financeira	2 (dois)	5 (cinco)
Processos Internos	1 (um)	5 (cinco)
Clientes Mercado	–	2 (dois)
Pessoas	–	2 (dois)

É obrigatória a inclusão do indicador EBITDA ou EBITDA-CAPEX e Receita Bruta levando em consideração a meta/resultado da Torre de Negócio a qual o colaborador faz parte para em 100% dos painéis, conforme definido por GS, salvo exceção.

INDICADORES CORPORATIVAS / TORRES	GS	PESO PADRÃO
RECEITA BRUTA EBITDA E/OU EBITDA (-) CAPEX	GS 15|16	20%
	GS 17|18	30%
	GS 19|20	40%
	GS 21|22	50%
	GS 23|24|25	60%

As travas corporativas devem ser alcançadas para que o pagamento do Bônus seja realizado, como Fluxo de Caixa, Clima, RAD e PDCA.

b) POLÍTICA DE BENEFÍCIOS

A política de benefícios da Companhia tem como objetivo oferecer benefícios compatíveis com o mercado, com intuito de reter e atrair talentos, como também proporcionar segurança, proporcionando assim o bem-estar e a tranquilidade dos colaboradores e familiares referente às coberturas dos serviços oferecidos.

A Companhia oferece para os seus empregados um pacote de benefícios compatíveis com as práticas de mercado, o qual inclui Assistência Médica, Convênio Odontológico, Seguro de Vida em Grupo, Vale Refeição, Vale Transporte e Convênio Farmácia.

Para os cargos com GS 20 e acima a Companhia oferece, além dos benefícios descritos no parágrafo acima, veículo e auxílio combustível.

c) CARACTERÍSTICAS DOS PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES DOS EMPREGADOS NÃO-ADMINISTRADORES IDENTIFICANDO: I) GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS; II) CONDIÇÕES PARA EXERCÍCIO; III) PREÇOS DE EXERCÍCIO; IV) PRAZOS DE EXERCÍCIO; E V) QUANTIDADE DE AÇÕES COMPROMETIDAS PELO PLANO

A Companhia possui planos de remuneração baseados em ações para empregados não administradores, que ocupem cargos de gerência na Companhia. As informações detalhadas sobre os planos de opção de compra de ações da Companhia encontram-se descritas na seção 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Os empregados da Companhia são filiados aos sindicatos abaixo relacionados. A relação com os mesmos é cordial, e, de acordo com as leis trabalhistas aplicáveis, a Companhia é obrigada a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros, de seus empregados:

- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado de São Paulo (SINDPD-SP);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado do Rio de Janeiro (SINDPD-RJ);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado do Ceará (SINDPD-CE);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado do Pernambuco (SINDPD-PE);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado de Santa Catarina (SINDPD-SC);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado do Rio Grande do Sul (SINDPD-RS);
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados do Estado do Paraná (SITEPD-PR);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado de Goiás (SINDPD-GO);
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da informação do Estado do Distrito Federal (SINDPD-DF);
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telec. Op. Sist. TV por assinatura, transmissão de dados e correio eletrônico, telefonia móvel celular, Serv. Tronc. D. com. Radi. (SINTTEL-RJ);
- Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral e Auxiliares na Administração Geral de São Paulo (SINTRAMMSP);
- Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores de Transportes de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio e Indústria, Gás, Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região (SIMTRATECOR)
- Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos no Comércio e Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisa do Município do Rio de Janeiro (SINDAUT-RJ);
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Empresas e órgãos Públicos de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Minas Gerais (SINDADOS-MG);
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Empresas e órgãos Públicos de Processamento de Dados, Serviços de Informática, Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado da Bahia (SINDADOS-BA);
- Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul (SEMAPI-RS);
- Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal (SINTTEL-DF).
- Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo (SINTESP).

Não ocorreram greves ou paralisações das atividades da Companhia envolvendo seus empregados nos últimos três exercícios sociais.

14.5 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que para atividades que requerem conhecimento específico de sistemas que não esteja disponível nos seus quadros de colaboradores ou para atividades que requeiram profissionais para atuação por tempo determinado, a Companhia contrata e pode vir a contratar serviços de outras empresas que contam com profissionais para atenderem a estas necessidades.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia					
11.709.823/0001-07	Brasileira-SP	Não	Sim	31/05/2011	
Não					
86.414.051	92,642400%	0	0,000000%	86.414.051	92,642400%
Luiz Roberto Novaes Mattar					
072.672.558-76	Brasileira-SP	Não	Não	17/04/2017	
Não					
4.491.752	4,815500%	0	0,000000%	4.491.752	4,815500%
OUTROS					
2.371.176	2,542100%	0	0,000000%	2.371.176	2,542100%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 25/08/2017					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
93.276.979	100,000000%	0	0,000000%	93.276.979	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	**11.709.823/0001-07**	

Brahma 6-A Scotland LP					
33.868.597/0001-40	Escocês	Não	Não	12/01/2011	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
289	23,535400	0	0,000000	289	23,535400
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Brahma 7-A Scotland LP					
33.868.597/0001-40	Escocês	Não	Não	12/01/2011	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
261	21,255000	0	0,000000	261	21,255000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Brahma 7-B Scotland LP					
33.868.597/0001-40	Escocês	Não	Não	12/01/2011	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
480	39,000000	0	0,000000	480	39,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia				**11.709.823/0001-07**	
Brahma 7-C Scotland LP					
33.868.597/0001-40	Escocês	Não	Não	12/01/2011	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
130	10,573000	0	0,000000	130	10,573000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Brahma US Scotland LP					
33.868.597/0001-40	Escocês	Não	Não	12/01/2011	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
56	4,610000	0	0,000000	56	4,610000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
12	1,026600	0	0,000000	12	1,026600
TOTAL					
1.228	100,000000	0	0,000000	1.228	100,000000

620

15.3 - Distribuição de capital

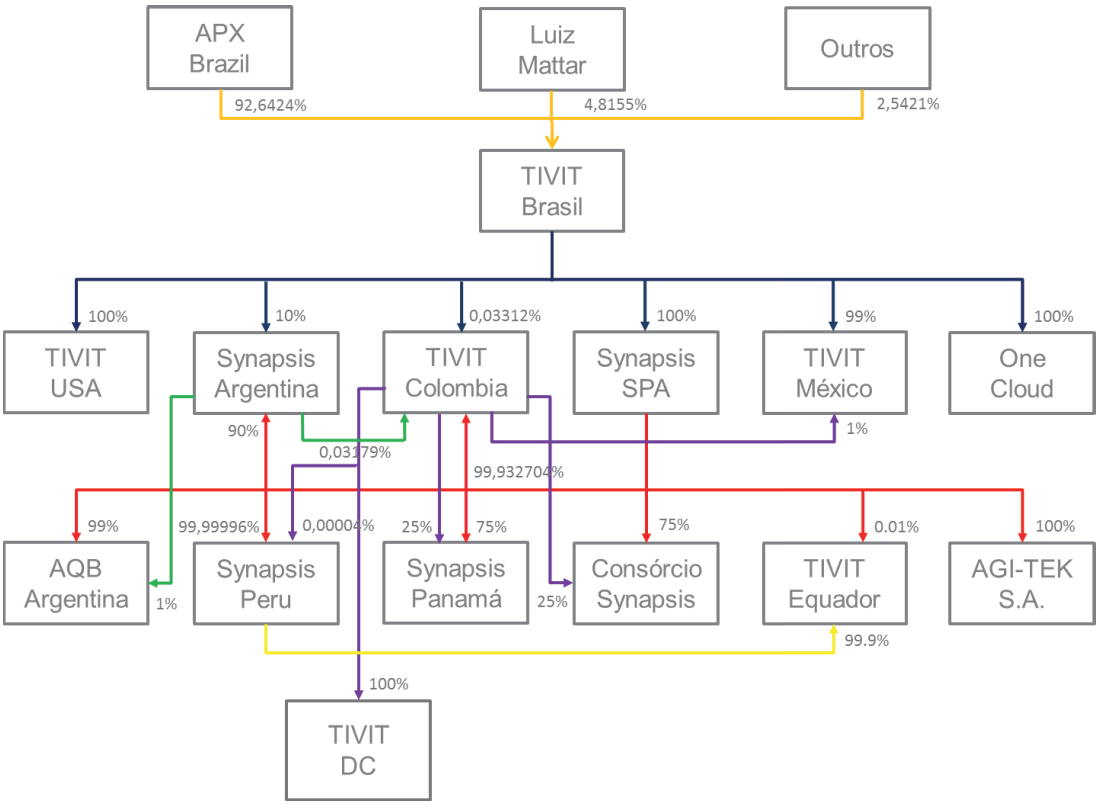
Data da última assembleia / Data da última alteração	04/09/2017
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	10
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.652.261	1,771300%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	1.652.261	1,771300%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não há Acordo de Acionistas vigente arquivado na sede social.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Não houve alterações relevantes, nos três últimos exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2016 e nem no exercício social corrente, nas participações acionárias dos membros do grupo de controle e de administradores na Companhia.

15.7 - Principais operações societárias

(I) CISÃO PARCIAL DA COMPANHIA COM A SEGREGAÇÃO DO SEGMENTO DE NEGÓCIOS DE BPO

a) Evento: Cisão parcial da Companhia com a segregação do segmento de negócios de *business process outsourcing* ("BPO").

b) Principais condições do negócio: Em dezembro de 2016, foi concluída a cisão parcial da Companhia com o objetivo de cindir o segmento de negócios de BPO, anteriormente desenvolvido pela Companhia, e que passou a ser desenvolvido exclusivamente pela NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("NEOBPO" e "Cisão Parcial", respectivamente).

O objetivo da Cisão Parcial foi segregar as unidades de negócios das partes de acordo com as características dos seus negócios e os seus setores de atuação, de maneira a impulsionar o crescimento de ambas e, de acordo com a Companhia, trará os seguintes benefícios de ordem operacional, administrativa, financeira e econômica:

(i) otimização da estrutura de capital e de gestão das partes, com maior facilidade e menores custos para alocação de capital para desenvolvimento das respectivas atividades econômicas;

(ii) melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, trazendo consideráveis benefícios às sociedades de ordem administrativa e econômica, sem o comprometimento do bom andamento dos negócios sociais; e

(iii) maior dedicação aos produtos e soluções que cada unidade de negócio desenvolve e oferece aos seus clientes.

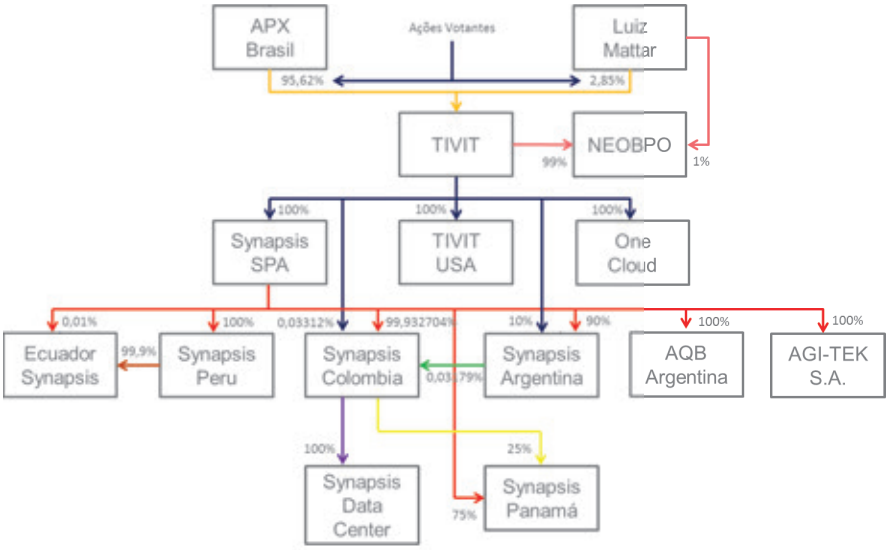
O valor contábil estimado do acervo cindido foi objeto de laudo de avaliação elaborado pelo critério contábil. De acordo com o referido laudo de avaliação, o valor contábil estimado do acervo cindido vertido à NEOBPO foi de R$141.673.124,49.

c) Sociedades envolvidas: Companhia (companhia cindida) e NEOBPO.

d) Efeitos resultantes da operação **no quadro acionário:** O quadro acionário da Companhia se manteve inalterado, uma vez que não houve cancelamento de ações e preservando-se a distribuição das ações indicada nas seções 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência.

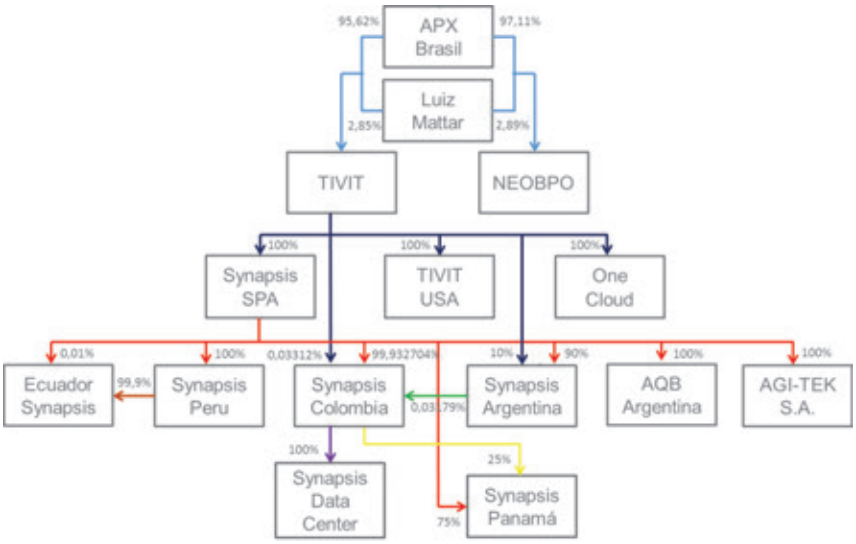
e) Quadro societário: A operação não resultou em alteração do quadro acionário da Companhia.

e.1) Antes:



15.7 - Principais operações societárias

e.2) Depois:



* *percentuais dos acionistas da Companhia considerando apenas ações votantes.*

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Não aplicável, uma vez que como resultado da Cisão Parcial, o capital social da Companhia foi reduzido sem cancelamento de ações e preservando-se a distribuição das ações indicada nas seções 15.1 e 15.2 desse Formulário de Referência. Ainda, nos termos do artigo 137, inciso III, da Lei das S.A., a Cisão Parcial não outorgou direito de recesso aos titulares de ações de emissão da Companhia.

(II) AQUISIÇÃO DA ONE CLOUD

a) Evento: aquisição da One Cloud Tecnologia Ltda. - ME

b) Principais condições do negócio: Em abril de 2016, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), por meio do qual a Companhia adquiriu quotas de emissão da One Clound Tecnologia Ltda.- ME ("One Cloud"), bem como adquiriu também opções de compra outorgada pela One Cloud, representativas de 12%, 4% e 5% do seu capital social, de modo que, ao final da operação a Companhia deteria 100% do capital social da One Cloud.

A totalidade das opções foram adquiridas por aproximadamente R$379.998,00 e as quotas foram adquiridas por aproximadamente R$1.620.002,00, observadas as disposições do Contrato de Compra e Venda. Essa aquisição teve o intuito de promover o crescimento da Companhia no mercado de computação em nuvem, visando à prestação de novos serviços, tais como tais como gestão de nuvens públicas e a ampliação dos serviços relacionados à gestão de nuvens privadas já oferecidos aos clientes.

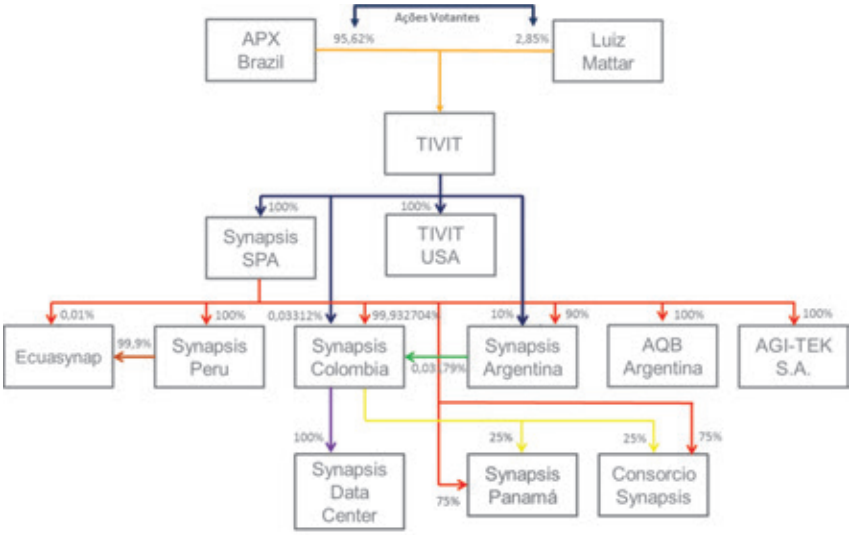
c) Sociedades envolvidas: Companhia (compradora) e One Cloud (sociedade adquirida).

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário: O quadro acionário da Companhia se manteve inalterado.

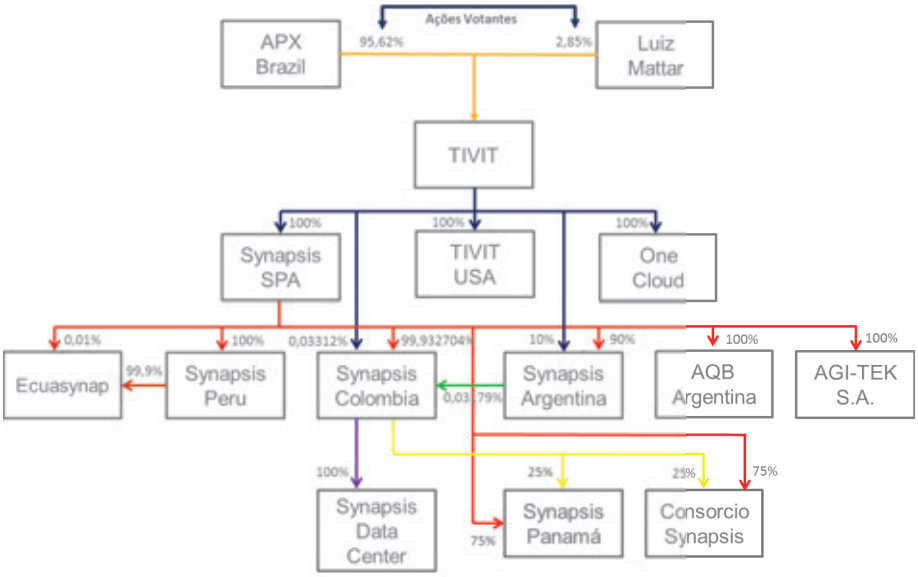
15.7 - Principais operações societárias

e) Quadro societário: A operação não resultou em alteração do quadro acionário da Companhia.

e.1) Antes:



e.2) Depois:



f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas.

15.7 - Principais operações societárias

(III) INCORPORAÇÃO DA SYNAPSIS BRASIL PELA COMPANHIA

a) Evento: Incorporação da Synapsis Brasil S.A. ("Synapsis") e, consequentemente de sua subsidiária integral, Cyberlinxx S.A., pela Companhia

b) Principais condições do negócio: Em janeiro de 2015 a Companhia aprovou em assembleia geral extraordinária de acionistas a incorporação da Synapsis pela Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Synapsis Brasil S.A. pela TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., celebrado em 02 de janeiro de 2015 ("Incorporação").

A Incorporação processou-se pelo valor patrimonial contábil das ações da Synapsis, correspondente à R$18.968.000.00, apurado por meio do laudo de avalição elaborado pela Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda, com base no balanço patrimonial da Synapsis levantando em 30 de setembro de 2014. Adicionalmente, a Companhia informa que no protocolo de justificação da incorporação o valor contábil das ações da Synapsis era de R$22.301.148,91. Tal diferença entre os valores corresponde à atualização do valor contábil das ações entre a data do laudo e a efetiva incorporação da Synapsis, que ocorreu efetivamente em dezembro de 2014.

A Incorporação insere-se no contexto de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica do grupo econômico e dos negócios da Companhia e da Synpasis e trouxe benefícios de ordem operacional, administrativa, financeira e econômica a ambas sociedades, os quais sejam:

(i) melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, trazendo consideráveis benefícios às sociedades de ordem administrativa e econômica, sem o comprometimento do bom andamento dos negócios sociais; e

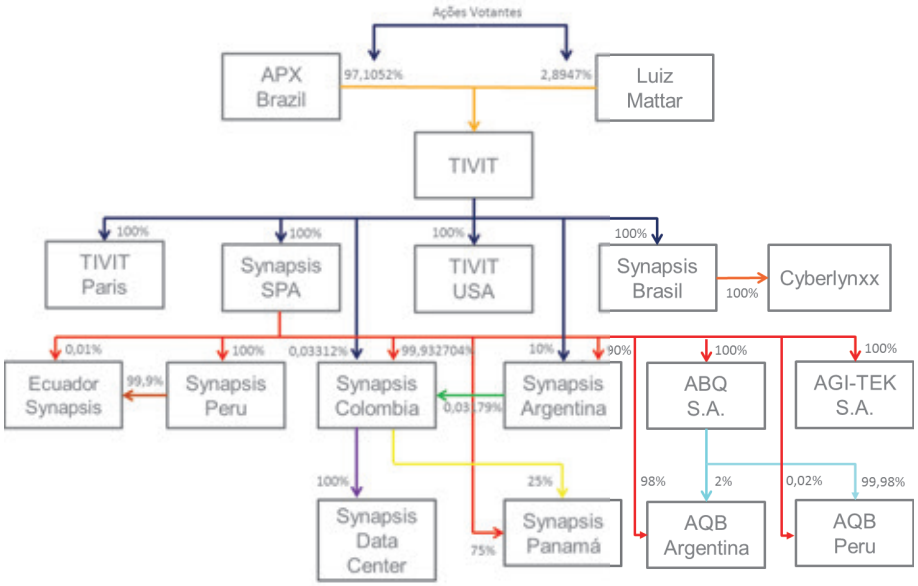
(ii) maior integração operacional das sociedades envolvidas, que permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes e a criação de novas formas de complementação entre as atividades sociais, de maneira a buscar a criação de valor às Partes.

c) Sociedades envolvidas: Companhia (incorporadora) e Synapsis Brasil S.A. (incorporada).

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário: O quadro acionário da Companhia se manteve inalterado.

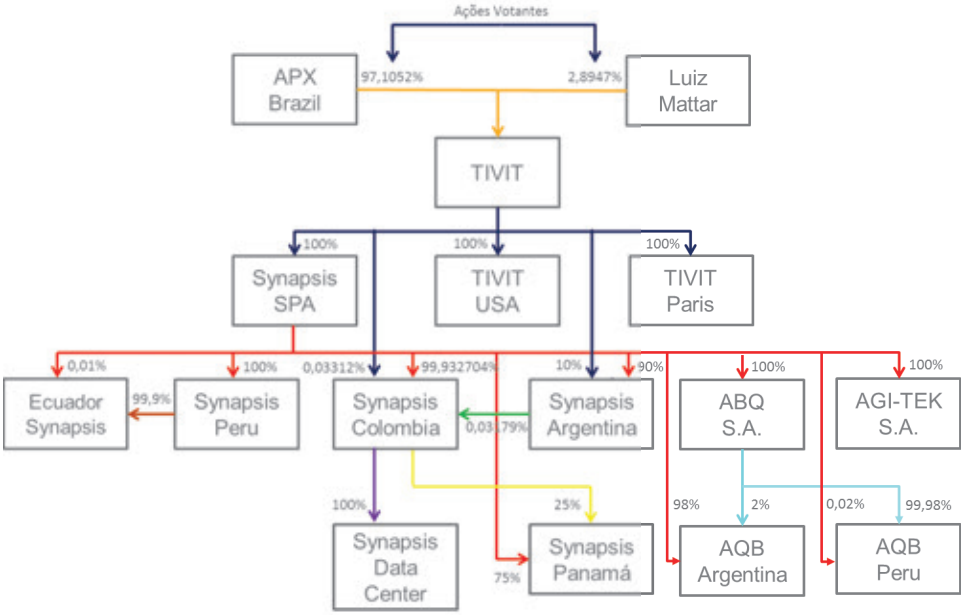
e) Quadro societário: A Incorporação não resultou em alteração do quadro acionário da Companhia.

e.1) Antes:



15.7 - Principais operações societárias

e.2) Depois:



f) **Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas:** Não aplicável, tendo em vista que a Companhia já era detentora de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Synapsis, a incorporação não resultou em qualquer aumento de capital social da Companhia e não houve a emissão de novas ações da Companhia. Deste modo, os acionistas da Companhia não foram diluídos e não sofreram qualquer alteração em seus direitos patrimoniais ou políticos na Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que a Companhia detinha 100% do capital social da Synpasis, a incorporação não aumentou a exposição de risco da Companhia, e não impactou o risco dos acionistas, dos investidores e de terceiros interessados da Companhia.

(IV) AQUISIÇÃO DA SYNAPSIS

a) **Evento:** Aquisição, pela Companhia, de todas as ações emitidas e em circulação da sociedade chilena Synapsis SPA e suas subsidiárias.

b) **Principais condições do negócio:** Em outubro de 2014, foi concluída a aquisição da sociedade chilena Synapsis SPA e suas subsidiárias Synapsis Brasil, Synapsis Argentina, TIVIT Colombia Terceirizacion Procesos Servicios y Tecnologia S.A.S, Synapsis Peru, Synapsis Equador, Synapsis Panamá, Synapsis Data Center, Cyberlynxx, AQB Chile, AQB Argentina, AQB Peru e AGI-TEK Chile, RW Chile Uno, RW Chile Dos, RW It Latam Holdings e RW Chile Tres pelo valor de aproximadamente R$357.840.407,67 (trezentos e cinquenta e sete milhões, oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e sete reais e sessenta e sete centavos).

Tal aquisição foi importante para ampliar a atuação da Companhia na América Latina, tendo em vista a atuação da Synapsis SPA no Chile, Colômbia, Argentina, Peru, Panamá e Equador.

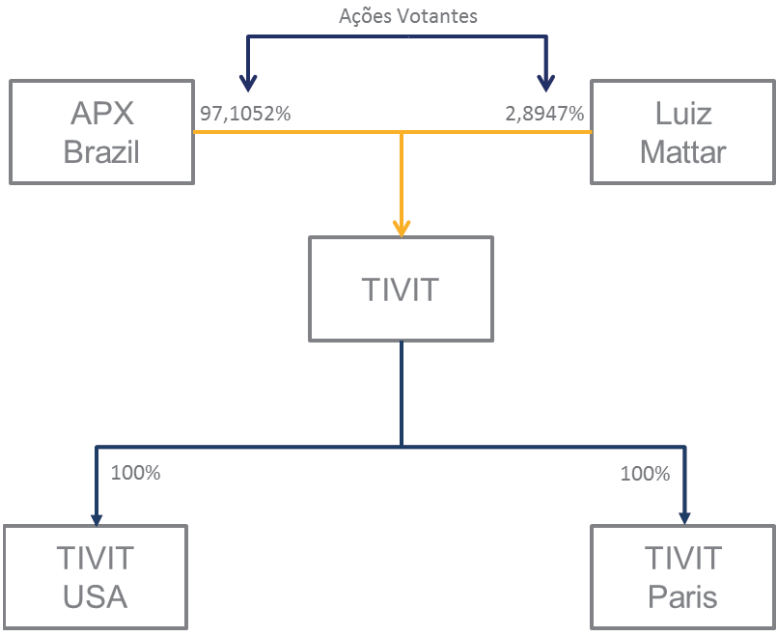
c) **Sociedades envolvidas:** Companhia (incorporadora) e Synapsis SPA e suas subsidiárias Synapsis Brasil, Synapsis Argentina, TIVIT Colombia Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia S.A.S (antiga Synapsis Colômbia), Synapsis Peru, Synapsis Equador, Synapsis Panamá, Synapsis Data Center, Cyberlynxx, AQB Chile, AQB Argentina, AQB Peru e AGI-TEK Chile, RW Chile Uno, RW Chile Dos, RW It Latam Holdings e RW Chile Tres (adquiridas).

d) **Efeitos resultantes da operação no quadro acionário:** O quadro acionário da Companhia se manteve inalterado.

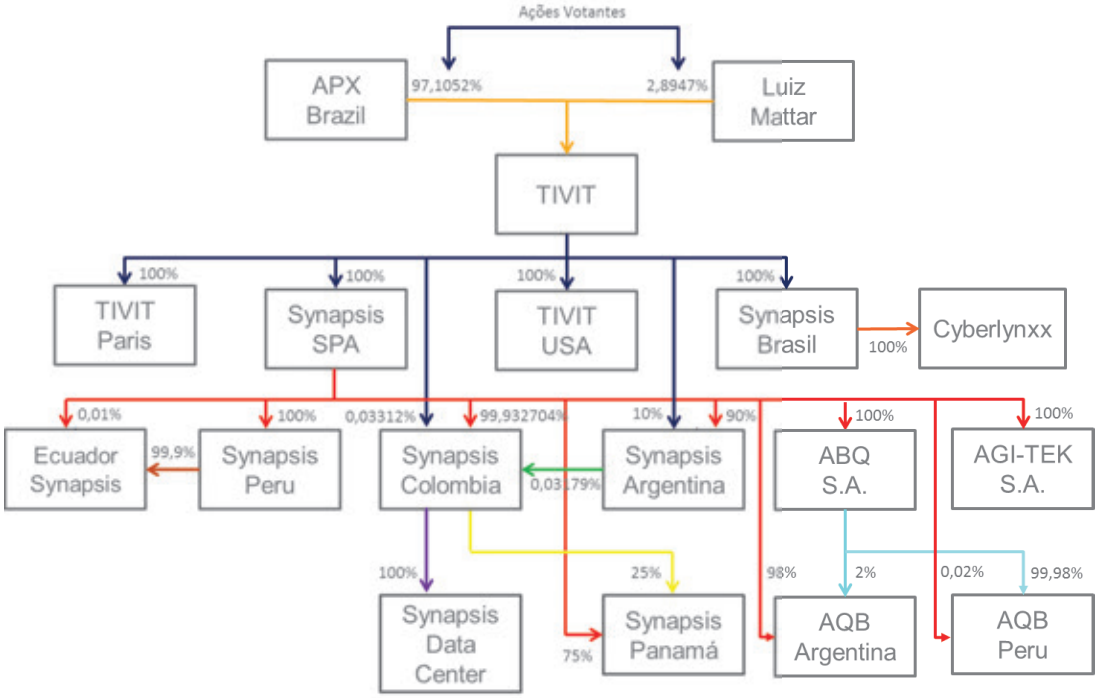
15.7 - Principais operações societárias

e) Quadro societário: A operação não resultou em alteração do quadro acionário da Companhia.

e.1) Antes:



e.2) Depois:



15.7 - Principais operações societárias

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas.

(V) AQUISIÇÃO DO GRUPO WORK

a) Evento: Aquisição e Incorporação das empresas Workimage Comércio e Serviços Ltda., da Workfile Gestão Documental Ltda., da Worksul Sistemas de Gestão Documental Ltda., da Workrio Sistemas de Gestão Documental Ltda. e da Workvale Sistemas de Gestão Documental Ltda. ("Work") pela Companhia.

b) Principais condições do negócio: A Companhia aprovou em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 31 de março de 2014 e retificada em 30 de maio de 2016 a incorporação da Work pela Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Workimage Comércio e Serviços Ltda., da Workfile Gestão Documental Ltda., da Worksul Sistemas de Gestão Documental Ltda., da Workrio Sistemas de Gestão Documental Ltda. e da Workvale Sistemas de Gestão Documental Ltda. pela TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., celebrado em 31 de março de 2014 ("Incorporação").

A Incorporação insere-se no contexto de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica do grupo econômico e dos negócios da Companhia e da Work e trouxe benefícios de ordem operacional, administrativa, financeira e econômica a ambas sociedades, os quais sejam:

(i) melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas, trazendo consideráveis benefícios às sociedades de ordem administrativa e econômica, sem o comprometimento do bom andamento dos negócios sociais; e

(ii) maior integração operacional das sociedades envolvidas, que permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes e a criação de novas formas de complementação entre as atividades sociais, de maneira a buscar a criação de valor às Partes.

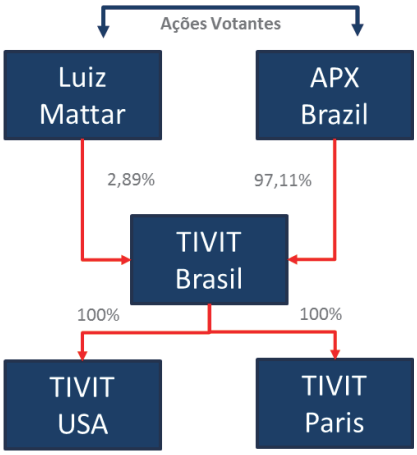
O valor total da aquisição da Work foi de R$ 34,9 milhões.

c) Sociedades envolvidas: Companhia (incorporadora) e Workimage Comércio e Serviços Ltda., da Workfile Gestão Documental Ltda., da Worksul Sistemas de Gestão Documental Ltda., da Workrio Sistemas de Gestão Documental Ltda. e da Workvale Sistemas de Gestão Documental Ltda. (incorporadas).

d) Efeitos resultantes da operação no quadro acionário: O quadro acionário da Companhia se manteve inalterado.

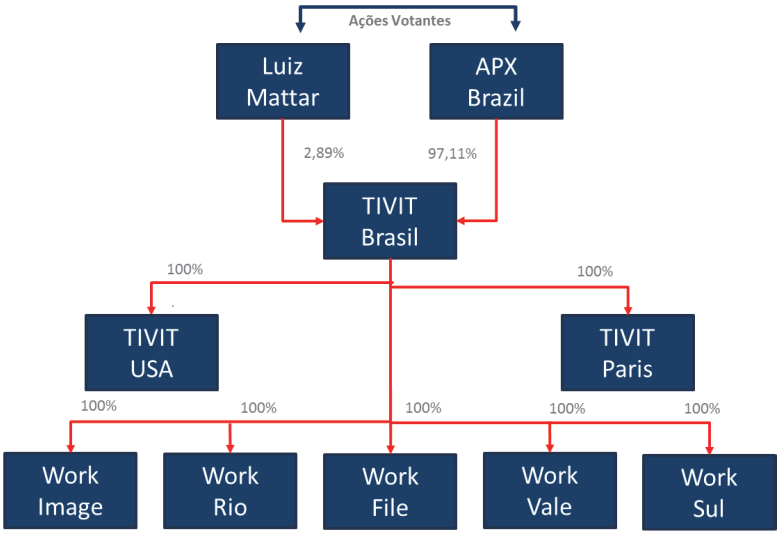
e) Quadro societário: A Incorporação não resultou em alteração do quadro acionário da Companhia.

e.1) Antes:



15.7 - Principais operações societárias

e.2) Depois:



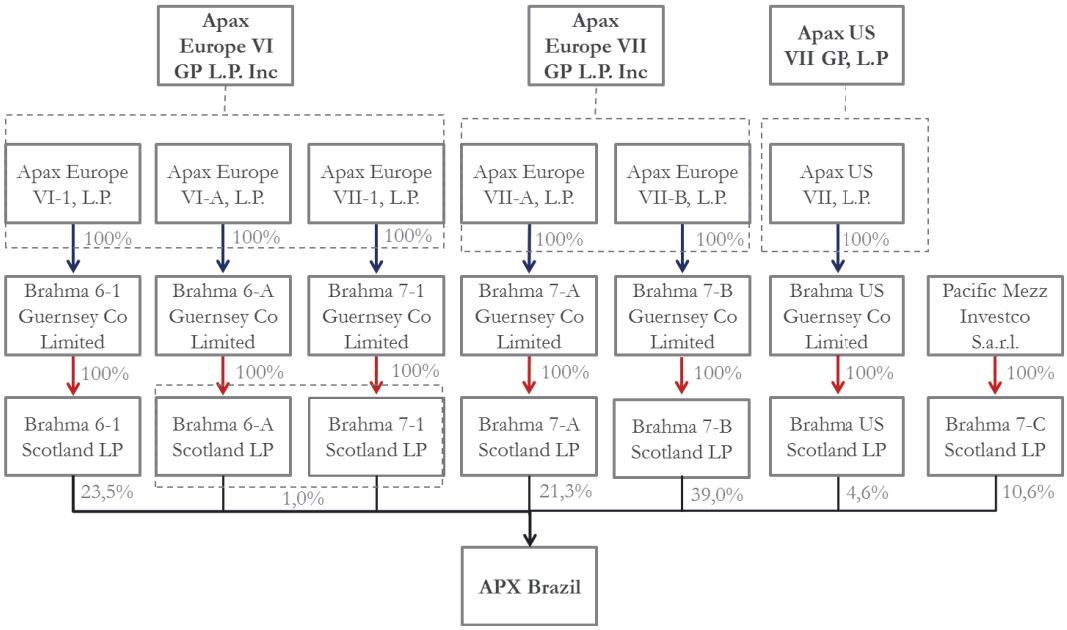
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas: Não aplicável, tendo em vista que a operação não interferiu na relação da Companhia com seus acionistas e também não causou quaisquer conflitos entre os acionistas.

15.8 - Outras informações relevantes

Informações complementares à seção 15.2 deste Formulário de Referência:

APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia

Segue abaixo organograma demonstrando a estrutura de controle/decisória do APX Brazil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("APX Brazil"):



Conforme organograma acima, o APX Brazil é detido diretamente pelas pessoas jurídicas estrangeiras descritas na seção 15.1/15.2 deste Formulário de referência e indiretamente pelos seguintes fundos, assessorados pela Apax Partners LLP: (i) Apax Europe VI-1, L.P., (ii) Apax Europe VI-A, L.P., (iii) Apax Europe VII-1, L.P., (iv) Apax Europe VII-A, L.P., (v) Apax Europe VII-B, L.P. e (vi) Apax US VII, L.P. (em conjunto, "Fundos Apax Europe/US"), que possuem, em conjunto, 89,4% de participação indireta no APX Brazil.

As decisões de investimentos dos Fundos Apax Europe/US são tomadas discricionariamente por três entidades, que atuam como administradoras (*general partners*) de tais fundos, conforme organograma acima, quais sejam Apax Europe VI GP L.P. Inc, Apax Europe VII GP L.P. Inc e Apax US VII GP, L.P. Dessa forma, os cotistas de cada um dos Fundos Apax Europe/US não possuem poder discricionário para determinar os investimentos serem realizados por tais fundos, cabendo às três entidades acima mencionadas (Apax Europe VI GP L.P. Inc, Apax Europe VII GP L.P. Inc e Apax US VII GP, L.P.) exercer influência decisiva e discricionária sobre os respectivos investimentos.

Adicionalmente, informamos que os cotistas dos Fundos Apax Europe/US são, eminentemente, fundos de pensão e fundos soberanos de países como Singapura e China. Nenhum dos cotistas dos Fundos Apax Europe/US (inclusive os cotistas pessoas físicas) detém participação superior a, aproximadamente, 5% das cotas representativas do patrimônio de cada um dos referidos Fundos Apax Europe/US. A título de exemplo, o Fundo Soberano da China, um dos maiores cotistas dos Fundos Apax Europe/US, possui participação de, aproximadamente, 5% do patrimônio do fundo em que é cotista.

15.8 - Outras informações relevantes

Sendo assim, as três entidades acima mencionadas, Apax Europe VI GP L.P. Inc, Apax Europe VII GP L.P. Inc e Apax US VII GP, L.P., possuem poder discricionário para indicar indiretamente por meio dos Fundos Apax Europe/US os membros do Comitê de Investimentos do APX Brazil, responsáveis por tomar as decisões do APX Brazil na qualidade de acionista de companhias investidas. Na data deste Formulário de Referência, o Comitê de Investimentos do APX Brazil é composto por 4 membros, conforme eleitos pelos cotistas do APX Brazil: Sr. Jason Aaron Wright, Sr. Alexandre de Souza Pellegrini, Sr. Ashish Vilas Karandikar e o Sr. Marcelo Mourão Silva, cujos respectivos mandatos possuem prazo indeterminado.

Por fim, a Apax Partners LLP atua, direta ou indiretamente (por meio das suas afiliadas), como principal assessora de investimentos para os Fundos Apax Europe/US, sendo certo que tal instituição não possui qualquer discricionariedade sobre os investimentos realizados por tais veículos.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia não adota uma política específica para a realização e divulgação de transações com partes relacionadas, a Companhia sempre observa as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da instrução da CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, bem como as melhores práticas de governança corporativas, contratando as mesmas em preços e condições comutativas, não gerando qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou a quaisquer outras partes.

A Lei das S.A. veda os administradores da Companhia: (i) a prática de atos de liberalidade à custa da Companhia; (ii) tomar por empréstimos recursos ou bens da Companhia; ou (iii) receber de terceiros qualquer vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do seu cargo.

Todas as transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração. Caso qualquer membro do Conselho de Administração possua interesse conflitante com o da Companhia na contratação com Parte Relacionada, tal membro estará impedido de participar de discussões e deliberações relativas a tal contrato, nos termos da Lei das S.A.

Além disso, após sua admissão no segmento de listagem “Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia deverá observar seu respectivo regulamento que prevê a inclusão nas suas informações trimestrais de notas explicativas relativas a transações com Partes Relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.	31/12/2016	15.664.752,71	R$ 14.666.166,84	Não foi possível aferir.	Até 31 de março de 2018.	SIM	2,319800
Relação com o emissor	A referida parte relacionada faz parte do mesmo Grupo acionário que a Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de mútuo.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato não poderá ser rescindido ou extinto.						
Natureza e razão para a operação	Contrato celebrado em decorrência da separação razoável das obrigações de financiamentos de cada sociedade no momento da cisão. A taxa de juros é de 2,3198% ao ano, acrescida da variação do CDI.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.	02/01/2017	162.924.316,80	R$ 146.631.885,12	Não foi possível aferir.	5 anos.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada faz parte do mesmo Grupo acionário que controla a Companhia.						
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços incluindo gestão de dados e infraestrutura de TI.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido pela contratante, mediante aviso com 180 dias de antecedência e pagamento do encargo de rescisão, conforme determinado no contrato: entre o 1º e o 12º mês de vigência – 30% das vincendas até completar 60 meses; entre o 13º e o 24º mês de vigência – 25% das vincendas até completar 60 meses; entre o 25% e o 60º mês de vigência – 20% das vincendas até completar 60 meses; do 60º mês em diante – 15% das vincendas até completar 120 meses. Também poderá ser rescindido pela parte prejudicada, caso a contratante não efetue o pagamento dos valores em atraso em até 60 dias; descumprimento da prestação de serviço por parte da contratada (se comprovada a culpa exclusiva da contratada); pedido de falência ou recuperação judicial de uma das partes; ocorrência de algum fato que impeça a prestação de serviços por mais de 2 dias consecutivos; descumprimento de alguma condição do contrato, não sanada dentro do prazo de 60 dias.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Prestador de serviços.						
Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.	31/03/2017	4.113.083,57	R$ 4.113.083,57	Não foi possível aferir.	12 meses.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A referida parte relacionada faz parte do mesmo Grupo acionário que a Companhia.						
Objeto contrato	Conta corrente entre a Companhia e a Neobpo em decorrência da separação razoável das obrigações de cada sociedade no momento da cisão ocorrida em 31/12/16.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Synapsis Chile	01/01/2015	946.553,10	R$ 946.548,22	Não foi possível aferir.	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Aquisição de participação de 4,99% da Synapsis Brasil em 1º de janeiro de 2015. A Companhia adquiriu na mesma data 95,01% da participação da Synapsis Argentina na Synapsis Brasil, conforme termos descritos na tabela abaixo. Essa empresa foi posteriormente incorporada à Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato não poderá ser rescindido ou extinto.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Adquirente de participação societária.						
Synapsis Argentina	01/01/2015	18.022.446,90	R$ 14.818.447,00	Não foi possível aferir.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Aquisição de participação de 95,01% da Synapsis Brasil em 1º de janeiro de 2015. A Companhia adquiriu na mesma data 4,99% da participação da Synapsis SpA na Synapsis Brasil, conforme termos descritos na tabela acima. Essa empresa foi posteriormente incorporada à Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	O contrato não poderá ser rescindido ou extinto.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Adquirente de participação societária.						
Synapsis Chile	01/01/2015	5.550.980,60	R$ 5.550.980,60	Não foi possível aferir.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Conta corrente entre a Synapsis Brasil (empresa incorporada) e a Synapsis Chile, referente ao montante que a controlada Synapsis Brasil possuía a pagar para a Synapsis Chile. Com a incorporação dessa empresa em 01/01/2015 esse valor foi incorporado pela Companhia						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Synapsis Peru SRL	01/01/2015	24.481,10	R$ 24.481,10	Não foi possível aferir.	Indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Conta corrente entre a Synapsis Brasil (empresa incorporada) e a Synapsis Peru, referente ao montante que a controlada Synapsis Brasil possuía a pagar para a Synapsis Peru. Com a incorporação dessa empresa em 01/01/2015 esse valor foi incorporado pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
One Cloud Tecnologia Ltda. – ME – (Tivit One Cloud)	24/03/2017	288.192,49	R$ 288.192,49	Não foi possível aferir.	12 meses.	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Adiantamento de recursos para pagamento de despesas diversas.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Synapsis Chile	01/01/2015	77.673,14	R$ 77.673,14	Não foi possível aferir.	12 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Conta corrente entre a Synapsis Brasil (empresa incorporada) e a Synapsis Chile, referente ao montante que a controlada Synapsis Brasil possuía a receber da Synapsis Chile. Com a incorporação dessa empresa em 01/01/2015 esse valor foi incorporado pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Synapsis Peru SRL	01/01/2015	78.541,05	R$ 78.541,05	Não foi possível aferir.	12 meses.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada é uma controlada da Companhia.						
Objeto contrato	Conta corrente entre a Synapsis Brasil (empresa incorporada) e a Synapsis Peru, referente ao montante que a controlada Synapsis Brasil possuía a receber da Synapsis Peru. Com a incorporação dessa empresa em 01/01/2015 esse valor foi incorporado pela Companhia.						
Garantia e seguros	Não há.						
Rescisão ou extinção	Não aplicável.						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A.	02/01/2017	35.642.698,20	R$ 29.702.248,50	Não foi possível aferir	36 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	A referida parte relacionada faz parte do mesmo Grupo acionário que a Companhia.						
Objeto contrato	Cessão de infraestrutura para operacionalização e manutenção das centrais de atendimento para a Companhia, além de soluções de conectividade e espaços operacionais.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	A qualquer momento a Companhia poderá rescindir este contrato mediante denúncia por escrito à Neobpo com antecedência de 3 faturas mensais. Exclusivamente para os serviços onde o faturamento é calculado com base na utilização de espaço (metro quadrado), o cliente poderá rescindir esse contrato mediante denúncia por escrito à Neobpo com antecedência de 90 dias e desde que efetue o pagamento do encargo de rescisão correspondente a soma dos valores vincendos do site objeto da denuncia: entre o 1º e 12º mês de vigência – 30% ; entre o 13º e o 24º mês de vigência: 25%; entre o 25% e o 36º mês de vigência: 20%						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Tomador de serviços						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Conforme descrito no item 16.1, a Companhia adota práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação pertinente e determinadas pela competência dos órgãos sociais prevista no Estatuto Social, que estabelecem formas de lidar com conflitos de interesse e políticas de contratação de serviços e compras, qualificadas a seguir.

a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses:

As transações relevantes com partes relacionadas são submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

Nos termos da Lei das S.A., o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. No caso de algum acionista ter interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, este não poderá proferir seu voto. Assim, a Companhia aplica o disposto na legislação, não admitindo, como regra, o voto de acionistas que tenham conflito de interesse.

Havendo interesses conflitantes com os interesses da Companhia por parte de membro do Conselho de Administração, este deve manifestar tempestivamente seu conflito de interesse ou interesse particular, declarando-se impedido de participar das discussões e deliberações sobre o assunto.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da respectiva reunião do Conselho de administração.

b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:

A Companhia entende que as transações com Partes Relacionadas em vigor no exercício social corrente e/ou celebradas no último exercício social, conforme listadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente equitativo e observam condições equânimes de mercado, considerando preços, prazos e condições financeiras para pagamentos praticados com terceiros.

Nesse sentido, a comutatividade é apurada mediante comparações ao que é praticado no mercado de forma que os valores e condições praticados entre partes relacionadas sejam os mesmos praticados com terceiros.

16.4 - Outras informações relevantes

A Companhia celebrou dois programas de contratos de empréstimos com membros de sua administração e empregados não administradores que ocupem cargos de gerência na Companhia, como estratégia para reter os seus melhores talentos em linha com os seus planos de expansão e crescimento. Esses contratos de empréstimo na forma de dois programas concedidos em 2013 e 2016 possuem prazo de 48 meses e 36 meses, com incidência de juros de mercado e multa no caso de não quitação nos prazos de pagamento contratualmente estipulados. Em 30 de junho de 2017, a Companhia possuía um valor a receber de seus administradores e funcionários de R$7,2 milhões.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
20/09/2017	1.106.094.076,98		93.276.979	0	93.276.979
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
25/08/2017	1.106.094.076,98	Não se aplica.	93.276.979	0	93.276.979
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
25/08/2017	1.106.094.076,98	Não se aplica.	93.276.979	0	93.276.979
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
29/03/2017	0,00		134.868.561	0	134.868.561

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/12/2014	Conselho de Administração	23/01/2015	4.625.816,00	Subscrição particular	355.832	0	355.832	0,38900384	13,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço previsto no contrato de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente, à vista.									
24/06/2015	Conselho de Administração	24/06/2015	676.013,00	Subscrição particular	52.001	0	52.001	0,05662841	13,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço previsto no contrato de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente, à vista.									
22/12/2015	Conselho de Administração	22/12/2015	12.681.968,00	Subscrição particular	975.536	0	975.536	1,06234612	13,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço previsto no contrato de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente, à vista.									
17/04/2017	Conselho de Administração	17/04/2017	40.639.347,48	Subscrição particular	4.286.851	0	4.286.851	3,81427257	9,48	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Preço previsto no contrato de opção de compra de ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente, em até 360 dias.									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve desdobramento, grupamento e/ou bonificação em ações nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2016	31/12/2016	141.673.124,49	0	0	0	11,73638100	0,00

Forma de restituição Não Aplicável.

Razão para redução Cisão parcial da Companhia com o objetivo de cindir o segmento de negócios de business process outsourcing, anteriormente desenvolvido pela Companhia, e que passou a ser desenvolvido exclusivamente pela NEOBPO Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. Não houve cancelamento de ações. Para mais informações a respeito da cisão mencionada, vide seção 8.1 deste Formulário de Referência.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações que a Companhia entende serem relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com o estatuto social da Companhia ("Estatuto") e com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das S.A."), é conferido aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Nos termos do art. 36 do Estatuto os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes: (a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Em caso de liquidação, após o pagamento de todas as suas obrigações, a Companhia deve reembolsar os acionistas na proporção de sua participação no capital social. Por não admitir ações preferenciais, a Companhia não confere prioridades no reembolso. O direito a reembolso de capital em caso de dissidência do acionista em relação a decisões da Assembleia Geral dá-se nos termos do art. 45 da Lei das S.A.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há previsão de quaisquer condições para alteração dos direitos assegurados aos titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia. Nesse sentido, a Lei das S.A. dispõe que nem o Estatuto nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas da Companhia dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da Companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos da própria Lei das S.A.; (iv) preferência para a subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observadas as condições previstas na própria Lei das S.A.; e (v) retirar-se da Companhia, nos casos previstos na própria Lei das S.A.
Outras características relevantes	Além de observar as regras referentes à alienação de controle descritas no artigo 254-A da Lei das S.A., a partir da vigência do Regulamento do Novo Mercado, as ações de emissão da Companhia passarão a atribuir direito de alienação em oferta pública em caso de (i) alienação de controle da Companhia, observado o disposto na seção 18.2 abaixo; (ii) cancelamento do registro de companhia aberta; ou (iii) saída do Novo Mercado, de forma que os valores mobiliários de emissão da Companhia passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado ou, ainda, em virtude de reorganização societária na qual a sociedade resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Conforme disposto no artigo 38 do Estatuto Social da Companhia, a oferta pública de aquisição de ações também deverá ser realizada: (a) nas hipóteses de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou (b) nas hipóteses de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Além disso na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, nos termos do Estatuto.

Ainda, nos termos do artigo 41 do Estatuto Social da Companhia, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela admitidos passem a ser negociadas fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis

Observado o disposto no artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ser negociadas fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no parágrafo acima.

Observado o disposto no artigo 43 do Estatuto Social da Companhia, a saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado está condicionada à efetivação da oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto não estabelece exceções ou cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos de seus acionistas.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não teve, nos três últimos exercícios sociais, valores mobiliários de sua emissão negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures da Companhia
Data de emissão	16/01/2017
Data de vencimento	16/01/2020
Quantidade (Unidades)	8.300
Valor nominal global (Reais)	83.000.000,00
Saldo devedor em aberto	88.223.251,31
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários entre investidores qualificados nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”).
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Vide seção 18.12
Características dos valores mobiliários de dívida	Vide seção 18.12
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Vide seção 18.12
Outras características relevantes	Vide seção 18.12

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As debêntures de emissão da Companhia são admitidas à negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não possui atualmente títulos negociados no mercado de capitais internacional.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui atualmente títulos emitidos no mercado de capitais internacional.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, a Companhia realizou uma oferta pública de distribuição de debêntures.

Características da oferta pública:

2ª emissão de debêntures

Em 16 de janeiro de 2017 ("Data de Emissão"), a Companhia realizou sua segunda emissão de 8.300 (oito mil e trezentos) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, de acordo com os procedimentos descritos na Instrução CVM 476 e nas demais disposições regulamentares aplicáveis, a qual totalizou o valor de R$ 83 milhões ("2ª Emissão").

A 2ª Emissão foi realizada com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos obtidos pela Companhia com a 2ª Emissão de debêntures foram destinados exclusivamente à liquidação dos seguintes contratos de dívidas: (i) Contrato de Câmbio nº 137440883, com vencimento em 20 de junho de 2017; e (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 4063513, com vencimento em 24 de abril de 2017. Os recursos que sobejaram após o pagamento de tais dívidas, foram utilizados para usos gerais e capital de giro da Companhia.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos documentos das respectivas distribuições.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2017, não houve ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras infomações relevantes

Aprovação da 3ª Emissão de Debêntures

Em 04 de setembro de 2017, a Companhia aprovou a realização de sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, perfazendo o montante total de até R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Debêntures da 3ª Emissão"), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476/09.

Os recursos líquidos que vierem a ser obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures da 3ª Emissão serão destinados exclusivamente ao pagamento ou pré-pagamento integral ou de parcelas de determinados contratos de dívidas. Caso, após o pagamento das referidas dívidas, sobejarem recursos decorrentes da oferta das Debêntures da 3ª Emissão, estes poderão ser utilizados para recomposição de caixa e/ou capital de giro da Companhia.

Informações complementares à Seção 18.5 deste Formulário de Referência:

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("2ª EMISSÃO")

Destinação dos Recursos e Finalidade da Emissão:

Os recursos obtidos com a Emissão foram destinados exclusivamente à liquidação dos seguintes contratos de dívidas: (i) Contrato de Câmbio nº 137440883, com vencimento em 20 de junho de 2017; e (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 4063513, com vencimento em 24 de abril de 2017. Caso, após o pagamento de tais dívidas, sobejarem recursos decorrentes 2ª Emissão, estes poderão ser utilizados para usos gerais e capital de giro da Companhia.

Características do título de dívida:

i. vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

Nos termos da escritura de emissão da 2º Emissão ("Escritura de Emissão"), o valor nominal unitário das debêntures será pago em 3 (três) parcelas a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data de emissão das debêntures, ou seja, em 16 de julho de 2018, 16 de janeiro de 2019 e 16 de janeiro de 2020 ("Data de Vencimento").

O agente fiduciário da 2ª Emissão deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures em circulação, acrescido da remuneração, nos termos previstos na Escritura de Emissão, sem prejuízo de encargos moratórios, quando for o caso, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

I. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia ou de qualquer sociedade controlada pela Companhia, conforme definição de "Controle" constante da Escritura de Emissão ("Controlada") cuja receita líquida represente valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da receita líquida consolidada da Companhia; (b) decretação de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada; (c) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou por qualquer Controlada; (d) pedido de falência da Companhia e/ou de qualquer Controlada formulado por terceiros, desde que não seja elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial formulado pela Companhia ou por qualquer Controlada, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou se ocorrer o encerramento das atividades principais desenvolvidas pela Companhia;

II. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou a Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na Escritura de Emissão, e, exclusivamente com relação ao inadimplemento no pagamento de despesas, desde que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data prevista para o pagamento em questão;

III. inadimplemento pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no contrato de distribuição celebrado no âmbito 2º Emissão ("Contrato de Distribuição") e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações celebrado no âmbito da 2ª Emissão ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações") não sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do referido descumprimento, ou da comunicação pelo agente fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;

18.12 - Outras infomações relevantes

IV. invalidade, nulidade ou inexequibilidade do Contrato de Alienação Fiduciária de ações e/ou da Escritura de Emissão (e/ou qualquer de suas disposições), não sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo evento;

V. a Garantia ou o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia;

VI. a Garantia ou o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sejam objeto de questionamento judicial por qualquer terceiro, que, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data em que a Companhia tomar ciência do ajuizamento de tal questionamento judicial, não seja sanado ou suspenso;

VII. a Garantia, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, não seja reforçada e/ou não atenda aos limites mínimos e/ou valores previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

VIII. conforme aplicável, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus ou gravame (exceto pela Garantia), em qualquer dos casos desta alínea, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das ações alienadas fiduciariamente e/ou dos direitos a estas inerentes;

IX. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;

X. cisão, fusão, incorporação (neste último caso, apenas quando a Companhia for incorporada) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por titulares das debêntures ("Debenturistas") representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação; (b) se a operação for realizada exclusivamente entre Controladas; ou (c) pela cisão das operações de *business process outsourcing*, que permanecerão sob entidade legal destacada para tais operações, sendo que a entidade cindida não participará da 2ª Emissão e da oferta (esta alínea (c), "Cisão Permitida");

XI. cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), incluindo participações societárias, exceto: (a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios, desde que representem valor inferior a 15% (quinze por cento), de forma individual ou agregada, dos ativos da Companhia, conforme o caso, ou (b) se referida cessão, venda, alienação e/ou transferência for decorrente de exigência de órgão regulador, incluindo, mas não se limitando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ou (c) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (d) pela transferência de ativos no âmbito da Cisão Permitida;

XII. redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações ou (b) no âmbito da Cisão Permitida;

XIII. mudança ou transferência de Controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação ou (b) no âmbito de oferta publica de ações, limitadas ao máximo de 50% (cinquenta por cento) das ações em circulação na data da emissão das Debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia;

XIV. ficar comprovado que as obrigações relativas a Escritura de Emissão não são, no mínimo, *pari passu* com todas as dívidas com garantia real, que venham a ser contratadas pela Companhia no futuro;

XV. alteração do objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social, que resulte na concessão de direito de retirada aos acionistas da Companhia;

18.12 - Outras infomações relevantes

XVI. ficar comprovado que qualquer das declarações prestadas pela Companhia na Cláusula 10.1 da Escritura de Emissão e/ou na Cláusula 9.2 do Contrato de Distribuição e/ou prestadas pela Companhia e/ou pelo APX Brasil Fundo de Investimento em Participações na Cláusula 9.1 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações é (i) falsa; ou (ii) incorreta ou enganosa em qualquer aspecto relevante, não sanado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de comunicação da referida comprovação pela Companhia ao agente fiduciário, ou pelo agente fiduciário à Companhia, conforme o caso, dos dois o que ocorrer primeiro;

XVII. inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas;

XVIII. inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer Controlada em valor igual ou superior a R$30.000.000,00 trinta milhões de reais) em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos Debenturistas;

XIX. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia, das obrigações assumidas na Escritura de Emissão;

XX. inadimplemento, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, no pagamento de valores objeto de decisão(ões) judicial(is) transitada(s) em julgado e/ou de laudo(s) arbitral(is) não sujeito(s) a recurso contra a Companhia ou qualquer Controlada, conforme o caso, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;

XXI. protesto de títulos contra a Companhia e/ou qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao agente fiduciário que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; ou (b) o protesto foi cancelado ou suspenso;

XXII. propositura de processo ou procedimento administrativo, judicial ou arbitral por parte da Companhia com o objetivo de questionar, no todo ou em parte, os documentos ou qualquer condição pactuados no âmbito da 2ª Emissão;

XXIII. existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia e/ou de qualquer Controlada, no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil ou trabalho escravo;

XXIV. existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, que importem em crime contra o meio ambiente, exceto, se imposta reparação à Companhia, e esta a estiver cumprindo nos exatos termos, condições e prazos estipulados na sentença;

XXV. existência de violação, investigação formal e/ou instauração de processo investigatório de qualquer natureza – administrativo ou judicial – por violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, e, desde que aplicável, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, da *OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions* e do *UK Bribery Act (UKBA)* pela Companhia, qualquer de suas controladas ou coligadas;

XXVI. exceto por aquelas que estejam sendo ou que venham a ser discutidas judicialmente de boa-fé, inobservância da legislação ambiental e trabalhista vigentes, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado, ao que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, e das condicionantes das licenças ambientais da Companhia, conforme: (a) verificado por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Companhia em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Companhia em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental;

18.12 - Outras infomações relevantes

XXVII. sequestro, arresto ou penhora de ativos da Companhia ou de qualquer Controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se tal sequestro, arresto ou penhora for sanado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de sua ocorrência;

XXVIII. desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte: (a) na perda, pela Companhia e/ou por qualquer Controlada, da propriedade ou da posse direta ou indireta de ativos cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a 20% (vinte por cento) do valor do ativo total da Companhia, conforme previsto nas então mais recentes demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, exceto se, no prazo 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de notificação sobre a desapropriação, o confisco ou outra medida, a Companhia comprovar ao agente fiduciário que tais ativos representam menos que 10% (dez por cento) da receita líquida consolidada da Companhia dos 4 (quatro) trimestres imediatamente anteriores, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; ou (b) afete de forma adversa a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;

XXIX. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a 2ª Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 da Escritura de Emissão;

XXX. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a 2ª Emissão para liquidação antecipada das dívidas constantes do anexo I a Escritura de Emissão, impreterivelmente, na data de liquidação financeira da oferta;

XXXI. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das S.A.;

XXXII. qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia) e EBITDA (conforme definido na Escritura de Emissão) for igual ou maior que 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de *stock option* aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia;

XXXIII. não observância, pela Companhia, de qualquer dos seguintes índices financeiros em qualquer período de cálculo indicado abaixo, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia ("Índices Financeiros"), os quais serão verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, exceto se, cumulativamente, (i) por não mais que 3 (três) vezes até a Data de Vencimento, e no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva data de apuração dos Índices Financeiros, for realizado aumento de capital na Companhia, exclusivamente em dinheiro, no valor de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) em cada aumento de capital; e (ii) após tal aumento de capital, for realizado o recálculo dos Índices Financeiros do respectivo período de apuração, somando-se ao valor do respectivo EBITDA o valor do respectivo aumento de capital, mas sem considerar o valor do respectivo aumento de capital como caixa e disponibilidades ("EBITDA Ajustado do Trimestre"), e for comprovado que os Índices Financeiros para o respectivo período de apuração estão atendidos (sendo certo que, quando da realização dos cálculos subsequentes dos Índices Financeiros que utilizem o trimestre em que tenha ocorrido o aumento de capital nos termos aqui previstos, deverá ser considerado, em tais cálculos e exclusivamente para tal trimestre, o EBITDA Ajustado do Trimestre):

(a) relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 3,00 (três inteiros) vezes em cada trimestre dos anos de 2017; e

(b) relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes em cada trimestre dos anos de 2018, 2019 e 2020 (até à data de vencimento).

18.12 - Outras infomações relevantes

ii. juros

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário, conforme o caso, das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Cetip UTVM, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente da Sobretaxa (conforme definido abaixo) (a Taxa DI, em conjunto com a Sobretaxa, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário ou o saldo devedor do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures desde a data de emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento. A Remuneração será paga semestralmente a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 16 de julho de 2017 e o último na Data de Vencimento.

A sobretaxa, a ser acrescida à Taxa DI, para a determinação da Remuneração, será equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com os critérios abaixo ("Sobretaxa"):

I. durante todo o primeiro período de capitalização, a Sobretaxa será equivalente a 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano; e

II. em cada um dos demais períodos de capitalização e durante todo o respectivo período de capitalização, observado o disposto na Cláusula 6.14.3 da Escritura de Emissão, a Sobretaxa será equivalente a:

(a) 3,10% (três inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, se a relação entre Dívida Líquida (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo, inciso III) e EBITDA (conforme definido na Cláusula 6.14.2 abaixo, inciso IV) for igual ou maior que 2,5 (duas vírgula cinco) vezes e menor que 3,00 (três) vezes;

(b) 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, se a relação entre Dívida Líquida e EBITDA for igual ou maior que 2,0 (duas) vezes e menor que 2,5 (duas vírgula cinco) vezes; e

(c) 2,60% (dois inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, se a relação entre Dívida Líquida e EBITDA for menor que 2,0 (duas) vezes.

iii. garantia e, se real, descrição do bem objeto

Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia decorrentes da Escritura de Emissão, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos da legislação aplicável, foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 (três milhões, novecentas e sete mil, trezentas e trinta e nove) ações de emissão da Companhia e de titularidade da APX FIP, correspondentes a 4,32% (quatro inteiros e trinta e dois centésimos por cento) do capital social total da Companhia na data de assinatura, cujo valor deverá corresponder a 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor das debêntures até a Data de Vencimento, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

iv. na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado

As debêntures são da espécie quirografária.

v. eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- **à distribuição de dividendos**

O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de:

(a) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das S.A.; e

18.12 - Outras infomações relevantes

(b) qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A., caso a relação entre Dívida Total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia) e EBITDA for igual ou maior que 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de *stock option* aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia

- **à alienação de determinados ativos**

O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures em caso de:

(a) rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus ou gravame (exceto pela Garantia), em qualquer dos casos deste parágrafo, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico, de ou sobre qualquer das ações alienadas fiduciariamente e/ou dos direitos a estas inerentes; e

(b) cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência, pela Companhia por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativo(s), incluindo participações societárias, exceto: (a) pelas vendas de produtos no curso normal de seus negócios, desde que representem valor inferior a 15% (quinze por cento), de forma individual ou agregada, dos ativos da Companhia, conforme o caso, ou (b) se referida cessão, venda, alienação e/ou transferência for decorrente de exigência de órgão regulador, incluindo, mas não se limitando ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, ou (c) sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debenturistas em circulação; ou (d) pela transferência de ativos no âmbito da Cisão Permitida.

- **à contratação de novas dívidas e à emissão de novos valores mobiliários**

A Escritura de Emissão não prevê restrição a contratação de novas dívidas ou valores mobiliários.

- **à realização de operações societárias envolvendo o emissor, seus controladores ou controladas**

A Companhia não poderá realizar qualquer cisão, fusão, incorporação (neste último caso, apenas quando a Companhia for incorporada) ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou qualquer Controlada, exceto:

(a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;

(b) se a operação for realizada exclusivamente entre Controladas; ou

(c) pela cisão das operações de *business process outsourcing*, que permanecerão sob entidade legal destacada para tais operações, sendo que a entidade cindida não participará da Emissão e da oferta.

vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato:

O agente fiduciário da 2ª Emissão é a Planner Trustee DTVM Ltda. e os principais termos da respectiva Escritura de Emissão já estão indicados nos itens acima.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo e em casos específicos previstos na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

18.12 - Outras infomações relevantes

Nos termos da Escritura de Emissão alterações às seguintes condições das debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação: (a) das disposições da Cláusula 9 da Escritura de Emissão; (b) de qualquer dos quóruns previstos na Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula da Escritura de Emissão; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das debêntures; (f) da espécie das debêntures; (g) da Garantia; (h) da criação de evento de repactuação; (i) das disposições relativas à Cláusula 6.16 da Escritura de Emissão; ou (j) de qualquer Evento de Inadimplemento.

Hipótese e cálculo do valor do resgate antecipado facultativo total ou amortização antecipada facultativa

Sujeito ao atendimento das previstas na Escritura de Emissão, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da data de emissão (exclusive), e mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias da data do evento, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), ou amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do valor nominal unitário da totalidade das debêntures ("Amortização Antecipada Facultativa"), mediante o pagamento do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, no caso do Resgate Antecipado Facultativo Total, ou de parcela do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures, no caso de Amortização Antecipada Facultativa, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, conforme o caso, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor do resgate ou da amortização, conforme o caso (observado que, exclusivamente para fins de cálculo do prêmio, tanto no caso de resgate quanto no caso de amortização, não será computado o valor da Remuneração), conforme estabelecido na tabela abaixo ("Prêmio de Resgate"):

Período			Prêmio
da Data de Emissão (exclusive)	ao	5º mês (inclusive)	0,90%
do 6º mês (inclusive)	ao	11º mês (inclusive)	0,75%
do 12º mês (inclusive)	ao	17º mês (inclusive)	0,60%
do 18º mês (inclusive)	ao	23º mês (inclusive)	0,50%
do 24º mês (inclusive)	ao	29º mês (inclusive)	0,40%
do 30º mês (inclusive)	ao	35º mês (inclusive)	0,30%
do 36º mês (inclusive)	a	Data de Vencimento (exclusive)	0,25%

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve Plano de Recompra de Ações nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 30/06/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.383.369	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.383.369	
Relação valores mobiliários em circulação	4,400000%	

Exercício social 31/12/2016

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.383.369	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.383.369	
Relação valores mobiliários em circulação	4,400000%	

Exercício social 31/12/2015

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	1.383.369	33,79
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	1.383.369
Relação valores mobiliários em circulação	3,900000%

Exercício social 31/12/2014

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	0	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Em reuniões realizadas em 24 de agosto de 2017 e em 25 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento das 1.383.369 (um milhão, trezentas e oitenta e três mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Desse modo apresentamos abaixo a movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria com a data base de 25 de agosto de 2017.

Movimentação dos Valores Mobiliários mantidos em Tesouraria em 25/08/2017

Valor mobiliário	Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários
Ação	Ordinária		

Movimentação

	Quantidade (Unidades)	Fator cotação	R$ por Unidade
Quantidade inicial.....	1.383.369	**Preço médio ponderado de aquisição/alienação**	
Quantidade adquirida.....	0	0	
Quantidade alienada.....		0	
Quantidade cancelada.....	1.383.369	**Relação valores mobiliários em circulação (%)**	
Quantidade final.....	0	0%	

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**29/03/2017**
Cargo e/ou função	A Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia e empregados ou colaboradores que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, possam vir a ter acesso a qualquer informação privilegiada, que tenham aderido expressamente às políticas e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas. Serão ainda consideradas Pessoas Vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de fatos relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em sociedades controladas ou sociedades coligadas da Companhia ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

A Companhia possui uma "Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.", conforme aprovada na Assembleia Geral de Acionistas da Companhia realizada em 29 de março de 2017 ("Política de Negociação"), que entre outros temas, trata das regras que visam coibir e punir a utilização de Informações Privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Instrução CVM 358", respectivamente) e das políticas internas da própria Companhia.

O restante das principais características da Política concernentes à negociação de valores mobiliários encontra-se no item 20.2.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	A Companhia e as Pessoas Vinculadas ficarão impedidas de negociar seus valores mobiliários de emissão da Companhia em todos os períodos em que o DRI haja determinado a proibição de negociação. O DRI não está obrigado a fundamentar a decisão de determinar o Período de Bloqueio, que será tratado confidencialmente pelos seus destinatários. Da mesma forma, anteriormente à divulgação ao público de ato ou fato relevante nos termos da Política, é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento em valores mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de tal ato ou fato relevante e/ou da data de sua divulgação, bem como quando estiver em curso distribuição pública de valores mobiliários de emissão da Companhia. As vedações para negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia devem ser observadas pelas Pessoas Vinculadas até a divulgação do ato ou fato relevante ao público. No entanto, tais vedações serão mantidas, mesmo após a divulgação do ato ou fato relevante, na hipótese em que eventuais negociações com valores mobiliários de Emissão da Companhia pelas Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo da Companhia ou de seus acionistas, no ato ou fato associado ao fato relevante. As Pessoas Vinculadas também são proibidas de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos valores mobiliários da Companhia. As Pessoas Vinculadas que se afastarem de cargos na administração da Companhia anteriormente à divulgação de fatos relevantes originados durante seu período de gestão não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia até: (a) o encerramento do prazo de 6 meses contado da data de seu afastamento; ou (b) a divulgação ao público do ato ou fato relevante no qual o administrador tenha se envolvido. Por fim, a Política estabelece ainda que as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários de emissão da Companhia, independentemente de determinação do diretor de relações com investidores nesse sentido, nas seguintes hipóteses: (i) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das ITRs, DFs e FR exigidas pela CVM; (ii) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e (iii) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção da Companhia ou dos acionistas controladores de: (a) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (b) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia; ou (c) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos.

20.2 - Outras informações relevantes

Política de Negociação

Negociações pela Companhia com as ações de sua própria emissão. A Política de Negociação estabelece, no tocante à negociação pela Companhia com as ações de sua própria emissão, que o Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição de ações para tesouraria no período que ocorrer entre os procedimentos e atos iniciais, até que se torne efetivamente público, por meio de fato relevante, qualquer um dos seguintes eventos: (a) transferência do controle acionário; (b) incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão; ou (c) reorganização societária.

Objetivo e Abrangência. A Política de Negociação tem por objetivos coibir e evitar a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas, e as demais pessoas aqui mencionadas, em negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Instrução CVM 358", respectivamente) e das políticas internas da própria Companhia.

Tais regras também procuram coibir a prática de *insider trading* (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e *tipping* (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Além das Pessoas Vinculadas, as normas da Política de Negociação aplicam-se também aos casos em que as negociações por parte das Pessoas Vinculadas se deem para o seu próprio benefício, direta e/ou indiretamente, mediante a utilização, por exemplo, de: (i) terceiros com que for mantido contrato de gestão, fidúcia, administração de carteira de investimentos em ativos financeiros; e/ou (ii) procuradores ou agentes.

Adicionalmente, as Pessoas Vinculadas deverão assegurar que seus controladores, sociedades controladas ou sob controle comum, direta ou indiretamente, bem como aquelas pessoas com as quais mantenham relações comerciais, profissionais ou de confiança, não negociem valores mobiliários de emissão da Companhia quando tiverem acesso a informações privilegiadas, bem como envidarão seus melhores esforços para que as pessoas aqui mencionadas firmem termo de adesão à Política de Negociação.

Vedações à Negociação

Além das vedações descritas na Seção 20.1 acima, também é vedada a negociação, prestação de aconselhamento ou assistência de investimento em valores mobiliários por parte das Pessoas Vinculadas: (i) se existir a intenção de promover aumento de capital, seja por subscrição pública ou privada, incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária ou emissão de dívidas pela Companhia, e (ii) sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, pelas suas controladas, pelas suas coligadas ou por outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim.

Exceções à vedação. Nos termos da Política de Negociação, as Pessoas Vinculadas poderão negociar valores mobiliários de emissão da Companhia nas seguintes hipóteses, sendo recomendada a manutenção da propriedade dos valores mobiliário de emissão da Companhia por um prazo de no mínimo 12 (doze) meses: (a) subscrição, compra ou negociação privada de ações vinculadas ao exercício de opção de compra, de acordo com planos de compra de ações aprovados pela assembleia geral da Companhia; (b) execução, pela Companhia, de compras objeto de programas de recompra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria; (c) quando se tratar de outorga de ações a administradores, empregados ou prestadores de serviços como parte de remuneração previamente aprovada em Assembleia Geral da Companhia; e (d) aplicação de remuneração variável, recebida a título de participação no resultado, na aquisição de valores mobiliários de emissão da Companhia. Qualquer outra negociação de valores mobiliários da Companhia além das listadas acima, deverá ser previamente submetida à apreciação e autorização do diretor de relações com investidores, que analisará o pedido da Pessoa Vinculada a fim de autorizá-la ou não a realizar a negociação.

Obrigação de indenizar. Nos termos da Política de Negociação, as Pessoas Vinculadas que descumprirem disposições constantes da Política de Negociação são obrigadas a ressarcir a Companhia e/ou outras Pessoas Vinculadas dos prejuízos que venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

A íntegra da Política de Negociação pode ser obtida nas páginas eletrônicas da Companhia, através do endereço www.tivit.com, e da CVM, através do endereço http://www.cvm.gov.br, na rede mundial de computadores.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A divulgação de informações relevantes é um dever legal imposto aos administradores de companhias abertas conforme dispõem os parágrafos 4º e 5º do artigo 157 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e o artigo 16 da Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM" e "Instrução CVM 358", respectivamente).

A "*Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.*" da Companhia foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de março de 2017 ("Política de Divulgação de Informações").

Nos termos da Política de Divulgação de Informações, caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os atos ou fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política de Divulgação de Informações.

Além da Política de Divulgação de Informações, cujas principais características encontram-se descritas no item 21.2 deste Formulário de Referência, Companhia não possui ou adota qualquer outro procedimento, norma ou regimento interno relativo à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Informações, conforme aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tem como objetivo geral estabelecer o dever da Companhia em divulgar, de forma adequada, as informações relevantes sobre os seus negócios, estabelecendo as obrigações de elaboração e os mecanismos de divulgação destas informações relevantes ao mercado, de acordo com os seguintes princípios básicos: (i) obediência à legislação específica, à regulamentação da CVM e outros órgãos reguladores nacionais e estrangeiros a que a Companhia esteja sujeita; (ii) aderência às melhores práticas de relações com investidores; e (iii) transparência e equidade de tratamento com os investidores e o mercado de capitais em geral.

Abaixo são descritas as principais características da Política de Divulgação de Informações da Companhia. A íntegra da Política de Divulgação de Informações pode ser obtida nas páginas eletrônicas da Companhia e da CVM, na rede mundial de computadores.

Objetivo e Abrangência. A Política de Divulgação de Informações tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no âmbito da Companhia, suas sociedades controladas e sociedades controladoras, que, por sua natureza, possam ser classificadas como Ato ou Fato Relevante, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM 358, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas à Companhia quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Adicionalmente, a Política de Divulgação de Informações visa a assegurar a transparência, eficiência e igualdade de tratamento aos acionistas, além do fortalecimento da confiança do público investidor, dos colaboradores e do mercado de capitais em geral, quanto à legitimidade e atualidade das informações operacionais e econômico-financeiras da Companhia.

Entende-se como “Pessoas Vinculadas” a Companhia, seus acionistas controladores, diretos e indiretos, administradores, membros do conselho fiscal, quando constituído, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia e empregados ou colaboradores que, em virtude de seu cargo ou posição na Companhia, possam vir a ter acesso a qualquer informação privilegiada, que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação de Informações e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas. Serão ainda consideradas Pessoas Vinculadas quaisquer outras pessoas que, a critério da Companhia, tenham conhecimento de fatos relevantes em virtude do cargo, posição ou função na Companhia, em sociedades controladas ou sociedades coligadas.

Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes. Nos termo de Política de Divulgação de Informações da Companhia, caberá ao Diretor de Relações com Investidores zelar para que os Atos ou Fatos Relevantes ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política de Divulgação de Informações, de forma clara e precisa, em linguagem acessível ao público investidor que não induzam o investidor a erro, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todas as Bolsas de Valores e Mercados de Balcão em que os valores mobiliários da Companhia sejam negociados.

A divulgação de atos ou fatos relevantes ocorrerá por meio (a) de publicação em jornal de grande circulação a ser definido ou de página na rede mundial de computadores a ser definida; (b) da página da rede mundial de computadores da Companhia (www.tivit.com), e (c) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net).

Sempre que possível, a divulgação de qualquer ato ou fato relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores e Mercados de Balcão, conforme o caso, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados que a Companhia possua valores mobiliários admitidos à negociação, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro. Adicionalmente, sempre que for veiculado ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no país ou no exterior, o ato ou fato relevante deverá ser prévio ou simultaneamente divulgado à CVM, às Bolsas de Valores, Mercados de Balcão e aos investidores em geral.

Exceção à Imediata Divulgação. A Política de Divulgação de Informações da Companhia prevê que o Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar ato ou fato relevante, caso ele, os acionistas controladores e os administradores entendam que a divulgação colocará interesses legítimos da Companhia em risco, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Deveres e Responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores. São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de ato ou fato relevante; (ii) acompanhar e averiguar as negociações de valores mobiliários efetuadas por Pessoas Vinculadas, com o objetivo de esclarecer se elas têm conhecimento de informação privilegiada e/ou que tenha de ser divulgada ao mercado; e (iii) na hipótese de ocorrência de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, o Diretor de Relações com investidores deverá inquirir todas as Pessoas Vinculadas com presumível conhecimento de informações privilegiadas, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Dever de Sigilo e Outros Deveres das Pessoas Vinculadas. As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca das informações privilegiadas às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupem, até que tais informações relevantes sejam divulgadas ao público nos termos da Política de Divulgação de Informações, bem como zelar para que subordinados, terceiros de sua confiança e contatos comerciais que possam ter acesso às informações privilegiadas que também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Obrigação de Indenizar. As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Divulgação de Informações e da legislação específica se obrigam a ressarcir a Companhia e/ou as outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que a Companhia e/ou as outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

Projeções de Desempenho Futuro (*Guidance*). Política de Divulgação de Informações estabelece que, sempre que a Companhia entender necessária a divulgação de projeções, tal divulgação se fará por fato relevante. A divulgação de projeções será feita de maneira ampla, equânime e simultânea para todos os agentes do mercado. As Projeções divulgadas deverão vir acompanhadas das premissas relevantes, parâmetros e metodologia adotadas, sendo que, caso estas sejam modificadas, a Companhia deverá divulgar, no campo apropriado do Formulário de Referência, que realizou alterações nas premissas relevantes, parâmetros e metodologia de projeções e estimativas anteriormente divulgadas. Para maiores informações acerca das projeções divulgadas pela Companhia, veja o item 11 deste Formulário de Referência.

Quaisquer informações adicionais poderão ser obtidas na Política de Divulgação de Informações, disponível para consulta no *website* da Companhia, bem como no *website* CVM (www.cvm.gov.br), além de estar disponível para consulta na sede social da Companhia.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores, Sr. André Guimarães Frederico, é responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação de Informações.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações que entendemos relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.